



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 22 de dezembro de 2009)
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões
Relatório Final da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia
Atas das Sessões Plenárias do Parlamento do Mercosul**

VOLUME III/III

ANO LXIV – SUP. AO Nº 205 – QUARTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		
José Sarney - (PMDB-AP)		
1º VICE-PRESIDENTE		
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Slhessarenko - (PT-MT)		
1º SECRETÁRIO		
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		
2º SECRETÁRIO		
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		
3º SECRETÁRIO		
Mão Santa - (PSC-PI)		
4ª SECRETÁRIA		
Patrícia Saboya - (PDT-CE)		
SUPLENTE DE SECRETÁRIO		
1º - César Borges - (PR-BA)		
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)		
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)		
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)		

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 22 de dezembro de 2009)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	7
– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional	132
– Secretaria de Comissões.....	141

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 53ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	257
Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	263
Ata da 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta, realizada em 24 de novembro de 2009.....	284
Ata da 56ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	302
Ata da 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 49ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 26 de novembro de 2009.....	313
Ata da 58ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009.....	355
Ata da 59ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 51ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 3 de dezembro de 2009.....	396
Ata da 60ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	425
Ata da 61ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 53ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada, em Conjunto, em 10 de dezembro de 2009.....	449

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 56ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2009.....	474
Ata da 57ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009.....	494
Ata da 58ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009.....	516
Ata da 59ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2009.....	544
Ata da 60ª Reunião em Conjunto com a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, realizada em 19 de novembro de 2009.....	546
Ata da 61ª Reunião em Conjunto com a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 24 de novembro de 2009.....	562
Ata da 62ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	580
Ata da 63ª Reunião em Conjunto com a 10ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 26 de novembro de 2009.....	604
Ata da 64ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	629
Ata da 65ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	629
Ata da 66ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009.....	693
Ata da 67ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2009.....	716
Ata da 68ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009.....	726
Ata da 69ª Reunião em Conjunto 11ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, realizada em 16 de dezembro de 2009.....	734

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 52ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e 61ª Reunião	

2106	Quarta-feira 23	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL - SUPLEMENTO	Dezembro de 2009
da Comissão de Assuntos Sociais, realizada, em conjunto, no dia 24 de novembro de 2009.....	751	Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2009.....	1232
Ata da 53ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	769	Ata da 29ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2009.....	1232
Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	842	Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de agosto de 2009.....	1239
Ata da 55ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009.....	846	Ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2009.....	1268
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de setembro de 2009.....	1294
Ata da 76ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	887	Ata da 33ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2009.....	1309
Ata da 77ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	909	Ata da 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2009.....	1324
Ata da 78ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009.....	921	Ata da 35ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2009.....	1368
Ata da 79ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	933	Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2009.....	1373
Ata da 80ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	952	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2009.....	1389
Ata da 81ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2009.....	958	Ata da 38ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2009.....	1405
Ata da 82ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	980	Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2009.....	1431
Ata da 83ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009.....	1004	Ata da 40ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2009.....	1466
VOLUME II		Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2009.....	1489
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		Ata da 42ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2009.....	1500
Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009.....	1026	Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2009.....	1518
Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009.....	1044	Ata da 44ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2009.....	1565
Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009.....	1051	Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2009.....	1575
Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009.....	1078	Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009.....	1587
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		Ata da 47ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2009.....	1617
Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2009.....	1091	Ata da 48ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2009.....	1657
Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009.....	1124	Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2009.....	1672
Ata da 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009.....	1165	Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2009.....	1696
1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		Ata da 52ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2009.....	1709
Ata da 25ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de julho de 2009.....	1186	Ata da 53ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2009.....	1716
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2009.....	1187	Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2009.....	1732
Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de agosto de 2009.....	1206	Ata da 55ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2009.....	1756

1.2.7.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixa da Fronteira

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2009..... 1780

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, realizada em 8 de julho de 2009..... 1790

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009..... 1828

1.2.8 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Ata da 47ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 19 de novembro de 2009..... 1837

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada em 23 de novembro de 2009..... 1867

Ata da 49ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura Conjunta com a 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 26 de novembro de 2009..... 1898

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2009..... 1940

Ata da 51ª Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 3 de dezembro de 2009..... 1973

Ata da 52ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2009..... 2024

Ata da 53ª Reunião Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 10 de dezembro de 2009..... 2044

Ata da 54ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2009..... 2069

VOLUME III**1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR**

Ata da 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2009..... 2108

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2009..... 2134

Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2009..... 2136

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 e 18 de novembro de 2009..... 2138

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2143

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 2148

1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 40ª Reunião Conjunta com a 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 24 de novembro de 2009..... 2154

Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2009..... 2175

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 2188

1.2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 45ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2201

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2009..... 2247

Ata da 47ª Reunião Extraordinária Conjunta com a 40ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 24 de novembro de 2009..... 2251

Ata da 48ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2009..... 2272

Ata da 49ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2009..... 2301

Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2009..... 2316

Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2009..... 2348

1.3 – RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**1.4 – ATAS DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE OUTUBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, José Nery, Jefferson Praia, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner, e, ainda, do Senador Inácio Arruda, não membro da Comissão. Justifica a ausência o Senador Papaléo Paes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença do Deputado Eudes Xavier. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de “discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Semi-Árido Nordeste – 100 anos do DNOCS”, em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 13/2009-CDR, de autoria dos Senadores José Nery, Inácio Arruda e Leomar Quintanilha, tendo como convidados os Senhores Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; Antônio Rocha Magalhães, Consultor do Ministério do Meio Ambiente; José Otamar de Carvalho, Consultor do Ministério da Integração Nacional; Antônio Filgueira Galvão, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Washington Luis Alves Moreira, Presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação – FAPID; João Reis Santana Filho, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; e Tânia Bacelar de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Senhores: Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; José Otamar de Carvalho, Consultor do Ministério da Integração Nacional; Washington Luis Alves Moreira, Presidente da Federação de Apoio às Orga-

nizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação; e do Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, Diretor de Desenvolvimento Hidroagrícola da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional, representando o Sr. João Reis Santana Filho. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, autor do Requerimento, César Borges e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada.

Senador **Neuto De Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 12 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 53ª Legislatura.

A Ata da reunião anterior será apreciada quando houver número. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no semiárido nordestino, sem anos do DNOCS, em atendimento ao Requerimento nº. 12 e 13/09, CDR, de autoria dos senadores José Nery, Inácio Arruda e Leomar Quintanilha.

Temas a serem abordados. Primeiro painel: “Papel do DNOCS no semiárido nordestino”. Segundo painel: “Perímetros públicos da irrigação: necessidades e potencialidades”.

Encontram-se presentes para a Audiência Pública os seguintes convidados. Já os convidamos para tomar assento à Mesa. Dr. José Otamar de Carvalho, consultor do Ministério da Integração Nacional (MI) [palmas]; Dr. Washington Luis Alves Moreira, Presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação (FAPID) [palmas]; os senhores Antônio Rocha Magalhães, consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Antônio Carlos Filgueira Galvão, diretor do Centro de Gestão e Estudo Estratégico (CGEE); e Tânia Bacelar de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco, também convidada para esta Audiência Pública.

Encaminhar expediente à secretaria da Comissão, justificando suas ausências.

Em conformidade com o art. nº. 94, do § 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos. A palavra das senhoras e senhores será concedida na ordem de inscrição. Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado. Concedo a palavra ao Sr. Dr. José Otamar de Carvalho, para fazer sua exposição.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Bom-dia a todos e todas. Sr. Senador Neuto De Conto, Sr. Presidente da FAPID, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras. Nós vamos ter uma manhã de discussões que poderia ser bem mais interessante, se os três companheiros: Antônio Carlos Galvão, Tânia Bacelar e Antônio Rocha Magalhães tivessem podido comparecer, mas, motivos de força maior, já explicados ao Senado e à Comissão, impediram que eles aqui estivessem.

A exposição que vou fazer, dentro do painel ou das discussões desta Audiência Pública, "O papel do DNOCS no desenvolvimento do semiárido nordestino", está referida a esse título que aí aparece, neste primeiro slide, a propósito do soerguimento do DNOCS na passagem do seu primeiro centenário.

Esse, a propósito do soerguimento DNOCS, está assim posto porque eu produzi para o DNOCS, para a revista, mais especificamente, para a *Revista Conviver*, no número especial comemorativo, editado em comemoração aos 100 anos da SUDENE, um texto exatamente sobre este título: "O soerguimento do DNOCS".

E eu vou falar sobre alguns dos aspectos relacionados ou estudados, trabalhados neste artigo, que se encontra na revista. A revista está aqui, isso é um boneco, ela ainda não está pronta, deve estar saindo. O Dr. José Alberto de Almeida, coordenador de planejamento do DNOCS, pode explicar o andamento dos trabalhos da publicação da revista.

Os tópicos que eu pretendo abordar, alguns com mais detalhes e outros com menos, e talvez simples referências aos itens escritos, são estes aí: o artigo sobre o soerguimento do DNOCS, as hipóteses pressupostas e evidências que eu estou utilizando para dizer que o DNOCS tem futuro; a criação e vigor das instituições, o que faz com que as instituições tenham ou percam seu vigor; as longas tentativas de reestruturação do DNOCS; e um projeto de futuro para o DNOCS.

Este mapa aí é apenas para mostrar a vocês, como contexto, o Nordeste, com as áreas de incidência

de seca. Esta área, aqui, esta primeira área que pega o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e um pedaço do Piauí é a área onde 81% a 100% das secas, desde que se tem informações sobre ocorrência de secas, elas acontecem. Ou seja, é o centro, é o miolão do semiárido do Nordeste brasileiro. É a área onde as secas ocorrem por conta da influência da frente de convergência intertropical que incide, desce da região Norte e vem em direção ao Nordeste. E, quando a frente vem do Norte e se sobrepõe ao saliente nordestino, nós temos chuvas e temos inverno. Temos inverno, temos chuva e temos safra. Quando ela vem, vai embora para o mar ou vem dar um passeio e volta, nós temos as secas.

As secas ocorrem também por conta da frente polar atlântica, no litoral, nas áreas próximas ao litoral, e de outras frentes que incidem no sentido sul/norte e nordeste. Pode passar.

Este artigo que está aí no primeiro item: "O soerguimento do DNOCS", quando me pediram para escrever, pediram para escrever um texto de umas dez a 20 páginas, e eu acabei, por interesse no assunto, escrevendo um texto de 70 páginas, que, na revista, por conta das fotografias, está com 90 páginas.

Foi um esforço para tentar entender, não apenas contar histórias a respeito da IOCS, IFOCS e DNOCS, mas tentar entender o que é que essas instituições fizeram, por que elas fraquejaram, por que elas não resolveram determinadas questões e como é que elas resolveram grandes questões no Nordeste.

Essas hipóteses, melhor seria eu ter posto, ter mudado aí a ordem, as evidências, os pressupostos e as hipóteses, porque eu termino esse item 2 aí com a minha hipótese principal. Mas as evidências são os determinantes da criação de todas as instituições de ação regional no Nordeste.

IOCS, IFOCS, DNOCS, Banco do Nordeste, SUDENE, CHESF, Comissão do Vale do São Francisco, depois SUVALE, depois CODEVASF, todas elas foram criadas em função da necessidade de se produzir e melhor gerir água, para resolver os problemas de desenvolvimento da região Nordeste.

A questão da gestão, conservação e gestão dos recursos hídricos é uma questão recente, é uma questão nova, porque, durante muito tempo, todas essas instituições e, em particular, DNOCS e Comissão do Vale, hoje CODEVASF, essas duas instituições procuraram resolver, ou melhor dizendo, procuraram realizar uma adequada gestão de oferta de recursos hídricos, porque água armazenada não havia.

Com o passar do tempo, a água armazenada passou a não ser suficiente. Não porque o estoque *versus* o valor, o volume da demanda não fosse sufi-

ciente, ou seja, as disponibilidades não fossem maiores do que a demanda, mas por conta da localização das áreas onde a água estava armazenada. Ou seja, um problema de distribuição espacial das reservas de água armazenada.

E aí é importante que nós entendamos uma questão que não é objeto direto da minha discussão, mas que é preciso mencionar. Aqueles que dizem que não é preciso mais armazenar água no Nordeste falam assim por entenderem que as disponibilidades de água, a oferta de água armazenada ou armazenável nos açudes e barragens é superior, em volume, à demanda pelos diferentes usos da água.

Essas pessoas, por querem ou por não compreender bem as questões, confundem estoque com fluxo. Em matéria de administração, gestão de recursos hídricos, o que importa, o que interessa não é apenas o estoque, a água armazenável num açude ou a água disponível num poço, mas o fluxo da água. Nós temos que ver qual é a disponibilidade de água por unidade de tempo. É “x” milhares ou “x” unidades de metros, expressa em metros cúbicos ou litros por segundo, está...

Eu ia errando, aqui, uma concordância [risos]... O que eu quero dizer é que o que interessa é saber quanto existe de água por unidade de tempo, porque o que importa é a garantia da água para os diferentes usos.

Se eu digo que há oitenta e tantos bilhões de metros cúbicos armazenáveis ou que há uma capacidade de armazenamento de água no Nordeste semiárido de mais de 80 bilhões, eu não posso dizer que existem 80 bilhões de metros cúbicos de água neste ano, no próximo ano ou em qualquer ano. Existe uma possibilidade de estocagem desse volume.

Mas o que interessa é quanto é que há de água que possa ser usada por ano, por mês, por dia. Isso é o que importa, ou seja, a noção, importante aí é a de fluxo [soa a campainha] *versus* estoque.

Aí, nesse segundo ponto, a evidência é apenas para dizer que uma instituição que consegue chegar a 100 anos alguma coisa de boa ela há de ter feito.

Esse terceiro ponto é a falta de projeto para a exploração de terras semiáridas no Nordeste, desde o tempo da colônia. Dr. Celso Furtado diz, no livro *A Fantasia Desfeita*, que, se tivesse havido um projeto de aproveitamento das terras semiáridas do Nordeste por parte da coroa portuguesa, obviamente, a situação do semiárido não seria a que ainda hoje existe.

E a minha hipótese principal é a de que o DNOCS pode, de fato, cuidar da gestão integrada dos recursos hídricos do semiárido. Como hipótese, eu entendo uma verdade que não foi comprovada, mas que, a respeito

da qual, há evidências que podem ser comprovadas e que todos têm conhecimento dela. Pode passar.

Esse terceiro ponto: criação, perda de vigor, falecimento, recriação, vigor e força das instituições. Aí eu vou tentar ser bem breve aí, para poder ficar com um pouquinho mais de tempo para o item 5, que é o do projeto de futuro do DNOCS.

A natureza das instituições regionais. Tanto aqui no Brasil, no Nordeste, como em qualquer parte do mundo, onde foram criadas instituições com a denominação de “entidade regional” tal, para resolver problemas regionais, essas instituições foram criadas com um caráter extraordinário.

Em primeiro lugar, para... foram criadas para resolver um problema específico. E, para resolver esse problema específico, elas foram estruturadas de forma a poderem apresentar ou se caracterizar como instituições especiais. Como aconteceu com a IOCS, como aconteceu com a IFOCS, como aconteceu com o Banco do Nordeste, como aconteceu com a SUDENE e todas as outras instituições, Banco do Nordeste, Comissão do Vale do São Francisco, porque foram criadas para resolver, num determinado período de tempo, um determinado problema, que era considerado grave e que deveria ser solucionado.

O que eu estou querendo dizer do DNOCS à SUDENE? Eu quero dizer aí o seguinte, mesmo que doa, no ano em que a SUDENE foi criada, 1959, começou o período... ou o ponto da curva normal de descenso ou de perda de importância do DNOCS. Em 1959, o DNOCS tinha 50 anos, completou 50 anos em outubro de 59, a SUDENE foi criada e instituída e passou a funcionar em dezembro de 1959. É como se a SUDENE fosse um prolongamento do DNOCS, mas, na medida em que se prolongava, em que procurava resolver determinados problemas na perspectiva do desenvolvimento e numa perspectiva positiva, o DNOCS passou a perder importância, passou a perder importância, perdeu espaço e ficou meio solto – desculpe a expressão –, ficou meio “baratinado”, diante da nova forma de enfrentamento dos problemas do Nordeste, numa perspectiva que era um pouco ou razoavelmente diferente da perspectiva do DNOCS.

Do DNOCS à SUDENE, portanto, há uma passagem complicada que nós precisamos entender, para poder saber por que o DNOCS – como vai ser dito um pouco à frente – é extinto, retorna, por que a SUDENE é extinta e passa um bom período morta e, um belo dia, ressuscita, mas não como uma extinção... Como uma anulação do ato de extinção, mas como uma recriação.

A extinção e recriação do DNOCS, eu acho que o DNOCS foi extinto em 1999, por um ato... por uma

Medida Provisória de reestruturação da administração pública brasileira, e quem... E a volta do DNOCS à vida, no meu modo de entender, se deve muito a esta instituição chamada SOAD, Sociedade Amigos do DNOCS, que soube trabalhar com as forças políticas do Nordeste, conservadoras ou progressistas.

Foi uma frente das forças políticas do Nordeste que se organizaram e resolveram trabalhar para impedir que a extinção do DNOCS se tornasse efetiva, *per omnia secula*. Então, isso se deve... Esse pessoal se deve aos deputados, aos senadores do Nordeste, à frente parlamentar do Nordeste, que lotou e conseguiu fazer com que o DNOCS revivesse.

A extinção e recriação da SUDENE já têm... A extinção e recriação da SUDENE já têm uma característica diferente. Quando a SUDENE é extinta ou quando começaram as conversas de que a SUDENE poderia ser extinta, os que eram “sudeneanos”, ou que defendiam a SUDENE, diziam o seguinte: “Eu não acredito que o Presidente Fernando Henrique extinga a SUDENE, porque ele é amigo do Dr. Celso Furtado. Ele não vai fazer isso com o Celso Furtado vivo”. Mas ele fez, ele fez. Houve uma série de razões consideradas determinantes para a extinção da SUDENE, mas, na realidade, a SUDENE foi extinta porque ela já tinha, naquele momento, perdido a força para resolver os problemas em relação aos quais ela tinha sido criada ou por conta dos quais ela tinha sido criada.

As outras instituições regionais que eu mencionei que estão bem, são a CHESF e o BNB, porque tratam de negócios que independem... que independem não em absoluto, mas que independem das forças políticas, tanto quanto dependia o DNOCS com a SUDENE.

A CHESF porque funciona em virtude da circunstância de ter se “adonado” das águas do São Francisco. O São Francisco é patrimônio da CHESF. Faz-se com as águas do São Francisco o que a CHESF achar que deve ser feito. O BNB porque trabalha com a mercadoria que a todos interessa e, em função do dinheiro barato que coloca nas mãos dos setores produtivos, o Banco do Nordeste é uma força que deve ser preservada.

Isso daí me faz colocar esse item 3.6, que as instituições sustentadas por relações sociais que aparecem sobre diversas formas e denominações: lutas, interesses e conflitos de classe.

E aqui eu faço uma diferença específica entre lutas de classe e conflitos de classe. Luta de classe é a luta entre capital e trabalho. Conflito de classe é a luta no interior de uma dada classe, é a luta dos segmentos da classe trabalhadora, é a luta dos segmentos da classe empresarial.

E termino aí com uma referência a uma ênfase que é dada no livro *A Grande Transformação*, do Karl

Polanyi, sobre as razões que nos levam e que levam as instituições a lutarem por determinados interesses. Pode passar.

A construção de institucionalidades. Quer dizer, quando se cria uma instituição como o DNOCS ou a SUDENE ou quando se trata de criar institucionalidades para resolver problemas que estão órfãos de instituições responsáveis, como hoje acontece no Nordeste brasileiro e principalmente em suas áreas semiáridas com os problemas de desertificação, as instituições, para resolver esse problema, são criadas em função dessa percepção dos interesses e dos conflitos de classe, que estão sendo tratados pelos diferentes segmentos, pelos diferentes atores sociais da região.

Informação... Esse quarto ponto é para mostrar a importância do DNOCS, em relação à sua produção intelectual, técnica e científica. Eu, para fazer isso, eu cheguei à conclusão de que a produção de documentos, como esta revista ou como os boletins técnicos que o DNOCS produziu ou como os estudos, os trezentos e tantos estudos que o DNOCS, como DENOCS ou como IFOCS ou como IOCS, produziu de 1909 até os dias de hoje.

Então, eu digo que a produção e a divulgação de documentos técnicos e científicos constituem variáveis e indicadores de... importantes a respeito do vigor das instituições. Ou seja, quando uma instituição está viva, ela ainda está produzindo informação... Sistematizando e produzindo informações, principalmente sobre o que ela faz, para mostrar o que é que pode ser feito a partir do trabalho que aquela instituição realiza.

De 1909 a 2009, a IOCS, IFOCS e DNOCS produziram 382 estudos das mais diversas naturezas e várias publicações técnicas. De 34 a 2002, a IFOCS e o DNOCS, aí eu já tiro a IOCS, porque a IOCS, ela desapareceu em 1919, e pego 34, porque 1934 foi o primeiro ano da publicação dos boletins da IFOCS, que depois se transformaram em boletins do DNOCS.

Então, nesse período aí, IFOCS e DNOCS produziram 103 números de seus boletins. Há publicações... O DNOCS tem três publicações que relacionam tudo o que foi produzido pela IOCS, pela IFOCS e pelo DNOCS desde 1909, tanto em relação a estudos como em relação a boletins técnicos.

Pode passar. O que vai aparecer nessa tabela aí que vocês não vão ver, mas ela está no texto e no arquivo. O texto que está publicado aqui nesta revista, ele... O arquivo, eu cedi para a Comissão, para o caso de terem interesse e quiserem utilizar antes de receber a revista.

Então, aí tem, apenas interessa dizer o que é que consta dessa tabela. É a relação do que foi pro-

duzido em alguns subperíodos do período de 1909 a 2009. Pode passar.

Dos boletins à *Revista Conviver*. A *Revista Conviver*, ela foi iniciada em 2003. Foi iniciada para ser publicada como revista de frequência trimestral. Mas, até hoje, de 2003 a 2009, ou seja, seis anos, foram publicados cinco números. Este é o sexto número. O que mostra as dificuldades que a instituição teve, nesse período, para publicar a revista. Isso se deve... A publicação dessa revista se deve, na minha opinião, em grande parte ao esforço, à dedicação do ex-diretor do DNOCS, o Dr. Eudoro Santana, que foi quem concebeu e quem pôs em prática a ideia de publicar a *Revista Conviver*.

Esse item 4.4 é só para mostrar o seguinte: num determinado momento das minhas reflexões, ao escrever o artigo, eu digo: o que é que aconteceu? Nós estamos comemorando, este ano, 100 anos. Ou seja, quatro quartos de século. O que é que o DNOCS fez para... Quando completou o primeiro quarto de século, os primeiros 25 anos, o segundo quarto de século, o terceiro e o quarto. Para comemorar o primeiro quarto de século, 1909 a 1934, em 1934, quando completa 25 anos, o DNOCS não... A IFOCS, que, na época, era IFOCS, não possuiu nada. Mas eu posso dizer que fez uma produção importante, porque, naquele ano, a IFOCS criou o boletim da IFOCS. E, nesse ano de 1934, publicou 12 números. Quer dizer, quando a gente pega o boletim de 1939, o boletim técnico nº. 1 do DNOCS, que a gente vê o corpo editorial, que lê, a gente vê lá os nomes dos grandes nomes do DNOCS. Os grandes nomes estão todos nessa... no quadro dos que eram, foram responsáveis pelo boletim do DNOCS.

O segundo quarto de século, 1959, o DNOCS produziu um boletim, o boletim... O boletim que teve como título na capa: "Salve 21 de outubro de 1909", que foi também um boletim constituído por uma série de artigos produzidos pelos profissionais mais destacados do DNOCS. Com um artigo do próprio diretor-geral, na época, o engenheiro... O engenheiro José Cândido de Paula Pessoa.

No terceiro quarto de século, 1984, o DNOCS produziu, comemorou os 75 anos com a produção de um livro: *O DNOCS e o Novo Nordeste*. Em dois volumes, escritos por três profissionais importantes lá do Ceará, o escritor Manuel Eduardo Pinheiro Campos; o popular Manuelito Eduardo, jornalista, escritor, teatrólogo; o historiador Geraldo Nobre e o historiador João Alfredo Montenegro.

Então, este livro tem um prefácio longo, escrito por outro escritor importante do Ceará, o professor... o professor Francisco Alves de Andrade e Castro, que fez uma síntese do que os dois volumes queriam dizer.

O primeiro volume é um volume de análise sobre tudo que aconteceu na vida do DNOCS, até aquele ano, desde a IOCS até o DNOCS. E o segundo volume é um volume de estatísticas sobre tudo o que o DNOCS fez em todas as áreas: construção de açudes e barragens, estradas, aeroportos, postos, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água, campos de pouso... O que o DNOCS fazia, até 1950, 50% das estradas federais existentes no Nordeste foram construídas pelo DNOCS, foram construídas pelo DNOCS.

Esse item: projeto de futuro do DNOCS, o que eu fiz, na realidade, eu queria perguntar ao Sr. Presidente, eu sei que tem menos expositores, se eu posso continuar com essa conversa mole por quanto tempo mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O tempo que nós temos por hábito é dez minutos. O senhor já está com 20. Mas vamos deixar mais dez minutinhos.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Pois não, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de chamar o Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, diretor de desenvolvimento hidroagrícola da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério de Integração Nacional, que vem representando o Sr. João Reis Santana Filho, secretário executivo do Ministério de Integração Nacional. Faça o favor. Muito obrigado.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Bom, esse item 5.1: longo caminho das reestruturações do DNOCS. Isso, no texto da revista, é da gente ler e quase chorar, porque o caminho das reestruturações do DNOCS, de 1963 para cá, tem sido um caminho difícil, doloroso. As tentativas que o DNOCS tem feito para se reestruturar, para atender às demandas, para fazer mais do que já fez até hoje, constitui um percurso... um percurso complicado, extremamente complicado.

Houve reestruturações da segunda metade do século 20 para cá, e eu aí... Aí, não, no texto, mas o que eu ponho aí, essas reestruturações da segunda metade do século 20, fazem parte dos esforços que o DNOCS realizou junto a diferentes ministérios de 1963 para cá. E todas... E, à exceção da lei de 1963, que define a estrutura básica, a primeira estrutura, em caráter mais ou menos definitivo do DNOCS, o DNOCS passou por várias mudanças ou tentou várias mudanças, e essas modificações sempre pararam na burocracia. Não na burocracia dos técnicos, porque técnico não tem força. Isso é preciso a gente entender, quem tem forças são os atores sociais. Técnico faz o que os atores sociais, que têm força, mandam ou sugerem com delicadeza, mas mandam que se faça.

Quando um técnico acha que fez... alguma coisa aconteceu porque ele trabalhou a favor daquele evento, ele está muito enganado em pensar que a opinião dele prevaleceu. O que prevaleceu foi a força daqueles que mandam, que têm poder. Seja poder do lado das forças ligadas ao trabalho, seja do lado das forças ligadas ao capital. Mas, como nós vivemos... Isso é outra questão que eu, sempre que posso e me deixam, eu gosto de enfatizar. Nós vivemos num Estado onde a economia é capitalista. Então, se o Estado é capitalista, ele não pode fazer o que a classe dos trabalhadores quer. Ele faz uma parte, porque, sem ela, ele não sobrevive. Mas o mando, no meu modo de entender, continua sendo do capital.

Então, as reestruturações havidas na segunda metade do século 20, elas foram complicadas, o DNOCS não conseguiu fazer nada até 1999, quando foi extinto, e, na linha daquilo que eu já mencionei, e voltado à vida por conta do esforço realizado pelas forças sociais conservadoras ou progressistas do Nordeste.

Eu destaco essa reestruturação trabalhada em agosto de 2006 e a reestruturação iniciada em novembro de 2007, porque essa de 2006, ela faz parte do chamado "Projeto DNOCS 100", que foi uma concepção do Dr. Eudoro Santana. Dr. Eudoro Santana tentou criar uma... ou melhor, reestruturar, fortalecer, revigorar o DNOCS, na perspectiva de um projeto que desse... que fortalecesse – como nós vamos ver nos slides seguintes –, que fortalecesse o que ele tem de importante no seu patrimônio técnico, cultural, imaterial e de recursos humanos.

Esse trabalho iniciado em agosto de 2006, ele foi continuado em novembro de 2007, quando o DNOCS, sob a... sob, não, com o apoio do Ministério da Integração Nacional, consegue fechar um programa de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, o ICA, para estruturar o novo DNOCS ou dar uma nova... uma nova roupagem ao DNOCS, numa perspectiva de conservação dos recursos naturais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade das instituições, dos negócios e de todas as demandas e necessidades da região. Pode passar.

Agora, aí eu estou colocando, não vou detalhar, mas é só, esse item 5.2 é só para dizer o seguinte: o DNOCS não terá futuro, assim como a SUDENE não terá futuro, se não for concebido e estruturado um projeto de desenvolvimento para a região, a exemplo do que houve em 1956 ou o que foi construído em 56 a 59 e que culmina com a criação da SUDENE. Um projeto de desenvolvimento do Nordeste que esteja articulado com o projeto de desenvolvimento nacional.

O que é que o Brasil quer? O que é que o Brasil quer com o Nordeste? O que é que o Nordeste tem que fazer para promover a integração da economia regional à economia nacional e a outras economias? Sem esse projeto para o Nordeste, articulado a um projeto nacional, nós não podemos esperar um fortalecimento, um revigoramento, um soerguimento do DNOCS ou da SUDENE. Pode passar.

Aí eu queria... Eu queria ler isso que infelizmente ficou em tamanho menor, sobre a ideia do projeto nacional, pegando uma percepção do professor Carlos Lessa, ao escrever, ao escrever sobre o assunto. Sobre o projeto nacional, ele disse o seguinte: "Que o sonho do G20 talvez venha a se materializar em um futuro remoto, porém o Brasil pode retomar o desenvolvimento do passado e superar a mediocridade dos últimos 25 anos. A crise é a crise econômica, a crise dessa economia globalizada, abriu janelas ideológicas para formularmos um projeto nacional não liberal". Quer dizer, para formularmos. Isso aí o Dr. Lessa disse este ano, 2009, o que significa dizer que nós não temos um projeto nacional. Nós temos ideias, nós temos aí escrito, no sentido de formulado, articulado, disponível para que se leia e diga: "O projeto do Brasil é este".

Algumas possibilidades de estruturação de um projeto de desenvolvimento para o Nordeste, uma delas pode ser pautada pelas possibilidades decorrentes da implementação do projeto São Francisco, ou seja, o projeto de transposição de águas do São Francisco para o Nordeste setentrional.

Eu acredito que essa é... Esse é um caminho bastante razoável, muito embora haja muita... haja muita dificuldade, e essas dificuldades estão sendo enfrentadas com os trabalhos que estão sendo realizados de construção das obras do projeto de transposição de água do São Francisco. A missão... Pode passar. Pode passar.

A missão... Está mais na frente. Não, não. Eu vou só citar os nomes principais. Volta aí só um pouco, para não perder. A articulação... Sim, o que eu quero dizer aí é que nós não podemos, e os funcionários do DNOCS em particular não podem, não deviam, era pensar num DNOCS, como o DNOCS foi nos seus anos de auge [soa a campainha].

Então, eu vou apenas ler os tópicos, para que eu possa pelo menos deixar a ideia geral. Na linha do que está descrito aí nesse item 5, eu sugeri uma missão para o DNOCS de convivência com a semiáridade, no contexto da qual o DNOCS poderia ter a missão de exercer ações executivas e de coordenação necessárias ao gerenciamento dos recursos hídricos do semiárido brasileiro, de forma descentralizada e participativa, em estreita articulação com a Agência Nacional de Águas

e os governos dos estados do Nordeste, segundo as particularidades do desenvolvimento sustentável.

Há também aí uma série de funções especificadas, e o contexto do desenvolvimento do projeto "DNOCS 100" é o contexto do projeto de cooperação técnica entre o DNOCS e o ICA, onde estão detalhadas todas as atividades que devem ser trabalhadas pelo DNOCS, em conjunto com os diferentes estados.

Eu já falei demais, era isso que eu tinha a dizer. Peço minhas desculpas e agradeço ao Sr. Presidente a paciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. José Otamar de Carvalho, pela exposição. Nós convidamos para que faça parte da Mesa o Dr. Elias Fernandes Neto, diretor-geral do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, também do DNOCS [palmas].

Ouviremos e concederemos a palavra ao Dr. Washington Luis Alves Moreira.

SR. WASHINGTON LUIS ALVES MOREIRA: Bom dia a todos. Bom dia, aqui, à Mesa, bom dia ao nosso conterrâneo, Senador Inácio Arruda, aos demais presentes.

Saudar, aqui, os funcionários do DNOCS, na pessoa do Dr. Douglas, e registrar a presença, aqui, da nossa Comissão da federação, o Carlos, Dr. Roberto, Elisângela e o Raimundo César, que fazem parte da federação.

Dado o tempo, a correria, ver se a gente consegue passar o nosso recado em 10 minutos. Perímetros públicos de irrigação, a potencialidade e suas necessidades. Pode passar.

A importância dos perímetros públicos: dá dignidade ao homem do campo; promove o desenvolvimento sustentável; promove a relação de trabalho e renda; promove a geração de divisas e exportações; garante a regularização do abastecimento interno; segurança alimentar; incentiva a permanência do homem no meio rural; incentiva a aplicação de modernas tecnologias de produção; e garante o aumento da produção e da produtividade; facilita a diversificação da produção; e diminui os riscos da agricultura. Pode passar.

Aí nós temos, aí, o aproveitamento das áreas irrigadas nos perímetros públicos, ano 2008, quando a gente vê aí distribuído por culturas que se destacam. Vou olhar aqui, que minha vista é um pouco... Que se destaca aí a produção do milho industrial, 28%; produção de grão, 19% da área; coco verde, 4,7%(F); e a oleaginosa, 79%.

O que eu queria chamar atenção para... Ficou diferente aqui da planilha que me entregaram aqui. Queria chamar atenção, aqui, das áreas, nós vamos

ver mais na frente, na área destinada à irrigação ao DNOCS. Pode passar.

O que é o desenvolvimento de uma área irrigada? Infraestrutura, energia elétrica, transporte, estradas, comunicações, insumos, fertilizantes, sementes, defensivo, máquinas, água, serviço de saúde, assistência técnica, segurança, educação e crédito, pós-colheita, armazenamento, transporte, beneficiamento e comercialização, o que corresponde a homem e terra, produção agrícola.

Se fizermos o que está aí, com certeza nós vamos tirar mais alimento da terra, com mais abundância.

Nós temos aí a área cultivada no... Mais valor bruto da produção, vegetal e animal. Se a gente ver, em 2008, os perímetros públicos produziram 176 milhões de reais.

É bom a gente destacar que isso aí é preço de porteira. Quando é para o bolso do irrigante, que só significa 25% da riqueza gerada para o Brasil. Pode passar.

Nós temos aí, nesse quadro aí, o potencial de empregos diretos e indiretos gerados, quando nós temos aí um crescimento, a cada ano, de 96, saindo de 134 mil, para 2008, de 211 mil empregos gerados diretos e indiretos. Pode passar.

Nós temos a renda bruta vegetal e animal, quando o vegetal, 163 milhões, animal, 12 milhões, totalizando 176, quando fiz a observação que significa 25% do que os perímetros públicos da jurisdição do DNOCS produziu em 2008. Pode passar.

Aí nós temos a implantação das segundas etapas, que distribuem mais ou menos assim: Arara Norte 1.619 hectares; Baixo-Acaraú 4.167; Tabuleiro de Russas 3.600; Platôs de Guadalupe 10.500; Tabuleiro Litorâneo do Piauí 5.900; São Gonçalo 643, totalizando 26 mil hectares.

O que nós queríamos chamar atenção para esse quadro aí, as segundas etapas foram dadas prioridades pelo Ministério da Integração. Essa segunda etapa aí significa mais áreas ociosas, mais elefantes construídos em todo o Nordeste brasileiro. Nós não somos contra a construção das segundas etapas, nós somos a favor, sim, de se recuperar o que tem aí, para só, então, começar as segundas etapas.

Nós temos aí o recurso que foi destinado pelo PAC para a implantação desses 26 mil hectares daria para recuperar os 63 mil hectares e triplicarmos a nossa produção. Pode passar.

Os principais entraves da autogestão dos perímetros. Maior ênfase do Governo na implantação de projetos de irrigação em segundas etapas. Foi o que eu falei agora. A política do Ministério foi construir no-

vas segundas etapas, quando elas inviabilizam a continuidade das primeiras.

Lei de Irrigação ultrapassada. A Lei de Irrigação que está sendo discutida na Câmara Federal, ela não contempla a necessidade dos perímetros, ou seja, vai continuar a mesma coisa, a regularização fundiária não vai acontecer, porque o que ela... É muito tímida para o problema que está acontecendo lá no campo, hoje, em todos os perímetros públicos.

A descontinuidade administrativa. Nós, como irrigantes, nós fomos convidados pelo Ministério Público para participar de um programa de transferência de gestão, quando, na verdade, seríamos nós, em cinco anos, assumirmos a administração dos perímetros públicos. Convidado a gente foi, mas, para parar, o Ministério não teve nem a consideração de nos informar que o programa "Transferência da gestão" tinha sido parado. Justificativa nenhuma foi dada.

Então, a gente apela para que a transferência da gestão seja reativada.

Insuficiência ou ausência de orçamento da União, para a gestão, recuperação e modernização dos perímetros. O que significa isso? Do dinheiro que está destinado para construir mais... implantação de 26 mil hectares, com 40% desses hectares, nós ativamos 28 mil, recuperamos 35 mil e triplicamos a produção. Isso são números que a gente estuda perímetro a perímetro, que a isso chamamos de desperdício de dinheiro público. Pegar 26 mil reais... Recursos para 26 mil hectares e implantar mais 26 mil, somando-se a 28 mil, que nós devemos aí mais na frente ociosos. Pode passar.

A luta dos perímetros, hoje, são: retomada imediata do programa de transferência da gestão, regularização fundiária, respeito aos contratos firmados – isso aí eu queria também chamar atenção para a Casa, que os primeiros irrigantes que foram assentados, eles foram usados como cabaiais. Mas a coisa deu certo, tanto que, em algumas localidades do Nordeste, um perímetro chamou a criação de um município, porque se desenvolveu. E esses contratos firmados com o DNOCS e os irrigantes até hoje não temos a resposta. Ou seja, a regularização fundiária não acontece, o DNOCS desrespeitando, o Ministério desrespeitando um contrato firmado na década da ditadura.

Recurso orçamentário para a gestão, recuperação e modernização da infraestrutura de uso comum. Se a gente vê o que se gasta para construir um hectare hoje, para implantar um hectare e para recuperar, nós podemos dizer com certeza que chega a ser de 15% a 20%. Implantar um perímetro é fácil. Eu quero ver recuperar com as pessoas lá, trabalhando para não parar. E a gente tem prova de que a gente sabe fazer isso. Basta só convidar os irrigantes para participar do

processo, que são os atores diretamente envolvidos [palmas].

Política de acesso [soa a campainha]. Pode falar? Política de acesso ao crédito para os irrigantes. Nós temos uma dificuldade muito grande que o Banco no... A participação do Banco do Nordeste ainda está atrelada à assistência técnica, e nós estamos produzindo, já há dois anos, sem assistência técnica, um desrespeito total com a Constituição, que nos garante assistência técnica gratuita para o pequeno produtor.

A reestruturação do DNOCS. Nós sabemos da necessidade da recuperação da estrutura, não só física, mas administrativa, também, porque passa por diversas dificuldades, fazendo com que a gente se penalize lá na base, que somos nós os agricultores. Pode passar.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu queria fazer um breve comentário do que seriam os perímetros, nessa nova visão da participação dos irrigantes. Todo o problema que existe lá nos perímetros públicos, a falta de gestão administrativa, profissional, e a gente vem caminhando para isso com muita dificuldade, e nós queremos deixar o nosso alerta: se nada for feito, fevereiro nós estaremos numa situação de parar as primeiras etapas, por não ter condição administrativa, operação e de manutenção.

Meu muito obrigado a todos, estamos aqui para...

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Washington. Nós ouviremos... Concedemos a palavra, agora, ao Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues. Por favor, com a palavra.

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: Bom dia a todos. Eu saúdo a Mesa, aqui, na pessoa do Senador Neuto De Conto, os colegas Otamar, Raimundo, Dr. Elias, Srs. Senadores, senhores funcionários do DNOCS, que tem muitos, senhores produtores dos perímetros públicos.

Realmente, o tempo de dez minutos para a gente colocar algumas coisas é muito pouco, mas eu tentarei, aqui, complementar o que foi colocado pelo pessoal da FAPID.

Os perímetros públicos têm uma importância bastante, vamos dizer assim, específica na questão do desenvolvimento regional, principalmente. Nós temos cerca de 90 perímetros públicos no Brasil, aquele em que a infraestrutura de uso comum é feita com recursos públicos, divididos entre Ministério da Integração, em convênio com estados, alguns feitos diretamente com CODEVASF, e outros com o DNOCS, como foi mostrado aí pelo Presidente da FAPID.

Esses perímetros, eles representam cerca de 370 mil hectares, num universo de três milhões e 450 mil hectares irrigados no Brasil. Então, são cerca de 10%, são perímetros públicos. E aí se pergunta: e esses perímetros, num universo tão... Com uma representação tão pequena, qual foi a importância deles? Fundamental. Se não fosse o trabalho do Governo, não fossem esses perímetros públicos, nós não teríamos esses polos que estão aí desenvolvidos. Se não fossem esses desbravadores, que nós possamos chamar assim, não teria ido atrás de reboque à irrigação privada, que hoje está no polo Petrolina-Juazeiro, está no polo Aguari-Apodí(F), está na região de Mossoró, está em outros estados.

Então, a importância dos perímetros públicos é imensa. Se vocês quiserem aprofundar um pouco mais em cima dessa importância, basta ler um trabalho publicado em 2004, pelo Banco Mundial, chamado "Externalidades da irrigação pública no Brasil", que o banco faz uma análise de alguns perímetros e [interrupção no áudio] interessantíssimas.

Nas regiões onde existem perímetros públicos, onde você tem a interferência desse perímetro naqueles municípios, o IDH é sempre maior do que os outros que não têm perímetro. Nas mesmas condições, evidentemente. O crescimento populacional, tanto urbano como rural, também é expressivo. Geração de emprego e renda, que já foi mostrado aqui, também não... É bastante grande nessas questões.

E, especificamente em relação ao DNOCS, nós concordamos com muitas coisas do que foi mostrado aqui pelo Raimundo, nós sabemos das necessidades grandes que se tem nesses perímetros, realmente está se fazendo segundas etapas que já estavam programadas, e nós precisamos, efetivamente, se concentrar nas primeiras etapas. Mas eu discordo do expositor numa questão: eu acho que a Legislação atual, ela peca muito e ela engessa muito a questão do trabalho que a gente precisa fazer nesses perímetros.

Para vocês terem uma ideia, acho que a maioria conhece, mas não tem problema de que se repita. A nossa Lei de Irrigação é de 79, é uma lei que foi regulamentada na década de 80, acredito que em 84, e, de lá para cá, muitas mudanças ocorreram. Basta salientar a própria Constituição Federal de 88, por si só, já necessitava uma série de modificações nessa lei.

A Lei de Águas, também, que é mais jovem, também interfere bastante. As resoluções e a Legislação ambiental também têm questão muito grande. Então, nós precisamos do apoio dos senhores para que a gente possa, vamos dizer assim, aprovar essa... substitutivo, esse Projeto de Lei que se encontra hoje na Câmara. Esse projeto, como também foi dito aqui,

não é o melhor, porque também não dá para atender todo mundo, mas é um projeto que foi trabalhado visando em que sua regulamentação pudesse detalhar e aprofundar uma série de coisas e algumas críticas que se tem hoje nesse Projeto de Lei.

Ele foi trabalhado dentro do Governo, foi trabalhado fora do Governo, esteve no Senado, com o Senador Pedro Simon, foram feitas algumas modificações, voltou para a Câmara dos Deputados, e, na Câmara, nós fizemos um trabalho de corpo a corpo, passou na Comissão de Meio Ambiente, com o Deputado Zequinha Sarney, depois passou na Câmara de Agricultura, onde o Senador (sic) Afonso Hamm, vamos dizer assim, encampou bem a ideia, até por conta de que é um irrigante. Agregou uma série de melhoramentos nessa proposição, fez uma série de Audiências Públicas no Brasil, fez Audiência Pública no Rio Grande do Sul, seu estado, fez Audiência Pública em Petrolina, em... Aqui em Brasília foi feita, também, Audiência Pública, em Cristalina, município onde tem o maior número de pivôs centrais do Brasil, e, consequentemente, grande volume de irrigantes privados, e agregou todas essas informações e sugestões que vieram dessas audiências.

Por que é importante essa lei? Ela é importante, porque ela vem nos ajudar a resolver uma série de demandas que foi apresentada aqui pelo pessoal da FAPID.

Na lei está previsto e está proposto um fundo de irrigação. Nós temos alguns financiamentos para a área irrigada, mas são financiamentos de uma forma mais genérica, com exigências bastante pesadas, mesmo em fundos constitucionais.

Então, teria a criação de um fundo de irrigação, com a Legislação específica. A regularização fundiária, que é uma das coisas que os perímetros reclamam muito, até por conta, como foi dito aqui, de uma reviravolta nos convênios assinados, ela está sendo... Dependendo do jurídico de plantão na instituição, quer seja CODEVASF, quer seja Ministério, quer seja DNOCS, ele pode interpretar isso, vamos dizer, se ele interpretar ao pé da lei, ao pé da letra, ele trava todos os contratos, todas as transferências.

Então, a gente precisa que essa Legislação seja votada, para que a gente não tenha esse tipo de coisa. E é isso que vem afetando bastante os perímetros públicos com o DNOCS, essa questão fundiária. Nós precisamos resolver, porque não tem sentido não ser feita essa titulação e até um retrocesso, como se está propondo de que troque o título de quem já recebeu, inclusive por compra e venda, promessa de compra e venda, que não tem como trabalhar isso.

Então, nós precisamos... A lei é fundamental nessa questão. A questão orçamentária dos perímetros realmente tem muita área ociosa nesses perímetros. Nós temos consciência de que muita gente, nas licitações que foram feitas desses lotes, tentou especular, nós fizemos levantamentos, nós temos diagnóstico de todos esses perímetros, de todas essas áreas, nós acabamos de fechar um diagnóstico de perímetros públicos, especificamente com os seus ocupantes originais, e tem muita especulação. Nós encontramos muita gente que achava que ia enriquecer comprando um lote daquele e não explorando.

Então, necessita-se de um trabalho muito forte de retomada desses lotes e de incentivo, para que a gente possa realmente colocar essas áreas para funcionar e para produzir, que é o real valor e o real objetivo delas. Em 2004 e 2005, nós fizemos... 2004 até 2007, nós tínhamos realmente um programa de transferência de gestão do Governo Federal, alocou, em 21 perímetros, cerca de 150 milhões, com, vamos dizer assim, resultados magníficos.

O pessoal da própria FAPID pode confirmar isso. Nós colocamos em produção, entre DNOCS e CODE-VASF, cerca de 15 mil hectares [soa a campainha].

Só um segundo, senador. Foram 15 mil hectares em operação nesse período. Então, é um caminho a ser seguido. Isso, hoje, nós estamos discutindo, nós já discutindo com o Governo Federal, uma discussão do Governo, mas estou dizendo com a Casa Civil, com o planejamento, com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, e estamos montando, efetivamente, uma linha de trabalho para resolver essas situações.

Então, como o tempo é pouco, fiz só um panorama e estou aqui à disposição dos senhores para qualquer questão, para qualquer pergunta que se fizer necessária. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Ramon. E, de imediato, ouviremos, então, convidamos para sua fala o Dr. Elias Fernandes Neto.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Queria saudar o Senador Neuto De Conto, Presidente que preside esta reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Queria saudar os Senadores Inácio Arruda, César Borges. Queria saudar os componentes desta Audiência, Otamar, Ramon, Washington, saudar os servidores do DNOCS, aqui, os irrigantes, os Presidentes de associações, meus senhores e minhas senhoras.

Convidado para falar sobre o papel do DNOCS no semiárido, após uma breve explanação sobre o que representa o DNOCS no semiárido, logo a seguir, eu

farei alguns comentários sobre as medidas urgentes que nós teremos que tomar, de imediato, para a reestruturação do órgão, e, a seguir, farei alguns comentários sobre a palestra de Washington e do Dr. Ramon.

O papel do DNOCS no semiárido nordestino, ele eu posso dizer que foi o órgão responsável pela fixação do homem no solo nordestino, principalmente das ações empreendidas ao longo dos 100 anos.

Se voltarmos ao passado, 100 anos atrás, quando, logo depois do Império, o DNOCS não tinha nenhuma... O Nordeste não tinha nenhuma obra de infraestrutura hídrica na região, as populações então residentes dependiam exclusivamente das chuvas que caíam anos sim, anos regulares e anos irregulares, havia uma despreparação da região para a convivência dessas populações no semiárido nordestino.

Ainda no Império, foi iniciada a primeira grande obra hídrica no Nordeste, que foi o Açude do Cedro, no Ceará, quando o Imperador D. Pedro II declarou que venderia as últimas joias da coroa, mas não iria permitir que nenhum nordestino passasse fome. Nem as joias da coroa foram vendidas, e os nordestinos continuaram a passar fome. No entanto, com a criação do IOCS, a inspetoria de obras contra as secas, comissões técnicas, comissões científicas foram trazidas para a região, e eu destaco o papel representativo do primeiro dirigente, o Arrojado Lisboa, que era um homem de extrema visão, trouxe, inclusive, técnicos, cientistas de outros países para estudar a problemática do semiárido nordestino.

A seguir, transformado o IOCS em Inspetoria Federal em Obras Contra as Secas, o Governo Federal passou a preparar essa infraestrutura, não só a hídrica, mas a infraestrutura de todo o Nordeste. No início, o DNOCS fazia de tudo, em relação às ações do Governo Federal na região. Construiu estradas, telégrafos, postos de saúde, pontes, escolas, até igrejas, enfim, toda a infraestrutura, todas as obras do Governo Federal na região eram feitas através desse órgão, da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, que, em 1945, transformou-se em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Essa infraestrutura implantada na região, ao longo desses 100 anos, permitiu que, nas secas que se sucederam, durante o século, essa migração fosse diminuindo, na medida de que essas obras iam sendo implantadas, as pessoas passavam a se fixar na região, em função de já ter o mínimo de subsistência, principalmente no entorno dos açudes.

São inúmeros os exemplos de cidades no Nordeste que nasceram em torno do acampamento da obra, em torno do acampamento do açude, do espelho d'água do açude e, hoje, são cidades progressivas no

Nordeste, com vida própria e tendo... tirando daquele reservatório suas condições de sobrevivência.

O DNOCS, ao longo desse período todo, construiu 325 açudes de médio e de grande porte, afora os açudes de cooperação; à época, existia um programa de cooperação entre proprietários rurais e o DNOCS, onde o DNOCS entrava com uma parcela do valor da construção, e o proprietário rural, com a mão de obra, complementava aquele serviço. Mais de 20 mil poços foram perfurados na região, mais de uma centena de milhares de hectares de irrigação foram implantados na região. Ao final, farei algum comentário sobre os perímetros irrigados, embora o Dr. Ramon tenha... Como é um conhecedor da causa, já tenha feito as considerações acerca da importância dos perímetros públicos de irrigação, e quero destacar, também, o papel da piscicultura na região Nordeste, pois ela, além de dar o alimento ao homem, ela desenvolveu uma tecnologia na produção de pescados, principalmente no que diz respeito à adaptação da tilápia tailandesa para as condições climáticas do Nordeste, as condições de temperatura de água, criação de peixes em águas paradas, trabalho esse também extensivo a outras espécies, como o Pirarucu e, na área da carcinicultura também, e também, agora recentemente, na adaptabilidade do maior peixe de água doce do mundo, que é o Pirarucu, em açudes, em reservatórios do Nordeste.

Todo esse trabalho foi feito pelos técnicos do DNOCS, principalmente na estação de piscicultura de Pentecostes, onde esses trabalhos, esses estudos são reconhecidos internacionalmente, na área de piscicultura.

Então, o DNOCS, como foi bem ressaltado agora, recentemente, acerca de uma semana, quando, durante as festividades da comemoração dos 100 anos, o Nordeste, as novas gerações, que não tinham muito conhecimento do que representou o DNOCS, ao longo desses 100 anos, através do apoio que nós temos no DNOCS, da bancada de parlamentares federais, deputados e senadores do Nordeste e principalmente do Estado do Ceará, onde nós temos o apoio dos 22 deputados federais e dos senadores, dos três senadores, e eu destaco, aqui, não por... só por sua presença, mas por uma questão de justiça, o empenho que o Senador Inácio Arruda tem com o DNOCS [palmas], em prestigiar, em apoiar esse órgão.

E eu cito como exemplo três grandes obras que estão sendo construídas, duas delas estarão concluídas no final deste ano e no próximo ano, que teve a participação efetiva da bancada de deputados do Ceará, com, inclusive, emendas parlamentares que permitiu que esses açudes, o açude Taquara e o açude Figueiredo, os dois totalizando quase um bilhão de metros

cúbicos, estivessem concluídos, serão concluídos; um este ano, até dezembro, e o outro até setembro do próximo ano.

Isto, em linhas gerais, esta eu posso resumir que é a principal, como aqui diz, no meu painel, atividade do papel, principal papel do DNOCS no semiárido foi permitir a fixação do homem nordestino na sua região, evitando que, como acontecia no passado, nas grandes secas, como já ocorreram secas intermitentes de quatro, cinco, seis anos seguidas, onde morreram milhares de nordestinos, com essa ação do DNOCS, esse fluxo foi, senão barrado totalmente, mas praticamente estagnado, no seu movimento migratório, dentro do território nacional.

Então, [soa a campainha] esse é o principal papel do DNOCS, foi o principal, está sendo o principal papel do DNOCS, ao longo desses 100 anos. Tanto é que, entre os semiáridos existentes do planeta, quer seja no Colorado, quer seja na Espanha, quer seja na África, quer seja na Austrália, em Israel, onde existe um semiárido no mundo, o mais povoado é o semiárido nordestino, e eu credito isso ao DNOCS.

Então, devido ao tempo, não vai dar para eu fazer o comentário dos outros assuntos, já encerrou no meu tempo, mas eu solicitaria à Mesa mais dois minutos... Vou aproveitar os dois minutos para dizer que, em relação à palestra do Dr. Ramon, realmente ele, como estudioso dos perímetros, colocou muito bem a posição que é endossada pelo DNOCS.

Quanto ao que o Washington falou, em parte, em tese, eu concordo com as posições dele, só não quando ele diz que não é necessária a construção agora dos perímetros irrigados. Eu digo que sim, é necessário, pois, através da construção de perímetros irrigados, foi que permitiu que o Estado do Ceará exportasse, o ano passado, 120 milhões de dólares na área de fruticultura, gerando riquezas, gerando divisas para o Brasil e riquezas para o povo cearense.

A construção dos perímetros, de irrigados, ela não tinha nenhum sentido como ocorria no passado. Eu vou dar só um exemplo, mas esse exemplo se repete em diversos outros perímetros. O perímetro irrigado Platôs de Guadalupe, iniciado pelo então DNOS, levou 17 anos para ser consolidada parte da primeira etapa. São três mil hectares, dois mil e poucos hectares foram feitos ao longo desses 17 anos. Pois bem, em apenas dois anos, nós concluímos mil hectares da primeira etapa e, até o final do próximo ano, vamos entregar mais 14 mil hectares, tornando esse perímetro apto a produzir para o Piauí, para o Nordeste.

Ao encerrar, eu solicitaria permissão ao Sr. Presidente da Mesa para passar um documentário que nós fizemos sobre os 100 anos do DNOCS. São cerca de

15 minutos apenas, para que, através desse filme, se tenha ideia do que representa o DNOCS para o semi-árido. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Elias. Vamos assistir, então.

[exibição de vídeo]

[música instrumental]

[música] "Terra, planeta água...

Terra, planeta água..."

NARRADOR: Bilhões de litros de água, cidades submersas, oceanos artificiais no meio do sertão, quedas d'água sobre paredões de concreto erguidos pelo homem, engenharia contemplada pela própria natureza.

É água para matar a sede, para produzir, plantar, colher, multiplicar peixes.

O mapa brasileiro mudou nos últimos 100 anos. Uma nova história que nasceu junto com o órgão criado para transformar o semiárido. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas era o caminho que mudaria o destino dos sertanejos, afastando o passado sofrido.

[música instrumental]

Uma região essencialmente disposta a lutar. O Nordeste, em toda a sua história, viveu inúmeros períodos sem gota nenhuma cair do céu. Muitos poetas fizeram ecoar o choro dos sertanejos, em letras e músicas, num misto de alento e protesto. Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Patativa do Assaré, Luiz Gonzaga.

[música] "Setembro passou, outubro e novembro..."

Já estamos em dezembro, meu Deus, o que é de nós?"

A seca mais cruel de que se tem notícia no Nordeste foi a de 1877 a 1879, que matou 500 mil pessoas. O cenário alertou para a necessidade de transformar a sede em abundância hídrica; a fome, em fartura; a lágrima, em sorriso. Foi, então, que o Nordeste passou a ser visto com mais atenção.

Incentivados pelo Governo do segundo Império, profissionais de engenharia se reuniram em comissões e deixaram vastos relatórios com estudos de obras para abastecimento. As Comissões Técnicas foram sucedidas por missões enviadas ao Nordeste pela corte e pelo posterior Governo Republicano. Ela se tornara a raiz de um órgão que seria o grande pensador, executor e gerenciador das mais importantes obras para a convivência com a estiagem.

Em outubro de 1909, nascia a inspetoria de obras contra as secas. Foi uma época de obras pioneiras e muita produção de conhecimento.

[música instrumental]

Em 1919, a IOCS se tornava IFOCS, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Em 1945, a antiga IFOCS dava lugar ao DNOCS. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas passou a atuar de forma paralela a outras instituições que surgiram no cenário nacional, como a CHESF, a SUVALE, a CODEVASF, o Banco do Nordeste, a SUDENE.

O Nordeste da segunda metade do século 20 já tinha nova cara, transformado num imenso canteiro de obras. O DNOCS tinha parque de máquinas e mais de 30 mil operários e funcionários. Nos períodos de seca, com os alistamentos para as frentes de serviço, os trabalhadores chegavam a 100 mil. Foi essa mão de obra que fez nascer rodovias, ferrovias, pontes, escolas, igrejas, redes de energia elétrica, tudo construído pelo DNOCS, principalmente para facilitar o acesso aos canteiros das obras consideradas mais importantes: os açudes.

[música instrumental]

Foram 326 grandes açudes em dez estados brasileiros, 27 bilhões de metros cúbicos de água, além de 622 reservatórios construídos em cooperação e de 21 mil poços para trazer à superfície a água subterrânea. A infraestrutura hídrica erguida nos 100 anos de atuação do DNOCS modificou o semiárido, hoje cortado por reservatórios de pequeno, médio e grande portes.

A história testemunha a evolução.

[música instrumental]

Século 19. Nasce o primeiro grande açude do país, no coração do sertão cearense. A cidade de Quixadá entra para a história como o berço do Cedro. A obra, projetada pela antiga Comissão de Açudes e Irrigação, foi inaugurada em 1906 e, hoje, é administrada pelo DNOCS. Com capacidade para armazenar 126 milhões de metros cúbicos de água, o Cedro não é apenas um equipamento hídrico, é obra de arte.

[música instrumental]

O Cedro abriu as portas para a engenharia de barragens, que evoluiu com o tempo, ocupando cada vez mais espaço no semiárido.

[música instrumental]

Cem anos de trabalho, 100 anos de obras, 100 anos de história. Se o Cedro foi o marco inicial, o Castanhão foi o ápice da união entre tecnologia e natureza.

[música instrumental]

O Castanhão é o maior açude brasileiro para múltiplos usos, com capacidade para armazenar seis bilhões e 700 milhões de metros cúbicos de água. O gigante erguido no vale jaguaribano cearense começou a ser pensado em 1910. Na década de 80, o projeto foi apresentado ao DNOCS, que iniciou as obras em

1995. Uma megaestrutura de engenharia foi montada para tornar o sonho sertanejo realidade. Do alto, a grandiosidade da obra se mostra soberana.

[música instrumental]

No coração da barragem, todo o seu potencial. As 12 comportas controlam a vazão. Os açudes construídos ao longo do último século ultrapassaram as expectativas. A modernização das técnicas, a localização e o gerenciamento dos reservatórios, tudo favoreceu o armazenamento e os benefícios trazidos por ele.

[música instrumental]

Pentecostes, norte cearense, aqui fica o Centro de Pesquisa em Aquicultura Rodolfo Von Ihering, pai da piscicultura. O equipamento, inaugurado em 1985, é hoje um dos mais importantes centros de estudos especializados do Nordeste. Esse espaço perpetua a relação do DNOCS com a produção de peixes, que começou em 1932, quando foi criada uma Comissão técnica de piscicultura. A meta era aumentar os benefícios dos reservatórios nordestinos, ofertando, além de água, alimento.

[música instrumental]

E a piscicultura no semiárido tem um representante de peso, a tilápia. Graças ao trabalho do DNOCS, o peixe de fácil reprodução e excelente adaptação virou destaque. No centro de pesquisa podem ser produzidas 100 mil larvas de tilápia em um só dia, o que garante peixe para o consumo humano, para as pesquisas e para o povoamento de lagoas, rios e açudes.

[música instrumental]

O Ceará é hoje o maior produtor de tilápia do Brasil, e o Centro de Pesquisa de Pentecostes domina a tecnologia de reprodução do peixe.

[música instrumental]

E há outros exemplares de destaque. A técnica de hipofisação, reprodução artificial de peixes, genuinamente nordestina, garante qualidade, quantidade e diversidade.

[música instrumental]

E as pesquisas não param. O desafio, agora, é povoar os reservatórios nordestinos com o maior peixe de escamas de água doce do mundo: o pirarucu.

[música instrumental]

O trabalho do centro de pesquisa se multiplicou pelo Nordeste. Onze estações de piscicultura foram criadas, todas com o mesmo objetivo: produzir alevinos e povoar reservatórios, garantindo o desenvolvimento da atividade e mais oportunidades no campo.

As pesquisas voltadas para a produção de camarão também foram fortalecidas ao longo da trajetória do DNOCS. O centro de pesquisas em carcinicultura em Fortaleza produz espécies ideais para o semiárido.

Aqui são desenvolvidas tecnologias em reprodução e lavicultura.

[música instrumental]

Os peixes e camarões garantiram maior aproveitamento da água. Mas não é só dentro dos reservatórios que ela gera reprodução. A água armazenada faz recursos mecânicos e chega à terra seca. A redenção da agricultura no semiárido foi batizada de irrigação.

[música instrumental]

Água e terra, unidos, esses elementos abrem caminhos de desenvolvimento na zona rural brasileira. Água que irriga o solo e produz alimentos, que dá sustento ao homem e dignidade pelo trabalho. A agricultura irrigada ganhou impulso no Brasil, no fim da década de 60, com a criação do grupo de estudos integrados de irrigação e desenvolvimento agrícola. E o DNOCS teve papel fundamental na consolidação da produção irrigada. Canais, suporte hidráulico, elétrico... Em todo o semiárido brasileiro, são 38 perímetros que concentram atividades agrícolas e pecuárias; polos produtivos de destaque nacional, como o Tabuleiros de Russas, no vale jaguaribano cearense. O perímetro produz do feijão à melancia, e boa parte cruza as fronteiras brasileiras. O sucesso vem da tecnologia de ponta, com água na medida certa e na hora exata.

[música instrumental]

Outro perímetro irrigado de sucesso é o Brumado, no Município de Livramento de Nossa Senhora, na Bahia. Situado na região da Chapada Diamantina, o perímetro tem como fonte hídrica a Barragem Luís Vieira, no Município de Rio de Contas. A principal cultura é a manga, presente em 85% das áreas irrigadas, uma inestimável fonte de sabor e aroma que sacia paladares brasileiros e estrangeiros.

[música instrumental]

E o mapa da agricultura irrigada no Nordeste é extenso.

[música instrumental]

Muitas vezes, a água armazenada nos reservatórios precisa cumprir longos percursos, até chegar aos múltiplos destinos. Quando as condições naturais dificultam o trajeto, ainda assim, há jeito. Os caminhos são abertos por imensas estruturas que seguem costurando o solo, encurtando distâncias, conduzindo a água. São as adutoras.

[música instrumental]

Quilômetros de tubulações, estruturas de captação, estações de bombeamento, de tratamento. Graças às adutoras construídas pelo DNOCS, populações deram adeus ao racionamento e não precisam mais de carros-pipa.

[música instrumental]

E há mais obras em andamento. As ações do DNOCS estão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. O PAC vai aplicar, até o final de 2010, dois bilhões de reais na construção de açudes e adutoras e na ampliação de perímetros irrigados. Homens e máquinas trabalhando. É a poeira do desenvolvimento no semiárido brasileiro.

[música instrumental]

Ao longo dos últimos 100 anos, o DNOCS aplicou o equivalente a 20 bilhões de dólares, recursos que tornaram o semiárido brasileiro o mais povoado do mundo. E há novos investimentos, um deles em execução. O DNOCS, que nasceu para fazer brotar água no sertão, está na rota do maior projeto hídrico do país: a interligação do Rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional.

O projeto São Francisco vai levar água a 12 milhões de nordestinos. As obras estão a todo vapor, e o DNOCS tem papel importante. É responsável pelas ações de desapropriação, indenização e inclusão social. Quando estiver concretizada, a interligação de bacias vai usar boa parte da infraestrutura hídrica que foi construída pelo departamento neste século de existência.

Passado, presente e futuro.

[música instrumental]

Aquecimento global. O mundo tenta retardar os efeitos das mudanças climáticas. Secas e cheias mais intensas, desertificação, quebras de safras, o órgão que ensinou milhares de pessoas a conviver com a estiagem tem novo desafio: ajudar o Brasil a levantar a bandeira da vida, da preservação ambiental. É o DNOCS do século 21!

[música instrumental]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em nossas mãos, a lista de todos os presentes. Pela quantidade e, principalmente, pela qualidade, eu quero cumprimentar a cada um e a todos por nos dar esta oportunidade, que, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, citando o nome da Dra. Socorro Ribeiro, diretora do CONDSEF, Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, agradecemos a presença de todos. E, como autor do Requerimento nº. 12/09, Senador Inácio Arruda, concedemos a palavra para que faça suas considerações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro agradecer a presença dos nossos convidados, começando pelo nosso diretor, Elias Fernandes Neto, diretor do órgão que para nós, no Nordeste, uma parte dos nordestinos, especialmente, talvez seja ao longo dessa... desse tempo a organização que mais contribuiu, efetivamente, como o vídeo estampou,

para a permanência de muitos nordestinos, nos seus municípios, nos seus distritos, na sua região.

O nosso êxodo foi muito grande, muito grande. E um dos principais problemas nossos é exatamente conseguir armazenar água. Então, quero cumprimentá-los, Washington, dos nossos perímetros irrigados, acho que o nosso debate tem que ser nesse sentido. O contraditório, aqui, não é para contrariar. O contraditório é para fazer as coisas avançarem mais, numa velocidade maior e que se dê solução aos problemas.

O nosso Otamar, acho que brilhante intervenção, com muitas informações, muitos dados, ele talvez não precisasse de texto para falar. Ele usou o texto para poder economizar o espaço de tempo. Mesmo assim, o tempo, efetivamente, foi curto. Nosso Ramon, com quem sempre temos estado, para também buscar informações, soluções e como projetar, porque esse que é nosso sentido. Não é fácil uma organização, num país como o nosso, alcançar 100 anos. Não é fácil. Quer dizer, o DNOCS alcança seu primeiro século de existência. E digo que não é fácil, porque as tentativas de liquidá-lo sempre foram muito grandes, questionando seu papel, se valia a pena ainda manter esse órgão funcionando, com despesa, uma folha enorme de aposentados, mais tantos funcionários na ativa, como esse dispêndio poderia ser mantido pelo DNOCS e pelo Governo Federal.

E nós sempre reagimos, dizendo que esse dispêndio é o dispêndio do investimento em uma região inteira. Esse dispêndio tem um retorno muitíssimas vezes maior do que o que se pode considerar, em termos de gastos para a União Federal.

Então, como projetar o papel desse órgão, que, na hora necessária, construiu BRs. Algumas BRs que cortam o Nordeste brasileiro foram construídas pelo DNOCS. Construiu pontes, ferrovias. Teve que fazer tudo isso para facilitar a vida das populações rurais do Nordeste brasileiro, fazer com que a água, que era armazenada ainda em pouca quantidade, no seu início, pudesse também chegar àquelas comunidades, mais de 20 mil poços em situação adversa de tecnologia, da época, e das condições, também, econômicas oferecidas pelo próprio Governo Federal, a cada instante.

Com condições excepcionais, uma riqueza extraordinária do século 20, que é o petróleo, agora na fase do pré-sal, era bom a gente examinar quantos furos foram feitos pela Petrobras nesse período.

Claro, tem meio século e pouco de existência, mas a tecnologia da Petrobras e os recursos destinados à Petrobras, por uma necessidade imperiosa do país, fizeram com que ela tivesse uma facilidade muito maior do que qualquer outra instituição brasileira. É tanto que tem um centro de pesquisa específico da

Petrobras, que é considerado já um dos mais importantes do mundo em pesquisas na área de petróleo, gás, energia, e em muitas outras que, são bancadas e financiadas pela Petrobras.

Portanto, eu quero mostrar um paralelo em situações absolutamente diferentes, mas nós furamos mais de 20 mil poços nesse semiárido. Muitos batíamos na chamada água salobra. Mas, mesmo assim, o campo-nês criava as condições para aproveitá-la. Então, mais de 20 mil poços, 325 açudes de médio e grande porte, afora os incontáveis açudes em cooperação. Que, desses açudes em cooperação, tem muitos açudes grandes e de médio porte e milhares de pequenos. Porque aí a cooperação foi inestimável, para garantir a manutenção do homem no campo.

Eu imagino um pouco assim, o DNOCS, então, deu um salto também extraordinário, que se preocupou, a partir de formar seus espelhos d'água, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e convidados, ele examinou o passo seguinte. Primeiro, estruturou as grandes barragens. Contribuição inestimável para a engenharia brasileira a da construção de barragens. É como se fôssemos nós os precursores dessa grande engenharia no Brasil, espalhando... não é só no Nordeste, não. Tem barragens do DNOCS em quase todas as regiões brasileiras. Quase todas. Mas digamos que fomos os precursores desse dinamismo, nessa área da engenharia no Brasil.

Daí passou-se a dar o salto, que foi o processo de construção dos perímetros irrigados. Irrigar para tirar a água armazenada, fazer com que ela desse seus primeiros passos, caminhasse um pouquinho, saísse de dentro das barragens e passasse a produzir frutas, grãos, para sustentar essa população no semiárido, inicialmente, e, depois, vender para o Brasil inteiro.

É interessante dizer que empreendimentos particulares e públicos produzem milho verde, no Nordeste brasileiro, 365 dias no ano, 365 dias no ano, para oferecer a uma parte, uma espécie de nicho de mercado muito importante nessa área.

Então, passou-se para a irrigação, para a produção e para a piscicultura. É outro passo que foi dado pelo DNOCS. Eu imagino que, a cada passo que você vai dando, você vai deixando um legado extraordinário, e que nós temos que imaginar, ao invés da política sempre, sempre, e, principalmente dos setores que menos compreendem e, muitas vezes, setores conservadores brasileiros, que não compreendem investimentos dessa monta no Nordeste.

Às vezes, a gente faz uma brincadeira, e é muito significativo que esteja aqui presidindo exatamente o Senador Neuto De Conto, que é de uma região que normalmente é uma região que tem... as calamidades

são de outra monta. A natureza castiga a região Sul de outra forma. Na estiagem, quando tem uma estiagem, digamos assim, no Sul e no Sudeste, é assim três meses, quatro meses. Seis meses é um exagero. Seis meses é um pandemônio de estiagem. Ter uma estiagem ou um período sem chuvas de seis anos, três anos... Três anos já é um sofrimento grande. Um ano sem chover, a gente já fica, assim, preocupadíssimo. Dois, então, a gente fica já quase louco. E, no terceiro ano, então, já é loucura do homem, buscando a água em algum lugar, para poder saciar sua sede e dos animais.

Então, nesse processo, o DNOCS foi conseguindo investimentos, mas o montante de investimentos nessas regiões é muito pequeno para o retorno. Muito, muito pequeno para o retorno que ele tem dado ao Brasil e à nossa região e os saltos que ele tem dado.

Então, eu digo, primeiro, as engenheiras, as barragens, depois, a produção com irrigação, depois, a piscicultura, com pesquisa, com ciência. Não foi feito no toque de caixa, não. Tem muito bom batedor de tambor no Nordeste brasileiro, que tira música refinada. Mas não foi feito assim, não. Foi feito com muita ciência, com investimento nos seus engenheiros, nos seus engenheiros de pesca, nos seus engenheiros civis. Quer dizer, essa turma da engenharia, da ciência, da biologia, da química, da bioquímica sentou para poder examinar essa produção, adaptar espécies na nossa região.

Hoje, eu quero dizer que tive a felicidade de, num voo de São Paulo para Montevideu, ser servido de um prato de tilápia. Uma delícia! Pequenininho, porque, agora, esses pratos estão ficando muito pequeninhos. Mas era um prato delicioso. Delicioso! Quer dizer, colocar o pirarucu. Eu vi o Lula agarrado com um pirarucu, lá na barragem do Castanhão, quase que não solta o bicho. E era um filhotinho pequenininho, mas não era fácil de se agarrar com o bicho, não.

Quer dizer, que passo, ao invés de alguns conclamarem... Porque eu vejo, alguns perguntam para nós: "Para que Banco do Nordeste? Para que DENOCS? Para que CODEVASF? Para que esses órgãos existindo na região Nordeste do Brasil?". Eu disse: "Para ajudar. Para ajudar a desenvolver. Para ajudar a integrar essa região ao Brasil". É para isso que nós queremos. São 80 mil hectares de perímetros irrigados, isso é uma riqueza. Se pudermos fazer mais, devemos fazer.

Eu faço um paralelo com a história desse Governo aqui do Lula. Eu chegava à universidade para fazer um debate, e o pessoal dizia: "Ah, o Lula quer fazer escola técnica, universidade, REUNI, PROUNI, para botar os pobres na universidade, e não faz a escola infantil, fundamental boa, que essa que deveria fazer primei-

ro, antes de fazer a universidade". E o Lula respondeu dizendo que tinha que fazer as duas coisas. Ele não podia deixar de fazer as universidades, que precisava ampliar, não podia deixar de fazer mais 200 escolas técnicas, no período de 100 anos, porque precisava fazer, enquanto recuperava aquelas outras, enquanto melhorava aquelas outras.

Então, acho que nós temos que compreender essa ação conjunta. Como fazemos as duas coisas ao mesmo tempo, para que não pare de fazer irrigação no Nordeste? Alguns questionam comigo, dizendo por que o Nordeste tem que exportar água? Porque, quando você faz irrigação, você produz para exportar, e, daqui a pouco, está exportando água em formas de frutas, que vão para a Europa, para os Estados Unidos e se espalham para o Brasil inteiro.

A gente faz isso com a ciência, a gente faz isso com pesquisa, não faz à toa, não. Então, eu imagino que, ao invés de nós pararmos ou extinguirmos uma instituição secular, nós devemos dizer: que lição que nós podemos tirar? Que lição nós podemos tirar? Como é que foi o êxito? Onde se cometeu erros? Como é que se corrige os erros, e vamos dar um salto maior ainda no DNOCS. Vamos dar um salto maior. Ele tem história, ele tem capacidade, ele armazenou essa capacidade, é uma espécie de universidade do semiárido brasileiro e do mundo, com gente altamente qualificada. São, às vezes, funcionários que começaram como servente, mas que concluíram doutorado, para poder contribuir com o desenvolvimento da nossa região.

Então, o sentido, Sr. Presidente, da nossa... esse nosso seminário é um pouco este: é a passada larga que nós precisamos dar no DNOCS. Ele precisa ser reestruturado, o seu corpo funcional renovado. Nós precisamos abrir um concurso público. Tem gente de altíssima qualidade que quer ajudar nesse grande salto. Acho que as condições estão oferecidas.

O DNOCS, ao fazer esse pequeno relato que fez aqui, nesse filme que foi apresentado, que todo o Brasil assistiu ao vivo, de uma vez, já tomando conhecimento do centenário do DNOCS, mostra esse potencial, essa riqueza e de que nós temos que reforçar a sua presença no semiárido brasileiro, sem concorrer, sem disputar, se associando às nossas instituições já presentes no semiárido.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que ao final dos nossos trabalhos ou à hora que V. Exa. considerar conveniente, nós temos, aqui, uma equipe de servidores do DNOCS, eles têm feito um trabalho muito grande, muito grande. Claro, às vezes, as pessoas me perguntam: "E os funcionários trabalham em proveito próprio?". Eu digo: "Tomara que trabalhem, porque, se eles não trabalharem em proveito próprio, dificilmente outros

farão por eles". Normalmente é assim, no mundo inteiro, e em todas as áreas. Então, acho que devem, sim, fazê-lo, mas devem pensar o país, a região. E eles têm feito isso e se dedicado a isto: pensar a região e pensar o país.

Então, eu gostaria que, na hora que o senhor achasse conveniente, pudesse chamar a servidora Ana Braga, para entregar um material a V. Exa., porque V. Exa., sendo do Sul, vai compreender melhor as necessidades do Nordeste brasileiro e fazer com que a nossa voz possa alcançar os ministros de Estado [palmas], o Presidente Lula, mostrar a ele a importância dessa organização para o nosso país, que é uma instituição pública, federal, muito respeitada.

Então, não quero exatamente fazer uma pergunta, eu quero deixar essa opinião, porque vocês buscaram responder as nossas inquietações. Esse relato do Otamar, dessa história fabulosa de centenário, que foi feito, e a história ligada ao futuro. Quer dizer, ligada ao projeto nacional, que também é feito assim. Eu imagino que o projeto nacional é feito mais ou menos ao mesmo tempo. Tem os problemas, a gente vai olhando e fica procurando. E onde é que está o projeto nacional? Eu digo: "Nós estamos fazendo. Se tirar o DNOCS, cai um pedaço do projeto nacional".

Então, acho que nós estamos construindo esse projeto. Ele é parte dessa nossa vontade, desse nosso sentimento e dessas nossas realizações. Se a gente consegue otimizar e fazer com que elas deem um salto, então, está aí um novo projeto nacional de desenvolvimento, porque, segundo Carlos Lessa, disse que basta poeira, gota d'água, porque o resto é o sol que ajuda a gente a fazer. E isso a gente tem de sobra no Nordeste brasileiro. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigada, Senador Inácio Arruda. Ouviremos, de imediato, o eminente senador pela Bahia, Senador César Borges, que, no dia de ontem, comandou a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, lá em São Salvador, na Bahia, onde a Comissão se reuniu para tratar da Copa, na sede, de uma das sedes da copa de 2014. Portanto, teve uma missão muito importante e gratificante para essa Comissão e, na sua competência, tem conduzido com galhardia aquela jornada. Por isso queríamos ouvi-lo, também, que a sua terra--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O César Borges estava dando bola--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É verdade, [ininteligível] nessa Comissão tão importante, que é da sua terra e da sua região.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar a todos os palestrantes aí, Dr. José Otamar de Carvalho, consultor do Ministério da Integração Nacional; Dr. Ramon, também do Ministério; o Dr. Elias Fernandes Neto, que é o diretor-geral do DNOCS; e o Washington Luis Alves Moreira, que aqui representa os imigrantes dos perímetros, eu acho que do DNOCS e também de outros órgãos federais, quer dizer, CODEVASF e tantos outros perímetros, [ininteligível], que também já se foi como órgão, a própria SUDENE.

E quero saudar, aqui, o companheiro Inácio Arruda, que fez um belo pronunciamento, aqui. Até que não vou repetir, porque loas e teceu os elogios ao trabalho todo de 100 anos do DNOCS, pelo Nordeste brasileiro, acho que há uma concordância de todos nós, aqui, também, o Senador Antonio Carlos Valadares, do Estado de Sergipe; no fundo, somos todos nordestinos e, como nordestinos, conhecemos o sofrimento dessa população que sofre os efeitos danosos das estiagens que afligem e trazem sofrimento ao nosso povo do semiárido.

Acho que o Nordeste brasileiro, com imenso potencial para o desenvolvimento econômico e social, lamentavelmente, tem que enfrentar essa agrura que a natureza colocou para que o nordestino, inclusive, fosse o forte e pudesse vencer essas dificuldades.

O Senador Neuto De Conto disse aqui, o Senador Inácio Arruda, ele é um homem de Santa Catarina, talvez lá o excesso de chuva é que esteja, nos últimos anos, o desenvolvimento daquele belo estado, com terras férteis, vales maravilhosos, como o do Itajaí e tantos outros, e que também desenvolve uma indústria moderna.

Então, talvez ele não conheça, mas, como bom brasileiro que ele é, ele deve já ter estudado, secretário de agricultura que foi, o que nós vivemos no Nordeste, esse imenso semiárido. Porque, só no meu estado, meu estado tem 570 mil quilômetros quadrados. É quase o tamanho... É quase, não, é o tamanho da França; 570 mil quilômetros quadrados. Nós temos, desses 570 mil quilômetros quadrados, 360 mil quilômetros estão inseridos no semiárido nordestino; 360 mil quilômetros talvez seja mais do que somando dois ou três estados nordestinos. Então, veja o tamanho do problema existente para todo o Nordeste, de forma específica, para a Bahia.

E, Sr. Presidente, eu quero aqui, neste momento, exatamente ressaltar, saudar, parabenizar todo o trabalho que o DNOCS fez, com dedicação, ao longo dos 100 anos. E eu sei das dificuldades, porque nunca houve um sentimento nacional para valer, para olhar e dizer assim: "O Nordeste merece a atenção devida,

como uma região importantíssima". São nove estados deste país. Nós temos uma participação da população do Brasil de mais de 30%. Nós temos uma expressão política sempre grande no Congresso Nacional e na formulação das políticas brasileiras. Entretanto, as dificuldades com que os organismos nordestinos convivem, e eu sei que o DNOCS é um deles, com a questão orçamentária, o solução orçamentário, o DNOCS se esforça. Assim como o DNOCS, nós temos a CODEVASF, nós temos a SUDENE, que chegou a ser extinta a SUDENE. Agora, foi recriada, mas que, talvez, não tenha recebido, ainda, os insumos necessários para que ela possa ter a atuação que ela já teve, concebida por Juscelino Kubitschek, por Celso Furtado, lá na década de 50, e que tanta esperança despertou em todos os nordestinos, e que a SUDENE reuniu informações técnicas e de conhecimento sobre o problema do semiárido.

Eu acho que quase que fazendo uma síntese de todos os que trabalhavam na região e que trabalham ainda, como é o DNOCS e como a CODEVASF. Quer dizer, eu acho que, ao longo da nossa história, não tem havido uma política pública permanente, definida para resolver o problema dos semiáridos.

Eu fui governador da Bahia e, antes de ser governador, fui vice-governador, coordenei um programa chamado "Sertão forte", onde nós tínhamos uma máxima: que não se combate a seca. Não se combate a seca. A seca é um fenômeno natural e vai estar sempre presente no Nordeste. Eu acho que os cearenses, com sua criatividade, até já tentaram combater a seca, fazendo a pulverização de nuvens, não sei se ainda continua esse programa...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já a gente tentou tudo, já.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Para resolver com as chuvas, que dariam um índice pluviométrico mais bem distribuído, ao longo do ano, e que fizesse as atividades econômicas do semiárido permanentes e em condições de sobrevivência.

O problema do semiárido é exatamente atividades econômicas que possam ser permanentes, independente do fenômeno climático da seca, porque ele virá sempre. Os países de clima temperado, que têm inverno bem definido, com neve, eles conseguem sobreviver, porque eles sabem que, todo ano, vem o inverno, e vai ter neve, e você não vai produzir naquele momento. Então, ele armazena. Tem culturas próprias, específicas, armazena e enfrenta o inverno.

Então, nós sabemos que no Nordeste a seca vai existir. Em maior intensidade ou menor intensidade, com espaçamento maior, com espaçamento menor. Mas nós não podemos, os nordestinos, passar o tem-

po todo olhando para o céu, sabendo se vai chover ou se não vai chover.

A política de açudes, de poços tubulares, a política dos perímetros irrigados, sem sombra de dúvida, é de uma fundamental importância. Eu conheço, nós temos, na Bahia, o perímetro irrigado, ali em Juazeiro, englobando o estado também de Pernambuco, Petrolina, onde quem visita aquela região vai encontrar ali uma Califórnia, se fizermos uma comparação com o Vale de São Joaquim, na Califórnia, irrigado com um grande canal, vai encontrar essa pujança econômica; o aeroporto de Petrolina, exportando, diretamente para a Europa, frutas tropicais que nós produzimos, duas safras de uva por ano. Já existe o vinho nordestino, do Vale do São Francisco. Quem podia imaginar?

Nós estamos produzindo um vinho de excelente qualidade. Eu estava no Rio Grande do Sul, lá no vale dos vinhos, em Bento Gonçalves, na sede da Miolo, que está hoje produzindo vinhos na Bahia. E, eu olhando o vinho Terra Nova, vi uma gaúcha que disse: "Olha, excelente qualidade". Não sabia de onde eu era, o que eu era, mas me disse que o vinho era muito bom, produzido na Bahia.

Veja o que nós podemos fazer se há, se há e se existem políticas públicas definidas e permanentes. O que eu acho que é que, lamentavelmente, essas dificuldades, o que eu chamo de soluções orçamentárias. Para se fazer um perímetro irrigado, você passa 20 anos, 30 anos, às vezes. Tem perímetros irrigados, como Salitre, o Salitrão, em Juazeiro, que eu já vi mais de um Presidente da República dizendo que aloca recursos, nós não conseguimos nem implantar 2.500 hectares iniciais desse perímetro, e, na verdade, nós temos lá a possibilidade de 30 mil hectares.

O projeto bacia de Irecê, que está avançando. Estamos avançando. Emendas coletivas de bancada, às vezes, o Governo Federal coloca recursos... Mas, Senador Inácio Arruda, eu chamo soluções orçamentárias, porque eles não acontecem de forma permanente. O que nós poderíamos realizar, com um custo menor e num prazo bem menor e dando resultados sociais imensos, se entrar em funcionamento, esses projetos que estão aí, esses perímetros irrigados, nós teríamos, sem sombra de dúvida, uma revolução em todo o semiárido nordestino.

[palmas]

Por outro lado, o que eu vejo é que, lamentavelmente, e esse me parece ser um mal brasileiro, é um mal brasileiro. Não estou personificando, é o mal do Brasil. Nós sabemos até, às vezes, realizar, construir obras nós conseguimos, temos empreiteiras, e, havendo recursos no orçamento, ela acontece. Agora,

mantê-las e funcionando em bom estágio [palmas] isso é uma dificuldade intransponível.

O que eu vou falar aqui o Washington conhece muito bem, eu fui governador, e os irrigantes me pediam que o Banco do Nordeste desse um apoio, uma mão aos irrigantes. E olha que dificuldade nós tínhamos para colocar o Banco do Nordeste, que é o banco dos nordestinos, para ajudar os irrigantes nos perímetros irrigados. Eu ficava impressionado, mas é porque Banco do Nordeste é banco. Antes de ser do Nordeste, ele é banco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Começa por banco.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Começa por banco. Então, ele quer retorno e achava que a atividade do irrigante era atividade de alto risco, ainda. E tínhamos dificuldade, e acho que continuam tendo dificuldade para receber financiamento para a produção.

Vou citar outro exemplo, Inácio, Antonio Carlos Valadares, a questão do custo da energia da irrigação. É um custo que penaliza o irrigante. E olha que o irrigante está ali no dia a dia, sol e chuva, principalmente sol, quase o tempo todo, mas ele está tentando produzir, gerar riqueza, permanecer, se fixar na terra, mas o custo da energia ainda é muito alto.

Se fez uma redução do custo do quilowatt/hora, desde que fosse utilizado em períodos próprios, fora de pico, que seria mais à noite e madrugada, se reduziu. Entretanto, não se reduziu a demanda. Então, hoje, se paga muito caro pela irrigação, porque você fica com a demanda elevada, no período onde você tem que concentrar, e muitos se prepararam, fizeram reservatórios para utilizar essa água, mas você fica com a demanda elevada.

Eu fui na ANEEL, tentei de todas as formas com a ANEEL reduzir os custos da demanda, mas não consegui. Então, há que se ter uma política específica para o custo da energia, porque, senão, inviabiliza. Se desejar, eu já vi essa história aqui, no passado, dizer que irrigação seria feita pelo setor privado. Eu não conheço como o setor privado vai conseguir fazer as obras de infraestrutura para um perímetro irrigado e repassar isso para o irrigante [palmas]. Não há cultura que se pague.

A obra de infraestrutura, necessariamente, tem que ser feita pelo Poder Público. Ao irrigante cabe operar. E, mesmo assim, tem que ter apoio creditício e também apoio com relação aos custos da energia e ter infraestrutura suficiente para escoar bem a sua produção, porque, hoje, nós temos muitos perímetros, e quem é do Nordeste conhece isso, nós temos perímetro de Formoso, lá em Bom Jesus da Lapa, subu-

tilizados, perímetros quase paralisados. As obras de infraestrutura foram feitas, mas esse é um processo permanente, continuado. É um projeto que tem que ter início, meio e fim. E o fim tem que ser o sucesso do irrigante, do homem que foi colocado ali, que tem que ter retorno econômico para sobreviver e para educar bem seus filhos.

Então, essas questões estão ainda latentes no nosso semiárido. Eu parabeno a todos que são dedicados ao semiárido, que amam o semiárido, eu não tenho dúvida de que o DNOCS, nós temos na Bahia pessoas que sempre estiveram dedicadas a essa questão, mas, lamentavelmente, eu tenho que dizer que vejo, hoje, por exemplo, eu vejo açudes que não têm manejo e estão sendo salinizados, porque tinha que haver descargas, tinha que ter manejo. Eu vejo até açudes do próprio DNOCS abandonados. Abandonados, porque precisa gente para administrar, precisa ter uma reestruturação do órgão, precisa pagar bem o funcionário, precisa manter as estações de piscicultura, precisa fazer esse manejo para não salinizar. Nós já fizemos adutoras e açudes que salinizaram e se perdeu todo o investimento.

Então, falta essa gestão, essa gerência e, acima de tudo, esse compromisso de se alocar recursos no semiárido [palmas]. Qualquer recurso do semiárido vai ter retorno. Tem retorno social, tem retorno econômico, e nós melhoraremos todos os índices de desenvolvimento econômico do país e, principalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano.

Quando eu era governador, nós estudamos os índices de desenvolvimento humano de todas as unidades da federação do país. Os menores índices estavam todos no Nordeste, com a honrosa exceção do Estado de Sergipe. Talvez porque, pela sua dimensão menor, relativamente aos outros estados, conseguiu desenvolver um pouco mais economicamente e socialmente. Mas, se olharmos, ainda hoje, as 27 unidades da federação, nós vamos ver que os estados nordestinos estão com os menores índices de desenvolvimento humano.

E nós, nordestinos que vivemos lá, que convivemos, e eu sou da caatinga, do sertão, sertão de Jequié, que alguns conhecem e tem obra lá do DNOCS, a barragem de pedra, dois bilhões de metros cúbicos de água, e que não havia a irrigação. Nós temos até potencial hídrico, mas sem utilização. Então, água parada. Serve para a piscicultura, sem sombra de dúvida, mas podia ter uma utilização muito maior.

Então, Sr. Presidente, não vou me delongar mais. Eu quero parabenizar a todos, ao DNOCS, em especial, e esperar que... Eu recebi, aqui, uma contribuição para a reestruturação dos funcionários do DNOCS,

que o Governo Federal, no passado, se quis acabar o DNOCS, eu sei que o DNOCS, por exemplo, é um órgão que tem uma atuação talvez mais incisiva nos estados, no Nordeste setentrional, como é o caso do Rio Grande do Norte, como é o caso do Ceará, mas também tem uma importância, importante atuação na Bahia. E a Bahia tem outros órgãos, tipo CODEVASF, que já não tem lá no Ceará, não tem no Rio Grande do Norte, não é isso que nos anima.

Nós queremos ver o DNOCS forte, seus funcionários ativos, trabalhando pelo Nordeste brasileiro. Nós estamos, aqui, como representante da Bahia e representante do Nordeste, esperando que o Governo do Presidente Lula e os governos que o sucedam possam dar essa importância proprietária a resolver a questão do semiárido, de uma vez por todas, porque já são 100 anos, e nós sabemos que muitos problemas ainda persistem e nós temos um semiárido que nós queremos ver muito mais desenvolvido do que ele está. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador César Borges. E ouviremos a palavra do senador, por Sergipe, Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, Senador Neuto De Conto, ilustres palestrantes, participantes desta Audiência Pública, como membro desta Comissão, eu não poderia deixar de expressar a minha admiração, meu respeito e meu regozijo, diante dos 100 anos que estamos comemorando da criação do DNOCS, uma instituição, então, secular, que deu início, pela primeira vez, a um processo de assistência à região mais pobre do país e sempre sofreu as consequências da estiagem das secas.

Eu sou um nordestino, nasci numa cidade do interior de Sergipe, onde fui prefeito, uma cidade, um município mergulhado no semiárido. Há momentos de grande euforia, quando da ocorrência das chuvas; as secas, quando eclodem, causam prejuízos inenunciáveis, principalmente aos pequenos produtores rurais, que, ficando sem uma ocupação, sem a prática da atividade tradicional da agricultura, de forma a salvar as suas famílias, muitos desses produtores rurais vão para o Sul do país, a chamada evasão rural.

A presença de instituições como o DNOCS, como a CODEVASF, à margem do Rio São Francisco, e lá são 27 municípios atendidos pela CODEVASF, no Estado de Sergipe, mas o DNOCS tem uma atuação marcante, principalmente no setor de abertura de poços. Eu utilizei muito da tecnologia de... do DNOCS,

na produção de água potável. É uma pena que nem em todos os lugares a água era, vamos dizer assim, de boa qualidade. Porque, devido ao solo, ao subsolo cristalino que nós temos no Nordeste, e lá em Sergipe não é diferente, a água produzida é a água salobra, de modo geral. Mas, assim mesmo, em períodos de estiagem, essa água é fundamental para atender às necessidades básicas do sertanejo.

Queria aproveitar essa oportunidade, no momento em que o Presidente da República, que é nosso aliado, pessoa a quem eu respeito muito, pela sua postura democrática, por ser um estadista respeitado no mundo inteiro, ele visitou, na semana passada, o Nordeste do Brasil, para conhecer o andamento das obras da transposição do Rio São Francisco.

Essa questão da transposição foi uma questão muito debatida, e houve muitas divergências, inclusive meu estado, o Estado da Bahia, o Estado de Alagoas e uma parte do Estado de Pernambuco se posicionaram, em Minas Gerais, contra o projeto da transposição. Isso gerou, realmente, uma... Eu não vou dizer que gerou uma divisão territorial que pudesse causar uma separação em nosso país, mas houve uma divisão de pensamento, e essas divergências causaram, realmente, disparidades entre aqueles que pensavam que a transposição resolvia o problema do Nordeste e aqueles que achavam que o melhor seria a realização do projeto da revitalização, em primeiro lugar.

Então, aqui, há dados que dizem o seguinte: que o DNOCS, ao longo de sua história, construiu 323 açudes públicos, com a capacidade de armazenar 27 bilhões de metros cúbicos de água. O que se pretende com a transposição é transpor, levar para outras regiões do Nordeste, como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, aproximadamente um bilhão e 100 milhões de metros cúbicos.

E há estudos que indicam o seguinte: que, se fosse construído um sistema de adutoras, há uma parte dessas adutoras já funcionando, interligando esses açudes, a transposição seria dispensável. Quer dizer, são estudos divergentes daqueles apresentados pelo Governo. E eu gostaria de, antes de fazer a pergunta, em primeiro lugar, parabenizar o DNOCS pelos 100 anos. Dizer que realmente é preciso que uma instituição como essa, que tem tanta experiência, em tantos setores, na açudagem, na aquicultura, na irrigação, ela tenha uma estrutura fortalecida. Digamos assim, vamos reestruturar o DNOCS e colocá-lo dentro da nova realidade brasileira, integrando o DNOCS à CO-DEVASF, onde for possível, e fazendo com que o seu corpo de funcionários seja aquinhado com um plano de cargos e salários que seja capaz de atrair novos valores para a sua instituição, novos engenheiros, no-

vos técnicos [palmas], em suma, fortalecer a instituição que é o DNOCS, que não pode, de maneira nenhuma, ser considerada uma instituição de segunda categoria [palmas].

Nós não podemos correr o risco de fazer com o DNOCS o que foi feito com a SUDENE. A SUDENE tenta, até hoje, se reestruturar, e não consegue. Então, não vamos deixar, de forma nenhuma, que o DNOCS atinja uma situação como essa, de desestruturação e de envelhecimento, sem um rejuvenescimento nessa estrutura, para servir bem ao Nordeste do nosso país, que é a região mais pobre. Quanto mais braços, mais pessoas, mais tecnologias estejam do lado do Nordeste, estaremos preservando aquilo que há de mais forte na nossa região, que é a vontade de trabalhar e a vontade de produzir.

Por isso, Sr. Presidente Neuto De Conto, eu parablenizo V. Exa. por esta Audiência Pública, onde várias autoridades ligadas ao Nordeste, como a federação da organização de produtores de perímetros públicos de irrigação, o consultor do Ministério da Integração Nacional e Dr. Ramon... Flávio Gomes é do Ministério do Desenvolvimento, não é? Do Ministério da Integração.

Então, eu quero parabenizar a todos os palestrantes e, por fim, fazer a pergunta que eu ia me encaminhando a fazer, antes da homenagem justa e merecida que devemos fazer ao DNOCS, e reconhecer o seu trabalho edificante, em favor do desenvolvimento regional.

Eu gostaria de perguntar o seguinte: se é verdade esta proposição de, interligando açudes no Nordeste, que foram construídos principalmente pelo DNOCS, isso poderia evitar a realização da transposição, isso poderia evitar essa divergência cruciante que existe de brasileiros de uma mesma região, que uns concordam, e outros, não, com a transposição.

Eu mesmo tenho um projeto de revitalização do Rio São Francisco, a PEC do Rio São Francisco, que foi aprovada aqui, no Senado, por unanimidade. E está há alguns anos, há mais de sete anos, na Câmara dos Deputados. Agora, está na pauta, para ser votada, mas com emendas que foram consubstanciadas, de acordo com conversas do relator, que é o Deputado Federal Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, e o Governo Federal.

Então, a PEC, ela foi alterada na sua configuração, mas a sua finalidade permanece a mesma: criar um fundo para a revitalização do Rio São Francisco.

Então, eu gostaria de perguntar, principalmente ao nosso Diretor Elias Fernandes Neto, o que ele acha. Nós poderíamos dispensar a transposição, se houvesse um projeto de interligação dos açudes, hoje exis-

tentes no Nordeste, que tem só, dos 323, um volume de água equivalente a 27 bilhões de metros cúbicos? Agradeço a V. Exa. [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): As respostas ficam para o final. Eu agradeço a intervenção do eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

Eu gostaria, também, de fazer a minha pequena intervenção e início com a indagação do Dr. Otamar de Carvalho, que pediu, na sua intervenção, ele disse: “O que o Brasil quer do Nordeste? Ou o que o Nordeste quer do Brasil?”.

Eu tenho uma visão muito clara sobre esse fantástico país, que é abençoado por Deus, que nos deu terra, água, chuva, sol, clima, gente e tecnologia. Isso, com essa inteligência inesgotável deste povo nordestino, sem dúvida alguma, alcançaremos todos os espaços possíveis, através, bem verdade, de muito trabalho, mas, sem dúvida nenhuma, pelas condições que o próprio solo nos dá.

Água é um produto fantástico. Além de ser o principal alimento do ser humano, só perde pelo ar, que, sem água nós vivemos muito pouco tempo, ela é responsável por transportar, ela é responsável por produzir energia elétrica, ela é responsável por produzir alimentos, que é o nosso combustível. Água, que aqui demonstrada, até pelo filme que aqui vimos na sua... no seu sucesso, no início e na ação dos 100 anos do DNOCS, nos dá, ali, a clareza de tudo aquilo que se pode fazer e de prosperar.

Está reservado ao Brasil de ser o principal e o maior produtor de alimentos para o mundo. Hoje, está claro todo o processo de alimentação, de que nós somos, hoje, já responsáveis por 34% da produção de alimentos; dentro do PIB nacional, 34%. Somos responsável por um terço das exportações brasileiras. E esse setor produtivo é responsável pelo total do superávit da balança comercial do país.

Está reservado ao Brasil um crescimento, nos próximos 10 anos, e talvez poderemos chegar, sim, a 50% do Produto Interno Bruto. Se nós assim entendermos que, através da água e da terra, podemos alcançar todos esses espaços.

Eu vi, há poucos dias, Srs. Senadores, que a FAO faz um estudo, e que nós seremos, em 10 anos, o maior exportador de carnes, devendo abastecer 21% só na carne suína; 61% da carne bovina; e 90% de frangos, do consumo mundial. Nós poderíamos entrar em tantas áreas, no biodiesel, na bioenergia, nossa cana-de-açúcar, nosso óleo, e todo ele necessita de investimento e, principalmente, da água. E o Nordeste tem a terra, tem água, tem a tecnologia, tem gente, e o que precisa, sim, é vistas para o Nordeste, visões para

o Nordeste. Que tenhamos [palmas] quem enxergue aquela terra como enxerga os seus habitantes, como enxerga os seus líderes que aqui estão e vêm para cá, que enxerga, no Nordeste, a oportunidade de dar o crescimento vertical para a sua sociedade e para o desenvolvimento do próprio país.

Dito isso, eu gostaria de aplaudi-los, homenageá-los e cumprimentá-los por tudo o que fizeram nesses 100 anos de luta, de trabalho, de lutas históricas, de conquistas fantásticas, tão bem demonstradas pelos quatro expositores. Cumprimentá-los e aplaudi-los por estarem aqui, e, neste momento, vivermos este momento de 100 anos, para que possamos ter, nesta história, oportunidade não só do debate, mas, sim, na condução das conquistas que o Brasil todo precisa.

Por isso, eu quero agradecer a presença dos quatro expositores, que nos dão a oportunidade de trazer este debate: Dr. Elias Fernandes Neto; Otamar de Carvalho; Washington Moreira; e Ramon Flávio Gomes Rodrigues. Cumprimentar e saudar, agradecer a oportunidade de todos os senhores que aqui estão, cumprimentar a cada um, Deputado Guedes (sic) Xavier... Eudes Xavier, que nos dá a oportunidade de estar no nosso Plenário, e dar a palavra--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, antes de V. Exa. passar a palavra à Mesa, novamente, eu, se V. Exa. permitir, gostaria de convidar a Dra. Ana Braga, que é funcionária DNOCS, para que ela possa entregar, uma documentação simples, singela, é fruto do trabalho dos servidores do DNOCS, nas suas reivindicações, mas que tem um valor simbólico para todos nós, na perspectiva da palavra de Otamar, que é do “soerguimento de uma instituição secular”. Dra. Ana Braga, cadê você?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com todo prazer, meu caro Senador Inácio.

[palmas]

SRA. ANA BRAGA: Eu só queria explicitar que são três documentos: um é fruto do debate dos técnicos, durante todos esses dois anos sobre a reestruturação do DNOCS e aproveitar a presença do representante do Ministério da Integração para que ele faça o processo [ininteligível] chegar ao Congresso Nacional, porque nós queremos dialogar esse projeto aqui, no Congresso Nacional, porque esses 100 anos do DNOCS nós aguardamos que não sejam só essas manifestações muito justas, mas que seja um momento de refundação. Para isso, também, eu trouxe, está em nossas mãos, um debate, dirigido ao povo, que paira a sugestiva pergunta: 100 anos do DNOCS, o que virá depois? Essa angústia, senador, nos acompanha nesses últimos dez anos, desde que ele foi instinto. E

isso não é coisa de corporativista, porque nós todos, todos nós aqui, daqui a cinco anos, temos o tempo de nos aposentar, todos nós, daqui a cinco anos, estamos já cuidando de outra etapa de nossas vidas, mas, quando a gente vive 20, 30 anos, 45, como o nosso colega [ininteligível], na instituição, essa instituição faz parte do sangue da gente, faz parte da alma, faz parte do nordestino que está dentro da gente.

Então, a gente acha triste essas grandes comemorações, sem que haja uma atitude do Congresso, principalmente, no momento, do Ministério da Integração, de discutir essa grande instituição. Então, é isso que a gente queria. Desculpe ter furado todas as regras.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dando prosseguimento, agradecemos, primeiramente, à Ana Braga, pela manifestação e pelos expedientes que nos entrega, e nós vamos passar, por três minutos, até três minutos, para cada um dos expositores, que façam suas considerações, respondam as perguntas possíveis e façam, também, suas recomendações finais. E iniciamos pela mesma ordem de quando começamos, e vamos, então, ouvir o Dr. Otamar de Carvalho.

SR. JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO: Eu fico, nessas ocasiões, numa situação meio complicada sobre o que falar, porque esses resumos são sempre difíceis. Quer dizer, o que é que eu poderia acrescentar ao que eu já disse? Talvez o que eu não disse. Eu não disse algumas coisas por falta de tempo, mas, também, nesses três minutos, eu não vou poder dizer o que eu não disse [risos]. Então, eu vou me referir, eu vou me referir... Não sei se seria o caso, porque eu não vou dar uma informação ao Senador Valadares, do Estado de Sergipe, sobre a pergunta dele, deixar para o nosso diretor-geral do DNOCS, mas, depois, em particular a gente pode conversar sobre o assunto.

Mas eu queria dizer o seguinte: eu acho que o DNOCS deve continuar vivendo. Agora, essa renovação, esse fortalecimento da instituição não se faz por milagre, por expectativa, por desejo ou por... ou por se chamar... ou por desejo ou por achar que tudo o que a instituição fez em 100 anos, esse saudosismo é todo... reviveria e faria com que a situação fosse revitalizada.

A instituição será revitalizada se ela souber ver e ouvir o que a sociedade de hoje espera que as instituições façam [soa a campainha], numa região como o Nordeste. É isso que o DNOCS tem que fazer força para captar e colocar em prática.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concedemos a palavra ao Dr. Washington.

SR. WASHINGTON LUIS ALVES MOREIRA: Fazer uso da palavra para agradecer, não vou ter tempo nem para agradecer, mas explicar um pouco o que é a assistência técnica. É simplesmente o Estado de Direito respeitar a Constituição Brasileira.

Recuperação da infraestrutura é garantir o desenvolvimento do Nordeste. Regularização fundiária é avançar na autossustentabilidade dos perímetros. Recurso para a gestão, aqui falo, aqui faço um breve comentário, não é só para os perímetros, é para o DNOCS, porque o DNOCS não é patrimônio do Nordeste, é do Brasil e do mundo. Nós sabemos que até razão para os nossos alevinos faltou. Nós sabemos que até o Castanhão faltou lá vigilância. Isso é triste!

Fazendo isso, Sr. Presidente, nós estaremos gerando 100 mil empregos diretos e indiretos no Nordeste, triplicando a produção e fazendo acontecer a transferência da gestão, que é um sonho dos irrigantes. Tantas vezes iniciada e fracassada pelo Ministério. E me perguntam: "Que arma, que ferramentas vocês vão usar?". A que nunca usaram: a participação dos irrigantes. Meu muito obrigado a todos, ao Presidente [palmas], e queria entregar o meu pronunciamento. Pelo tempo, não vai dar para ser lido, para orientar mais a Mesa, e também solicitar da Casa o vídeo desse trabalho, porque nós queremos passar em todos os perímetros, para dizer, levar a esperança que o Senado Federal se preocupa, sim, com os irrigantes do Nordeste. Mais uma vez, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos Dr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues.

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: Sr. Presidente, Srs. senadores, senhoras e senhores, Srs. Deputados. Três minutos, realmente, não dá para agregar muita coisa, mas eu, dos três pronunciamentos dos senadores, Senador Inácio, Senador César Borges, Senador Antonio Carlos Valadares, eu grifei coisas importantíssimas e eu gostaria de ressaltar.

O Senador Inácio Arruda, uma preleção maravilhosa, quem conhece, de quem... fruto do DNOCS, pediu para não se fazer o confronto, e, sim, vamos somar forças, para a gente resolver a questão do DNOCS. Isso é fundamental. Isso é fundamental, porque a gente precisa ocupar o espaço e, para ocupar o espaço, a gente não pode ocupar o espaço fazendo confronto. Vamos somar todos em prol do DNOCS. Isso ele frisou bem.

O Senador César Borges falou no soluço orçamentário. Isso é um problema seriíssimo. Isso é um problema seriíssimo [soa a campainha], que está uma falta de continuidade administrativa, porque--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Um soluço--

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: É, eu dei um soluço rápido demais. Então, o que acontece? O orçamento, a gente tem uma determinação constitucional, que os senhores conhecem melhor do que eu, de que 50% do que se gasta com irrigação tem que ser gasto no Nordeste. Só que a qualidade desses valores é concentrada em investimento. E o problema de resolver tudo isso que nós vimos aqui, em termos de recuperação de perímetro, em termos de ração para peixe, em termos de botar para funcionar a operação dos açudes, isso é um caso seriíssimo. Isso se chama custeio.

Eu não sei como resolver isso no orçamento nacional, mas o nome custeio, e todas essas ações são custeio, vem acarretando um problema sério, porque qualquer instituição, quem foi governador, como o Senador César Borges e outros, sabe que o custeio é enxugado de uma maneira que você não consegue nada.

E, cada dia, os orçamentos são piores. Você não tem custeio, às vezes, nem para pagar as folhas. Então, a gente precisa resolver isso e atacar isso.

Existe uma determinação constitucional que foi prorrogada por mais 15 anos: 50% dos recursos do Brasil que são gastos com irrigação devem ser gastos no Nordeste e 20%, no Centro-Oeste. É constitucional.

Então, a gente precisa ver isso. E, finalizando, quando o Senador Antonio Carlos falou na questão de novos quadros, complementando com o depoimento da Ana, aqui, que é comovente, você mostrar que essa geração, na qual eu me incluo, eu não sou do DNOCS, mas eu fiz o concurso do DNOCS, esse que foi feito na época de 80, e não passei. Mas estaria nessa condição. Ou seja, o último concurso grande e de qualidade que foi feito no DNOCS foi naquela época. E é essa geração que está saindo, é essa geração que agregou inteligência, agregou conhecimento e não tem para quem passar. Isso é que preocupa. Preocupa, porque não tem novos... novas pessoas para se treinar, não tem novas pessoas para a gente, vamos dizer assim, passar aquele conhecimento, que muitos até estão passando do tempo de se aposentar, na esperança e na expectativa de não levar para outro canto aquilo que desenvolveu, querendo passar para todos.

Então, eu somo com vocês isso e tenho a expectativa de que a gente possa resolver essas situações do DNOCS, dos perímetros irrigados, que eu concordo plenamente com tudo o que foi dito aqui, o pessoal da FAPID sabe que eu fecho com eles, e acho que nós precisamos somar todos e precisamos dos Srs. Senadores para nos ajudar nessa luta. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos Dr. Elias Fernandes Neto.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Sr. Presidente, vou usar meus três minutos para tentar, em rápidas palavras, falar sobre duas coisas: Uma é que, nesse centenário do DNOCS, ficou patente que o órgão precisa urgentemente efetuar essa sua reestruturação, que já vem sendo feita, na medida que o Presidente Lula incluiu as obras do PAC para o DNOCS, mas muitas ações precisam ser feitas, e nós elencamos cinco delas, seis delas como as mais urgentes e, hoje à tarde, estaremos entregando um documento ao Ministro Geddel Vieira, da Integração, assinado pelos 20 integrantes de cargos comissionados do DNOCS e mais os dez coordenadores dos estados, onde, em rápidas palavras, se pede uma agilização na lei que já foi encaminhada pelo Ministério da Integração. E, desde agosto, que ela está nas gavetas do Ministério do Planejamento. A Lei da Reestruturação, para que chegue a esta Casa para ser discutido aqui. Então, é a primeira reivindicação.

A segunda é a do concurso público. Nós precisamos de 620 vagas de concurso público, só nos deram 82 vagas. Quase que insuficiente. Mas, com um simples ato do Ministro do Planejamento, esse mesmo concurso, que vai fazer para 82 vagas, ele pode ser ampliado para 200, 300 ou 400 ou 600 vagas, que é do que nós precisamos.

O terceiro item, esse documento será entregue hoje à tarde ao Ministro Geddel, diz respeito à assistência técnica. A assistência técnica é questão urgentíssima do DNOCS. Está paralisada lá, por questões funcionais, por questões de Legislação, até mesmo na Lei da Irrigação, que precisa ser reestruturada.

A quarta... Estou sendo rápido, devido ao tempo. O DNOCS e o projeto São Francisco. Não se entende esse projeto que está sendo executado no Nordeste com a participação, inclusive, do DNOCS [soa a campanha] nas áreas de desapropriação e tudo, que não tenha a participação efetiva do DNOCS, pois, do projeto, 18 açudes do DNOCS são receptores de água do Projeto São Francisco [palmas].

Então, nós estamos reivindicando, inclusive, participar até da gestão do projeto, porque se alega que o DNOCS não tem competência, hoje, para fazer essa gestão. Mas, reestruturando o quadro funcional, colocando novos técnicos, novos engenheiros, novos agrônomos, nós teremos condições de, ao invés de criar uma nova estrutura, aproveitar uma que já existe [palmas].

A quarta, diz a nossa estrutura regimental, administrativa que precisa de alguns cargos comissionados para tocar as atividades, hoje, já que o Ministério do Planejamento nos breca essa oportunidade.

E a última é a reestruturação das coordenações estaduais, para que elas sejam uma extensão do DNOCS nos estados. Não sejam apenas uma representação, sejam como se fosse um DNOCS atuando naquele estado, nos dez estados do Nordeste.

E, na lei que está tramitando, que está no Ministério do Planejamento, que virá para esta Casa, ela dá, essa lei já dá uma abrangência nacional ao DNOCS, podendo atuar em qualquer área da federação, em qualquer estado da federação, desde que uma situação de estiagem ou de calamidade hídrica ocorra.

Então, essas são as reivindicações. E, por último, para responder ao Senador Antonio Carlos Valadares, eu diria ao nobre senador que a afirmação que foi dada para ele de que, se usassem os 27 bilhões de metros cúbicos que existe no Nordeste, se interligassem esses açudes, resolveria o problema do Nordeste, no que diz respeito à oferta hídrica, e não haveria necessidade da transposição.

Eu diria, Senador Antonio Carlos Valadares, que essa afirmativa é totalmente inverdade. E vou citar apenas um exemplo, apenas um exemplo. O Estado de Pernambuco é o estado que tem maior déficit hídrico do Nordeste. De todos os estados do Nordeste, é onde chove menos, onde tem menos água acumulada e, conseqüentemente, há um déficit hídrico *per capita*, por habitantes.

Pois bem, há uns dez, 15 anos, houve uma seca no Nordeste, e o maior reservatório de Pernambuco, a barragem de Moxotó, com 500 milhões de metros cúbicos, 500 milhões de metros cúbicos, ela secou totalmente. Ficou menos água do que esse copo, porque não ficou uma gota d'água sequer em 500 milhões de metros cúbicos. É um açude grande!

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em quanto tempo?

SR. ELIAS FERNANDES NETO: A seca foram três anos. Uma seca que houve a cerca de dez, 12 anos atrás.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De 79 a 83.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Pronto, 79 a 83. O açude Moxotó secou integralmente. Se ele tivesse interligado com projeto de adutora, essa água teria ido embora antes, teria secado antes, porque as populações estavam consumindo, e toda a região ficaria sem água, como ficou. Pernambuco teve que ser abastecida de navio. Pernambuco, não, Recife. Teve que ser abastecida de navio. Durante certo tem-

po, nessa mesma seca, navios tanques abasteceram parte de Recife.

Pois bem, hoje, com o projeto São Francisco, o projeto São Francisco, ele dá... Que é a transposição, ele dá a segurança hídrica a estes açudes. Na hora que o açude estiver seco, como estava Moxotó, a água do São Francisco chega lá e faz a sinergia hídrica, trazendo do São Francisco aquela água tão necessária naquele momento.

E, por sinal, o próprio Estado de Pernambuco, que hoje está se fazendo o maior programa de adutoras do Nordeste, os dois canais do eixo norte e do eixo leste passam por dentro do Estado de Pernambuco. E, para reafirmar o que eu estou falando, esses dois canais do eixo norte e do eixo leste tiram água desse canal para a adutora do Pajeú e para a adutora do oeste.

Já, agora, o próximo ano, quando a adutora do Pajeú e a adutora do oeste e o canal do eixo leste estiverem prontos, vão ser abastecidos do canal do projeto São Francisco. Então, só esse exemplo de Pernambuco destrói toda essa tese que jogaram para V. Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu discordo, em partes, da afirmativa do nobre diretor, Dr. Elias Fernandes Neto. Posso, então, contraditá-lo?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exa. concorda com tudo e discorda de uma pequena parte.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu concordo com uma coisa: que a água, durante uma longa estiagem, armazenada num açude, desaparece, por causa da evaporação. Se ela tivesse sido utilizada anteriormente, por exemplo, para encher cisternas que fossem distribuídas no semiárido, recebendo a água, essa água não seria evaporada, seria utilizada, a nível doméstico, para sustentar a população.

Agora, você armazenar água durante dois, três anos, sem nenhuma utilização, você só vai servir para que ela desapareça, através do processo de evaporação. É isso que está acontecendo no Nordeste. Quer dizer, há omissão das autoridades, no sentido de não dar um aproveitamento racional à água existente.

Ora, nós temos um açude de Castanhão, esse de Moxotó, são milhões e milhões de metros cúbicos de água ali armazenados. Qual a utilização para aquela água? Chegam os caminhões-pipa, os carros-pipa, levam a água daqueles açudes para a população, e pouco se utiliza, inclusive, para a irrigação, a não ser em casos determinados. Por isso que eu acho que essa água que sai do Rio São Francisco, uma grande parte dela, porque ela vai em canais abertos, uma grande parte dela também vai sofrer esse processo de evaporação

e perda hídrica. Não só no próprio transporte da água, quer dizer, a própria resistência do canal com a água já é uma quebra de energia e também, consequentemente, o desaparecimento de parte da água.

Além disso, o processo de evaporação. Eu acho que tem sentido, do ponto de vista técnico, esta interligação, quer dizer, através de uma malha de adutoras dos grandes açudes do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Estado de Pernambuco. Quem sabe, se esse estudo tivesse sido feito com mais acuidade, esta transposição poderia ter sido adiada, e colocada em primeiro lugar, em primeira mão a realização de um projeto de revitalização total das águas do Rio São Francisco, que não vou entrar aqui em detalhe, para não tomar tempo.

Agradeço ao Presidente, mas quero dizer o seguinte: que sou solidário ao sofrimento dos nordestinos. Nós não somos egoístas, nem eu e nem o Senador César Borges, que não concordamos com a transposição. Entretanto, acho que a solução técnica deveria ter sido estudada, e não se apresentou um estudo, dizendo da sua inviabilidade. Infelizmente, é isso que V. Exa. falou, vamos dizer, V. Exa. falou, assim, do ponto de vista de uma opinião pessoal, uma opinião subjetiva. Mas não há nenhum estudo que comprove a irrealidade do que eu falei, baseado em estudos técnicos de pessoas que estudaram devidamente este assunto do aproveitamento dos açudes, através de adutoras, no Nordeste e no semiárido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua a palavra com o Dr. Elias, para encerrar.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Pois não, senador. Não quero entrar em discussão, mas, olha, a cisterna... O senhor falou que essa água poderia ser levada para a cisterna e armazenada na porta da casa das pessoas. Uma cisterna dessas, de 20 mil litros, com quatro, cinco meses, ela já seca, aí não tem mais água. Então, se armazenar, perdeu o estudo. Segundo, a evaporação que V. Exa. se referiu é verdade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu construí cisterna, diretor, quando era governador, 10 mil cisternas no Estado de Sergipe. A cisterna que se tornou uma novidade no Nordeste, uma cisterna redonda, que não havia vazamento nem evaporação. Durava um ano para uma família de cinco pessoas.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Claro. Então, V. Exa. tem razão quando diz que a evaporação é muito intensa no Nordeste, devido às condições climáticas. É verdade, senador, é verdade. Agora, essa mesma evaporação--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Ele considerou uma família, não considerou o Recife inteiro.

SR. ELIAS FERNANDES NETO: Senador, o senhor falou, realmente é verdade. A evaporação é o grande responsável pela sumida de água dos açudes, e eu quero dizer o seguinte: essa evaporação, quer ela esteja, quer essa água esteja correndo no Rio São Francisco, quer ela esteja se dirigindo no canal da transposição, ela ocorre de qualquer maneira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O processo é polêmico, mas não concordo com V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, só vou dar um minuto para o Dr. Ramon, que nos pediu para encerrar.

SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES: Rapidamente, até para... É polêmico, eu não vou entrar nessa polêmica. Apenas para ilustrar. O Estado do Ceará, hoje, é um dos estados que sua política de água é uma das mais desenvolvidas. Faz 20 anos que vem se trabalhando nisso, inclusive com criação de instituição de gerenciamento, desde a época da Bahia, também, que começou um trabalho em conjunto com o Banco Mundial. E existe, realmente, um grande projeto que se chama cinturão das águas. Por que cinturão das águas? Vem nessa tese do senhor. Porque cinturão das águas, você... O Nordeste, ele chove bem, o Nordeste semiárido. O problema é que ele tem uma irregularidade tanto temporal como espacial.

Se chove em Sobral, no ano todinho, que dá enchente, e aí você vai para o baixo Jaguaribe, e não chove. Você vai no Cariri, um ano não chove, Quixadá chove. Estou só me restringindo ao Ceará, que conheço bem. E, no Ceará, hoje, tem mais de oito mil espelhos de água, com área acima de cinco hectares. E tem os grandes açudes estruturantes, que a gente chama, que são os que o DNOCS fez e são outros que alguns que o estado fez, que permite aguentar um, dois, três anos de seca, e alguns até mais, claro, evidente. Mas esses açudes são operados de uma forma, vamos dizer assim, sem otimização, exatamente porque nós não temos uma torneira que garanta que, na hora que eu precisar de água, pode passar dez anos chovendo direto, até demais, mas tem época que vem cinco anos sem chover regularmente, e aí, sim, você fica com o pires na mão. Aquilo que o Dr. Elias falou do caso de Moxotó, no Ceará já vimos essa história várias vezes.

Então, nós precisamos de uma ligação com uma fonte permanente para isso. Não para pegar a água do São Francisco, que está indo e garantindo 26 metros cúbicos por segundo, não sei quê. Não para jogar lá e vaporar, não. Otimizar a operacionalização desses

reservatórios, que eles, hoje, são operados como um copo d'água desse.

No primeiro ano, você bebe a metade, guarda a metade, porque não sabe se para o ano vai chover. Se para o ano chover, encheu. Se choveu muito, transborda e dá enchente lá no Nordeste. Se não choveu, você bebe a outra metade. E por aí vai. Só estou fazendo um...

Então, por isso que é importante essa ligação com uma fonte permanente, que o Nordeste setentrional não tem, infelizmente. Está certo? Eu quero só jogar aí um pouquinho de...

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Como única e última intervenção, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostei da precisão de V. Exa.. Eu... É que a pergunta do Senador Valadares, ela é muito pertinente, ela só sofre de um pequeno problema. Ela está vencida. Porque nós vamos concluir essa obra... [risos]. Mas eu queria convidá-lo, Senador Neuto De Conto e todos os nossos colegas da Mesa e os nossos senadores e também as pessoas que estão nos acompanhando, para amanhã, nós vamos fazer uma sessão solene de 100 anos do DNOCS. A Sessão se realizará no Plenário do Senado Federal, a partir das 10 horas da manhã. É um momento, também, muito significativo, para que a gente possa, nessa hora... Nessa hora, nós precisamos da palavra dos senadores. Nessa hora, *parlar*, falar para nós também é um compromisso; um compromisso que se estende desde a estruturação do órgão até a representação daqueles para quem nós trabalhamos, um órgão como este.

Garantir água, abastecimento humano, animal e, sobretudo, produzir, está aqui o Washington, vários companheiros aqui estão acompanhando o Washington, sabem que, no final, nós precisamos garantir que essa água beneficie a produção do nosso país.

V. Exa. mesmo já mostrou as vantagens para o PIB brasileiro de você ter uma agricultura irrigada, capacitada, preparada e funcionando permanentemente. Então, eu convido a todos para que amanhã a gente participe dessa atividade, é muito importante, juntamente com o diretor do DNOCS, Elias Fernandes Neto, e os demais convidados do Ministério da Integração Nacional, porque é muito importante a gente comemorar o centenário de uma instituição brasileira; especialmente, quando ela tem responsabilidade no Nordeste brasileiro. Agradeço a V. Exa..

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu peço vênica a S.Ex^a, S.Ex^a disse que ele era o último orador, vou fazer só um breve comentário, porque eu acho que essa questão é muito polêmica, do São Francisco, e acho que todos têm alguma razão nesse assunto.

Então, eu acho que também é um assunto vencido, pelo fato de que já iniciou, e, agora, eu quero ver essa obra concluída, porque o pior que pode existir são obras paralisadas. Então, já que foram investidos recursos públicos, vamos chegar ao final. Mas eu quero dizer a V. Exa., veja de quem se posicionava como eu, contra o projeto. Que eu achava que era importante que órgãos como o DNOCS tivessem grandes recursos para continuar fazendo grandes açudes, para aumentar a segurança hídrica do Nordeste.

Eu, na Bahia, trabalhei pela perenização de rios que não... Para mim não era concebível levar água do São Francisco para alguns rios. Salvador não tem problema capital, porque está na zona da mata. E eu acho que também Recife, se fizesse barramentos tipo foi feito no Ceará, no Castanhão, também não vai ter problema. É porque não tinha, em Recife, açudes suficientes para aguentar período de seca. Mas nós trabalhamos com perenização de rios no semiárido com altíssimo sucesso, barragens sucessivas.

Então, eu vejo o seguinte: se faz uma grande obra, como está se fazendo a transposição, mas se deixa o DNOCS à míngua. Então, aí é que eu discordo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu, antes de encerrar, gostaria de dizer o seguinte: se nós fizermos, certamente, um levantamento científico que, nos últimos 30 anos, a cada ano chove mais, graças os reservatórios de água, que, realmente, eles evaporam, mas eles voltam. E eu não tenho dúvida nenhuma, de 1980 até hoje, cada ano no Nordeste chove mais, graças às obras, também, de todos os que fizeram, Srs. Governadores, todas as instituições governamentais, faz com que retorne a chover.

Antes de encerrar nossa reunião, permita que eu... Peço para que nós possamos aprovar a Ata da 24^a Reunião desta Comissão, dispensando a sua leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Ata aprovada. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Agradeço a presença com todos, principalmente dos expositores, dos debatedores que aqui estiveram, das Sras. e Srs. Senadores e de todos quanto que nos deram a alegria de contá-los em nosso meio, para esse bom e grande debate.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião

[palmas]

Sessão encerrada às 13h12.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Rosalba Ciarlini, Jefferson Praia, Tião Viana, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho. Justifica a ausência o Senador Papaléo Paes. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) Aconteceu dia 26 de outubro, em Salvador, o V Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014. A Comissão foi representada pelo Vice-Presidente, Senador César Borges, que é Senador por aquele Estado; e 2º) A Comissão esteve presente, a convite da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, na “37ª Feira das Américas”, que aconteceu no dia 21 de outubro, no Rio de Janeiro. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, não terminativo, que “Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará”, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, e não havendo que queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01-CDR e 02-CDR; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que “Autoriza o Poder Executivo

a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que “Veda a instalação de presídios em cidades turísticas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que “Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09 foi designado Relator *Ad Hoc* o Senador Roberto Cavalcanti. Após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os

arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo); de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. Usam da palavra os Senadores Jefferson Praia e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Neuto De Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 25ª reunião da comissão. Os Srs. Senadores que concordam, queiram

permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata será aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. Comunicado: “Aconteceu na última segunda-feira, dia 26 de outubro, em Salvador, o V Fórum Legislativo da Cidade Sede da Copa de 2014. A comissão foi representada pelo nosso vice-Presidente, Senador César Borges, que é senador por aquele estado. A comissão também esteve presente a convite da Associação Brasileira de Agências de Viagem, ABAV, na 37ª Feira das Américas, que aconteceu na semana passada, dia 21 de outubro, no Rio de Janeiro.

Item nº 1 da Pauta, Projeto de Lei do Senado nº 258/09, não terminativo. “*Altera categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, no Município de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará*”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro; relatoria: Senador Valdir Raupp. O relatório é favorável ao projeto, com duas emendas que apresentam. Observação: “*A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa*”.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, que profere o seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou fazer um relatório bastante breve, abreviado. “*Em síntese, considero que os objetivos almejados com a Reserva Biológica serão plenamente atendidos com a criação do Parque Nacional e que a implantação da área de proteção ambiental evitará o deslocamento da população local de suas comunidades, onde estão organizadas e desenvolvem as suas atividades produtivas*”. Do voto: “*Em face do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 258/09, com as emendas que se seguem*”. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator, favorável ao projeto, com duas emendas. Os senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será caminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para as devidas providências. Eu queria colocar em discussão o horário da nossa comissão. Nós temos dificuldade de termos *quorum* qualificado, pois todas as demais matérias, do Item nº 2 ao Item nº 6, são matérias terminativas. Consequentemente, teremos que suspender ou encerrar

a sessão para, em uma próxima sessão, colocarmos em Pauta. Contudo, nós temos que encontrar um horário que possa satisfazer a presença, principalmente, dos senadores que participam em várias comissões nos mesmos horários. Eu estava a discutir que, talvez, embora fugindo do horário normal, ela fica muito cedo e os senadores, a maioria, não estão aqui. E fazendo no mesmo horário é possível. Eu estava pensando em uma terça-feira, às 11 horas. Queria colocar em discussão. Não precisamos discutir isso hoje, porque às 09h00 das quartas-feiras nós temos tido bastante dificuldade para encontrar o *quorum* para os processos terminativos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, só pra...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se fosse numa terça-feira, nesse horário, se pudéssemos conseguir uma sala próxima à da CAE, porque a CAE funciona às terças-feiras e também a CAE está sempre lotada. Então é fácil sair de uma sala e vir para a outra, para relatar um projeto ou até mesmo para dar o *quorum*. Porque, se ficar muito distante, lá, na outra Ala, a gente começa a dificultar também a frequência dos senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, na minha opinião, acredito que teríamos que fazer, já que temos vários terminativos, um trabalho de entrarmos em contato com os parlamentares, com os nossos senadores, fazer um apelo para que eles estejam presentes nesse horário. Eu acredito que o horário que estamos fazendo, por exemplo, você tem agora... Não temos tantas comissões, só daqui a pouco, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pois é... A CCJ começa daqui a pouco, mas estamos ainda dentro do tempo de você realizar a reunião da Comissão de Desenvolvimento. Agora, seria importante nós termos que fazer isso, conversar com os demais membros desta comissão e dizer: "Olha, são terminativos e gostaríamos de contar com a tua presença", se às 09 horas, acredito que 09h15, no máximo, 09h30 começaríamos e depois... Nem todos fazem parte da CCJ. No dia de terça-feira, por exemplo, pelo menos para mim, é o dia que eu tenho mais comissões. 11h30, por exemplo, sou titular da Comissão de Meio Ambiente. Quer dizer, aí vou ficar... A gente vai ficar

nesse corre-corre e você não dá atenção para nenhuma das comissões.

Acredito que um apelo de V. Exa. para que os demais membros possam comparecer e procedermos à votação dos projetos que estão em Pauta, projetos terminativos, seria muito importante. Também gostaria de sugerir... Se temos Audiências Públicas, se temos solicitações de audiência, porque nós poderíamos aproveitar também. Por exemplo, hoje, não dá para votar um terminativo, mas poderíamos estar discutindo algum outro assunto com os parlamentares interessados e, assim, a tendência da comissão é fazer com que sua agenda acabe sendo agilizada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): Eu agradeço a interferência e até a opinião. Então, nós vamos manter para quarta-feira, às 09 horas, e vamos analisar, até essa próxima reunião, se teremos que ter uma eventual troca de horário. Eu tenho procurado quase todos os senadores, por escrito, por e-mail e pessoalmente, mas temos dificuldade, em função da concorrência. E muitas comissões, todos os dias, principalmente, na terça, quarta e quinta. Mas vamos manter e vamos encontrar caminhos, sim, para aprovar todas essas matérias. Eu agradeço a presença Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e, não tendo mais nada a tratar no dia de hoje, encerro a sessão.

Sessão encerrada às 09h59.

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia onze e novembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Couto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Jefferson Praia, Roberto Cavalcante, Tião Viana, Pedro Simon, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Demóstenes Torres e Cícero Lucena. Justifica a ausência o Senador Marconi Perillo. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições;

no entanto, tendo em vista a Cerimônia Especial para aposição do quadro do Senador Marco Maciel na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fica a presente reunião encerrada e a deliberação dos itens pautados transferida para outra data, a ser comunicada posteriormente. Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que “Veda a instalação de presídios em cidades turísticas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que “Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, foi designado Relator *Ad Hoc* o Senador Roberto Cavalcanti. Após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos

da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo); de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. A apreciação das Matérias é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Neuto De Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento

Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa... Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 26ª Reunião da comissão. Senhoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. Em razão da sessão da Comissão de Constituição e Justiça, onde está sendo homenageado o Senador Maciel, Marco Maciel, e no ato em que será, também, colocado, na galeria dos ex-Presidentes, a sua fotografia, e, pela vista da falta de *quorum*, suspendemos a presente reunião, que será convocada outra, oportunamente, comunicada pela secretaria da comissão. Declaro a reunião encerrada.

Sessão encerrada às 11h33.

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS DEZESSETE E DEZOITO DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA E QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NAS SALAS DE REUNIÕES NºS 13 E 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Nery, Valter Pereira, José Agripino, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Jefferson Praia, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Reunião é suspensa às doze horas e dezesseis minutos do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e nove, e reaberta, na sala de Reuniões número dezenove, no dia dezoito de novembro de dois mil e nove às doze horas e quarenta e três minutos. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) A Comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, realizará, no dia 25 de novembro, no Auditório Nereu Ramos, o XI Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBRA-

TUR 2009, cujo tema será “O Poder Legislativo Faz Parte do Time da Copa 2014”. A Secretaria está providenciando o envio dos convites aos membros da Comissão; 2º) A Comissão recebeu, para conhecimento de seus membros, o Aviso nº 1602/2009, contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, TCU, relativo ao Acórdão nº 2642/2009, TCU, Plenário, Processo nº TC 004694/2009/1, que dispõe sobre o relatório da fiscalização operacional do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O referido acórdão será enviado, por meio eletrônico, aos membros da Comissão, e os Parlamentares que desejarem, podem solicitar uma cópia em papel, na Secretaria da Comissão; e 3º) Estão todos convocados para a Reunião que está marcada para amanhã, dia 18/11, destinada a votação das emendas ao PL 46/2009-CN (LOA 2010). Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Emenda nº 03 de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008, não terminativo, que “Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste S.A”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável à Emenda de Plenário nº 3 (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente da Comissão designa o Senador Osvaldo Sobrinho Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável à Emenda de Plenário nº 03 (Substitutivo); Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2009, não terminativo, que “Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal. (Estabelece critérios para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano)”, de autoria do Senador Raimundo Colombo, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Em 03/06/09 foi concedida Vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. Após as considerações feitas pelo Relator, Senador Gilberto Goellner, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo); Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências”, de autoria da Sena-

dora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que “Veda a instalação de presídios em cidades turísticas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. O Presidente designa o Senador Valdir Raupp Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que “Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09 foi designado Relator *Ad Hoc* o Senador Roberto Cavalcanti. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 06-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item nº 07-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica),

para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo); de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. O Presidente da Comissão designa o Senador Roberto Cavalcanti Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, a Comissão delibera no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos do dia dezoito de novembro de ano de dois mil e nove, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª

Reunião da comissão. As Srs. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicado no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação das propostas. Primeiramente, temos um comunicado: a comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, realizará, no dia 25 de novembro, no Auditório Nereu Ramos, o 9º Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas, CBRATUR 2009, cujo tema será: "O poder legislativo faz parte do time da Copa de 2014". A secretaria está providenciando o envio dos convites aos membros da comissão. Segundo, convoco todos os membros da comissão para a reunião que está marcada para amanhã, dia 18, destinada à votação das emendas ao PL 46/2009, CN, que é o nosso orçamento. Comunico aos senhores membros que esta comissão recebeu o seguinte documento para o seu conhecimento: Aviso nº. 1602/ 2009, contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, TCU, relativo ao Acórdão nº. 2642/2009, TCU, Plenário. Processo nº. TC 004694/2009/1, que dispõe sobre o relatório da fiscalização operacional do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, visando diminuir os gastos e preservar o meio ambiente. O referido acórdão será enviado, pelos meios eletrônicos, aos membros da comissão. Os que quiserem, podem solicitar uma cópia em papel, na secretaria da comissão.

Item 1 da pauta. Emenda nº. 3, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº. 303/2008: "Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste, SA". Autoria: Senadora Lúcia Vânia; relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: favorável ao projeto, na forma da Emenda Substitutiva de Plenário nº. 3. Concedo a palavra ao Senador *ad hoc*, Senador Osvaldo Sobrinho, para proferir o parecer.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com grande alegria e satisfação que faço o relatório dessa matéria, mesmo que *ad hoc*, até porque é uma matéria que muito beneficiará o Centro-Oeste do Brasil. É uma matéria que, há mais de 20 anos, vem sendo discutida nessa Casa, é uma matéria muito falada na Constituição de 88, debatida, é uma matéria que era o sonho de todos aqueles que aqui estavam, àquela época, e esse sonho não se perdeu ao longo do tempo; ele foi maturado, e ele foi soerguido através das palavras, da ação e da atuação da Senadora Lúcia Vânia, que, ao longo da sua vida, nesta Casa, ela tem primado pela defesa incontestada, pela defesa maior dos interesses do

Centro-Oeste do Brasil e principalmente do seu estado. Trata-se essa matéria da criação de uma Agência de Fomento para o Centro-Oeste, o qual eu tenho certeza que muito contribuirá para o nosso estado. Passarei a ler rapidamente o relatório. "*Vem à análise da comissão, em reexame, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 303/2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. A proposição visa a criação, no âmbito do Poder Executivo Federal, da Agência de Fomento do Centro-Oeste SA. A proposta original da autora, nº. 303, de 2008, era criar uma Agência de Fomento do Centro-Oeste como agente financeiro, para promover a implementação de projetos prioritários para o desenvolvimento regional, como instrumento que pudesse desempenhar papel similar ao que o BASA, Banco da Amazônia SA, e ao BNB, Banco do Nordeste do Brasil SA, fazem respectivamente na Amazônia e no Nordeste do Brasil.*"

No dia 14 de outubro de 2009, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, do Senado Federal, nos termos de um substitutivo integral, sendo aprovado, inclusive, no turno suplementar; entretanto, observado alguns pontos da própria autora, a proposição interpôs recursos para apreciação de Plenário, que apresentou a Emenda nº 3, de 09 de novembro. Desta forma, a proposição retorna a essa comissão para a análise da emenda do Plenário. O projeto foi distribuído às comissões dessa comissão e também à Comissão de Constituição e Justiça. A emenda traz, no seu escopo, o mesmo espírito(F) substitutivo, aprovado anteriormente pela CCJ, com pequenas modificações em dispositivos isolados, mas que não alteram substancialmente a forma e aperfeiçoem muito a proposição. As alterações apresentadas nas emendas são as seguintes: introdução no inciso II, do art. 9º, incluindo depósitos interfinanceiros, vinculados às operações de micro-finanças como recursos constitutivos do BDCO. Acresce no inciso I, II, V, VI e VII, que vedam ao BDCO o acesso às linhas de assistência financeira do Banco Central, à conta de reservas bancárias do Banco Central e à contratação de depósito interfinanceiro, da qualidade depositária, bem como a participação acionária de instituições financeiras, ou não financeiras, controladas pela União, ou em unidade da Federação, e a prestação de garantias em operações não compatível com sua finalidade. Altera a redação do art. 17, dispondo sobre a manutenção dos recursos do FCO, no Banco do Brasil, pelo período de 15 anos, a partir da instalação e entrada em funcionamento do BDCO, criando ainda dois parágrafos para disciplinar a devolução dos recursos do BDCO e a previsão para o Banco do Brasil reaplicar os saldos diários das disponibilidades, suprimindo os incisos e parágrafos único do substitutivo aprovado

pela Comissão de Constituição e Justiça. Inclui o inciso II e IV, bem como os §§ 2º, 3º e 4º, do art. 9º, com a vedação dada pelo art. 18, do substitutivo, dispondo sobre o compartilhamento do DECRED(F) em até 6% ao ano, pelo banco administrador ou instituição recebedora do repasse, assunção de risco operacional, pela recebedora, da vedação do DECRED(F) para as administradoras. Supressão da alteração do art. 9º A. Agora, cabe a esta comissão a primeira análise em relação à oportunidade da emenda”.

Análise. “A autora da proposição da emenda, Senadora Lúcia Vânia, justifica as alterações propostas, em virtude do entendimento com o Ministério da Fazenda, que, após aprovação do substitutivo, oferecido por esta parlamentar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, notou a necessidade de novas modificações para aperfeiçoamento da proposição em tela. Os pontos alterados dizem respeito à administração dos recursos e à constituição dos mesmos, disciplinando a atuação do BDCO na concessão de crédito e nas operações de micro-finanças. Podemos destacar como uma das alterações mais relevantes, no art. 17, que trata da manutenção dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, repassado ao Banco do Brasil, conforme o art. 9º A, da Lei nº. 7827, de 27 de setembro de 89. Essa manutenção será de 15 anos, a partir da data de funcionamento do banco, e a devolução iniciará no 16º ano, respeitando o cronograma de retorno das operações de crédito, firmadas até 90 dias após a entrada e funcionamento do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Essa alteração traz maior segurança ao Banco do Brasil, relativa às operações de crédito, com recursos do FCO, como a própria Senadora Lúcia Vânia destaca em sua justificativa, na Emenda nº. 3. Por esses recursos, o FCO constitui capital de nível dois e preenche requisitos importantes para o atendimento dos índices do Acorde de Basileia.

As demais alterações visam deixar mais clara a questão de quem faz jus ao DECRED(F), assim como assunção dos riscos das operações. Tais alterações contribuirão para melhorar consideravelmente o projeto de garantir maior segurança legal para a instituição de banco do desenvolvimento do Centro-Oeste. A Emenda nº. 3, como já foi dito, mantém o espírito substitutivo, aprovado pela CCJ, e do Projeto de Lei do Senado nº. 419/2008, do Senador Marconi Perillo, que é a criação de um banco de desenvolvimento que contribua para o crescimento sustentável da região Centro-Oeste”.

Voto. “Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 303, de 2008, na forma da Emenda Substitutiva do Plenário nº. 3. Sala

das sessões, voto... *Parecer favorável*”. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Agradeço, Senador Osvaldo Sobrinho. Colocamos a matéria em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator *ad hoc*, favorável ao projeto, na forma da Emenda Substitutiva de Plenário nº. 3. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, para as devidas providências.

Vamos passar para o Item 4 da pauta. É uma matéria terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 85, de 2006, terminativo. “*Veda a instalação de presídio em cidades turísticas*”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador José Agripino. Parecer pela rejeição do projeto. Observação: a votação nominal. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado o parecer contrário ao projeto. Esta é a oitava vez que a matéria entra em pauta nesta comissão. Constatou na Pauta 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27 e 28. Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, *ad hoc*, para proferir seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, V. Exa. já citou com relação ao projeto, já passou em várias comissões, e o voto é pela rejeição. Então, vou direto ao Voto. “*Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº. 85/2006*”. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Obrigado, Senador Valdir Raupp. Trata-se de matéria terminativa, a votação é nominal. Portanto... Em razão de falta de *quorum* para votação nominal, nós aguardamos *quorum* para colocar em votação.

O Item 2 da pauta. Item 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 107, de 2009, não terminativo: “*Altera o parágrafo único, do art. 2º, da Lei 4771, de 15 de novembro de 1965, Código Florestal, estabelece crédito para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano*”. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Relatório favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Observação em 30/06/2009: “*Após a leitura do relatório, foi concedido vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais. O relatório já foi lido*”. Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria só de colocar que esse projeto, ele foi apresentado em forma de substitutivo, e o mesmo altera o parágrafo único, do art. 2º, da Lei 4771, de setembro

de 65, que instituiu o Código Florestal, para dispor sobre as áreas de preservação permanente em áreas urbanas. Eu gostaria de ler aos presentes apenas as alterações feitas, que estão no art. 1º da referida lei. “O Congresso Nacional decreta, art. 1º: ‘O parágrafo único do art. 2º, da Lei 4771, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º, parágrafo único: No caso de áreas urbanas, assim entendidas, as compreendidas nos perímetros urbanos, definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, observar-se-á em todo território abrangido o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, desde que o município atenda aos seguintes requisitos: a) possuir Plano Diretor, aprovado e atualizado nos termos da Lei 10257, de julho de 2001; b) dispor de órgãos colegiados deliberativos, com atuação específica nas áreas de política urbana e de política ambiental, ou, na falta desses, integrar entes colegiados, intermunicipais, especialmente constituídos para esse fim, assegurada a escolha democrática dos representantes e a participação da sociedade civil na sua composição; c) dispor de órgãos executivos, com atuação específica nas áreas de política urbana e de política ambiental, ou integrar associações ou consórcios intermunicipais voltados para o planejamento, a gestão e a fiscalização naquelas áreas de atuação, nos termos da Lei nº. 11107”.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o referido substitutivo foi analisado pela assistência legislativa dessa Casa, e eu vejo que o mesmo, ele melhora, e muito, a disposição das áreas de preservação permanente, as áreas urbanas municipais e metropolitanas. Era esse o nosso Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Obrigado, Senador Gilberto Goellner. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer do relator, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para suas devidas providências.

Nós passamos para o Item 7 da pauta. Item 7, Projeto de Lei do Senado nº. 114, de 2004, terminativo. “Altera o dispositivo da Lei 7565/1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiro em caso de excesso de reservas nas aeronaves”. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko. “Tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado 283, de 2007: ‘Altera o art. 230, 231, da Lei 7565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro da Aeronáutica, para dispor

sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos’. Autoria: Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado 429, de 2007: ‘Altera a Lei 7565, de 1986, do Código Brasileiro de Aeronáutica, para instituir indenização aos passageiros, em caso de atraso ou cancelamento de voos’. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko; Projeto de Lei do Senado 533, de 2007: ‘Altera a Lei 7565, de 19 de dezembro de 1986, do Código Brasileiro da Aeronáutica, para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros, em caso de recusa, de embarque, cancelamento ou atraso de voos’. Autoria: Senador Aloizio Mercadante, relatoria do projeto do Senado, Almeida Lima. Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 114, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado 283, 429, 533, de 2007. Observação: nos termos do art. 282, da RISF(F), se for aprovado, o substitutivo será ele submetido a turno suplementar. Em 06 de maio de 2009, foi realizada Audiência Pública para instituir a matéria. Essa é a décima vez que a matéria entra em pauta da comissão; constou na 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27 e 28”. Concedo a palavra ao senador *ad hoc*, Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, trata-se da apreciação de diversos projetos de lei, em número de quatro. O primeiro, e mais antigo, o 114, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; o 283, de autoria do Senador Renato Casagrande; existe o 429, também de autoria da Sra. Senadora Serys Slhessarenko, e o 533, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Todos eles versam sobre tema semelhante, que é o problema de proteção ao passageiro, direito de defesa do consumidor, do passageiro, e, como relator *ad hoc*, eu acompanho o voto do nobre colega Senador Almeida Lima, no sentido de... Em função da similaridade de alguns projetos, ele votou pela aprovação do Projeto de Lei 114, de 2004, na forma do substitutivo, adiante formulado, e pela rejeição dos Projetos de Lei 283, 429 e 533. Era isso, Sr. Presidente, que o Senador Almeida Lima tinha se referido no seu relatório, que está muito bem feito, no qual eu acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti, a leitura em *ad hoc* do Item 5º da pauta, Item 7 da pauta, em que trata do *overbook* da aeronáutica.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, é um projeto terminativo, creio que nós vamos ter que aguardar *quorum* para poder colocá-lo em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) Eu coloco em discussão a matéria,

relatada nesse momento. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. O projeto terá que ser votado em um outro momento, por falta de *quorum*. Sras. Senadores e Srs. Senadores, o Item 3, o Item 4, o Item 5, o Item 6 e o Item 7, todos eles requerem *quorum* qualificado, são matérias terminativas. Consequentemente, como está visível a falta de *quorum* qualificado, nós suspendemos a sessão, continuaremos ela amanhã, às 11 horas, porque, às 11h30, teremos a votação das emendas do orçamento da comissão. Então, às 11 horas, nós fazemos a votação desses itens pendente e, em seguida, votaremos o relatório que já está a cargo do Senador Jefferson Praia, e que... Votaremos o relatório para cumprirmos, dentro do prazo, as emendas orçamentárias. Por isso, eu encerro a presente reunião. Ou melhor, eu suspendendo a presente reunião, e continuaremos às 11 horas e, logo em seguida, com a votação, também, das emendas orçamentárias.

[Sessão suspensa no dia 17/11/2009 às 12h16]

[Sessão reaberta no dia 18/11/2009 às 12h43]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Declaro reaberta a 28ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Como os itens números 1 e 2 da Pauta foram votados ontem, passamos à discussão, ou o encerramento da 28ª Reunião e declaramos encerrada por falta de *quorum*.

Sessão encerrada às 13h06.

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE NOVEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Nery, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e João Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação das propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei de Orçamentária para 2010 (PLOA/2010), Projeto de Lei nº 46/2009-CN. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Relator das Emendas, Senador Jefferson Praia, para proferir o seu parecer. O Relator explana que foram apresentadas 61 (sessenta e uma) Emendas ao PL nº 46/09-CN. Dentre as 61 Emendas apresentadas, optou-se pela apresentação de uma emenda de apropriação/acréscimo no Ministério das Cidades; uma emenda de apropriação/acréscimo no Ministério da Integração Nacional; e duas emendas de apropriação/acréscimo no Ministério do Turismo. Sugere, ainda, a inclusão de uma emenda de remanejamento de despesa para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na forma discriminada a seguir: a) do Ministério das Cidades: uma emenda de apropriação/acréscimo, de acordo com a de número 53 (vide quadro anexo), na funcional-programática 15.451.0310.1D73.0001 (apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – nacional), no valor de R\$700.000.000,00, sendo R\$200.000.000,00 em GND 3, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2 e R\$500.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório, no valor de R\$700.000.000,00, no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2; b) do Ministério da Integração Nacional: uma emenda de apropriação/acréscimo, de acordo com a de número 13, na funcional-programática 06.182.1027.8348.0001 (apoio a obras preventivas de desastres – nacional), no montante de R\$250.000.000,00, sendo R\$50.000.000,00 em GND 3, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, R\$100.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 30 e identificador de resultado primário 2 e R\$100.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 40, identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório, no valor de R\$250.000.000,00, no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2; c) do Ministério do Turismo: duas emendas de apropriação/acréscimo, de acordo com as de números 40 e 41, respectivamente na funcional-programática 23.695.1166.10V0.0001 (apoio a projetos de infraestrutura turística – nacional), no montante de R\$300.000.000,00, sendo R\$300.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório no sequencial 020000, fonte 153, GND

9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2, no valor de R\$150.000.000,00, e no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2, no valor de R\$150.000.000,00, e na funcional-programática 23.695.1166.10X0.0001 (participação da União na implantação do PRODETUR NACIONAL), no montante de R\$400.000.000,00, sendo R\$400.000.000,00 em GND 4, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório, no valor de R\$400.000.000,00, no sequencial 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2; e d) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: uma emenda de remanejamento/acréscimo, de acordo com a de número 60, na funcional-programática 22.846.1020.0506.0139 (apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia ocidental e áreas de livre comércio de Macapá e Santana – AP), no montante de R\$1.300.000,00, em GND 4, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório no valor de R\$1.300.000,00, sendo R\$300.000,00, no sequencial 001828, fonte 174, GND 4, modalidade de aplicação 90, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2, e R\$1.000.000,00, no sequencial 001832, fonte 174, GND 4, modalidade de aplicação 90, identificador de uso 0 e identificador de resultado primário 2. Após a explanação do Relator, usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner, Marconi Perillo e Valdir Raupp. Colocadas em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator com as 4 emendas de apropriação de despesa: **1 – UO 56101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional – NA – Valor 700.000.000; 2 – UO 53101 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Nacional – NA – Valor 250.000.000; 3 – UO 54101 – Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional – Nacional – NA – Valor 400.000.000; 4 – UO 54101 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Nacional – NA – Valor 300.000.000;** e 1 emenda de remanejamento de despesa: **1 – UO 28233 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Urbano na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana – AP – na Área de Atuação da Suframa – Norte – NO – Valor 1.300.000.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 47, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura

da ata e submete a sua aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 12 HORAS E 42 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 28ª Reunião da Comissão. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, apresentadas ao Projeto de Lei nº 46, de 2009-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

Foi designado relator das emendas o Senador Jefferson Praia.

Concedo a palavra ao nobre relator para fazer a leitura de seu parecer e suas considerações.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2010, Projeto de Lei nº 46, de 2009.

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

“Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 01, de 2006, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 e 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que re-

sultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2010, Projeto de Lei nº 46, de 2009.

Encontram-se sob análise desse Plenário 61 propostas de emendas, elaboradas pelos Senadores Valter Pereira, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, Valdir Raupp, Neuto de Conto, César Borges, Roberto Cavalcanti, Serys Slhessarenko, Marconi Perillo, Tasso Jereissati, Mozarildo Cavalcanti.

As propostas complementam a programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõe a subárea temática desta Comissão, nomeadamente o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades.

Vale apontar quanto à observância dos limites representados por esta subárea temática haver uma única exceção, resultante da proposta destinada à programação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este Parecer, no qual se discrimina o número atribuído a cada proposta de emenda por essa Comissão, o autor, o órgão em cuja programação a emenda é proposta, a descrição da programação, o tipo de emenda e o valor proposto.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente citada a Resolução nº 01, de 2006, assim como o Parecer Preliminar.

Subsidiariamente à Resolução nº 01, o Parecer Preliminar traça as regras procedimentais para a confecção e apresentação e admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria.

O primeiro fundamento foi de que as emendas exibissem caráter institucional, de que elas mantivessem estrita relação com as competências dessa Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

O outro fundamento foi de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou a localidade específica.

No segundo plano, tivemos o cuidado de observar as determinações contidas no art. 47 da Resolução nº 01, de 2006, notadamente em seus incisos II e V.

Nos casos em que nos deparamos com a programação orçamentária inédita, porque imprevista no PLOA 2010 e no PPA 2008-2011, verificamos se: primeiro – havia a precisa identificação do objeto na emenda na proposta; segundo – a programação estava adequadamente designada, pois é vedado que se faça genericamente, já que o propósito é evitar que a programação contemple obras distintas ou possa resultar em transferências voluntárias, convênios ou similares em relação, em relações que envolvam mais que um ente federativo; terceiro – a justificação era completa, assim entendida aquela que contivesse os elementos necessários à avaliação da proposta.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito, apesar disso, nem todas demonstram estrita conformidade com as normas vigentes, sabemos que bem mais rigorosas hoje do que em outros tempos.

Os aspectos formais, não os materiais, são os que, ao final das contas, acabam prevalecendo num trabalho como esse.”

O voto, Sr. Presidente.

“Tudo considerado, votamos pela apresentação, o PLOA 2010, por essa Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme anexo quadro de detalhamento no âmbito:

Letra **a)** Ministério das Cidades: uma emenda de apropriação, acréscimo de acordo com o nº 53, vide quadro anexo, na funcional programática 154510310-1D-73.0001, apoio à política nacional de desenvolvimento urbano, traço nacional, no valor de 700 milhões, sendo 200 milhões em GND 3, modalidade de aplicação 40 e identificador de resultado primário 2 e 500 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 40, e identificador de resultado primário nº 2, com o cancelamento compensatório de valor de 700 milhões no sequencial 00, ou melhor, 020000, fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2.

b) Ministério da Integração Nacional: uma emenda de apropriação, acréscimo, de acordo com a de nº 13 na funcional programática

06182102783480001, apoio a obras preventivas de desastre, também nacional, no montante de 250 milhões, sendo 50 milhões em GNT 3, modalidade de aplicação 90, identificador de resultado primário 2; 100 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 30, identificador de resultado primário 2; 100 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 40, identificador de resultado primário 2 com cancelamento compensatório no valor de 250 milhões, no sequencial 020000, fonte 100 GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2.

c) Ministério do Turismo: duas emendas de apropriação, acréscimo, de acordo com as de número 40 e 41, respectivamente na funcional programática 236955116610VO0001 apoio a projetos de infraestrutura turística nacional, no montante de 300 milhões, sendo 300 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 90 e identificador de resultado primário 2, com o cancelamento compensatório na sequencial 02000, fonte 153 GND 9, modalidade de aplicação 99 identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2, no valor de 150 milhões e no sequencial 020000, fonte 100, GND 9 modalidade de aplicação 99 identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2, no valor de 150 milhões e na funcional programática 236955116610XO0001, participação da União na implantação do PRODETUR nacional, no montante de 400 milhões, sendo 400 milhões em GND 4, modalidade de aplicação 90, identificador de resultado primário 2, com cancelamento compensatório de 400 milhões no sequencial 02000 fonte 100, GND 9, modalidade de aplicação 99, identificador de uso zero, identificador de resultado primário 2.

Vale apontar que o acatamento de quatro emendas de apropriação, nos termos desse voto, implica o aproveitamento direto de 29 propostas de emendas, a saber: das de número 1, 6, 13, 22, 26 e 35, apresentadas no âmbito do Ministério da Integração Nacional; das de números 6, 21, 31, 36, 43, 53, apresentadas no âmbito do Ministério das Cidades; das de números 2, 7, 15, 17, 23, 25, 27, 32, 34, 37, 40, 41, 47, 55, 58, 59, 61, apresentadas no âmbito do Ministério do Turismo.

Relembremos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar desta Ata

de Reunião na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação de emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Finalização."

Sr. Presidente, antes de finalizar, eu quero dizer que estou acrescentando ao relatório, também como emenda de remanejamento, a emenda do Senador Mozarildo Cavalcanti no valor de 42 milhões, destinada à SUFRAMA, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

Então, esta é uma emenda de remanejamento no valor de 42 milhões.

Esse é o relatório Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia.

Nós, então, passamos à discussão da matéria.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de dar o meu atestado de eficiência e competência dessa Comissão.

V. Exa., na qualidade de Presidente, e o Senador Jefferson Praia, se esforçaram ao máximo e eu sou testemunha disso, até os últimos momentos da noite de ontem, fazer o atacando de emendas, fazer correções.

Então, na verdade, eu gostaria de parabenizar o extremo profissionalismo do Senador Jefferson Praia, fiz um apelo a ele no Plenário, sobre um determinado dado, ele teve a elegância de consultar V. Exa., dizer que não tomaria uma atitude sem antes consultá-lo, isso demonstra a sintonia e harmonia existente dentro dessa Comissão.

Então, eu gostaria, na verdade, fazer esse registro e parabenizar pela eficiência, pela competência e seriedade desse relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós que agradecemos a manifestação. Apenas estamos, Senador Roberto Cavalcanti, cumprindo os ditames da legislação e bem conduzir os trabalhos.

Com a palavra o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de consultar o relator, Senador Jefferson Praia, em relação às medidas, as emendas de nº 28, 29 e 30, de... A 28 e 29 são referentes ao Ministério

das Cidades, porque diz respeito também a atividades... São apropriações de acréscimo.

Essas atividades de estruturação, uma diz respeito à estruturação de arranjos produtivos locais, em faixa de fronteira no Ministério de Integração Nacional. E as duas do Ministério das Cidades, uma delas sobre sistema de drenagem urbana e manejo de águas fluviais e a outra de apoio à provisão habitacional.

Eu gostaria de saber se elas foram incluídas em alguma outra emenda maior.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Gilberto Goellner, V. Exa. apresentou três emendas: 28, 29 e 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Acredito que a 27 e a 28, elas estão, salvo engano, contempladas nessa emenda do Ministério das Cidades.

Agora, quanto à emenda 30, por mais que eu seja, veja bem, Senador Gilberto Goellner, um dos defensores dos arranjos produtivos locais, mas temos aqui uma emenda de 15 milhões diante de todas as outras prioridades e por... Pelo entendimento aí dos critérios técnicos, por não ter caráter nacional, houve uma orientação por parte da equipe técnica, também eu não fiquei, confesso, muito satisfeito, em rejeitar uma emenda, já que somos todos defensores de arranjos produtivos locais.

E por esta razão não tive condições de acatar essa emenda, atacando outras que em que pudéssemos fazer um trabalho tão grande também no Ministério do Turismo, das Cidades e da Integração Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, Sr. Relator. Sr. Senador Jefferson Praia, colegas senadores.

Eu gostaria de cumprimentar V. Exa. por ter escolhido o Senador Jefferson Praia para relatar as emendas aqui, na Comissão, já que é um senador extremamente correto, equilibrado, sensato e sério.

O Senador Jefferson Praia acabou contemplando a maioria dos seus colegas e a maioria das emendas apresentadas aqui, em virtude do seu discernimento, depois de ter estudado uma a uma, procurado agrupá-las, e, através de 04 emendas de apropriação, atendeu a 29 emendas.

Eu, particularmente, apresentei nove emendas à Comissão. Fui contemplando em duas e acho que com

este acolhimento... Acho não, estou convencido de que, com esse acolhimento, o Senador Jefferson Praia nos dará a oportunidade de contemplar o país e o nosso estado, primeiro em relação à política nacional de desenvolvimento urbano, eu apresentei quatro emendas, cinco emendas junto ao Ministério das Cidades, três emendas junto ao Ministério do Turismo.

Então, a primeira delas vai nos permitir um apoio maior à política nacional de desenvolvimento urbano. Eu havia apresentado outras emendas, também, de igual relevância, uma delas em relação a projetos e sistemas integrados de transporte coletivo urbano, que é uma área que, na minha opinião, merece prioridade federal. Uma outra de apoio à modernização institucional dos municípios e melhorias de condições habitacionais para famílias de baixa renda.

Uma outra relativa à acessibilidade de pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

E ainda na área do Ministério das Cidades, uma outra emenda, contemplando municípios de regiões metropolitanas com mais de 50 mil habitantes.

O Senador Jefferson Praia acolhe essa emenda de apoio à política nacional de desenvolvimento que, na minha opinião, contempla todas essas demais emendas.

Em relação à área do turismo, fomos contemplados com apoio a projetos de infraestrutura turística, que deve estar levando em consideração os projetos do PRODETUR.

Eu apresentei uma outra em relação a divulgação e o projeto de infraestrutura turística. O fato é que também neste caso, ao acolher a emenda 55, através dessa emenda de apropriação, o Senador Jefferson Praia está nos atendendo também no Ministério de Turismo, assim como está atendendo a outros colegas senadores que apresentaram emendas de igual modo oportunas, importantes e prioritárias.

De modo que, em síntese, Sr. Presidente, eu vou votar favorável ao relatório do senador Jefferson Praia e quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela qualidade do seu trabalho.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Senador Marconi Perillo, a sua emenda, a emenda de V. Exa. no 53 serviu de âncora ao apoio da política nacional de desenvolvimento urbano, que agrupou todas as emendas que seguiu esse trabalho do Senador Relator.

Continua em discussão. Senador Relator.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de agradecer as palavras do Senador Perillo e dizer que esse trabalho só foi

possível, senador, graças a excelente equipe técnica que temos aqui, no Senado.

Então, eu reuni ontem com diversos consultores, assessores do Senado, a nossa equipe técnica está muito boa, excelente e que nos ajudaram para que pudéssemos adequar melhor este relatório, de acordo com as demandas dos parlamentares.

Obrigado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só para indagar se há necessidade de quórum, porque eu estou precisando sair, eu sou relator da Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não há necessidade, não.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não há necessidade, não é? Obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado. E quero parabenizar o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Poderia votar de imediato Sr. Presidente. Porque aí nós nos livramos cumprindo o nosso dever.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB SC): Continua em discussão.

Só para fazer uma ponderação, que o acatamento da emenda da SUFRAMA, do Senador Mozarildo, ela está fora do caráter nacional, ela poderá ser registrada na Comissão, aliás, no relatório final do orçamento, porque ela foge dos parâmetros da Resolução. Só para comunicar.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator e com as emendas selecionadas, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Suspendo a presente reunião por quinze minutos, para que a secretaria da comissão confeccione a Ata da presente reunião. Suspende o aprovação... Está suspenso.

Submeto a aprovação da Ata da presente reunião da comissão. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

As emendas serão enviadas à Comissão Mista de Planos Orçamentários, Público e Fiscalização, juntamente com a Ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h06.

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e trinta e nove minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, Antônio Carlos Valadares, José Nery, Almeida Lima, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marco ni Perillo, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Tião Viana, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Osvaldo Sobrinho, Demóstenes Torres e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senador Roberto Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. É dispensada a leitura e a votação da Ata da 29ª Reunião, pois a mesma encontra-se aprovada para cumprimento do disposto no art. 44, inciso I da Resolução nº 01, de 2006-CN, uma vez que esta Reunião foi destinada a deliberar pelas Emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 46/2009-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2010). Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) A Comissão recebeu, para conhecimento de seus membros, o Aviso nº 1602-SESES-TCU-Plenário/2009, contendo informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, TCU, relativo ao Acórdão nº 2642/2009, TCU, Plenário, Processo nº TC 004694/2009/1, que dispõe sobre o levantamento da sistemática utilizada pelo IBGE na apuração dos dados populacionais e PIB per capita. O referido acórdão será enviado, por meio eletrônico, aos membros da Comissão, e os Parlamentares que desejarem podem solicitar uma cópia em papel na Secretaria da Comissão; 2º) A Comissão recebeu também o Of. nº 0161/2009 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, presidida pelo Senador Fernando Collor, contendo relatório lido na reunião realizada no dia 16/11/2009, abarcando os principais pontos debatidos no "Ciclo de Audiências Públicas destinadas a debater o marco regulatório do Pré-Sal, dentro da programação da agenda

2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais”. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, terminativo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer pela Prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por 9 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção; Item nº 02-Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2006, terminativo, que “Veda a instalação de presídios em cidades turísticas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, e como Relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. Em 17/11/09 foi designado o Senador Valdir Raupp Relator *Ad Hoc*. Em 17/11/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por 9 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção; Item nº 03-Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, terminativo, que “Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, e como Relator *ad hoc* o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Parecer concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 02/07/09 foi recebido relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares concluindo pela prejudicialidade do Projeto. Em 14/10/09 foi designado Relator *ad hoc* o Senador Roberto Cavalcanti. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade ao Projeto por 9 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item nº 04-Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2009, terminativo, que “Al-

tera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação”, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 14/10/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item nº 05-Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que “Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos”, de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos”, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, e Relator *ad hoc*, Senador Roberto Cavalcanti, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo), de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. Em 17/11/09 foi designado o Senador Roberto Cavalcanti Relator *ad hoc*. Em

17/11/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Usa da palavra, para discutir a Matéria, o Senador Gerson Camata. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo) por 8 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção, e rejeita os Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007, a ele apensados. Deixa de ser computado o voto da Senadora Serys Slhessarenko, autora do Projeto, consignando-se a sua presença para efeito de quorum (art. 132, § 8º do RISF). Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar de votação. A seguir, com a anuência do Plenário, o Presidente da Comissão, Senador Neuto De Conto, submete o seguinte Item Único como extrapauta: Requerimento nº 18/2009-CDR, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer, “nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir a situação da Aviação Regional no Brasil. Para tanto sugerimos que sejam convidados: Dra. Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente da ANAC; Dr. Murilo Marques Barboza, Presidente da Infraero; Dra. Janine Pires, Presidente da EMBRATUR; André da Silva Ortacgy, Defensor Público da União; Dr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor Presidente da SNEA; Dr. Carlos Alberto Amorim Ferreira, Presidente da ABAV; e Dr. Alvaro Brito Bezerra de Mello, Presidente da ABIH”. Usa da palavra o Senador Jefferson Praia. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada.

Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 12 HORAS E 39 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se

à deliberação de proposições. Deliberamos que a Ata da 29ª Reunião encontra-se aprovada, uma vez que esta reunião foi destinada à reabertura pelas emendas da comissão do Projeto de Lei 46, 2009, CN, Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2010; e, nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, CN, as emendas à comissão deverão ser apresentadas juntamente com a Ata da reunião que decidiu por sua apreciação.

Comunicado: A comissão recebeu, para conhecimento de seus membros, o aviso número 1602, [inteligível], TCU, Plenário, 2009, contendo informações, encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, TCU, relativas ao Acórdão 2642, 2009, Processo nº TC 004.694. 2009/1, que dispõe sobre o levantamento da sistemática da utilização pelo IBGE, na apuração dos dados populacionais e PIB para *per capita*. O referido acórdão será enviado pelo meio eletrônico aos membros da comissão. Aos parlamentares que desejam, podem solicitar sua cópia em papel na Secretaria da Comunicação. A comissão também recebeu o Ofício 161, 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, presidida pelo Senador Fernando Collor, contendo relatório lido na reunião realizada no dia 16/11/2009, abarcando os principais pontos debatidos no ciclo de audiências públicas destinadas a debater o marco regulatório do pré-sal, dentro da programação da Agenda 2009-2015, desafios estratégicos e setoriais. Os parlamentares que desejam, podem solicitar uma cópia do ofício na Secretaria da Comunicação.

Em vista... Estamos aguardando o *quorum*, faltando somente um senador, e que deve estar a caminho. Nós invertemos a pauta, e colocamos em votação o requerimento da Senadora Serys Slhessarenko... “Requeiro, nos termos do art. 90, segundo o Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir a solução da aviação regional no Brasil. Para tanto, sugerimos que sejam convidados a Dra. Solange Paiva Vieira, diretora-Presidente da ANAC; Dr. Murilo Marques Barboza, Presidente da INFRAERO; Dra. Janine Pires, Presidente da EMBRATUR; André da Silva Ortacgy, Defensor Público da União; Dr. José Márcio Monsão Mollo, diretor-Presidente da SENAI; Dr. Carlos Alberto Amorim Ferreira, Presidente da ABAV; Dr. Álvaro Brito Bezerra de Mello, Presidente da ABIH(F). Colocamos o requerimento em discussão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, gostaria rapidamente de parabenizar a senadora pela iniciativa. Entendo que este requerimento de Audiência Pública é fundamental para que possamos ter nos aeroportos e, é claro, as empresas de transporte aéreo, adequadas, principalmente nes-

te momento que estamos já começando um período de férias. Nós temos percebido nos aeroportos uma grande quantidade de pessoas, e esses aeroportos precisam estar com a sua infraestrutura adequada para atender todos aqueles que estão aí num período de férias, se utilizando do transporte aéreo. É claro que eu estou apenas fazendo referência a um momento importante, que é esse período que atravessamos, onde muitos tiram suas férias, mas adequar os nossos aeroportos, termos as empresas, também, dentro de um contexto em que respeitem mais todos aqueles que utilizam desse meio de transporte, principalmente para um país que se prepara para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos, é fundamental que tenhamos essa discussão. Portanto, parabênz a Senadora Serys pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Ninguém mais quer discutir, colocamos em votação. Está aprovado... Se ninguém tiver nenhuma objeção, está aprovado. Item 1º da pauta, Projeto de Lei do Senado 2373, de 2005, terminativo. “*Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências*”. Autora: Senadora Roseana Sarney; relator: Senador Valdir Raupp. Parecer pela rejeição. Votação nominal. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado parecer pela prejudicialidade do projeto, em 14/10/2009. Após leitura do relatório, a comissão deliberou por adiar a decisão da votação da matéria. O relatório foi lido. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto que recebe o parecer da rejeição. Votação nominal. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Papaléo Paes. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A presidência também vota com o relator. Faz *quorum*. O projeto é rejeitado, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado 85, de 2006, terminativo, “*veda a instalação de presídios em cidades turísticas*”. Aatoria: Senador Marcelo Crivella; relator: Senador Valdir Raupp. Pela rejeição do projeto. Votação nominal. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado parecer contrário ao projeto, em 17/10/2009. Foi designado relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp. Após leitura do relatório, a comissão deliberou por adiar a discussão e votação da matéria. O relatório já foi lido. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto, que recebeu o parecer contrário. Senador César Borges, como vota?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O projeto foi rejeitado. Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O projeto é rejeitado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Osvaldo, cuidado para não esquecer a sua bolsa, aí, na hora de ir embora.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É a minha, ouviu?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item 3 da pauta, Projeto de Lei do Senado 435, 2007, terminativo. *“Acréscenta artigo na Lei 10257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, para garantir a posse da área pública urbana a beneficiários de assentamentos de baixa renda, nas condições que especifica, e dá outras providências”*. A autoria do Senador Marcelo Crivella; relatoria: Senador Roberto Cavalcanti. Pela prejudicialidade do projeto. Em 02/07/2009, foi recebido o relatório reformulado do Senador Antonio Carlos Valadares, concluindo pela prejudicialidade do projeto. Em 14/10/2009, foi designado o relator *ad hoc*, Senador Roberto Cavalcanti. Após leitura do relatório, a comissão deliberou por adiar a decisão e a votação da matéria. O relatório já foi lido. Declaro prejudicado o projeto nos termos do art. 433, termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal. Submeto à comissão a decisão da prejudicialidade. Em votação a declaração de prejudicialidade do projeto. Votação nominal. Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela prejudicialidade foi sua votação, comunico aos Srs. Senadores que vota com o relator pela prejudicialidade. O projeto é declarado prejudicado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

O Item 4, Projeto de Lei do Senado 198, de 2009, terminativo. *“Altera a Lei 10257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os atos 182 e 183 da Constituição Federal. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências para acrescer dispositivos de controles sociais da política urbana e de habitação”*. Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini; relator: Senador Jefferson Praia. Parecer pela aprovação do projeto. Votação nominal em 14/10/2009. Após leitura do relatório, a comissão deliberou para adiar a discussão e a votação da matéria. O relatório já foi lido. Matéria em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto que recebeu parecer pela aprovação. Trata-se de matéria terminativa, votação nominal. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Voto vencido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O projeto é aprovado, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Item 5º e último da votação terminativa. Projeto de Lei do Senado 114, de 2004, terminativo. *“Altera os dispositivos da Lei 7565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro da Aeronáutica, de modo a incluir indenização a passageiros, em caso de excesso de reservas em aeronaves”*. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. *“Tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado 283, de 2007, que altera o art. 230 e 231, da Lei 7565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, por dispor sobre direito de passageiro sujeito a atraso superior a duas horas em seus voos. Autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado 429, 2007, altera a Lei nº 7565, de 1986, do Código Brasileiro de Aeronáutica, para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de voo. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Projeto de Lei do Senado 536, 2007, altera a Lei 7565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência de passageiros no caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de*

voos. Autoria do Senador Aloizio Mercadante; relator: Senador Roberto Cavalcanti. Parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 114, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado 283, 429, 533, de 2007. Observação: nos termos do art. 282, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar. Em 06 de maio de 2009, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria. Em 17/10/2009, designado o relator em ad hoc, Senador Roberto Cavalcanti. Após leitura do relatório, a comissão deliberou por adiar a decisão e a votação da matéria. Esta é a décima vez que a matéria entra em pauta na comissão. Constou na 15ª, 16ª, 18ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 26ª, 27ª e 28ª. O relatório foi lido. Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu estou entendendo que nós não estamos votando o substitutivo da página 76. Porque me parece que o art. 226-A, ele praticamente transforma a lei inútil, porque diz o seguinte: *“Na ausência de explícita disposição contratual em contrário, o contrato de transporte de passageiros observará o disposto no presente capítulo”*. Então, se ele tiver com aquela letrinha pequena, na hora que você compra a passagem, ou um outro dispositivo, não se aplica a lei. Quer dizer, eu me absteria de votar, para não votar contra, porque alguém já deve ter estudado mais que eu o projeto, mas me parece que o art. 226-A transforma a lei em inútil, porque, se não tiver outro contrato, é essa lei, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Torna-se a matéria terminativa. A votação é nominal. Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu voto em homenagem à Senadora Serys, Sr. Presidente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Como vota a Senadora Serys Slhessarenko. Autora, voto conhecido. Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Como vota o Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gerson Camata também se absteve. Já falou o voto. Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Senador Mozarildo saiu, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Deu *quorum*. Nos termos... Aprovado o substitutivo, rejeitado... Aprovado nos termos do art. 282, RISF, a substituição será submetido ao turno suplementar. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente sessão, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores, agradecendo, também, por estarem, até esse momento, para a votação. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h59.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 40ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos(as) seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO AZEREDO, EDUARDO SUPPLY, ELISEU RESENDE, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, GILVAM BORGES, IDELI SALVATTI, JOÃO DURVAL, MARISA SERRANO, NEUTO DE CONTO, RENATO CASAGRANDE, SÉRGIO ZAM-**

BIASI E VALDIR RAUPP. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senadores Romeu Tuma, Osvaldo Sobrinho, Roberto Cavalcanti e Jefferson Praia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 55, de 2009-CRA**, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho, aprovado em 6.10.2009, **Requerimento nº 12, de 2009-CCT**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em 22.4.2009 e com aditamentos nºs 1 e 2, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovados em 22.4.2009 e 20.5.2009, respectivamente, e **Requerimento nº 80, de 2009-CMA**, aprovado em 29.9.2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e o emprego de defensivos agrícolas na Agricultura Brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Carlos Ramos Venâncio** – Chefe do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária/SDA – **MAPA**; Sr. **Ricardo Augusto Velloso** – Gerente de Avaliação do Risco da Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA** – também representante do Ministério da Saúde – **MS**; Sr. **José Roberto da Ros** – Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – **SINDAG** e Sr. **José Otávio Machado Menten** – Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. **EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: Requerimento nº 63, de 2009-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do Art. 93, inciso II, que seja realizada audiência pública para conhecer e discutir os critérios adotados pelos órgãos competentes, para o registro e regulamentação do uso de **ALOE VERA** e conhecer sobre as reais propriedades do produto para a sua classificação, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Representante da **ANVISA** e Diretor Executivo do **IASC** – Conselho Internacional de Ciência do ALOE, Dr. **Bill Coats**. **Autor:** Senador Gilberto Goellner. **Resultado:** **Aprovado, será cumprida a deliberação da Comissão.** Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Gilberto Goellner e Neuto de Conto. **Resultado:** Audiência Pública Conjunta Realiza-

da. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da CCT. – Senador **Renato Casagrande**. – Presidente da CMA

40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA CONJUNTA COM A 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 58 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 40ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro as dispensas das leituras das Atas das reuniões anteriores, que havendo anuência do Plenário, são dadas como aprovadas, e não havendo nenhuma manifestação em contrário, estão devidamente aprovadas.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, gostaria de comunicar a esta Comissão que encontra-se sobre a Mesa o Ofício 499/2009, de 16 de novembro, subscrito pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que encaminha informações ao Requerimento de nº 1.018, de 2009, de autoria desta comissão, acerca de ações adotadas por aquele Ministério em relação ao Horto Florestal do Município de Limeira, Estado de São Paulo.

O Requerimento foi relatado pelo Exmo. Senador Romeu Tuma, e a resposta está aqui em alguns volumes, a disposição de todos os Srs. Senadores, onde o Ministério finaliza dizendo que a destinação dada àquele horto florestal por meio da referida Portaria 258/2008, a Prefeitura Municipal de Limeira ajuizou mandado de segurança nº 14.047, no Superior Tribunal de Justiça, saindo da esfera administrativa tal discussão. Esta ação está sendo acompanhada pela Advocacia-Geral da União.

Então, os Srs. Senadores que tiverem interesse na matéria, está à disposição e, posteriormente, nós vamos discutir o texto do documento encaminhado pelo ilustre Ministro do Planejamento.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento 55 de 2009, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho, aprovado em 06/10; Requerimento nº 12, de 2009, da CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado no dia 22 de abril deste ano, com aditamentos nºs 1 e 2, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovados em 22 de abril e 20 de maio, respectivamente; e Requerimento nº 80, de 2009, aprovado do dia 29 de setembro, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e o emprego de defensivos agrícolas na agricultura brasileira.

Este evento vai contar com a participação dos seguintes convidados, os quais já convido para participar desta Mesa: é o Sr. Carlos Ramos Venâncio, Chefe de Controle... Do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, nós convidamos para sentar à Mesa; Sr. Ricardo Augusto Velloso, Chefe, aliás, Gerente de Avaliação do Risco, da Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Representante do Ministério da Saúde; o Sr. Roberto Da Ros, diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola. Bem-vindo. SINDAG. E, por último, o Sr. José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal. Bem-vindo.

Esta comissão tem se consolidado como o grande fórum de debate de todos os problemas que inquietam a agricultura, que inquietam o consumo de produtos agrícolas, os biocombustíveis, e uma infinidade de atividades relacionadas ao campo. E dentro dessa lógica, temos procurado debater os temas mais variados e que tem gerado, sobretudo, polêmicas nesses setores.

Eu vou passar a palavra para um dos proponentes, que é o Senador Gilberto Goellner, para que ele faça sucintamente, bem sucintamente, uma exposição dos fundamentos que o levaram a propor esta Audiência Pública, a fim de que os debatedores tenham a exata noção das razões pelas quais foram convidados para participar deste evento.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, senhores convidados a essa audiência.

A nossa proposição para que se avalie a real situação dos alimentos que estão no cardápio da mesa do brasileiro, ela suscitou uma avaliação muito grande, após a revista *Veja* ter colocado uma reportagem, no dia 16 de abril desse ano, que a ANVISA reprovou inúmeras frutas, legumes e verduras, de uma análise de 1.773 amostras colhidas em supermercados do país e mostrou que boa parte desses hortigranjeiros chega à mesa da população com índices inadequados de agrotóxicos.

Os alimentos que apresentaram mais irregularidades foram o pimentão e o morango.

Enfim, o que nós queremos, Sr. Presidente, é avaliar se a legislação está correta, se nós não precisaríamos estar colocando uma rastreabilidade desses alimentos, desde a produção, a orientação do uso de defensivos, porque os defensivos são extremamente necessários e eficientes e sem danos, desde que usados corretamente.

E para isso, a observância do prazo de carência, desde a última aplicação, até a colheita e a oferta nos mercados, principalmente os alimentos *in natura*, os hortigranjeiros são consumidos *in natura*, e aqueles que são expostos acima do solo, e não são tubérculos, raízes, eles poderão estar mais contaminados, e os agricultores, na ânsia de querer oferecer o produto completamente de boa aparência usam inadequadamente os defensivos agrícolas.

Então, preocupado com essa situação de resíduos que existem em alimentos, e dando como exemplo a CEAGESP de São Paulo, que faz constantemente a análise de tudo que chega lá, tem a identidade do produtor, do fornecedor, e tantos outros locais, alguns supermercados importantes do país também o fazem, e se preocupam com a saúde do seu consumidor.

Então, é nesse sentido que nós vemos que nós precisamos ampliar isso aí em toda nação brasileira; colocar elementos de cooperação, prefeituras, secretarias municipais, que possam cooperar na avaliação, nas amostragens, na orientação, enfim, no bom uso dos defensivos agrícolas, para que esses não contaminem, não entrem contaminados para a sua oferta, alimentação direta da população.

Era essa a nossa preocupação, e é por isso que nós esperamos que nossos convidados coloquem, de acordo com cada entidade, o que estão fazendo, o que podem fazer para nós melhorarmos esse controle e fiscalização desses alimentos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Enfim, o que V. Exa. propõe é um pouquinho mais de pimentão na culinária e nos debates desta comissão.

Então, vamos iniciar as nossas... As nossas exposições, esclarecendo o seguinte: o expositor terá dez minutos para fazer a sua digressão e, posteriormente, nós abriremos os debates com os Srs. Senadores e as respostas dos expositores.

Então, vamos começar aqui pela manifestação do Sr. Carlos Ramos Venâncio, que é Chefe do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária. Com a palavra.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Primeira-mente, dar bom-dia a todos, cumprimentar o Senador Valter Pereira, em nome dos quais cumprimento todos os componentes aqui da Mesa.

E também agradecer a oportunidade de falar um pouquinho do trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, especificamente na área de controle de resíduos e contaminantes. Próximo, por favor.

Então, a questão da segurança alimentar, ela envolve dois conceitos: segurança do alimento e acesso aos alimentos.

Então, o que a gente vai especificamente falar é a questão de segurança do alimento, a garantia que o alimento que chega à mesa do consumidor, tem os índices aprovados, tem os índices de agrotóxicos e outros contaminantes autorizados pela legislação. Próximo, por favor. Próximo.

Então, essa é a marca do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. Esse plano, ele está estruturado na área animal desde 87, mas ele ampliou para a grande maioria das matrizes, na área animal, a partir do ano de 2005, com a criação de uma coordenação no Ministério da Agricultura, dedicada para tratar sobre a questão de resíduos e contaminantes.

Então, esse é um fluxo, rapidamente, só para mostrar que foi uma coordenação de controle de resíduos e contaminantes, que está no meio, que ela lida com todas as áreas do Ministério, é uma coordenação bem enxuta e é o gestor executivo do Plano de Controle de Resíduos. Então, o próximo, por favor.

Então, os princípios do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes. As amostras são oficiais, são coletadas por fiscais do Ministério da Agricultura, elas são rastreadas até o produtor, porque não adianta eu coletar uma amostra se eu não posso atuar para resolver aquele problema que eu estou enxergando. Então, outros órgãos já fazem isso com muita competência de levantar o problema.

Então, a competência do Ministério da Agricultura é ir até a propriedade e realmente atuar para que aquele problema não se repita. As análises são laboratórios acreditados por normas internacionais, então, esse plano ele visa atender tanto o mercado interno,

quanto a demanda de mercado externo, possibilitar os produtos brasileiros a ter acesso a mercados mais exigentes.

Então, semana passada, a gente teve uma missão do escritório da União Europeia, do FVO, de *Food and Veterinary Office*, e ele avaliou os grandes avanços que houveram no Ministério da Agricultura quanto a área de monitoramento de resíduos em vegetais.

E o compromisso máximo do Plano, que diz que para todas as não-conformidades encontradas, é aberto um processo de investigação, e o fiscal do Ministério da Agricultura vai até a propriedade para levantar qual é a origem e, eventualmente, até aplicar a legislação. Próximo, por favor.

Então, o Ministério já vem fazendo um trabalho desde 2006, do controle de resíduos e agrotóxicos, nas culturas de maçã e mamão.

No caso de maçã, são coletadas principalmente nos estados produtores, que estão listados ali. No caso do mamão também. Próximo, por favor.

Recentemente a gente publicou todos os resultados de amostras coletadas desde 2006. Então, no caso dessas duas culturas, a gente alcançou índices bem satisfatórios. Próximo, por favor.

Ali é da maçã, esse o é do mamão. Da mesma forma também, índice acima de 3%. Para se ter uma ideia, nos planos de monitoramento europeus se tem como ideal algo em torno de 7% de... 93% de conformidade. Próximo, por favor.

Então, para quem quiser mais detalhes, essas são as instruções normativas que regulam o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes.

Essa é uma Instrução Normativa 42, que a gente chama de transversal; então, elas traz as regras para todos os anos do Plano de Resíduos e Contaminantes, e a IN 21, que diz exatamente o que o Ministério da Agricultura vai fazer no ano-safra 2009/2010. Próximo.

Então, o programa de investigação realmente é o diferencial desse Plano, onde o produtor tem direito a controvérsia, as amostras são coletados em triplicata, ele pode enviar para um outro se ele não concordar com essa análise. As propriedades são indicadas pelo programa de monitoramento.

Então, onde eu identifiquei as irregularidades, eu vou até a propriedade para resolver aquele problema que eu observei. E a investigação pode ser acompanhada de amostragem adicional.

Então, a medida... As amostras são, relativamente, por enquanto, um número pequeno. E a medida que eu identifique setores onde os problemas estão concentrados, aí sim eu posso gerar um número de quatrocentas, quinhentas amostras. Em determinada

cultura, em um certo estado da Federação, para aí sim resolver aquele problema que eu estou observando.

E as autoridades do MAPA tomam as medidas de controle. Muitas vezes essa medida vem através da fiscalização. Mas a fiscalização não é um único meio; quando a gente tem um problema sistêmico, muitas vezes o problema pode ser resolvido por via de uma nova legislação que atenda aquele problema que a gente está observando, ou então, de projeto de educação sanitária, para modificar aquela realidade daquela região. Próximo, por favor.

Então, essas são as culturas que vão ser analisadas pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos na safra 2009/2010. Então, as culturas em verde, são monitoramento quanto a resíduo de agrotóxicos, então, abacaxi, alface, banana, batata, limão, maçã, mamão, limão, manga, melão, morango, tomate e uva. Os itens em vermelho, o amendoim, arroz, castanha do Brasil e milho, esse ano vão ser monitorados quanto à presença de agrotóxicos, que é uma toxina importante, ela pode ser, ela é mais de mil vezes mais tóxica que a grande maioria dos agrotóxicos que estão no mercado. E a pimenta do reino vai ser monitorada quanto à presença de salmonelas.

Então, para orientação bem rápida, o Ministério já tem um plano estratégico da onde ele quer chegar no Plano de Controle de Resíduos até a safra 2013, 2014. Os contratos... As análises já foram licitadas, e se encontram os contratos assinados, e as amostras começaram, efetivamente, a partir de julho desse ano. Próximo, por favor.

Então, como foi falado aqui, a CEAGESP monitora a qualidade dos alimentos que entram na sua... Lá na Central de Abastecimento, que é a terceira maior do mundo. Então, hoje essas amostras estão englobadas dentro do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, e são custeadas pelo Ministério da Agricultura.

Esse é um ponto importante do processo, porque o Ministério não tem gente suficiente para ir em todas as propriedades, então, para conseguir uma grande abrangência, rastreabilidade, otimização dos recursos humanos e financeiros, eu tenho que coletar, principalmente em propriedades empacotadoras, o que a gente chama de *packing house* ou nas centrais de abastecimento.

Esse é um projeto piloto dentro do Plano Nacional de controle de Resíduos e Contaminantes, que tende a ser estendido para outras CEASAs. Então, a CEASA Minas e a CEASA de Pernambuco já demonstraram interesse também de compor o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. Próximo, por favor.

Rapidamente, são os laboratórios que executam a análise. Então tem um laboratório de excelência aqui em Pernambuco, talvez seja o melhor do país, que é o Laboratório ITEP, que é um laboratório ligado à Secretaria de Pernambuco e temos dois laboratórios privados no Estado de São Paulo, e no Estado do Rio Grande do Sul, que hoje prestam serviço para o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. E tem também o Lanagro Minas, que está se capacitando e a partir de abril do ano que vem vai servir também como um laboratório de referência para análise de resíduos. Próximo, por favor.

Então, essa era a mensagem, rapidamente, falar um pouquinho, porque esse é um tema bem polêmico; então, acho que as discussões vão ser mais interessantes que as palestras.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Carlos Venâncio surpreendeu-nos a todos. Porque aqui é uma casa do prolixo, e de repente ele foi objetivo. Não cumpriu nem os dez minutos. Mas foi bom.

Nós vamos passar, então, a palavra ao segundo convidado nosso é que o Dr. Ricardo Augusto Velloso, que é da ANVISA, e do Ministério da Saúde.

SR. RICARDO VELLOSO: Sr. Presidente. Obrigado. Eu prometo cumprir os padrões da Casa, vou passar um pouquinho dos dez minutos então, para o senhor ficar mais tranquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Você pode passar até cumprir a cota do primeiro.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Muito obrigado. Bom, em nome do Presidente, Senador Valter Pereira, eu agradeço o convite dessa Casa para que nós possamos apresentar o trabalho que a ANVISA vem desenvolvendo no âmbito do controle de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Sem mais delongas, por favor, a próxima.

Só para... Eu sei que essa Casa conhece de cor e salteado as funções da ANVISA. De qualquer forma, o papel da ANVISA é proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, participando da construção de seu acesso. Próximo.

No âmbito da ANVISA, nós temos a Gerência Geral de Toxicologia, que tem como principais atribuições regulamentar analisar, fiscalizar produtos e serviços que envolvam agrotóxicos, componentes e afins, outras substâncias químicas de interesse toxicológico e agentes e substâncias, outros também de interesse toxicológico. Próximo.

O marco legal de agrotóxicos... Essa transparência, infelizmente, eu peço desculpa a vocês, que a seta

ficou para baixo, na verdade ela tinha que ter ficado para cima. Mas só para que a gente possa entender, nos últimos nove anos, ou seja, de 2000, para cá, o marco legal de agrotóxicos no país teve um avanço muito grande.

Foram desenvolvidas e harmonizados procedimentos entre os três órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxico no Brasil. Hoje, o agrotóxico para ser registrado no Brasil, ele tem que passar pela anuência do Ministério da Agricultura, que é responsável pela análise da eficácia do produto, ou seja, se ele realmente serve àquilo que se destina. E o Ministério da Agricultura também é responsável por conferir o registro, ou seja, quem registra o produto é o Ministério da Agricultura.

Mas para que ele possa registrar o produto ele precisa da anuência da ANVISA, no que diz respeito ao impacto desses produtos à saúde da população. E precisa da anuência do Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, que é responsável pela análise do impacto ao meio ambiente desses produtos.

E essa legislação, ela vem sendo consolidada por esses três órgãos, de 2000 para cá, com a maior intensidade, justamente para atender a demanda que a gente tem fora do país, ou seja, tanto internamente, quanto externamente, a demanda por um controle maior, nesse tipo de produto, ela vem aumentando.

Então, o Brasil, para não se deparar com um cenário negativo no que diz respeito às negociações internacionais, é obrigado também a atualizar a sua legislação, atualizar sua forma de trabalhar, para que a gente possa ter aqui, como disse o Senador Goellner, produtos que possam ser utilizados com segurança, para nos fornecer alimentos seguros e de qualidade. Próximo.

Eu acredito que os representantes da indústria vão trazer esse dado também, mas aqui, só para a gente dar uma pincelada, como é que está o cenário de comercialização de agrotóxicos no mundo.

Hoje, a América Latina detém 19% do comércio de agrotóxicos no mundo, sendo que na América Latina o Brasil é responsável por 84% do comércio de agrotóxicos na América Latina. E no ano de 2009 o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, superando os Estados Unidos. Foram comercializados cerca de sete bilhões de dólares no último ano e um volume aproximado de 700 mil toneladas de produtos. Próximo.

Obviamente, esse crescimento que os senhores estão enxergando aí, de 2001, onde se comercializava um pouco mais de dois bilhões de dólares por ano a 2008, que chegamos a casa dos sete bilhões de dólares, isso tem aumentado muito a preocupação dos

três órgãos envolvidos no registro e no controle desses produtos, obviamente, por quê? Porque quando você tem um aumento da comercialização e do uso, você precisa... O aumento da comercialização e do uso, você precisa implementar medidas que garantam a segurança do consumidor, do produtor, do usuário desse tipo de produto.

Então, é necessário a adoção dessas ferramentas para ampliar a produção agrícola no país? Sim. Agora, a qualquer preço, não. Então, são essas as nossas preocupações, tanto do ponto... A ANVISA se preocupa tanto do ponto de vista do impacto desse produto à saúde da população, e o Ministério do Meio Ambiente, obviamente, do impacto ao meio ambiente, propriamente dito. E o Ministério da Agricultura se preocupa exatamente em saber se todos esses novos produtos que tem chegado ao mercado têm a qualidade necessária para que sejam utilizados com segurança. Próximo, por favor.

Bom, aqui mais um número da taxa de crescimento de vendas mundiais e vendas no país.

Então, as vendas totais, são essas azuis, nos anos de 2000 a 2008. E as vendas no país, como vocês podem perceber, aumentaram bem mais em relação àquilo que foi comercializado no mundo. Obviamente, esse é um dos motivos que o Brasil se tornou um importante mercado para esse tipo de produto no mundo. Próximo.

Bom, dentro das atividades desenvolvidas pela ANVISA e aquilo que o Senador Goellner perguntou, o que a gente tem feito para tentar controlar esse tipo de mercado, a ANVISA é responsável por dois tipos de atividades. Nós costumamos separar as nossas atividades em duas fronteiras: o pré-registro que aí envolve a avaliação toxicológica de agrotóxico para uso, agrícola, doméstico, tratamento de madeira, uso em áreas públicas e campanha de controle de vetores. E aí para os que não conhecem esse tipo de produto, a gente não tem só uso de agrotóxico na agricultura, não. Então, a gente tem como controle de vetores nas campanhas de saúde pública, para combater dengue.

Esses princípios ativos, eles advêm todos da agricultura. Então, é necessário fazer o controle não só do uso na agricultura, como também nesses outros usos aqui, por quê? Porque a população não está exposta somente aquilo que chega no alimento, ela acaba está exposta também quando ela usa um produto dentro da casa dela para matar um inseto, é o mesmo princípio ativo; quando as campanhas de saúde pública querem controlar os insetos, é o mesmo princípio.

Então, isso é um somatório de produtos agrotóxicos que, no final das costas, é muito importante

no momento do cálculo do impacto da saúde da população.

A ANVISA também é responsável pela elaboração de normas, e regulamentos técnicos que visam exatamente dar maior controle, maior visibilidade para esse tipo de produto, para que elas tenham segurança, e medidas de proteção e segurança para o trabalhador e para o consumidor. Ou seja, todas aquelas informações que constam nos rótulos e bulas dos produtos agrotóxicos, de como utilizar, o que utilizar para se proteger, qual o equipamento de proteção individual mais adequado para utilizar. Então, tudo isso aí é avaliado pela ANVISA.

Na atividade pós-registro o que a gente tem? E aí é o controle propriamente dito, ou seja, depois que é feita a análise toxicológica do produto e que a ANVISA diz ao Ministério da Agricultura: "Ok, tudo bem, vamos registrar esse produto", esse produto vai para o mercado. E aí acabou a nossa responsabilidade? Não. Aí é que tem início, vamos dizer, a batalha do controle pelo uso correto.

E aí nós temos a coordenação da rede nacional de centros de informação e assistência toxicológica, que são 32 centros, espalhados por todos os estados do país, que passam informações do tratamento clínico para intoxicados. Essa coordenação desses centros é da ANVISA. Então, é um serviço médico.

Reavaliação toxicológica dos agrotóxicos. É uma coisa importante de se entender o seguinte: o registro de agrotóxicos do Brasil, ele difere do registro de medicamentos, por exemplo, porque o registro de medicamento ele tem que ser renovado, a cada cinco anos ele é renovado. E o registro de agrotóxicos não. Uma vez obtido o registro, esse registro vale para o resto da vida, a não ser que alguns fatores indiquem às autoridades responsáveis pelo controle desse produto que esse produto precisa ser revisto.

E, por isso, foi criado, de acordo com a Lei de Agrotóxico, o Decreto 4.074, foi criado o procedimento de reavaliação toxicologia dos agrotóxicos. Então, Lei 7.802, e Decreto 4.074, aprovado por essa Casa, que trata da reavaliação toxicológica dos agrotóxicos. Ou seja, periodicamente alguns ingredientes ativos deverão ser revistos.

Quais são os critérios que levam a ANVISA a submeter um determinado ingrediente ativo de agrotóxico a uma reavaliação? São os critérios de impacto à saúde, características toxicológicas desse produto, novas descobertas científicas, alertas internacionais. [soa a campainha]. Já? Vamos para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas pode concluir.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Vou concluir. E também o trabalho de capacitação e toxicologia de todos os agentes da rede, da rede do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que perpassa por todos os estados e todos os municípios do país.

Fiscalizações, que é uma inovação que a ANVISA tem implementado agora a partir do ano de 2009 e, propriamente dito, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. Próximo, por favor.

Qual o objetivo do programa? O objetivo maior é monitorar a qualidade de alimentos quanto à utilização de agrotóxicos e afins, visando segurança alimentar. Próximo.

Dentro dos objetivos específicos, avaliar o uso e mapear a distribuição de agrotóxicos e rastrear a fonte dos problemas e subsidiar ações de vigilância sanitária, que é a preocupação do Senador Goellner. Ou seja, do que a adianta dizer que o tomate está com problema, se eu não dizer de onde ele vem. Esse é o ponto chave para a gente conseguir controlar a contaminação dos alimentos. Próximo.

Então, o programa teve início em 2001, e como vocês podem ver nessa linha do tempo aqui, em 2010, nós atingimos a abrangência nacional, ou seja, todos os estados do país estão envolvidos na coleta e análise de alimentos tratados com agrotóxicos.

O investimento desde o início é de cerca de 32 milhões de reais, que a ANVISA investiu na rede, com investimentos de 2.5 milhão/ano, nas atividades do PARA, e investimento em laboratório de cerca de 12 milhões até o ano de 2008. Próximo.

Então, só o estado de Alagoas não coletou este ano. Então, o ano que vem o estado de Alagoas também está inserido no programa. Então, teremos 26 estados e o Distrito Federal envolvidos na coleta de alimentos. Próximo.

Quais são os alimentos coletados? Até 2007 eram nove: alface banana, batata, cenoura, laranja, maçã, mamão, morango e o tomate. De 2008 inserimos mais 11: arroz, feijão, abacaxi, cebola, manga pimentão, repolho e uva. E para 2009, inserimos beterraba, couve e pepino.

Os diferentes agrotóxicos analisados somam 234 diferentes agrotóxicos registrados no país, ou não, que são analisados. Aqui é só para mostrar para vocês, que é tudo padronizado, as coletas são feitas de acordo com a orientação do *Codex*, pode passar, *Codex Alimentarius*, da FAO.

Nós temos um contrato com os Correios, o grande problema do programa no início era o seguinte: os estados não tinham orçamento até março para pagar envio de amostra pelo correio. Então, a ANVISA fez um contrato com os Correios para que o programa seja

ininterrupto. Ele só para em janeiro e fevereiro. Logo depois do carnaval, a gente já começa o programa. Então, no período de férias ele para, caso contrário ele é o ano inteiro. Próximo.

Equipamentos de ponta, de última geração. Equipamentos que permitem calcular na casa do trilhão, então, a gente consegue pegar partículas, as menores possíveis, em menor quantidade possível, porque os equipamentos são de ponta, de última geração, são os mesmos utilizados em laboratórios europeus que monitoram os alimentos que saem do país e vão para lá. Próximo.

Aqui é um pouco do cenário das amostras satisfatórias por alimento que a gente vem encontrando, e aquilo que o Senador disse, que o pimentão ano passado, realmente surpreendeu negativamente.

Aqui, eu já estou chegando ao fim, é só para a atenção de vocês. Todos esses ingredientes ativos que estão em vermelho foram utilizados indevidamente nesse alimento em específico, abacaxi, alface, então, todos que estão em vermelho. E todos foram submetidos à reavaliação da ANVISA.

Ou seja, os resultados do programa também auxiliam as ações de controle no pós-registro, no que diz respeito à reavaliação desses ativos. Se é um ativo perigoso e está sendo usado indevidamente, o que a gente tem que fazer com ele? Então, por exemplo, o Endosulfan existe uma consulta pública para ele, para banimento do produto do país, por questões toxicológicas. Próximo. Próximo. Aqui é mesma coisa.

Bom, e só para chegar ao fim, o que ANVISA tem feito, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária tem feito para, de posse desses resultados, tentar corrigir os problemas? Então, nós temos desenvolvimento de programas locais. Ou seja, os próprios estados já estão assumindo isso como atividade de rotina e já estão fazendo controle desses produtos. Então, em São Paulo, nós temos, em Pernambuco, Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais.

Só um exemplo importante no Espírito Santo. No ano de 2004, nós tivemos um problema de importação de morango do Espírito Santo, ou seja, Pernambuco importando morango do Espírito Santo. O programa detectou um problema muito sério, que era [soa a campanha] agrotóxicos não autorizados para aquela cultura. O Ministério Público entrou com uma ação, corretiva, e o Estado do Espírito Santo, hoje, tem um índice de 2% de contaminação, apenas, do morango.

Então, foi uma ação específica, localizada, conjunta com o Ministério da Agricultura, e Secretaria de Agricultura local, e corrigiu o problema. Hoje, o espírito do Santo tem um controle, um programa de controle de qualidade do morango.

Então, por que eu estou enfatizando isso aqui? Porque se é possível fazer isso no Espírito Santo, por que não é possível estender isso aos outros estados? Hoje a gente sabe de onde vem o morango no Espírito Santo, quem produz, o ele tem, o que foi aplicado nele. Então é a ideia do Senador.

Eu acho que aqui o resto é importante dizer. Só mais uma, por favor. Esse ponto é importante. A ANVISA tem trabalhado conjuntamente com o Ministério da Agricultura na questão do Programa Pró-Orgânico do Ministério da Agricultura, com o novo decreto para produção de orgânico.

Nós temos trabalhado na construção da regulamentação dos produtos que poderão ser utilizados na agricultura orgânica, porque nós acreditamos que para a grande maioria dos hortifrutis que são produzidos em pequena escala, a produção orgânica é a mais adequada.

E também... Acabou, pode passar... Na questão dos... Todos os resultados são informados ao Ministério da Agricultura e à Polícia Federal e eles estão... Pode passar. Pode passar. Pode passar. Todos os nossos resultados estão disponíveis na nossa página, desde 2001 até agora. Todos os processos de registro de agrotóxicos que estão em andamento na ANVISA estão disponíveis, a pedido desta Casa, estão disponíveis na página da ANVISA, ou seja, hoje é possível entrar na página da ANVISA e saber qual empresa protocolou que processo, para que tipo de produto, para que tipo de alimento. Os atos todos são publicados, ou seja, toda vez que a gente concede um registro, que a gente autoriza o Ministério da Agricultura, aqui do ponto de vista toxicológico, eles podem registrar, nós publicamos isso na página da ANVISA. E todos os pareceres técnicos, de indeferimento também estão lá.

Desculpa ter passado o meu tempo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, houve, na verdade, uma compensação. O tempo que o Carlos deixou disponível você acabou utilizando. Então, não tem problema.

Nós ouvimos agora, portanto, a manifestação de dois representantes do Governo. Agora, nós vamos ouvir os dois representantes da iniciativa privada.

Com a palavra o Sr. José Otávio Machado, que é Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Senador Valter Pereira, é um grande prazer estar aqui, é uma honra estarmos participando e dando a nossa contribuição nesse tema que reputamos aí [soa a campanha] de grande importância para o Brasil, para

a agricultura brasileira, tanto para o mercado interno, como para exportação.

Quando se fala em alimento seguro e saudável, nós temos que lembrar que existem pelo menos três aspectos que tem que ser considerados. Um são eventuais resíduos químicos, entre eles os defensivos. O outro ponto importante é a presença de microtoxinas que são as toxinas produzidas por fungos, que se desenvolvem principalmente na fase final de maturação e na pós-colheita; e em terceiro, a presença de microorganismos patogênicos, como o caso das salmonelas.

E não existe clareza ainda da importância relativa desses três, dessas três formas de contaminação ou de resíduos, embora aparentemente os casos relatados com maior frequência de intoxicações alimentares se refiram a microorganismos patogênicos, sabidamente a salmonela.

Então, se nós queremos, de fato, proporcionar alimento seguro e saudável à nossa população e a quem compra do Brasil, nós temos que pensar nos três aspectos.

O tema aqui está enfocando mais na parte de defensivos. Então, eu vou me ater mais na parte da presença de defensivos ou de agrotóxicos. Embora, eu acho que essa proposta apresentada pelo MAPA, que aborda não só o aspecto de defensivos, mas também de toxinas e de organismos, microorganismos patogênicos, é extremamente importante e tem que ser considerado num eventual projeto de lei elaborado aqui por esta Casa. Abranger os três aspectos.

Quando nós falamos em defensivos agrícolas, nós temos que lembrar, primeira coisa: a qualidade do produto que está disponível aos nossos agricultores. Um produto, hoje, para ser utilizado pelos nossos agricultores, ele passa por um período de 10 a 12 anos de desenvolvimento, aonde as empresas investem cerca de 300 milhões de dólares.

De cada 200.000 moléculas, só uma chega ao comércio, e essas moléculas, via de regra, tem boas características, não só do ponto de vista agrônomo, de eficiência biológica, mas também tem boas características do ponto de vista toxicológico e ambiental.

Após esse processo de desenvolvimento há necessidade de um registro. E no registro são apresentados os estudos toxicológicos, agrônomicos, ambientais e esse é um processo extremamente rigoroso. Então, só se pode utilizar um produto aqui no Brasil, após ele ser registrado, ou seja, passar por um processo muito rigoroso de análise, pelos três órgãos envolvidos no processo, MAPA, IBAMA e ANVISA.

E ainda, esse produto tem que ser cadastrado nos estados.

Então, nós temos uma garantia de que os produtos têm boa qualidade. Por que ainda ocorrem problemas... Eventuais problemas de inconformidades? Existem duas razões de haverem essas inconformidades.

Ou porque surge registro de produto não registrado, que aparece nas estatísticas como não autorizados e esse tem sido a maioria, cerca de 80% das inconformidades são devido a produtos não registrados. Por quê? Porque as pragas existem, elas causam perdas de cerca de 40% na produtividade, e se o agricultor, seja ele de uma grande agricultura, uma pequena cultura, ele tem a praga, ele vai perder a produtividade, ele vai ter a sua produção prejudicada, ele não vai ter a sustentabilidade econômica para o seu negócio, ele acaba lançando mão de algum produto que não está registrado.

Então, acho que a primeira providência, a mais importante, devido a sua importância relativa é nós termos um processo claro de... Que facilite, que estimule, que garanta o registro de produtos, de opções, de alternativas para o agricultor, além de ele usar... A gente sempre pensa em manejo integrado de pragas, então nós temos que pensar em todas as alternativas, inclusive na alternativa química.

E, para isso, nós temos que ter um procedimento aqui no Brasil que estimule as empresas a registrarem defensivos agrícolas para aquelas culturas onde não existe opções. Nós temos culturas onde não existe um produto sequer registrado, as pragas existem e aí o agricultor e o próprio engenheiro agrônomo extensionista, fica numa situação difícil, porque ele não tem apoio legal para poder recomendar, para poder prescrever um produto adequado para contribuir no manejo integrado dessa praga.

Um outro aspecto é quando realmente esse produto que está registrado para a cultura, ele é aplicado inadequadamente e os resíduos detectam limites acima daquele mínimo, daquele máximo permitido. Acima do LMR, que é o limite máximo de resíduos. E aí é maioria das inconformidades que ocorrem esse problema.

Bem, então, se a gente tem... Se nós tivermos, se nós já temos produtos registrados que são de boa qualidade e se nós tivermos uma legislação que estimule essa lacuna de falta de opções nas culturas de menor suporte sanitário, que são as chamadas *minor crops*, nós resolvemos 80, 90% do assunto.

O restante é educação e treinamento. É nós trabalharmos para que... Envolvendo a indústria e envolvendo o Governo, através do Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, ANVISA, IBAMA, no treinamento desses agricultores, para que eles usem corretamente.

A principal razão de haver resíduos acima do limite máximo de produtos registrados é quando não se obedece, por exemplo, o período de carência, que é o tempo de aplicação à colheita.

Então, se nós tivermos essa ideia, que é acho que é o fulcro aqui da discussão, que é a rastreabilidade, nós podemos dirigir todo o esforço de educação e treinamento naqueles locais aonde realmente existe o problema.

Então, se através de um trabalho, quer seja feito pelo PAA, quer seja feito pelo programa do Ministério da Agricultura, quer pelo seu CEAGESP, a própria ANDEF, já desenvolveu há muito tempo o programa chamado SIRAH que é o Sistema de Informação de Resíduos de Agrotóxicos em Hortaliças, quer de empresas particulares. O Pão de Açúcar já vem fazendo isso.

Se através dessa rastreabilidade eu sei onde foi produzido um alimento que apresentou resíduo, eu vou focar o meu treinamento nesse local aonde está havendo o problema.

Só para ter uma ideia, no ano de 2008, só a indústria treinou mais de um milhão de agricultores, através de palestras, dias de campo, *workshops*, etc., só que esse treinamento é aleatório. Se nós pudermos dirigir esse treinamento para os locais onde realmente existe a necessidade, nós certamente seremos muito mais suficientes em suprir essa necessidade.

Um outro aspecto importante é nós podermos muito mais do que punir eventuais agricultores que cometam qualquer tipo de uso inadequado, é nós nos propormos a educá-los, a treiná-los. E nós temos uma ampla rede de multiplicadores aqui no Brasil. Nós temos engenheiros agrônomos, da EMATER, nós temos engenheiros agrônomos ou outros técnicos em Ciências Agrárias no SENAR.

Só a ANDEF, neste período de 20 anos que vem trabalhado com educação e treinamento, treinou mais 30 mil multiplicadores, que são pessoas que tem competência, que tem como função levar esse tipo de informação, além de outras informações, aos agricultores. Que é uma recomposição, uma orientação, um estímulo à assistência técnica e extensão rural aqui no Brasil.

Então, eu tenho certeza que com uma união da iniciativa privada, das empresas representadas aqui pela ANDEF que já exercem esse trabalho, juntamente com o Governo, através dos Ministérios da Agricultura, Saúde e Ambiente, nós poderemos, e tendo essa ideia da rastreabilidade, tendo foco, chegando direto nos locais onde estão os problemas, nós podemos resolver quase em 100% esses problemas.

Eu acho que a discussão aqui é saber se todas essas iniciativas que já foram apresentadas pelo MAPA, pela ANVISA e nós sabemos que o CEAGESP, a própria ANDEF, o Pão de Açúcar tem de fazer uma análise de resíduos, quais seriam as vantagens de nós termos uma lei disciplinando isso.

E a discussão é: será que nós não estamos até duplicando esforços? Não seria o caso de racionalizar esse trabalho de levantamento, de monitoramento sistemático de resíduos? E podermos ter uma política pública preocupada com [soa a campanha] em garantir a qualidade desses alimentos? Não só para o povo brasileiro, mas também evitando qualquer tipo de barreira não tarifária nas exportações, já que o Brasil é o país aí que tem tudo para ser o líder no agronegócio.

O mercado, particularmente de frutas, está aberto para o Brasil, mas se nós não tivemos a qualidade, nós não vamos poder atender esse mercado exigente e cada vez mais exigente na sua qualidade.

Então, era isso, senador. Eu agradeço essa oportunidade. Fico a disposição, agradeço aos demais senadores presentes, os colegas aqui de Mesa, senhoras e senhores, e ficamos a disposição para qualquer tipo de contribuição, porque eu acho que essa iniciativa deve ser louvável.

Só desse assunto estar aqui na pauta do Senado, já é uma demonstração clara que de que existe a possibilidade de nós, definitivamente, superarmos esses obstáculos devido a esses resíduos, esses problemas de resíduos e contaminantes, que vêm maculando a agricultura brasileira e o agronegócio e a economia brasileira, como um todo, perde com isso.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a sua intervenção. E confirmamos aqui que realmente essa preocupação existe e não é por acaso que nós estamos debatendo o assunto na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Nós vamos passar a palavra agora ao Sr. José Roberto Ros, que é diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Defesa Agrícola, o SINDAG.

SR. JOSÉ ROBERTO DA ROS: Bom, o SINDAG agradece o convite a participar numa... Sobre um tema tão importante, e o objetivo principal nosso é mostrar o cenário de defensivos agrícolas no Brasil, para que não haja interpretações, que às vezes, um pouco errôneas sobre o nosso setor.

O Brasil, muita gente diz que o Brasil usa mais defensivo que os Estados Unidos, que é um absurdo isso aí, porque a área plantada lá é maior do que a nossa, etc. Mas nós temos diferenças, nós temos uma agricultura tropical, com necessidades diferentes dos

outros países. Uma coisa é produzir soja no Brasil, a outra é produzir na Argentina ou produzir nos Estados Unidos. Eles não têm ferrugem e tem muitas pragas que atacam aqui que não atacam lá. Então nós temos um maior número de pragas, uma maior severidade do ataque, com isso, a necessidade de aplicar mais vezes, maiores intervenções, medidas de controle mais intensas, no caso do defensivo agrícola.

Nós temos, no caso, a ferrugem da soja, a lagarta do cartucho, manchas foliares no milho, a ramulose, manchas foliares, bicudo no algodão, a famosa mosca das frutas.

Então, não pode se comparar agricultura tropical, que hoje o Brasil domina essa técnica, através da EMBRAPA, com agricultura na mesma cultura, mas em outro país. Próximo.

Essa é divisão por classes, como nós vemos ali, a área de herbicidas é quase 50% de todo o mercado, depois os inseticidas, os fungicidas, os acaricidas e os outros. A próxima.

E aí, separado por culturas; se vocês somarem as cinco maiores culturas – soja, milho, cana, algodão, café – nós temos mais de 80% de uso de defensivo agrícola, e nós não temos problema de resíduos nessas culturas aí.

Então, se você pegar a venda do ano 2000, que nós vendemos dois bilhões de dólares e hoje, que nós vendemos sete, a gente não pode dizer que aumentou três vezes e meia. E o pessoal que consome hortaliças então, “Pô, no meu pimentão estão aplicando três vezes e meia mais, eu estou preocupado.” E não é verdade. É um país extremamente concentrado no defensivo agrícola. As cinco maiores culturas é mais de 80%.

Se vocês pegarem... HFF quer dizer hortaliças, frutas e flores, é muito pequeno em relação ao resto do país.

Já foi mencionado aqui que o custo de desenvolvimento de um novo produto está beirando os trezentos, trezentos e poucos milhões de dólares.

Então, é impossível você gastar um dinheiro desse para desenvolver para uma cultura pequena, apesar do Brasil ser um país grande. Não há um retorno sobre o investimento. Então, se você não tem um produto que funciona nas grandes culturas, fica inviável qualquer tipo de investimento. A próxima, por favor.

Aí por estados também. Se você somar os estados, você vai ver que 80% são os cinco maiores estados, e são os estados que produzem os grãos, soja, algodão, é o trigo, e assim por diante. É um mercado concentrado, é uma agricultura bastante concentrada. Próxima.

Eu coloquei as pequenas culturas, porque essas pequenas culturas é o motivo da reunião hoje. Então,

você vê que a horticultura é 52 milhões de dólares, é o mercado total. Fica difícil para uma empresa investir milhões e na área de registro do produto, para um mercado muito pequeno.

Então, o Governo precisa fazer alguma coisa para incentivar as empresas a registrarem produtos para as chamadas *minor crops*, ou há quem diga que é o *minor users*, porque não há nenhum atrativo econômico financeiro. Todas as empresas tem o seu *budget*, e elas estabelecem com seu *budget* as prioridades, e essas pequenas culturas vão lá para o fim das propriedades.

Se o Governo não fizer nada a respeito, como já existe o projeto de lei sobre as culturas de pequeno suporte fitossanitário, que já faz tempo que já está andando, então, se esse projeto não sair, fica difícil as empresas realmente registrar esses produtos para as pequenas culturas. E que já foi dito aqui também que 50% das inconformidades em relação à análise de resíduos, foi porque o produto não estava registrado para aquela cultura.

Isso não quer dizer que se tiver o produto está registrado no tomate, se estava no tomate, “Está bem, posso comer o tomate.” Mas é o mesmo produto, com o mesmo MR, “No pimentão não posso, porque não está registrado.” Mas isso não quer dizer que toxicologicamente exista um perigo nesse sentido.

Então, se o governo não ajudar, e eu acho que essa Casa é a Casa que a gente deve discutir isso aqui, não haverá incentivo para resolução desse tipo de problema. Uma outra coisa que a gente, a opinião da indústria é que quanto mais análises de resíduos, quanto mais programas existirem é melhor, porque nós lutamos para ter uma agricultura sustentável, ter uma produção de alimento em quantidade suficiente, com qualidade e com segurança alimentar.

Então, quanto mais programas de resíduos existirem, é melhor para o Brasil, mas que esse programa deve também atingir aqueles alimentos que são importados. Quer dizer, nós produzimos aqui, nós temos que fazer um controle do que é produzido aqui, mas tudo aquilo que nós importamos também precisa ser controlado, porque lá eles controlam a nossa exportação.

Então, esse programa deve ser bem feito e deve ter... Por isso que nós acreditamos que ter uma legislação sobre isso tudo, como fazer análises de resíduos, a ANVISA já mostrou aqui como é complicado fazer tudo isso, os laboratórios têm que ser capacitados, tem que ser auditados, e isso custa muito dinheiro.

O Carlos Venâncio já mostrou também o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes que é muito bom, mas esses planos têm que ser turbinados, tem que ter um recurso para pagar tudo isso

aí. Porque não tem recurso e nós sabemos que o Ministério da Agricultura ainda sofre muito com todo esse problema de verba.

Então, se uma legislação pudesse estabelecer um recurso para que esse programa seja turbinado, seja incluído novas culturas, você vê aí que nós temos muitas hortaliças, tem acerola, por exemplo, é exportada para todo lugar, para o Japão, tudo, não tem um produto registrado. É um absurdo tudo isso aí. Não tem nada registrado. Você pega quiabo, você pega hortaliças que. ... Gengibre, por exemplo, que tem cidadezinhas pequenas no Estado de São Paulo que vive da plantação de gengibre e não tem um produto registrado. Então, eu acho que essa Casa deve cuidar para resolver esse tipo de problema.

E para terminar, então, quanto mais controle houver, é melhor para nós. Mas esse controle deve ser feito de uma maneira bastante efetiva.

A indústria participou de um acordo [soa a campanha] com o pessoal do CEAGESP, financiando essa parte de análises e funcionou muito bem. Por que funcionava bem? O agricultor entregava a caixinha dele de morango para vender no CEAGESP, era feita uma análise, se a análise tivesse inconformidade, a CEAGESP comunicava esse agricultor e dizia: “Olha, a próxima vez nós não vamos receber o seu produto”. Isso seria a morte econômica do agricultor, porque se ele não pudesse vender a mercadoria dele através do CEAGESP, ele estava economicamente falido.

Então é um problema que essa rastreabilidade deu e que realmente resolveu o problema. Aquele agricultor não iria entregar mais. Ele era obrigado a procurar uma assistência técnica para resolver o problema que ele tinha. E as próximas entregas, a mercadoria tinha que estar dentro dos padrões.

Era isso que eu tinha que falar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos também o Dr. José Roberto pelas explicações. Acho que ele trouxe realmente notícias que são surpreendentes para todos nós.

É incrível imaginar que algumas culturas como acerola, talvez a beterraba, e outras mais, não tem defensivos registrados para combater as pragas.

E isso aí, de certa forma, começa a explicar um outro fenômeno que nós temos observado em nossa atividade aqui, que é o contrabando, contrabando de tais produtos.

Então, de repente um produto... A falta de um produto está justificando o ilícito de outros produtos. O que é, efetivamente, muito grave, e precisa que nós intervenhamos com a nossa função, com nossa atividade, que é de legislar.

Nós vamos passar agora aos debates. E nós agradecemos a todos os expositores, antes de passar à segunda fase pelo... Pela racionalidade com que fizeram os seus painéis.

Com a palavra, em primeiro lugar, o Senador Gilberto Goellner, que é autor do requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, realmente foram muito concisas, precisas, elucidativas, todas as apresentações.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Ricardo Velloso, da ANVISA, sobre o uso do BTI para o controle da dengue, do mosquito da dengue, sendo que esse produto, ele... Toxicologicamente muito seguro, ele... BTI... É um bacilo igual se usa hoje nas grandes culturas também, e foi indicado pela EMBRAPA, que ele poderia servir no controle do mosquito da dengue, inclusive em algumas escolas, em alguns municípios já estão usando, inclusive os agentes mirins que são os estudantes, que fazem o serviço, fazem essa avaliação nas suas próprias casas e residências e outras também.

Então, como o produto contra a dengue no controle dessa epidemia, ele 70% aproximadamente é utilizado dentro do circuito do terreno e da residência externa do cidadão, das casas, eu pergunto: por que não intensificar o uso desse bacilo no controle do mosquito da dengue, já que ele é extremamente mais seguro?

E a gente sabe também que os demais têm eficiência, porém não apresentam a segurança que esse bacilo apresenta. Então, essa seria a primeira pergunta.

E eu também coloco na Mesa a seguinte, a seguinte questão: os engenheiros agrônomos, eles gostariam de ter uma maior liberdade no serviço de assistência técnica à extensão rural, no sentido de poder colocar a sua recomendação em função às vezes de uma subdosagem, necessária às vezes por uma avaliação dentro de um manejo integrado de pragas, uma subdosagem que na avaliação em característica se apresenta como a mais favorável de eficiência e controle econômica e ambientalmente também.

Então, nesse sentido, hoje eles estão muito atrelados à necessidade de apresentar um relatório de utilização e de responsabilidade técnica do uso de alguns inseticidas, dentro da estrita recomendação técnica colocada pelos órgãos de fiscalização e controle da recomendação daquele produto.

Então, esse procedimento daria maior responsabilidade também a esse técnico, na formulação e na recomendação que nem sempre é necessária a dosagem total. Então, nesse sentido eu gostaria de ver da ANDEF, do SINDAG, qual é sua avaliação a respeito.

E dizer que realmente nós precisamos disciplinar e viabilizar o uso em todas as culturas de produtos químicos, que poderiam, então, estar mais amplamente presente nas avaliações, já que alguns alimentos, alguns produtos, algumas culturas não apresentam recomendação de produtos químicos nenhum e sabe que se usa.

Então, como o incentivo econômico não está a permitir o registro, nós queremos saber também da ANVISA, do Ministério da Agricultura, qual é a solução para esse caso?

E dizer que não nos resta mais do que fazer uma, realmente, propor um projeto de lei, aqui no Senado, que é nosso interesse, para, quem sabe, dotar, disciplinar todo esse monitoramento, esse, de controle de resíduos, rastreabilidade, enfim, dar mais segurança ao produtor, ao consumidor em todos os aspectos, e ao aplicador, quem aplica os produtos químicos, e que tão necessários, mas usados de forma errada, comprometem seriamente a saúde.

Seriam esses dois os nossos questionamentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós vamos passar a palavra ao Senador Neuto de Conto, e em seguida nós passaremos para a réplica.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Sras. e Srs. Senadores.

Cumprimentar a cada um dos debatedores, expositores dessa matéria tão importante para a vida do Brasil.

A agricultura é, historicamente, está no presente e será no futuro, a maior área da economia para o país, quer seja para o mercado interno, quer seja para o mercado internacional. Essa agricultura que não só alimenta os 190 milhões de brasileiros, mas que participa significativamente na balança comercial do Brasil, hoje com 34% das exportações.

Esta agricultura em que tem um espaço muito grande para o seu crescimento, principalmente pela desistência da produção de carnes pela Europa, por falta de espaço na Ásia e, principalmente, pelo nosso clima, pela nossa chuva, pelo nosso sol, pela nossa tecnologia e pela nossa gente, é que temos a oportunidade de ter nesse seguimento e vamos ser, mais de 50% da economia do Brasil.

Por isso, é o primeiro grande passo e eu tenho uma preocupação muito grande. Quando nós temos os estoques estratégicos da economia do Brasil, que dá a segurança principalmente na energia, produzindo usinas e prevendo usinas para o futuro, para que o Brasil continue a crescer. Quando nós vemos o pe-

tróleo e agora com o pré-sal, sendo uma área estratégica da nação. E não encontramos a estratégia da agricultura.

Hoje, nós importamos mais de 70% dos insumos. Se esses países deixarem de vender, por qualquer razão, qualquer catástrofe nesses países fornecedores, esta potencialidade fica prejudicada. Nós temos minérios, principalmente fósforo e fosfatos, e hoje os demais, através da PETROBRAS, temos as jazidas, praticamente na mão de multinacionais, todas elas, e nenhuma em atividade.

Então, eu levo para este discurso, primeiro o grande problema que a nação tem e terá que se preocupar e terá que encontrar solução, para ter a mesma estratégia que tem no petróleo, na energia, também para produzir comida para os brasileiros, e comida até para o mundo.

O segundo ponto que me preocupa muito é a qualidade da comida. É o tema que está se debatendo aqui no dia de hoje. Quando sabemos, eu escutei aqui que muitos supermercados já instrui, orienta seus fornecedores, em particular o hortifrutigranjeiro.

Mas nós encontramos nos 5.600 municípios no Brasil, feiras populares e feiras livres, em que o seu produtor vai vender o produto nessas feiras, e eu não encontro nenhuma forma de fiscalização da qualidade do produto. É lógico que essa qualidade ela tem que vir, tem que iniciar na educação. A educação é a base de todo esse processo.

Mas quando não se tem, como o Senador Gilberto Goellner bem colocou, como autor desse Requerimento, de que quem é o responsável pela área, quando as empresas, por não ser economicamente viável, deixa de registrar e certamente esses produtores estão usando produtos clandestinos, ou produtos de outras fontes. E que vai atingir a quem? A nós mesmos, os próprios brasileiros. Então, essa é uma preocupação muito grande.

E quando nós temos esta tecnologia avançada, o trabalho da EMBRAPA se aprofundando a cada dia que passa, mas que lá na ponta, lá no nosso interior de todo esse Brasil, em que as pessoas buscam alimentação, o seu combustível, sem se preocupar... É muito difícil encontrar alguém que lê um rótulo, é muito difícil encontrar alguém que vai perguntar se no morango, na alface, em todo o processo existe agrotóxico, e qual o agrotóxico que tem.

Eu venho do interior. Sou da pequena propriedade rural, tenho a pretensão de dizer que sou frequentador de supermercado, principalmente nas gôndolas de frutas e de legumes. E vou—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, V. Exa. está se esquecendo das maçãs.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Também. A nossa... Esse processo todo e a inovação, eu... [risos] o meu estado, o Senador Valter Pereira, o nosso Presidente, ele lembra, eu fui Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, quando não se plantava maçã.

E por um processo de clima, de pesquisa, hoje nós somos o primeiro produtor nacional e exportamos para mais de 40 países. Eu chamo que nós exportamos água, porque fruta é armazenar água. No fruto e nesse armazenar essa água de boa qualidade, se produz, e quase todos os processos hortifrutigranjeiros, é armazenamento de água.

Então, aí começa na qualidade da água, na qualidade de seus ingredientes que vai compor a formação de todo o processo.

Por isso, Presidente, Senador Goellner, eu quero cumprimentá-lo pelo tema, pela preocupação, porque tudo é válido, tudo é importante nesse país, portanto.

E todo o processo, todo o processo de crescimento, é o asfalto, é a usina, é o petróleo, é a escola, é a universidade. Mas toda a prosperidade é falsa, se nós não temos o ser humano como patrimônio maior.

E aqui está a discussão para termos esse patrimônio maior, sadio, forte, inteligente, competente, que através da sua inteligência é que nós vamos fazer o futuro dessa pátria.

Por isso que eu quero cumprimentá-los por esse tema importante, senadores, mas por aqueles que vêm aqui também esclarecer. A preocupação é permanente, e só teremos sucesso, se nós termos leis, mas principalmente o cumprimento e o produto.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senador Neuto de Conto. Mas V. Exa. não me respondeu da maçã, aquela que V. Exa. está devendo para nós.

[risos]

Mas eu acho que esse debate é importante. Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção, relacionada a um assunto que o Senador Neuto e o Goellner também, acho que acabou aferindo, que é com relação ao produto lá na ponta, lá do consumidor.

Basta a gente fazer uma viagem de carro e parar nos restaurantes. É claro que existem muitos deles que oferecem produtos de qualidade tão exemplar a ponto de tornarem-se referências de paradas de estacionamento. Mas outros tantos são referências de sujeira, de desmazelo, de desrespeito para o consumidor.

E existe o inimigo número um do consumidor quando precisa de alimentos que é essa '*maledita*' salmonela, e que está aí exposta em tantos estabelecimentos nas rodovias afora.

Então, qual é a estrutura de fiscalização que o Ministério da Agricultura detém para o controle, para fiscalização desses produtos, já que o consumidor, na estrada, é uma vítima em potencial desse grande inimigo chamado salmonela, além de tantos outros que estão na mesa do consumidor?

E aqui tem dois representantes do governo, o Dr. Carlos Venâncio já me deu até uma explicação: a nossa área é da porteira para dentro; a área da ANVISA, que é do Ricardo, é da porteira para fora. Então, eu acho que é uma pergunta mais focalizada para o Dr. Ricardo.

A outra questão que eu gostaria de indagar é com relação a essa deficiência que foi apontada aqui sobre os registros, sobre os registros de defensivos para essas pequenas culturas e que, pelo que senti, há uma... Há um consenso no sentido de que realmente ela está presente, ela existe.

Outra questão que eu gostaria de mencionar é com relação a um noticiário que foi dado ao conhecimento público, há algum tempo atrás, sobre o qual a indústria estaria, teria postulado e conseguido na justiça, a proibição para divulgação de relatório sobre resíduos de agrotóxicos, de alguns produtos. Isso daí efetivamente a todos preocupa, porque é na transparência que o consumidor pode ter a proteção, tomando conhecimento, obviamente, de que este ou aquele produto estão suscetíveis ao uso de determinados agrotóxicos.

Então, a pergunta que eu gostaria de fazer é se efetivamente a ANVISA, hoje, está sofrendo algum tipo de restrição, algum tipo de censura na divulgação desses dados, que são fundamentais, que são essenciais para consumidores e para agentes públicos? Se ela tem essas restrições, nós gostaríamos de conhecer, quais as dificuldades que isso está trazendo para os órgãos públicos; e de parte da iniciativa privada, que também está presente, qual é o motivo que leva a postular este silêncio também na área de saúde pública.

Então, essas são as indagações que eu gostaria de fazer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de acrescentar também, já que temos três senadores presentes, nós estamos com um Projeto de Lei, 337, que está em andamento aqui na Casa, está na CCT e vai ainda para Comissão de Assuntos Sociais e também para a Agricultura, que altera o art. 7º da Lei 7.802, de 11 de julho de 89, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

E da forma como o autor, Senador Valdir Raupp, coloca as modificações desse art. 7º, instituindo código de barra, ou mecanismo similar do registro de informações, de produto ou de lotes de produção das matérias primas, seus fornecedores, utilizados na fabricação, do processo de fabricação e controle de qualidade, nós vemos que é extremamente dificultoso nós não passarmos por um substitutivo, onde deveríamos construir algo mais factível, de controle desse sistema.

Então, essa rastreabilidade, de toda a cadeia produtiva, incluindo o armazenamento, o transporte, a comercialização, o retorno das embalagens, por meio de registro eletrônico, ele poderia até permitir a fiscalização melhor do poder público.

Agora, é humanamente dificultoso se promover todos esses aspectos, inserir isso aí automaticamente numa lei, alterando a Lei 7.702.

Então, eu gostaria de perguntar aos palestrantes qual sua opinião e contribuição que dariam para a formatação de uma rastreabilidade de resíduos de agrotóxicos em alimentos no país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então, agora nós vamos passar a palavra para os expositores, a fim de darem resposta ao que foi indagado.

Nós vamos começar aqui pelo Sr. Carlos Venâncio.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Falar um pouquinho sobre as perguntas.

Então, primeiro, sobre a questão da recomendação de agrotóxicos no campo, que é uma área... Principalmente dos engenheiros agrônomos, que estão atuando diretamente com os produtores.

Então, hoje o engenheiro agrônomo, ele tem não tem nenhuma liberdade para prescrever o produto. Então, muitas vezes ele pode ver uma... Ele pode ver uma condição de campo que não necessite ele aplicar uma dose cheia, que a gente chama, dose completa do produto, mas ele é obrigado, legalmente, a fazer isso, porque ele não pode recomendar nada de que não esteja no rótulo do produto.

Esse é um problema, porque foge à realidade, foge à área técnica. Então, ele vai recomendar, fazer uma recomendação que na verdade, não é aquilo que realmente a cultura precisa. Ele poderia recomendar menos.

Essa situação a gente não vê em outras áreas, como por exemplo, a área dos medicamentos veterinários; os veterinários têm liberdade para decidir qual a dose adequada para aplicar nos médicos veterinários. Então, os médicos também podem... Têm essa liberdade. Então, o responsável técnico por cada área,

tem a liberdade, o que não acontece na área dos engenheiros agrônomos.

Uma outra questão é proposta de regulamentação para as culturas pequenas, para as ditas *minor crops*, as culturas sem nenhum produto registrado.

Então, a rigor a gente tem culturas, como por exemplo, a beterraba, que não tem nenhum inseticida registrado. Então, se eu monitoro uma cultura como essa, eu vou encontrar irregularidades, porque o produtor ele usa agrotóxicos, ele precisa, ele tem que produzir. E a produção convencional dessa cultura é permitida, só que não existe viabilidade técnica, não existe meio técnico possível de eu produzir aquela cultura num sistema convencional.

Então, no rigor da lei, somente a agricultura orgânica destas culturas seriam permitidas. Isso é um problema, porque eu jogo todo o produtor na ilegalidade. À medida que eu não dou nenhuma recomendação de quais são os produtos autorizados para ele usar, ele vai possivelmente usar os piores produtos, ou os produtos que a iniciativa privada que esteja próxima dele recomende, que podem ser bons, podem ser ruins, a gente não sabe. Podem ser produtos de casa agropecuária, principalmente os produtos mais antigos, mais tóxicos. Então, por que não recomendar produtos mais seguros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que você me esclarecesse aqui um aspecto, que eu fiquei realmente sem entender: por que o agrônomo, que é responsável técnico, está impedido de prescrever a dosagem que ele entende, que ele tem o juízo de que seria o necessário, o ideal?

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Segundo a Lei 7.802, o agrônomo só pode recomendar as informações que foram aprovadas em rótulo e bula.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Lei...

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Lei 7.802, de 1999. Então, alguns produtos, eles são registrados com uma faixa de dose, então, em alguns produtos o agrônomo, ele pode, mas isso é uma iniciativa da empresa, não é do agrônomo no campo.

Então, se o agrônomo sente a necessidade de não recomendar a dose completa, ele está impedido, porque ele não pode recomendar. E se a fiscalização estadual, no caso a Secretaria de Agricultura... Tem que fazer uma alteração na lei nesse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Indiscutivelmente, tem que mudar a lei. Porque se ele é responsável técnico, se ele tem o curso que o habilitou, e tem o convencimento de que deve se dosar de forma diferente daquilo que está na

bula, é injustificável que ele tenha esse impedimento. Isso aí realmente tem que mudar.

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Um outro ponto é questão da proposta de registro para pequenas culturas, como eu estava falando. Então, a gente vê no mundo, iniciativas, assim, esse problema de registro para pequenas culturas não é só brasileiro. Ele é um problema mundial. Então, o *Codex Alimentarius*, que é um órgão ligado a ONU, ligado a FAO, e OMS à questão de agricultura e de saúde, ele já está tratando sobre esse caso, os Estados Unidos tem um projeto muito antigo, de 1969 que trata desse caso, e União Europeia já está tratando sobre esse tema, que é o registro através...

Então, você... De grupo de cultura. Você tem culturas. Um produto registrado para o tomate, para o pimentão, as pragas são muito semelhantes. O nível de resíduos, na Europa, por exemplo, muitos níveis de resíduos são autorizados por grupo de cultura.

Então, um resíduo autorizado para o tomate é autorizado para o pimentão. Nos casos dos resultados apresentados pelo PARA, a gente vê muitos produtos, muitas das irregularidades do pimentão se refere a produtos recomendados para o tomate.

Muitas vezes, o produtor, na entressafra do tomate, produz pimentão. Então, eu acho que a saúde, essa avaliação de saúde, tem que ser feita, mas, como eu disse, a gente joga o produtor na ilegalidade.

Para alguns produtos, no caso do pimentão, tem uma grade de agrotóxicos mais... Até possíveis de estocar, mas existiriam outros agrotóxicos, inclusive menos tóxicos dos que estão autorizados para o pimentão, que poderiam ser utilizados.

Quanto à salmonela, só um pequeno detalhe: a fiscalização das lojas, das banquinhas de salgadinho, de tudo, onde tem uma contaminação muito grande de salmonela é realmente da vigilância sanitária, mas muitas dessas contaminações também acontecem no campo, podem eventualmente acontecer no campo.

Então, é por isso que o Ministério da Agricultura também visa monitorar a presença de salmonela, que é um problema sério.

Então, a gente já tem dentro do plano estratégico, outras culturas vão entrar além das salmonelas. Monitoramento de produtos orgânicos. Monitoramento de *Scheria colli* que é um indicativo de qualidade nos produtos.

Então, todos esses pontos são pontos que estão na pauta para o Ministério da Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O próximo, Dr. Ricardo.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Muito obrigado Presidente. Bom, eu vou responder em blocos,

existem algumas questões que podem ser respondidas conjuntamente, tanto a do senhor, Presidente, quanto do Senador Gilberto Goellner, quanto do Senador Neuto de Conto.

Bom, primeiramente eu vou iniciar pelo uso do BT no controle das larvas do mosquito da dengue. A responsabilidade da ANVISA é avaliar toxicologicamente cada um dos ingredientes ativos e aí inserido, no caso, o BT e autorizar o seu uso para uma determinada atividade. Então, autoriza para agricultura, autoriza para campanha de saúde pública, autoriza para uso domissanitário, ou seja, dentro de casa.

Mas neste caso do controle da dengue e de outras zoonoses e de epizootiase, a responsabilidade de estabelecer o programa de controle e a política de controle, é do Ministério da Saúde. Ou seja, como que funciona isso? O Ministério da Saúde solicita à ANVISA que faça a análise e que autorize ou não o uso daquele produto para as campanhas de saúde pública.

Agora, quem estabelece o que será utilizado, quando será utilizado, e como será utilizado é a FUNASA. O Ministério da Saúde é que determina. Então, nós também, às vezes, nos perguntamos: por que em detrimento de soluções mais são utilizados alguns produtos? E aí entra aquelas questões de não deixar que a larva seja resistente a um determinado componente, ou uma determinada substância química. Por isso que eles alternam sempre.

Um outro aspecto do BT, apesar de ele ter uma utilização mais segura, ele nos preocupa muitas vezes, quando ele tem esse uso disseminado entre pessoas que não sabem utilizar corretamente. Os fiscais mirins, apesar de serem muito efetivos, com relação ao controle da larva, eles não podem aplicar o produto.

Porque *Bacillus thuringiensis*, apesar de ser seguro não é brincadeira. Um possível desvio de uso, ele contamina e pode chegar a causar óbito. Então, tem que ser usado com bastante responsabilidade.

Mas a gente pode levar a proposta do senhor, para dentro de casa, porque afinal de contas somos Ministério da Saúde, para tentar respondê-los de uma forma melhor.

Por que as políticas de uso e controle dessas lavras não utilizam, na maioria das vezes, o BT e sim outros produtos.

Bom, com relação à rastreabilidade, educação, e ausência de produtos no mercado para aplicação na agricultura, a gente... Eu deixei, eu ia fazer na minha apresentação, mas eu pulei os *slides*, e deixei, exatamente porque eu achei que fosse aparecer agora nos debates.

Minor crops ou *minor users*? Ou seja, alimentos que não tenham nenhum ou poucos agrotóxicos regis-

trados. O que o Governo está fazendo para tentar suprir essa necessidade? Nós estamos trabalhando uma proposta de instrução normativa conjunta há mais de seis anos. Esse é um tema polêmico não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Hoje existem dois programas internacionalmente reconhecidos como eficazes para o registro, vamos dizer assim, a facilitação do registro pela indústria, para esse tipo de alimento, que é mais ou menos isso que o Dr. Da Ros colocou.

Quando você não tem interesse econômico que viabilize o registro daquele produto, as empresas não vão fazer. É óbvio, elas estão aí não é para fazer... Elas têm que ganhar dinheiro para se sustentar, sustentar os seus funcionários, e assim por diante.

Os Estados Unidos apresentam um modelo, que é o programa IR4, que é talvez o programa de maior sucesso no mundo para registro de agrotóxicos para culturas de menor suporte fitossanitário. Funciona mais ou menos assim: o Governo é responsável por detectar quais são as necessidades através de pesquisa em universidades; os interessados trazem para o Governo qual é a necessidade, os agricultores que estão sentindo a carência desses produtos, pedem ao governo, "Olha, a gente precisa desse tipo de produto, para essa cultura, dessa forma" e o governo, fornece, se não engano, o último dado é que governo americano investiu 16 milhões de dólares para esse programa, só que existe também existiu um fundo de captação de recursos, que passa, inclusive, pelo registro de agrotóxicos no Estados Unidos.

Existem algumas diferenças, como por exemplo, e isso aí a gente discute sempre, um registro de agrotóxico no Brasil hoje custa R\$ 1.800,00 na ANVISA, 10 mil no IBAMA, mais ou menos, e no Ministério da Agricultura não tem taxa, não tem custo. Os custos do desenvolvimento da molécula citados aqui, que chegam nessa casa entre 350 e 400 milhões de dólares, eles são custo de desenvolvimento para uso mundial. Ou seja, se desenvolve lá na Alemanha, no Brasil, na China, depois você vende ela ao redor do mundo inteiro. Então, isso é diluído, esse valor é diluído.

Nos Estados Unidos, por exemplo, para registrar uma molécula nova são 250 mil dólares. Para registrar uma cultura, vamos colocar, acerola, você colocar acerola na sua bula custa 50 mil dólares.

Aqui no Brasil custa R\$ 1.800,00, aqui e R\$ 10.000,00 no IBAMA. Não, o custo da... Do registro. Mas tem o desenvolvimento dos estudos de resíduos, do estudo de eficácia; de qualquer forma eu estou falando de taxa nos Estados Unidos, e taxa no Brasil. A taxa nos Estados Unidos, são 50 mil dólares.

Então, se uma indústria quer utilizar o desde gera- do pelo governo para registrar acerola no seu produto, o Governo desenvolveu o estudo falou: “Olha, beleza, esse produto aqui a gente pode registrar a acerola para ele”, a indústria tem que pagar R\$ 50.000,00, US\$ 50.000,00 dólares.

Isso cobre uma parte dos custos que o governo teve, no desenvolvimento dos estudos todos que a indústria teria que ter feito.

Como é que agente está propondo que isso funcione no Brasil. Nós adotamos esse procedimento, nós praticamente traduzimos o projeto IR4 para o Brasil, e colocamos isso numa instrução normativa que já passou pelo Ministério da Agricultura, já teve anuência da jurídica da ANVISA, não sei se vocês tinham essa informação. Saiu na semana passada, voltou para o Ministério da Agricultura, que agora vai encaminhar ao IBAMA, e a geral acredita que no começo do ano vem a gente já tenha uma instrução normativa, que vai funcionar basicamente assim: a extrapolação de dados vai funcionar, ou seja, o que está registrado para o tomate pode ser utilizado para o pimentão? Sim, desde que observe uma série de propriedades, e de critérios de segurança, de eficácia, de segurança ambiental e a proposta é que os produtos que passem por essa análise acelerada e que facilite a vida do agricultor e da indústria, sejam produtos de baixo impacto toxicológico.

Isso para a gente é ponto pacífico, inclusive já temos o acordo do Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente, que serão produtos com características toxicológicas, muito mais favoráveis do que outros.

Então, resposta para questão das *minor crops*. A gente acredita que antes do meio do ano que vem nós já tenhamos uma instrução normativa conjunta para dar andamento.

Questão da rastreabilidade, senador. O PARA ele veio, no começo, era um caos, ou seja, a gente não tinha rastreabilidade de nada, fazíamos as análises e não sabíamos o que fazer com isso. Só que ele foi crescendo, foi tomando uma dimensão, e foi tomando... O público em geral, a concorrência pública em geral, e isso retornou para a gente como cobrança.

Então, o Ministério Público nos cobra, a sociedade organizada civil nos cobra, o Congresso nos cobra e todo mundo nos cobra uma resposta para isso. E o que aconteceu de dois anos para cá, é que as redes de supermercados ficaram sensibilizadas.

Eu vou dar um exemplo só para vocês, sem citar nome, mas o maior grupo de supermercado desse país investiu no ano passado, dois milhões e meio de reais em resíduo de agrotóxico. Quer dizer, tirou do bolso deles para controlar os agrotóxicos. Por quê? Porque

eles começaram a sentir que se eles não... Eles são um importante elo da cadeia da rastreabilidade.

Hoje, o levantamento que foi feito é que 70% do hortifruti comercializado no país é comercializado dentro do supermercado, e não em feiras livres, apesar das feiras livres também serem uma preocupação.

Então, 70% do alimento consumido *in natura* é comprado em supermercado. E esse pessoal do supermercado é um elo importante da cadeia. A gente monitora aqui e o cara produz aqui, e aqui no meio tem um elo econômico. Se o supermercado disser para o fornecedor: “Eu não te compro mais teu morango porque o teu morango deu problema na pesquisa da ANVISA ou na pesquisa do Ministério da Agricultura”, esse cara vai ter que mudar. E isso tem acontecido.

Então, a ABRAS, a Associação Brasileira de Supermercados, que detém 7.500 lojas. Não... 70.500 lojas no país inteiro, assinou um protocolo de cooperação com a ANVISA, para participar do programa.

E agora, daqui até 2012, todas as redes de supermercado vão ter que monitorar agrotóxico também. Então, é dinheiro privado investido em prol da população. Então, isso vai auxiliar muito na rastreabilidade.

Propostas para o PL. Um ponto muito importante que é hercúleo, não vou dizer que fácil, não é, é a gente conseguir que fique identificado para o consumidor de onde vem aquele alimento.

Se por código de barra ou se com nome do produtor, ou se terão que ser todos embalados com aqueles saquinhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Isso é importantíssimo. Para o consumidor, para o lojista, supermercadista, para as autoridades. Por quê? Porque a partir daí você começa a dizer: “Fulano está fazendo errado, não está produzindo direito, corta ele.”

Então, essa identificação ela tem que estar lá de alguma forma. Melhor que seja escrito, porque o código de barra, o consumidor dificulta o acesso ao consumidor. A gente pode ter problema com o Ministério Público depois. Então, melhor que esteja escrito, quem produziu, de onde veio.

Agora, um outro ponto que facilitaria muito, não só na questão da rastreabilidade, mas na questão da contaminação e uso errado de agrotóxico, é a criação de um cadastro nacional de aplicadores de agrotóxicos. Todo o país desenvolvido e que tem responsabilidade social, e que quer preservar a sua população, tenta controlar ao máximo os produtos perigosos.

Se os agrotóxicos são produtos que necessitam de um cuidado maior no seu manuseio, é necessário que você tenha pessoas treinadas, capacitadas e ca-

dastradas para aplicar agrotóxico, ou seja, só vai poder aplicar agrotóxico quem está cadastrado no cadastro nacional de aplicadores de agrotóxicos, que também é um trabalho hercúleo.

E aí tem que ser uma cooperação privada e Governo juntos, que é aquilo que o Dr. Da Ros disse, ou seja, a educação das pessoas que vão utilizar esse produto, ela é importantíssima. A partir daí é que você vai começar a limitar que esses produtos sejam utilizados de forma errada.

Então, acredito que a proposta da criação de um cadastro nacional de aplicadores também poderia estar nessa reforma da lei.

Deixa eu ver se eu esqueci de alguém... Ah, a censura. Senador, me permita, com o perdão da palavra, acho que houve um engano aqui no momento da comunicação, dessa... Da possível censura de divulgar os dados do PARA. Na verdade, o que ocorre o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dos casos de intoxicação por agrotóxico.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: É, não, na verdade é o seguinte. O que ocorreu em 2008, e um pedaço do ano de 2009, não tem nada a ver com os dados do PARA, os dados do PARA são divulgados na sua plenitude, na maior transparência possível, eu vi aqui a última pergunta, se seria um verdadeiro caos se a ANVISA divulgasse todos os dados de monitoramento. Não, todos os dados de monitoramento são divulgados.

Eles são divulgados, são aqueles que estão na página da ANVISA, vocês podem acessar sem problema nenhum. São preocupantes em alguns casos? Sim, mas não seria o caos nacional, de forma alguma.

Então, todos os dados do programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos da ANVISA são divulgados e nunca houve interferência da indústria, com relação à divulgação desses dados. Existem críticas, sugestões, mas tudo dentro da normalidade, da democracia, mas nunca houve.

O que houve foi o programa de reavaliação de ingredientes ativos, é que foi alvo de interpelações judiciais pela indústria, por entendimentos diversos de como esse processo deveria correr. Eu até peço depois o auxílio dos representantes da indústria, se puderem me ajudar.

Mas a ANVISA colocou 14 ingredientes ativos em reavaliação no ano de 2008 e esses 14 ingredientes ativos foram alvos de interpelações judiciais, porque a indústria questionava alguns critérios adotados pela ANVISA para colocar esse ativo em reavaliação

ou como a forma que a ANVISA estava conduzindo essas reavaliações.

Mas a ANVISA ganhou todas as interpelações na justiça e o processo de reavaliação já está em andamento. Inclusive, nós temos várias consultas públicas na página da ANVISA para que a população possa se manifestar quanto ao banimento ou alteração de vários agrotóxicos no Brasil.

Então, hoje nós temos proposta de banimento do Endosulfan, do Acefato, nós temos consulta pública para o Fosmete também, que não é de banimento, mas é de alteração de alguns procedimentos do uso desse produto. Então, estão todos lá.

Então, todas essas questões judiciais, já foram resolvidas e a ANVISA ganhou todas elas na justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E da fiscalização?

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Da fiscalização de restaurante?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Restaurantes e estabelecimentos...

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Da porteira para fora?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso, da porteira para fora.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Bom, o sistema nacional de vigilância sanitária, ele está distribuído no nível federal, que aí é ANVISA, estadual, que são as vigilâncias sanitárias estaduais, e municipal, que são as vigilâncias sanitárias municipais. Todos os cinco mil... Quantos são os municípios? Seiscentos municípios têm vigilância sanitária, é obrigatório que cada município tenha um departamento de vigilância sanitária.

O controle dos estabelecimentos que a gente chama de baixa complexidade, os de alta complexidade são as indústrias e os hospitais de alto atendimento. Os de baixa complexidade são quiosques, restaurantes, inclusive supermercados de pequeno porte, esses são de baixa. Esses são descentralizados para o município.

Então, o SUS, o SUS trabalha com descentralização. Então, toda essa fiscalização é feita pelos municípios e pelos estados. Qual é a responsabilidade da ANVISA? Treinar, capacitar e orientar que esses fiscais da ponta exerçam o trabalho como ele deve ser feito.

E a vigilância sanitária, ela historicamente, ela é o problema dos municípios, ou seja, vira e mexe chega lá o dono do supermercado, ou dono de uma farmácia para o prefeito e diz: "Olha, o teu fiscal sanitário está querendo fechar meu restaurante porque encontrou lá salmonela, ou encontrou sujeira na cozinha." E vi-

gilante sanitário do município, ele fica a mercê desse tipo de ação.

Então, muitas vezes o que a gente encontra não é que não está sendo eficaz, é porque está sendo proibido de ser eficaz. Esse é um problema que quando você descentraliza ações para o município, ele acontece, principalmente municípios pequenos; isso não acontece em São Paulo, por exemplo, a cidade de São Paulo é um estado.

Então, isso raramente vai acontecer de alguém chegar lá no Prefeito de São Paulo e dizer: “Ô, o cara quer fechar meu restaurante.” Vai fechar, vai fechar e a gente vê. Agora, nos pequenos municípios, e quando a gente sai nas estradas, daqui para Minas Gerais, eu sou de Pedra Azul, Vale do Jequitinhonha, eu vou de carro três vezes por ano, então, assim, eu passo pelos piores lugares que o senhor pode imaginar. Eu já sei quais os restaurantes eu posso parar, e quais os que eu não posso parar. Existem restaurantes que realmente, na beira de estrada, é complicado a pessoa parar. Já fui alvo de salmonela também.

Então, assim, a gente se preocupa, mas o sistema ele funciona dessa forma. E o que a ANVISA faz é capacitar os agentes para que a gente tenha cada vez mais um controle maior nesses restaurantes, e nesses pontos de vendas de alimentos, pontos finais de vendas de alimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Sr. José Roberto, algum comentário sobre o que foi debatido.

SR. JOSÉ ROBERTO DA ROS: Bom, sobrou pouco para mim, um dos poucos é o receituário agrônomo.

O receituário começou no Estado de São Paulo, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos no Estado de São Paulo, mas a finalidade era bem outra que esse receituário agrônomo que está aí.

A gente queria ter, assim como o engenheiro civil, ele é o responsável pela construção de um prédio, e ele assina a ART, anotação do responsável técnico, também na agricultura, o engenheiro agrônomo devia ter uma ART da propriedade, não só para receitar agrotóxico, para receitar melhor adubação, melhor variedade, como é que prepara o solo, etc. etc. etc.

E aí virou um receituário. E receituário do jeito que ele está é uma coisa, primeiro que engessa o agrônomo de uma maneira absoluta, ele não pode sair uma vírgula do que está nos rótulos. E eu acho que está tirando a responsabilidade do agrônomo. Outro dia conversei com um Presidente de cooperativa: “Olha, sou obrigado a deixar um agrônomo aqui, sentado atrás de uma mesa, para dar um receita agrônoma, quando,

na realidade, o trabalho dele era ir na lavoura, visitar, dar assistência técnica, não é só receituário.”

Então, eu acredito sim, e louvo a iniciativa de vocês de tentar dar mais... Tirar esse engessamento que está acontecendo para o receituário agrônomo e para o engenheiro agrônomo. Ele tem muito mais responsabilidade que só assinar um receituário e não poder fugir nenhuma linha a respeito do rótulo que foi aprovado.

E a última pergunta que sobrou para mim, Senador Gilberto Goellner, eu tive acesso ao projeto de lei que o senhor fez junto com o Valdir Raupp, o Senador Valdir Raupp, achei excelente. A indústria estudou a fundo esse projeto, eu acredito que preenche todas as necessidades que nós precisamos, para realmente poder controlar, fazer um monitoramento para que as hortaliças e frutas tenham uma segurança alimentar que qualidade condizente para o consumo aqui do Brasil.

E que também controlar os produtos alimentícios, como eu falei antes, que vêm de fora. Porque eles controlam o que nós exportamos para lá. Então, é justo que nós também façamos o controle do que vem de lá para cá.

E colocar a parte financeira. O Dr. Ricardo mostrou com muita propriedade que isso é muito complicado, fazer análise de resíduos. Para fazer uma coisa direita, precisa de muito dinheiro. E esse dinheiro que está faltando para a gente turbinar o plano que o Ministério da Agricultura tem.

Então, se conseguir colocar dentro do projeto toda parte também financeira, para já ter um recurso, seria vamos dizer assim, uma coisa muito louvável.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Sr. José Otávio.

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Também, para não ser repetitivo, eu acho que nós estamos aqui convergindo, quase todos os membros, debatedores aqui, aparentemente tem a mesma ideia. É uma questão mais de colocar em prática essas ideias.

Mas eu gostaria de pontuar começando aqui por alguns, pelo posicionamento do Senador Neuto de Conto. Eu acho que esse aspecto da importância da agricultura, principalmente da importância da qualidade, tem que estar sempre no foco da nossa discussão.

E aí entra o aspecto da imagem, e da reputação da agricultura brasileira. Nós temos que fazer o possível para preservar essa imagem e aí a fiscalização rigorosa tem que existir para dar essa tranquilidade, para que quando nós consumirmos alimentos, ou quando nós exportemos alimentos, nós estejamos tranquilos sabendo que a qualidade está preservada. Isso é fundamental.

E aí cumprimento e fico satisfeito de saber que foi Secretário de Agricultura lá em Santa Catarina. Acho que essa experiência a gente tem que aproveitar.

O comentário do Senador Gilberto Goellner, também estou de pleno acordo, inclusive, já existe uma iniciativa, provavelmente seja de ciência. O Deputado Rattes também já tem uma proposta aí para debater, e se possível alterar a legislação no que se refere a essa maior liberdade do engenheiro agrônomo poder prescrever adequadamente, particularmente no que se refere à dose. Acho que a visão do senhor é totalmente correta. A própria CTIA, que é Câmara Temática de Insumos Agrícolas, que é uma das Câmaras que assessoram o Ministério da Agricultura, já incluiu isso aí na pauta.

Recentemente houve uma discussão e me parece que há convergência nisso. É uma questão agora de saber como dar seguimento a essa ideia, uma iniciativa do Senado, uma iniciativa da Câmara Federal, mas eu acho que essa iniciativa é importante. Que os técnicos tenham a liberdade de prescrever e que assumam de fato esse papel de responsáveis técnicos pela propriedade, ou pela lavoura, por uma lavoura dentro de uma determinada propriedade.

E aqui o ponto que eu acho que o Senador Gilberto Goellner colocou com bastante clareza. Eu acredito que terá pleno apoio essa ideia do Senador de criar um substitutivo ao PL 337/08 transformando essa ideia de rastreabilidade, que antes estava restrito apenas à embalagem, para rastreabilidade de resíduos em alimento.

Eu acho que essa ideia é que deve prevalecer. Certamente o senhor já conversou com diversos seguimentos, o senhor já tem as propostas, as ideias, e que eu acredito que isso vai dar um grande passo, principalmente se puder unir as iniciativas já existentes no MAPA, na ANVISA, nas iniciativas privada de tal forma a racionalizar, disciplinar esse trabalho, que é fundamental para que nós tenhamos qualidade na nossa produção sempre pautando por uma fiscalização rigorosa que dê a tranquilidade para quem vai consumir.

Do Senador Valter Pereira eu acho que esse... Ressaltar esse aspecto da salmonela é muito importante. Então, quando se pensar em projeto de rastreabilidade, não se ater apenas aos defensivos, aos agrotóxicos, mas também a salmonela ou outros microorganismos patogênicos, de veiculação hídrica, a mesma preocupação que a gente tem com a qualidade da água, que a gente bebe, ou mesmo da qualidade de que a gente vai no mar, a balneabilidade, esses aspectos aí são, relativamente, existem métodos hoje para se monitorar isso. O MAPA já está tomando essa

iniciativa, já está contemplando também o aspecto de salmonela.

Então, acho que é importante, até onde nós saibamos, por exemplo, nos Estados Unidos existem vários relatos mostrando o grande problema de salmonela em alimentos, em aspargo, por exemplo, existem relatos disso, mostrando grandes problemas de contaminação, devido à salmonela.

E a legislação de registro de *minor crops*, senador. Acho que esse é o grande avanço que nós vamos ter. É uma instrução normativa, segundo nós sabemos e o Dr. Ricardo Velloso acabou de dizer. É uma iniciativa que já está há muito tempo tramitando, houve uma última Audiência Pública, aonde todos tiveram a possibilidade de apresentar propostas, nós não sabemos se todas as propostas da indústria foram contempladas, mas nós sabemos que já tramitou na Agricultura, tramitou na consultoria jurídica da ANVISA, vai para o IBAMA agora.

Mas o fundamental é isso, é que essas ideias, se assemelhasse a legislação, ao que ocorre nos Estados Unidos, a ideia do IR4, de haver uma parceria, do Governo com iniciativa privada, dando algumas vantagens para aquela indústria que vai investir recursos, e investir o seu nome, no registro de produto, se der essa... Criar esse ambiente favorável, certamente nós vamos ter uma solução rápida para a falta de registro nas pequenas culturas.

E lembrar que a indústria sempre tem essa grande preocupação, de cuidar do produto desde a sua formação, desde a molécula, até a destinação final, de sobras e de embalagens. Ou seja, a indústria pensa no ciclo do produto, no ciclo do defensivo agrícola. E aí que as empresas que têm essas equipes de campo, que dão essa assistência técnica, vão assumir uma responsabilidade a mais ao registrar esses produtos, ao assumir o registro desses produtos nas pequenas culturas.

Então, esse aspecto da responsabilidade de ter um produto seu que é registrado, por exemplo, para soja, milho, para cana, também para uma pequena cultura, esse aspecto tem que ser contemplado na legislação, para poder estimular essas empresas, a apresentarem e desenvolverem estudos e depois acompanhar o uso correto e seguro desses produtos, nas pequenas culturas.

Mais uma vez, parabéns, obrigado pela oportunidade de estarmos aqui.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu gostaria de consultá-lo sobre um Requerimento sobre a Mesa que eu apresentei, extrapauta, que também promove uma Audiência Pública para análise de um produto, Aloe Vera ou babosa, que deveria ser regulamentado no país; quer dizer, ele está sendo prescrito inclusive como medicamento e não se sabe a avaliação correta do mesmo. Então, eu gostaria de ver se nós temos condições de aprová-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, nós vamos apreciá-lo, sim. E vamos só concluir essa Audiência Pública.

Pelo seguinte. Nós aqui hoje falamos, sobretudo, mas não falamos... E falamos sobre os orgânicos, mas não tinha nenhum representante dos orgânicos aqui. Foi uma falha da nossa convocação. E um dos representantes dos orgânicos, membro do Sindicato dos Orgânicos aqui de Brasília, que é produtor de orgânico, inclusive é meu fornecedor, o Marco Antônio, arrepiou o pelo pela exclusão do seguimento, o que eu acho que é justo.

Então, eu gostaria de franquear a palavra a ele para tecer as suas considerações sobre o que viu, e se tem alguma sugestão, qual seu juízo, sobre o que foi debatido hoje aqui?

SR. MARCO ANTÔNIO: Boa-tarde, senadores, queria agradecer essa oportunidade, em Audiência Pública, eu acho que a gente tem que ouvir todos os lados. E antes tarde do que nunca, o setor de orgânicos fica até certo ponto feliz desse comprometimento dos setores oficiais e também por parte da indústria, em fazer esse compromisso com a rastreabilidade, que é um princípio que a agricultura orgânica pratica há muito tempo atrás.

Há muito tempo atrás a gente é cobrado com certas exigências e normas e práticas, que a gente cumpre da porteira para dentro, da porteira para fora, da bandeja a bandeja do supermercado. Essa ação do supermercado que o Dr. Ricardo fala, não é de bonzinho, não; é porque o mercado orgânico, o mercado do consumo consciente está crescendo mais de 70% ao ano em todo o Brasil.

Então, a sociedade esclarecida, com informações, quer um produto seguro, quer um produto que leve saúde, e não doença. Então, não é essa palavra do representante das empresas, não estou querendo ser xiita nessa questão de conflitos, que ele também pensa isso. Não, ele pensa em lucros, ele pensa em dividendos, ele pensa em faturar mais. Não pensa em saúde. Quem pensa em saúde são os nossos defensores, tanto o Ministério Público, que defende os interesses da sociedade, quanto também dos órgãos oficiais quando tem boa intenção.

Porque sabemos que tem produtos condenados há mais de 40 anos que continuam sendo vendidos e não se faz nada.

Então, o setor de orgânicos, organizado junto com sociedade civil agradece a oportunidade de falar. Eu só queria saber quantos fiscais o Ministério tem para fiscalizar da porteira para dentro, para saber se realmente a rastreabilidade está fazendo efeito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria só de fazer um contraponto aqui.

Eu acho que o setor privado, mesmo na busca do lucro, que é destinação de toda instituição privada, é claro que tem que preservar a qualidade de seus produtos, e atender então expectativa do consumidor, sob pena de cair também na alça de mira deste, e aí perder a competitividade.

Então, acho que nesse aspecto é uma... Deve ser pelo menos, uma missão da iniciativa privada de buscar essa qualidade. Mas eu consulto aqui pelo menos aqueles que foram referidos, se gostariam de...

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Só um esclarecimento. Eu só gostaria de deixar claro que todos os produtos que estão em uso aqui no Brasil, exceto aqueles logicamente ilegais, que são os contrabandeados ou falsificados, eles têm registro. Ou seja, passaram por um severo crivo dos três órgãos registrantes. Agricultura, no que se refere à eficiência agrônômica, o IBAMA no que se refere ao impacto ambiental e AN-VISA no que se refere à toxicologia.

E mesmo aqueles, mais antigos, estão sujeitos a um processo de reavaliação e a indústria defende firmemente a reavaliação, desde que seja um processo transparente, baseado em uma motivação técnica científica, e que permita a ampla discussão.

Então, os produtos que hoje estão em uso aqui no Brasil, são produtos registrados que passaram por uma rigorosa análise, seguindo os mesmos critérios internacionais, preconizados pela FAO.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Dr. Carlos.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Quanto à pergunta ao número dos fiscais. Hoje, o Ministério da Agricultura tem cerca de quatro mil fiscais, federais agropecuários, entre agrônomos, veterinários químicos, farmacêuticos e zootecnistas, eles atuam em diversas áreas da produção.

Se esse número não é o ideal é a maior estrutura federal de fiscalização. Então, dos três órgãos envolvidos, nessa área de alimentos, a maior estrutura de fiscalização é do Ministério da Agricultura. E assim como na área de saúde, essa estrutura de fiscalização se soma à estrutura das secretarias estaduais de

agricultura, e também as secretarias municipais de agricultura, da mesma forma, como o Ricardo explicou, o sistema do SUS.

Então, se a estrutura de fiscalização tem que evoluir, ela tem que evoluir; mas ela existe, ela presta um importante serviço ao país, em diversas áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguém mais gostaria de comentar?

Agora, nós vamos encerrar essa parte relacionada à Audiência Pública que e vamos submeter à discussão e votos o Requerimento de autoria do Senador Gilberto que *“Propõe nos termos do art. 93, inciso II que seja realizada Audiência Pública, para conhecer e discutir os critérios adotados pelos órgãos competentes para o registro e regulamentação do uso do Aloe Vera e conhecer sobre as reais propriedades do produto para sua classificação.”*

Para tanto, solicito sejam convidados representante do Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento, representante da ANVISA, diretor executivo do IASC, Conselho Internacional de Ciência do Aloe, Dr. Bill Coats.”

O Aloe Vera, para quem não conhece é o derivado da babosa. Isso que hoje é uma poção mágica para uma infinidade de patologias, inclusive para estrias. [risos] E então, cabelo, para tudo quanto é...

Então, em discussão e votação. Não havendo quem queira discuti-lo e não havendo divergência, está aprovado por unanimidade.

Nós vamos passar para a Secretaria e estabelecer a data para referida Audiência Pública.

Não havendo nenhum assunto mais a tratar, eu dou por encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h07.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2009.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPLY E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Ama-

ral, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Kátia Abreu e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Não Terminativo – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 232, DE 2004 – EMENTA:** Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.

Autoria: Senador Jonas Pinheiro. **Relatoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Pela aprovação com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** **Adiado.**

ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009 – EMENTA: Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências. **Auto-**

ria: Senador Jefferson Praia. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Relatório:** Pela aprovação. **Observações:** A matéria foi apreciada pela CDR, concluindo pela aprovação do Projeto. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Osmar Dias e Jefferson Praia. **Resultado:** **Aprovado o Parecer favorável.** **ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2009 – EMENTA:** Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relator “Ad Hoc”:** Senador Osmar Dias. **Relatório:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Osmar Dias e Gilberto Goellner. **Resultado:** **Aprovado o Re-**

querimento nº 64, de 2009-CRA, com a finalidade de instruir o presente Projeto, nos termos do Art. 93, I, RISF. **ITEM 4: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, DE 2009 – EMENTA:** Dá nova redação ao caput e ao § 2º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento

por serviços ambientais prestados por propriedades rurais. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Relatório:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Osmar Dias, Gilberto Goellner e Romeu Tuma. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável. A matéria será submetida ainda à CMA, em decisão terminativa. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: Requerimento nº 64, de 2009-CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90, II E V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009, que “Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação a modernização”, com os seguintes convidados: Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); e Sr. **Guilherme Augusto Caputo Bastos** – Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). (Adendo do Senador Gilberto Goellner). **Autoria:** Senador Osmar Dias. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Eduardo Suplicy, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Osmar Dias. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: Requerimento nº 65, de 2009-CRA – ASSUNTO:** Requer, em Aditamento ao Requerimento nº 46, de 2009-CRA, aprovado em 8 de setembro de 2009, com a finalidade de realizar audiência pública para debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, a inclusão do seguinte convidado: Sr. Cesário Ramalho da Silva – Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. No encaminhamento, fazem uso da palavra os senhores Senadores Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro e Romeu Tuma. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata, e, havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Como não há nenhuma manifestação em contrário, portanto, está aprovada.

A presente reunião destina-se a deliberação de algumas matérias que estão na pauta. A primeira delas é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 232, não terminativo, de autoria do Senador, de saudosa memória, Jonas Pinheiro, que “*autoriza, nos termos do § 3º, do art. 231, da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial, e dá outras providências*”.

A relatora da matéria é a Senadora Marisa Serrano, que não está presente. Em razão disso, vou designar como relator *ad hoc*... Então, vamos designar como relator *ad hoc* o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou ler o relatório da Senadora Marisa Serrano, porque eu estava, inclusive, levantando dúvidas, aqui, a respeito desse projeto, com o Senador Gilberto, não sei se não seria o caso de--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V. Exa. tem alguma dúvida, em primeiro lugar, não pode avaliar um relatório, que, de repente, pode chocar-se com suas convicções. Nesta condição, a recomendação que eu passo seria a de sobrestar a apreciação do projeto, até porque não é só V. Exa. que tem algumas dúvidas acerca do assunto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É o que eu peço, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Senador Goellner, pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de manifestar, nós colocamos a incorporação de três emendas apresentadas nesta Comissão, e eu vejo que, pela ausência da Senadora Marisa Serrano, que é relatora, fica difícil nós analisarmos esse projeto na íntegra, porque ela acatou as emendas, mas eu gostaria de vê-la relatando esse projeto, já que é um projeto que data do ano de 2004, não é? Do nosso Senador Jonas Pinheiro, e é um projeto muito importante, de rios, muito importantes, que servem os esta-

dos do Mato Grosso e também o Estado de Tocantins, mas quem sabe nós aguardamos a Senadora Marisa Serrano e damos sequência em outros... E deixamos sobrestado, até a chegada da Senadora Marisa Serrano. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, está provisoriamente retirado de pauta. Se ela comparecer à reunião dessa terça-feira, poderá prestar os esclarecimentos necessários. E, se ela não comparecer, será colocado na pauta da próxima reunião.

Vamos, então, ao Item 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 324, de 2009, também não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que *“altera a Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo de Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinados a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e dá outras providências”*.

O relator da matéria é o Senador Osmar Dias, que concluiu pela sua aprovação. Portanto, nós passamos a palavra ao relator, para proferir seu relatório e deflagrar a discussão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, é um projeto do meu companheiro de partido, Senador Jefferson Praia, que *“altera a Lei nº. 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDAM”*.

A proposição é composta de cinco artigos, o 1º modifica a ementa da Lei nº. 10.420, de 10 de abril de 2002, para explicitar a cobertura do Benefício Garantia-Safra para as áreas atingidas por excesso hídrico. É porque a lei, ela garantia esse seguro, praticamente, para as áreas atingidas pela estiagem, e é claro que lá, na região da SUDAM, o problema é o excesso hídrico.

O art. 2º, por sua vez, altera a redação do art. 1º, da Lei 10.420, de 2002, explicitando a perda de safra por excesso hídrico como motivo para acesso aos recursos do Benefício Garantia-Safra, incluindo área da SUDAM, na área coberta pelo benefício.

O 3º modifica o *caput* do art. 8º e o inciso II do art. 10, da Lei 10.420, de 2002, ampliando a lista de produtos abrangidos pelo benefício Garantia-Safra, incluindo banana, hortaliça, juta e malva, na lista originalmente composta por feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. Claro que levando em conta as culturas que são plantadas na região da SUDAM.

O art. 4º determina que o Poder Executivo, com vista ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de maio de 2000, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º, do art. 165, da Constituição Federal.

Análise. Aliás, antes de ler a análise, eu gostaria de dizer que, em 23 de setembro de 2009, a Comissão acatou o relatório do Senador Gilberto Goellner, pela aprovação da proposição, na forma apresentada pelo autor, a Comissão de Desenvolvimento Regional.

O Senador Gilberto foi relator lá, mas compete a esta Comissão, além de seguro rural, que não é só políticas que apoiem as pequenas e médias propriedades rurais; e, no que se refere à constitucionalidade, o PLS nº. 324, de 2009, observa-se que a União é competente para legislar a respeito da matéria.

Ademais, a matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República e não está no *hall* das competências. Inclusive, do Congresso Nacional, de qualquer de suas Casas.

No tocante à juridicidade, a proposta se afigura correta, pois a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico, possui atributo da generalidade e se afigura dotado de potencial de coercitividade.

Então, Sr. Presidente, esse projeto, ele compre todas as condições para ser aprovado, e eu profiro o voto. Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto De Lei do Senado, nº. 324, de 2009, que é do Senador Jefferson Praia, que já foi relatado pelo Senador Gilberto, na Comissão de Desenvolvimento Regional. Então, todos os atores envolvidos nesse projeto estão presentes nesta reunião, e só eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Parecer do relator, que é favorável à matéria. Consulto o autor, se deseja comentá-lo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de agradecer, a pedido do meu partido, o Senador Osmar Dias, pelo relato que fez em relação a esse projeto, que é de fundamental importância para a nossa região.

Sr. Presidente, hoje, não só temos períodos de secas que causam sérios danos aos produtores rurais da região Norte, como também as enchentes, que sempre foram um problema, mas, hoje, em decorrência das mudanças climáticas, passamos a sentir os problemas relacionados às enchentes com menor período de tempo.

Para V. Exa. ter uma ideia, um período de uma grande enchente na região amazônica era de 10 anos, ou melhor, de 30 anos, hoje, em decorrência dos problemas climáticos, esse período já diminuiu para 10 anos.

Portanto, este ano, que tivemos a maior enchente de todos os tempos no Estado do Amazonas, em 2009, poderemos esperar, em 2019, já talvez outra grande enchente. Isso causa danos seriíssimos aos produtores rurais, àqueles que se dedicam a produzir alimentos para cheguem às nossas mesas.

Portanto, quero agradecer ao Senador Gilberto Goellner, ao Senador Osmar Dias, pelos relatos que fizeram, um na Comissão de Desenvolvimento Regional, o Senador Osmar, aqui, nesta Comissão de Agricultura, por entender ambos que este projeto é de grande relevância para a agricultura no nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo mais quem queira discutir, vamos submetê-lo a votos. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Portanto, aprovado por unanimidade, já que não houve nenhuma manifestação em contrário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Apenas para cumprimentar o Senador Jefferson Praia, pela iniciativa de apresentar um projeto de extrema importância para sua região e para milhares de agricultores familiares que ali vivem, ali trabalham. Parabéns ao nosso companheiro de partido, Jefferson Praia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós avalizamos a manifestação de V. Exa. e aproveitamos o ensejo para manifestar a todos os senhores nossa frustração com algumas medidas que nós não demos cabo nesta Comissão e no Plenário desta Casa, como, por exemplo, a questão do Seguro Safra, que é uma das cobranças mais duras que têm sido feitas pelos produtores de todo Brasil, e até agora não foi encontrado um mecanismo capaz de dar um ponto de equilíbrio, de encontrar um ponto de equilíbrio entre as partes que discutem a matéria.

Muito provavelmente, esse será nosso desafio para o próximo ano, esperamos que a criatividade, que a distensão que geralmente os momentos pré-eleitorais provocam possam dar ao segmento o caminho para se encontrar uma redação que atenda às necessidades da classe produtora brasileira.

Vamos, então, ao Item 3 da pauta. Projeto de Lei 458, de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que *“altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando à sua adequação e modernização”*.

Não está presente o Senador Raimundo Colombo, que é o relator da matéria. Eu consulto o Senador

Osmar Dias se está em condições de assumir a relatoria *ad hoc*.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento para a realização de uma Audiência Pública, que está sobre a mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sobre a mesma matéria?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sobre a mesma matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, ao invés de apreciarmos o Item 3, neste momento, vamos apreciar o requerimento de V. Exa., que guarda o mesmo interesse.

Requeiro, nos termos do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei nº. 458, de 2009, que *“altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 73 e estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando à sua adequação e modernização”*, com os seguintes convidados: 1— representante do Ministério do Trabalho e Emprego, TEM; 2— representantes da Confederação Nacional da Agricultura, CNA; 3— representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG.

De autoria do Senador Osmar Dias, em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O senhor poderia nos repetir os convidados?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Um representante do Ministério do Trabalho, um representante da CNA e o terceiro, da CONTAG.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de apresentar sugestão aos membros desta Comissão, a inclusão do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Guilherme Caputo Bastos. Ele, como ministro do Supremo Tribunal do Trabalho, conhece profundamente a legislação agrária brasileira, a legislação do trabalhador rural, enfim, essa adaptação que nós precisamos fazer da lei, porque, hoje, o trabalho urbano, a lei do trabalho urbano é a que rege a do trabalhador rural, e o setor carece de modificações urgentes, a ponto de que todas as propriedades que empregam, hoje, ficam em dificuldade, porque qualquer... Como se trata de uma produção a céu aberto e que depende das intempéries do tempo, das condições climáticas favoráveis para a execução do serviço, tanto de plantio quanto de manejo e de colheita, há uma necessidade de estender, em alguns determina-

dos momentos, o período laboral diário, dispensando, em outros momentos, de acordo com as condições climáticas. Isso para dar um exemplo.

E também a terceirização de serviço, que hoje é muito complicada no setor rural. Então, em função disso, eu gostaria de ver incluso o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Guilherme Caputo Bastos. Ele já operou muito, foi desembargador, foi juiz, foi desembargador no Estado de Mato Grosso e, hoje, é ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão, portanto, com o acréscimo sugerido pelo Senador Gilberto Goellner, que acredito seja também de consenso.

Eu gostaria de lembrar, aqui, aos Srs. Senadores que há um projeto de lei, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre a criação do Estatuto do Produtor Rural, e seria da maior oportunidade que ponderasse a ele da conveniência de participar dessa Audiência Pública, já que há uma relação muito estreita entre a proposta que está em discussão e a proposta de autoria do Senador Antonio Carlos.

Então, em votação a proposta, o requerimento, com o aditamento do Senador Gilberto Goellner. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estou de acordo, Sr. Presidente, apenas permite, antes que encerre, queria sugerir que também, dependendo da orientação de V. Exa., mas quem sabe o representante da AMATRA, que é a Associação dos Magistrados na Área de Trabalho, que acompanha muito a questão do trabalho no campo.

Então, se houver ainda tempo de fazer a sugestão adiciona, para que nessa audiência, sobre esse projeto do Senador Gilberto Goellner, também se possa ouvir a AMATRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tempo há, Senador Suplicy, e V. Exa. sempre sugere a ampliação do debate, isso não faz mal. A única coisa que faz mal, aqui, é que nós estabelecemos uma diretriz de ouvir sempre quatro expositores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu tenho procurado respeitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aí ficaria o quinto, então, prejudicaria um pouco a qualidade do debate.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu não vou fazer objeção, então, apenas gostaria, então, que pudéssemos conciliar, depois, o requerimento pendente, relativamente aos índices de produtividade, que ainda falta uma das sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Correto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem. É correto esse critério, correto de se estabelecer quatro, porque, senão, praticamente inviabiliza qualquer participação dos senadores, numa Audiência Pública, com um número maior do que isso.

E aí eu sugiro para o Suplicy conversar pessoalmente com o pessoal da AMATRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade o requerimento.

Vamos, agora, então, ao próximo item da pauta. Projeto de Lei nº. 483, de 2009, não terminativo, também de autoria do Senador Gilberto Goellner, que *“dá nova redação ao caput e ao § 2º, do art. 36, da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento por serviços ambientais prestados por propriedades rurais”*.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias, relator da matéria, que concluiu pela sua aprovação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, recebi uma notícia de que tem gente distribuindo panetone no corredor, aí, hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Olha, se tiver ainda mantida a distribuição de panetone, é bom lembrar que aqui é Comissão de Agricultura, aqui dá uma contribuição para que se chegue a esse produto final [risos].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é outro projeto do Senador Gilberto, que tem apresentado várias propostas, aqui na Comissão de Agricultura.

Este, ao contrário do que eu fiz no anterior, ao apresentar um requerimento de Audiência Pública, eu vou ler o relatório e aprovar, apesar de ter recebido várias manifestações contrárias ao projeto do Senador Gilberto, uma delas da Petrobras, que se posicionou contrariamente à proposta do Senador Gilberto. Mas eu penso como o Senador Gilberto, que é um projeto importante, que é exatamente o nº. 483, de 2009, que *“dá nova redação ao caput e ao § 2º, do art. 36, da Lei nº. 9.985, de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades e Conservação da Natureza, para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento por serviços ambientais prestados por propriedade rurais”*.

Então, esse é o projeto apresentado, e eu vou fazer a análise. O Regimento Interno do Senado atribui competência à Comissão de Agricultura, nos termos do art. 104 B, incisos VIII e IX, para opinar sobre temas relativos ao uso e conservação do solo e à utilização e conservação dos recursos hídricos e genéticos na agricultura. No exercício dessa competência, consideramos oportuna a apresentação do PLS 483, de 2009, tendo em vista os problemas ambientais que se iniciam a partir da destruição das florestas.

A proposta em análise se analisa com o reconhecimento de que a manutenção da cobertura florestal é um serviço importante relevante, que o produtor rural presta à sociedade, cujo valor econômico pode ser mensurável, e que, por essa razão, precisa ter uma justa compensação.

Ademais, ao manter áreas florestadas, em favor da sociedade e do meio ambiente, o produtor rural renuncia à renda que derivaria do uso agrícola de tais áreas. Com o efeito, o estímulo à manutenção das nascentes e dos regimes fluviais, a conservação dos solos, o patrimônio genético nativo e da fauna tropical são alguns dos benefícios palpáveis que tornam meritória a mudança proposta no art. 36, da Lei nº. 9.985, de 2000.

A proposta amplia, na prática, a qualidade ambiental das áreas localizadas no entorno das unidades de conservação da natureza, além de tornar economicamente importante a manutenção da cobertura vegetal nessas áreas, o que representa uma política de combate efetivo ao desmatamento.

Finalmente, entendemos que o texto está pautado em adequada técnica legislativa e preenche os requisitos de juridicidade. Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS 483, de 2009. E eu gostaria de acrescentar, dizendo o seguinte: que nós temos que criar, neste país, Sr. Presidente, uma política de compensação para aqueles que preservam o meio ambiente.

Não é possível que o produtor, quando preserva uma mina d'água, uma fonte de água, ele seja visto apenas como cumpridor de uma obrigação. É uma necessidade, sim, preservar a fonte d'água e a mina d'água, mas ele não está preservando apenas para uso dele, aquela água vai ser utilizada por toda a sociedade.

Eu sou daqueles que pensam que não dá para abrir mão, de jeito nenhum, de uma mata ciliar, nós temos que exigir que os produtores façam a Mata ciliar, recuperem aquilo que não existe mais, em torno de fontes de água e de rios. Mas é injusto ver uma mata ciliar verdinha, e, dentro, um rio podre, que foi poluído, porque na cidade não houve o cuidado do poder pú-

blico em fazer o tratamento do esgoto. O tratamento adequado do esgoto, que é jogado sem tratamento nos rios, poluindo e inviabilizando o uso daquela água para animais e também para o próprio ser humano.

Creio que a responsabilidade pela preservação ambiental é de toda a sociedade, não dá mais para querer jogar nos ombros apenas de quem está no campo, produzindo essa responsabilidade. Ele também é responsável, sim, mas ele não pode ser sozinho. Nós temos que dar a ele as condições para que ele preserve e, dessa forma, seja compensado.

Todo mundo ficou muito entusiasmado, e eu vi até o Presidente Lula citar, no Paraná, o exemplo que é dado lá em Nova York, onde a água de Nova York é tirada da torneira e já é tomada diretamente da torneira. Só que, para aquilo acontecer, o governo teve que pagar, remunerar os produtores de frango, suínos, que estavam lá na fronteira com o Canadá, lá nas montanhas, para que eles deixassem de produzir, mas tivessem a compensação para cuidar da água, que hoje abastece Nova York.

Se é possível abastecer Nova York, que é uma das maiores cidades do mundo, com água pura, tirada de propriedades rurais que são compensadas para isso, eu acredito que o Brasil pode dar um grande salto, preservando esse recurso natural, porque, quando se fala em meio ambiente, no Brasil, hoje, as pessoas só se lembram das florestas, e nós temos que nos lembrar do solo, das águas, das florestas, do ar, tudo o que é meio ambiente.

A conservação de solos é indispensável, porque os rios estão sendo assoreados, por falta de conservação de solos, e vejo poucas pessoas falando disso. O desmatamento é, sim, algo que pode ser controlado, mas a gente tem, Sr. Presidente, que dar a quem faz, cumpre todos os critérios de preservar o solo, a fonte de água e a floresta uma compensação.

Creio que essa lei do Senador Gilberto é um começo para a gente chegar nisso. E, lá no Paraná, um dia, Sr. Presidente, que eu espero esteja muito próximo, e o Senador Gilberto sabe do que eu estou falando. Vai ter um dia, no Paraná, que vai ter uma política estadual, onde os produtores que conservarem sua fonte d'água, sua mina d'água, seu solo e sua floresta vão ter uma compensação.

Lá vai ser criado isso, eu tenho certeza de que vai ser criado, dentro de muito pouco tempo, lá no Paraná. E isso pode ser criado no Brasil inteiro. Se a gente fizer isso, a gente vai ter um meio ambiente muito mais preservado, e as pessoas muito mais interessadas em promover a preservação ambiental no país.

Por isso eu relato, com muito gosto, esse projeto do Senador Gilberto, ele é uma sementinha que pode

germinar e, vamos dizer assim, gerar um grande projeto nacional de preservação de recursos naturais, com compensação, com uma política nacional de compensação por essa preservação. Lá no Paraná vai ter, Sr. Presidente, no Brasil precisa ter também.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Gostaria de discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Como autor do projeto, gostaria de explicar que, realmente, na Câmara Federal, nós temos vários projetos de pagamento por serviços ambientais, senadores, que estão vindo para o Senado, e esse aqui é um projeto diferenciado, que eu respeitei a forma como vem os projetos que dizem respeito a isso a que o Senador Osmar Dias se referiu, que é constituir um elo de participação com o produtor, uma forma mais efetiva, uma forma de compensação remuneratória para ele conservar a natureza.

Hoje, ele está fazendo sem receber, hoje, o produtor está fazendo a sua parte sem receber. Está pagando, está conservando, ele é o grande conservador da natureza brasileira. Ele não é o vilão, ele é o grande conservador. Mas, em relação ao PLS 483, eu gostaria de ainda colocar o seguinte: ele objetiva a compensação ambiental, instituída pela lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, para que possa ser destinado o pagamento para os serviços prestados por propriedades rurais, que, hoje, não inclui.

Essa lei dispõe que os recursos oriundos da compensação ambiental deverão ser destinados exclusivamente à implantação e à manutenção de unidades de conservação da natureza. O projeto estende a destinação desses recursos ao pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas propriedades rurais situadas em áreas circunvizinhas a essas unidades de conservação. Vocês vejam só a abrangência desse amortecimento.

Então, nós, como produtores rurais e como ambientalistas que somos, eu vejo que a consecução de planos maiores de PSA, de pagamento por serviços ambientais, como a modificação do art. 36 do projeto de lei, aliás, do artigo.... Da Lei nº. 9.985, então, incluindo que parte dos recursos da compensação ambiental, para pagamento pelos serviços ambientais, também fossem destinados às propriedades rurais situadas nesta zona de amortecimento, circunvizinhas aos parques. Porque a bacia hidrográfica e toda a conservação faria com que...

Hoje, está prevista a reserva legal. E as APPs, que são ilhas, e elas não conferem o mesmo trata-

mento que se daria, conservando a totalidade dessas áreas. Então, nós sairíamos da forma de ilhas, desse mosaico, que não tem capacidade de absolver a biodiversidade, principalmente da fauna, e nós continuaríamos, então, preservando essas áreas muito mais, alterando o art. 36, incluindo a compensação para que o produtor deixe em pé essas áreas.

Ele vai deixar, porque ele vai receber, agora, vai precisar ser regulamentado. É isso que nós esperamos que seja regulamentado convenientemente. E o § 2º: *"ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação e as propriedades rurais, no entorno desses parques, a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas pelo EARRIMA"*.

Quer dizer, e ouvido o empreendedor, esse que vai fazer a compensação, podendo, inclusive, ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

É um projeto muito ambientalista, Sr. Presidente, e eu vejo que está no caminho da convergência que se quer, hoje, para dotar o país de pagamentos por serviços ambientais e uma compensação também para os produtores rurais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar Dias, eu estive, nesse final de semana, num município lá do meu estado, chamado São Gabriel do Oeste, onde há um assentamento muito diferente de muitos ou da maioria daqueles que nós já conhecemos por aí; um assentamento onde pequenas propriedades, mesmo, estão dando grande resposta econômica. E lá há uma produção de suínos, produção de suínos, que é de grande escala e que traz problemas ambientais.

Os produtores fizeram uma parceria para a captação dos gases e implantaram biodigestores, através dessa parceria. O parceiro que fez o investimento está desfrutando do crédito de carbono. E, desse crédito de carbono, uma pequena parte é repassada para os produtores.

O que querem os produtores, hoje? O aproveitamento dos biodigestores, para geração de energia elétrica, o que demanda investimentos. Portanto, o que V. Exa. diz, o que o Senador Gilberto Goellner propõe é exatamente essa complementação. O que falta é uma compensação, já que há uma contribuição da iniciativa privada, eu acho que tem que ocorrer o incentivo, por parte do setor público.

Eu acho que é muito oportuno o projeto, não só para a iniciativa privada, como para o próprio setor público. Veja, por exemplo, no município de Paranhos, lá no meu estado, eu conheci uma experiência lá de restauração de uma área que antigamente era várzea e que já estava seca, completamente sem produzir uma gota d'água.

O resultado da restauração, hoje, restabeleceu-se a várzea, está tendo vazão de água, e o meio ambiente está plenamente recuperado. Com recursos próprios da municipalidade, uma prefeitura pequena, uma municipalidade, Senador Flexa Ribeiro, desprovida de recursos, mas os parques que têm bem utilizados para a preservação ambiental.

Então, imaginem V. Exas., se o governo incentiva essas iniciativas, quais os resultados que podem advir de experiências tão bem-sucedidas, como essas, em todo o território brasileiro. Então, acho que é o momento de uma política, sim, de compensação, de incentivo, de recuperação.

Bom, alguém mais deseja discutir o projeto? Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito rápido, Presidente, Senador Valter Pereira, apenas para parabenizar o Senador Osmar Dias, pelo seu relatório, muito competente e de forma tranquila, de forma tranquila. Ele disse, aqui, que defende a manutenção das matas ciliares, para a preservação dos cursos d'água, que é exatamente isso que todos nós brasileiros também defendemos.

A proposta do Senador Gilberto Goellner, ela vem ao encontro, senador, de solicitações que eu tenho recebido, ao andar pelo meu estado, que tem grande parte da sua área transformada em reservas, em unidades de conservação, e aqueles pequenos produtores que estão na chamada zona de amortecimento, que é aquela área que fica à beira da unidade de conservação, eles estão impedidos, Senador Osmar Dias, de trabalharem, porque os bancos financiadores se negam a financiar a produção nessas áreas, alegando que a lei não os permite; o que não é verdade, por estarem nessa zona de arrefecimento das unidades de conservação.

Então, o projeto do Senador Gilberto Goellner vem exatamente a isso, ou seja, se você não tem condições de produzir, você está mantendo sua propriedade com a floresta e produzindo, ajudando a diminuir a emissão de carbono, você tem que ter... Tem que ser pago para isso, senão, ele vai ficar com uma área que não tem o que fazer com ela.

Aí, evidentemente, que, para a sobrevivência, ele acaba sendo induzido ou sendo obrigado a fazer ações que vão contra a legislação, que é muito rigorosa, principalmente num estado como o da Amazônia brasileira.

Eu quero parabenizar o relator e o autor do projeto, pela proposta, que eu acho que vai ao encontro daquilo que eu tenho sido instado, nas andanças por Trairão, Itaituba, Novo Progresso, os municípios ao longo da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, senador. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom dia, Presidente, eu vinha ouvindo na rádio a exposição do Senador Osmar Dias e o Senador Goellner, autor do projeto. São dois senadores bastante envolvidos e conhecedores profundos da área da agricultura, como V. Exa. também deu uma boa explicação, só que eu ouvi pela rádio, infelizmente, coisa de aviação, e o Raimundo Colombo veio comigo, também, que tem um relatório a fazer aqui.

Mas eu queria cumprimentá-los. Eu acho que esta Comissão tem dado um visual muito grande e discutido assuntos importantes da área da agricultura, pelos seus componentes, visto que cada um dos senhores tem um conhecimento profundo dessa região e têm auxiliado aqueles menos favorecidos, que não têm uma voz ativa para se manifestar, e esta Comissão está encontrando esse respaldo. Parabéns, Senador Goellner, parabéns, Senador Osmar Dias.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente, apenas para informar que eu estou de acordo com o projeto do relator, e talvez ele possa ainda ser aperfeiçoado na Comissão de Meio Ambiente, então, também voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, senador Suplicy. Em votação. Não havendo divergência, está aprovado por unanimidade.

Há, sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, em aditamento ao Requerimento nº. 46, aprovado em 08 de dezembro de 2009, com a finalidade de realizar Audiência Pública para debater a atualização dos índices de produtividade para fins de reforma agrária, com a inclusão do seguinte convidado: Sr. Cesário Ramalho da Silva, Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Com a palavra, o autor, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Então, atendendo ao critério de V. Exa., de que deveríamos ter até quatro convidados e tendo ainda pendentes, dos requerimentos anteriormente aprovados, os nomes do Presidente da CONTAG, do representante da Coordenação Nacional do MST, Sr. João Pedro Stédile, e o Ministro Roberto Rodrigues.

E, tendo o próprio Ministro Roberto Rodrigues sugerido o nome do Presidente atual da Sociedade Rural Brasileira, é que eu fiz esse acréscimo, e aí teríamos, então, as quatro pessoas para essa nova, e acredito conclusiva, audiência sobre o assunto, que já foi objeto de duas outras audiências, inclusive, com o ministro da agricultura, o ministro do desenvolvimento

agrário, mas, com esses quatro nomes, nós complementaríamos a audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para esclarecer, apenas. No requerimento anterior, constavam seis nomes, hoje, o Senador Suplicy propõe mais um, o que já permite a realização da segunda audiência, é isso, Senador Suplicy? Que aí seriam os primeiros quatro... Aliás, já foi, o Ministro Cassel--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Plínio Sampaio--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Stédile--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Stédile, que ainda não veio.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --que não veio, o Alberto Ercílio Broch, também.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): DA CONTAG. Esse não veio ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Veio um representante dele, da CONTAG.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Presidente da CONTAG não me lembro de ter--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não veio o Presidente da CONTAG.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não me lembro de ter vindo o representante da CONTAG, não veio.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, aqui, a segunda audiência estaria, então, garantida, com o nome sugerido por V. Exa. Entre os ausentes e o sugerido agora, completa os quatro para outra audiência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, com o ex-ministro Roberto Rodrigues, com o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, o coordenador nacional do MST e o Presidente da CONTAG, são quatro nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Esteve aqui, na outra audiência, o ex-Presidente da Sociedade Rural Brasileira, o Luiz Marcos Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas foi o próprio ex-ministro Roberto Rodrigues que sugeriu que também o atual venha, por isso que eu estou sugerindo o nome dele.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu vejo o seguinte, Senador Eduardo Suplicy, essa matéria, inclusive, ela já saiu desta Comissão e já foi feita uma audiência, nós fazemos mais uma, quando a matéria já está no Plenário, em Plenário, vão ser discutidos lá as modificações.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na Câmara, não é?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Projeto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Não, da Comissão de Assuntos Econômicos, já foram para lá umas modificações, duas emendas que foram colocados, já está em plenário e vai ser analisado lá.

Eu acho inconveniente, nesse momento, nós fazemos mais uma Audiência Pública, aqui, de uma matéria que já foi amplamente muito polêmica e contenciosa, porque o próprio ministro da agricultura já se colocou frontalmente contrário, porque a única atividade no país que quer ser monitorada, quer se colocar índices de eficiência, quando os produtores... Deveríamos nós estarmos, hoje, debatendo a renda na agricultura, seguro de renda, como o senhor se referiu, seguro de safra, os fundos garantidores, que já foi objeto de uma emenda feita pelo Senador Osmar Dias, junto com as microempresas, um fundo garantidor para futuros investimentos, enfim, a agricultura brasileira carece, hoje, de novas concepções de renda, porque o produtor, pequeno produtor brasileiro, principalmente, ele não está conseguindo pagar os custos de produção com a atual renda.

Então, cobrar dele, hoje, mais eficiência, eu vejo que não é esse o caminho que nós precisamos dar para a produção de alimentos no país.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. permite um aparte?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Existem terras em excesso, hoje, para serem objetos de reforma agrária, são mais de 70 milhões de hectares disponíveis, pelo governo, pelo INCRA, para ser colocado pessoal.

O que precisa é valorizar aquele homem que foi colocado naquele local, como o senhor colocou, há pouco, a eficiência de um pequeno projeto de assentamento que tem eficiência. Nós precisamos dar eficiência, não precisamos exigir eficiência de produtividade, porque não é essa nossa função, hoje.

Então, o MST, aqui dentro, mais uma vez, participando de audiências públicas, quando tão contestado está sendo sua atuação, e não é projeto para medir eficiência, é um projeto para distribuir terras no país. O INCRA já tem muita terra e ele precisa dotar e colocar pessoas competentes, como os filhos de agricultores, que eu proponho que sejam incluídos numa reforma agrária, a participação dos filhos de agricultores, que, hoje, não têm condição de permanecer no campo, porque o lote deles é muito pequeno, principalmente no Sul do país, no Nordeste, no Sudeste todo, não há mais condição, o módulo é muito pequeno, e a própria família, com três, quatro filhos, não permite, hoje, dividir mais, sendo que o pai já não está tendo renda, a família não está tendo renda, muito menos dotar para mais três, quatro filhos.

Então, eles precisam ter essa oportunidade, e não coletar gente na cidade, desempregado, ex-presidiário, que estão formando, hoje, os grandes movimentos sociais de acesso à terra, e, na realidade, o INCRA não está dando condições para esses assentamentos funcionarem a contento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite uma parte, Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar que V. Exa. está querendo reverter um requerimento já aprovado pela Comissão, que aprovou a vinda do coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, do Presidente da CONTAG, e no mesmo requerimento que também foi aprovada a vinda dos demais que aqui estiveram, inclusive o ministro do desenvolvimento agrário, o qual teve um ponto de vista diferente do que V. Exa. expressa e que, inclusive, informou que encaminhou já ao ministro da agricultura para ser objeto de exame a Lei 8.629, de 93, que define, no art. 11, que precisa ser atualizado.

Então, isto é o que diz a lei, hoje, portanto, V. Exa. está querendo retroceder, no que diz respeito a apenas um indicador, um nome a mais, sugerido pelo ex-ministro Roberto Rodrigues para o diálogo, que é o Presidente atual da Sociedade Rural Brasileira.

V. Exa. tem um ponto de vista que eu respeito, mas não é necessariamente o ponto de vista dos 81 senadores. O assunto vai ao Plenário. E eu queria lembrar ao prezado Senador Gilberto Goellner que, ainda que ele tenha essa opinião, ainda há pouco mais de um mês, o próprio Senador Osmar Dias transmitiu, em Plenário, que, se for para o MST vir aqui e ter um diálogo construtivo e respeitoso e ouvir as observações dele próprio, de V. Exa. e dos outros a respeito de qual

o procedimento que consideram o mais adequado, no que diz respeito à sua luta pela reforma agrária, que isto seria objeto de um diálogo produtivo.

Claro, há outras, há senadores que disseram: “Não gostaria de dialogar”, como V. Exa. está dizendo, com o MST. Mas há pessoas de grande respeitabilidade, na história deste país, eu vou citar o economista Celso Furtado, o Senador Darcy Ribeiro, o arquiteto Oscar Niemeyer, para citar três nomes que dizem da importância histórica no Brasil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, eles constituem um fato da realidade, eles constituem um movimento importante, um movimento social.

Eu, por vezes, tenho dito a eles, e aqui da tribuna do Senado, que os atos que correspondem a ações de violência nunca os ajudam para atingir seu próprio objetivo da realização da reforma agrária, mas convidá-los para o diálogo, no meu entender, é produtivo.

O requerimento já foi aprovado, inclusive, do nome do Sr. João Pedro Stédile, de maneira que este assunto já foi objeto de votação, aqui.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, o fato de que vai ser apreciado em Plenário, isso não significa que não se deva discutir, porque, no Plenário, uma audiência dessa qualidade talvez tenha dificuldade, mas para que todos nós senadores possamos conhecer melhor o assunto.

E, veja, eu próprio estou aqui sugerindo um nome adicional, para ficar bem equilibrada a audiência, com o nome do Sr. Roberto Rodrigues e um proprietário da Sociedade Rural Brasileira, então, representante dos próprios proprietários. Então, se V. Exa. está querendo objetar, é referente ao Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, para discutir.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para lembrar, Presidente, a audiência já foi realizada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma delas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade, eu vou esclarecer o que aconteceu. Nós adotamos uma postura, aqui, de não realizar audiências com mais de quatro integrantes.

Na ocasião, ponderamos isso ao Senador Eduardo Suplicy, que pediu o desdobramento da audiência, então aprovada, em duas, sendo que, na primeira delas, compareceram quatro debatedores, e ficou reservado o espaço para a segunda audiência, que teria, então, a participação do Ministro Roberto Rodrigues e de outro que não compareceu, também, à época, aqui, se não

me engano... Se não me engano, o Sr. Alberto Broch, não tenho segurança disso. O que ele está propondo, agora— Como?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O Presidente da CONTAG não foi convidado, naquela oportunidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ah, não foi convidado?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não foi, porque V. Exa. definiu que teríamos o limite de quatro, e assim foi respeitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Então, agora, seria a segunda audiência, portanto, assiste razão ao Senador Supply. O requerimento está aprovado, o que ele está propondo, agora, é um aditamento, para que seja incluído mais um nome. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu compreendo a angústia do Senador Supply, mas lamento só que ele faça essa proposição em cima de um assunto que é matéria vencida na Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Matéria vencida, não, Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou falando, Supply--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas V. Exa. não entendeu, o assunto foi objeto de votação, aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. já começa a semana nervoso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): V. Exa. não quer que se realize aquilo que já foi aprovado. É isso.

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Supply já começa a semana nervoso, eu estou falando aqui com tranquilidade, ele já interrompe. Eu acho que V. Exa. podia colocar um rigor nessas interações injustificadas.

O que eu estou tentando argumentar, aqui, é que o projeto já foi votado aqui, está no Plenário para ser votado, está na pauta no Plenário, então, não há como, nós vamos fazer uma segunda? Eu concordo com o Senador Supply, que ele está querendo fazer uma segunda Audiência Pública, para que possa a Comissão instruir um projeto que já foi votado? Quer dizer, se o projeto estivesse na Comissão, não haveria nenhum problema de se fazer a segunda Audiência Pública, só que a matéria já saiu da Comissão, está no Plenário.

Eu acho que ele vai ter que usar os argumentos que ele quer trazer aqui, por essas pessoas ilustres que ele pretende convidar, por ocasião da discussão, da

votação em Plenário, que deve ocorrer proximamente. O projeto é terminativo, aqui, foi terminativo?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, ele vai à votação em Plenário, independente de pedido ou não de destaque, ele vai à votação em Plenário?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, é lá que nós vamos discutir agora. O que eu quero dizer é que, no âmbito da Comissão, a matéria é vencida, não há o que fazer mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que o Senador Flexa Ribeiro está ponderando é aquilo que, no direito, nós chamamos de perda do objeto. Efetivamente, para instruir a decisão da Comissão, configura-se a perda do objeto, todavia, como não foi votado em Plenário, nada obsta que esta Comissão examine a matéria, para formar juízo, que pode fazer a diferença de quem compõe este órgão lá no Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Aqui já foi aprovado o requerimento da audiência.

Sr. Presidente, o requerimento, aqui, já foi aprovado, se eles quiserem recusar o nome do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, é este só apenas o acréscimo. O requerimento já foi aprovado.

O próprio Senador Gilberto Goellner mencionou, ao explicar o projeto, que ele é objeto de grande controvérsia, de polêmica. Eu considero que é importante que nós aprendamos mais, nesse diálogo com os quatro nomes sugeridos. Eu não vejo prejuízo algum, nós vamos votar a matéria em Plenário, se houver, aqui, mais uma audiência, estaremos melhor informados. Quem sabe possam os senadores que avaliam que aquele projeto melhora persuadir-me, tendo em conta os argumentos que aqui serão objetos de debate, mais uma vez.

Eu quero apenas apreender mais, se os senadores são contrários à vinda de--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, diz que o projeto já foi aprovado, voltou para cá para dar e decidir emendas e está à apreciação das emendas, agora, a informação que eu recebi.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O projeto vai ser decidido pelo Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): As emendas, porque me parece que o projeto já foi decidido, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O projeto foi aprovado aqui, e houve um

recurso para que ele fosse deliberado pelo Plenário, então, ele será apreciado pelo Plenário, não é terminativo nesta Comissão, certo?

Então, ele terá que passar pela deliberação do Plenário. E, assim sendo, nós podemos realizar Audiência Pública, nada obsta isso, com o objetivo de formar um juízo de valor para debater no Plenário, não aqui mais, porque aqui já está decidido. Pode até retornar emendas para serem apreciadas aqui, certo? Mas, de qualquer forma, a parte deliberativa do projeto aqui já se esgotou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, esse é um projeto de grande importância para o setor produtivo. Nós não podemos obstaculizar o andamento do projeto. Eu acho que V. Exa. Poderia colocar em votação o requerimento do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas veja o seguinte: o requerimento QUE nós vamos colocar em votação é só para acrescentar um nome, e é exatamente o nome do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, o que daria equilíbrio nas tendências que vão debater o assunto, então, eu acho o seguinte--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pergunto a V. Exa., isso não vai obstruir?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Absolutamente, é uma atividade à parte. A do Plenário não fica sobrestada em razão da decisão que nós vamos tomar aqui, ela segue normalmente. Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, na ata da semana passada, esse assunto já não foi retirado de pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, retirado de pauta, não, ele está aguardando, aqui, momento para fazer a Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Quais são os nomes que comporiam, então, essa Audiência Pública?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Representante da CONTAG.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É o Presidente da CONTAG.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente da CONTAG, o coordenador do MST, mais o ex-ministro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem é coordenador do MST, Presidente?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): João Pedro Stédile.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): João Pedro Stédile.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É um dos coordenadores nacionais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E qual é a personalidade jurídica do MST, para ter um coordenador?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): São 60 coordenadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu pergunto a personalidade jurídica. Qual é o CNPJ do...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É um movimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa, nós temos todas as restrições com relação ao MST, V. Exa. tem, Senador Gilberto tem, Senador Tuma tem, acredito que até o Senador Suplicy tem, e eu não deixo de ter também. Todavia, não é só pessoa jurídica que tem parecido a esta Comissão, pessoas físicas também têm participado de debates aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ele não responde perante a lei sobre os atos do MST, aí ele vem responder no Senado sobre as ações do MST, dar opinião?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui foi aprovado um requerimento, sem contestação--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não há prejuízo na lei, não há impedimento na lei para se convidar o cidadão João Pedro Stédile.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --para que ele fosse convidado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O cidadão. Então, eu concordo. Ele pode vir como cidadão, não como coordenador do MST.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu convido como um dos coordenadores nacionais do MST.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço que seja corrigido o requerimento e que seja convidado o cidadão, coordenador, não, porque ele não representa legalmente um movimento, que não tem personalidade jurídica. Como cidadão, eu acho que qualquer brasileiro pode vir dar sua opinião e ajudar a instruir os projetos aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa Ribeiro, data vênha da visão que V. Exa. tem sobre esse assunto, eu acredito que a sustentação de V. Exa., de certa forma, é ingênua, por quê? Porque, na verdade, o MST, na clandestinidade ou não, e, de fato, ele é um órgão, uma instituição que não tem personalidade jurídica própria, mas é um fato

social, não é um fato jurídico, mas é um fato social e, como fato social--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Presidente, V. Exa. me permite, ingenuidade tem V. Exa., quando considera que, por ser um fato social, ele tem representatividade legal.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu não estou dizendo que tem representatividade legal, o que eu quero dizer é que não há impedimento para que ele venha aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nenhum, não, pelo contrário, eu quero que ele venha, eu faço questão que ele venha, agora, venha como cidadão, agora, não venha representando um movimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, Senador Flexa, por que V. Exa. não debateu esse assunto no momento em que ele foi submetido à apreciação deste Plenário?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não deveria estar presente à sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, V. Exa. tem que ser um pouquinho mais assíduo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou fazendo um requerimento aditando a alteração, vamos colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. está propondo a exclusão do MST?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, eu estou propondo o convite... Já nem estou discutindo audiência, vamos votar pela audiência, porque não vai haver tempo, nós vamos votar o projeto antes da audiência, mas eu estou só querendo corrigir... De quem é a autoria do requerimento aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do Senador Suplicy e outros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto, eu estou só querendo corrigir a redação. Vamos manter o convite ao cidadão José Pedro Stédile, retirar a condição de coordenador do MST, essa é minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso aí é matéria já vencida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu estou apresentando um requerimento para alterar o que está aprovado, isso é regimental, eu estou apresentando um requerimento para alterar aquilo que está aprovado, coloca em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que V. Exa. está fazendo

buraco n'água, honestamente. Porque quem é que vai se convencer aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. me perdoe, se eu estou fazendo buraco n'água, quem vai decidir é o Plenário da Comissão, então, coloque a proposta em discussão, e a gente define. Se eu estiver fazendo buraco n'água, pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixa eu ouvir o autor, primeiro, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu convidei o Sr. João Pedro Stédile, porque ele é coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento reconhecido socialmente, pelas ilustres figuras que eu mencionei, como um dos movimentos sociais mais importantes na história do Brasil, movimento reconhecido internacionalmente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A juízo seu, não é?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A meu juízo, eu considero assim. E V. Exa., ao querer dizer que João Pedro Stédile vem como cidadão, e não também como coordenador nacional do MST, é algo semelhante a dizer assim: "Então, vamos convidar o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, mas não como pai de seus filhos Eduardo, André e João", porque o Senador Flexa Ribeiro não quer que se identifique aquilo que realmente existe, e é reconhecido no Brasil e no mundo. João Pedro Stédile é um dos 60 coordenadores, mas é um dos principais, assim como Gilmar Mauro, a Sra. Marina e outras, coordenador nacional do MST.

Então, uma hora, ele diz que, então, quer dialogar, daí diz: "Ah, mas não pode, se vier como membro do MST". Ele vem como membro do MST, assim foi aprovado, então, ele não quer a pessoa... Como se ele não quisesse que eu aqui fosse convidado: "Ah, mas não é pai de seus filhos. Não é professor na Fundação Getúlio Vargas", que eu sou. "Só quero ver se ele venha aqui como o cidadão Eduardo Matarazzo Suplicy".

É o que V. Exa. está fazendo, V. Exa. está fazendo aquilo que não é adequado, está gastando energia com o que não é adequado, não é de bom-senso, me desculpe, mas quero falar francamente com V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está enganado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou passar a palavra, pela ordem, ao senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só sobre o que ele falou, eu respeito o Senador Suplicy como senador, como pai de seus filhos, eu não quero

que ele venha aqui sem essa condição, como professor da USP, tudo isso--

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Da FGV.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da Getúlio Vargas, tudo isso está legalmente informado. Os filhos do Senador Suplicy, que são talentosos, são artistas, são coisa, eles têm CPF, eles têm carteira de identidade, eles têm vida própria, o Senador Suplicy é professor da UFRJ, da Getúlio Vargas, melhor dizendo, com contrato assinado, ou seja, tudo legalmente, então, o Senador Suplicy está distorcendo a discussão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu preciso falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero registrar que eu perdi meia hora da minha vida e me retiro.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): São matérias vencidas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É vencida a matéria, é verdade.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Discussão inútil.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, em votação o requerimento do Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): De acréscimo do nome do Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nos termos em que está proposto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o aditamento para alterar o convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é com aditamento. O requerimento do Senador Suplicy está em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero votar o aditamento depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois vota o aditamento. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Muito bem. Eu vou submeter a votos, também, a proposta do Senador Flexa, para suprimir o nome do Sr. Pedro (sic) Stédile.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é o nome, não, eu quero que ele seja convidado como cidadão, não como coordenador do MST, é só isso, é o cidadão José Pedro (sic) Stédile.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou falar uma coisa: o Senador

Osmar Dias tem razão, nós estamos fazendo buraco n'água, discussão inútil, mas, de qualquer forma, eu vou atender a exigência de V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Presidente, eu peço verificação de quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Verificação de quórum. É evidente que existe falta de quórum, então, fica suspensa a votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a audiência, também, não é, Presidente? Que nós vamos ter que aditar a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O requerimento já tinha sido votado, Senador Flexa.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Me desculpe, Senador Flexa Ribeiro, é como V. Exa. dizia: "Vamos convidar o Senador Flexa Ribeiro, mas não por suas características, porque ele usa óculos, usa terno azul", que é um fato da realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo mais matéria a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h14.

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2009.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia oito de dezembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **SADI CASSOL, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPLYCY, VALDIR RAUPP E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): **Delcídio Amaral, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, e Marisa Serrano**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 63, de 2009-CRA**, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 24.11.2009, com a finalidade de discutir os critérios adotados pelos órgãos competentes, para o registro e regulamentação do uso de **ALOE VERA** e conhecer

sobre as reais propriedades do produto para sua classificação, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Bernardo de Albuquerque Medina** – Chefe de Divisão do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária – **MAPA**; Sra. **Fabiane Quirino de Paula Silveira** – Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária da Gerência-Geral de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; Sr. **Michael Peuser** – Pesquisador do Conselho Internacional de Ciência do Aloe – **IASC**. Resultado: Audiência Pública Realizada. Após as exposições dos Senhores convidados faz uso da palavra para tecer comentários sobre os assuntos abordados, o Senador Gilberto Goellner. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 55 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e, havendo anuência de todos, é dada como aprovada. Como não há nenhuma manifestação em contrário, está, portanto, aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico à Comissão sobre o recebimento das respostas do Exmo. Sr. Ministro da Previdência, Orçamento e Gestão... Aliás, do Sr. Ministro do Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, a respeito do Requerimento 34, de 2009, que pede informações acerca do horto florestal de Limeira, no Estado de São Paulo.

O assunto foi já amplamente debatido nesta comissão, e as informações que foram pedidas nós mandamos encaminhar ao relator designado, Senador Romeu Tuma, que concluiu pela continuidade do acompanhamento dos trabalhos, na busca de solução negociada para o litígio, a risca do estabelecido na reunião do dia 31 de março do corrente ano, no gabinete do procurador da República, no Município de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

Sobre a Mesa requerimento... Aliás, Ofício AD 40, de 2009, de 05 de novembro, subscrito pelo diretor da área de desenvolvimento integrado e infraestrutura, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, CODEVASF, Sr. Clementino de Souza Coelho, referente à audiência pública realizada nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 25 de agosto corrente, sobre a citricultura brasileira, o qual solicita a apoio para a proposta de constituição do Fundo de Fomento para a Citricultura Irrigada, como uma das medidas compensatórias e mitigatórias para o restabelecimento da livre iniciativa e da concorrência leal do seguimento.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento 63, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 24 de novembro, com a finalidade de discutir os critérios adotados pelos órgãos competentes, para o registro e regulamentação do uso do Aloe Vera e conhecer sobre as reais propriedades do produto para sua classificação, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Bernardo de Albuquerque Medina, chefe de divisão do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, o qual convidamos para sentar ao nosso lado direito; Sra. Fabiane Quirino de Paula Silveira, especialista em regulação e vigilância sanitária da Gerência de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, que solicitamos, convidamos para sentar ao nosso lado esquerdo; e o Sr. Michael Peuser, pesquisador do Conselho Internacional da Ciência do Aloe, IASC. Solicitamos para sentar à nossa direita, também.

Nós, inicialmente, queremos dar boas-vindas aos nossos convidados e agradecer a presença deles nesta Audiência Pública. E sobre as razões pelas quais esta Comissão deliberou promover este evento, nós vamos passar a palavra ao autor da proposta, Senador Gilberto Goellner, que terá o prazo máximo de cinco minutos para fazer sua fundamentação.

Com a palavra, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Quero cumprimentar os componentes da mesa, que vieram, especialmente, também, Sr. Michael Peuser, que é do instituto... DO IASC, Conselho Internacional de Ciência do Aloe Vera. Cumprimentar a representante da ANVISA, Sra. Fabiane; e o Sr. Bernardo, do MAPA, da área de defesa.

A grande questão a ser esclarecida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em relação ao Aloe Vera é sua classificação. Não se tem uma definição dos órgãos públicos fiscalizadores e reguladores, que, ultimamen-

te, têm adotado um posicionamento, enquadrando-a como fármaco.

No mundo todo, o Aloe Vera é considerado como alimento, porém, no Brasil, sem nenhum embasamento científico, se tem classificado o Aloe Vera como medicamento.

Em relação à ANVISA, é importante saber qual a base científica em que a ANVISA se apoia para o controle de produtos elaborados à base de Aloe Vera e também todos os benefícios e os malefícios que teriam o Aloe Vera, enfim, como a ANVISA fiscaliza esse tipo de venda de produtos à base desse produto, em relação aos produtos importados que estão à venda para o consumidor brasileiro.

O Ministério da Agricultura, também é importante saber qual a base científica em que o Ministério da Agricultura se apoia para o controle dos produtos elaborados à base de Aloe Vera. Posicionamento em relação à comercialização; qual a base legal desse controle; por que o Ministério da Agricultura tem interferido na rotulagem de produtos à base de Aloe Vera e que não possuem propriedades terapêuticas. Existe uma base legal para essa interferência?

E, Sr. Presidente, eu deixaria para as apresentações, para, ao final, saber da fiscalização, da venda, do controle, da base científica, de como pode ser enquadrado esse produto, que é um fitoterápico, também. E, ao final, eu colocaria mais perguntas, fazendo-me também nas apresentações dos três apresentadores que foram convidados.

Eu acredito que nós vamos ter resultados, ao final, para evidenciar um melhor posicionamento do Aloe Vera no país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Expostas as razões desta Audiência Pública, nós vamos passar a palavra ao primeiro expositor, que é o engenheiro agrônomo Bernardo de Albuquerque Medina, chefe de divisão do Ministério da Agricultura, à qual está subordinada a administração dessa política.

Com a palavra o Sr. Bernardo de Albuquerque Medina.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Obrigado, um bom dia a todos. Somos, então, do Ministério da Agricultura, pertencemos... Estamos inseridos no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, que tem uma coordenação geral de vinhos e bebidas, da qual faço parte, por chefiar a divisão de bebidas.

O assunto, na área, é dividido em duas partes, há uma divisão de vinhos e bebidas e, portanto, se separam, então, os assuntos, até por termos duas le-

gislações. Mas, especificamente a respeito do assunto que nos traz aqui, o Ministério da Agricultura é o órgão competente para registro, padronização, classificação, inspeção e fiscalização, assim como também produção e comércio de bebidas. Então, as bebidas, de uma maneira geral, têm que ser registradas, para virem a ser produzidas e serem comercializadas, também.

É característica dos produtos, de que... Uma necessidade de que os produtos que venham a ser comercializados não tenham um caráter medicamentoso ou terapêutico. E por que isso? Isso é estabelecido justamente pelo Decreto 6.871, de 2009, que regulamenta a Lei 8.918, de 94, e ali, então, se estabelece que bebida é o produto de origem vegetal, industrializado, destinado à ingestão humana em estado líquido, sem finalidade medicamentosa ou terapêutica.

Havendo interesse da empresa produtora em produzir algo em que se queira fazer alguma alegação dessa natureza, quanto a ser medicamentosa ou mesmo terapêutica, não cabe registro no Ministério da Agricultura.

De qualquer forma, produtos que não têm ainda uma avaliação de segurança, são produtos novos, como alimentos, nos referimos, não é? A babosa, Aloe Vera, no caso, é conhecida, mormente, pelo seu uso tópico, muitas vezes, mas, como alimento, para ser ingerido, ela... Ainda é de pouco conhecimento que efeitos tem sobre a população. E, justamente por conta disso, a ANVISA estabeleceu o bom critério e definido no Informe Técnico nº. 27, de 15 de junho de 2007, os critérios para que o produto possa ser avaliado quanto à segurança de uso.

A colega da ANVISA vai poder falar mais propriamente a respeito do assunto.

Então, produtos com esta característica, que não tenham ainda esse tipo de avaliação, não sejam costumadamente utilizados, eles têm que, a princípio, passar por essa avaliação, no caso da ANVISA, atendendo os critérios, como disse, do Informe Técnico nº. 27.

À medida que isso seja feito, e a ANVISA o avalie como seguro de ser ingerido, o produto pode ser registrado no Ministério da Agricultura, mais uma vez, desde que não apresente alegações quanto a ser medicamentoso ou terapêutico.

Em suma, é isso, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E passamos a palavra, em seguida, à representante da ANVISA, Sra. Fabiane Quirino.

SRA. FABIANE QUIRINO DE PAULA SILVEIRA: Obrigada, gostaria de cumprimentar o Sr. Senador, Presidente desta Audiência Pública, os demais membros da mesa e bem como os senadores presentes nesta sessão.

Em relação às colocações que já foram feitas, importante primeiro diferenciar dois aspectos, em relação aos produtos que estão sujeitos a controle pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Uma coisa são produtos de origem vegetal, que servirão como matéria-prima para outros produtos industrializados, que se destinam ao consumidor final. E outra coisa são esses produtos industrializados finais, que já são vendidos direto ao consumidor. Então, nós temos produtos com babosa nessas duas condições.

Em relação a um produto de origem vegetal que vai servir de matéria-prima para outro produto, sujeito a controle sanitário, é necessário verificar qual é a categoria, que tipo de produto é esse, porque cada categoria possui requerimentos e características especiais. Estamos falando de medicamentos, cosméticos, saneantes ou produtos para a saúde, em linhas gerais, e cada uma dessas categorias, então, vai ter seus requisitos predefinidos, estabelecidos nos regulamentos e na legislação vigente.

Em relação ao produto final, é a mesma coisa: cada um tem sua especificidade. Em termos gerais, para os produtos que se destinam ao uso como insumo, na produção de outros produtos, na área de cosméticos, que é a área onde eu trabalho, nós não temos obrigatoriedade de registrar a matéria-prima. Para outras áreas, isso já acontece, como é o caso de medicamentos.

Pelo que eu entendi das colocações anteriores, a maior preocupação seria em relação ao uso na área de alimentos, não é? Então, foi mencionado o informe técnico, de junho de 2007, que é da área de alimentos, e, provavelmente, lá estão estabelecidos os requisitos.

Então, a primeira coisa que deve ficar clara é qual o destino que está se pretendendo para esse produto, já é produto final ou é matéria-prima? E, a partir daí, avaliar se os requisitos que estão hoje estabelecidos apresentam algum ponto que possa ser questionado, certo?

Em termos de enquadramento como fármaco, nós, na agência, não enquadrámos as substâncias em si; o mesmo ingrediente, ele pode ser usado como um componente de uma formulação cosmética, ele pode ser um conservante, por exemplo, num produto cosmético, num produto saneante ou ele pode ser um coadjuvante numa fórmula cosmética, mas, ao mesmo tempo, ele é um princípio ativo de um medicamento.

Então, um pouco estranho esse enquadramento clássico e definitivo como fármaco; talvez seja necessário entender melhor de qual produto estamos falando, para poder avaliar a questão. Porque, como eu coloquei, para a ANVISA existem duas categorias: ou insumos,

que são os ingredientes que vão entrar na composição de produtos; ou os produtos acabados, certo?

E, nesse caso, por se tratar de um ingrediente de origem vegetal, teria seu uso específico como medicamento fitoterápico, que também já seria outra classe específica, com regulamentos próprios.

A fiscalização desses produtos, ela é feita como de qualquer outro produto, não existe uma ação específica para medicamentos contendo Aloe Vera; não existe diferença dos requisitos de produtos, pelo menos na área de cosméticos, em relação a produtos nacionais e importados e em relação a produto contendo ou não contendo componente que tenha sido obtido da babosa. Basicamente, é isso, e, no setor de cosméticos, os produtos não podem ter alegação terapêutica. Qualquer menção terapêutica caracteriza o produto como sendo medicamento ou produto para a saúde, e aí ele tem uma série [soa a campainha] de requisitos diferentes a serem atendidos. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ok. Obrigado pela sua exposição. E nós vamos passar, agora, ao terceiro expositor, que é o Sr. Michael Peuser, pesquisador do Conselho Internacional da Ciência do Aloe Vera.

SR. MICHAEL PEUSER: Muito obrigado, agradeço esse convite. E a presença do Senador Gilberto Goellner e o presidente da mesa, Senador Valter Pereira.

Então, eu quero falar rapidamente sobre a Aloe, porque existe um mau entendimento sobre esta palavra. Nós temos, nessa terra, aqui, 400 tipos diferentes de Aloe e nós estamos vendo, aqui, nessa foto... Podemos desligar a luz, não é? Esta aqui é a Aloe Vera, e a Aloe Vera representa, hoje, 90% do mercado mundial da Aloe. Porque, dentro dessas folhas grossas, existe um gel, e este gel fornece para nós o suco vitalizante da Aloe.

Aloe tem esta flor amarela, e não é um cactus, muitas pessoas pensam que é um cactus. Aloe é da família botânica dos *Liliaceae*. Então, cebola, alho e Aloe é a mesma família, não é?

E aqui estamos vendo uma planta inteira, que é a Aloe Vera, e este aqui é um ponto onde sempre tem uma diferença. Se cortarmos uma folha da Aloe Vera e levantamos para o ar, então, saem, aqui embaixo, no corte(F), saem duas, três, quatro gotas de um líquido amarelo-marrom, esse líquido amarelo-marrom está entre a casca e o gel. E, antigamente, estas gotas foram colhidas, e, quando juntavam 400 litros dessas gotas, então, para ter 400 litros dessas gotas, então, precisava ter plantações enormes. Então, esses 400 litros dessas gotas amarelo-marrom foram aquecidos, evaporados até toda a água sumir.

Então, sobravam 1 kg de cristais marrom-pretos. Esses cristais contêm 50% de aloína. Então, de 400 litros, então, este representa 50% de aloína, porque essas gotas têm um pequeno teor de aloína. E este cristal, infelizmente, em todos os livros da medicina, da farmacopeia, chama-se Aloe.

Esse cristal foi usado mundialmente, durante mil anos, para certos fins medicinais. Mas não tem nada em comum como suco vitalizante da Aloe de hoje, porque todos os produtos mundialmente vendidos, hoje, à base de Aloe são isentos de aloína.

Mas, em todos os livros, dos médicos, todas as farmacopeias sempre falam da Aloe desse cristal, mas este é ultrapassado. Então, nós falamos, aqui, do suco vitalizante da Aloe. Então, estamos vendo aqui uma foto de uma folha da Aloe Vera, estamos vendo, aqui dentro, este gel incolor, transparente e este fornece o suco vitalizante da Aloe.

Olhamos aqui, podemos ver entre a casca e este gel, essa pequena quantidade, esse líquido amarelo-marrom. Então, todas as firmas estão tirando essa parte fora. Então, todos os produtos são, hoje, isentos de aloína.

E temos, hoje, 300 indústrias médias e grandes, no mundo, que fabricam esse suco vitalizante da Aloe, que é mundialmente vendido, sem restrição nenhuma, igual como suco de laranja, igual como suco de uva, sem restrição nenhuma.

Exportam(F) até em garrafas a outros países, não tem nenhum registro, porque é um produto natural, porque esse é um suco vitalizante. E a Aloe... Essa aqui, por exemplo, a primeira aquisição da farmacopeia germânica, eu tenho três bibliotecas.

Então, aqui, isso é 1873, está lá escrito que a Aloe, desde que existem homens na Terra, é usada para fins de saúde, porque é um suco vitalizante. E lá escrito de que, desde o tempo de Jesus, é o suco vitalizante mais usado nesta Terra.

Então, esse livro da farmacopeia germânica, não é? E, também, por exemplo, aqui, [ininteligível] cada farmácia, por exemplo, na Alemanha temos livro lá, então, a mesma coisa escrita lá, tem tantas recomendações para o suco vitalizante da Aloe.

Então, desde que existe escrita, portanto, desde o tempo dos egípcios, já se pesquisou(F) para esse suco vitalizante da Aloe. Sempre no Egito, nós estamos encontrando pedras com a Aloe Vera, porque, no tempo dos egípcios, esse suco tinha o nome "Sangue dos Deuses", não é? Então, sempre o mundo, a humanidade foi acompanhada com esse suco vitalizante da Aloe, não é?

Por exemplo, aqui Tratado de Medicina Estética, aqui do Brasil, são vários volumes, lá eles falam so-

bre a Aloe, não é? Olha, aqui, esse texto desse livro aqui, não é? Também existem 300 indústrias, hoje, no mundo que fabricam esse suco vitalizante da Aloe e existe um conselho mundial, que chama-se IASC, que controla a plantação, a fabricação e a comercialização desse suco vitalizante da Aloe, e mais 80 indústrias, dentro desse conselho. E, infelizmente, até hoje, nenhuma firma é do Brasil.

E, fora do Brasil, todo mundo pensa de que cada [ininteligível] sai tomando cada dia o mínimo de meio litro do suco da babosa, não é? Mas, aqui no Brasil, infelizmente, eles não sabem, não é? Eles pensam que é bom para cabelo. Porque aqui tem certa restrição, tudo tem medo [risos]... Então, esse conselho, aqui, tem mais 80 firmas que...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor não usou, não?

SR. MICHAEL PEUSER: Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor não usou, não?

SR. MICHAEL PEUSER: Como? Infelizmente, eu descobri a Aloe 40 anos, tarde demais [risos]. Você sabia que este, que é a Aloe, pode provar para os cabelos? Anos atrás, tinha eu já cabelo de um Beatles [risos]. Mas, infelizmente, foi tarde demais.

Então, estamos vendo, aqui, nenhuma firma do Brasil está no meio, olha, nenhuma, não é? Impressionante! E, fora do Brasil, todo mundo bebendo isso aqui. O Brasil é o número 1 do mundo [risos].

Então, são todas firmas, e são firmas grandes. Sabe o faturamento dessas firmas? No ano de 2004, eles faturam 112 bilhões de dólares com produtos que contêm Aloe. E o Brasil não faz parte desse comércio. O Brasil é o primeiro exportador de suco de laranja, primeiro exportador de soja, e esqueceu a Aloe, e a Aloe pode ser igual, como suco de laranja, igual, como a soja.

Então, o Brasil está perdendo uma oportunidade única, porque essa aqui é terra fértil [ininteligível] para a plantação da Aloe. Então, isso é muito importante para o Brasil começar a plantar Aloe em grande escala. Impressionante! O Brasil está dormindo no ponto, aqui, não é? Porque esse aqui é o futuro, porque esse aqui é o suco vitalizante que cada pessoa precisa, porque esse suco é um isotônico natural, contém mais de 200 produtos dentro, em forma... Ainda convida... [ininteligível].

Os remédios são produtos sintéticos, aqui é vida. Então, o Gandhi, da Índia, ele vivia, de vez em quando, três, quatro meses, somente da Aloe. Interessante! O homem pode ficar sete semanas sem comida, três dias sem líquido e cinco minutos sem oxigênio, e morre. Mas o Gandhi viveu, de vez em quando, três a quatro

meses só da Aloe, porque, dentro da Aloe, tem tudo o que o homem precisa, porque é isotônico.

Então, a composição desse suco vitalizante, exatamente esse líquido intracelular do nosso corpo, então, tem tudo dentro o que o corpo precisa. Então, nós estamos perdendo uma chance fantástica, não é? O Brasil precisa conhecer a babosa. Olha, esse aqui é uma fabricação no Estado de Minas, anos atrás, mas até hoje não descobriu a babosa, não é?

Olha aqui, as frutas, se elas tomam um banho de Aloe, então, aguentam um tanto de tempo a mais para exportação. Então, não tem nada de tóxico no meio, porque a Aloe cada um pode tomar. Por exemplo, Aloe é bom para tratar a pele.

Pois durante milhares de anos, por exemplo, quando as mães dão leite materno para os filhos, então, tinha, às vezes, tinham uma inflamação no bico do seio, se aplicava Aloe, porque é bom para tratar feridas. Então, o neném também chupava esse suco, porque faz bem, não é?

Então, por exemplo, para exportação de frutas, o Brasil precisa da plantação da Aloe. Também a Aloe é um vitalizante, e nós queremos não somente vitalidade na juventude, nós queremos vitalidade até 90, 95, 100 anos, assim querendo chegar com 90, 95, 100 anos, fazer esse estudo, esse aqui, vitalidade, não é?

Também, quando as senhoras com 90, 95, 100 anos ainda passam assim nas feiras, fazer compras, então, mostram que tomaram esse suco, porque esse é um suco vitalizante, impressionante.

Então, cada um precisa descobrir a Aloe, descobrir esse suco vitalizante da Aloe. Portanto, tem uma carta, aqui, do Ministério da Saúde da Alemanha, e a ministra da saúde da Alemanha então parabenizou-me pelo meu livro sobre a Aloe e desejava para o percurso da vitória da Aloe, muito sucesso, ministra da saúde da Alemanha.

Por exemplo, muitas pessoas falam: "Ah, Aloe faz bem para a saúde". Lógico que faz bem para a saúde. Mas também não pode escrever nessas garrafas certos tipos de cura, não pode fazer. Por exemplo, laranja, laranja é bom para a saúde, por exemplo, foi feito um teste clínico com laranjas, por exemplo, nos Estados Unidos, com 11.348 pessoas, durante 20 anos, tomando duas laranjas a mais. Então, o resultado foi 42% menos de problemas de coração para homens, menos 25% menos problemas de coração para mulheres; menos 35% de câncer para homens, menos de 23% de câncer para mulheres.

Então, suco de laranja é um remédio? Não é, é um suco vitalizante. Então, mas também não pode escrever, por exemplo, que suco de laranja cura câncer, não pode, mas foi feito um teste, isso é provado.

Por exemplo, semana passada, o Suplemento Agrícola de *O Estado de S. Paulo*, não é? Está escrito artigo sobre alho. Alho faz bem para nossos animais. Precisa fazer um teste, dá esse suco vitalizante para nossos gatos e cachorros, eles gostam. Impressionante! Os cavalos, quando coloca na ração Aloe, eles comem mais rápido. Os esportistas usam *doping*. Não precisam usar *doping*, só precisa só tomar suco vitalizante da Aloe. Porque suco da Aloe ninguém pode proibir, porque é um suco de legumes, que ninguém pode proibir um suco de legumes.

Então, hoje, os esportistas, eles usam o suco da Aloe. Impressionante, não é? É um culto(F) de beleza, não é? O culto(F) da beleza mais antiga do mundo, que, desde cinco mil anos, já está sendo usado, e, quando olhamos, hoje, esses produtos cosméticos, sempre escrito lá: "Contém Aloe Vera".

Olha aqui esse artigo de *O Estadão*, eu copieie aqui, não é? O que eles falam, aqui? "*Segundo a Professora Jocelim Salgado, do Departamento de Indústria, Alimentos e Nutrição da ESALQ, o alho é usado para combater doenças há milhares de anos. Em tempos mais recentes, o químico francês Louis Pasteur demonstrou suas propriedades anticépticas, informações usadas nas duas guerras mundiais, pelos exércitos inglês, alemão e russo. Hoje, médicos naturalistas e adeptos da cura pelas ervas recomendam para prevenir resfriados, gripes e doenças infecciosas*". Disse Jocelim, autora do livro *Guia dos funcionais*.

Segundo ela, os cientistas começavam a estudar o alho mais intensamente nos últimos anos, com foco em seu efeito na redução do colesterol e pressão arterial. Pesquisas indicam que a enzima alicina, formada quando o alho é esmagado, é a responsável por tal efeito. A alicina é responsável pelo odor característico do alho e, ao se decompor, forma compostos sulfurados, e alguns deles, desses compostos, têm sido investigados por suas atividades anticancerígena. Os outros benefícios incluem prevenção de câncer e ação anti-hipertensivas e antiolesterol.

Os componentes do alho também têm mostrado capacidade de inibir tumores. Olha, então, nós proibir alho, não é? Então, isso é um absurdo. Nós temos tantos legumes fantásticos, não é? Então, não nós podemos proibir a alho? Alho, escrever registro para vender alho, não é?

Então, [ininteligível] descobrir que todos esses produtos são isentos, em qualquer país do mundo. Na Turquia, ano passado, tinha problema com Aloe, também eles queriam proibir Aloe, tinha grande discussão, agora, foi liberado, totalmente liberado, não é? Então, fora a Turquia, nunca escutei nada em outros países.

Então, a Aloe, realmente, é um suco de um legume, não é um remédio, e combina com todos os remédios do mundo, interessante. Então, pode tomar sem restrições. Então, é muito importante nós descobrirmos a Aloe Vera e o suco extraído [ininteligível] destas folhas.

Por exemplo, como sempre, existe mau entendimento entre os médicos, não é? Então, quando alguém pergunta ao médico o que ele acha da Aloe, ele fala: “Não pode usar”, porque ele pensa nos cristais. Então, eu coloquei na revista de medicina da Alemanha um texto de que Aloe e Aloe Vera não é a mesma coisa. Então, eu expliquei que esses cristais, que chamam Aloe, não têm nada a ver com nosso suco vitalizante da Aloe.

Foi publicado, hoje, cada médico na Alemanha sabe disso aqui, que o suco não tem nada a ver com esse cristal. Então é bom nós não fazermos confusão entre essas duas coisas. Então, o suco vitalizante Aloe, das folhas, é um suco igual, como suco de uva, suco de laranja, suco de maçã, então, não precisa um registro. Logicamente, não pode ter indicações de que cura qualquer coisa, isso é lógico. Mesma coisa no alho não pode escrever que cura câncer, isso é óbvio.

Muito bom, então, isso foi uma pequena explicação sobre minhas pesquisas, mas sei que tem qualquer pergunta. Com grande prazer eu [ininteligível] qualquer objeção.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a manifestação do pesquisador Michael Peuser, que falou sobre as virtudes do Aloe Vera, sem, entretanto, enveredar-se por um caminho mais delicado, que seria da avaliação científica, que, efetivamente, depende de mais dados, de mais informações.

Eu conheço o Aloe Vera, conheço a babosa, que é conhecida na região Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso do Sul, existe plantações de babosa em muitos quintais, talvez na maioria dos quintais, principalmente da zona rural, existe o plantio da babosa. E, como a babosa, tem uma série de outros produtos da nossa flora, que têm propriedades fitoterápicas, farmacológicas, mas que dependem, obviamente, de pesquisa, de avaliação para mitigar os efeitos colaterais ou, pelo menos, prevenir contra eles, não é? Pode.

SR. MICHAEL PEUSER: Interessante, quando alguém fala com um médico sobre a Aloe, e a resposta, normalmente, é que sobre a Aloe não existe pesquisa científica. Eles têm toda a razão, sobre a Aloe dos médicos, esse cristal, não existe pesquisa científica, porque faz tantas décadas que não são mais usados, mas o suco vitalizante da Aloe existem mais de qua-

tro mil pesquisas científicas, até hoje, publicadas nas revistas de medicina. Interessante, não é?

Onde existe um fruto que é mais antigo no mundo, mais usado e mais pesquisado, só aqui no Brasil [risos]. Brasil está dormindo no ponto, aqui, infelizmente. Existe uma chance para o Brasil, o Brasil deveria ser o maior exportador do suco da Aloe. Então, mais de quatro mil testes... Maioria testes duplos [ininteligível].

E, interessante, a Aloe não tem contraindicação. Por exemplo, infelizmente, no tratamento de câncer, existe sempre os problemas na quimioterapia, na radioterapia, essas contraindicações, que caem os cabelos, vômito e queimaduras. Quando alguém toma durante a quimioterapia, durante a radioterapia, então, esses efeitos colaterais são minimizados ou somem totalmente.

Então, por isso já em muitos estados dos Estados Unidos, já aplicação de usar na quimioterapia, na radioterapia sempre o suco vitalizante da Aloe. Então, vendo isso, mas os resultados são fantásticos, então, não caem os cabelos, não tem queimaduras, não tem esses vômitos. Então, já é uma grande coisa, porque, nesse tempo da quimioterapia, da rádio, as pessoas precisam melhorar o estado de ânimo e, muitas vezes, estão com os nervos no fim, então, piora a situação. Porque nós queremos melhorar o estado geral do paciente, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, hoje, por exemplo, nós estamos apreendendo, aqui, uma nova indicação para o Aloe Vera, porque, até então, o que eu conhecia de indicação era exatamente para os cosméticos e para, às vezes, danos na pele.

Acho que algumas lesões, como, por exemplo, queimaduras, o gel propicia, na verdade, um alívio imediato nessa circunstância, mas a propriedade isotônica nós não conhecíamos, pelo menos, passamos a conhecê-las hoje.

O que eu acho que falta, também, é uma divulgação quanto a todos os ingredientes que compõe sua fórmula. O senhor fala aí que existem centenas de componentes que seriam úteis à saúde, não é? Seriam sais minerais, certamente, enzimas, outros produtos mais. Todavia, não há um estudo divulgado que mostra essas propriedades. Isso daí talvez tenha dificuldade, mas o senhor enfatizou muito aí o apelo comercial, que realmente tem que ser considerado, especialmente por empresas que atuam nesse mercado e que podem estar deixando passar em brancas nuvens um mercado considerável. O senhor falou aí em 112 bilhões de dólares.

SR. MICHAEL PEUSER: Cento e doze bilhões foi no ano de 2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que, hoje, estão sendo explorados especialmente por 300 empresas no planeta. É claro que é um nicho de negócio, um nicho de negócio que todos têm que prestar atenção. Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de... Primeiro, achei muito esclarecedor, Sr. Michael, o senhor colocar as propriedades do suco vitalizante, dos cristais. O que eu gostaria de perguntar sobre quanto vale o quilo desses cristais? Porque esse quilo é de 400 litros, daquelas três gotas. Quanto vale o quilo e qual o fim, qual a finalidade terapêutica que têm?

SR. MICHAEL PEUSER: Não, esses cristais, hoje, não são mais usados, estão fora do uso, porque foram usados durante mil anos, pela medicina; para certas doenças funcionou, mas tinha muitas contraindicações. Então, faz 50 anos que estão fora de uso, mas, em todos os livros ainda constam, e tem uma pequena amostra na África do Sul, lá eles vendem esses cristais, tem aqui uma pequena amostra aqui, então, são fora do uso. Então, hoje, não vemos falar mais de aloína, porque esse é aloína.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Aloína não tem valor fármaco?

SR. MICHAEL PEUSER: Aloína não é mais usado, está fora de uso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não está comprovado, cientificamente.

SR. MICHAEL PEUSER: Isso. Então, não existem, hoje, testes clínicos modernos não existem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Agora, em relação ao Ministério da Agricultura, você disse, no início, Sr. Bernardo, que o MAPA aguarda uma posição da ANVISA para dizer sobre sua... Ação do Aloe em relação à saúde. Se, antes, nunca houve uma restrição, nenhuma restrição, hoje, a restrição para registro se baseia em quê? Eu digo registro, por exemplo, o suco de babosa, de Aloe, antes era deferido e, hoje, ele vem sendo indeferido, possivelmente pelo mau uso, não é?

Se não tem indicação terapêutica, como foi, comprovadamente, não pode ter, não se admite ter, por que está sendo indeferido? Somente pelo mau uso? Me parece que o Aloe está num limbo, entre ser um fármaco, não é um fármaco e não é um alimento, não é? Mas deve ser considerado como um vitalizante, não é?

Existe algum procedimento, nos órgãos, entre a ANVISA e o Ministério, para resolver essa questão? O Ministério da Agricultura, hoje, registra um suco de Aloe sem indicação terapêutica? Porque ele não vai ter indicação terapêutica. Hoje, existem registros aqui no país? Essa é a pergunta. Do suco vitalizante, onde é

fabricado isso aí? Já que o Sr. Michael fala que o país não é expoente nessa produção.

E quais são os fundamentos que fizeram com que o MAPA mudasse a posição, quanto a Aloe Vera, em relação à comercialização, antes era comercializado, e, hoje, não.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Muito bem, talvez eu tenha me expressado de uma maneira que tenha gerado, quem sabe, um mal-entendido, no que tange a definir que a ANVISA está por apresentar um estudo de segurança.

Não, a ANVISA não está por fazer uma apresentação dessas, a menos que uma empresa, interessada em fazer o registro de uma bebida que tenha na sua composição Aloe Vera, se dirija à ANVISA, conhecendo da demanda estabelecida pelo Informe Técnico nº. 27, de 15 de junho de 2007, ali apresente toda a documentação necessária para atender esses critérios e comprovar a segurança de uso desse; se é fármaco, aí também já não cabe ao Ministério da Agricultura. Ok.

Então, desse vegetal, digamos, para que ele possa vir a ser utilizado numa bebida, como alimento, então. Se isso vier a ser atendido...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ou no suco vitalizante, o registro é no Ministério da Agricultura.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Sim, suco, veja só, como eu disse, inicialmente, por determinação legal, o Decreto 6.871, deste ano de 2009, de 04 de junho de 2009, estabelece, no seu art. 1º, que a bebida pelo qual o Ministério da Agricultura tem competência de registro não pode ter propriedade medicamentosa e terapêutica. Isso creio que ficou... Não é?

O caso é que, em algumas situações, a gente já tem visto empresas que comercializaram no passado e tentam ainda se manter a comercializar produtos dessa natureza, por vezes, não fazem exatamente uma ligação na sua rotulagem, mas, depois, começam a fazer. Há um sistema de comercialização que se apresenta, conhecido como marketing multinível, em que você tem vendedores, de porta em porta, a apresentar o produto.

E um grande destaque que se faz é em relação ao benefício terapêutico e medicamentoso, que ouve-se dizer, tomara que seja e que faça bem às pessoas, se esse for o caso. Mas esse não é o que o Ministério da Agricultura tem competência para avaliar.

As questões medicamentosas, se há benefício ou não, se há risco à saúde ou não, se para uns faz bem, para outros, nem tanto, isso tem que ser apresentado, segundo os critérios estabelecidos pelo Informe Técnico nº. 27, à ANVISA. Então, a empresa que tem que

ter a iniciativa de apresentar a ela, e pedindo a ela que avalie se aquilo ali está de acordo e se tem, realmente, segurança para ser produzido como bebida.

Lembrando que, embora não se apresente um rótulo com alegações medicamentosas ou terapêuticas, a empresa tampouco poderá, e tem sido feito, tampouco poderá fazer alegações medicamentosas, seja em propagandas, seja por meio de seus vendedores.

E isso tem, infelizmente, aconteceu, não é? Não sei se tem acontecido, porque não temos conhecimento de que continua a ser vendido, não deve ser vendido. A ANVISA já teve de fazer uma ação de fiscalização, se não me engano, até de apreensão, por conta dessas alegações já feitas.

Me recordo, só finalizando, o senhor fez os destaques aí, no caso, quanto a propriedade de ser um líquido vitalizante, ser isotônico, tratar feridas, por exemplo; no caso do câncer, ter seus benefícios, assim como fez um paralelo aí com o alho, falou da aloína, de ter contraindicações. Então, a empresa que vier a beneficiar, a produzir, a fazer o uso da Aloe Vera, da planta, tem que ter conhecimento disso e ter tecnologia para que isso possa ser apresentado, ou seja, há cuidados a serem observados. E é nesse intuito que se deseja que isso tudo seja bem avaliado, tecnicamente, para que a população não venha a passar por uma situação inconveniente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Agora, você está começando a ser mais esclarecedor. Eu tenho, aqui, em mãos um deferimento da inspeção vegetal do MAPA, que não tem autorizado o registro de bebidas que contenham em sua composição plantas consideradas como fitoterápicas, entre elas a Aloe Vera.

Então, realmente, está havendo uma restrição, nós estamos indo a um desencontro com o que é mundialmente utilizado. Agora, se precisam tirar as três gotas, tirar aloína para fazer a bebida, cabe uma fiscalização, cabe uma fiscalização anterior, na produção, não é?

Então, o parecer constante nesse processo, de um registro, aqui, onde era um produto misto de uma bebida alcoólica, com mel e água ardente de cana, e que ele não foi aceito, simplesmente por... Mas ele não fazia referência a efeitos terapêuticos, não é? Tinha uma mistura.

Só para concluir, aqui, então, o que eu sugiro que se faça; realmente esta Audiência Pública vai ser importante para nós instituímos, pelo menos, esse suco vitalizante como uma bebida, assim como é o suco de laranja, ele tem efeitos positivos, tem vitamina C. Então, se é amplamente conhecido no mundo todo, cientificamente recomendado e, aqui no país,

não pode ser... Quer dizer, ele tem seu produto negado, mesmo como alimento, é um alimento, até uma água é um alimento.

E essa resolução da ANVISA nº. 1.699, que regulamenta o procedimento para registro de alimentos, e a Resolução 17, a que você se referiu, sobre risco de segurança, então, hoje, realmente, vocês consideram como restritiva a forma, pelo mau uso que se faz dele, na população. Quer dizer, hoje, não existem procedimentos legais para registro. Ou, hoje, pode-se estabelecer um registro de um suco específico como bebida, como suco, como tantos outros? Suco vegetal, como é a uva, laranja, teria que haver o Aloe Vera. O pesquisador Dr. Michael aí fala que o mundo todo comercializada.

Aqui no país, a pergunta é específica: qual é a restrição que temos? Não pode conter, como o senhor falou, informações sobre os benefícios. Mas o suco de laranja tem benefício, ele apresenta vitamina C, tem propaganda. O Aloe Vera também pode ter um benefício, pode ser colocado, tem vitaminas, tem efeito vitalizante. Então, como que se sai dessa?

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Então, buscando, então, esclarecer outros pontos, a segunda fala foi mais esclarecedora, em relação, por exemplo, a vitamina C, que o suco de laranja tem, é conhecido, assim como outras frutas também têm. É verdade, o suco de laranja possui vitamina C, é possível trazer no rótulo que a vitamina C está ali presente, é natural, da própria fruta, agora, não se faz no rótulo de bebidas registradas no Ministério da Agricultura que a vitamina C tem benefícios para gripe ou qualquer outra... Então, eu fiz esse paralelo aqui só para compreender bem--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nem o Ministério da Saúde se atreve a tanto, não é? [risos]. Essa questão das propriedades da vitamina C aplicáveis a resfriados e gripe, até hoje, não tem comprovação científica.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Mas fala-se, não é? É conhecimento popular.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De domínio público, mas não da ciência.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Pois é, exatamente. Então, é justamente por situações como essas. Então, não é o caso de dizer: "Ah, o Ministério da Agricultura proíbe, não quer que se produzam bebidas com Aloe Vera". Não é essa situação, o que estamos demandando é para que a empresa interessada em produzir ou mesmo importar produtos que tenham, bebidas que tenham Aloe Vera na sua composição, apresentem as provas de segurança à

ANVISA, e ela, com os bons critérios que tem, avalia-rá. Isso sendo aprovado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, aí teria que ser a ANVISA.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: O Informe Técnico 27, ele se intitula desta maneira: "Orientações sobre os documentos necessários para avaliação do risco e segurança das espécies vegetais para uso em bebidas não alcoólicas". Então, é bem com esse cunho.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas não cabe ao Ministério registrar a bebida?

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Não, nós não podemos registrar, se ANVISA ainda não fez... Se a empresa interessada, eu estou aqui apon-tando, porque, desculpe, não fazendo referência ao senhor. De risco, de risco de segurança de ingestão.

Deixa eu citar aqui outro exemplo, para tentar ilustrar isso um pouco melhor. Lembra, como eu co-mentava aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aqui, o que ele está sustentando, o Sr. Bernardo, é quanto aos riscos à saúde, por parte de alimentos, porque o que o Ministério cuida é de alimentos e bebidas. Então, alimentos e bebidas que possam oferecer riscos à saúde têm restrições. Em síntese, é isso.

Então, qualquer avaliação quanto aos efeitos desses ingredientes, aí é da ANVISA. Acho que eu entendi mais ou menos nessa linha.

Eu gostaria de registrar, aqui, a presença do pre-feito Celso Vargas, do Município de Maracaju, um dos grandes celeiros da produção de grãos do meu esta-do, e, certamente, se surpreende de que nós estamos discutindo, aqui, hoje, a babosa, as propriedades da babosa, que é um produto largamente conhecido lá no Mato Grosso do Sul e que, hoje, ganha com esta iniciativa um novo *status*, por proposta do Senador Gil-berito Goellner, já que nós, hoje, paramos a Comissão de Agricultura para discutir as propriedades e as po-tencialidades da babosa. Nós falamos Aloe Vera, etc., mas a população que nos ouve lá nos grotões--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Antes da resposta, Senador Valter, da representante da ANVISA, porque, hoje, os produtos podem impor-tar, podem comprar no mundo e trazer para o país e beber. Agora, aqui, o Ministério tem proibido a venda dos produtos fabricados aqui, internamente. Então, o que está faltando é um posicionamento da ANVISA quanto a passar para o Ministério da Agricultura o re-gistro como bebida, como bebida, é isso?

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA:

Novamente, esclarecendo, a ANVISA, tal qual, digamos, vamos fazer um paralelo, aqui, com o Judiciário, ele age à medida que é provocado, a ANVISA também.

Ela vai avaliar a segurança de espécies vegetais para uso em bebidas não alcoólicas, tão logo alguém interessado ou em importar ou em produzir no Brasil apresente a ela, segundo os critérios que o Informe Técnico 27 estabelece.

Apresentou, ela pôde avaliar; se a avaliação for positiva, ela vai nos dizer: "A babosa está ok". Ela não tem nenhum risco, ou tem, segundo critérios esses ou aqueles. E aí vai se avaliar, então, como dar pro-cedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto, deixa eu ver se eu consigo sintetizar essa discussão. Na flora, existe uma infinidade de produtos ricos de virtudes para a saúde das pessoas, e também cheios de toxinas, que podem provocar exatamente o contrário daquilo que se busca.

Então, o Ministério da Saúde... Aliás, da Agricul-tura, não tem as informações quanto à toxidez, quan-to aos efeitos alérgicos e quanto a uma infinidade de outros riscos que podem provocar esses [ininteligível]. Então, quem tem que falar? A Saúde. Então, a Saúde fala: "Olha, esse produto não tem toxinas, não provoca alergia, pode provocar um efeito colateral, em deter-minado tipo de patologia ou em determinado tipo de indivíduo". Aí, liberado pela ANVISA, o MAPA libera também. Eu acho que é isso daí, não é?

BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Isso mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, é isso que ele coloca como segurança. Segurança...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Agora, a pergunta diretamente à ANVISA. A ANVISA não considera nada do que existe no mundo? Porque, se todo mundo está usando Aloe como bebida, ago-ra, vão começar a questionar, esperar 20, 30, 50 anos para liberar aqui no país, quer dizer, uma coisa que já está comprovadamente, que o mundo todo utiliza. Quer dizer, qual é a diferença entre o mundo utilizar e nós não podermos utilizar aqui? Por quê? Já que exis-tem registros desse produto ou ainda estão faltando os estudos internos para se pronunciar? E a ANVISA não considera o que o mundo todo já pesquisou?

SRA. FABIANE QUIRINO DE PAULA SILVEIRA: Em primeiro lugar, eu acho importante a gente escla-recer o procedimento, a ANVISA não registra o suco, quem registra o suco é o MAPA. E um dos requisitos

que o MAPA necessita é essa comprovação de segurança do componente vegetal.

Para a comprovação de segurança desse componente vegetal, existe uma orientação, que é a instrução normativa a que ele se referiu, que diz quais são as informações que devem ser apresentadas para que essa avaliação seja feita.

Então, pelo que eu entendi, essa avaliação, ela só vai ser feita à medida que ela for solicitada. Então, tem que ser apresentada a solicitação de avaliação, juntamente com as informações científicas que já estão disponíveis, atualmente, para que possa ser avaliado, certo?

É importante a gente esclarecer alguns aspectos. O fato de ser um componente vegetal não necessariamente confere a ele segurança. Existem plantas ou outros componentes de origem vegetal que têm tanto uma ação benéfica quanto uma ação maléfica no organismo, dependendo, por exemplo, da concentração ou da forma como ele é extraído, então, esses aspectos precisam ser avaliados.

Outras coisas que devem ser avaliadas é se, por exemplo, esse suco, que, para uma boa parte da população, possa vir a ter um efeito bom, vitalizante, se existe alguma parcela da população com alguma deficiência específica, como, por exemplo, as pessoas que têm problemas renais, por se tratar de um suco isotônico, eles poderiam tomar esse suco, também? São essas questões que precisam ser avaliadas, em relação à segurança desse ingrediente. E, para que essa avaliação seja feita, a ANVISA precisa que ser provocada, como foi esclarecido pelo MAPA. É necessário que seja solicitado e apresentadas as informações científicas que sustentem esse uso, para que a avaliação possa ser realizada.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

A pergunta ao MAPA é: por que sempre deferiu o uso e a comercialização e registrou e, hoje, está por força desse decreto? Começaram a questionar, agora, ultimamente, a partir de que ano?

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA:

Não me recordo, aqui, exatamente qual tenha sido o ano. Tendo sido deferido no passado, certamente, pelo desconhecimento de que um vegetal desses pudesse trazer alguns outros problemas à população, como a Fabiane, então, comentou conosco.

Eu posso aqui exemplificar, talvez, como eu estava com o Senador Valter Pereira, aqui, ainda há pouco, Lembra-se do confrei, eu já estou entrando numa área que não é a minha, mas desculpe, só para poder exemplificar. Eu sou engenheiro agrônomo, não é bem meu caso. Mas, enfim, ele foi alardeado, por algum tempo,

como sendo excelente para várias coisas, eu tive confrei na minha casa, minha mãe fazia uso--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De unha encravada, até tumores cancerígenos.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA:

É provável, não é? E fala-se, mais ou menos dessa forma também, a respeito de outros tantos vegetais. Ok. Conhece-se, atualmente, que o confrei tem efeito tóxico para o fígado, mas isso se sabia no passado? Não. Então, se, um tempo atrás, os critérios que eu considero apropriados e quem tem até condição de realmente avaliar isso é a própria ANVISA, os critérios que ela estabelece são adequados, porque o que não se quer é que alguém possa ter um comprometimento da saúde por se desconhecer, porque ao MAPA certamente será questionado por isso, a ANVISA é provável que também. "Como aprovaram? Como deixaram ir ao mercado? Por que não avaliaram que esse risco havia à população?" Alguns poderiam ter um prejuízo dessa natureza. Ninguém quer algo assim.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Agora, me causa muito espanto. Olha, realmente, nós estamos muito atrasados no Brasil. Eu fico... Eu fico... Olha, eu faço... A análise do Sr. Michael é verdadeira, nós somos um país atrasado. Permitimos todas as bebidas artificiais, as "Coca-Cola" de vida, todas artificiais, que tanto mal fazem à saúde. Permitimos tantos alimentos para crianças, com gordura trans, tudo é permitido, não tem efeito colateral nenhum, todo mundo registra, viabiliza, tudo é permitido, e, agora, um produto que é usado no mundo todo, avaliado, constatado, não tem efeito colateral, aqui no país tem essa burocracia, que não tem uma solução. Quer dizer, vão começar a avaliar agora. onde já se fatura no mundo todo 112 bilhões de dólares. Quer dizer, isso aí é um espanto! Inclusive, eu estou vendo que o Sr. Michael está com uns rótulos aqui de bebida.

SR. MICHAEL PEUSER: Alemanha, da Coreia, Estados Unidos, não é? Tudo com registro, não é?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Isso aí a ANVISA não pode, hoje, me desculpem, você simplesmente iniciar do zero um processo, isso levaria 20, 30, 50 anos, não tem estudos, a base científica brasileira não está estudando isso. Estão levando daqui a biodiversidade, se usando no mundo todo. Estão se valendo disso, nos outros países, vale, aqui, não vale nada, aqui, é proibido, tudo é proibido.

Quer dizer, nós precisamos acelerar esse processo, esse processo precisa ser urgentemente avaliado. Agora, tem processos que foram indeferidos, sempre estava... Agora, indeferidos pela Agricultura. A Agricultura teria que... Eu não vejo que ele seja registrado

com fins de fármaco, não é essa... Só assim que a AN-VISA teria direito a se pronunciar, a Agricultura teria que ter possibilidade de registrar, assim como registra os efeitos colaterais, tudo que é colocado em excesso também pode dar problema. Tomar suco de laranja em excesso, suco de uva. Por que não se questiona? Porque é normal usar.

Agora, é um produto, assim, que diz: "Pô, mas esse produto aqui pode ter efeito!". Então, tem que ser analisado rapidamente. Agora, precisa olhar o que o mundo tem de contribuição a dar, e não ficar nós no início, aqui, iniciando um processo, tipo assim, coibindo a utilização de um produto que é barato, que se produz, que poderia ser produzido intensamente no país e com resultados. Principalmente, a agricultura familiar, dos assentamentos, que não têm renda, não é? Querem plantar grandes culturas, quando podiam estar plantando pequenas culturas, como essa, e viabilizando, então, a extração do mesmo e a utilização, como o mundo todo utiliza, que, no país, pode dar problema. Agora, as bebidas artificiais estão soltas, e não se questiona nada dos efeitos colaterais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto, V. Exa. tem razão, quando fala sobre a deficiência da pesquisa científica no Brasil, especialmente quanto às pesquisas da nossa flora, que é riquíssima. E, de fato, essa deficiência existe, nossa flora tem sido explorada por pesquisadores estrangeiros, que levam suas raízes, suas sementes para fora e, depois, acabam exportando para nós os resultados obtidos por essas pesquisas. Mas nós temos alguns produtos, por exemplo, o adoçante, que tem um dos mais baixos teores de açúcar, é a estévia, que foi desenvolvida, pesquisada aqui no Brasil e que, hoje, tem diabéticos e outras pessoas que querem controlar peso e que usam, graças às pesquisas e à produção que se desenvolveu em nosso país.

É preciso, efetivamente, pesquisar mais, mas é preciso também que não se espere apenas do poder público, é preciso que as empresas, os interessados explorem, porque, em grande parte dessas produções que estão aqui, nós vamos encontrar o investimento privado na pesquisa científica. E, na minha forma de ver, eu acho que, quanto maior rigor tiver a saúde pública, com relação a esses produtos que requerem registro, para a população, para o consumidor, é mais segurança, porque o que existe também de picaretagem com relação a isso não é brincadeira. A gente sabe que existe muito, e é preferível a gente ter um excesso de zelo e garantir mais a saúde pública, do que negligenciar e abrir a guarda para patologias que possam advir com o uso imoderado ou o uso inadequado dessas substâncias.

Eu acho que os esclarecimentos foram, aqui, muito proveitosos, eu acho que a flora brasileira ganha com sua iniciativa de promover esse debate, e cresce o *status* da babosa, com essa reunião que nós realizamos aqui, hoje. Eu acho que, não havendo mais--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu teria ainda uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem uma consideração a fazer?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu recebi, agora, aqui, uma contribuição, que eu acho muito importante, porque eu diria que, então, já que está sendo limitado a estudos científicos, por que é comercializado? É comercializado, então, ilegalmente. Sucos fabricados fora do país, e que tem uma empresa, aqui, a *Forever Living Products*, que fatura 180 milhões de reais ao ano, é um gel de Aloe Vera, com ácido ascórbico, que é vitamina C, ácido cítrico e vários outros produtos antioxidantes, que são comercializados, uma bebida à base de Aloe Vera, 100% estabilizada, e é vendida livremente no país, inclusive, foi denunciada pela revista *Isto é Dinheiro* e que denunciou essa comercialização ilegal que está sendo feito no país. É uma fabricante também de cosméticos, vendido como cosmético, e ela tem, essa fabricante, ela tem, aqui no país, a operação mais rentável da companhia.

Então, a pergunta é: por que alguns... Quer dizer, os importados possuem livre comercialização aqui no país, e outros, e os registros para produtos nacionais são indeferidos?

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA:

Informo ao senhor, senador, que nem uma coisa, nem outra é permitida. A empresa que mencionou já fez solicitações ao Ministério da Agricultura, formais, de importação desse produto, e o Ministério da Agricultura já se posicionou formalmente e orientou todas as superintendências federais de agricultura, em cada um dos estados, para que não permitam a importação de produtos, seja dessa empresa, seja de qualquer outra que contenha, na sua composição, Aloe Vera, enquanto esses critérios, aqui já fartamente enunciados, sejam apresentados.

Então, se essa empresa ainda permanecer a comercializar, isso deve ser comunicado ao Ministério da Agricultura, que tomará as providências devidas e certamente requisitará, com certeza, o apoio também da polícia, onde for necessário, porque isso já é uma situação para isso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Dentro desse contexto de análise dos dois ministérios, que, hoje, seriam responsáveis pelo registro, principalmente, eu diria que caberia ao Ministério da Agricul-

tura, porque ele não está sendo anunciado como fim terapêutico, como medicamento, aí, sim, ANVISA.

SR. BERNARDO DE ALBUQUERQUE MEDINA: Desculpe, eu posso lhe mostrar e comprovo que sim. A gente tem peças para lhe mostrar. Faz parte do processo de análise do pedido até dessa empresa que o senhor mencionou. Tenho aqui comigo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas eu gostaria de ver a opinião do Sr. Michael, para ver como o mundo analisou diferentemente esse suco de Aloe Vera.

SR. MICHAEL PEUSER: Posso falar? Então, mundialmente, esse suco desse legume, da Aloe, é vendido até nos supermercados. Então, na Alemanha pode entrar nos supermercados, lá temos suco de uva, suco de laranja e temos suco de Aloe Vera. Nos Estados Unidos, lá tem [ininteligível] 30 litros dentro dos supermercados desse suco. Porque esse é o suco mais antigo dessa Terra, porque, antes de ter suco de laranja, já tinha esse suco. Pode olhar até na Bíblia, quando Jesus morreu, foi tratado com Aloe, escrito na Bíblia. [ininteligível] são 32 kg desse suco da Aloe. Esse Sudário de Turim, impregnado totalmente com o suco da Aloe. Então, é coisa tão antiga, não é? Então, esse é o produto mais pesquisado no mundo, tem mais de quatro mil estudos científicos publicados até hoje. Não tem contraindicação, então, esse é um produto fantástico, não é?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não existem casos, então, de efeitos negativos?

SR. MICHAEL PEUSER: Faz 12 anos estudando, cada dia, a Aloe, nunca escutei uma coisa de contraindicação, nunca. Então, eu sou convidado, cada ano, para 120 palestras no mundo inteiro, nunca escutei uma coisa lá de contraindicação. Tem palestras com duas mil pessoas, falei na Alemanha, com três milhões de pessoas, nunca alguém... Então, é melhor do que um suco de laranja, melhor que um suco de uva.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas qual é a restrição, hoje, que a ANVISA tem? Ela tem que ser provocada, faltando interesses comerciais de fabricação no país ou a ANVISA se posiciona contrariamente a esse produto, porque tem dúvidas em alguma coisa?

SRA. FABIANE QUIRINO DE PAULA SILVEIRA: Bom, hoje, em termos de regulamentação, que existe na área de alimentos, em relação à babosa, é sua utilização, em pequenas quantidades, como aromatizante, isso já está regulamentado. Para uso nas bebidas, é necessário, como o MAPA explicou, que seja feita essa avaliação. Essa avaliação, ela não precisa começar do zero, todo conhecimento que já foi adquirido até o momento pode ser usado.

Então, eu acredito que seja uma questão apenas de formalizar, de aproveitar a documentação que já existe hoje, as informações, organizá-las na forma em que a instrução normativa orienta e solicitar avaliação de segurança por parte da ANVISA.

Qualquer informação mais detalhada em relação a isso, nós podemos, depois, fornecer por escrito, através da nossa assessoria parlamentar, porque a área de alimentos é que é responsável por essa questão. Eu sou da área de cosméticos, não posso dar informações mais detalhadas, mas a agência se compromete a prestar os esclarecimentos que forem necessários, por escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, Senador Gilberto, aqui, o Sr. Michael trouxe várias embalagens de Aloe Vera. na forma de líquido. Aqui tem uma que foi produzida certamente na Alemanha.

SR. MICHAEL PEUSER: Não, essa é coreana.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Coreana. Então, aqui, você vê, por exemplo, a fórmula: valor energético, 357 calorias; carboidrato, 21gr ou 7%; aí proteínas, 0; gordura total, 0; gorduras saturadas, 0; gorduras trans, 0; fibra alimentar, 0; sódio, 5mm. E só. Não tem mais outro componente, então, na verdade, o que tem aqui são carboidratos e sódio. Realmente, é um produto de valor apenas energético, não tem nenhum ingrediente.

Agora, cada país, cada governo tem sua metodologia para a aprovação desses fármacos. Quem tiver interesse em produzir... Aliás, desses fármacos, não, desses refrigerantes, que, aqui, é tido como refrigerante. Tem que fazer a demonstração à área de saúde pública, trazendo, obviamente, a bibliografia de tudo o que foi pesquisado no planeta, e, só depois de avaliadas essas informações, é que há aquilo que eu diria o passaporte para que o Ministério da Agricultura promova a liberação do produto, na modalidade que ele pode, que é na modalidade de refrigerante ou de alimentos, de bebidas de maneira geral. Certo?

Então, esse é o entendimento. De qualquer forma, hoje, nós fizemos o *merchandising* do Aloe Vera, certo? E mostrando para o grande público brasileiro que, no planeta, isso aqui está produzindo 112 bilhões de dólares e que, no Brasil, nada está produzindo. Portanto, é um convite para quem quer fazer investimentos acreditar no Aloe Vera, porque, realmente, tem muita gente comprando produtos à base de Aloe Vera do mercado internacional, especialmente na área de cosméticos. Basta ir aqui no Paraguai, não precisa ir muito longe, nas lojas de departamentos, onde, na área de comércio, existem grandes estoques e muitas mulheres ávidas para comprar cremes e loções, tudo,

para a pele, porque o Aloe Vera, hoje, é, indiscutivelmente, um produto da moda, especialmente para a beleza, para o rejuvenescimento da pele, para outras coisas mais.

Então, nós vamos terminar esta reunião com essa louvação toda ao Aloe Vera. Viva o Aloe Vera! [risos]

Muito obrigado pela participação de todos os senhores. Está encerrada esta audiência.

Sessão encerrada às 11h18.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LE- GISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às nove horas e dois minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Valter Pereira, Romero Jucá, Gilvam Borges, Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino e Efraim Moraes. Comparece à reunião o Senador, não membro, Osvaldo Sobrinho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo o **Requerimento de nº 43/09-CCT**, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Roberto Cavalcanti, que requer “Com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os arts. 89, inciso X e 90, inciso II ambos do RISF, Requeiro a realização de Audiência Pública nesta v. Comissão com vistas a debater a matéria constante da Consulta Pública n. 31 da Anatel sobre destinação da faixa de 2,5 MHz, bem como sobre o pedido de anulação judicial da referida consulta, a fim de que os senhores e as senhoras Senadores possam adquirir subsídios para melhor tomada de posição frente ao assunto. Havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas, sem prejuízo de outros que possam enrique-

cer o debate: 1. Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; 2. Senhor Luiz de Melo Junior, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL; 3. Senhor José Pereira Leite, consultor do setor de Telecomunicações e ex-conselheiro da Anatel; 4. Senhor Carlos Andre de Albuquerque, Presidente da Neotec; 5. Senhor Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura; 6. Senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.” Comparecem à reunião os Senhores Marcos de Souza Oliveira, Gerente de Engenharia do Espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF) –ANATEL; Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, Assessor da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações; Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura – ABTA; Mário César Pereira de Araújo, Membro do Conselho de Administração da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL; Carlos André Studart Lins de Albuquerque, Presidente da Associação dos Operadores do Serviço de Distribuição de Multiponto Multicanal (MMDS) – NEOTEC e Antônio Miguel de Brito da Silva Martins, Diretor Geral da ACOM Comunicações S/A. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Roberto Cavalcanti, Marcelo Crivella e Flexa Ribeiro. Nesse momento, os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Wellington Salgado de Oliveira requerem, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 47, de 2009–CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que requer “..., nos termos do art. 50 e do inciso II, § 2º, do art. 58, ambos da Constituição federal, combinados com o art. 90, incisos III e V, do regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, em duas ou mais etapas, Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE para a prestação de informações e o debate acerca da repentina interrupção no fornecimento de elétrica ocorrida no País no último dia 10/11/09, atingindo 18 Unidades da Federação, bem como acerca da real situação de nosso sistema elétrico, notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimentos no setor a curto, médio e longo prazos, com a

participação das seguintes autoridades: 1 – Sra. Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; 2 – Sr. Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; 3 – Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia; 4 – Sr. Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); 5 – Sr. Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Presidente da ANEEL – Agência nacional de Energia Elétrica; 6 – Sr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da Eletrobrás; 7 – Sr. Jorge Miguel Samek, direto-Geral Brasileiro de ITAIPU; 8 – Sr. Carlos Nadalutti Filho, Diretor-Presidente de FURNAS; 9 – Sr. Cesar Ribeiro Zavi, Diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia de FURNAS; 10 – Sr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico; 11 – Sr. Gilberto Câmara, Diretor do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; 12 – Sr. Mauricio Tiomno Tolmasquim, Presidente da EPE – Empresa de Planejamento em energia; 13 – Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Físico, ex-Presidente da Eletrobrás e Prof. Do COPPE – Instituto de Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ; 14 – Prof. José Goldemberg, Físico e ex-Ministro de Estado; 15 – Prof. Evandro Emílio Souza Lima, Físico Professor da UNB; 16 – Sr. Cyro Vicente Boccuzzi, Presidente do Fórum Latino-Americano da Smart Grid e Direto-Executivo da Consultoria Andrade & Canellas; 17 – Prof. Hildo Sauer, ex-Direto da Petrobrás e Professor da USP; 18 – Prof. Djalma Falcão, Professor do COPPE/UFRJ; 19 – Sr. Mário Veiga, Presidente da PSR Planejamento e Consultoria, e 20 – Prof. Adriano Pires, Consultor de Termelétricas e Professor da COPPE/UFRJ.

Para a primeira etapa da Audiência quando serão abordados e debatidos os aspectos técnicos que envolve o tema, deverão ser convidados: 1 – Sr. Nelson José Hubner Moreira (ANEEL); 2 – Sr. Hermes Chipp (ONS); 3 – Sr. Gilberto Câmara (INPE); 4 – Sr. Maurício Tiomno Tolmasquim (EPE); 5 – Prof. Luiz Pinguelli Rosa (Coppe/UFRJ); 6 – Prof. José Goldemberg; 7 – Prof. Evandro Emílio Souza lima (UNB); 8 – Sr. Cyro Vicente Boccuzzi (Smart Grid).” O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 47, de 2009–CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer “Em aditamento ao Requerimento nº 47/2009 – CCT, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, para a realização de Audiência Pública desta Comissão a fim de debater as questões atinentes ao “apagão” elétrico ocorrido na última semana, requeira que seja acrescentada, como convidada, a Sra. Adelaide Scritori, Presidente da Fundação Cacique Cobra Coral – FCCC.” O aditamento ao requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 1 ao Re-**

querimento nº 37, de 2009–CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Flexa Ribeiro, que requer “... nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2009 – CCT, a substituição de convidado para a Audiência Pública, “Sanções Administrativas em Empresas de Telecomunicações”, com o objetivo de debater a efetividade da aplicação do Decreto 6.523, de 2008, que regulamenta o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, uma vez que em entendimento com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL foi acordada a vinda de seu Presidente, Ronaldo Mota Sardenberg, em substituição à Procuradora-Geral, Ana Luiza Valadares Ribeiro.” O aditamento ao requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Requerimento nº 48, de 2009–CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Kátia Abreu, Flexa Ribeiro e Wellington Salgado de Oliveira, que requer “..., nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA a fim de debater as inconsistências no censo agropecuário, com a participação dos seguintes convidados: Rodolpho Hoffmann – Professor de economia da Unicamp; Inez Vidigal Lopes – Professora da FGV; Eduardo Pereira Nunes – Presidente do IBGE; Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 18 de novembro de 2009, para realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a matéria constante da Consulta Pública nº. 31 da ANATEL, sobre a destinação da faixa de 2,5 MHz, bem como sobre o pedido

de anulação judicial da referida consulta, atendendo ao Requerimento nº. 43/2009 – CCT, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Senador Cavalcanti.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de darmos início à Audiência Pública, passo aos comunicados desta Presidência.

Expediente recebido: Ofício do Senado Federal 2.400/2009, de 03 de novembro de 2009, da 1ª Secretaria do Senado Federal, encaminhando cópia do Aviso nº. 210/2009, do ministro do estado das comunicações, em resposta ao requerimento de informações nº. 1.333/2008, de autoria do Senador Eduardo Azevedo, que solicita informações sobre a disponibilidade de canal de TV aberto no Estado de Minas Gerais, para que o Senado Federal possa lançar seu sinal na capital daquele Estado.

Solicito à secretaria que distribua cópia das respostas do ministro das comunicações ao requerimento de informações das S.Exas.

Aviso nº. 1.591, Seses – TCU – Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº. TC 017.177/2008-2, a respeito de diversos expedientes encaminhados para o TCU, em decorrência da prolação do acórdão 2.731/2008 – Plenário, resultado do trabalho de Fiscalização de Orientação Centralizada, FOC, destinado a examinar, em nível nacional, o relacionamento das instituições federais de ensino superior, IFES, com suas fundações de apoio.

As Sras. e Srs. Senadores que desejarem, por gentileza, solicitem cópia do referido acórdão à secretaria da Comissão.

Dando continuidade à 45ª Reunião Extraordinária desta Comissão de Ciência e Tecnologia, que se dará na forma de Audiência Pública, passemos à audiência. Solicito--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, o Senador Roberto Cavalcanti

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de solicitar ao nobre colega senador que preside esta Comissão uma inversão de pauta, no sentido de aprovar um requerimento que foi encaminhado ontem a esta Comissão por mim.

E gostaria que fosse analisada por parte de V. Exa. a possibilidade desta inversão, tendo em vista que esta Audiência Pública se prolongará ao longo de muito tempo, é de extremo interesse nosso, razão pela qual o Senador Wellington, Roberto e eu subscrevemos. Mas, na verdade, nós gostaríamos da possibilidade de V. Exa. analisar este meu apelo desta inversão de pauta. E gostaria que V. Exa. consultasse os demais colegas sobre se aprovam este pedido de inversão de pauta e aprovação do nosso requerimento, que foi encaminhado ontem à noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, diferentemente da reunião de ontem da CAE, de forma democrática, o requerimento de V. Exa. será pautado, já está aqui sobre a mesa, e terei a maior alegria em atender à solicitação de V. Exa., desde que tenhamos quórum para que possamos fazer a votação.

Assim que tenhamos o quórum que permita a colocação em discussão a solicitação de V. Exa. de, primeiro, inclusão extrapauta, depois, que será incluído com o voto favorável do presidente, depois, a inversão de pauta, que será feita com o voto favorável do presidente.

V. Exa. só não terá o voto favorável para aprovação do requerimento, mas, quanto à discussão, à colocação em pauta, V. Exa. terá todo o apoio da Presidência desta Comissão.

Então, tão logo tenhamos o quórum, faremos isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho certeza de que V. Exa., que é um exímio participante desta Comissão e um exímio participante dos momentos em que a TV Senado está no foco dos acontecimentos, com extrema competência, V. Exa. saberá demonstrar o quão democrata o é, tendo em vista que foi exatamente o requerimento similar que V. Exa. apresentou ontem, e que, na Comissão de Relações Exteriores, nós tivemos a oportunidade de vê-lo sendo julgado.

Então, eu pediria que esta mesma democracia que foi exercida por V. Exa., ontem à tarde, fosse hoje, pela manhã, exercida da Presidência desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faremos. E, com certeza absoluta, a base de governo aprovará o requerimento de V. Exa., que não é similar ao meu. V. Exa. só cometeu um pequeno engano, ao dizer que é similar ao que foi apresentado ontem à tarde. É completamente distinto, até porque o requerimento de V. Exa. é idêntico ao do Senador o Collor.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Já que estamos sendo capturados pela TV e pela taqui-

grafia, eu quero dizer, à medida que o senhor transmite a opinião sobre o requerimento, V. Exa. está colocando em discussão o próprio requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu só estou comentando que V. Exa. disse que o requerimento seria similar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu digo similar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E eu estou--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --similar, porque os objetivos são, na verdade, esclarecer os fatos ocorridos com o apagão, e o requerimento de V. Exa. também se referia ao apagão. A nuance é somente as pessoas convidadas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A diferença é entre--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): As pessoas convidadas, mas, na verdade, há uma coincidência, e, no meu requerimento, não tem nenhuma, não exclui nenhum dos convidados de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): No meu, são só dois.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E o meu são dois, os seus dois, mais alguns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será atendido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tenho certeza--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na forma do regimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho certeza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é o único apagão que dá choque elétrico.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [risos] Todos nós, Senador Wellington Salgado, temos pressa em fazermos a Audiência Pública, antes que tenhamos um novo apagão, aí nós vamos ter que discutir dois, e não mais um.

Mas, dando continuidade a nossa Audiência Pública, solicito aos subscritores do requerimento, Senador Wellington Salgado e Senador Roberto Cavalcanti, que acompanhem os senhores convidados para tomarem assento à mesa.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Marcos de Souza Oliveira, gerente de engenharia do espectro da

Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da ANATEL; o Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, assessor da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações; o Sr. Alexandre Annenberg, presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura, ABTA; o Sr. Mário César Pereira de Araújo, membro do Conselho de Administração da Associação Nacional das Operadoras Celulares, ACEL; o Sr. Carlos André Studart Lins de Albuquerque, presidente da Associação dos Operadores do Serviço de Distribuição de Multiponto Multicanal, MMDS, NEOTEC; e o Sr. Antônio Miguel de Brito da Silva Martins, diretor geral da ACOM Comunicações S/A.

Sejam bem-vindos a nossa Audiência Pública, que foi requerida pelos senadores Wellington Salgado e Roberto Cavalcanti.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu noto a ausência do representante da ANATEL, houve algum comunicado a respeito? Ah, está aqui, chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está aqui ao meu lado direito. Dr. Marcos de Souza Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Marcos, desculpe. Veio representando o presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, vamos dar início a nossa Audiência Pública. V.Sas. terão dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, para que possam fazer a exposição sobre o tema da audiência, que trata do requerimento, como eu disse, dos senadores Wellington Salgado e Roberto Cavalcanti, para debater a matéria constante da Consulta Pública nº. 31 da ANATEL sobre destinação da faixa de 2,5 MHz, bem como sobre o pedido de anulação judicial da referida consulta.

Iniciamos com o representante da ANATEL, Sr. Marcos de Souza Oliveira, que é gerente de engenharia do espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização. Com a palavra o Sr. Marcos de Souza Oliveira.

SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA: Bom dia a todos. Inicialmente, eu quero agradecer essa oportunidade, para trazer aos senhores algumas informações, no intuito de esclarecer eventuais dúvidas que pairam sobre as reais necessidades, do ponto de vista regulatório, no que se refere à Consulta Pública 31.

O que eu posso dizer é que essa Consulta Pública, ela recebeu cerca de 620 contribuições, das quais, cerca de 80% oriundas de usuários, pessoas físicas que se manifestaram a respeito da sua opinião. E algumas contribuições advindas do setor profissional, das operadoras, fabricantes.

Na realidade, que o tem acontecido, talvez não tenha sido bem compreendido o verdadeiro motivo, a verdadeira motivação da proposta da agência, no que tange à mudança da destinação da faixa de radiofrequência.

O que eu acho que é importante deixar claro é que o instrumento da Consulta Pública, esse mecanismo da Consulta Pública, ao qual nós estamos obrigados por lei, tem exatamente esse propósito de proporcionar esse debate público, amplo, irrestrito, de forma a que todos possam compreender, sugerir, criticar. Esse é o propósito.

Do ponto de vista técnico, o que nós estamos propondo, o que a ANATEL propôs, e foi publicado na Consulta Pública, foi uma mudança da destinação, no sentido de permitir que parte dessa faixa de radiofrequência seja utilizada para serviços móveis.

Desde 94, essa faixa 186 MHz, para ser preciso, é utilizada para provimento dos serviços conhecidos como MMDS, o serviço de TV por assinatura. O que aconteceu nesses últimos 15 anos é que a tecnologia evoluiu, evoluiu de tal forma que, hoje, é possível, além do provimento do serviço de TV por assinatura via rádio, via micro-onda, é possível também fornecer outros tipos de serviços. É possível fazermos outros tipos de aplicações, nesse mesmo espectro, de forma a coordenada, de forma ordenada.

E, no ano 2000, portanto, aí há nove anos, no âmbito da União Internacional de Telecomunicações foi tomada uma decisão: essa faixa, que nós chamamos de faixa de 2, 5, que vai de 2.500 a 2.690 MHz, foi identificada como uma das possíveis faixas que abrigarão o chamado padrão internacional de telecomunicações móveis, o IMT, foi batizado de IMT, uma sigla, apenas um...

Por que é importante? O Brasil, quando ele se faz presente nesses fóruns internacionais, ele vai, influencia nas decisões e vai com a aval do governo brasileiro. Ele vai em nome da administração brasileira, a ANATEL, no caso.

Na identificação dessas faixas, na conferência de 2000, não foi só a faixa 2,5; outras faixas também foram identificadas e vêm sendo assim, paulatinamente, ao longo dos anos, 2000, 2003, e, recentemente, a última de 2007.

É um fórum que reúne aí uma quantidade expressiva de países do mundo, a UIT, ela abriga quase

200 países no mundo, 180 e tantos países. O Brasil é um deles.

As decisões que são tomadas nesses fóruns são decisões que afetam o mercado de uma forma bastante homogênea. Se nós considerarmos que a indústria investe pesadamente em cima das discussões da União Internacional de Telecomunicação, porque sabe perfeitamente que lá estão os países ali representados e que dão à indústria uma previsibilidade, essa é a questão.

No caso específico do IMT, do padrão internacional de quarta geração, vamos chamar assim, a quarta geração, que está sendo planejada já há alguns anos; todo mundo ouve falar em 3G hoje, não é? Nós já estamos trabalhando no 4G. Aí pergunta: "Ah, mas por que o 4G tem que ser nessa faixa aí?". É uma delas, tem que ser abaixo de 5, abaixo de 3,5. Por quê? Por uma questão física, uma questão de propagação, não é que nós queiramos. Se nós quiséssemos escolher, se isso fosse uma coisa muito... que fosse trivial, se fosse simples, nós poderíamos escolher, 10, 20 ou 30, é a questão de... Não, no caso da telecomunicação móvel, é necessário, por uma imposição da física, que sejam as faixas mais baixas, abaixo de 5 GHz. Hoje, a tecnologia disponível assim o permite, então, a razão é essa, não há outra razão.

Historicamente, aí há um fator dificultador para o órgão regulador, para os técnicos em geral, é que a evolução das telecomunicações, ela veio de baixo para cima, do ponto de vista do espectro, da utilização do espectro de radiofrequência, começou embaixo e veio subindo. Hoje, nós temos já a tecnologia disponível para comunicações fixas ponto a ponto, de grande capacidade, da faixa de 830 GHz; isso já é factível, hoje, comerciante, coisa que há dez anos era impensável.

Mas, para as comunicações móveis, ainda há um gargalo, há uma imposição da física, da propagação de ondas de radiofrequência. E é por isso que nós insistimos sempre em tentar alocar espaços para aplicações móveis, nessas faixas mais baixas. Dá uns 400 mega, 700 mega, 1,8 giga, 2, 5 giga, 3,5, e assim por diante.

No caso da prestação de serviços de MMDS, a TV por assinatura, não há nenhuma má vontade, digamos, da agência com relação, pelo contrário, não há nada disso. Nós temos convicção de que é possível continuar prestando serviço de MMDS, num espaço de radiofrequência bem menor do que aquele que originariamente foi atribuído. Por quê? Uma razão simples. Hoje, os sistemas digitalizados, com um grau de compactação razoável, permitem distribuir esse sinal numa faixa de frequência bem menor do que aquela que era

possível lá atrás; 15 anos é muito tempo, em termos de evolução de [soa a campainha] tecnologia.

Então, a Consulta Pública, ela foi publicada com este espírito, com este propósito: de colher as opiniões não só daqueles que são os profissionais que prestam serviço, dos usuários que usam o serviço; eu mesmo sou usuário desse serviço, desde 94, e estou satisfeito. Da indústria que produz, que fornece os produtos, para que seja possível, cada vez mais, melhorar a prestação desse. Enfim, esse é o propósito da Consulta Pública. Ela foi aberta, e nós fomos brindados aí com cerca de 620 contribuições, por meio eletrônico, direto no site da ANATEL, e uma parte pequena por meios convencionais, papel.

E eu estou aqui à disposição dos senhores para que sejam esclarecidas dúvidas eventuais que existam, que persistam, e quaisquer questionamentos que sejam considerados necessários. Muito obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Só uma consulta como é que V. Exa. vai proceder, no sentido das perguntas: se nós vamos ouvir todos, para fazermos as perguntas, ou, caso a caso, após a apresentação de cada palestrante, nós faríamos nossos questionamentos. É só para eu entender como V. Exa. vai conduzir esta Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Para economia processual, nós poderíamos ouvir a todos os convidados e, depois, fazermos os questionamentos, mas V.Exas. poderão, se quiserem, fazer, a cada explanação, as perguntas ao convidado que tiver terminado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu acredito que, em consenso, os senadores que subcreveram esta Audiência eu acho que o procedimento de V. Exa. em fazer com que todos façam a explanação, e depois nós possamos fazer os questionamentos, talvez seja mais enriquecedor, porque nós teríamos, então, a heterogeneidade de opiniões e poderíamos fazer os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Então, faremos isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Vamos passar a palavra ao nosso segundo convidado, o Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, assessor da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só que V. Exa., como é que bem rigoroso, quando há tempo, quando vai se falar, V. Exa. é bem rigoroso quanto ao tempo, para que fosse rigoroso também, já que nós temos bastante, seis convidados. Nós sabemos que Audiência Pública com seis convidados temos que ser, obedecer ao tempo, V. Exa. fosse rigoroso no tempo, para que nós pudéssemos debater bastante esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza. O Dr. Marcos Oliveira, inclusive, não usou o tempo da prorrogação, que ele teria, de cinco minutos, só usou os dez iniciais, mais dois.

Então, vamos ao Sr. Édio. V.S^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SR. ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO: Srs. e Sras. Senadoras, demais presentes, bom dia. Eu queria agradecer o convite, em nome do Ministro Hélio Costa, Senador Hélio Costa, Dr. Marcelo Bechara, do Ministério das Comunicações, para estar presente nesta Audiência.

Vim trazer, sinteticamente, um panorama, no âmbito do Ministério das Comunicações, de como a gente vê a questão dessa... trazida nesta Audiência. Quem é que pilota o...?

Bom. O Brasil, ele é o país das outorgas; são aproximadamente, ou mais de 30 outorgas, aproximadamente 34. Temos outorga para tudo, STFC, serviço móvel pessoal, celular, SCM, DTH, é a TV por assinatura via satélite, TVA, rádio chamada, rádio autocine, MMDS. Próximo.

E, no âmbito da TV por assinatura, que é, assim um serviço de telecomunicação, temos quatro modalidades: é o cabo, que usa a infraestrutura de cabo coaxial, pode ser também por cabo, fibra ótica; o DTH, que é o satélite, é o *direct-to-home*, é o satélite que chega na sua casa através de DirecTV, SKY; o MMDS, que é micro-ondas, é um serviço que utiliza espectro de rádio; e a TV UHF, que também utiliza espectro de rádio, mas utiliza apenas um canal. Próximo.

Antes da LGT, a LGT é de 1997, a TV por assinatura no Brasil, ela pode ser dividida em três etapas: a primeira em 1988, quando a gente cria o serviço de TV por assinatura TVA, que utiliza um canal UHF, esse tipo de televisão, ele tem uma parte em radiodifusão, uma parte em sinal aberto e outra parte sinal em codificado. Em 1995, vem a lei do cabo, regulamenta a

TV por assinatura à cabo, e esse é um serviço regulamentado pela Lei 8.977.

E, em 1997, o Decreto 2.196 regulamenta os serviços especiais, quais sejam: a distribuição de sinais multiponto, multicanal, o MMDS, que é regulamentado na Portaria 254 do Ministério das Comunicações, e o DTH, que é a distribuição de sinais de televisão e áudio por assinatura, via satélite, também portaria do Ministério das Comunicações. Isso é pré-LGT, pré-ANATEL, incumbir ao Ministério das Comunicações regulamentar a matéria. Próximo. Próximo.

Bom, o MMDS utiliza faixas de micro-ondas para transmitir os sinais, e ela utiliza esta faixa de 2,5 GHz. Em sinal analógico, isso dá 30 canais – eu sou advogado, não sou engenheiro, mas sei que dá aproximadamente 30 canais, no analógico. Utilizando uma faixa, que é – eu sei, também – considerada nobre, no espectro, e uma faixa ampla.

Com a digitalização, esse serviço pularia, nesse espaço de 30 canais, para 120 a 180 canais, para prestação dos serviços de TV por assinatura, utilizando-se o espectro.

Agora, os senhores imaginem que o espectro, ele se compara à extensão territorial de um país. E esse país é dividido por faixas, como se fossem fazendas, e cada faixa é utilizada para a prestação de um serviço; todos os serviços são importantes. E, com a mudança tecnológica, claro, há uma melhora ou piora o aproveitamento das faixas, e isso é papel da ANATEL, como a gente verá nos próximos slides, gerenciar essa faixa, para que a gente obtenha, sempre, em todos os casos, as melhores condições de prestação de todos os serviços. Próximo. Próximo.

Com a Lei Geral de Telecomunicações 9.472, de 97, criou a ANATEL. A modalidade é uma autarquia especial, enquanto autarquia especial, a ANATEL não é órgão de governo, é órgão de Estado. Ela tem independência administrativa, não tem subordinação hierárquica, tem autonomia financeira, e a lei deu mandato fixo e estabilidade aos seus dirigentes, justamente para que o órgão pudesse ter isonomia na regulação das telecomunicações.

Nesse sentido, a ANATEL, no art. 19, inciso X, da Lei Geral de Telecomunicações, tem por finalidade expedir as normas de prestação de serviço de telecomunicações em regime privado, que é, no nosso caso, a televisão por assinatura. E, além disso, também, administra o espectro de radiofrequências e uso de órbitas, expedindo as respectivas normas.

Nesse ponto de administração do espectro, ela faz tanto para o serviço de telecomunicações quanto para os de radiodifusão, que são os serviços regula-

mentados no âmbito do Ministério das Comunicações. Próximo.

Telecomunicações, portanto, a ANATEL; radiodifusão, Ministério das Comunicações. Próximo. A lei, o art. 211, da LGT, excluiu, do âmbito jurisdicional da ANATEL, o serviço de radiodifusão. Agora, o serviço de MMDS, por ser TV por assinatura, regime privado, telecomunicações, em que pese, utilize-se o espectro, transmitido por micro-ondas, não se confunde com a radiodifusão pública, aberta, gratuita, que a gente tem no Brasil. Próximo.

Dessa maneira, as normas de serviço, expedidas pelo Ministério das Comunicações, como vimos anteriormente à LGT, por força do art. 214 da lei, ficam sendo válidos, enquanto a agência não substituir a regulamentação, ou seja, aquela regulamentação do Ministério continua em vigor, porque não houve substituição na matéria, quanto ao MMDS. Próximo.

Então aqui, Srs. Senadores, eu fiz um panorama geral desse arcabouço legal dos serviços de TV por assinatura, TV a cabo, MMDS, DTH a TVA e todos os regulamentos e portarias, esse mundo de relacionamentos e portarias a que cada um está adstrito e que faz nosso sistema tão intrincado. Porque a regulamentação, no início, ela foi feita em função da infraestrutura de prestação do serviço, não em função do objetivo do serviço, em si. Próximo

Neste âmbito todo, da discussão, o papel do Ministério das Comunicações, nas telecomunicações, é o de elaborar as políticas públicas, que deverão ser conduzidas pela agência, no âmbito da sua independência. E o que a gente faz com as políticas públicas? Universalização. Aí os senhores vão me perguntar: “Mas tem universalização em TV por assinatura?”. Não é a universalização legal do STFC, que é a gente é obrigado a levar.

Mas, quando se elabora política pública, o ideal é que todas as pessoas tenham disponibilidade e condição de acesso, universalização de disponibilidade e condição de acesso, com preço justo e boa qualidade. Qual é o objetivo? O desenvolvimento econômico, por um lado, e social, por outro, do nosso país.

Então, a gente faz as políticas públicas, e o trabalho da agência, neste caso, na regulamentação desse serviço por TV por assinatura, tem que observar universalização de disponibilidade de acesso; seja prestando serviços de internet banda larga, seja serviço de TV por assinatura, a forma como foi como foi feita, utilizando a frequência que seja, um preço justo, boa qualidade, para levar desenvolvimento econômico e social. Próximo.

Sem terminar meu tempo, eu queria agradecer a atenção dos senhores e me colocar à disposição para quaisquer perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, que nem os dez minutos iniciais ele utilizou. E passo a palavra ao senhor—

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Democraticamente, V. Exa. disse que, tão logo nossa Comissão tivesse quórum, V. Exa. colocaria em votação nosso requerimento.

Então, eu queria comunicar a V. Exa. que nós acabamos de completar os nove membros presentes, e, caso V. Exa., democraticamente, deseje assim o fazer, como ontem foi encaminhado na Comissão de Relações Exteriores o quadro de presença de membros que tinham assinado e confirmado presença na Comissão, é idêntico ao de ontem.

Então, eu gostaria que V. Exa., democraticamente, conforme prometido, colocasse em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não compreendi, Senador Roberto Cavalcanti, o quadro é idêntico... Poderia repetir?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ontem, no final da tarde, na qual V. Exa. protocolou um requerimento que V. Exa. discorda que seja similar, mas eu diria que tem objetivos que podem ser coincidentes, e V. Exa. colocou em votação exatamente, não sei... Nós tínhamos três senadores presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas tínhamos quórum, naquela hora.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Hoje tem quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já foi informado de que o quórum foi completado. Eu só consulto aos Srs. Senadores se faremos uma pausa na Audiência Pública, para que possamos atender à solicitação do Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, retomaremos a oitiva dos senhores convidados.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta de Senador Roberto Cavalcanti permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade, inclusive do presidente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É um presidente democrático.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Presidente Flexa, eu encaminhei uma substituição para Audiência Pública sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor da área de telefonia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está sobre a mesa, senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu queria que acrescente nessa carona.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aproveitar e vamos já aprovar os requerimentos que aqui se encontram.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só peço aos Srs. Senadores que, após aprovados os requerimentos, permaneçam, para que possamos ouvir nossos convidados da Audiência Pública, que é de grande importância para o esclarecimento sobre a Consulta Pública que está sendo feita pela ANATEL.

Solicitação de inclusão extrapauta, sobre a mesa, três requerimentos. Requerimento de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que requer, nos termos do art. 50 e do inciso II, § 2º do art. 58, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos III e V do regimento interno do Senado Federal, seja realizado em duas ou mais etapas. Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT –, da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI –, e da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE –, para—

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só um detalhe, para que V. Exa. acresça à Comissão que V. Exa., ontem, fez o requerimento, que foi na Comissão de Relações Exteriores, no momento em que esse requerimento foi feito, V. Exa. ainda não tinha aprovado o requerimento de V. Exa. na Comissão de Relações Exteriores. Eu só queria que crescesse, após a CAE, que fosse incluída a Comissão que V. Exa. aprovou ontem, que é a Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. faça por escrito o encaminhamento da—

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --da alteração do requerimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria só que os senadores presentes considerassem--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, eu quero informar a V. Exa. que o requerimento de ontem está aprovado de forma isolada e será feito isoladamente, não em conjunto. Então, nós teremos a oportunidade de ter duas audiências, e isso é muito bom para o Senado Federal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, isso. Perfeito, sem dúvida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aquela questão daquele acidente, a gente não tem como convocar, também, aqui, o Governador José Serra, não? Sobre aquele acidente que caiu aquela peça do viaduto, não há possibilidade legal de convocar, aqui, o Governador José Serra, para também depor, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. fizer um requerimento, a gente pode colocar em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria consultar V. Exa. se existe possibilidade legal de trazê-lo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque eu já vi que, agora, todo mundo quer convocar a Ministro Dilma aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já disse a V. Exa., se V. Exa. fizer um requerimento, nós vamos até discutir essa hipótese.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu acho difícil o senador imaginar que o Senado possa convocar um governador de Estado. Isso é papel de uma assembleia legislativa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem corrigido pelo Senador Arthur Virgílio, então.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tudo bem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, estou em possibilidade de igualar a situação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, V. Exa. pode, sim, se candidatar a deputado estatuto pelo seu Estado de Minas Gerais e, lá... Está entendendo?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Aécio, não. O Aécio está fora disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fazer o requerimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador (sic) Aécio está fora disso, o Governador Aécio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se estamos sendo, se é uma--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Futuro presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, futuro presidente!

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se é uma fala séria, eu não...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. escutou o que falou o Senador Wellington?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dando apoio. Eu quero agradecer o apoio que é, sem sombra de dúvida, um grande nome do PSDB.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador, eu quero me cingir apenas ao fato de que não deve escapar a um senador as obrigações que a ele incumbem. Por exemplo, não incumbe a ele ficar convocando governador de Estado. Agora, talvez não incumba a um senador ficar se omitindo, quando tem uma ministra que pode ser muito bem capaz de elucidar as razões do apagão. Aí talvez seja uma questão de responsabilidade, enfim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio, nós todos, não os senadores, mas eu acho que o Brasil inteiro, ele busca saber e esclarecer os motivos do acidente que houve, que deixou 18 estados brasileiros sem energia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pode ser que, lá em São Paulo, haja deputados omissos, como há senadores omissos aqui, que não querem saber as causas reais do tal apagão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, nada mais justo de que os sena-

dores ouçam os ministros. Nosso colega, Senador Lobão Filho--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Claro, se fosse, se ofereceu, se ofereceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --a quem nós temos uma estima enorme--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Senador Flexa Ribeiro, se isso aqui fosse um sistema parlamentarista, não fosse essa coisa selvagem, estúpida, atrasada, que é o presidencialismo, a ministra já teria duas ou três vezes à Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu tenho--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): No parlamentarismo, o Senado desaparece.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu tenho absoluta certeza de que o Senador Lobão Filho, hoje ministro de minas e energia, não tem nenhum problema de vir até aqui, com seus pares.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, já se ofereceu até, saí e vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente. Exatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Parlamentar tarimbado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É só o Ministro Lobão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, a Ministra Dilma--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que foi a autora da reformulação do sistema elétrico, no primeiro mandato do Presidente Lula. Então, nós queremos saber se o apagão foi motivado por alteração que ocorreu na concepção do sistema elétrico--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que tinha um caminho, e foi alterado. Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu tenho dados, e ela tem uma oportunidade ótima, já que ela disse que é tudo tão simples, de chegar aqui e desmentir, de que, na gestão dela, os investimentos caíram de 20 bilhões/ano para 6 bilhões/ano. Lógico que isso se refletiu na produção de megawatts. É basicamente o que eu quero. Ninguém quer morder a Ministra Dilma, enfim, apenas tratá-la muito bem e cobrar dela o máximo, sugar o máximo de informações--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

--sobre algo que deixou 90 milhões de brasileiros à deriva. Houve estupro, houve assaltos, houve assassinatos, houve paralisação de celular; aliás, é uma ocasião boa para se dizer que celular no Brasil não está funcionando, a gente precisa tentar cinco, seis vezes para conseguir uma ligação. Isso é irritante.

São certas coisas que mostram que o Roberto Campos tinha razão, o Nelson Rodrigues, não sei: "subdesenvolvimento a gente não improvisa, é obra de séculos".

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Brasil tem uma tradição de subdesenvolvimento que não é brincadeira; é o celular é uma. Não sei o que acontece que nós não conseguimos falar em celular simplesmente; eu ligo dez vezes para alguém, para, ao final, pagando dez impulsos--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Chamar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --eu conseguir mais ou menos falar com a pessoa a que eu me destinaria, enfim.

Agora, eu vejo que ela pode chegar aqui e brilhar. Dizer com a maior tranquilidade; da outra vez que ela veio aqui, se saiu tão bem. Dizer tranquilamente tudo sobre o apagão.

O que eu quero saber? Por que houve o apagão, porque houve. Eu quero saber se pode haver de novo e quais as providências a tomar, para não haver de novo. Se isso aqui constitui ofensa a alguém, então, tem gente que precisa renunciar ao seu mandato ou eu vou ter que renunciar ao meu, porque seria cobrar da oposição que não fiscalizasse, cobrar do poder público que não fosse responsável e cobrar da sociedade brasileira que ela fosse amorfa.

Eu não vejo a menor razão para isso aí significar algum agravo a uma ministra, ao contrário, o papel dela teria sido ter vindo antes, ter aparecido de surpresa aqui e dizer: "Olha, eu me ofereço para depor. Pode reunir as comissões todas, marquem a data". Seria da maior simpatia, e eu ficaria extremamente admirador dela, se ela fizesse isso, até porque é o que se espera de um homem público ou de uma pessoa pública, que tem responsabilidade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já concedo a palavra aos senhores. Eu quero só associar-me ao Senador Arthur Virgílio, a Ministra Dilma, ela funciona, como no Parlamentarismo, se fosse um primeiro-ministro. Então, ela opina sobre todos os assuntos do Governo Federal e ela própria, em épocas anteriores, já fez vários pronunciamentos a respeito do sistema elétrico, que ela domina com competência.

Então, eu não entendo o motivo do esforço da base do governo em querer, por meios outros, que impeça de a ministra vir até aqui conversar, trocar informações com os senadores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda mais quando ela se apresenta à sociedade como candidata à sucessão do Presidente Lula. Então, ela tem uma responsabilidade até maior do que os outros ministros, porque ela visita o país e visita o país como pré-candidata, e ela tem, então, muito mais, por muito mais razão de vir—

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, Sr. Presidente?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --e usar a TV Senado até como uma forma de--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, como última--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -- fazer também o início da sua campanha.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, V. Exa. vai falar. Eu já concedo, Senador Arthur Virgílio. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu acho que está sendo extremamente enriquecedor o debate e admiro tudo o que foi dito aqui e respeito democraticamente. Agora, eu gostaria que fosse votado o requerimento, até em respeito aos convidados, que estão aqui todos de braços cruzados, aguardando que tenham uma oportunidade de falar.

Então, eu pediria, como fiz, só a gentileza--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. e o Senador Wellington Salgado deixarem, eu farei isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não falei nada, vocês não me

deixaram falar, só fala a oposição aí V. Exa. vai falar que eu estou atrasando?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. que iniciou, querendo que o Governador Serra viesse até aqui. Então, V. Exa. que iniciou o debate todo; de forma equivocada, mas iniciou.

Mas, se os dois autores do requerimento da audiência e se o autor do requerimento permitirem, eu farei a leitura e colocarei em votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): De imediato, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio e Senador Lobão Filho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Deputado Bonifácio de Andrada, de Minas Gerais, teve uma ideia que desenvolveu comigo, para que nós apresentássemos essa ideia, ele na Câmara e eu no Senado, e a que fosse aprovada primeiro valeria.

Nós deixamos de fazer isso, porque aconteceu aquele episódio envolvendo o Ministro José Dirceu, e pareceria um casuísmo, pareceria exatamente o que nós não queremos fazer. Pareceria que a oposição estaria querendo espezinhar o Ministro José Dirceu, porque estava ele acusado daquele caso do Valdomiro e não seis mais o quê. Nós deixamos de lado e terminamos não fazendo vincular algo que é muito próximo do parlamentarismo e que eu vou resumir a ideia para os senhores. Justamente o ministro, supostamente o ministro-chefe da Casa Civil, ele teria que vir ao Congresso a cada 15 dias ou a cada mês, para prestar contas dos atos de governo. Em conversas objetivas, ele não teria discurso, ele responderia perguntas, como acontece com o Primeiro-- Ministro Brown, no governo inglês. Ele responderia perguntas, ele chegaria lá: "Boa tarde, boa noite". Enfim, perguntariam a ele por que houve isso. Ele respondia: "Por isso, isso, isso". Qualquer informação posterior ele mandaria ou as pessoas demandariam o que estivesse esse faltando.

Ele responderia algumas perguntas na Comissão ou no Plenário, o que fosse necessário, de maneira bem sucinta, seria o que o Bonifácio de Andrada chama de ministro... Meu Deus, ele usou um termo que é um termo... Em outras palavras, haveria um responsável pela ligação entre o Congresso e o Governo. E, no caso do Governo Lula, no primeiro momento, seria o Ministro José Dirceu, que se meteu naquela confusão toda. Então, nós não tínhamos, a não ser que dá a entender que haveria um espezinamento a ele, e nós não fizemos.

Mas é uma ideia que deveria ser estudada com muita maturidade, uma ideia que, na verdade, foi de-

envolvida por nós, mas nasceu do Deputado José Bonifácio, que é uma cabeça privilegiada, uma cabeça muito correta e que entende que seria essa uma forma de se prestigiar o Congresso e de fazer o Governo ter a chance de ser muito transparente nas coisas.

O ministro poderia vir, esse ministro, que seria uma espécie de primeiro-ministro, viria junto com o ministro das minas e energia, ou viria junto com o ministro da Justiça ou viria junto com o ministro do trabalho, ele viria junto com aquele que tivesse o que responder ao Parlamento, naquele momento.

Eu creio que essa seria uma ideia boa para se retomar, porque não há a menor intenção de fazer nenhuma mesquinha com quem quer que seja; a intenção é de se fazer a papel de fiscalização, que cabe a quem exercita com decência o papel de oposição neste país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, nós estamos aqui, no intervalo de uma Audiência Pública, eu acho que não é o momento de nós discutirmos esse tema, que é um tema tão importante. Eu sugeriria que nós encerássemos essa Audiência Pública, colocasse em votação o requerimento, entráramos na discussão, e aí discutiria, porque eu quero falar sobre o assunto, mas eu estou vendo que nós estamos aqui delongando, e isso vai atrasar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Porque, por exemplo, eu só--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós precisamos, nós precisamos encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, Senador Lobão Filho está com a palavra.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Calma aí. Eu vou só falar aqui. Eu já entendi o posicionamento do meu querido Senador Roberto, mas olhe lá, o *Correio Brasiliense* de hoje coloca, aqui na primeira página, para nossa surpresa, já identificaram o problema da causa, está aqui: "O Governo ainda não entendeu o apagão".

Primeira capa, principal matéria: "A OMS tem nova hipótese para o blecaute: chuva". Então, a OMS tem nova hipótese para o blecaute: chuva. Daí você percebe o que está acontecendo, hoje, em nosso país, em razão a esse tema. Então, eu corroboro aqui as palavras do Senador Roberto Cavalcanti e eu gostaria, então, de colocar em votação o requerimento de convocação dos ministros.

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas eu queria fazer, antes, uma colocação. A ministra da Casa Civil, eu não tenho nada contra ela vir aqui, até porque, da última vez que ela veio aqui, ela deu um show e, inclusive, colocou vários senadores aqui numa saia justa. Ele deu um show aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esperamos que ela faça de novo isso.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Para o oposição é muito perigoso trazê-la aqui, porque corre o risco de ela dar outro show. Mas o porta-voz do setor energético não é a Ministra Dilma, é o Ministro Edison Lobão, que deseja vir a esta Casa, que deseja trocar com seus pares toda a experiência ocorrida com este blecaute aqui. Ele vem com o maior prazer do mundo, junto com todos os seus assessores técnicos, para que possa finalmente extinguir este assunto; não há problema nenhum.

A Ministra Dilma, e todos nós sabemos disso aqui, aqui não tem criança, ela é a chefe da Casa Civil, portanto, ela é legítima para lançar programas de governo. Por exemplo, o Programa Luz para Todos, ela é legítima para lançar para o Brasil todo, como um programa de governo, o Programa Luz para Todos. Para falar sobre apagão, sobre problemas de transmissão, problema de Itaipu, o legítimo é o Ministro Edison Lobão, porque é o detentor da pasta, o gestor do sistema energético do Brasil, a Ministra Dilma não é.

Então, eu acho que este requerimento tem que se atear à figura do ministro, que é responsável pela área, que é o Ministro Edison Lobão. Trazer a Ministra Dilma é politizar um assunto na véspera de uma eleição, ou seja, nós queremos transformar um assunto sério, que a sociedade deseja saber as respostas, até as respostas elencadas pelo Senador Arthur Virgílio, e nós vamos politizar o assunto, envolver uma ministra que não tem nada a ver com esse assunto.

Então, são essas palavras que eu gostaria de fazer e aprovo a ideia do Senador Roberto de colocar em votação imediatamente esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., então, mudou de ideia?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mudei de ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está certo. Está ficando...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A base de governo está mudando de ideia muito rapidamente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [ininteligível – 00:49:49] oposição com mais velocidade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Em votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não podemos votar antes da leitura do requerimento, e o requerimento é extenso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pois não. [risos] E inclui a Ministra Dilma, que o Senador Lobão Filho não quer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que eu interrompi, aqui, V. Exa. solicitou que também fosse incluída a Comissão de Relações Exteriores, não é isso, Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, para simplificar, eu acho que não incluía nada, leia da forma que está.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está ótimo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Contanto que leia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Simplifica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Simplifica, desburocratiza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Então, Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT –, da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI –, da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE –, para a prestação de informações e o debate acerca da repentina [soa a campainha] interrupção no fornecimento de elétrica – aqui, deve ter de energia elétrica –, ocorrida no país no último dia 10/11/2009, atingindo 18 unidades da Federação, bem como acerca da real situação do nosso sistema elétrico [soa a campainha], notadamente nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento e, ainda, sobre a fiscalização das respectivas atividades e as perspectivas de investimento no setor, a curto, médio e longo prazo, com a participação das seguintes autoridades...

Eu não estou entendendo, aqui, Senador Roberto Cavalcanti, o requerimento de V. Exa. começa numerando e só numera o item 1 e o item 2, os outros deixa de enumerar, não para citar a numeração?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Minha está numerada, deve ter alguma falha, a minha está numerada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, a minha não é igual a sua.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Leia a minha, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu vou ler pondo os números. Eu espero que esteja na mesma ordem da sua.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A ordem aqui é crescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 1. Sra. Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil; 2. Sr. Edison Lobão, ministro das minas e energia; 3. Sr. Márcio Pereira Zimmermann, secretário executivo do Ministério das Minas e Energia; 4. Sr. Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União; 5... Eu estou lendo, não está numerado, eu estou acompanhando a numeração do seu requerimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Por isso falaria se V. Exa. lesse o meu, que está numerado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. 5. Nelson, se houver alguma discordância, V. Exa. informa. 5. Sr. Nelson José Ubner Moreira, diretor-presidente da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica; 6. Sr. José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletrobrás; 7. Sr. José Miguel Samek, diretor-geral brasileiro de Itaipu; 8. Sr. Carlos Nadalutti Filho, presidente de Furnas; 9. Sr. César Ribeiro Zani, diretor-geral de operação do sistema e comercialização de energia de Furnas; 10. Sr. Hermes Chip, diretor-geral do ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico; 11. Sr. Gilberto Câmara, diretor do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; 12. Sr. Maurício Tiomno Tolmasquim, presidente da EPE, Empresa de Planejamento de Energia; 13. Professor Luiz Pinguelli Rosa, físico, ex-presidente da Eletrobrás e professor do Engenharia da COPPE, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ; 14. Professor José Goldenberg, físico e ex-ministro; 15. Professor Evandro Emílio Souza Lima, físico, professor da UnB; 16. Sr. Cyro Vicente Boccuzzi, presidente do Fórum Latino-americano da Smart Grid, diretor executivo da Consultoria Andrade & Canellas; 17. Professor Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras e professor da USP; 18. Professor Djalma Falcão, professor do COPPE/UFRJ; 19. Sr. Mário Veiga, presidente da PSR Planejamento e Consultoria Ltda.; 20. Dr. Adriano Pires, consultor de termoeletricas e professor da COPPE/UFRJ. Vinte, aliás, eu falei 10, é 20.

Para a primeira etapa da Audiência, quando serão abordados e debatidos os aspectos técnicos que envolvem o tema, deverão ser convidados: 1. Sr. Nelson José Ubner Moreira, ANEEL; 2. Sr. Hermes Chip, NOS; Sr. Gilberto Câmara, INPE; Sr. Maurício Tiomno Tolmasquim, EPE; Professor Luiz Pinguelli Rosa, CO-PPE; Professor José Goldenberg; Professor Evandro Emílio Souza Lima; Sr. Cyro Vicente Boccuzzi.

Esse é o requerimento. Eu vou tratar os requerimentos de forma isolada. Passo ao Senador Roberto Cavalcanti, autor do requerimento, para fazer a defesa do mesmo, para colocarmos em votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Na verdade, o requerimento em pauta visa permitir, da melhor forma, o esclarecimento democrático do apagão. Acho que todo cidadão brasileiro deseja ter as melhores informações. E, na hora que elencamos todas as autoridades que estão direta ou indiretamente envolvidas no processo e no sistema elétrico nacional, nós teremos a oportunidade de melhor...

Não foi omitido ninguém, não retirado o nome da chefe da Casa Civil, Ministra Dilma, conforme solicitação da oposição, então, na verdade, esse requerimento prevê que nós possamos, na maior perfeição e no menor prazo, termos esclarecido, por parte dessas autoridades, desses conhecedores do sistema elétrico brasileiro, a verdade sobre o apagão, recém ocorrido, que possamos minimizar, com medidas outras, sugeridas até pelos demais senadores, que, no futuro, possamos ter o Brasil com risco menor de termos um novo apagão. É isso, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu muitas vezes até me coloco como, em determinados momentos, um péssimo político. Primeiro, porque é o seguinte: uma convocação desse tipo, feita pelo meu líder, de 20, é para não resolver coisa nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gosto de V. Exa. porque V. Exa. é autêntico.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu sou autêntico, mas também não estou muito colado com a ideia de V. Exa., não. Então, veja bem. Isso aqui é para não resolver coisa nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu conheço, aqui, o Adriano é meu amigo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --é especialista na área, uma grande parte do que está aqui é do governo, o qual V. Exa. defende. Então, eu não sei no que vai acabar isso, sinceramente. Eu vou votar, porque meu líder que encaminhou, eu vou votar, mas eu não sei aonde vai acabar isso, isso é uma loucura total.

Primeiro que uma audiência com seis já é problemática. Nós estamos aqui pedindo para coordenar o tempo para fazer, agora, nós vamos colocar 20, dez de um lado, dez de outro, e vamos expor a Ministra Dilma, vamos expor o Ministro Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serão 21, porque eu vou, junto com o Senador Arthur Virgílio, acrescentar mais um.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu, sinceramente, eu não vejo meu tempo bem gasto dessa maneira. Primeiro, eu sei que, quando o Senado quer convocar alguém, convoca de alguma maneira, seja ele de oposição ou de situação, em algum momento, vai convocar.

Já fui Presidente de Comissão duas vezes, V. Exa. é presidente, sabe que pode aparecer, a qualquer momento um requerimento extrapauta, quando estiver aqui, vota-se e aprova. Isso é um direito que os senadores têm. É o direito de fazer oposição, é o direito de fazer política, é o direito de discutir suas ideias. Isso para mim vai acontecer. Da vez passada, aconteceu a mesma coisa. Era o presidente da infraestrutura, o ex-governador e Senador Marconi Perillo.

Uma hora aconteceu e trouxe a Ministra Dilma aqui. Então, o Senado, uma parte do Senado quer trazer a Ministra Dilma aqui e o Ministro Lobão e vai trazer, vai trazer, não tem como. Em momento, vai aprovar, nós temos comissões na mão da oposição e comissões nas mãos da situação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já estão aprovados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas eu estou dizendo o seguinte: para mim, outro dia, eu fiquei no Senado até dez horas da noite. Sabe por quê? Porque o Senador Delcídio, que para mim é o maior especialista nesta Casa nessa área, que já foi construtor de usina, veio de baixo, engenheiro, depois foi senador, ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem história em Tucuruí, ele foi barrageiro lá em Tucuruí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso, lá no seu estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lá no meu estado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu aguardei, ele primeiro fez a parte política, alisou, alisou, e eu fiquei quieto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Alisou o quê?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alisou... Alisou, alisou, o político sabe. V. Exa., então, é campeão do alisamento [risos]. Sabe alisar como ninguém. E, ao final, ele me explicou que foi um problema de um aparelho chamado heráquico(F), eu até achei que e Heráclito, achei que era algo da oposição [risos].

Então, para mim, para minha situação, o Delcídio já saneou qual foi o problema. Ele é um especialista, o Delcídio, o Senador Delcídio é um especialista no assunto. Da mesma maneira que o meio ambiente eu conversa com a Senadora Marina, da mesma maneira que cada um, aqui dentro, tem um especialista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Relações exteriores, V. Exa. conversa com quem?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Informática, eu falar com o Senador Azeredo. Então, você tem que procurar os senadores especialistas, para conversar. Comunicação, com o Zambiasi. Energia, temos o Lobinho, aqui, que nós vamos falar direto.

Então, para que isso? Eu quero saber o seguinte: qual é a estratégia para poder não acontecer nada? Enquanto não acontecer nada, vai ser pior, vai ter mais problemas. Vai ficar esse clima de um próximo apagão. Como eu disse para V. Exa.: o apagão que dá choque, eu nunca vi isso. Então, Excelência, eu não sei para onde meu líder está conduzindo esse processo, vou votar com o requerimento de V. Exa. e do meu líder, mas não me dá resultado.

Eu não tenho paciência para ficar alisando, como eu disse para V. Exa.. A Ministra Dilma não é uma ministra também de ficar alisando, ela chega e resolve o problema. Nós estamos vivendo o melhor momento da história deste país. Com a oposição praticando e com governo também. Um Presidente que chega, depois de sete anos, com 80% de aprovação. Eu estou muito feliz de participar desse governo. Não é participar do governo sem ouvir a oposição, não. Porque a oposição também tem sua parte, para ter um governo bom. Se ela não participasse, o governo também seria só numa linha só.

Agora, fazer política sem resultado, isso acaba com minha paciência, porque eu perco tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V. Exa.--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --venho para cá, acordo cedo, chego aqui, faço uma coisa muito importante, que está acontecendo, que nós viemos para debater aqui, os convidados vieram de longe, estão aqui. Isso foi organizado durante muito tempo, aí acabamos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. propõe, então, que se retire o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu não proponho nada. Eu vou votar com meu líder, eu sou homem de partido, como também é. Se meu líder orientou nesse sentido, eu vou seguir meu líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V. Exa. é contra?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não. Eu não sou contra, eu não vejo resultado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, está certo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não vejo resultado, algo sem resultado. E o que não tem resultado para mim acaba com minha paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De todos nós.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só para esquecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só para esclarecer.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti. O Senador Renato Casagrande tinha solicitado, depois, depois o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só pediria--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Serei rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria que, inclusive, pedindo desculpas aos nossos convidados, porque nós interrompemos uma Audiência Pública, para aprovar o requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Serei rápido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Naturalmente, nós estamos já contaminados com o processo eleitoral, tanto por parte do governo como por parte da oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mais pelo governo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, nós estamos contaminados com o processo eleitoral, tanto por parte do governo quanto por parte da oposição.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Na hora que V. Exa. pode interromper quem está falando, eu também posso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Não é prerrogativa do membro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se V. Exa. puder me conceder meu curto tempo, eu agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A palavra está com V. Exa., Senador Renato Casagrande, serão descontados os segundos que forem—

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Rapidamente, eu manifestarei minha posição, que é muito semelhante à posição do Senador Wellington Salgado. Se nós quiséssemos de fato aprofundar o tema aqui no Senado, nós traríamos para cá o Ministro Edison Lobão, o operador nacional do sistema e ANEEL, faríamos um debate.

Nós vamos trazer aqui, à hora que a gente começa a colocar o processo eleitoral, que é natural, não tem nada de ilegítimo, é natural, mas nós acabamos não fazendo aquilo que o Congresso deveria fazer, que o Senado deveria fazer, que é apurar o processo daquilo que de fato aconteceu. Mas, como partimos para um processo de disputa eleitoral, isso é muito ruim, porque o Senado não dá sua contribuição no esclarecimento do problema que nós tivemos, que foi um problema muito sério.

Então, nós não estamos fazendo aquilo que deveríamos fazer. Votarei com o relator, o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, que já foi aprovado em outras comissões, mas sabendo que é uma tática para poder impedir a vinda da Ministra Dilma sozinha. E que acho que não é correto que a Ministra Dilma venha colocar, aqui, se apresentar, porque ela não a ministra da área. Ela poderá vir depois, se não conseguir esclarecer, como uma instância de recurso do governo para uma explicação mais institucional de governo, mas quem responde diretamente é o ministro

da área e o operador nacional de sistemas, é a ONS que responde.

Então, nós temos que ter clareza daquilo que a gente precisa fazer. Então, eu vou votar favorável ao requerimento, mas também sabendo que o está se discutindo aqui é tática de disputa eleitoral para o ano que vem. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Renato Casagrande.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio, Senador Gilvam Borges, Senador Raupp, Senador Roberto Cavalcanti e Senador Raupp.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa, aqui me inscrevo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho, Senador Azeredo, e nós não vamos continuar a Audiência.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu avisei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu serei bastante breve. Sr. Presidente, antes de mais nada, eu tenho pelo Senador Renato Casagrande um respeito muito profundo e, inclusive, uma amizade pessoal, que os anos só fazem desenvolver mais ainda. Mas, de nossa parte, não há nenhuma preocupação eleitoral, não. Eu entendo que é dever da ministra comparecer aqui, e é direito do Congresso convocá-la, se não é também dever do Congresso convocá-la.

Ela estabeleceu o marco regulatório, ela jurou que não haveria apagão, eu tenho dados que dizem que o investimento caiu na gestão dela como ministra. Eu não consigo ver por que esse cavalo de batalha todo. Por outro lado, eu concordo que uma lista mais enxuta seria mais apropriada, embora seja fascinante discutir esse tema com tantas pessoas qualificadas, como as que foram propostas aqui. Não vejo, também, inconveniente, desde que eu a gente ouça as pessoas essenciais.

Agora, óbvio, se eu posso fazer alguma sugestão a mais, e já que nós estamos vendo tantas declarações, é chuva, é raio, é não sei o quê, eu sugiro convocarmos a Fundação Cobra Coral, porque ela pode, quem sabe, trazer alguma ajuda extrassensorial para nós todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bem lembrado, Senador Arthur Virgílio,

está anotado já e acrescentado ao requerimento, por sugestão de V. Exa.. Pela ordem...

SENADRO GILVAM BORGES (PMDB-AP):

Eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gilvam Borges, primeiro. Depois Senador Raupp e Roberto Cavalcanti.

SENADRO GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, eu gostaria de me associar ao Senador Wellington, e, realmente, a falta de objetividade e o desrespeito a essa sessão, com tantas autoridades convocadas, dentro das suas áreas específicas.

Eu quero deixar consignado meu voto pela aprovação do requerimento e eu me retiro agora da sessão, porque acredito que, do jeito que vai, nós vamos simplesmente abortar essa trabalhosa sessão que foi feita por V. Exa.. Isso é um absurdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço.

SENADRO GILVAM BORGES (PMDB-AP): Então, eu me retiro e deixo consignado meu voto pela aprovação do requerimento, aqui, do nosso senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhores convidados, pedindo desculpas também pelo tempo tomado aí da Audiência Pública. Sras. e Srs. Senadores, eu acho que o Senado está perdendo o bom-senso, sinceramente, eu não tenho nada contra a Ministra Dilma vir numa Comissão do Senado. Eu acho que ela pode vir quantas vezes por possível, mas tentaram aprovar na CAE, não conseguiram; provaram já na Comissão de Relações Exteriores, já foi aprovado na Comissão a vinda da ministra, na Comissão de Infraestrutura, agora, aprova aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, já me falaram que vão querer aprovar também da CCJ.

Meu Deus do céu! Ela deveria vir numa comissão e talvez na Comissão de Infraestrutura, que é onde está ligado o Ministério das Minas e Energia. Agora, isso está virando uma brincadeira--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos fazer a Audiência Pública

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sinceramente, está virando uma brincadeira. Eu acho que o Senado não pode se prestar, Sr. Presidente, a esse papel ridículo que está acontecendo nas comissões. É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Valdir Raupp. Senador Roberto Cavalcanti, para que possamos votar, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, é só esclarecer que a Audiência não pretende ser feita de uma só etapa, tendo em vista o número de pessoas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, está dito aqui, já foi dito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Está previsto ser feita de forma dividida, para facilitar a locução das autoridades convocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria sanear (sic) uma dúvida com meu companheiro Senador Roberto, ele está pedindo uma Audiência conjunta com a que já existe hoje. Então, façamos conjuntamente, não há problema.

Eu quero registrar apenas que isso é um convite, não há obrigação nenhuma de a Ministra Dilma vir, apenas está sendo convidada. Se ela julgar que é pertinente a ela e é do setor dela, ela viria, ou virá; se não, não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só para esclarecer. O objetivo não é discutir Vilma (sic) ou não Vilma (sic)--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É o quê?

SENADRO GILVAM BORGES (PMDB-AP): É o tema, razão pela qual a listagem é tão extensa. O problema de ser Dilma ou não Dilma é um assunto que cabe a cada um decidir da sua forma. Caberá a ela vir ou não vir, isso é problema dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Último inscrito.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, eu ainda estou com a palavra. Senador Flexa Ribeiro, eu alertei de que nós devíamos discutir isso ao final. Aquiesci ao Senador Roberto, porque ele, temeroso de sua posição de quer colocar quando esvaziasse nossa Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, não havia, eu disse ao--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ele quis votar agora, mas perceba que nós estamos com nossos ilustres convidados aqui, de braços cruzadas, com cara de enfiados, aguardando essa nossa discussão etérea, aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, eu apenas, como presidente, cumpre a vontade do Plenário. O Plenário é que decidiu pela suspensão, eu, inclusive, acho que foi uma indelicadeza que fizemos, porque, em nenhum, eu deixaria de colocar em votação o requerimento. Disse

isso ao Senador Roberto Cavalcanti, ao iniciar a sessão. Colocaria, sem nenhum problema, em votação o requerimento, são só ele, tem mais outros dois aqui. Mas vamos concluir.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Para concluir. Perceba, Sr. Presidente, que está muito claro aqui, vamos convidar o Ministro Edison Lobão, sua equipe técnica toda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos convidar 21 pessoas.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E a Ministra Dilma, que eu não tenho nada contra, porque vai brilhar novamente aqui, e V. Exa. sabe, que é do PSDB, receberam pesquisas qualitativas aí que demonstram que ela é nossa futura Presidente da República.

Então, é natural que seja, querer convocá-la para cá, para falar de um tema que não é da alçada dela. Mas, de minha parte, eu fico muito feliz, porque ela, de novo, irá brilhar aqui, e espero que nossos companheiros da oposição não queiram apertá-la muito, para não acontecer o que aconteceu da última vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Lobão Filho, deve ter muito—

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ficam alertados nossos amigos da oposição, que, apertando a Ministra Dilma, Deus sabe o que acontece, e, da última vez, não foi bom para a oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. deve ter muito cuidado ao usar, apesar de ter a prerrogativa de usar a tribuna com liberdade, mas o Tribunal Superior Eleitoral, ele pode estar assistindo à TV Senado e estar vendo que V. Exa. já colocou a Ministra Dilma como Presidente, ou seja, já em campanha, porque quem vai ser Presidente está em campanha.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ela é pré-candidata, isso está imprensa. V. Exa. não leu os jornais?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, então, ela está em campanha?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, não, eu não disse que ela está em campanha, eu disse que ela é pré-candidata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa.—

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu disse da pesquisa do PSDB. Eu registrei pesquisas do PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, nosso chanceler.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não, presidente, como chanceler, eu queria propor que desmatasse totalmente essa lista, eu acho que são pessoas importantes, mas não tem sentido trazer 21 pessoas para cá. Isso aí não vai terminar nunca, vai demorar seis meses para--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, a 21ª vai atender o interesse do Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Quais?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A vidência.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Temos que desbastar, temos que fazer um desbastamento aí, não pode realmente ficar desse jeito, assim, essa quantidade de gente não vai dar certo mesmo, não.

Agora, essa pesquisa que o Senador Lobão falou aí eu não sei, eu não conheço essa pesquisa, não. Eu não sei onde ele viu essa pesquisa que ele está falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É vidência, é vidência, o Senador Lobão Filho é lá do Maranhão [risos], está entendendo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E eu não tenho, eu não sei, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos votar, vamos votar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Olha, eu vou votar com o partido, mas eu não estou tão interessado em ouvir a ministra, não. A ministra pode falar na época da campanha lá, eu não quero tanto ouvi-la assim, não, mas eu voto com o partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valter Pereira, V. Exa. ainda quer usar da palavra, rapidamente?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu só gostaria de ponderar o seguinte: eu sou a favor da convocação de qualquer ministro, para que compareça aqui e preste esclarecimento de problemas havidos em seu Ministério, porém, no caso específico, o que eu acho que é o correto é chamar todos aqueles numa só sessão, numa só Comissão, porque não tem sentido chamar o ministro um dia numa Comissão, outro dia na outra Comissão, outro dia na outra Comissão, até porque ministro tem o que fazer. Ministro tem que trabalhar, eu já fui presidente de uma empresa de eletricidade no estado e sei o que representa ausentar-se frequentemente de uma instituição dessas para cumprir missões fora das suas instalações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., como Presidente da Companhia de Energia, sabe o que pode ter havido no apagão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu tomei... O que pode ter havido eu já falei de público, lá no Plenário do Senado. Acho que, até hoje, ninguém sabe e precisa ser feita uma investigação, uma investigação profunda, que não é investigação feita aqui nesta Comissão, porque esta Comissão aqui não tem nenhum técnico, não tem nenhum cientista, não tem nenhum engenheiro eletricista capaz de esclarecer esse assunto. Quem tem que buscar essas informações é exatamente a área técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Senador—

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E essa investigação tem que feita e tem que ser dado prazo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode ser até sabotagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valter Pereira, mas é a base de governo que está aprovando o requerimento, apresentando o requerimento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu sou a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então pronto.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que, na medida—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, vamos votar, vamos votar, para a gente voltar à reunião.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos votar. Vamos votar a favor do quê? A favor de um requerimento que contemple todas as comissões. E essa conjunta eu vou assinar, aqui, agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto, então, vamos votar. Encerrada a discussão. Em votação o requerimento de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que já foi lido e discutido, com a inclusão do 21º convidado, por sugestão do Senador Arthur Virgílio, que é a Fundação Cobra Coral. Em discussão. Os senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, Fundação Cobra Coral?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que tem a ver a cobra coral aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sugestão do Senador Arthur Virgílio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que tem a ver a Fundação Cobra Coral, Presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, vamos votar. Fundação Cobra Coral é separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Está votado. Já foi votado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Fundação Cobra Coral?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Verificação de voto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não. Negativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Verificação. Requeiro verificação, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que é isso cobra coral? Paciência!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Verificação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, use da mesma democracia que eu exerci com V. Exa. ontem à noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço a V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sejamos democratas, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu peço a V.Exas—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas que cobra coral, presidente? Eu tenho medo de cobra danado!

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu posso explicar as razões.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É cobra coral?.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou pedir, eu vou pedir o seguinte: [soa a campainha] eu peço a V.Exas que prestem atenção ao andamento da sessão, as notas taquigráficas estão aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Virou sessão espírita, cobra coral?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cobra coral.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu posso explicar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi solicitada a inclusão pelo senador--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não foi votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi votado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi votado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Flexa [soa a campanha].

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, [soa a campanha] eu vou encaminhar a V.Exas as notas taquigráficas, para que V.Exas. vejam que foi votado.

[tumulto]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu posso explicar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Está jogando no lixo, o Presidente está jogando no lixo à democracia que ontem--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --pregou e que eu exerci ontem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E que ontem eu exerci essa democracia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu posso explicar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu, ontem, eu exerci essa democracia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem. Eu quero requerer a V. Exa. verificação de quórum.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ontem, eu respeitei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero verificação da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A votação está feita.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu respeitei, ontem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A votação já ocorreu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, eu quero verificar. Quero verificar, V. Exa. não chamou ninguém.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu encerrei a discussão...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Encerrei a discussão. Os senadores que concordam--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, a votação não foi nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu falei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não falou, não, esqueceu de votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa..

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não foi nominal, não foi nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou repetir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não foi nominal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não falou cobra coral de jeito nenhum aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): V. Exa. me permite? Eu posso explicar as razões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio, V. Exa. foi o autor da proposta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa. não está sendo democrata, da forma que fomos ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não digo isso, que eu vou provar a V. Exa. pela gravação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, não. Isso foi uma manobra, uma manobra, uma manobra, presidente. Presidente, uma manobra não é democracia. Uma manobra não é democracia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, nós temos visto, Sr. Presidente, um choque muito grande entre as explicações do governo, que têm sido empíricas, tipo questões naturais, intempéries... O próprio Presidente da República disse que a terra é redonda e por isso há intempéries, e ele se amparou em Freud para dizer isso. Eu tenho a impressão de que nós estamos saindo um pouco do terreno objetivo.

A comunidade científica, ela tem procurado ser objetiva, o governo tem procurado efusivo. Se é assim, vamos, então, convocar a Fundação Cobra Coral, para que ela, quem sabe, reforce até os argumentos dos setores mais relevantes do governo, que atribuem a efeitos da natureza o apagão, eu que acredito em efeitos científicos.

Então, eu mantenho a ideia de se convocar a Fundação Cobra Coral.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Vamos ao segundo requerimento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu faço questão, Sr. Presidente. Me permita, democraticamente, dar uma sugestão a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Pois não, Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

V. Exa. tem a prerrogativa de suspender a sessão para votação. Vamos ouvir a Audiência Pública, em seguida, nós faremos a votação e a discussão, até cinco da horas da tarde, mas nós não podemos desrespeitar nossos convidados. Muito obrigado

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Papaléo Paes, eu não tenho essa prerrogativa que V. Exa. me concede.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Não tem, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Ouvido o Plenário, foi aprovado--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Proponha ao Plenário, que o Plenário com certeza vai aprovar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Não, vai, não. Não vai, não, vai aprovar a votação correta e honesta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Nós já aprovamos, já vamos para o segundo requerimento. Vamos terminar rápido aqui, para votar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não foi aprovado o primeiro, eu peço as notas taquigráficas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: As notas, não foi votado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Exa., quando se tratou do--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Então, eu vou tomar--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Eu, como presidente, eu vou tomar a decisão. Se há dúvidas se foi ou não votado, então, vamos suspender a votação do requerimento--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Eu vou solicitar à secretaria que me traga as notas taquigráficas e a gravação da sessão, para que nós, ao final da Audiência, possamos retornar, para saber se votamos ou não votamos. Quem vai dizer isso é a gravação

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, se pôs em votação ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Se eu pus em votação ou não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

Um momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Espera aí um momentinho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ninguém falou sobre cobra coral aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Coloquei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa. não quer trazer a Fundação Cobra Coral por quê?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, já está cheia de cobra aqui, senhor [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Mais uma, mais uma [risos].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-

PB): Presidente, pela ordem. Eu quero que V. Exa., na hora de fazer, reconferir o texto, comece desde o momento em que V. Exa. perguntou a mim sobre se nós incluiríamos a Comissão de Relações Exteriores, e eu disse a V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --que não

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Para simplificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Exatamente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Para simplificar, nós não faríamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exato.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa. parabenizou

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exato.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E tinha antes exigido que tivesse sido por escrito. V. Exa.... Certo ou errado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Certo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa. disse que tinha que ser por escrito e, agora, incluiu, posteriormente, incluiu, de forma atípica, fazendo com que a votação fosse camuflada. V. Exa. é um democrata, não deveria fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, V. Exa., comigo V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não use palavras inadequadas, Senador Roberto Cavalcanti

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, V. Exa. exigiu--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Camuflada, não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu estou chamando de democrata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Camuflada, não. Camuflada...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fui informado pela secretaria--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não. E por que existe uma revolta? Por que V. Exa. não bota novamente em votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fui, eu fui--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não. Se há dúvida, põe em votação novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, eu fui informado pela Secretaria de que não haveria necessidade de ser por escrito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só não meu caso é que tem que ser por escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu fui--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí eu fui e não citei mais.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, não. V. Exa. exigiu a minha por escrito.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encerrar o assunto, eu pediria só que a transcrição seja o audiovisual, que eu quero ouvir o áudio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, audiovisual.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou suspender o requerimento, vamos retomar as audiências.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, vamos ter o bom-senso aqui, vamos fazer--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O nosso terceiro convidado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --vamos fazer, vamos mudar o requerimento, muda o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nosso terceiro convidado, o Sr. Alexandre Annenberg, presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura, ABTA. Com a palavra o Sr. Alexandre Annenberg, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

[soa a campainha] Senador Azeredo, por favor. Sr. Alexandre com a palavra, por favor.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Bom, prezado Senador Flexa Ribeiro, demais senadores presentes, muito obrigado pela oportunidade de discutirmos um assunto, que é extremamente relevante, seja para o futuro da televisão por assinatura, seja para o futuro das telecomunicações no país.

Então, me parece que seria importante, como uma premissa para essa nossa discussão, nós lembrarmos que... Por favor, o próximo slide. Por favor, quem é que está manejando?

As premissas que fundamentaram a LGT são mais do que conhecidas. As premissas eram, naquela oportunidade, a privatização, a universalização da telefonia e a competição. Nós estamos, hoje, num cenário totalmente diferente, porque nós estamos falando do cenário da convergência, que exige novas premissas, premissas, como, por exemplo, a competição, uma premissa que deve permanecer sempre, e, principalmente agora, massificação de banda larga, que é provavelmente o grande passo para a inclusão digital, para a inclusão social neste país.

Vamos dar uma espiada em qual é o quadro competitivo, no próximo quadro, por favor, hoje, que temos

no país. Hoje, nós temos, para o serviço de STFC, duas empresas com outorgas que cobrem 5.564 municípios. Uma delas está presente em cerca de 4.900 municípios, e a outra em cerca de 650 municípios. Temos o serviço de SMP, que são celulares, que são cinco empresas com outorgas que cobrem 5.564 municípios e estão presentes em cerca de 3.600 municípios.

Nós temos o serviço de TV a cabo, com 59 empresas, que têm outorgas para 260 municípios e estão presentes em todos os 260 municípios, nos quais têm outorgas.

Temos os serviços de MMDS, com 22 empresas, com outorgas em 79 localidades, e estão presentes em cerca de 300 municípios, porque, como o MMDS, ele tem um raio de cobertura que extrapola o próprio município, apesar de serem outorgadas para 79 localidades, cobrem cerca de 300 municípios.

E temos, finalmente, o DTH, com nove empresas, que têm outorgas para todo o território nacional, com presença, portanto, em 5.564 municípios.

Diga-se, a bem da verdade, que o único serviço de telecomunicações presente nos 5.564 municípios é o serviço de DTH, o serviço de TV por assinatura, o DTH. Esse é o quadro competitivo que temos hoje e que nós precisamos ter como base, para nós poderemos entender melhor qual deve ser um futuro quadro, no âmbito da Consulta Pública.

Vamos para o próximo. O serviço móvel pessoal pleiteia a faixa dos 2,5 giga, alegando que, primeiro, há riscos de saturação de espectro utilizado pelo SMP. Ora, nós temos, hoje, no país, cerca de 160 milhões de celulares, dos quais 70% apenas recebem, não transmitem. Nós temos, no país, uma infraestrutura de SMP de cerca de 40 mil ERBs, que é absolutamente insuficiente para garantir ao SMP uma cobertura e uma qualidade adequada. Nós devíamos estar falando de algo torno de 200 mil ERBs, portanto, há ainda um enorme caminho para que o SMP possa se desenvolver.

Outra alegação é de que a UIT recomenda a utilização da faixa de 2,5 giga para o 4 G, como já foi dito aqui. Na verdade, a UIT não recomenda exclusivamente a faixa de 2,5 giga; como também já foi dito aqui, há outras faixas, a faixa de 450, a faixa de 700 mega, a faixa de 3,5 giga [soa a campainha]. E tão importante quanto isso é o fato de que grandes países, importantíssimos países não usam o 2,5 giga para o 4 G, nem os Estados Unidos, nem o Canadá, nem México, nem Índia, nem a Coreia usam o 2,5 giga para a utilização no 4 G.

Ainda nós temos, de quebra, o dividendo digital, que nós vamos ter disponíveis as frequências relativas ao dividendo digital, que poderão ser utilizadas oportunamente pelo SMP. Próximo slide.

Nesse contexto, se faz certo número de críticas ao MMDS, alegando que ele tem baixa penetração. Ora, vamos lembrar uma coisa, quando o MMDS começou, ele era puramente analógico e, pelo fato de ser analógico, ele tinha a possibilidade de transmitir apenas 31 canais, 6 MHz por canal, como os senhores sabem.

Portanto, o MMDS não tinha condições de competir com o cabo e o DTH e só competia marginalmente naquelas circunstâncias onde o cabo e o DTH não conseguiam chegar, o MMDS conseguia competir e cobrir com essas inúmeras limitações, de apenas 31 canais.

E outra crítica que se faz ao MMDS é que ele cobre uma pequena área. Bom, se ele cobre uma pequena área, é preciso que se lembre que, desde outubro de 2000, não há novas licitações. Há praticamente dez anos não existem novas licitações quanto ao MMDS. A cobertura está congelada há quase dez anos.

A digitalização, que é o processo tecnologicamente novo e disponível agora, muda radicalmente o cenário, porque, com a digitalização, cada canal de vídeo ocupa apenas 1 MHz. Isso significa que o MMDS pode ser uma plataforma de múltiplos serviços, ela pode ser uma plataforma que permite mais de 100 canais de vídeo, permite voz, permite banda larga, ou seja, nós, finalmente, temos aí disponibilidade de uma plataforma de serviço que entrega, nas localidades as mais remotas, as mais distantes, aquele que é o objetivo essencial de qualquer nova política de telecomunicações, que é o *triple play*.

O que é o *triple play*? Na verdade... O próximo slide, por favor. O *triple play* significa poder entregar vídeo; e vídeo vamos lembrar que não é apenas entretenimento, o vídeo é um importante veículo cultural e de cidadania. É o vídeo que permitiu a viabilização da TV Senado. A Senado não existia antes da TV por assinatura; a TV Câmara; a TV Justiça, todos os canais comunitários e os canais universitários, todos eles foram viabilizados graças à televisão por assinatura, e o MMDS é uma dessas plataformas, portanto, o vídeo tem uma importância que vai muito além do entretenimentos, em termos de importância social.

A voz, evidentemente, é um serviço que é uma importante alternativa competitiva para o STFC e que a plataforma de MMDS pode desenvolver. E, finalmente, a banda larga, porque o MMDS pode entregar banda larga com alto desempenho, com estabilidade, com velocidade, com portabilidade. Isso, sim, é o uso eficiente do espectro. O uso eficiente do espectro é nós poderemos entregar uma multiplicidade de serviços dentro de uma mesma faixa de espectro.

É isso que a situação atual permite, dentro dos 190 MHz que hoje são alugados pelo MMDS, se pode

entregar uma [soa a campainha] multiplicidade de serviços, que compreende vídeo, voz e banda larga. Na medida em que se pretende fazer com que essa faixa seja diminuída, algum desses serviços cai fora. Para oferecer vídeo, são necessários pelo menos 100 MHz; 100, 120 MHz, para oferecer de 100 a 120 canais, que é uma oferta competitiva, em termos de TV por assinatura. Para oferecer voz e banda larga, são necessários seguramente, pelo menos mais 35 MHz.

Então, nós vemos que é indispensável, para que se possa oferecer *triple play*, de uma forma eficiente, nós precisamos continuar com uma faixa que permita essa prestação de serviço. E, na verdade, nós temos que falar é sobre serviço, e não sobre tecnologias, e, hoje, o serviço que deve ser oferecido à população, em termos de inclusão social e em termos de inclusão digital é o *triple play*, indiscutivelmente.

Vamos ver sobre a banda larga. Banda larga não é simplesmente baixar filmes, fotos, jogos ou e-mail, não é isso que é banda larga. A inclusão digital exige serviços de educação, saúde, segurança, governo. Enquanto a banda larga do celular atende a indivíduos, e, ainda mais, há uma classe privilegiada de indivíduos, indivíduos que têm o *smartphone*, que são usuários com maioria poder aquisitivo, a plataforma do MMDS atende residências, escritórios, escolas, hospitais; isto é inclusão digital, e não simplesmente oferecer, no 3 G ou mesmo no 4 G, oferecer serviços simplesmente para telefonia celular.

A eficiência do MMDS é incontestável, ela tem uma rede de cobertura, dentro de cada operação, que vai de 15 a 50 quilômetros, tem pouca necessidade de repetidoras, tem dispositivos de recepção, com muito maior potência que as baterias dos celulares, ou seja, o MMDS é uma plataforma de distribuição de serviços absolutamente eficiente. Próximo slide.

Não vou entrar em detalhes sobre tecnologias. Aqui, eu ia fazer uma comparação de WiMax *versus* LTE, mas, na realidade, o cerne da nossa discussão não é tecnologia, mas é importante que se diga que o MMDS é agnóstico, em relação à tecnologia para transmissão de dados. Hoje, há disponibilidade de WiMax, o WiMax está presente no mundo inteiro. Se amanhã vier uma nova tecnologia, como o LTE, o MMDS pode incorporar essa tecnologia, sem nenhuma restrição, sem nenhuma dificuldade. Portanto, não faz sentido nós dizermos que precisamos reservar espectro para uma futura tecnologia, quando, hoje, nós já temos uma tecnologia que permite tranquilamente a entrega de pacotes de serviços dessa diversidade e dessa multiplicidade. Próximo slide.

O MMDS, com o WiMax, ele passa a ser um fortíssimo fator de competição contra o do dual-core do

STFC. E, principalmente, esse me parece um dos aspectos mais importantes do MMDS, o MMDS viabiliza operadores locais ou operadores regionais, com gerações de empregos locais, com ofertas de serviços aderentes às peculiaridades, com conteúdos específicos para peculiaridades locais. Ele é autossustentável em comunidades pequenas e não exige mega grupos para sua operação. Cada operação de MMDS é uma operação absolutamente independente, que pode subsistir de uma forma absolutamente independente, sem ser necessário fazer parte de grandes grupos, que acabam se tornando oligopolistas, como nós sabemos.

Ou seja, o MMDS está na hora certa, no lugar certo. O Brasil é um país de grande extensão territorial, com grande população e baixa renda. São essas características que viabilizaram o carro a álcool, que viabilizaram a telefonia pré-paga e que deve viabilizar também o MMDS, que são soluções tupiniquins para uma realidade tupiniquim [soa a campainha], a realidade da grande extensão territorial, da grande população e da baixa renda.

Nós não enxergamos esse enorme potencial do MMDS significa estarmos dando um tiro no próprio pé, porque nós estamos jogando fora uma oportunidade que raríssimos países têm. Me pergunto: "Mas por que o MMDS não deu resultado, não avançou nos Estados Unidos, por exemplo?". Por um motivo muito simples: nos Estados Unidos, não é necessária uma solução wireless; nos Estados Unidos, a cobertura de cabo é praticamente total, enquanto nossa solução, no Brasil, necessariamente terá que ser, em termos de massificação ou universalização, terá que ser uma solução wireless, indiscutivelmente. Próximo slide.

Nesse sentido, por que nós temos que licitar o espectro no atacado? Por que nós temos que cobrir grandes regiões geográficas? Isso só fortalece as empresas de grande porte. Há um enorme desperdício de espectro, numa licitação desse tipo, porque, apenas para argumentar, em algumas pouquíssimas localidades, pode ser que haja necessidade de mais espectro para o SMP. Numa cidade como São Paulo, eventualmente, talvez numa cidade como Rio de Janeiro, mas, fora isso, nos outros 5.563 municípios do país, nós não precisamos alocar integralmente 190 MHz para o serviço SMP. As licitações podem ser feitas no varejo, podem ser feitas localmente, porque isso viabiliza a entrada de pequenos e médios investidores, atende às necessidades locais específicas, e não bloqueia a entrada do SMP nas localidades onde não existia MMDS.

Onde não existia MMDS, o SMP vai poder entrar. Na verdade, o que deveria estar sendo oferecido à sociedade é uma licitação para oferta de serviços. O

que se deveria estar oferecendo é abrir uma licitação para oferta de *triple play*, de múltiplos serviços, e aí cada plataforma vai oferecer suas soluções. A plataforma do MMDS, a plataforma do cabo, a plataforma do SMP, a plataforma do STFC, cada uma delas deve ter oportunidade de oferecer os múltiplos serviços que a convergência, hoje, faculta a cada uma dessas plataformas.

Essa deve ser a abordagem essencial, o oferecimento de múltiplos serviços. Próximo slide. Acabou.

Eu tentei ser extremamente rápido e sintético, dadas todas as circunstâncias, mas fico aqui em absoluta disposição, para a gente aprofundar um pouco esses aceitos todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Sr. Alexandre Annenberg. Vamos ao próximo convidado, Sr. Mário César Pereira de Araújo, membro do Conselho de Administração da ACEL. V.S^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SR. MÁRIO CÉSAR PEREIRA DE ARAÚJO: Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade que nos dá de mostrar um pouco isso e queria dizer para meu amigo Alexandre que ele jogou todo o meu diploma de engenheiro fora, agora. Espectro de frequência, quando nós discutimos, lá atrás, se privatizávamos o setor de telecomunicações, a grande discussão era que dizia que era um monopólio natural. Por que monopólio natural? Porque nós temos o espectro de frequência, tinha bem finito.

Esse espectro de frequência, como foi dado uma aula, anteriormente ele é definido a nível internacional, para que possam as empresas, os países falarem, estarem operando juntos. Então, se eu digo: "Me dá o serviço, e eu coloco qualquer coisa no espectro de frequência", daqui a pouco, não existe *roaming*, ninguém fala país com país. Então, começa um espectro finito e que compete ao governo escolher e decidir o que fazer e para onde dar o espectro de frequência.

E, a partir daí, pode ser usado qualquer serviço, desde que adaptado àquela frequência, desde que adaptado àquela tecnologia. E eu posso dizer para o senhor o seguinte: nós, hoje, hoje não foi... Há discussões, aqui, falando de apagão. Eu posso dizer o seguinte: se nós não olharmos bem, definirmos agora o espectro de frequência, sem querer fazer qualquer similitude com a coisa, nós podemos ter um apagão de celular, de comunicação, inclusive na Copa do Mundo, que é uma data inadiável.

Então, vamos mexer, que eu vou rápido, porque minha apresentação eu pensei que fosse 20 minutos, mas eu acho que fica, inclusive, depois, eu me coloco à disposição de novo, eu vou correr muito rápido. Eu

vou falar sobre o problema, situação, iniciativa e ACP e a conclusão.

O problema. Eu acho que o problema é muito claro, a gente está melhorando a distribuição de renda, a gente está no Índice Gini, no global, competitividade, nós estamos melhorando. A única coisa que nós estamos piorando é na parte de inclusão digital. Realmente, existe razão de o governo se preocupar com a universalização, porque é onde nós estamos piorando.

Pode virar. O outro, o que é que o governo quer? E com toda a razão. Aumentar a eficiência dos serviços públicos e da indústria de bens de serviços. A vontade política, através do Plano Nacional de Banda Larga, através do PAC, e os meios disponíveis? Os meios físicos são escassos, elevados os custos de implantação, são os cabos que têm nos Estados Unidos e tudo como existe.

A faixa de frequência é um bem finito, ela não... Se eu quiser colocar mais fibra ótica, eu coloco quantas eu quiser neste país, frequência eu não coloco, frequência é um bem finito. E preços não convenientes para a população com menor recurso. A elevada carga tributária e os eventos inadiáveis. Nós podemos adiar tudo, adiar a decisão da anuidade pública, do leilão, só não podemos adiar o evento da Copa do Mundo e o efeito das olimpíadas que nós vamos ter no Brasil; isso é uma responsabilidade que nós assumimos.

E, basicamente, é muito rápido. Qual é a revolução? A revolução é que, antigamente, o mundo era todo bonitinho, era todo arrumadinho. O jornal você comprava na banca de jornal e lia através de papel. O vídeo você, através de um e outro, você via no aparelho de TV. Hoje, você pode fazer qualquer coisa e ter qualquer, não só esse equipamento, o *smartphone*, caros, hoje já tem equipamentos. E a escala consegue diminuir o volume, o preço que é a grande importância disso, a massificação produz escala, e os produtos que são caros tornam-se baratos, por causa da massificação.

Então, ele pode ser por todos esses dispositivos. A tecnologia faz, e a grande vantagem, a gente tem que tirar o medo e ver uma oportunidade. Hoje, uma TV você vê na sua casa, e quantos lares têm? E você pode assistir a esse programa de TV através de um celular, através desses PDAs e onde quiser, e estão proporcionando mais gente assistindo à televisão, mais gente tendo entretenimento, isso é que é importante. Pode virar.

E, na verdade, aqui, eu fiz um negócio de TV aberta: onde é que estão as ameaças e as oportunidades? O que eu gostaria de dizer, tem ameaça para tudo, [ininteligível] de voz, mas que eu digo o seguinte: essa convergência que nós falamos, *triple play*, *quadri*

play, essa convergência, ela tem que olhar de modo positivo. Ele tem que olhar que vai ter mais conteúdo para a população, que vai ter mais dispositivos, terminais disponibilizados pela população.

E isso é que é importante, é essa massificação. É através dessa convergência, e eu não falo como falou o Annenberg, *triple play*, eu falo *quadri play*, porque ele esquece que existe, hoje, uma telefonia móvel, ele só fala na fixa, mas existe uma telefonia móvel, Annenberg.

Virando. Outro problema. E aí a prova que telecomunicações, bem feito o investimento, ela cresce a eficiência em 12%, 13% da empresa privada, aumenta o PIB a cada investimento que existe em telecomunicações, e emprego, a penetração. Isso são dados mundiais, foi feito pelo Afeganistão, a pedido do Afeganistão, não foram dados criados aqui. Continua, rápido.

E, aqui, mostra a baixa penetração do Brasil, em relação ao mundo, em termos de banda larga. Nós somos o quarto país em compra de computador, somos o povo que mais vê internet por dias, mas, em penetração, nós somos o mais baixo na banda larga. Pode virar. E aí mostra: onde é que está a penetração? A penetração não está na TV paga, não está da internet e não está na fixa, ela foi feita no móvel. Talvez esse seja o caminho para massificar, porque é onde está mais penetrado, hoje. Vamos virar bem rápido.

E aí mostra, a nível mundial, qual é a previsão crescimento do móvel, da banda larga móvel e da banda larga fixa. A gente já fala que, em 2010, a banda larga móvel, através desses aparelhos que custam caro, ela já vai passar, em 2012, a nível mundial, ela já é 2/3 do serviço prestado de banda larga, e isso é estudo a nível mundial. E no Brasil? Vira. Dados da ANATEL. Mesma coisa, ela mostra, aqui, em 2012, 2013, já começa a crescer a banda larga, e, em 2014, já bate, já é igual a banda larga fixa e móvel, igual à tendência mundial. São 125 milhões de acesso de banda larga até 2018, estudo da ANATEL.

Vamos continuar. E aí, senhores, o que é importante é que, quando a gente olha esses dados, digo o seguinte: cada tecnologia, hoje, atualmente, o que ela permite de transmissão de serviço, de transmissão de produtos? Televisão multicanal, quando ela precisa tanto na tecnologia fixa quanto da tecnologia móvel, onde ela precisa, para poder prestar o serviço com qualidade? Cada uma delas, das tecnologias. A [ininteligível] está entrando e vai a nova versão do [ininteligível] chega a 100 MHz. Vira.

E aí é um estudo que foi feito pela UIT, que diz que, em 2015, 2020, qual é a frequência de que ele precisa? Qual é o espectro da banda de frequência que ele precisa? O estudo da UIT é aquele de cima,

no mundo. Se você olhar, a ANATEL fez o estudo, com relação ao espectro de frequência, usando a mesma metodologia que a UIT fez, e é o de baixo. E aqueles números ali são as previsões que o setor tem para usar as frequências. Significa: vai ter apagão de frequência para celular, como está se prevendo.

Continuando. E aí mostra qual a utilização, se é bem finito, vamos usar o espectro bem, a gente olha a utilização do aspecto MMDS, são 400 a quantidade de usuários, capacidade espectral e usuários por MHz. O SMP é [soa a campainha] 483 mil, é o mais eficiente uso do bem finito, é o setor, é a parte do SMP. Continuando.

E aí as iniciativas que têm, são muitas iniciativas, renovação de contratos de concessão das operadoras de serviço fixo, para colocar banda larga nas escolas. Licença das operadoras modo 3 G para colocar 3 G e banda nas cidades, e, até 2016, estar com 60% dos municípios com menos de 30 mil habitantes.

Isso é uma obrigação contratual do 3 G, das operadoras, então, ela que chegar lá, porque, pelo contrato, utilizações de outros meios de transmissão das estatais, Teletrobrás, Eletronet, concessionárias de energia, cidade digital, tem que ter concorrência no governo, para oferecer produtos para oferecer a cidade digital. Consulta pública da ANATEL 2.500, licitação da faixa H, que não quer dar para as operadoras atuais a participação, só vai dar se não tiver algum interessado da 5ª operadoras. E o plano nacional, que agora se fala em cesta telefone. Continuando. Vira.

E aí a Consulta Pública da ANATEL, eu vou apresentar rápido. A ACEL entende que o que ela está colocando para nós não atende totalmente a necessidade dos serviços, porém, nós achamos que podemos começar a trabalhar com ele, e os 50 que são [soa a campainha] colocados por MMDS, hoje, a tecnologia digital permite que ele trabalhe e ofereça serviços nessa faixa de 50, que tem lá. A tecnologia, hoje, já permite para usar a faixa que a ANATEL está dando para eles. Vira, vai, vamos lá.

E aqui é outro ponto, é quanto a gente precisa de capacidade para fazer essas frequências, 20 vezes 20, para oferecer serviços LTE, e quanto precisa para fazer subida e descida, isso são dados internacionais. Vira.

Eu volto com aquela, para mostrar para os senhores, eu mostro para os senhores. Eu volto que o que está sendo dado hoje ainda é pequeno para evolução e crescimento das operadoras de celulares. Volta mais outra. E aí, como se falou em WiMAX, esse estudo também é um estudo no exterior, ele mostra que o GSM, ele mostra o CDMA crescimento, e, já em vermelho, vem o LTE.

E que já, lá em 2015, 2016, ele já vai superar as outras tecnologias. O que significa superar tecnologia? Significa: o mundo adotou e existe escala, existe demanda; economia de escala. Isso para tornar os telefones baratos e acessíveis para a população. Quando saiu o telefone 3 G, a gente sabia que custava, lá fora, mil dólares, hoje, se compra telefone 3 G com 100, 200 reais. Porque houve escala. E, outra coisa, tem que ter interoperabilidade internacional. Nós não temos que copiar, mas nós temos que falar e conviver nesse mundo globalizado, e não colocar outras bandas que não foram adotados pelo organismo internacional. Vamos virar, outro.

Aí eu vou passar rápido, aí eu falo do espectro de 50, a discussão que está na ANATEL, mas, se eu vou lá no seguinte, fica mais claro, no seguinte. São as empresas que já têm, inclusive nos Estados Unidos, já tem o lançamento, via LTE. O mundo inteiro está indo para o LTE, como foi para a GSM. Então, tudo é lançamento, inclusive a Telefônica não está aí, mas ela divulgou que vai fazer experiência de LTE já no Brasil, nos próximos anos, através da operadora dela.

E então, esses são os países e as empresas que já adotaram o LTE e para aquela frequência que nós estamos discutindo. Vamos virar um pouco.

E aí, senhores, em 2016, nós temos o campeonato, a Copa do Mundo, e esses dados são internacionais, um milhão de turistas, 30 mil profissionais estrangeiros, 5 a 10 bilhões de investimento, audiência mundial, geração de mais de mil empregos, e eles querem falar. E eles vão ter que falar no celular, e, se não tiver esse espectro definido e dado, não vamos falar. Eles não vão falar, o serviço, se hoje é ruim, vai ser pior ainda. Vai à outra página.

E aí é o exemplo de São Paulo. [soa a campanha] Com o mesmo estudo que nós fizemos, eu digo para os senhores: 2011, São Paulo não pode aumentar mais a capacidade para atendimento de usuários. A frequência que tem, em 2011, já está estourada. Eu estou falando hoje para os senhores. Mas, em 2011, essa frequência vai estar estourada, e aí nós vamos discutir que é o apagão nisso aí. Continua.

E aí são as conclusões. Eu acho que, num regime de privado, o órgão regulatório tem que ser forte, capacitado, para tomar políticas, as políticas públicas governamentais e políticas de estados que permitam investimento. Outra coisa, essas licenças de que nós estamos falando, senhores, nós pagamos a primeira e a segunda licitação, agora, do 3 G, foram cinco bilhões e 900 para o cofre público. Eu sei que não pode, é interesse, primeiro é o interesse da população, mas também pode juntar.

E talvez, se a gente prorrogar isso, talvez o valor dessa licença seja bem menor e utilizada de forma menos eficiente. Era isso que eu tinha que dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Mário César Pereira de Araújo e passo a palavra ao nosso penúltimo expositor, Sr. Carlos André Studart Lins de Albuquerque, superintendente da Associação dos Operadores do Serviço de Distribuição de Multiponto, Multicanal, NE-OTEC. Com a palavra o Sr. Carlos André, dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SR. CARLOS ANDRÉ STUDART LINS DE ALBUQUERQUE: Obrigado, senadores. Sr. Presidente, primeiramente, eu vou me dar o direito de falar um pouco devagar, porque o assunto é importante, eu sou representante das empresas, extremamente atingidas com Consulta Pública, mas eu vou direto ao assunto, mas, antes, eu vou fazer um comentário. É a terceira Audiência Pública que eu venho. Eu fui ao Conselho Consultivo da ANATEL, Câmara dos Deputados e, agora, Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Em todas elas, eu escuto o pessoal da SMP falar em Copa do Mundo, que vai ter um apagão de voz, que turista não vai poder falar. Ou seja, a gente está discutindo espectro para a banda larga, para inclusão social no Brasil, planejando o futuro do país, e as celulares estão preocupadas – está certo? – se os turistas vão poder falar em 2016.

Então, só para lembrar que a Copa do Mundo vai, ela é importante, mas ela vai, e o Brasil fica. Vamos seguir?

Só para definir o MDS, ele foi concedido, foi o primeiro serviço concebido como plataforma convergente, está certo? Lá atrás, foi comemorado pelo Conselheiro Leite, na época, um técnico da ANATEL, que muitos conhecem. Na época, já definido como a plataforma de transmissão de sinais, de qualquer tipo de sinal para os usuários, isso incluía voz, vídeos e dados

Por favor. Bom, eu vou direto ao assunto, CP 31, eu vou me dar o direito, está certo? Pela urgência do tempo, de pular alguns slides. Então, nós não estamos questionando a competência ou o direito da ANATEL em fazer modificação de espectro, mas a forma como a ANATEL está executando essa Consulta Pública, na nossa opinião, contrairia as boas práticas ou as propostas de boas práticas regulatórias. Por favor.

Como resumo técnico, essa Consulta Pública tira 190 MHz das operadoras e reduz drasticamente para 50 MHz, extingue o canal de retorno. Só para deixar claro, as empresas, hoje, tentam prestar serviço de banda larga, utilizando um canal concedido pela ANATEL, e a Consulta Pública também extingue a possibilidade da banda larga. Sugere que esse serviço deve ser

praticado somente para vídeo, para TV por assinatura, quando a discussão, efetivamente, é sobre tudo, é sobre banda larga, é sobre serviços convergentes.

E o pior, reduz as novas concessões a apenas 25 MHz para operar. Qualquer técnico, qualquer engenheiro ou qualquer talvez executivo do setor de Telecom sabe que, em 25 MHz ou mesmo em 50, é impossível prestar serviços competitivos.

Por favor. Bom, por que é possível 50 MHz? Está ali, olha. Sete canais de vídeos analógicos, sete canais no mercado, que a concorrência oferece mais de 100; 50 canais de vídeo digital ou 70 canais ou 30 canais em *high-definition*.

Quem assina Net, quem assina SKY, DTH ou outro serviço de cabo sabe que oferta, hoje, é superior a 100 canais. Por favor.

Bom, esquecendo o *triple play*, é brincadeira falar que qualquer entidade, no setor, hoje, vai conseguir ser competitiva, prestando apenas serviços de vídeo, não é isso. Inclusive, a questão do SMP não é a busca por competir em serviço de voz, não se trata de apagão de voz, se trata em competir no mercado de banda larga. É uma oferta de outro serviço, diferente do que foi concebido à SMP. Seja SMP, seja no MMDS, todos precisam de espectro para serem competitivos, essa é a realidade. Por favor.

Bom, rapidamente, o histórico. Em fevereiro de 2006, foi aprovado o novo relacionamento para o MMDS, depois de um ano e meio de discussão, e, desde então as empresas vêm sendo impedidas de prestar serviços, porque a ANATEL não homologa equipamentos. O terceiro ponto é um historicozinho, esta Consulta Pública passou na mão de quatro conselheiras, menos do Ronaldo Sardenberg, que é o presidente da Anatel. Todas as propostas diferentes. Olha a complexidade do que se está discutindo.

A ANATEL apresentou, no seu Conselho, quatro propostas, todas diferentes, sobre o mesmo assunto. Por favor. Eu vou me ater ao segundo ponto, sem qualquer amparo legal, desde 2006, as empresas vêm sendo impedidas de prestar serviços de banda larga, com as mais modernas tecnologias, como o WiMax. E, de novo, a discussão não é tecnologia, porque, no momento em que o LTE, que o SMP tanto faz propaganda, estiver disponível, o MMDS também pode usar o LTE.

Então, não se trata de discussão tecnológica, se trata da discussão de poder prestar serviço hoje *versus* poder prestar serviço daqui há quatro ou cinco anos. Por favor. Então, como último ponto, eu queria por que não se homologa equipamentos, já que a ANATEL, inclusive, usa o pouco desenvolvimento do serviço, que ela não deixa fazer, para reduzir a faixa disponível.

Apenas cinco pontos que estão embasando a Consulta Pública 31. O conselheiro relator disse o espectro pode ser reduzido, porque as novas taxas de compressão vão permitir novos serviços. O problema é que querem dar novos serviços apenas para outros operadores. Depois indica recomendações internacionais. O Brasil não é obrigado a seguir as regulamentações e, pelo contrário do que se diz, os documentos da União Internacional de Telecomunicações indicam a possibilidade de uso da faixa para SMP, como indica para outros serviços.

Na verdade, a recomendação é abrangente, o serviço é para banda larga sem fio, incluindo aplicações móveis. E por que o MMDS não poderia fazer aplicação móvel no futuro, desde que a regulamentação assim permita?

Terceiro ponto, LGT. Nossos estaduais estão aí, eu não vou me ater a esse ponto, mas é comprovado que o que está previsto na LGT não suporta a decisão da ANATEL, não há o interesse público, a gente não viu pesquisa, demonstração de qualidade de tráfego nessas redes e nenhum tratado internacional também assim determina.

Quarto ponto. A CP 31 alega que a atitude da ANATEL vai favorecer o surgimento de pequenos provedores; não acredito, gente, não acredito. Não haverá interessados em operar numa faixa com 25 MHz, e essa faixa, então, vai estar concentrada na mão da SMP, que, por sinal, está discutindo 400 MHz, 700, 1,9, 1,8, 2,1, estão brincando de Deus. Ou seja, a solução do Brasil passa somente pelo SMP. E cadê a competição? Por favor.

Bom, o que deveria embasar a CP 31? Certamente, estudos internos da ANATEL deveriam embasar a CP 31, e não, simplesmente, recomendações internacionais, que são, sim, válidas para a Europa, para alguns países do mundo, mas não necessariamente válidas para o Brasil ou para um país com a dimensão territorial do Brasil. E aí eu vou comentar – por favor – dois estudos, a CP 31, em seus anexos, contempla dois estudos de recomendações de áreas técnicas da ANATEL.

Primeiro esse memorando da radiofrequência e fiscalização. Pode passar. Eu vou passar rapidamente. Avaliar a largura mínima de faixa de frequência por prestadora, para a oferta conjunta de serviços de Telecom, de forma a estimular a competição e ampliar benefício para os usuários. Esse quadrinho é cópia, tá, gente? [ininteligível] cópia do que está no estudo da ANATEL. Por favor.

Em seguida, tem mais dois slides. Vamos olhar lá embaixo apenas. Um deles fala que seriam necessários pelo menos 70 MHz para vídeo, o outro fala que

seria necessário pelo menos 40 para MHz. De início, nós estamos falando em 140 MHz, contra os 50 propostos. Por favor. Bom, e aí ele fala da importância, o último pontozinho lá, redes *wireless*, investimento menor que acabe a DSL oportunidade de criar novo competidor.

A ANATEL reconhece que é importante ter competição e reconhece o MDS como uma via para essa competição. Então, indica qualidade e necessidade de manter e se ampliar o mercado competitivo.

Mais um. O mesmo estudo registra espectro médio de operadores de outros países, 90 MHz, média nos Estados Unidos, está certo? Tem operador com metade da banda e, de novo, menciona o Brasil com 90 a 110 MHz, no mínimo. Então, registra a quantidade de espectro médio em outros países.

Eu estou mencionando isso para dizer que a ANATEL estudou regulamentação internacional, para propor essa Consulta Pública. Por favor. Lá no último ponto, o mesmo estudo também aborda a necessidade para as redes móveis do SMP, então, avalia discussões internacionais sobre essas mesmas redes imóveis e indica, também, e é claro que há necessidade de espectro para o SMP. Por favor.

E, por último, conclui: esse estudo da Superintendência de Radiofrequência recomenda um mínimo de 90 a 110 MHz, supondo que 70 canais de vídeos seriam competitivos, hein? Vamos lá.

[soa a campainha] O segundo estudo é um informe da Superintendência de Comunicação de Massa. Por favor. Eu quero que vocês, por favor, atentem para o Item 4.4. Transcrito aqui e copiado: "O breve histórico apresentado demonstra, de forma inequívoca, que a atuação da ANATEL influencia diretamente o desenvolvimento de um serviço de telecomunicações. A não realização de licitações e a instabilidade regulatória provocada causaram represamento dos investimentos. Inúmeras indicações de que demoras da ANATEL, instabilidades regulatórias causaram o atraso do desenvolvimento da redes de MMDS".

Por favor. O mesmo informe, Item 4.17 e 4.13, primeiro identifica que o MMDS pode ser e é importante no cenário competitivo e, por último, indica que, no caso... Volta só um, por favor. Que, no caso de a agência não proporcionar condições adequadas aos atuais e novos prestadores, como resumo, o serviço vai morrer. É o que indica o estudo de uma Superintendência da ANATEL. Por favor.

E esse mesmo estudo conclui, então, que atuais e futuros prestadores de MMDS necessitarão de banda adicional para oferecer novos serviços, não é isso? E dá uma sugestão, de novo, que os novos operadores

sejam... que a eles sejam dedicados pelos menos 110 MHz. Por favor.

Tem outra análise de uma Consultoria econômica bem conhecida no mercado de microanálise, que resume essa situação. Essa análise indica que o tráfego do SMP, ele é primordialmente voz, pré-pago, baixo ticket médio; não é o público que vai estar comprando banda larga, os *smartphones*, senhores.

Não é que esse serviço não é importante, ele é importante, mas ele atende o alto da pirâmide, que não deveria ser o foco do Brasil, ao regulamentar o serviço de Telecom, como inteiro. Então, ele diz que esse tráfego todo gerado não tem nada a ver com inclusão digital. Esse estado vai estar em anexo, vai estar para os Srs. Senadores disponível, no momento adequado. Por favor.

Alguns passos importantes: Consulta Pública não é tecnicamente neutra, ela indica preferência para uma tecnologia chamada FTD, contém diversas irregularidades, não está suportada pelas recomendações da UIT. E eu acabei de mostrar que os estudos internos da própria ANATEL sugerem mais espectros para esse serviço. Por favor.

Banda larga sem fio não é sinônimo de SMP. Então, nós estamos falando de demanda de espectro para o SMP, para apagão de voz ou proteção de mercado para evitar competição? Tem que discutir esse assunto. Por favor.

Então, aí são os dados da NEOTEC, nós tivemos que entrar na Justiça para ter vistas ao processo. Então, a ANATEL determina que vai retirar 140 MHz, mas nós não podemos ter vistas ao projeto. E, por fim, existe um mandado de segurança, por diversas irregularidades, e algumas delas foram demonstradas aqui, nesse processo inteiro.

Por favor. Mensagem final. O MMDS tem importante papel para o mercado brasileiro no processo de massificação da banda larga; a maioria dos operadores investiu muito nesse setor, ao contrário do que se fala; e esse serviço vem sendo impedido do seu pleno desenvolvimento, pela instabilidade regulatória e pelos atos da própria agência reguladora. Nós esperamos que isso seja corrigido.

Por fim, reservar o espectro de 2000 giga e mantê-lo sem uso por vários anos não é a melhor por política para um país que é carente de infraestrutura, carente de serviço de Telecom e que hoje fala como política pública do governo, que é fundamental você entregar banda larga, e, de novo, banda larga não é apenas banda larga de serviço de SMP, como *short message*, e-mails e entretenimento, como vídeo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Sr. Carlos André Albuquerque

que, e vamos ao último convidado, Sr. Antônio Miguel de Brito da Silva Martins, diretor geral da ACOM Comunicações S/A. V.S^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Com a palavra Sr. Antônio Miguel.

SR. ANTÔNIO MIGUEL DE BRITO DA SILVA MARTINS: Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado ao Senado, pelo interesse que tem neste tema, em particular, ao Senador Wellington Salgado e Roberto Cavalcanti, que pediram esta audiência.

Antes de entrar muito em detalhe, esse é um tema complicado. Eu peço desculpas pelo meu sotaque. Eu tento adaptar.

É um tema técnico, é um tema difícil, mas eu creio que, para entender, de um lado tem o SMP, essa coisa maravilhosa que todos nós usamos, que ninguém quer que corra mal e que está, inclusive, ameaçando com um apagão na Copa do Mundo, que ninguém quer.

Nós não podemos esquecer que o SMP tem acesso a muitas frequências. O SMP está negociando com a ANATEL frequências em várias áreas do espectro e não tem necessariamente que tirar esta específica MMDS.

Segundo a recomendação da UIT, é importante, mas uma coisa é o Brasil e outra coisa é a Europa. Na Europa, em Portugal, se eu escolher uma frequência para Portugal diferente da Espanha, eu tenho problema. Na Bélgica, eu vou incomodar Holanda, França ou Alemanha; no Brasil, eu não incômodo ninguém. O Brasil tem direito a escolher o que faz sentido para o Brasil. E, na faixa de 2,5, hoje, existem tecnologias que permitem dar banda larga de forma mais econômica, sem necessitar de ter aparelho caro, com menos características de mobilidade, mas mais barata, que talvez seja adequada para o Nordeste, para o interior.

E, no interior e no Nordeste, não vai ter Copa do Mundo. Então, eu acho que é importante perceber, uma coisa é São Paulo, uma coisa é Rio de Janeiro, outra coisa é o Brasil. Nós não podemos, por causa de um, prejudicar os outros.

Do outro lado, tem a operadora MMDS, que é a operadora que não tem feito, não tem crescido o suficiente, por razões que posso explicar, mas há um enquadramento. O MMDS foi criado há dez anos, com uma visão muito futurista, foi a primeira licença, foi criada com tecnologia convergente, para fazer tripla assinatura, dados e telefonia.

Isso, apesar de alguns ilustres colegas, o Marcos Oliveira, aqui, de quem somos amigos, o próprio colega do Ministério da Comunicação falar sempre em MMDS como tripla assinatura. Não, MMDS é um serviço que foi definido como para todas as formas de comunica-

ção. Esse foi o edital que nós licitamos em 2000, e foi para isso que concorreremos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): No edital estava isso?

SR. ANTÔNIO MIGUEL DE BRITO DA SILVA MARTINS: Por isso, de início, alguns operadores, como nós, investiram em digitalizar. O que se fala aqui que é moderno nós já fizemos há muitos anos, mas vamos começar.

Para nós, o que está aqui em causa, de um lado, é o interesse da União, que obviamente todos queremos privilegiar, e a posição dos operadores de MMDS. Por favor.

A União obviamente que quer colocar o Brasil na primeira linha de qualidade, quer ter inclusão digital, ter promover diversidade de e-mails, quer preservar a cultura local e quer ter concorrência. O MMDS pode ajudar isso, o que está aqui em causa é uma discussão sobre se os móveis, o SMP vai ter ou não vai ter concorrência na banda larga sem fio. Essa é a discussão verdadeira. Nós achamos que deve ter, e que isso é melhor para o Brasil, mas não compete a nós decidir, é apenas nossa opinião.

De outro lado, o que nós pretendemos? Pretendemos fazer *triple play*, não porque seja sexy(F) ser *triple play*, mas porque um operador, para existir, tem que conseguir ganhar dinheiro, tem que ser relevante para o consumidor, e isso hoje se faz com *triple play*. O que no mundo se fez, e a Europa foi muito... foi uma boa experiência para isso, quando se privatizaram, digamos, as telecomunicações e começaram a aparecer serviços em espectro, logo se conseguiu dividir o espectro em fatias muito pequeninas e dar a vários operadores, que depois faliram.

Então, o importante é que haja, que se decida, deve haver operador em MDS ou não e que tenha capacidade para competir, se não, não vale a pena, se não, estamos perdendo todo o nosso tempo. E, depois, o MMDS, nós somos, outra vez, nós fazemos, hoje, TV por assinatura e internet, só que internet com uma tecnologia antiga, com uma tecnologia que não é adequada ao sem fio. Há três anos que no Brasil existe ou no mundo existe uma tecnologia, que é o WiMAX, que permite fazer internet banda larga de forma mais econômica, mais rápida, com mais resultados, mas a ANATEL bloqueou. Isso é um tema básico.

Então, o MMDS tem algumas características muito especiais para o Brasil. É a única entidade que, hoje em dia, está promovendo canais locais, e a União pretende ter uma cultura local. Então, se o MMDS, para uma pequena local, é algo que é interessante. Pretende ter estabilidade regulatória, como aqui já foi referido

pelo Carlos André. Nos últimos anos, tinha sido uma loucura, em termos de instabilidade regulatória.

E, obviamente, como todos os operadores, pretendemos que haja políticas públicas de apoio à inclusão digital. Apoio ao financiamento, enquadramento fiscal adequado e isonomia no acesso a conteúdos e a [ininteligível] internet. De nada serve dar, digamos, as capacidades, se depois os meios não existem. Por favor.

O que a ANATEL... Qual é o impacto, digamos, da CP 31 sobre o operador MMDS? Vai acabar com o MMDS, porque vai incapacitar que sejam competitivos? Aí não vai valer a pena estar no mercado. Retira a mobilidade restrita, também estava no edital do MMDS, agora, a ANATEL ter retirar. Eu não sei qual o interesse de tirar isso, mas pretende tirar e pretende restringir as licenças existentes. Então, MMDS morreria, seria algo que seria para extinguir.

Ao mesmo tempo, está impedindo, há três anos, como eu digo, o lançamento de redes de internet com tecnologia WiMAX, em 2,5. O que se entende é que, hoje, no mundo, tem 500 operadores lançando isto, em mais de 100 países; na Índia, na Rússia, na China, nos Estados Unidos, esta é uma aposta real do mercado. O Brasil está muito bem servido em banda larga, não precisa. Então, está bloqueado esse tema no Brasil, não faz sentido.

Ao mesmo tempo, com a CP 31, a ANATEL está atribuindo o monopólio de banda larga wireless aos operadores celulares, não entendemos por quê. Está tirando a única alternativa de concorrência, em muitas regiões. Hoje em dia, nós temos cabo nos centros das cidades e temos satélite em todo o resto. Então, em TV por assinatura, o MMDS é a única alternativa, em muitas regiões, ao satélite.

Em banda larga wireless, é a única alternativa, em muitas regiões. Então, ou tem ou não tem. Estamos acabando com os canais locais, criando desemprego e abandono do negócio no interior do Nordeste. Nós não estamos falando de São Paulo, nós não estamos falando do Rio de Janeiro. Estamos criando, também, porque todos nós temos nossos direitos, provavelmente, um arrastamento para o fórum jurídico de toda essa questão. É um tema complicado, é um tema que tem muito investimento, e toda a empresa tem direito a lutar pelos seus direitos.

Dando um pouco de perspectiva, rapidamente, sobre o que é a ACOM. Nós somos um forte investidor de defesa(F) do MMDS, somos o segundo operador nacional de MMDS, operamos em 14 regiões, 54 cidades, com uma forte concentração no Nordeste, interior. Desde sempre apostamos no *triple play*, no lançamento

digital. Em 2001, estávamos digitalizando nossas primeiras praças; em 2006, as restantes.

Hoje, temos serviço de televisão por assinatura e internet em todas as regiões, faturamos 100 milhões, temos 700 colaboradores. E, neste centro, temos uma opção forte de emprego, tributação, subcontratação, compras. Somos uma realidade local, que é importante não esquecer. E não é Power Point, não. Então, você vê aí, o MMDS tem essa característica, está nos lugares, está... Temos escritórios, temos [ininteligível] temos técnicos especializados, temos gente trabalhando em todas essas localidades.

E oferecemos, aqui, não um serviço de segunda, não; um serviço de primeira. Oferecemos, em todos esses lugares, 90 canais de televisão, não são 30, não são sete canais, ninguém pode ser competitivo, hoje, oferecendo uma coisa que seja pior que a concorrência. Então, temos um serviço bom de televisão e temos um serviço de internet, também, que vai até dois mega, tanto para cliente residencial como para cliente comercial. E, aqui, não fazemos mais, porque a ANATEL nos bloqueia a tecnologia, se podia fazer muito mais.

Outro tema interessante, obviamente que o que move o mundo é um conjunto de coisas variadas, mas os pequenos operadores sempre são aqueles que inovam mais. Dando um exemplo, ACOM foi pioneira no mundo em MMDS digital; comprova um pouco nossa aposta na tecnologia. Fomos responsáveis para trazer para o Brasil fornecedores de setor [ininteligível], que teriam que ser montados aqui, para ter acesso a financiamento privilegiado.

Somos hoje, sem grande alegria, líder mundial de serviços de banda larga, em [ininteligível], em MMDS. A operação é pequena, mas é a melhor do mundo. Prova bem nossa aposta de querer fazer as coisas bem feitas. E desde 2004 que estamos tentando trazer, junto com outros operadores, do WiMAX para o Brasil. Estamos preparados para fazê-lo, mas impedidos pela ANATEL de o fazer.

Então, a solução, hoje, do MMDS o que é? A solução tri digital é competitiva, existe, está pronta, está funcionando. A solução de MMDS de banca larga está disponível no mundo, mas bloqueada no Brasil pelo regulador.

Outro tema muito importante para uma empresa é que empresa em setor de telecomunicações, com investimento em longo prazo, precisa de estabilidade. É muito difícil viver neste mundo com instabilidade. E o setor tem sido rico em instabilidade, provocada nomeadamente pelo regulador ou por algumas áreas do regulador.

O espectro foi discutido em 2004, houve uma Consulta Pública extensa, que durou 15 meses na altura sobre o tema. Se chegou à conclusão de que deveria ficar tudo com 190, e, passados três anos, tudo está outra vez pondo em causa. Então, como é possível algum setor criar parceria, financiar-se, desenvolver com esse ambiente?

Esse é um tema que é claro, então, quando nos acusam de ser pequenos, nós nos rimos, é verdade, é impossível ser grande nesta condição. Por favor.

Que perguntas deixamos aqui? Que interesses são promovidos pela CP 31? Quem está a CP 31 promovendo? Por que não se libera a tecnologia WiMAX, hoje disponível, para guardar aspectos para uma tecnologia que ainda nem sequer está disponível?

Há pouco, se mostrou que há muitos operadores no mundo começando a trabalhar com LTE, é verdade. Nós também começamos a trabalhar com WiMAX em 2004, mas só mais tarde ficou disponível. O LTE também não está disponível, está começando. E, mesmo que estivesse, por que tem que ser a única? Quem definiu que a banda larga *wireless* é propriedade, monopólio dos operadores móveis? Foi esta Casa, foi a União, foi o governo? Quem? Esta regulação, o regulador não pode definir isso.

Se nós temos uma licença para fazer banda larga, por que não nos deixam fazer? Quem definiu que, no Brasil, só há lugar para os operadores de grandes dimensões? Essas são as escolhas que não competem a nós fazer, compete a esta Casa pensar, ao governo legislar e o regulador implementar, mas são questões que estão em cima da mesa e que estão sendo atropeladas, de uma forma que nos parece um pouco desagradável.

No fundo, o MMDS viveu, durante muitos anos, com muitas dificuldades, e, de repente, porque o WiMAX realmente ficou disponível, há uma oportunidade de se fazer dinheiro, de crescer, de ter resultados, aí todo mundo quer tirar. Não tem memória, não tem regras nesta Casa? Tem que ter, não é? O que nós pretendemos? Aí, de uma forma muito simples, que alguém decida, mas que decido rápido, o que se deva fazer e de que forma.

Que se libere WiMAX rapidamente, para se poder trabalhar, sem contrapartida adicionais. Estava previsto no edital. E, em relação ao MMDS como um todo, pois o bem que se apóie o *triple play*, com [ininteligível] MHz ou que se indenizem os operadores pelo seu investimento realizado, pela perda de negócio. Queremos justiça. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Esta Comissão agradece Dr. Antônio Mi-

guel, bem como todos os outros convidados, Dr. Édio Azevedo, Dr. Alexandre, Dr. Mário César, Dr. Marcos de Souza e o Dr. Carlos André. E, nesse momento, eu passo a palavra aos senadores, para que possam, pela ordem de inscrição, que não há nenhum... Ah, está aqui, Senador Wellington Salgado... O Senador Wellington Salgado com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Lobão Filho. Eu queria fazer uma colocação e eu faço tranquilamente, porque eu fui o relator da nova regulamentação do CADE, onde nós tivemos problemas, que do jeito que chegou, ela tiraria muito poder da ANATEL, o Sr. Badin, que é o presidente do CADE, junto com o presidente da ANATEL mantiveram contato. Diante desses contatos, discussões, eu consegui montar um projeto que atendeu aos dois lados, portanto, eu faço aqui as críticas tranquilo, porque eu sou também um defensor da ANATEL.

Essas questões das agências, nós sempre dependemos de a que Comissão a agência esteve relacionada, é onde nós nomeamos seus representantes. Eu tenho defendido e tenho discutido com alguns senadores que nós fazemos as nomeações, e, depois, as agências ficam completamente independentes, fazem o querem, não dão satisfação para a gente ou dão muito pouco e acabam conduzindo o processo em interesse próprio.

Eu vou citar alguns exemplos, aqui. Tivemos um exemplo, eu vou citar a Telefônica. A Telefônica teve um acidente, e corretamente a ANATEL fez a intervenção, para diagnosticar, e, em função disso, fazer as correções. A Telefônica viu as correções, fez as correções, e a ANATEL não julgou esse processo, durante um tempo enorme, onde a concorrência da Telefônica se deu muito bem, fazendo uma série de assinaturas do *triple play*. Chegou uma hora que aí se deu a solução, mas o fato já estava consumado.

Segunda situação. Nós tivemos também a Telefônica com interesse em comprar a GVT, público e notório que havia interesse, fez inclusive ações nesse sentido. Mas a legislação diz que, quando alguém quer comprar outra, e você tem concessão já no Brasil, você tem que sujeitar essa autorização à ANATEL. A ANATEL demorou a dar a decisão, veio um grupo francês e comprou a GVT na bolsa ou de alguma maneira. Aconteceu isso. Eu não sou ingênuo de achar que não se estava sabendo o que estava acontecendo.

Muito bem. Agora, eu faço esta Audiência Pública. Por quê? Mais uma vez, mais uma vez se procura, aqui, através de uma 31, que é o... Como é que chama? A Consulta Pública, que chama de CP 31, algo que foi licitado, alguém ganhou a licitação, perguntei

aqui ao Sr. Annenberg, Alexandre Annenberg, se estava na licitação que poderia praticar televisão, banda larga, e estava. Está aqui também a representante do Ministério falando que estava.

Muito bem. Quando vem o avanço tecnológico, que vai proporcionar a essas empresas que possam também praticar o WiMAX ou praticar a banda larga, que é política de governo tornar isso público, para que todo mundo possa utilizar, isso é política de governo, vem e se faz o seguinte: a ANATEL não aprova o equipamento para WiMAX, que daria condição para essas empresas, que não as empresas de telefonia, são empresas que ganharam licitação de MMDS, pagando na faixa de 20 milhões de dólares por isso, 30 milhões de dólares, 15 milhões de dólares. E o que se faz?

Bom, eu não aprovo o equipamento que dá o avanço tecnológico e, por outro lado, bom, se eu vou ter que aprovar em algum momento, porque não tem como eu segurar isso, o que eu faço? Eu vou diminuir a banda deles, porque, eu diminuindo, eles vão ter que continuar só fazendo televisão, e a outra parte, que daria em função do avanço tecnológico, o direito de ele fazer WiMAX, e que todos nós sabemos que hoje o recurso financeiro está na internet, as assinaturas crescem em função da internet, a *triple play* cresce, porque todo mundo quer ter internet em casa. Isso já foi demonstrado em várias audiências públicas, aqui.

Aí o que a ANATEL faz? Não aprova o equipamento e faz uma Consulta Pública, para diminuir a banda, para um tamanho que só dá para fazer a televisão. Minha preocupação era o seguinte: na licitação, dava o direito a essas empresas também de fazer internet e tudo o mais. Essa minha grande dúvida. Depois, vocês podem falar no final, essa era minha grande dúvida: estava na licitação que podia.

Então, Presidente Lobão, em exercício, Flexa Ribeiro, meu amigo, que é o presidente desta Comissão, eu vejo aí e falo tranquilamente, com a consciência limpa, não tenho interesse nenhum nisso, eu estou simplesmente visualizando o que está acontecendo na história recente.

Todos nós sabemos o poder das Teles, as Teles faturam perto de 150 bilhões, que é um problema para a radiodifusão brasileira. Se deixar, vai engolir a radiodifusão brasileira, vai engolir a produção de conteúdo nacional, vai engolir as pequenas empresas que defendem aspectos regionais. Não há como ir contra um grupo como o seu, que você é o representante, que fatura 140 bilhões de reais ou mais, se tiver falando menos, que eu acho que você ficou triste, porque eu acho que é mais, mais de 140 bilhões. O poder que tem esse grupo.

Então, o que está acontecendo? Estão acontecendo fusões, diminuindo, restringindo onde antes nós tínhamos um grupo estatal, monopólio estatal, agora, nós vamos para o monopólio privado. Daqui a pouco, vai vir quem para cá, o Slim? Vai comprar a maior operadora nacional? Porque, quando houve a fusão das duas grandes operadoras nacionais, parece que foi discutido que não poderia vender, mais a frente, no final, saiu que pode vender, mais a frente, porque não se botou impedimento. Então, não sei para onde nós estamos indo.

Agora, nós temos que dar garantia contratual. Seu governo, que criou as agências, para poder tirar a interferência, que eu acho válido e que é esse sucesso total que está aí, da questão da privatização, com vários grupos, pagando imposto, recolhendo, imposto até sobre a telefonia é 25%, mais, não é? 30%, 45%, e é mesmo, agora, quando você paga a conta, você vê lá: ICMS 25%, se não me engano, 30%, uma receita estupenda para o Estado. Todo mundo está feliz.

Agora, ficar feliz e pegar as pequenas empresas, comparadas com as agência de telefone, com as operadoras de telefonia, pegar essas pequenas empresas e simplesmente matá-las ou tirar a oportunidade do avanço tecnológico e poder dar a oportunidade a essas agências, a essas operadoras de MMDS de proporcionar, dar ao povo menos favorecido oportunidade de ter aí a internet banda larga, através do WiMAX, eu vejo nisso um erro estúpido.

É por isso que eu falei, eu conversei na CCJ, eu sou vice-presidente da CCJ, eu vejo que o Senado Federal tem que ter alguma atitude, quando vê algo errado nas agências, Senador Flexa Ribeiro. Todos vêm aqui, fazem o discurso, nós aprovamos e, depois, não podemos fazer mais nada? Eu sou contra a intervenção, agora, eu sou contra, também, você ser um representante do povo, vir aqui, sentar nessa cadeira, nomear o cidadão para lá, e, depois, ele não te dar satisfação nenhuma, não dá satisfação nenhuma, mesmo. Não dá mesmo.

Vai conduzindo o processo e que se dane ou quem está se dando bem ou quem está se dando mal, você não sabe os interesses, são poucas pessoas que podem conduzir interesses financeiros estúpidos. Nós temos que ter atenção com isso.

Então, quando eu pedi esta Audiência Pública, é para tornar público o que está acontecendo. Eu não tenho interesse nenhum nisso, não tenho ligado a MMDS, eu vi a reclamação e, agora, eu estou mais certo de que está errado o que a ANATEL está fazendo, diante das exposições, aqui.

Qual era minha dúvida? Estava na licitação que esse grupo que comprou o MMDS, os diversos gru-

pos poderiam fazer banda larga, além de televisão? Essa era minha grande dúvida aqui, e vi que poderia, na licitação. Então, por que vai tirar esse direito agora? Por que não regulariza o equipamento do WiMAX, que dá direito a eles fazerem também? Por quê? Qual é o objetivo da agência? Não é proporcionar ao povo, ao público, uma boa qualidade por menor preço, não isso? E por que isso não está acontecendo?

Todo mundo vem aqui e fala, alguns defendem o interesse. O Sr. Marcos aqui, eu fiquei esperando, não saiu nada consistente. Nosso amigo aqui da ACEL colocou o ponto de vista dele consistente. O Alexandre Annenberg eu conheço há muito tempo, eu fui presidente da CCT, e nós participamos, eu tenho plena confiança no que ele colocou aqui, embora tenha sido colocado que vai rasgar seu diploma, depois do que ouviu. Eu acho que foi um pouco agressivo, também. Então, eu acho que interpretações, vai cada um ver seu lado.

Agora, eu vejo aqui o seguinte: é injusto você participar de uma licitação, por 15 anos, com mais 15, durante esse período, aconteceu uma evolução tecnológica, não se deixa essas empresas terem acesso à nova tecnologia e, depois, ainda faz o seguinte: "Bom, já, como nós não temos possibilidade de segurar esses avanços tecnológicos, vamos diminuir a banda, porque aí, mesmo com avanço tecnológico, eles não têm condições de fazer". É isso que está acontecendo aqui, exatamente isso. Foi isso que eu ouvi aqui na demonstração.

Então, Senador Flexa, eu já estou satisfeito, eu queria ouvir os especialistas de cada lado, ouvir, adquirir conhecimento, porque isso que é importante na Audiência Pública, adquirir conhecimento, os senadores aqui não entendem de tudo. Adquirir conhecimento. Formei melhor minha opinião e formei mais forte de como eu pensava ante. É um absurdo o que está acontecendo, eu vou, depois, ter conversas reservadas com V. Exa., Presidente da Comissão. Vou ter conversas reservadas com o presidente da CCJ, Senador Demóstenes Torres, e vou ver o que nós podemos fazer com relação a isso.

Eu me sinto um bobo. Eu aprovo, depois ninguém me dá mais satisfação. O Senado pode aprovar e desaprovar. Eu já soube que nós podemos desaprovar, pode-se criar um processo aqui para criar e trazer de volta aqui, para haver uma reconsideração sobre a nomeação; é possível, sim, eu já conversei com o Senador Demóstenes sobre isso.

Então, eu vou estudar um pouco o caso. Estou satisfeito com a exposição aqui e não concordo, diante do que está sendo tramado nesse processo. Essa é minha colocação, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Senador Wellington Salgado. Passo a palavra, agora, ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Presidente Lobão Filho e me reporto, também, e agradeço até os debates que tive com meu companheiro, amigo Senador Flexa Ribeiro. E, na verdade, eu me acostei ao requerimento do Senador Wellington Salgado. O Senador Wellington Salgado dominava esse tema, e, externando suas preocupações a mim, eu também, na verdade, aderi a este pensamento, a essas nossas restrições, a esses nossos questionamentos.

Eu diria que essa Consulta Pública é de extrema gravidade, eu acho até que é um assunto no qual a própria ANATEL deveria ser convocado pelo Ministro Nelson Jobim, Ministro da Defesa, porque o que está em jogo é a defesa do Brasil. Nós não estamos colocando em jogo o problema somente das telecomunicações, no sentido das empresas de MMDS ou as empresas de telefonia de celulares.

Por trás desse pano de fundo, existe um real e monstruoso tema financeiro. Está em jogo uma soma infinita de dinheiro, que, no futuro, migrará e permitirá a sobrevivência ou não, inclusive do sistema radiodifusor brasileiro. O sistema radiodifusor brasileiro é caracterizado, ao longo de anos e anos, como um sistema que proporciona, de forma aberta, livre, sem nenhum ônus, para toda a população brasileira, os diversos canais de comunicações: rádios, televisões e tal.

Essas empresas, todas elas são, mesmo as maiores, elas são extremamente frágeis, em comparação com as mega empresas, as multinacionais de telefonia, que invadiram o Brasil e vão, na verdade, conquistar o Brasil, de forma mais forte do que foi conquistado pelos portugueses, com os registros donatários originários da descoberta de Pedro Álvares Cabral.

Mas, na verdade, essa invasão das empresas multinacionais de celulares, elas vão provocar um risco, vão colocar em risco até a segurança nacional e a estrutura econômica brasileira. As empresas de radiodifusão, os radiodifusores brasileiros, eles não terão a menor condição de enfrentá-los. Aqui, em conversa paralela, hoje, nossa audiência foi riquíssima, eu parabeno a exposição de todos.

Então, em conversa aqui, de bastidores, nós fizemos aqui um simulado, e tem uma cumplicidade do Senador Wellington Salgado, que é o seguinte: os irmãos Grimm criaram aquela fábula, foram os autores da fábula de chapeuzinho vermelho e lobo mau. Na verdade, está caracterizada a ANATEL como os irmãos Grimm, ela fez uma fábula. E, nessa sua fábula,

tem, de um lado os diversos chapeuzinhos vermelhos, que são as empresas, os radiodifusores, que são as empresas de MMDS e, sem dúvida, tem o lobo mau da história.

Não há dúvida de que o lobo mau da história são as empresas de telefonia celular, as empresas multinacionais de telefonia celular, que vão, pouco a pouco, comendo cada um desses chapeuzinhos vermelhos brasileiros. Não há formas de as empresas de comunicação brasileiras sobreviverem à pujança extraordinária, a nível de pagamento de impostos, extraordinária a nível de geradores de empregos. Não está em jogo isso, o que está em jogo é a segurança nacional de comunicação. O que está em jogo é a sobrevivência de todo um espectro de comunicação brasileira, montada nos radiodifusores e montadas nas empresas de MMDS.

Então, eu saio daqui sem nenhuma dúvida de que o modelo concedido pela ANATEL está equivocado. Eu acho que há tempo de a ANATEL reconsiderar isso e fazer com que haja um projeto que, na verdade, dê condição de operacionalidade, de modernidade, que permita que essas empresas tenham as mesmas vantagens que supostamente seriam dadas às empresas de celulares, de telefonia celular, para que o Brasil não veja sucumbir um trabalho que vem de anos e anos e anos feito pelos radiodifusores brasileiros.

Então, é basicamente isso que eu queria me acostar, me desculpe ao Dr. Mário colocá-lo sob a figura do lobo mau, é um lobo mau com todo o respeito, mas, na verdade, é um [risos]...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] vovozinha.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Viu? Mas as empresas de telefonia celular são os lobos maus, e, lamentavelmente, as empresas radiodifusoras brasileiras e as empresas de MMDS serão devoradas por esses lobos maus.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Primeiro, eu quero dizer... Encerrou sua colocação?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria só de concluir de será dado pelo presidente, na forma regimental, a oportunidade da fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador, você não pode falar primeiro, tenho que passar a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Lobão, para concluir, eu acho que é o seguinte—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador “lobo mau”—

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Lobão, que não é o lobo mau.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É o Lobão bom.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Lobo bom. Ao Senador Lobão Filho, que, o mesmo e toda esta nossa Comissão está de parabéns. Cada vez mais eu fico enriquecido com as audiências públicas, se bem que o Senador Flexa, às vezes, tem divergência comigo, mas, no tocante a esta Audiência Pública, eu acho que nós saímos daqui enriquecidos, e talvez o Senador Wellington Salgado e eu saíamos daqui convencidos e seguros de que nós estávamos certos em convocar esta Audiência Pública. Muito obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, me inscreva, por favor, presidente, para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Para discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me inscreva, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mais alguém queira discutir, queira ser inscrito? Senador Flexa Ribeiro, com muito prazer.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sete flechas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu passo a palavra a V. Exa., então, para prosseguir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Lobão Filho, ilustres convidados, eu queria saudar, aqui, o Mário César, que é uma pessoa muito querida lá na minha terra, ele e sua esposa, porque trazem ao povo brasileiro um grande benefício, não é, Roberto? Você sabe que o celular, com todas as suas, todas as suas controvérsias, tem um orçamento, hoje, de 100 bilhões. Não é isso, Mariozinho? A gente está falando de 100 bilhões.

As TVs... Para você ter uma ideia, eu recebi um relatório de mídia, as televisões receberam, até agosto deste ano, todas elas, seis bilhões de reais de publicidade. Quer dizer, seis bilhões foram os recursos que ela gerirem, de um total de, até outubro, de dez, dez bilhões. Espera-se que, agora, com venda de Natal, as propagandas cheguem a 13 bilhões, e 60% disso é televisão, então, elas podem chegar a sete bilhões e 800.

Quer dizer, realmente, o brasileiro, hoje, ele é do celular. A gente está em casa, tem telefone fixo e usa o celular. É uma mídia extraordinária. Eu gostaria tanto de ter ficado aqui, mas, infelizmente, nós estávamos votando o PLS 122, que é uma coisa muito importante, nós estamos tentando aperfeiçoar a lei, chamada a Lei

da Homofobia, e, naquele momento, demorou muito, porque nós estávamos tratando, aqui, da convocação dos ministros, e a oposição incluiu, aqui, um terreiro, um pai de santo, para certamente ter argumentos e desqualificar o debate, quando o Senador Lobão dissesse que a coisa foi das intempéries, e aí eles dirão que intempérie seria do além e pronto.

É por isso que eu até falei que o Flexa, agora, me lembrou o sete flechas, que é um dos caboclos que tem por aí. Mas muito bem. Esse negócio do clima, viu, Mariozinho? Mais uma vez, São Pedro nos traiu, traiu Jesus três vezes; dessa vez, no traiu de novo, e, dessa vez, pior, porque botou a culpa no Lobão. Traiu a gente e botou a culpa no pai do Edinho. Mas o que eu queria dizer a vocês é o seguinte: eu gostaria muito de que, nesta Comissão e no debate que a gente faz com as empresas e com agência reguladora e o acesso que nós temos ao governo, nós pudéssemos realmente encontrar uma fórmula, em que o custo do celular pudesse ser mais acessível ao povo brasileiro, que, hoje, precisa dele para fazer negócio, para arrumar emprego, para se comunicar com a família, para se defender da violência, para alertar seu familiar, inclusive, de intempéries, de coisas imprevisíveis que acontecem no dia a dia das nossas contingências inevitáveis, nessa altura do nosso desenvolvimento.

Agora, está muito caro, Mariozinho. Ainda a mídia, o acesso, o envio de e-mails, isso atrapalha um pouco nós que precisamos, sobretudo nossas crianças, encontrar uma maneira de, vamos dizer assim, fasciná-los, porque, hoje, grande parcela das nossas crianças, adolescentes mais pobres estão fascinados com outras coisas, até com as drogas, até com a criminalidade.

Eu digo isso lá no Rio de Janeiro, nós temos tantos jovens envolvidos no crime, tantos jovens envolvidos na violência e na criminalidade, no tráfico de drogas, eles precisam ter a oportunidade de serem fascinados pelo acesso às informações extraordinárias, que um pequeno aparelho de celular pode lhes dar, com uma banda 3 G. Isso é uma dívida que nós temos com esse povo. Vamos popularizar isso. O presidente está até pensando, agora, em tornar isso um programa realmente popular, porque ele vê nisso uma oportunidade de contribuir com a segurança nacional

O sujeito que está aqui ligado, respondendo e-mail, entrado no Twitter, acessando internet, etc., muitas vezes, ocupado e fascinado e se envolvendo e livre das armadilhas da vida. Mariozinho, prazer em te ver aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Marcelo Crivella, agradeço vos-

sa intervenção e passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, como o último inscrito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho e senhores convidados, eu ouvi atentamente todas as exposições dos nossos convidados e, mais uma vez, eu peço desculpa a V.S^a pela interrupção da audiência e depois a retomada. Mas o Senador Wellington Salgado, ele fez uma colocação que me deu, também, uma mesma preocupação. E minha pergunta é diretamente ao Dr. Marcos, representante da ANATEL. Ele disse e afirmou que, quando da licitação para utilização do MMDS, teria sido também outorgada a concessão para a banda larga, para a utilização de banda larga e que, naquela altura, talvez não houvesse tecnologia para que isso pudesse ser feito. Hoje, a tecnologia está disponível.

Por que a ANATEL quer alterar a regra do jogo, já com ele iniciado? Aí é uma questão de direito adquirido. Eu conversava com o senhor, Dr. Marcos, sobre isso, porque o que todos nós parlamentares queremos, todos, é que o Brasil dê possibilidade de acesso à internet a todo cidadão brasileiro, não em São Paulo, não no Rio de Janeiro, nós queremos ter acesso lá no interior da Amazônia, lá no Nordeste brasileiro, lá no Centro-Oeste, onde, lamentavelmente, essas tecnologias chegam bem depois de terem chegado às regiões mais desenvolvidas.

Nós defendemos e fizemos até um projeto para que utilizássemos os recursos do FUST para levar banda larga para todo o Brasil. Naquela altura, o Senador Aloizio Mercadante já tinha feito um projeto, que a consultoria, a assessoria do Senado disse que tinha o mesmo objetivo que meu, quando ele quis levar a banda larga às escolas. E, ao levar a banda larga às escolas, ele também estaria universalizando a banda larga. Então, a preocupação nossa é esta: dar condições de ter banda larga de qualidade ao menor preço, e esse é o princípio da livre iniciativa.

Não podemos diminuir a questão da concorrência, limitando acesso a fornecimento do serviço. Então, eu vejo, aqui, que a alteração que a ANATEL quer fazer vai impedir que essas empresas, que hoje poderiam fornecer banda larga, não o façam, ou seja, vai diminuir a concorrência, quando eu acredito que a ANATEL deve fazer exatamente o contrário, dar mais possibilidade, fiscalizar o serviço, para que ele seja de qualidade, e buscar a melhor condição para o usuário, tanto no fornecimento do serviço quanto no custo desse serviço.

Eu pergunto a V.S^a, Dr. Marcos, qual a intenção da ANATEL ao levar essa Consulta Pública 31 à discussão? É limitar a disponibilidade do serviço de

banda larga, diminuir a possibilidade de o brasileiro ter acesso?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido finalizadas as indagações do Senador Flexa Ribeiro, eu passaria a palavra, primeiramente, ao Dr. Mário César, em função da necessidade premente que ele tem de se ausentar desta Audiência Pública. Então, com a palavra o Dr. Mário César.

SR. MÁRIO CÉSAR PEREIRA DE ARAÚJO: Primeiramente, eu pediria desculpa que eu programei errado e estou com um compromisso em São Paulo, mas, de qualquer maneira, eu queria agradecer a oportunidade que nos deu e gostaria de colocar uma coisa, um pouco da minha vida privada.

Eu estudei no Instituto de Educação, aprendi ler, minhas primeiras... alfabetização, depois, fiz sete anos de colégio militar, em escola pública. Eu estudei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, me formei, sempre em escola pública, até porque eu não tinha posses para frequentar escolas privadas.

Trabalhei 26 anos na EMBRATEL. O que eu queria disser é que eu sou um brasileiro, agora, também temos que entender um pouco que, quando o governo resolveu mudar o contexto de telecomunicações, porque não tinha condições de investir num setor que é de grande empenho tecnológico, ele queria trazer essas empresas para cá, para o Brasil, para poder dotar de telecomunicações, como nós todos sabemos, naquela época era deficitário, levava dois anos para ter um aparelho celular, que hoje é caro, na época, custava 2.000 mil dólares, sem habilitação e tudo.

Mas entrou, tem que entrar com a regra do jogo. Então, e, quando a gente fala em faturamento de bilhões, eu pediria que entrassem no balanço dessas empresas e vissem o louco da empresa, não o faturamento, o quanto ela investe. Eu vou dizer para os senhores, dificilmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu vou dar a V. S^a dois minutos para concluir.

SR. MÁRIO CÉSAR PEREIRA DE ARAÚJO: Dificilmente, tem uma empresa operadora em telecomunicações, seja móvel ou seja privada, que já tenha recuperado o investimento que fez. Porque o importante é a gente olhar um pouco isso, concordo que nós temos que proteger brasileiros, tem áreas que tem que ser segurança nacional, mas, e não é monopólio, também, que está se dando com a ONS. São cinco operadoras móveis que competem, mas competem visceralmente nesse mercado.

E eu tenho certeza de que a ANATEL vai encontrar um meio que vai dar competição para todas as operadoras com a banda da frequência que tem.

Eles vão competir, porque, quanto maior a competição, quanto maior a publicidade no jornal, maior é a venda, maior é o consumo. Então, eu queria só dizer o seguinte: pedir desculpas, mas trabalho, [soa a campainha] peço desculpas por trabalhar em multinacional, mas ela procura cumprir as regras que o governo deu na hora da concessão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dr. Mário, cinco operadoras é oligopólio. Cinco operadoras é um oligopólio.

SR. MÁRIO CÉSAR PEREIRA DE ARAÚJO: São?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, cinco operadoras, conforme V.S^a falou, configura claramente um oligopólio e, no seu presente caso, configura claramente uma grande concentração do poder financeiro. As colocações do Senador Wellington Salgado e do Senador Roberto Cavalcanti são perfeitas, é preciso que esta Casa resguarde e proteja os cidadãos brasileiros, para que eles não possam ficar exclusivamente na mão deste poderoso oligopólio, e o que se faz, hoje, com a classe das empresas de MMDS, no meu entender, depois do que eu vi aqui nesta Audiência Pública, realmente é uma grande injustiça. Mas eu gostaria de passar a palavra--

SR. MÁRIO CÉSAR PEREIRA DE ARAÚJO: Posso me retirar?

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O senhor está autorizado, foi um prazer. Muito obrigado pela sua presença.

Passo a palavra ao Dr. Édio Azevedo, seguindo a ordem da mesa. Mas, senador, Srs. Senadores, eu, devido à necessidade de o Senador Marcelo Crivella se ausentar desta Comissão, eu peço o interregno de poucos minutos desta Audiência Pública, para que nós retomemos ao assunto do requerimento do Senador Roberto Cavalcanti.

Eu e o Senador Flexa Ribeiro tivemos a oportunidade de ouvirmos, aqui, a degravação do momento da votação do requerimento. No momento da votação do requerimento, o Senador Marcelo Crivella, no ato da discussão, pediu a palavra e estava falando sobre o esclarecimento do convite proposto pelo Senador Arthur Virgílio, da Fundação Cobra Coral.

Involuntariamente, o Senador Flexa Ribeiro atropelou as indagações do Senador Marcelo Crivella, que estava discutindo o requerimento, e, sem querer, certamente, colocou em votação e aprovou, apesar do ato de discussão do Senador Marcelo Crivella, que está claramente no vídeo.

Eu proponho aqui, amigavelmente e democraticamente, ao meu querido companheiro Presidente Flexa Ribeiro, que, visto que há claramente a interrupção da

discussão do Senador Marcelo Crivella, que faz a pergunta, e eu acho que o senador não ouviu e colocou em votação, então, que nós possamos providenciar uma nova votação, com o requerimento em separado do pedido, já que o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti não abrange o pedido do Senador Arthur Virgílio.

Então, coloquemos, aqui, em duas votações, agora dando, realmente, o espaço para as indagações do Senador Marcelo Crivella, que estava indagando, em discussão, e, infelizmente, nosso querido presidente não pôde ouvi-lo naquele momento, naquele tumulto que estava havendo.

Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, inclusive, passo esta Presidência a ele, para que ele possa, de forma democrática – e olhe que eu não precisava passar, poderia promover logo a nova votação, mas, em respeito a V. Exa., passo a Presidência a V. Exa., para que V. Exa., se for necessário, possa buscar aí a gravação que nós ouvimos juntos, onde claramente o Senador Crivella indaga, no ato da discussão, sobre a presença ou não da Fundação Cobra Coral

[troca de presidência]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para esclarecer, presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para esclarecer, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para esclarecer, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só, eu já concedo a palavra a V. Exa., eu só acho que o Senador Lobão Filho, ele deve permitir nós concluirmos, nossos convidados terminarem os questionamentos. Nós já interrompemos uma vez, nós estamos ao final da Audiência, já ouvimos um primeiro convidado, vamos ouvir, são poucas as perguntas que estão sendo feitas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Flexa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Nossos convidados não terão nenhum problema em perder dois minutos, três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Não.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Até porque, em respeito ao Senador Marcelo Crivella, que precisa se ausentar—

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria só de colocar...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Que precisa se ausentar desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não haverá--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu tenho a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): ...uma discussão longa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem e esclarecimento. Eu só queria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Só—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para saber o que está acontecendo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Presidente Flexa, eu também vou ter que me retirar, porque a Comissão de Desenvolvimento Regional vai votar agora as emendas de Comissão e estão chamando os membros lá, então, seria rapidamente, e não vamos discutir—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, deliberar rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): E o interregno já foi dado por mim, V. Exa., agora não tem mais como tirar, eu já dei, passei à Presidência a V. Exa.. Mas já está dado o interregno desta Audiência.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu sou vou falar um minuto. Eu só vou falar um minuto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa. deu um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V.Exas. terão—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --um minuto cada um para fazer uso dos argumentos que possam retornar ao assunto que foi já transitado em julgado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria, no momento em que eu vi que havia um requerimento da oposição para trazer aqui um terreiro, um centro espírita--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é centro espírita—

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Um pai de santo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Não eu nem conheço.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, deixa eu só concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu só quero esclarecer que V. Exa.—

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --disse que eu era o flecha sete, o sete flechas, não sei o quê, não sei o quê mais, está entendendo? [risos] Eu não sei nem o que é isso. [risos] Eu não sei nem o que é isso, talvez V. Exa. entenda.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu entendo, deixa eu falar, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Talvez V. Exa. entenda disso que está falando, porque eu não entendo. Agora, eu quero dizer que a Fundação que o Senador Arthur Virgílio propôs é uma Fundação que, inclusive, na mídia, tem sido consultada por vários governos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Vários governos, de vários estados.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu só conheço um, o Prefeito Cesar Maia--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): --que possam... Está entendendo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

--que, inclusive, disse que o pan-americano devia--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Exato, então, vários governos--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

As previsões astrológicas, para não dizer outro termo. Agora, presidente, não cabe isso, nossa discussão precisa ser científica. Esta Comissão, ela é a Comissão de Ciência e Tecnologia, não de espiritismo, de vudu ou de qualquer outra coisa. Não tem essa comissão ainda no Senado.

Então, o que eu gostaria de pedir a V. Exa. é que votasse em separado, como disse o presidente, para que nós possamos rejeitar a parte religiosa e votarmos a parte científica da matéria. Era só isso, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Sem problema. Um minuto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Aqui, não estão nem respeitando nem tamanho, presidente [risos]. Porque eu me inscrevi primeiro. Eu me inscrevi primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa. será ouvido, porque eu tenho certeza de que V. Exa. vai dar, agora, ao senador, seu líder, Romero Jucá, a oportunidade de falar, e V. Exa. fecha com chave de ouro. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):

Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar favoravelmente ao requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, que é um requerimento técnico, e ponderar que nós não apro-

vássemos o requerimento do Senador Arthur Virgílio, até porque é um requerimento em causa própria.

O PSDB está contratando, além do cacique cobra coral, a Mãe Diná e o Walter Mercado, para tentar ver se consegue escolher o candidato do PSDB, não consegue, a briga está grande.

Então, estão apelando para outros setores. Não tem que misturar com essa questão. Então, eu gostaria de dizer que não dá, não dá para se fazer nessa linha, de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Romero Jucá, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., eu ouvi a gravação, tenho convicção e tenho o testemunho do diretor das comissões, que ouviu junto comigo, ela foi regimentalmente correta

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Então, o requerimento está aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Quem discordar da aprovação, recorra à CCJ.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vamos ouvir a gravação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Recorra à CCJ.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vamos ouvir gravação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Vamos ao segundo requerimento, terminando a--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não. Nós vamos encaminhar contrário ao requerimento heterodoxo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa. faz que o quiser.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E vamos encaminhar favorável ao Senador Roberto Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Mas faz isso em seguida, não agora.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): E torcer para que a Comissão do PSDB possa escolher o candidato--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Nós vamos escolher com a vontade de Deus.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor vai me dar a palavra, presidente? V. Exa. vai me dar a palavra ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou lhe dar a palavra e retomar nossos—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. falou que eu ia fechar com chave de ouro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Feche com chave de ouro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, deixa eu ver se eu coloco as coisas aqui...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ele quer ouvir áudio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): À vontade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos botar a coisa bem clara aqui. Houve um requerimento, apresentado pela base de governo, pela liderança, para se ouvir 21 convidados. Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou ouvindo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vinte e um convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vinte, vinte.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vinte convidados, aí eu coloquei, naquele momento, que eu achava um absurdo, que não tem conclusão, que eu não concordo com isso, mas que, sendo uma estratégia da base, que eu votaria a favor. Aí aparece o líder da oposição e inclui, para ridicularizar o requerimento, um pajé. É isso que aconteceu? Aí a ideia é essa? Então, eu acho isso extremamente desagradável. Já estava desagradável antes, agora, com essa inclusão--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não precisa entrar no mérito, tem o áudio--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, mas tem que deixar bem claro, porque está sendo transmitida para a TV Senado, todo mundo em casa está vendo o que acontecendo... Isso aí não pode acontecer, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não vou fazer isso--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso não pode acontecer, eu não posso participar disso. Se houver essa votação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não vou pôr em votação, já está votado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria tirar minha assinatura, depois da Audiência Pública, vou me retirar daqui, porque eu não vou votar esse tipo de coisa, meu líder. Eu não vou participar disso. Senador Flexa, eu não sei, eu vou consultar a Secretaria.

ORADO NÃO IDENTIFICADO: Requer a votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não, eu quero dizer o seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Wellington está com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Terminando a Audiência Pública, se prevalecer essa ideia dessa discussão, eu não sei como, eu vou consultar, como eu, autor desta Audiência Pública, não quero participar dessa votação. Eu me retiro, porque eu não vou participar disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, vamos terminar a Audiência. Com a proposta... Eu concordo com V. Exa.. Com palavra nosso terceiro convidado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Édio, para fazer a resposta e concluir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, permita que eu conclua--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu que fiz o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sei, eu vou só concluir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Os dois requerimentos, tanto da Audiência Pública quanto da--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou só concluir e volto. Dr. Édio, por favor. Não estamos em nada em votação.

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria só fazer uma consulta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não estamos em votação.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Calma aí, calma aí. Eu tenho a solução aqui. Eu já tenho a solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem está com a palavra é a Presidência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria fazer uma consulta à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Presidência.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu já tenho a solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Presidência concedeu a palavra ao nosso--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu peço gentilmente a palavra, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou conceder ao nosso vice-presidente, Lobão Filho, mas a decisão de ouvir o--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Trinta segundos. Senadores, senadores, senadores, o Senador Flexa já decidiu que, para ele, é assunto encerrado. Eu, conferindo com a secretária da Comissão, se ele encerrar esta Comissão, eu vou, como vice-presidente, reabrir e vou recolocar em discussão esse requerimento. E aí vai ser feito o que tem que ser feito, eu vou colocar em votação, neste Plenário, as decisões que têm que ser adotadas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Flexa, só uma questão da ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria fazer uma consulta à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu só queria saber da Presidência da mesa se o requerimento do Senador Virgílio foi assinado. Se o requerimento, porque eu acho que o Senador Arthur não vai assinar esse requerimento. Se esse requerimento foi assinado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mas não tem requerimento assinado, foi rejeitado. Foi rejeitado um pedido de inclusão da Comissão, viu, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Foi rejeitado um pedido de inclusão de um requerimento da Comissão de Relações Exteriores, porque não ti-

nha subscrito, não estava assinado. Eu quero saber se o Senador Arthur assinou, porque, se ele não assinou, não tem validade nenhuma o requerimento da cobra coral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está assinado, está sobre a mesa, já, aqui. [soa a campainha] Eu peço a Secretaria que encaminhe cópia do requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero, inclusive, cópia dos autos...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cópia do requerimento do Senador Virgílio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero cópia desse requerimento para mostrar como é que a oposição faz graça aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, V. Exa. não está com a palavra. V. Exa. não está com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero cópia desse requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu cheguei aqui para acalmar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só um minuto. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como representante da oposição, vamos acalmar aí [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos concluir a Audiência.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa. disse que ia conceder um minuto a cada um. Eu estou pedindo meu um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V. Exa. terá um minuto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu só quero que V. Exa. seja justo, democrático como V. Exa. o é. Quando eu fiz o requerimento para incluir a participação nesta Audiência Pública conjunta, que eu citava várias comissões, fiz, externei o desejo de

que a Comissão de Relações Exteriores também aqui estivesse presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pedi a V. Exa. que encaminhasse por escrito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Por escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que é normal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Normal. Pronto, e isso inibiu, tanto é que eu retirei, para que o procedimento fosse ágil, eu solicitei, então, tendo em vista que teria que ser por escrito, eu retirei, para que nós pudéssemos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Um momento, eu estou falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Porém, V. Exa. fez a exceção ao requerimento do Senador Virgílio e não exigiu que o mesmo fosse encaminhado por escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico que sim.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não. Aí eu peço a degravação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Não, o Senador Arthur Virgílio sabe e todos nós sabemos que aditamento a requerimento feito oralmente precisa ser encaminhado por escrito. Então, V. Exa. podia ter feito oralmente, eu só lhe pedi: "Encaminhe por escrito", como fez o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Depois de voltar o requerimento. [ininteligível] o aditamento antes do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, foi votado em seguida, depois de ter colocado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mas o dele não foi votado ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Jucá, V. Exa. não estava na audiência, lamentavelmente, estava em outros afazeres. A matéria está transitada em julgado.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos, vamos concluir. V. Exa. está pedindo a palavra? Então, vamos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É preciso pedir a palavra?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico que sim. Regimentalmente, aprenda isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso é um absurdo!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Regimentalmente. Dr. Édio, para responder os questionamentos.

SR. ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO: Presidente, eu agradeço a palavra, agradeço o convite, em nome do Ministério das Comunicações, o Ministro Hélio Costa, e coloco nosso Ministério à disposição desta Comissão e do Senado Federal, qualquer hora, precisando, em qualquer Audiência Pública, estaremos aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma declaração de quem está assustado. Assustou o convidado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington, V. Exa. não está com a palavra, Senador Wellington. Por favor. Por favor, Dr. Édio, já concluiu?

SR. ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO: Já concluí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Alexandre.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Srs. Senadores [soa a campanha].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou entrar no Google agora, para saber quem é essa fundação.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Essa Audiência Pública sofreu alguns percalços, mas ela não deixa de ser muito importante, e algumas conclusões já foram tiradas aqui.

Eu queria só deixar registrada uma única proposta e uma única visão, que eu procurei dar no último slide que eu projetei, que pode ser um caminho para se encontrar uma solução adequada para os operadores de MMDS e para os operadores de SMP.

E eu me refiro, aqui, à licitação do espectro em discussão. Insistir para que essa licitação não seja feita no atacado, que isso viria favorecer, obviamente, apenas aos grandes grupos, que teriam o cacife necessário para uma licitação desse porte, mas que essa licitação pudesse ser feita no varejo, localmente, cidade a cidade, viabilizando a presença dos pequenos e médios investidores e empresários, locais e regionais, que podem ser, potencialmente, a competição indispensável contra os oligopólios reinantes.

Então, eu quero deixar registrada essa proposta objetiva, para que, depois, nós aprofundemos no momento oportuno. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Annenberg. Vamos ao terceiro, quarto convidado, Dr. Marcos de Oliveira.

SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA: Obrigado, senador. Eu acredito que caibam alguns esclarecimentos, em função de uma série de questões que foram hoje abordadas, uma série de pequenas verdades.

Na verdade, todo mundo tem um pouco de razão. O que nós precisamos fazer é entender, juntar esse rol de possibilidades, de questionamentos, para que a gente consiga, de fato, formar o mosaico que penso que todos queremos.

Primeiro ponto que eu preciso enfatizar é que nós estamos em processos de Consulta Pública. Ou seja, não há uma decisão, há uma Consulta Pública. Isso é importante, porque esse é um momento onde a sociedade pode debater, pode levar à agência seus questionamentos, suas sugestões, suas críticas, enfim, e é o que tem sido feito. Nós temos lá um trabalho árduo, até eu acredito que até o final do ano, são mais de 600 contribuições, críticas, reclamações, elogios. Quer dizer, há um arcabouço regulatório que atinge, tem uma abrangência muito importante.

Outra questão que é fundamental que todos entendam, e foi dito aqui, algumas vezes, a respeito das recomendações ou decisões ou resoluções advindas da União Internacional de Telecomunicações. O Brasil, ele é signatário de tratados internacionais, assim como muitos países, a UIT, ela abrange mais de 180 países, é um fórum que é organizado de uma maneira muito consistente, do ponto de vista técnico, há um Bureau de radiocomunicações, há um Bureau de telecomunicações, esses Bureaus, eles são subdivididos em grupos de trabalho. Esses grupos de trabalho são compostos por especialistas do mundo inteiro, especificamente no grupo de radiocomunicações, são mais de 1.500 especialistas no mundo inteiro. Gente que conhece profundamente o assunto, radiocomunicações, dentro de um subconjunto da terminologia maior, que é telecomunicações.

Bom, quando o Brasil se faz representar nesses fóruns, ele tem direito a voto. E ele sai, a delegação brasileira, ela vai, ela é representada por especialistas brasileiros, que vão influenciar nas decisões, votam, participam. Portanto, quando uma decisão internacional é tomada, por exemplo, nas conferências mundiais que acontecem a cada três, quatro anos, a última foi em 2007, várias daquelas decisões contaram com a participação brasileira, assim como contaram com a participação americana, vários países europeus.

O que eu quero dizer com isso? Que nós não negociamos soberania. O Brasil, qualquer país mantém sua soberania. Isso significa que o Brasil pode

não adotar uma recomendação internacional? Pode. Agora, se ele participou do trabalho, se ele influenciou naquele resultado, que redundou numa ou noutra recomendação, seja ela qualquer que seja, seria no mínimo incoerente, ao regressar, tomar decisões de cunho regulatório, que sejam decisões incoerentes com aquelas que foram objeto de uma negociação, que, em muitos casos, demandam muitos anos.

Hoje, todos os senhores ouviram falar em 3 G, a terceira geração, não é? Nós estamos ainda em fase de implantação da terceira geração no Brasil. Mas nós, lá, técnicos, na agência, estamos estudando e trabalhando para a quarta geração, já. E uma das bandas da quarta geração é essa banda de 2,5 GHz, aí são quase 200 MHz de espectro, foi dito aqui, também. É a única? Não, não é a única. De 450 mega é outra banda, que é objeto de estudo profundo, durante, pelo menos, os últimos dois anos. Objeto de Consulta Pública, também, devemos consolidá-la até o final do ano. De 700 MHz é outra.

Aí há um problema, porque afeta a migração da televisão digital. Nós temos um prazo, decretado pelo Presidente da República, até 2016. Então, nesse ínterim, nós temos que arranjar alguma solução para isso, é o chamado dividendo digital.

Lá nos Estados Unidos, esse espectro foi leiloado, e o resultado foi pouco mais de 20 bilhões de dólares lá.

Bom, resumindo, a ANATEL, ela não quer acabar com o MMDS, absolutamente. O que se propõe é uma solução para redivisão dessa faixa de espectro, que se tornou nobre; esse é um fato. Nos últimos anos, tecnologias que não existiam há 15 anos, quando as primeiras outorgas foram concedidas, ainda no âmbito do Ministério das Comunicações, lá em 94, não se falava em banda larga, isso não existia. Internet era uma coisa incipiente, no Brasil. A banda larga de hoje é a banda estreita de amanhã, isso os senhores precisam se lembrar.

O brasileiro está muito satisfeito com um mega, um megabits por segundo, dois, três megabits por segundo de acesso. Isso já é banda estreita lá fora. Essa pergunta foi feita a um dos maiores especialistas do mundo, que é em cientista, pesquisador, que trabalha para o [ininteligível]. A pergunta foi a seguinte: qual é o valor, a taxa de transmissão que o mundo aceitaria como alguma coisa qualitativamente? O que é banda larga? Onde é que está definido isso? A UIT definiu, é dois megabits por segundo, mas a resposta dele, depois de uma pesquisa que foi feita no mercado, três; três seria o valor satisfatório. Isso para um cidadão, eu não estou falando de empresa, de instituição corporativa, que aí os dados são outros.

Agora, lugar, banda larga, nós estamos falando de banda larga móvel, é outra coisa. Banda larga fixa tem espectro à beça aí, tem muito espectro. O que nós estamos falando na ANATEL e nos Fóruns internacionais é: onde existe espectro para banda larga móvel? Esse é o dado relevante.

As pessoas não querem mais saber de ficarem prisioneiras. A partir do momento que descobrirem que é possível andar, falar, ver--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para concluir, Dr. Marcos.

SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA: Então, 2,5 GHz é uma das bandas. E nós chegarmos à conclusão, embasados tecnicamente, porque 50 MHz resolve o problema da televisão, porque MMDS é um serviço de TV por assinatura. Isso não significa dizer que não vai haver mais espectro para que eles possam fazer acesso à banda. Não, não significa isso, mas é outro problema, é uma segunda rodada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor me diz o seguinte: que MMDS é um serviço de televisão por assinatura. Então, por que botou na licitação que podia fazer mais coisas? Você vende o que não entrega?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr Marcos, para responder.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por que colocou? Por que colocou, entendeu? Então, não colocasse! Falava: "Olha, o serviço é só para fazer televisão".

SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA: Bom, a esse respeito, eu preciso até investigar, porque isso é coisa antiga, 15 anos, 15 anos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.S.^a é o representante da Anatel aqui.

SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA: Sim, mas o que eu posso garantir--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos falam que estava na licitação.

SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA: O que eu posso garantir é que, hoje, nenhuma das empresas que têm licença para prestar serviço de MMDS tem ato de autorização de uso de radiofrequência para SCM, que é o serviço de acesso à internet, é o serviço de comunicação, nenhuma delas tem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Marcos, eu digo o seguinte: eu já entrei em licitação num terreno, onde me venderam 42 mil metros, quando eu fui ver, tinha seis mil

a menos. Me venderam errado, mentiram, colocaram em edital errado. Eu fui iludido. Quando se vende algo oficial, o governo, que é o poder que emana do povo, bota ali o seguinte: "Estou te vendendo isso". Então, é só botar só televisão, que não teria problema, esta Audiência não estaria acontecendo. Entendeu? Agora, se V.S.^a disser: "Ah, eu não tenho conhecimento". Agora, os demais aqui são especialistas e dizem que estava na licitação.

Você que comprou, Sr. Antônio Miguel, estava na licitação?

SR. ANTÔNIO MIGUEL DE BRITO DA SILVA MARTINS: Estava, sim, senhor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alexandre Annenberg, meu amigo, antigo, estava na licitação?

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Édio Azevedo, que é do Ministério de Comunicações?

SR. ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO: Senador, eu preciso fazer um comentário, nesse caso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, já houve uma interpretação diferente, nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington, nós--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, conduza, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos caminhar para a conclusão. Vamos aguardar, e eu pediria ao Dr. Marcos que encaminhasse à Comissão o edital, o edital da licitação, para que nós pudéssemos realmente ter a confirmação, e esse edital será distribuído aos Srs. Senadores, para que esclarecêssemos se, naquela altura, era previsto ou não o serviço de banda larga.

Dr. Carlos André, por favor.

SR. Carlos ANDRÉ STUDART LINS DE ALBUQUERQUE: Obrigado, eu vou tentar ser breve. Dois pontos. Eu fui operador de MMDS, durante 20 anos, presidente. Eu tive que vender a empresa, porque, infelizmente, os acionistas se recusaram a colocar capital no ativo onde você não podia prestar todos os serviços previstos, está certo? Eu tinha investidores internacionais interessados. Aliás, na verdade, a empresa que eu operei foi a primeira empresa a fazer um IPO no Brasil, captou 140 milhões de dólares, em 1996, todo para o setor, esse acionista foi embora, mas não vem ao caso.

Queria fazer um comentário. Em 97, a empresa que eu operei foi a primeira empresa no Brasil a prestar

banda larga, aqui em Brasília, chamava-se TV Filme. Para isso, a empresa apresentou projeto para a ANATEL, obteve aprovação do projeto da ANATEL, recolhe FISTEL para prestar esse serviço. Então, Marcos, desculpa, eu sei que está certo, existe uma dúvida, sim. Então, na verdade, desde então, existem organismos [soa a campainha], entidades dentro da ANATEL, que questionam, eu vou pedir para ter o mesmo tempo do meu amigo da ANATEL, por favor, que questionam se podemos prestar ou não. Então, tem alguma coisa errada, porque está no edital, as empresas prestaram serviço, recolheram taxa, etc., esse é um ponto.

O último ponto que eu queria frisar é que o Brasil também participa, na ONU, de discussões em Fóruns Internacionais sobre questões ambientais. E chega aqui, adota suas políticas de acordo, está certo? Com os interesses econômicos brasileiros.

Então, o Brasil não é obrigado a aceitar o que a UIT diz, e, acima de tudo, o que a OIT diz, que deve-se ter uma preocupação com o espectro móvel, para banda larga, mas diz claramente, também, que em países em desenvolvimento, para a difusão da banda larga, deve-se iniciar com soluções fixas, mesmo em rede *wireless*, porque são mais baratas, mais rápidas de serem implementadas. E, de novo, não está seguindo o que a UIT recomenda para países em desenvolvimento, que eu acho que é o caso do Brasil.

Por último, não se trata de uma guerra contra o SMP. O SMP é um serviço vital, importantíssimo, todos nós gostamos de usar, eu também baixo e-mail nesse aparelhinho aqui. O problema não é esse, é que ele tem suas aplicações que não são de banda larga, gente! Ele acabou de dois mega na banda larga, três mega na banda larga. Se o SMP tentar entregar banda larga real para 150 milhões de usuários que falam em voz, acabou, aí vai ter apagão de voz. Porque essa mesma rede que pretende atender voz, se quiser difundir a banda larga, massificar, no Brasil, primeiro, é muito poder concentrado na forma de espectro, na mão de um serviço único, não é nem só econômico, porque espectro é um poder muito grande, a comunicação. E, segundo, essa rede não vai suportar. Então, tem que realmente democratizar, tem que permitir, como o Annenberg diz, que outras empresas menores, médias façam parte, desse bolo da massificação banda larga.

Eu vou pedir desculpa, presidente, e aos presentes, que eu também tenho um compromisso inadiável, vou ter que sair, mas agradeço muito pela discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Carlos André. E vamos ao nosso último convidado, Sr. Antônio Miguel.

SR. ANTÔNIO MIGUEL DE BRITO DA SILVA MARTINS: Eu vou ser breve, mas queria confirmar o

que o Carlos contou. No fundo, na licença, o que diz no edital é que podemos qualquer forma de comunicação e obriga a fazer TV por assinatura como mínimo, é o que está escrito.

E, como o Carlos André explicou, nós apresentamos, há muitos anos, nós somos o maior operador de internet em MMDS, a ANATEL conheceu nossos planos, foram entregues, foram homologados e pagamos tributação quer fiscal, quer regulatória, há muitos anos. Então, é um pouco estranho, é verdade que há várias ANATEIS, não é? Peço desculpas até falar sobre isso, mas a ANATEL tem essa peculiaridade. Mas que nós temos aprovado o sistema e que pagamos tributos fiscais e regulatórios, há muitos anos, é verdade. Agora, só sobre tecnologia má, a tecnologia mais moderna, essa não está liberada.

Só mais dois comentários. Em relação à UIT se falou muito, eu, primeiro, eu penso que, se o Brasil votou de determinada maneira e não gosta de voltar atrás, eu percebo, mas acho que isso não é, digamos, um ponto fundamental. Dois, a recomendação principal que temos a falar é de 2000, é em 2000, quando foram lançados os editais. Se o Brasil estava votando de uma maneira, no UIT, estava fazendo edital [ininteligível] outra coisa, não faz sentido, essa é a maior incongruência de todas, não é? Tanto acho que tem que ver com isso, não é?

O terceiro, e eu pediria, voltava ao nosso ponto de iniciar rapidez, diz que isso é só uma Consulta Pública. Na nossa empresa pequena, só fatura 100 milhões, nem sequer fatura um bi, quando [ininteligível] Consulta Pública, fez um alerta vermelho. Houve um colega, um quadro, [ininteligível] as coisas vão quebrar nossa empresa. Isso é um problema interno, é um problema com fornecedores, é um problema com banco, é um problema real. Basta ameaçar que vai acabar, porque o mundo se vira ao contrário, na Consulta Pública, não é só perguntar ao mundo o que se passa. Cria efeitos imediatos nas empresas, que são complicados [soa a campainha].

No entanto, voltamos a pedir apenas três coisas: que se verifique rapidamente o que se passa; que se libere o WiMax imediatamente. sem contrapartidas; e que o Brasil decida se quer ter concentração, se não quer ter concentração, se quer ter pelo MMDS ou não, e, a partir daí, escolher um caminho. Mas que seja rápido nessa decisão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Antônio Miguel e finalizo a Audiência Pública, fazendo um agradecimento a todos os convidados e pedindo novamente desculpas pela forma conturbada como se processou esta Audiência Pública, o que não é normal. Nós deveríamos

ter concluído a Audiência Pública e, depois, entrado no extrapauta, mas, de qualquer maneira, a Audiência, como foi dito aqui por todos, foi muito importante, porque deu oportunidade aos senadores para tomarem conhecimento de algo que está em Consulta Pública pela ANATEL e que diz respeito ao interesse do usuário brasileiro.

Agradeço a todos e dou por encerrada a Audiência Pública, vamos aos requerimentos que se encontram sobre a Mesa.

Requerimento de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que solicita inclusão extrapauta. “Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº. 37/2009, CCT, a substituição de convidado para Audiência Pública ‘Sanções administrativas e empresas de telecomunicações’, com objetivo de debater a efetividade da aplicação do Decreto 6.523, de 2008, que regulamenta o serviço de atendimento ao cliente, SAC, uma vez que, em atendimento com a Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, foi acordada a vinda de seu presidente, Ronaldo Mota Sardenberg, em substituição à procuradora-geral Ana Luíza Valadares Ribeiro.”

O Senador Sérgio Zambiasi teve que se ausentar, em função de compromissos outros, e pediu que seu requerimento fosse incluído. Como o autor do requerimento tem que estar presente, eu vou inscrevê-lo, para que possamos atender regimentalmente a colocação extrapauta.

Vou ler também o outro requerimento, para que possamos votar em bloco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): “Requerimento, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, perante essa douta Comissão, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CRA, a fim de debater as inconsistências no sistema agropecuário, com a participação dos seguintes convidados: Rodolfo Roffmann, professor de economia da UNICAMP; Inês Vidigal Lopes, professora da FGV; Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE e representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.” O requerimento é da Senadora Kátia Abreu, também, por não estar presente, pediu que eu inscrevesse o requerimento, para que pudesse...

Senador Wellington Salgado também pede para inscrever.

Então, coloco em discussão a inclusão extrapauta dos dois requerimentos lidos. Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Incluído.

Vamos à discussão dos requerimentos. Algum senador... Eu, apenas para defender os requerimentos que foram lidos, um deles, o do Senador Sérgio Zambiasi, que também inscrevi, apenas troca um convidado para a Audiência Pública, já aprovada, que pede que venha o presidente da ANATEL, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, em substituição à Procuradora Geral Ana Luíza Valadares. Não há o que se discutir isso aqui.

E, com relação ao da Senadora Kátia Abreu, não sei se o Senador Wellington gostaria de defender, que eu já fiz um, mas ela pede que seja feita uma Comissão, uma Audiência para tratar da inconsistência do censo agropecuário, que é do maior interesse para o setor do agronegócio brasileiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou plenamente de acordo, represento uma região, que é o Triângulo Mineiro, que tem tudo a ver com esse requerimento, então, eu fiz muito bem em inscrever e apoiar a senadora nesse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Para discutir, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só fazer uma ponderação, que eu venho em todas as Comissões fazendo, é de que haja corresponsabilidade de presença dos senadores que inscrevem, da mesma forma que o Senador Wellington Salgado e eu passamos aqui toda manhã, tendo em vista nós dois que inscrevemos esta Audiência Pública, que não aconteça o que sistematicamente tem acontecido no Senado Federal, nas comissões, que é a convocação de autoridades para Audiências Públicas e a ausência total dos senadores. Então, reitero esse meu apelo, para que nós tenhamos respeito com nossos convidados, estejamos aqui, ao aprovarmos a realização dessas audiências, nós tenhamos o compromisso de estarmos presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordo com V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti. Quero parabenizar a V. Exa. e ao Senador Wellington Salgado como autores do requerimento desta audiência de hoje, que permaneceram aqui, mostrando, realmente, o interesse da solicitação da audiência, para que possa instruir a discussão do processo ou do debate do tema que está sendo discutido na Audiência Pública.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação, em bloco, os dois requerimentos, do Senador Sérgio Zambiasi, inscrito por mim, e da Senadora Kátia

tia Abreu, subscrito pelo Senador Wellington Salgado e por mim também. Em votação. Aprovado.

Não havendo mais nenhum assunto a ser discutido na audiência de hoje... Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria só, que eu mandei minha assessoria consultar quem era a Fundação Cacique Cobra Coral, é uma fundação que foi criada para intervir nos desequilíbrios provocados pelo homem na natureza. Fundada por Ângelo Scritori, tendo à frente sua filha Adelaide Scritori, que também médium, que incorpora o espírito e mentor Cacique Cobra Coral, que também já teria sido de Galileu Galilei e Abraham Lincoln. Ângelo Scritori morreu com 104 anos no ano de 2002.

Querida dizer, também, Senador Flexa, que, se você possui automóvel, empresa ou bens, faça uma cotação de seguro com a [ininteligível] Seguros, que estará automaticamente colaborando com a Fundação Cacique Cobra Coral. [ininteligível] Seguros, é a boa opção para você colaborar com ela.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse assunto está ultrapassado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço às informações, da maior relevância, prestada pelo Senador Wellington Salgado e acredito que V. Exa. já seja cliente tanto da fundação quanto da... Como é o nome da empresa? [ininteligível] Seguros. Está encerrada a audiência de hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, presidente, pela ordem, pela ordem. Tendo em vista que existe a via.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está encerrado ou não está encerrado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, confie no seu líder, aqui, está encerrada a reunião.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, aí soprado para encerrar, não. Aí paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não está soprado, eu já tinha dito antes.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, me desculpe, vamos ser democratas. Desculpe, foi soprado, as câmeras pegaram, o assessor de V. Exa. soprou no seu ouvido, aí V. Exa. se posicionou. Vamos ser honestos aqui, não, vamos ser honestos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E democrata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, eu dei por encerrada a sessão, aí V. Exa. pediu pela ordem, eu teria que reabrir a sessão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pronto, reabra, por gentileza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que V. Exa. possa falar pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Posso fazer um apelo para V. Exa. reabrir?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou reabrir para ouvi-lo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Posso reabrir?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está reaberto, para ouvi-lo.

[Sessão suspensa às 12h35]

[Sessão reaberta às 12h35]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É uma honra, um privilégio. Tendo em vista que existe uma dúvida que poderia gerar questionamento sobre a Comissão e sobre nossos votos, eu solicito, na qualidade que fui eu quem requeri a audiência, aquela audiência que constava, eu quero retirar meu pedido, neste momento. Quero fazer a retirada de pauta daquele requerimento neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós não podemos mais atender à solicitação de V. Exa., porque já foi votado e não temos quórum para isso. Então, V. Exa. fará isso na próxima reunião. Ok?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço pela reabertura e elegância do gesto de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem todo o carinho da Presidência, sabe disso.

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2010

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e nove, na sala 19, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Papaléo

Paes, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Valter Pereira, Romero Jucá, Gilvam Borges, Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino e Efraim Moraes. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei n.º 46, de 2009 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010”. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Cícero Lucena, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as três (3) emendas de apropriação ao **Orçamento de 2010: Emenda n.º 01** – “Missão Antártica”, no valor de R\$ 150 milhões (cento e cinquenta milhões de reais), apresentada pelos Senadores Sérgio Zambiasi, Roberto Cavalcanti, Cristovam Buarque, Valter Pereira, Romero Jucá, Flávio Arns, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e Renato Casagrande. **Emenda n.º 02** – “Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas”, no valor de R\$ 290 milhões (duzentos e noventa milhões de reais), apresentada pelo Senador Romero Jucá. **Emenda n.º 03** – “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro”, no valor de R\$ 200 milhões (duzentos milhões de reais), apresentada pelo Senador Cícero Lucena. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as três (3) emendas de remanejamento ao **Orçamento de 2010: Emenda n.º 01** – “Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais”, no valor de R\$ 5 milhões (cinco milhões de reais), apresentada pelos Senadores Valter Pereira, Gilberto Goellner e Romero Jucá. **Emenda n.º 02** – “Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital”, no valor de R\$ 5 milhões (cinco milhões de reais), apresentada pelos Senadores Valdir Raupp, Valter Pereira, Romero Jucá, Flávio Arns e João Ribeiro. **Emenda n.º 03** – “Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social”, no valor de R\$ 5 milhões (cinco milhões de reais), apresentada pelos Senadores Valter Pereira e João Ribeiro. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2010, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência

encerra a reunião, às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de novembro de 2008. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com esse termo, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião tem como item único a discussão e votação das emendas desta comissão ao Projeto de Lei n.º 046/2009, Congresso Nacional, orçamento de 2010, que estima a receita e fixa a despesa da União para exercício de 2010. A comissão recebeu 42 emendas. Foi designado relator das emendas o Senador Cícero Lucena. Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para fazer a leitura do seu parecer e as suas considerações. Senador Cícero Lucena, como relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, primeiro o agradecimento para que eu tenha a oportunidade de fazer um relatório tão importante.

“De acordo com a Resolução n.º 01/2006, [ininteligível] na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, pode apresentar até três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento ao projeto de lei orçamentária. No prazo estabelecido pela comissão, foram apresentadas 42 propostas de emendas de apropriação ao Projeto de Lei n.º 46/2009, que estima a receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2010. Apesar de inegável mérito de todas as proposições, tivemos que escolher apenas três ações que serão objetos de emendas de apropriação que essa comissão tem direito de apresentar. A primeira emenda de apropriação destina-se a ampliar recursos destinados à missão

Antártica, que se encontra amparado nas propostas dos Senadores Sérgio Zambiasi, Roberto Cavalcanti, Cristovam Buarque, Valter Pereira, Romero Jucá, Flávio Arns, Papaléo Paes, o Presidente Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Renato Casagrande. Sugestões na emenda 1, 2, 4, 6, 16, 23, 26, 28, 29, 30, 35, 40 e 41. A segunda emenda de apropriação destina-se a ampliar recurso para fomento de pesquisa e desenvolvimento em áreas básicas e estratégicas, amparado na proposta do Senador Romero Jucá, sugestão da Emenda 22. A terceira emenda de apropriação destina-se a ampliar recurso para pesquisa e desenvolvimento de inovação de energias do futuro, amparado na proposta do Senador Cícero Lucena, sugestão da Emenda 36.

Não obstante o fato de que nenhuma sugestão de emenda de remanejamento tenha sido apresentada, consideramos conveniente que esta comissão apresente três emendas desse tipo, de modo a aperfeiçoar o projeto de lei orçamentária para o exercício 2010. A primeira emenda de remanejamento destina-se a ampliar recursos para apoio, pesquisa e inovação dos arranjos produtivos locais, amparados na proposta dos Senadores Valter Pereira, Gilberto Goellner e Romero Jucá, sugestões da Emenda 11, 17 e 20. A segunda emenda de remanejamento destina-se a ampliar recurso para fomento, elaboração e implantação de projetos de inclusão digital, amparados nas propostas dos Senadores Valdir Raupp, Valter Pereira, Romero Jucá, Flávio Arns e João Ribeiro, sugestões das Emendas 3, 14, 21, 27 e 37. E a terceira emenda de remanejamento destina-se a ampliar recurso para o apoio à pesquisa, inovação e extensão tecnológica, para o desenvolvimento social, amparado nas propostas dos Senadores Valter Pereira e João Ribeiro.

Diante do exposto, votamos no sentido de que essa comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas do Projeto de Lei nº 46/2009. Emendas de apropriação, 2345, Missão Antártica, no valor de 150 milhões. 7N 34, fomento à pesquisa e desenvolvimento em áreas básicas e estratégicas, no valor de 290 milhões. 2B 41, pesquisa de desenvolvimento de inovação em energia do futuro, no valor de 200 milhões. E aqui, Presidente, eu ressalvo a importância dessa emenda, já que atende algo bastante deficiente no Brasil, que é energia renovável, principalmente em regiões que têm o vento numa velocidade menor do que hoje é praticada. A exemplo do Nordeste, a exemplo do Norte, do Pará, do seu estado, o desenvolvimento dessa pesquisa irá favorecer essa geração, também, nesses estados menos favorecidos, com a velocidade do vento. Pesquisa, desenvolvimento e inovação em energia do futuro, no valor de 200 milhões de reais. As Emendas de Remanejamento 89 e 77, apoio à

pesquisa e à inovação dos arranjos produtivos locais, no valor de 5 milhões. A 6492, fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital, no valor de 5 milhões. E 8976, o apoio à pesquisa, inovação e extensão tecnológica para o desenvolvimento social, no valor de 5 milhões. Os recursos para o atendimento das emendas e remanejamento serão obtidos a partir dos seguintes cancelamentos compensatórios, no âmbito da unidade orçamentária 24101, do Ministério da Ciência e Tecnologia: 1º) 200, administração e unidade, valor: 7 milhões; 4172, serviço de comunicação da rede nacional de ensino e pesquisas, 1 milhão; ampliação e modernização da infraestrutura de estudo de biodiversidade, inovação tecnológica, sustentabilidade do ecossistema amazônico, frente às mudanças globais, 4 milhões; pesquisa e desenvolvimento de aplicação da luz ciclotron e outros aceleradores da associação brasileira de luz, 1 milhão; fomento de projeto e fortalecimento da capacidade científica e tecnológica, 1 milhão; implantação da infraestrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial, 1 milhão; total: 15. Foi o que foi possível fazer nas emendas de remanejamento". Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) Em discussão. Para discutir, a presidência. Senador Cícero Lucena, imagino a dificuldade de um relator que, com uma demanda de 42 emendas, tem que optar por três, para que possa atender o regimento e o número de emendas da nossa comissão. A comissão nossa, de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática, ela tem uma missão importante em todas as áreas, objeto da comissão, mas eu diria, em especial, na área de ciência, tecnologia e inovação. Eu próprio fiz várias, e quase todas as minhas emendas, senão todas, ligadas a essa área de ciência, tecnologia e inovação. Uma primeira que V. Exa. atendeu, que é o Programa da Marinha, o PROANTAR. Uma outra fomenta por objeto de capacidade científica e tecnológica, uma outra de promoção de pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico, ciência, tecnologia e inovação e inclusão e desenvolvimento social, cooperação com o desenvolvimento científico e tecnológico. V. Exa. acatou duas emendas voltadas à pesquisa, mas essa que eu tinha feito, inclusive aquela da Antártica para a Marinha e a da cooperação com desenvolvimento científico e tecnológico do exército, que eu estive lá, visitando as áreas do Exército, de que forma V. Exa. poderia também buscar uma incorporação, a nível de atendimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, como V. Exa. bem disse, a dificuldade é enorme, quando você tem quarenta e poucas emendas e apenas três para escolher como inclusão. Nós

adotamos o critério, não apenas da quantidade, mas também daquelas ações que eventualmente pudessem ser atendidas por outros setores, ou outras comissões, no caso que nós entendemos. Então, a questão da Antártica, além de atender um grande número de propostas, a exemplo da proposta do Senador Roberto Cavalcanti, de Cristovam Buarque, Flávio Arns, Papa-léo, de Valter Pereira, de V. Exa., de Eduardo Azeredo, de Casagrande, nós entendemos que o trabalho da Antártica, ele está sendo conduzida pela Marinha, embora seja uma pesquisa tecnológica, com efeitos que extrapolam, por exemplo, a visão da defesa nacional. Então, nós adotamos a Antártica com essa visão, porque entendemos que, no caso específico de atender a Marinha, não seria missão estratégica das Ciências e Tecnologias, e, sim, da comissão que tem, no seu âmbito, a questão da defesa nacional, por exemplo. Da mesma forma, nós não atendemos o do exército em função desse mesmo raciocínio. E atendemos, por exemplo, a questão do desenvolvimento tecnológico de uma turbina a jato, já que o Brasil tem, e é estratégico isso para o Brasil, não só para a segurança nacional – está aí o Brasil, agora, gastando bilhões de reais para a aquisição de jatos, e, sem dúvida nenhuma, a turbina é um equipamento importante para compor um jato de defesa nacional -, mas também tem o efeito comercial, que vai ajudar a desenvolver uma indústria, que já é de ponta no Brasil, mas que ainda não conseguiu desenvolver tecnologicamente a questão da turbina.

Então, daí nós atendermos com esta visão de pesquisar a turbina, no sentido de poder atender a defesa, mas, principalmente, também, a indústria bélica e a indústria da aeronáutica que nós temos. Da mesma forma, nós nos preocupamos com a geração de energias do futuro, energia limpa, que é o que nós todos estamos discutindo – questões ambientais -, nós estamos discutindo isso com uma profundidade muito grande. Até porque, hoje, a tecnologia que está sendo comercializada é uma tecnologia que atende parte do Brasil, principalmente aqueles que, hoje, são favorecidos por ventos com muita velocidade, que já têm toda uma tecnologia dominada pelo mundo todo. Não adiantava a gente entrar nesse mesmo segmento. E sabendo de deficiências que nós temos no país – por exemplo, na região Norte do nosso país, no próprio Nordeste, embora tenha o litoral, mas, para dentro do Nordeste, não tem o vento com a mesma velocidade, e nós precisamos nos preocupar com esse tipo de geração de energia – é que essa emenda foi proposta, no sentido que nós possamos dominar a tecnologia de geradores de energia eólica com baixa velocidade no vento, porque entendemos que é algo que não está dominado ainda no mundo e que o Brasil pode despontar como uma

alternativa nesta área. Daí o porquê a justificativa dos três segmentos. Achando que, por mais importante que seja, todas as demais... Embora tivéssemos feito três de remanejamento, inclusão digital, arranjos produtivos, e também de pesquisas, outras, de remanejamento, porque elas poderão, inclusive as de remanejamento, ter acréscimo nessas emendas nas outras etapas da votação do orçamento. E aquelas que nós deixamos de atender, a exemplo, por mais valioso que seja, do exército, nós entendemos que poderá ser atendido na Comissão de Defesa e de Relações Exteriores. Então essa foi, vamos dizer assim, a orientação para que nós pudéssemos, num esforço, desejando atender a todas sábias emendas, mas tentar a melhor forma possível para atendê-las.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) Agradeço. Ainda em discussão. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Gostaria de parabenizar a comissão e parabenizar a relatoria do Senador Cícero Lucena, e o espírito que foi absorvido, ao ser feito esse relatório, ele exatamente se acosta às demais comissões. O norteamento dessas prioridades e privilegiamento de algumas emendas, elas, nessa Casa, ela tem tido, comissão por comissão, esses mesmos critérios. Então, parabenizo V. Exa., parabenizo Senador Flexa. Hoje à tarde, nós estamos extremamente acostados do mesmo lado, isso que é gostoso. E era isso, essa ressalva que gostaria, e esperar que nós possamos fazer a votação para que possamos encerrar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Aproveitar para registrar que a emenda de V. Exa. foi por nós acatada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E não estaria aqui, elogiando V. Exa., se V. Exa. não tivesse também, dentro de 'n' salutares decisões, ter recebido a minha emenda. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) A Paraíba unida jamais será vencida.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 01/2006, Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da reunião que as aprovou. Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Não

havendo mais nenhum item para a nossa 46ª Reunião, dou a mesma por encerrada.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, na sala 07, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, César Borges, Neuto de Conto, Gilberto Goellner, Marisa Serrano, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e João Durval, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Comparece à reunião a Senadora Ideli Salvatti, não membro das Comissões. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Acir Gurgacz, Delcídio Amaral, Leomar Quintanilha, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Marina Silva, João Pedro, João Ribeiro, Heráclito Fortes, Arthur Virgílio e Gim Argello. Justificam as ausências os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma, Osvaldo Sobrinho e Jefferson Praia. O Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Valter Pereira, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 12, de 2009-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em 22.4.2009, Requerimento n.º 55, de 2009-CRA, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho, aprovado em 6.10.2009 e Requerimento n.º 80, de 2009-CMA, aprovado em 29.9.2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que “Considerando os dados apresentados, em 15 de abril próximo passado, pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) –

que relatam graves desvios na utilização de agrotóxicos em diversas culturas de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros – requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do RISF, seja realizada audiência pública para discutir o Emprego de Agrotóxicos na Agricultura Brasileira. Para tanto, indico como convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Saúde; e Diretor-Presidente da ANVISA”; Aditamento n.º 1, de 2009-CCT, de autoria do senador Gilberto Goellner, que requer “..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer audiência pública para discutir o Emprego de Agrotóxicos na Agricultura Brasileira, que a audiência pública seja realizada em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e ao Aditamento n.º 2, de 2009-CCT, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer “..., nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento n.º 12 de 2009 – CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em reunião realizada no dia 22 de abril deste ano, que requer a realização de audiência pública para discutir o Emprego de Defensivos Agrícolas na Agricultura Brasileira, que sejam incluídos no rol dos convidados: Dr. José Roberto da Ros, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG; e Dr. José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF.” Comparece a reunião o Senhor Carlos Ramos Venâncio, Chefe do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária/SDA – MAPA; Ricardo Augusto Velloso, Gerente de Avaliação do Risco da Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – também representante do Ministério da Saúde – MS; José Roberto da Ros, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG; e José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF. Deixa de comparecer o representante do Ministério do Meio Ambiente. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Gilberto Goellner e Neuto de Conto. O Senhor Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência

encerra a reunião às doze horas e sete minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Marcelo Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e José Francisco B. Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 40ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 47ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e 41ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro as dispensas das leituras das Atas das reuniões anteriores, que havendo anuência do Plenário, são dadas como aprovadas, e não havendo nenhuma manifestação em contrário, estão devidamente aprovadas.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, gostaria de comunicar a esta Comissão que encontra-se sobre a Mesa o Ofício 499/2009, de 16 de novembro, subscrito pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que encaminha informações ao Requerimento de nº 1.018, de 2009, de autoria desta comissão, acerca de ações adotadas por aquele Ministério em relação ao Horto Florestal do Município de Limeira, Estado de São Paulo.

O Requerimento foi relatado pelo Exmo. Senador Romeu Tuma, e a resposta está aqui em alguns volumes, a disposição de todos os Srs. Senadores, onde o Ministério finaliza dizendo que a destinação dada àquele horto florestal por meio da referida Portaria 258/2008, a Prefeitura Municipal de Limeira ajuizou mandado de segurança nº 14.047, no Superior Tribunal de Justiça, saindo da esfera administrativa tal

discussão. Esta ação está sendo acompanhada pela Advocacia-Geral da União.

Então, os Srs. Senadores que tiverem interesse na matéria, está à disposição e, posteriormente, nós vamos discutir o texto do documento encaminhado pelo ilustre Ministro do Planejamento.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento 55 de 2009, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Osvaldo Sobrinho, aprovado em 06/10; Requerimento nº 12, de 2009, da CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado no dia 22 de abril deste ano, com aditamentos nºs 1 e 2, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovados em 22 de abril e 20 de maio, respectivamente; e Requerimento nº 80, de 2009, aprovado do dia 29 de setembro, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e o emprego de defensivos agrícolas na agricultura brasileira.

Este evento vai contar com a participação dos seguintes convidados, os quais já convido para participar desta Mesa: é o Sr. Carlos Ramos Venâncio, Chefe de Controle... Do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, nós convidamos para sentar à Mesa; Sr. Ricardo Augusto Velloso, Chefe, aliás, Gerente de Avaliação do Risco, da Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Representante do Ministério da Saúde; o Sr. Roberto Da Ros, diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola. Bem-vindo. SINDAG. E, por último, o Sr. José Otávio Machado Menten, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal. Bem-vindo.

Esta comissão tem se consolidado como o grande fórum de debate de todos os problemas que inquietam a agricultura, que inquietam o consumo de produtos agrícolas, os biocombustíveis, e uma infinidade de atividades relacionadas ao campo. E dentro dessa lógica, temos procurado debater os temas mais variados e que tem gerado, sobretudo, polêmicas nesses setores.

Eu vou passar a palavra para um dos proponentes, que é o Senador Gilberto Goellner, para que ele faça sucintamente, bem sucintamente, uma exposição dos fundamentos que o levaram a propor esta Audiência Pública, a fim de que os debatedores tenham a exata noção das razões pelas quais foram convidados para participar deste evento.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária do Senado Federal, senhores convidados a essa audiência.

A nossa proposição para que se avalie a real situação dos alimentos que estão no cardápio da mesa do brasileiro, ela suscitou uma avaliação muito grande, após a revista *Veja* ter colocado uma reportagem, no dia 16 de abril desse ano, que a ANVISA reprovou inúmeras frutas, legumes e verduras, de uma análise de 1.773 amostras colhidas em supermercados do país e mostrou que boa parte desses hortigranjeiros chega à mesa da população com índices inadequados de agrotóxicos.

Os alimentos que apresentaram mais irregularidades foram o pimentão e o morango.

Enfim, o que nós queremos, Sr. Presidente, é avaliar se a legislação está correta, se nós não precisaríamos estar colocando uma rastreabilidade desses alimentos, desde a produção, a orientação do uso de defensivos, porque os defensivos são extremamente necessários e eficientes e sem danos, desde que usados corretamente.

E para isso, a observância do prazo de carência, desde a última aplicação, até a colheita e a oferta nos mercados, principalmente os alimentos *in natura*, os hortigranjeiros são consumidos *in natura*, e aqueles que são expostos acima do solo, e não são tubérculos, raízes, eles poderão estar mais contaminados, e os agricultores, na ânsia de querer oferecer o produto completamente de boa aparência usam inadequadamente os defensivos agrícolas.

Então, preocupado com essa situação de resíduos que existem em alimentos, e dando como exemplo a CEAGESP de São Paulo, que faz constantemente a análise de tudo que chega lá, tem a identidade do produtor, do fornecedor, e tantos outros locais, alguns supermercados importantes do país também o fazem, e se preocupam com a saúde do seu consumidor.

Então, é nesse sentido que nós vemos que nós precisamos ampliar isso aí em toda nação brasileira; colocar elementos de cooperação, prefeituras, secretarias municipais, que possam cooperar na avaliação, nas amostragens, na orientação, enfim, no bom uso dos defensivos agrícolas, para que esses não contaminem, não entrem contaminados para a sua oferta, alimentação direta da população.

Era essa a nossa preocupação, e é por isso que nós esperamos que nossos convidados coloquem, de acordo com cada entidade, o que estão fazendo, o que podem fazer para nós melhorarmos esse controle e fiscalização desses alimentos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Enfim, o que V. Exa. propõe é um pou-

quinho mais de pimentão na culinária e nos debates desta comissão.

Então, vamos iniciar as nossas... As nossas exposições, esclarecendo o seguinte: o expositor terá dez minutos para fazer a sua digressão e, posteriormente, nós abriremos os debates com os Srs. Senadores e as respostas dos expositores.

Então, vamos começar aqui pela manifestação do Sr. Carlos Ramos Venâncio, que é Chefe do Serviço de Controle de Resíduos e Contaminantes Vegetais da Secretaria de Defesa Agropecuária. Com a palavra.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Primeira-mente, dar bom-dia a todos, cumprimentar o Senador Valter Pereira, em nome dos quais cumprimento todos os componentes aqui da Mesa.

E também agradecer a oportunidade de falar um pouquinho do trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, especificamente na área de controle de resíduos e contaminantes. Próximo, por favor.

Então, a questão da segurança alimentar, ela envolve dois conceitos: segurança do alimento e acesso aos alimentos.

Então, o que a gente vai especificamente falar é a questão de segurança do alimento, a garantia que o alimento que chega à mesa do consumidor, tem os índices aprovados, tem os índices de agrotóxicos e outros contaminantes autorizados pela legislação. Próximo, por favor. Próximo.

Então, essa é a marca do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. Esse plano, ele está estruturado na área animal desde 87, mas ele ampliou para a grande maioria das matrizes, na área animal, a partir do ano de 2005, com a criação de uma coordenação no Ministério da Agricultura, dedicada para tratar sobre a questão de resíduos e contaminantes.

Então, esse é um fluxo, rapidamente, só para mostrar que foi uma coordenação de controle de resíduos e contaminantes, que está no meio, que ela lida com todas as áreas do Ministério, é uma coordenação bem enxuta e é o gestor executivo do Plano de Controle de Resíduos. Então, o próximo, por favor.

Então, os princípios do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes. As amostras são oficiais, são coletadas por fiscais do Ministério da Agricultura, elas são rastreadas até o produtor, porque não adianta eu coletar uma amostra se eu não posso atuar para resolver aquele problema que eu estou enxergando. Então, outros órgãos já fazem isso com muita competência de levantar o problema.

Então, a competência do Ministério da Agricultura é ir até a propriedade e realmente atuar para que aquele problema não se repita. As análises são labo-

ratórios acreditados por normas internacionais, então, esse plano ele visa atender tanto o mercado interno, quanto a demanda de mercado externo, possibilitar os produtos brasileiros a ter acesso a mercados mais exigentes.

Então, semana passada, a gente teve uma missão do escritório da União Europeia, do FVO, de *Food and Veterinary Office*, e ele avaliou os grandes avanços que houveram no Ministério da Agricultura quanto a área de monitoramento de resíduos em vegetais.

E o compromisso máximo do Plano, que diz que para todas as não-conformidades encontradas, é aberto um processo de investigação, e o fiscal do Ministério da Agricultura vai até a propriedade para levantar qual é a origem e, eventualmente, até aplicar a legislação. Próximo, por favor.

Então, o Ministério já vem fazendo um trabalho desde 2006, do controle de resíduos e agrotóxicos, nas culturas de maçã e mamão.

No caso de maçã, são coletadas principalmente nos estados produtores, que estão listados ali. No caso do mamão também. Próximo, por favor.

Recentemente a gente publicou todos os resultados de amostras coletadas desde 2006. Então, no caso dessas duas culturas, a gente alcançou índices bem satisfatórios. Próximo, por favor.

Ali é da maçã, esse o é do mamão. Da mesma forma também, índice acima de 3%. Para se ter uma ideia, nos planos de monitoramento europeus se tem como ideal algo em torno de 7% de... 93% de conformidade. Próximo, por favor.

Então, para quem quiser mais detalhes, essas são as instruções normativas que regulam o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes.

Essa é uma Instrução Normativa 42, que a gente chama de transversal; então, elas traz as regras para todos os anos do Plano de Resíduos e Contaminantes, e a IN 21, que diz exatamente o que o Ministério da Agricultura vai fazer no ano-safra 2009/2010. Próximo.

Então, o programa de investigação realmente é o diferencial desse Plano, onde o produtor tem direito a controvérsia, as amostras são coletados em triplicata, ele pode enviar para um outro se ele não concordar com essa análise. As propriedades são indicadas pelo programa de monitoramento.

Então, onde eu identifiquei as irregularidades, eu vou até a propriedade para resolver aquele problema que eu observei. E a investigação pode ser acompanhada de amostragem adicional.

Então, a medida... As amostras são, relativamente, por enquanto, um número pequeno. E a medida que eu identifique setores onde os problemas estão concentrados, aí sim eu posso gerar um número de

quatrocentas, quinhentas amostras. Em determinada cultura, em um certo estado da Federação, para aí sim resolver aquele problema que eu estou observando.

E as autoridades do MAPA tomam as medidas de controle. Muitas vezes essa medida vem através da fiscalização. Mas a fiscalização não é um único meio; quando a gente tem um problema sistêmico, muitas vezes o problema pode ser resolvido por via de uma nova legislação que atenda aquele problema que a gente está observando, ou então, de projeto de educação sanitária, para modificar aquela realidade daquela região. Próximo, por favor.

Então, essas são as culturas que vão ser analisadas pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos na safra 2009/2010. Então, as culturas em verde, são monitoramento quanto a resíduo de agrotóxicos, então, abacaxi, alface, banana, batata, limão, maçã, mamão, limão, manga, melão, morango, tomate e uva. Os itens em vermelho, o amendoim, arroz, castanha do Brasil e milho, esse ano vão ser monitorados quanto à presença de agrotóxicos, que é uma toxina importante, ela pode ser, ela é mais de mil vezes mais tóxica que a grande maioria dos agrotóxicos que estão no mercado. E a pimenta do reino vai ser monitorada quanto à presença de salmonelas.

Então, para orientação bem rápida, o Ministério já tem um plano estratégico da onde ele quer chegar no Plano de Controle de Resíduos até a safra 2013, 2014. Os contratos... As análises já foram licitadas, e se encontram os contratos assinados, e as amostras começaram, efetivamente, a partir de julho desse ano. Próximo, por favor.

Então, como foi falado aqui, a CEAGESP monitora a qualidade dos alimentos que entram na sua... Lá na Central de Abastecimento, que é a terceira maior do mundo. Então, hoje essas amostras estão englobadas dentro do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, e são custeadas pelo Ministério da Agricultura.

Esse é um ponto importante do processo, porque o Ministério não tem gente suficiente para ir em todas as propriedades, então, para conseguir uma grande abrangência, rastreabilidade, otimização dos recursos humanos e financeiros, eu tenho que coletar, principalmente em propriedades empacotadoras, o que a gente chama de *packing house* ou nas centrais de abastecimento.

Esse é um projeto piloto dentro do Plano Nacional de controle de Resíduos e Contaminantes, que tende a ser estendido para outras CEASAs. Então, a CEASA Minas e a CEASA de Pernambuco já demonstraram interesse também de compor o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. Próximo, por favor.

Rapidamente, são os laboratórios que executam a análise. Então tem um laboratório de excelência aqui em Pernambuco, talvez seja o melhor do país, que é o Laboratório ITEP, que é um laboratório ligado à Secretaria de Pernambuco e temos dois laboratórios privados no Estado de São Paulo, e no Estado do Rio Grande do Sul, que hoje prestam serviço para o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes. E tem também o Lanagro Minas, que está se capacitando e a partir de abril do ano que vem vai servir também como um laboratório de referência para análise de resíduos. Próximo, por favor.

Então, essa era a mensagem, rapidamente, falar um pouquinho, porque esse é um tema bem polêmico; então, acho que as discussões vão ser mais interessantes que as palestras.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Carlos Venâncio surpreendeu-nos a todos. Porque aqui é uma casa do prolixo, e de repente ele foi objetivo. Não cumpriu nem os dez minutos. Mas foi bom.

Nós vamos passar, então, a palavra ao segundo convidado nosso é que o Dr. Ricardo Augusto Velloso, que é da ANVISA, e do Ministério da Saúde.

SR. RICARDO VELLOSO: Sr. Presidente. Obrigado. Eu prometo cumprir os padrões da Casa, vou passar um pouquinho dos dez minutos então, para o senhor ficar mais tranquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Você pode passar até cumprir a cota do primeiro.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Muito obrigado. Bom, em nome do Presidente, Senador Valter Pereira, eu agradeço o convite dessa Casa para que nós possamos apresentar o trabalho que a ANVISA vem desenvolvendo no âmbito do controle de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Sem mais delongas, por favor, a próxima.

Só para... Eu sei que essa Casa conhece de cor e salteado as funções da ANVISA. De qualquer forma, o papel da ANVISA é proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços, participando da construção de seu acesso. Próximo.

No âmbito da ANVISA, nós temos a Gerência Geral de Toxicologia, que tem como principais atribuições regulamentar analisar, fiscalizar produtos e serviços que envolvam agrotóxicos, componentes e afins, outras substâncias químicas de interesse toxicológico e agentes e substâncias, outros também de interesse toxicológico. Próximo.

O marco legal de agrotóxicos... Essa transparência, infelizmente, eu peço desculpa a vocês, que a seta

ficou para baixo, na verdade ela tinha que ter ficado para cima. Mas só para que a gente possa entender, nos últimos nove anos, ou seja, de 2000, para cá, o marco legal de agrotóxicos no país teve um avanço muito grande.

Foram desenvolvidas e harmonizados procedimentos entre os três órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxico no Brasil. Hoje, o agrotóxico para ser registrado no Brasil, ele tem que passar pela anuência do Ministério da Agricultura, que é responsável pela análise da eficácia do produto, ou seja, se ele realmente serve àquilo que se destina. E o Ministério da Agricultura também é responsável por conferir o registro, ou seja, quem registra o produto é o Ministério da Agricultura.

Mas para que ele possa registrar o produto ele precisa da anuência da ANVISA, no que diz respeito ao impacto desses produtos à saúde da população. E precisa da anuência do Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, que é responsável pela análise do impacto ao meio ambiente desses produtos.

E essa legislação, ela vem sendo consolidada por esses três órgãos, de 2000 para cá, com a maior intensidade, justamente para atender a demanda que a gente tem fora do país, ou seja, tanto internamente, quanto externamente, a demanda por um controle maior, nesse tipo de produto, ela vem aumentando.

Então, o Brasil, para não se deparar com um cenário negativo no que diz respeito às negociações internacionais, é obrigado também a atualizar a sua legislação, atualizar sua forma de trabalhar, para que a gente possa ter aqui, como disse o Senador Goellner, produtos que possam ser utilizados com segurança, para nos fornecer alimentos seguros e de qualidade. Próximo.

Eu acredito que os representantes da indústria vão trazer esse dado também, mas aqui, só para a gente dar uma pincelada, como é que está o cenário de comercialização de agrotóxicos no mundo.

Hoje, a América Latina detém 19% do comércio de agrotóxicos no mundo, sendo que na América Latina o Brasil é responsável por 84% do comércio de agrotóxicos na América Latina. E no ano de 2009 o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, superando os Estados Unidos. Foram comercializados cerca de sete bilhões de dólares no último ano e um volume aproximado de 700 mil toneladas de produtos. Próximo.

Obviamente, esse crescimento que os senhores estão enxergando aí, de 2001, onde se comercializava um pouco mais de dois bilhões de dólares por ano a 2008, que chegamos a casa dos sete bilhões de dólares, isso tem aumentado muito a preocupação dos

três órgãos envolvidos no registro e no controle desses produtos, obviamente, por quê? Porque quando você tem um aumento da comercialização e do uso, você precisa... O aumento da comercialização e do uso, você precisa implementar medidas que garantam a segurança do consumidor, do produtor, do usuário desse tipo de produto.

Então, é necessário a adoção dessas ferramentas para ampliar a produção agrícola no país? Sim. Agora, a qualquer preço, não. Então, são essas as nossas preocupações, tanto do ponto... A ANVISA se preocupa tanto do ponto de vista do impacto desse produto à saúde da população, e o Ministério do Meio Ambiente, obviamente, do impacto ao meio ambiente, propriamente dito. E o Ministério da Agricultura se preocupa exatamente em saber se todos esses novos produtos que tem chegado ao mercado têm a qualidade necessária para que sejam utilizados com segurança. Próximo, por favor.

Bom, aqui mais um número da taxa de crescimento de vendas mundiais e vendas no país.

Então, as vendas totais, são essas azuis, nos anos de 2000 a 2008. E as vendas no país, como vocês podem perceber, aumentaram bem mais em relação àquilo que foi comercializado no mundo. Obviamente, esse é um dos motivos que o Brasil se tornou um importante mercado para esse tipo de produto no mundo. Próximo.

Bom, dentro das atividades desenvolvidas pela ANVISA e aquilo que o Senador Goellner perguntou, o que a gente tem feito para tentar controlar esse tipo de mercado, a ANVISA é responsável por dois tipos de atividades. Nós costumamos separar as nossas atividades em duas fronteiras: o pré-registro que aí envolve a avaliação toxicológica de agrotóxico para uso, agrícola, doméstico, tratamento de madeira, uso em áreas públicas e campanha de controle de vetores. E aí para os que não conhecem esse tipo de produto, a gente não tem só uso de agrotóxico na agricultura, não. Então, a gente tem como controle de vetores nas campanhas de saúde pública, para combater dengue.

Esses princípios ativos, eles advêm todos da agricultura. Então, é necessário fazer o controle não só do uso na agricultura, como também nesses outros usos aqui, por quê? Porque a população não está exposta somente aquilo que chega no alimento, ela acaba está exposta também quando ela usa um produto dentro da casa dela para matar um inseto, é o mesmo princípio ativo; quando as campanhas de saúde pública querem controlar os insetos, é o mesmo princípio.

Então, isso é um somatório de produtos agrotóxicos que, no final das costas, é muito importante

no momento do cálculo do impacto da saúde da população.

A ANVISA também é responsável pela elaboração de normas, e regulamentos técnicos que visam exatamente dar maior controle, maior visibilidade para esse tipo de produto, para que elas tenham segurança, e medidas de proteção e segurança para o trabalhador e para o consumidor. Ou seja, todas aquelas informações que constam nos rótulos e bulas dos produtos agrotóxicos, de como utilizar, o que utilizar para se proteger, qual o equipamento de proteção individual mais adequado para utilizar. Então, tudo isso aí é avaliado pela ANVISA.

Na atividade pós-registro o que a gente tem? E aí é o controle propriamente dito, ou seja, depois que é feita a análise toxicológica do produto e que a ANVISA diz ao Ministério da Agricultura: "Ok, tudo bem, vamos registrar esse produto", esse produto vai para o mercado. E aí acabou a nossa responsabilidade? Não. Aí é que tem início, vamos dizer, a batalha do controle pelo uso correto.

E aí nós temos a coordenação da rede nacional de centros de informação e assistência toxicológica, que são 32 centros, espalhados por todos os estados do país, que passam informações do tratamento clínico para intoxicados. Essa coordenação desses centros é da ANVISA. Então, é um serviço médico.

Reavaliação toxicológica dos agrotóxicos. É uma coisa importante de se entender o seguinte: o registro de agrotóxicos do Brasil, ele difere do registro de medicamentos, por exemplo, porque o registro de medicamento ele tem que ser renovado, a cada cinco anos ele é renovado. E o registro de agrotóxicos não. Uma vez obtido o registro, esse registro vale para o resto da vida, a não ser que alguns fatores indiquem às autoridades responsáveis pelo controle desse produto que esse produto precisa ser revisto.

E, por isso, foi criado, de acordo com a Lei de Agrotóxico, o Decreto 4.074, foi criado o procedimento de reavaliação toxicologia dos agrotóxicos. Então, Lei 7.802, e Decreto 4.074, aprovado por essa Casa, que trata da reavaliação toxicológica dos agrotóxicos. Ou seja, periodicamente alguns ingredientes ativos deverão ser revistos.

Quais são os critérios que levam a ANVISA a submeter um determinado ingrediente ativo de agrotóxico a uma reavaliação? São os critérios de impacto à saúde, características toxicológicas desse produto, novas descobertas científicas, alertas internacionais. [soa a campainha]. Já? Vamos para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas pode concluir.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Vou concluir. E também o trabalho de capacitação e toxicologia de todos os agentes da rede, da rede do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que perpassa por todos os estados e todos os municípios do país.

Fiscalizações, que é uma inovação que a ANVISA tem implementado agora a partir do ano de 2009 e, propriamente dito, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. Próximo, por favor.

Qual o objetivo do programa? O objetivo maior é monitorar a qualidade de alimentos quanto à utilização de agrotóxicos e afins, visando segurança alimentar. Próximo.

Dentro dos objetivos específicos, avaliar o uso e mapear a distribuição de agrotóxicos e rastrear a fonte dos problemas e subsidiar ações de vigilância sanitária, que é a preocupação do Senador Goellner. Ou seja, do que a adianta dizer que o tomate está com problema, se eu não dizer de onde ele vem. Esse é o ponto chave para a gente conseguir controlar a contaminação dos alimentos. Próximo.

Então, o programa teve início em 2001, e como vocês podem ver nessa linha do tempo aqui, em 2010, nós atingimos a abrangência nacional, ou seja, todos os estados do país estão envolvidos na coleta e análise de alimentos tratados com agrotóxicos.

O investimento desde o início é de cerca de 32 milhões de reais, que a ANVISA investiu na rede, com investimentos de 2.5 milhão/ano, nas atividades do PARA, e investimento em laboratório de cerca de 12 milhões até o ano de 2008. Próximo.

Então, só o estado de Alagoas não coletou este ano. Então, o ano que vem o estado de Alagoas também está inserido no programa. Então, teremos 26 estados e o Distrito Federal envolvidos na coleta de alimentos. Próximo.

Quais são os alimentos coletados? Até 2007 eram nove: alface banana, batata, cenoura, laranja, maçã, mamão, morango e o tomate. De 2008 inserimos mais 11: arroz, feijão, abacaxi, cebola, manga pimentão, repolho e uva. E para 2009, inserimos beterraba, couve e pepino.

Os diferentes agrotóxicos analisados somam 234 diferentes agrotóxicos registrados no país, ou não, que são analisados. Aqui é só para mostrar para vocês, que é tudo padronizado, as coletas são feitas de acordo com a orientação do *Codex*, pode passar, *Codex Alimentarius*, da FAO.

Nós temos um contrato com os Correios, o grande problema do programa no início era o seguinte: os estados não tinham orçamento até março para pagar envio de amostra pelo correio. Então, a ANVISA fez um contrato com os Correios para que o programa seja

ininterrupto. Ele só para em janeiro e fevereiro. Logo depois do carnaval, a gente já começa o programa. Então, no período de férias ele para, caso contrário ele é o ano inteiro. Próximo.

Equipamentos de ponta, de última geração. Equipamentos que permitem calcular na casa do trilhão, então, a gente consegue pegar partículas, as menores possíveis, em menor quantidade possível, porque os equipamentos são de ponta, de última geração, são os mesmos utilizados em laboratórios europeus que monitoram os alimentos que saem do país e vão para lá. Próximo.

Aqui é um pouco do cenário das amostras satisfatórias por alimento que a gente vem encontrando, e aquilo que o Senador disse, que o pimentão ano passado, realmente surpreendeu negativamente.

Aqui, eu já estou chegando ao fim, é só para a atenção de vocês. Todos esses ingredientes ativos que estão em vermelho foram utilizados indevidamente nesse alimento em específico, abacaxi, alface, então, todos que estão em vermelho. E todos foram submetidos à reavaliação da ANVISA.

Ou seja, os resultados do programa também auxiliam as ações de controle no pós-registro, no que diz respeito à reavaliação desses ativos. Se é um ativo perigoso e está sendo usado indevidamente, o que a gente tem que fazer com ele? Então, por exemplo, o Endosulfan existe uma consulta pública para ele, para banimento do produto do país, por questões toxicológicas. Próximo. Próximo. Aqui é mesma coisa.

Bom, e só para chegar ao fim, o que ANVISA tem feito, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária tem feito para, de posse desses resultados, tentar corrigir os problemas? Então, nós temos desenvolvimento de programas locais. Ou seja, os próprios estados já estão assumindo isso como atividade de rotina e já estão fazendo controle desses produtos. Então, em São Paulo, nós temos, em Pernambuco, Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais.

Só um exemplo importante no Espírito Santo. No ano de 2004, nós tivemos um problema de importação de morango do Espírito Santo, ou seja, Pernambuco importando morango do Espírito Santo. O programa detectou um problema muito sério, que era [soa a campanha] agrotóxicos não autorizados para aquela cultura. O Ministério Público entrou com uma ação, corretiva, e o Estado do Espírito Santo, hoje, tem um índice de 2% de contaminação, apenas, do morango.

Então, foi uma ação específica, localizada, conjunta com o Ministério da Agricultura, e Secretaria de Agricultura local, e corrigiu o problema. Hoje, o espírito do Santo tem um controle, um programa de controle de qualidade do morango.

Então, por que eu estou enfatizando isso aqui? Porque se é possível fazer isso no Espírito Santo, por que não é possível estender isso aos outros estados? Hoje a gente sabe de onde vem o morango no Espírito Santo, quem produz, o ele tem, o que foi aplicado nele. Então é a ideia do Senador.

Eu acho que aqui o resto é importante dizer. Só mais uma, por favor. Esse ponto é importante. A ANVISA tem trabalhado conjuntamente com o Ministério da Agricultura na questão do Programa Pró-Orgânico do Ministério da Agricultura, com o novo decreto para produção de orgânico.

Nós temos trabalhado na construção da regulamentação dos produtos que poderão ser utilizados na agricultura orgânica, porque nós acreditamos que para a grande maioria dos hortifrutis que são produzidos em pequena escala, a produção orgânica é a mais adequada.

E também... Acabou, pode passar... Na questão dos... Todos os resultados são informados ao Ministério da Agricultura e à Polícia Federal e eles estão... Pode passar. Pode passar. Pode passar. Todos os nossos resultados estão disponíveis na nossa página, desde 2001 até agora. Todos os processos de registro de agrotóxicos que estão em andamento na ANVISA estão disponíveis, a pedido desta Casa, estão disponíveis na página da ANVISA, ou seja, hoje é possível entrar na página da ANVISA e saber qual empresa protocolou que processo, para que tipo de produto, para que tipo de alimento. Os atos todos são publicados, ou seja, toda vez que a gente concede um registro, que a gente autoriza o Ministério da Agricultura, aqui do ponto de vista toxicológico, eles podem registrar, nós publicamos isso na página da ANVISA. E todos os pareceres técnicos, de indeferimento também estão lá.

Desculpa ter passado o meu tempo. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, houve, na verdade, uma compensação. O tempo que o Carlos deixou disponível você acabou utilizando. Então, não tem problema.

Nós ouvimos agora, portanto, a manifestação de dois representantes do Governo. Agora, nós vamos ouvir os dois representantes da iniciativa privada.

Com a palavra o Sr. José Otávio Machado, que é Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Senador Valter Pereira, é um grande prazer estar aqui, é uma honra estarmos participando e dando a nossa contribuição nesse tema que reputamos aí [soa a campanha] de grande importância para o Brasil, para

a agricultura brasileira, tanto para o mercado interno, como para exportação.

Quando se fala em alimento seguro e saudável, nós temos que lembrar que existem pelo menos três aspectos que tem que ser considerados. Um são eventuais resíduos químicos, entre eles os defensivos. O outro ponto importante é a presença de microtoxinas que são as toxinas produzidas por fungos, que se desenvolvem principalmente na fase final de maturação e na pós-colheita; e em terceiro, a presença de microorganismos patogênicos, como o caso das salmonelas.

E não existe clareza ainda da importância relativa desses três, dessas três formas de contaminação ou de resíduos, embora aparentemente os casos relatados com maior frequência de intoxicações alimentares se refiram a microorganismos patogênicos, sabidamente a salmonela.

Então, se nós queremos, de fato, proporcionar alimento seguro e saudável à nossa população e a quem compra do Brasil, nós temos que pensar nos três aspectos.

O tema aqui está enfocando mais na parte de defensivos. Então, eu vou me ater mais na parte da presença de defensivos ou de agrotóxicos. Embora, eu acho que essa proposta apresentada pelo MAPA, que aborda não só o aspecto de defensivos, mas também de toxinas e de organismos, microorganismos patogênicos, é extremamente importante e tem que ser considerado num eventual projeto de lei elaborado aqui por esta Casa. Abranger os três aspectos.

Quando nós falamos em defensivos agrícolas, nós temos que lembrar, primeira coisa: a qualidade do produto que está disponível aos nossos agricultores. Um produto, hoje, para ser utilizado pelos nossos agricultores, ele passa por um período de 10 a 12 anos de desenvolvimento, aonde as empresas investem cerca de 300 milhões de dólares.

De cada 200.000 moléculas, só uma chega ao comércio, e essas moléculas, via de regra, tem boas características, não só do ponto de vista agrônomo, de eficiência biológica, mas também tem boas características do ponto de vista toxicológico e ambiental.

Após esse processo de desenvolvimento há necessidade de um registro. E no registro são apresentados os estudos toxicológicos, agrônômicos, ambientais e esse é um processo extremamente rigoroso. Então, só se pode utilizar um produto aqui no Brasil, após ele ser registrado, ou seja, passar por um processo muito rigoroso de análise, pelos três órgãos envolvidos no processo, MAPA, IBAMA e ANVISA.

E ainda, esse produto tem que ser cadastrado nos estados.

Então, nós temos uma garantia de que os produtos têm boa qualidade. Por que ainda ocorrem problemas... Eventuais problemas de inconformidades? Existem duas razões de haverem essas inconformidades.

Ou porque surge registro de produto não registrado, que aparece nas estatísticas como não autorizados e esse tem sido a maioria, cerca de 80% das inconformidades são devido a produtos não registrados. Por quê? Porque as pragas existem, elas causam perdas de cerca de 40% na produtividade, e se o agricultor, seja ele de uma grande agricultura, uma pequena cultura, ele tem a praga, ele vai perder a produtividade, ele vai ter a sua produção prejudicada, ele não vai ter a sustentabilidade econômica para o seu negócio, ele acaba lançando mão de algum produto que não está registrado.

Então, acho que a primeira providência, a mais importante, devido a sua importância relativa é nós termos um processo claro de... Que facilite, que estimule, que garanta o registro de produtos, de opções, de alternativas para o agricultor, além de ele usar... A gente sempre pensa em manejo integrado de pragas, então nós temos que pensar em todas as alternativas, inclusive na alternativa química.

E, para isso, nós temos que ter um procedimento aqui no Brasil que estimule as empresas a registrarem defensivos agrícolas para aquelas culturas onde não existe opções. Nós temos culturas onde não existe um produto sequer registrado, as pragas existem e aí o agricultor e o próprio engenheiro agrônomo extensionista, fica numa situação difícil, porque ele não tem apoio legal para poder recomendar, para poder prescrever um produto adequado para contribuir no manejo integrado dessa praga.

Um outro aspecto é quando realmente esse produto que está registrado para a cultura, ele é aplicado inadequadamente e os resíduos detectam limites acima daquele mínimo, daquele máximo permitido. Acima do LMR, que é o limite máximo de resíduos. E aí é maioria das inconformidades que ocorrem esse problema.

Bem, então, se a gente tem... Se nós tivermos, se nós já temos produtos registrados que são de boa qualidade e se nós tivermos uma legislação que estimule essa lacuna de falta de opções nas culturas de menor suporte sanitário, que são as chamadas *minor crops*, nós resolvemos 80, 90% do assunto.

O restante é educação e treinamento. É nós trabalharmos para que... Envolvendo a indústria e envolvendo o Governo, através do Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, ANVISA, IBAMA, no treinamento desses agricultores, para que eles usem corretamente.

A principal razão de haver resíduos acima do limite máximo de produtos registrados é quando não se obedece, por exemplo, o período de carência, que é o tempo de aplicação à colheita.

Então, se nós tivermos essa ideia, que é acho que é o fulcro aqui da discussão, que é a rastreabilidade, nós podemos dirigir todo o esforço de educação e treinamento naqueles locais aonde realmente existe o problema.

Então, se através de um trabalho, quer seja feito pelo PAA, quer seja feito pelo programa do Ministério da Agricultura, quer pelo seu CEAGESP, a própria ANDEF, já desenvolveu há muito tempo o programa chamado SIRAH que é o Sistema de Informação de Resíduos de Agrotóxicos em Hortaliças, quer de empresas particulares. O Pão de Açúcar já vem fazendo isso.

Se através dessa rastreabilidade eu sei onde foi produzido um alimento que apresentou resíduo, eu vou focar o meu treinamento nesse local aonde está havendo o problema.

Só para ter uma ideia, no ano de 2008, só a indústria treinou mais de um milhão de agricultores, através de palestras, dias de campo, *workshops*, etc., só que esse treinamento é aleatório. Se nós pudermos dirigir esse treinamento para os locais onde realmente existe a necessidade, nós certamente seremos muito mais suficientes em suprir essa necessidade.

Um outro aspecto importante é nós podermos muito mais do que punir eventuais agricultores que cometam qualquer tipo de uso inadequado, é nós nos propormos a educá-los, a treiná-los. E nós temos uma ampla rede de multiplicadores aqui no Brasil. Nós temos engenheiros agrônomos, da EMATER, nós temos engenheiros agrônomos ou outros técnicos em Ciências Agrárias no SENAR.

Só a ANDEF, neste período de 20 anos que vem trabalhado com educação e treinamento, treinou mais 30 mil multiplicadores, que são pessoas que tem competência, que tem como função levar esse tipo de informação, além de outras informações, aos agricultores. Que é uma recomposição, uma orientação, um estímulo à assistência técnica e extensão rural aqui no Brasil.

Então, eu tenho certeza que com uma união da iniciativa privada, das empresas representadas aqui pela ANDEF que já exercem esse trabalho, juntamente com o Governo, através dos Ministérios da Agricultura, Saúde e Ambiente, nós poderemos, e tendo essa ideia da rastreabilidade, tendo foco, chegando direto nos locais onde estão os problemas, nós podemos resolver quase em 100% esses problemas.

Eu acho que a discussão aqui é saber se todas essas iniciativas que já foram apresentadas pelo MAPA, pela ANVISA e nós sabemos que o CEAGESP, a própria ANDEF, o Pão de Açúcar tem de fazer uma análise de resíduos, quais seriam as vantagens de nós termos uma lei disciplinando isso.

E a discussão é: será que nós não estamos até duplicando esforços? Não seria o caso de racionalizar esse trabalho de levantamento, de monitoramento sistemático de resíduos? E podermos ter uma política pública preocupada com [soa a campanha] em garantir a qualidade desses alimentos? Não só para o povo brasileiro, mas também evitando qualquer tipo de barreira não tarifária nas exportações, já que o Brasil é o país aí que tem tudo para ser o líder no agronegócio.

O mercado, particularmente de frutas, está aberto para o Brasil, mas se nós não tivemos a qualidade, nós não vamos poder atender esse mercado exigente e cada vez mais exigente na sua qualidade.

Então, era isso, senador. Eu agradeço essa oportunidade. Fico a disposição, agradeço aos demais senadores presentes, os colegas aqui de Mesa, senhoras e senhores, e ficamos a disposição para qualquer tipo de contribuição, porque eu acho que essa iniciativa deve ser louvável.

Só desse assunto estar aqui na pauta do Senado, já é uma demonstração clara que de que existe a possibilidade de nós, definitivamente, superarmos esses obstáculos devido a esses resíduos, esses problemas de resíduos e contaminantes, que vêm maculando a agricultura brasileira e o agronegócio e a economia brasileira, como um todo, perde com isso.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a sua intervenção. E confirmamos aqui que realmente essa preocupação existe e não é por acaso que nós estamos debatendo o assunto na Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Nós vamos passar a palavra agora ao Sr. José Roberto Ros, que é diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Defesa Agrícola, o SINDAG.

SR. JOSÉ ROBERTO DA ROS: Bom, o SINDAG agradece o convite a participar numa... Sobre um tema tão importante, e o objetivo principal nosso é mostrar o cenário de defensivos agrícolas no Brasil, para que não haja interpretações, que às vezes, um pouco errôneas sobre o nosso setor.

O Brasil, muita gente diz que o Brasil usa mais defensivo que os Estados Unidos, que é um absurdo isso aí, porque a área plantada lá é maior do que a nossa, etc. Mas nós temos diferenças, nós temos uma agricultura tropical, com necessidades diferentes dos

outros países. Uma coisa é produzir soja no Brasil, a outra é produzir na Argentina ou produzir nos Estados Unidos. Eles não têm ferrugem e tem muitas pragas que atacam aqui que não atacam lá. Então nós temos um maior número de pragas, uma maior severidade do ataque, com isso, a necessidade de aplicar mais vezes, maiores intervenções, medidas de controle mais intensas, no caso do defensivo agrícola.

Nós temos, no caso, a ferrugem da soja, a lagarta do cartucho, manchas foliares no milho, a ramulose, manchas foliares, bicudo no algodão, a famosa mosca das frutas.

Então, não pode se comparar agricultura tropical, que hoje o Brasil domina essa técnica, através da EMBRAPA, com agricultura na mesma cultura, mas em outro país. Próximo.

Essa é divisão por classes, como nós vemos ali, a área de herbicidas é quase 50% de todo o mercado, depois os inseticidas, os fungicidas, os acaricidas e os outros. A próxima.

E aí, separado por culturas; se vocês somarem as cinco maiores culturas – soja, milho, cana, algodão, café – nós temos mais de 80% de uso de defensivo agrícola, e nós não temos problema de resíduos nessas culturas aí.

Então, se você pegar a venda do ano 2000, que nós vendemos dois bilhões de dólares e hoje, que nós vendemos sete, a gente não pode dizer que aumentou três vezes e meia. E o pessoal que consome hortaliças então, “Pô, no meu pimentão estão aplicando três vezes e meia mais, eu estou preocupado.” E não é verdade. É um país extremamente concentrado no defensivo agrícola. As cinco maiores culturas é mais de 80%.

Se vocês pegarem... HFF quer dizer hortaliças, frutas e flores, é muito pequeno em relação ao resto do país.

Já foi mencionado aqui que o custo de desenvolvimento de um novo produto está beirando os trezentos, trezentos e poucos milhões de dólares.

Então, é impossível você gastar um dinheiro desse para desenvolver para uma cultura pequena, apesar do Brasil ser um país grande. Não há um retorno sobre o investimento. Então, se você não tem um produto que funciona nas grandes culturas, fica inviável qualquer tipo de investimento. A próxima, por favor.

Aí por estados também. Se você somar os estados, você vai ver que 80% são os cinco maiores estados, e são os estados que produzem os grãos, soja, algodão, é o trigo, e assim por diante. É um mercado concentrado, é uma agricultura bastante concentrada. Próxima.

Eu coloquei as pequenas culturas, porque essas pequenas culturas é o motivo da reunião hoje. Então,

você vê que a horticultura é 52 milhões de dólares, é o mercado total. Fica difícil para uma empresa investir milhões e na área de registro do produto, para um mercado muito pequeno.

Então, o Governo precisa fazer alguma coisa para incentivar as empresas a registrarem produtos para as chamadas *minor crops*, ou há quem diga que é o *minor users*, porque não há nenhum atrativo econômico financeiro. Todas as empresas tem o seu *budget*, e elas estabelecem com seu *budget* as prioridades, e essas pequenas culturas vão lá para o fim das propriedades.

Se o Governo não fizer nada a respeito, como já existe o projeto de lei sobre as culturas de pequeno suporte fitossanitário, que já faz tempo que já está andando, então, se esse projeto não sair, fica difícil as empresas realmente registrar esses produtos para as pequenas culturas. E que já foi dito aqui também que 50% das inconformidades em relação à análise de resíduos, foi porque o produto não estava registrado para aquela cultura.

Isso não quer dizer que se tiver o produto está registrado no tomate, se estava no tomate, “Está bem, posso comer o tomate.” Mas é o mesmo produto, com o mesmo MR, “No pimentão não posso, porque não está registrado.” Mas isso não quer dizer que toxicologicamente exista um perigo nesse sentido.

Então, se o governo não ajudar, e eu acho que essa Casa é a Casa que a gente deve discutir isso aqui, não haverá incentivo para resolução desse tipo de problema. Uma outra coisa que a gente, a opinião da indústria é que quanto mais análises de resíduos, quanto mais programas existirem é melhor, porque nós lutamos para ter uma agricultura sustentável, ter uma produção de alimento em quantidade suficiente, com qualidade e com segurança alimentar.

Então, quanto mais programas de resíduos existirem, é melhor para o Brasil, mas que esse programa deve também atingir aqueles alimentos que são importados. Quer dizer, nós produzimos aqui, nós temos que fazer um controle do que é produzido aqui, mas tudo aquilo que nós importamos também precisa ser controlado, porque lá eles controlam a nossa exportação.

Então, esse programa deve ser bem feito e deve ter... Por isso que nós acreditamos que ter uma legislação sobre isso tudo, como fazer análises de resíduos, a ANVISA já mostrou aqui como é complicado fazer tudo isso, os laboratórios têm que ser capacitados, tem que ser auditados, e isso custa muito dinheiro.

O Carlos Venâncio já mostrou também o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes que é muito bom, mas esses planos têm que ser turbinados, tem que ter um recurso para pagar tudo isso

aí. Porque não tem recurso e nós sabemos que o Ministério da Agricultura ainda sofre muito com todo esse problema de verba.

Então, se uma legislação pudesse estabelecer um recurso para que esse programa seja turbinado, seja incluído novas culturas, você vê aí que nós temos muitas hortaliças, tem acerola, por exemplo, é exportada para todo lugar, para o Japão, tudo, não tem um produto registrado. É um absurdo tudo isso aí. Não tem nada registrado. Você pega quiabo, você pega hortaliças que. ... Gengibre, por exemplo, que tem cidadezinhas pequenas no Estado de São Paulo que vive da plantação de gengibre e não tem um produto registrado. Então, eu acho que essa Casa deve cuidar para resolver esse tipo de problema.

E para terminar, então, quanto mais controle houver, é melhor para nós. Mas esse controle deve ser feito de uma maneira bastante efetiva.

A indústria participou de um acordo [soa a campanha] com o pessoal do CEAGESP, financiando essa parte de análises e funcionou muito bem. Por que funcionava bem? O agricultor entregava a caixinha dele de morango para vender no CEAGESP, era feita uma análise, se a análise tivesse inconformidade, a CEAGESP comunicava esse agricultor e dizia: “Olha, a próxima vez nós não vamos receber o seu produto”. Isso seria a morte econômica do agricultor, porque se ele não pudesse vender a mercadoria dele através do CEAGESP, ele estava economicamente falido.

Então é um problema que essa rastreabilidade deu e que realmente resolveu o problema. Aquele agricultor não iria entregar mais. Ele era obrigado a procurar uma assistência técnica para resolver o problema que ele tinha. E as próximas entregas, a mercadoria tinha que estar dentro dos padrões.

Era isso que eu tinha que falar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos também o Dr. José Roberto pelas explicações. Acho que ele trouxe realmente notícias que são surpreendentes para todos nós.

É incrível imaginar que algumas culturas como acerola, talvez a beterraba, e outras mais, não tem defensivos registrados para combater as pragas.

E isso aí, de certa forma, começa a explicar um outro fenômeno que nós temos observado em nossa atividade aqui, que é o contrabando, contrabando de tais produtos.

Então, de repente um produto... A falta de um produto está justificando o ilícito de outros produtos. O que é, efetivamente, muito grave, e precisa que nós intervenhamos com a nossa função, com nossa atividade, que é de legislar.

Nós vamos passar agora aos debates. E nós agradecemos a todos os expositores, antes de passar à segunda fase pelo... Pela racionalidade com que fizeram os seus painéis.

Com a palavra, em primeiro lugar, o Senador Gilberto Goellner, que é autor do requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, realmente foram muito concisas, precisas, elucidativas, todas as apresentações.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Ricardo Velloso, da ANVISA, sobre o uso do BTI para o controle da dengue, do mosquito da dengue, sendo que esse produto, ele... Toxicologicamente muito seguro, ele... BTI... É um bacilo igual se usa hoje nas grandes culturas também, e foi indicado pela EMBRAPA, que ele poderia servir no controle do mosquito da dengue, inclusive em algumas escolas, em alguns municípios já estão usando, inclusive os agentes mirins que são os estudantes, que fazem o serviço, fazem essa avaliação nas suas próprias casas e residências e outras também.

Então, como o produto contra a dengue no controle dessa epidemia, ele 70% aproximadamente é utilizado dentro do circuito do terreno e da residência externa do cidadão, das casas, eu pergunto: por que não intensificar o uso desse bacilo no controle do mosquito da dengue, já que ele é extremamente mais seguro?

E a gente sabe também que os demais têm eficiência, porém não apresentam a segurança que esse bacilo apresenta. Então, essa seria a primeira pergunta.

E eu também coloco na Mesa a seguinte, a seguinte questão: os engenheiros agrônomos, eles gostariam de ter uma maior liberdade no serviço de assistência técnica à extensão rural, no sentido de poder colocar a sua recomendação em função às vezes de uma subdosagem, necessária às vezes por uma avaliação dentro de um manejo integrado de pragas, uma subdosagem que na avaliação em característica se apresenta como a mais favorável de eficiência e controle econômica e ambientalmente também.

Então, nesse sentido, hoje eles estão muito atrelados à necessidade de apresentar um relatório de utilização e de responsabilidade técnica do uso de alguns inseticidas, dentro da estrita recomendação técnica colocada pelos órgãos de fiscalização e controle da recomendação daquele produto.

Então, esse procedimento daria maior responsabilidade também a esse técnico, na formulação e na recomendação que nem sempre é necessária a dosagem total. Então, nesse sentido eu gostaria de ver da ANDEF, do SINDAG, qual é sua avaliação a respeito.

E dizer que realmente nós precisamos disciplinar e viabilizar o uso em todas as culturas de produtos químicos, que poderiam, então, estar mais amplamente presente nas avaliações, já que alguns alimentos, alguns produtos, algumas culturas não apresentam recomendação de produtos químicos nenhum e sabe que se usa.

Então, como o incentivo econômico não está a permitir o registro, nós queremos saber também da ANVISA, do Ministério da Agricultura, qual é a solução para esse caso?

E dizer que não nos resta mais do que fazer uma, realmente, propor um projeto de lei, aqui no Senado, que é nosso interesse, para, quem sabe, dotar, disciplinar todo esse monitoramento, esse, de controle de resíduos, rastreabilidade, enfim, dar mais segurança ao produtor, ao consumidor em todos os aspectos, e ao aplicador, quem aplica os produtos químicos, e que tão necessários, mas usados de forma errada, comprometem seriamente a saúde.

Seriam esses dois os nossos questionamentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós vamos passar a palavra ao Senador Neuto de Conto, e em seguida nós passaremos para a réplica.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Sras. e Srs. Senadores.

Cumprimentar a cada um dos debatedores, expositores dessa matéria tão importante para a vida do Brasil.

A agricultura é, historicamente, está no presente e será no futuro, a maior área da economia para o país, quer seja para o mercado interno, quer seja para o mercado internacional. Essa agricultura que não só alimenta os 190 milhões de brasileiros, mas que participa significativamente na balança comercial do Brasil, hoje com 34% das exportações.

Esta agricultura em que tem um espaço muito grande para o seu crescimento, principalmente pela desistência da produção de carnes pela Europa, por falta de espaço na Ásia e, principalmente, pelo nosso clima, pela nossa chuva, pelo nosso sol, pela nossa tecnologia e pela nossa gente, é que temos a oportunidade de ter nesse seguimento e vamos ser, mais de 50% da economia do Brasil.

Por isso, é o primeiro grande passo e eu tenho uma preocupação muito grande. Quando nós temos os estoques estratégicos da economia do Brasil, que dá a segurança principalmente na energia, produzindo usinas e prevendo usinas para o futuro, para que o Brasil continue a crescer. Quando nós vemos o pe-

tróleo e agora com o pré-sal, sendo uma área estratégica da nação. E não encontramos a estratégia da agricultura.

Hoje, nós importamos mais de 70% dos insumos. Se esses países deixarem de vender, por qualquer razão, qualquer catástrofe nesses países fornecedores, esta potencialidade fica prejudicada. Nós temos minérios, principalmente fósforo e fosfatos, e hoje os demais, através da PETROBRAS, temos as jazidas, praticamente na mão de multinacionais, todas elas, e nenhuma em atividade.

Então, eu levo para este discurso, primeiro o grande problema que a nação tem e terá que se preocupar e terá que encontrar solução, para ter a mesma estratégia que tem no petróleo, na energia, também para produzir comida para os brasileiros, e comida até para o mundo.

O segundo ponto que me preocupa muito é a qualidade da comida. É o tema que está se debatendo aqui no dia de hoje. Quando sabemos, eu escutei aqui que muitos supermercados já instrui, orienta seus fornecedores, em particular o hortifrutigranjeiro.

Mas nós encontramos nos 5.600 municípios no Brasil, feiras populares e feiras livres, em que o seu produtor vai vender o produto nessas feiras, e eu não encontro nenhuma forma de fiscalização da qualidade do produto. É lógico que essa qualidade ela tem que vir, tem que iniciar na educação. A educação é a base de todo esse processo.

Mas quando não se tem, como o Senador Gilberto Goellner bem colocou, como autor desse Requerimento, de que quem é o responsável pela área, quando as empresas, por não ser economicamente viável, deixa de registrar e certamente esses produtores estão usando produtos clandestinos, ou produtos de outras fontes. E que vai atingir a quem? A nós mesmos, os próprios brasileiros. Então, essa é uma preocupação muito grande.

E quando nós temos esta tecnologia avançada, o trabalho da EMBRAPA se aprofundando a cada dia que passa, mas que lá na ponta, lá no nosso interior de todo esse Brasil, em que as pessoas buscam alimentação, o seu combustível, sem se preocupar... É muito difícil encontrar alguém que lê um rótulo, é muito difícil encontrar alguém que vai perguntar se no morango, na alface, em todo o processo existe agrotóxico, e qual o agrotóxico que tem.

Eu venho do interior. Sou da pequena propriedade rural, tenho a pretensão de dizer que sou frequentador de supermercado, principalmente nas gôndolas de frutas e de legumes. E vou—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, V. Exa. está se esquecendo das maçãs.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Também. A nossa... Esse processo todo e a inovação, eu... [risos] o meu estado, o Senador Valter Pereira, o nosso Presidente, ele lembra, eu fui Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, quando não se plantava maçã.

E por um processo de clima, de pesquisa, hoje nós somos o primeiro produtor nacional e exportamos para mais de 40 países. Eu chamo que nós exportamos água, porque fruta é armazenar água. No fruto e nesse armazenar essa água de boa qualidade, se produz, e quase todos os processos hortifrutigranjeiros, é armazenamento de água.

Então, aí começa na qualidade da água, na qualidade de seus ingredientes que vai compor a formação de todo o processo.

Por isso, Presidente, Senador Goellner, eu quero cumprimentá-lo pelo tema, pela preocupação, porque tudo é válido, tudo é importante nesse país, portanto.

E todo o processo, todo o processo de crescimento, é o asfalto, é a usina, é o petróleo, é a escola, é a universidade. Mas toda a prosperidade é falsa, se nós não temos o ser humano como patrimônio maior.

E aqui está a discussão para termos esse patrimônio maior, sadio, forte, inteligente, competente, que através da sua inteligência é que nós vamos fazer o futuro dessa pátria.

Por isso que eu quero cumprimentá-los por esse tema importante, senadores, mas por aqueles que vêm aqui também esclarecer. A preocupação é permanente, e só teremos sucesso, se nós termos leis, mas principalmente o cumprimento e o produto.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, Senador Neuto de Conto. Mas V. Exa. não me respondeu da maçã, aquela que V. Exa. está devendo para nós.

[risos]

Mas eu acho que esse debate é importante. Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção, relacionada a um assunto que o Senador Neuto e o Goellner também, acho que acabou aferindo, que é com relação ao produto lá na ponta, lá do consumidor.

Basta a gente fazer uma viagem de carro e parar nos restaurantes. É claro que existem muitos deles que oferecem produtos de qualidade tão exemplar a ponto de tornarem-se referências de paradas de estacionamento. Mas outros tantos são referências de sujeira, de desmazelo, de desrespeito para o consumidor.

E existe o inimigo número um do consumidor quando precisa de alimentos que é essa '*maledita*' salmonela, e que está aí exposta em tantos estabelecimentos nas rodovias afora.

Então, qual é a estrutura de fiscalização que o Ministério da Agricultura detém para o controle, para fiscalização desses produtos, já que o consumidor, na estrada, é uma vítima em potencial desse grande inimigo chamado salmonela, além de tantos outros que estão na mesa do consumidor?

E aqui tem dois representantes do governo, o Dr. Carlos Venâncio já me deu até uma explicação: a nossa área é da porteira para dentro; a área da ANVISA, que é do Ricardo, é da porteira para fora. Então, eu acho que é uma pergunta mais focalizada para o Dr. Ricardo.

A outra questão que eu gostaria de indagar é com relação a essa deficiência que foi apontada aqui sobre os registros, sobre os registros de defensivos para essas pequenas culturas e que, pelo que senti, há uma... Há um consenso no sentido de que realmente ela está presente, ela existe.

Outra questão que eu gostaria de mencionar é com relação a um noticiário que foi dado ao conhecimento público, há algum tempo atrás, sobre o qual a indústria estaria, teria postulado e conseguido na justiça, a proibição para divulgação de relatório sobre resíduos de agrotóxicos, de alguns produtos. Isso daí efetivamente a todos preocupa, porque é na transparência que o consumidor pode ter a proteção, tomando conhecimento, obviamente, de que este ou aquele produto estão suscetíveis ao uso de determinados agrotóxicos.

Então, a pergunta que eu gostaria de fazer é se efetivamente a ANVISA, hoje, está sofrendo algum tipo de restrição, algum tipo de censura na divulgação desses dados, que são fundamentais, que são essenciais para consumidores e para agentes públicos? Se ela tem essas restrições, nós gostaríamos de conhecer, quais as dificuldades que isso está trazendo para os órgãos públicos; e de parte da iniciativa privada, que também está presente, qual é o motivo que leva a postular este silêncio também na área de saúde pública.

Então, essas são as indagações que eu gostaria de fazer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de acrescentar também, já que temos três senadores presentes, nós estamos com um Projeto de Lei, 337, que está em andamento aqui na Casa, está na CCT e vai ainda para Comissão de Assuntos Sociais e também para a Agricultura, que altera o art. 7º da Lei 7.802, de 11 de julho de 89, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

E da forma como o autor, Senador Valdir Raupp, coloca as modificações desse art. 7º, instituindo código de barra, ou mecanismo similar do registro de informações, de produto ou de lotes de produção das matérias primas, seus fornecedores, utilizados na fabricação, do processo de fabricação e controle de qualidade, nós vemos que é extremamente dificultoso nós não passarmos por um substitutivo, onde deveríamos construir algo mais factível, de controle desse sistema.

Então, essa rastreabilidade, de toda a cadeia produtiva, incluindo o armazenamento, o transporte, a comercialização, o retorno das embalagens, por meio de registro eletrônico, ele poderia até permitir a fiscalização melhor do poder público.

Agora, é humanamente dificultoso se promover todos esses aspectos, inserir isso aí automaticamente numa lei, alterando a Lei 7.702.

Então, eu gostaria de perguntar aos palestrantes qual sua opinião e contribuição que dariam para a formatação de uma rastreabilidade de resíduos de agrotóxicos em alimentos no país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então, agora nós vamos passar a palavra para os expositores, a fim de darem resposta ao que foi indagado.

Nós vamos começar aqui pelo Sr. Carlos Venâncio.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Falar um pouquinho sobre as perguntas.

Então, primeiro, sobre a questão da recomendação de agrotóxicos no campo, que é uma área... Principalmente dos engenheiros agrônomos, que estão atuando diretamente com os produtores.

Então, hoje o engenheiro agrônomo, ele tem não tem nenhuma liberdade para prescrever o produto. Então, muitas vezes ele pode ver uma... Ele pode ver uma condição de campo que não necessite ele aplicar uma dose cheia, que a gente chama, dose completa do produto, mas ele é obrigado, legalmente, a fazer isso, porque ele não pode recomendar nada de que não esteja no rótulo do produto.

Esse é um problema, porque foge à realidade, foge à área técnica. Então, ele vai recomendar, fazer uma recomendação que na verdade, não é aquilo que realmente a cultura precisa. Ele poderia recomendar menos.

Essa situação a gente não vê em outras áreas, como por exemplo, a área dos medicamentos veterinários; os veterinários têm liberdade para decidir qual a dose adequada para aplicar nos médicos veterinários. Então, os médicos também podem... Têm essa liberdade. Então, o responsável técnico por cada área,

tem a liberdade, o que não acontece na área dos engenheiros agrônomos.

Uma outra questão é proposta de regulamentação para as culturas pequenas, para as ditas *minor crops*, as culturas sem nenhum produto registrado.

Então, a rigor a gente tem culturas, como por exemplo, a beterraba, que não tem nenhum inseticida registrado. Então, se eu monitoro uma cultura como essa, eu vou encontrar irregularidades, porque o produtor ele usa agrotóxicos, ele precisa, ele tem que produzir. E a produção convencional dessa cultura é permitida, só que não existe viabilidade técnica, não existe meio técnico possível de eu produzir aquela cultura num sistema convencional.

Então, no rigor da lei, somente a agricultura orgânica destas culturas seriam permitidas. Isso é um problema, porque eu jogo todo o produtor na ilegalidade. À medida que eu não dou nenhuma recomendação de quais são os produtos autorizados para ele usar, ele vai possivelmente usar os piores produtos, ou os produtos que a iniciativa privada que esteja próxima dele recomende, que podem ser bons, podem ser ruins, a gente não sabe. Podem ser produtos de casa agropecuária, principalmente os produtos mais antigos, mais tóxicos. Então, por que não recomendar produtos mais seguros.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que você me esclarecesse aqui um aspecto, que eu fiquei realmente sem entender: por que o agrônomo, que é responsável técnico, está impedido de prescrever a dosagem que ele entende, que ele tem o juízo de que seria o necessário, o ideal?

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Segundo a Lei 7.802, o agrônomo só pode recomendar as informações que foram aprovadas em rótulo e bula.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Lei...

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Lei 7.802, de 1999. Então, alguns produtos, eles são registrados com uma faixa de dose, então, em alguns produtos o agrônomo, ele pode, mas isso é uma iniciativa da empresa, não é do agrônomo no campo.

Então, se o agrônomo sente a necessidade de não recomendar a dose completa, ele está impedido, porque ele não pode recomendar. E se a fiscalização estadual, no caso a Secretaria de Agricultura... Tem que fazer uma alteração na lei nesse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Indiscutivelmente, tem que mudar a lei. Porque se ele é responsável técnico, se ele tem o curso que o habilitou, e tem o convencimento de que deve se dosar de forma diferente daquilo que está na

bula, é injustificável que ele tenha esse impedimento. Isso aí realmente tem que mudar.

SR. CARLOS RAMOS VENANCIO: Um outro ponto é questão da proposta de registro para pequenas culturas, como eu estava falando. Então, a gente vê no mundo, iniciativas, assim, esse problema de registro para pequenas culturas não é só brasileiro. Ele é um problema mundial. Então, o *Codex Alimentarius*, que é um órgão ligado a ONU, ligado a FAO, e OMS à questão de agricultura e de saúde, ele já está tratando sobre esse caso, os Estados Unidos tem um projeto muito antigo, de 1969 que trata desse caso, e União Europeia já está tratando sobre esse tema, que é o registro através...

Então, você... De grupo de cultura. Você tem culturas. Um produto registrado para o tomate, para o pimentão, as pragas são muito semelhantes. O nível de resíduos, na Europa, por exemplo, muitos níveis de resíduos são autorizados por grupo de cultura.

Então, um resíduo autorizado para o tomate é autorizado para o pimentão. Nos casos dos resultados apresentados pelo PARA, a gente vê muitos produtos, muitas das irregularidades do pimentão se refere a produtos recomendados para o tomate.

Muitas vezes, o produtor, na entressafra do tomate, produz pimentão. Então, eu acho que a saúde, essa avaliação de saúde, tem que ser feita, mas, como eu disse, a gente joga o produtor na ilegalidade.

Para alguns produtos, no caso do pimentão, tem uma grade de agrotóxicos mais... Até possíveis de estocar, mas existiriam outros agrotóxicos, inclusive menos tóxicos dos que estão autorizados para o pimentão, que poderiam ser utilizados.

Quanto à salmonela, só um pequeno detalhe: a fiscalização das lojas, das banquinhas de salgadinho, de tudo, onde tem uma contaminação muito grande de salmonela é realmente da vigilância sanitária, mas muitas dessas contaminações também acontecem no campo, podem eventualmente acontecer no campo.

Então, é por isso que o Ministério da Agricultura também visa monitorar a presença de salmonela, que é um problema sério.

Então, a gente já tem dentro do plano estratégico, outras culturas vão entrar além das salmonelas. Monitoramento de produtos orgânicos. Monitoramento de *Scheria colli* que é um indicativo de qualidade nos produtos.

Então, todos esses pontos são pontos que estão na pauta para o Ministério da Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O próximo, Dr. Ricardo.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Muito obrigado Presidente. Bom, eu vou responder em blocos,

existem algumas questões que podem ser respondidas conjuntamente, tanto a do senhor, Presidente, quanto do Senador Gilberto Goellner, quanto do Senador Neuto de Conto.

Bom, primeiramente eu vou iniciar pelo uso do BT no controle das larvas do mosquito da dengue. A responsabilidade da ANVISA é avaliar toxicologicamente cada um dos ingredientes ativos e aí inserido, no caso, o BT e autorizar o seu uso para uma determinada atividade. Então, autoriza para agricultura, autoriza para campanha de saúde pública, autoriza para uso domissanitário, ou seja, dentro de casa.

Mas neste caso do controle da dengue e de outras zoonoses e de epizootiase, a responsabilidade de estabelecer o programa de controle e a política de controle, é do Ministério da Saúde. Ou seja, como que funciona isso? O Ministério da Saúde solicita à ANVISA que faça a análise e que autorize ou não o uso daquele produto para as campanhas de saúde pública.

Agora, quem estabelece o que será utilizado, quando será utilizado, e como será utilizado é a FUNASA. O Ministério da Saúde é que determina. Então, nós também, às vezes, nos perguntamos: por que em detrimento de soluções mais são utilizados alguns produtos? E aí entra aquelas questões de não deixar que a larva seja resistente a um determinado componente, ou uma determinada substância química. Por isso que eles alternam sempre.

Um outro aspecto do BT, apesar de ele ter uma utilização mais segura, ele nos preocupa muitas vezes, quando ele tem esse uso disseminado entre pessoas que não sabem utilizar corretamente. Os fiscais mirins, apesar de serem muito efetivos, com relação ao controle da larva, eles não podem aplicar o produto.

Porque *Bacillus thuringiensis*, apesar de ser seguro não é brincadeira. Um possível desvio de uso, ele contamina e pode chegar a causar óbito. Então, tem que ser usado com bastante responsabilidade.

Mas a gente pode levar a proposta do senhor, para dentro de casa, porque afinal de contas somos Ministério da Saúde, para tentar respondê-los de uma forma melhor.

Por que as políticas de uso e controle dessas lavras não utilizam, na maioria das vezes, o BT e sim outros produtos.

Bom, com relação à rastreabilidade, educação, e ausência de produtos no mercado para aplicação na agricultura, a gente... Eu deixei, eu ia fazer na minha apresentação, mas eu pulei os *slides*, e deixei, exatamente porque eu achei que fosse aparecer agora nos debates.

Minor crops ou *minor users*? Ou seja, alimentos que não tenham nenhum ou poucos agrotóxicos regis-

trados. O que o Governo está fazendo para tentar suprir essa necessidade? Nós estamos trabalhando uma proposta de instrução normativa conjunta há mais de seis anos. Esse é um tema polêmico não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Hoje existem dois programas internacionalmente reconhecidos como eficazes para o registro, vamos dizer assim, a facilitação do registro pela indústria, para esse tipo de alimento, que é mais ou menos isso que o Dr. Da Ros colocou.

Quando você não tem interesse econômico que viabilize o registro daquele produto, as empresas não vão fazer. É óbvio, elas estão aí não é para fazer... Elas têm que ganhar dinheiro para se sustentar, sustentar os seus funcionários, e assim por diante.

Os Estados Unidos apresentam um modelo, que é o programa IR4, que é talvez o programa de maior sucesso no mundo para registro de agrotóxicos para culturas de menor suporte fitossanitário. Funciona mais ou menos assim: o Governo é responsável por detectar quais são as necessidades através de pesquisa em universidades; os interessados trazem para o Governo qual é a necessidade, os agricultores que estão sentindo a carência desses produtos, pedem ao governo, "Olha, a gente precisa desse tipo de produto, para essa cultura, dessa forma" e o governo, fornece, se não engano, o último dado é que governo americano investiu 16 milhões de dólares para esse programa, só que existe também existiu um fundo de captação de recursos, que passa, inclusive, pelo registro de agrotóxicos no Estados Unidos.

Existem algumas diferenças, como por exemplo, e isso aí a gente discute sempre, um registro de agrotóxico no Brasil hoje custa R\$ 1.800,00 na ANVISA, 10 mil no IBAMA, mais ou menos, e no Ministério da Agricultura não tem taxa, não tem custo. Os custos do desenvolvimento da molécula citados aqui, que chegam nessa casa entre 350 e 400 milhões de dólares, eles são custo de desenvolvimento para uso mundial. Ou seja, se desenvolve lá na Alemanha, no Brasil, na China, depois você vende ela ao redor do mundo inteiro. Então, isso é diluído, esse valor é diluído.

Nos Estados Unidos, por exemplo, para registrar uma molécula nova são 250 mil dólares. Para registrar uma cultura, vamos colocar, acerola, você colocar acerola na sua bula custa 50 mil dólares.

Aqui no Brasil custa R\$ 1.800,00, aqui e R\$ 10.000,00 no IBAMA. Não, o custo da... Do registro. Mas tem o desenvolvimento dos estudos de resíduos, do estudo de eficácia; de qualquer forma eu estou falando de taxa nos Estados Unidos, e taxa no Brasil. A taxa nos Estados Unidos, são 50 mil dólares.

Então, se uma indústria quer utilizar o desde gera- do pelo governo para registrar acerola no seu produto, o Governo desenvolveu o estudo falou: “Olha, beleza, esse produto aqui a gente pode registrar a acerola para ele”, a indústria tem que pagar R\$ 50.000,00, US\$ 50.000,00 dólares.

Isso cobre uma parte dos custos que o governo teve, no desenvolvimento dos estudos todos que a indústria teria que ter feito.

Como é que agente está propondo que isso funcione no Brasil. Nós adotamos esse procedimento, nós praticamente traduzimos o projeto IR4 para o Brasil, e colocamos isso numa instrução normativa que já passou pelo Ministério da Agricultura, já teve anuência da jurídica da ANVISA, não sei se vocês tinham essa informação. Saiu na semana passada, voltou para o Ministério da Agricultura, que agora vai encaminhar ao IBAMA, e a geral acredita que no começo do ano vem a gente já tenha uma instrução normativa, que vai funcionar basicamente assim: a extrapolação de dados vai funcionar, ou seja, o que está registrado para o tomate pode ser utilizado para o pimentão? Sim, desde que observe uma série de propriedades, e de critérios de segurança, de eficácia, de segurança ambiental e a proposta é que os produtos que passem por essa análise acelerada e que facilite a vida do agricultor e da indústria, sejam produtos de baixo impacto toxicológico.

Isso para a gente é ponto pacífico, inclusive já temos o acordo do Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente, que serão produtos com características toxicológicas, muito mais favoráveis do que outros.

Então, resposta para questão das *minor crops*. A gente acredita que antes do meio do ano que vem nós já tenhamos uma instrução normativa conjunta para dar andamento.

Questão da rastreabilidade, senador. O PARA ele veio, no começo, era um caos, ou seja, a gente não tinha rastreabilidade de nada, fazíamos as análises e não sabíamos o que fazer com isso. Só que ele foi crescendo, foi tomando uma dimensão, e foi tomando... O público em geral, a concorrência pública em geral, e isso retornou para a gente como cobrança.

Então, o Ministério Público nos cobra, a sociedade organizada civil nos cobra, o Congresso nos cobra e todo mundo nos cobra uma resposta para isso. E o que aconteceu de dois anos para cá, é que as redes de supermercados ficaram sensibilizadas.

Eu vou dar um exemplo só para vocês, sem citar nome, mas o maior grupo de supermercado desse país investiu no ano passado, dois milhões e meio de reais em resíduo de agrotóxico. Quer dizer, tirou do bolso deles para controlar os agrotóxicos. Por quê? Porque

eles começaram a sentir que se eles não... Eles são um importante elo da cadeia da rastreabilidade.

Hoje, o levantamento que foi feito é que 70% do hortifruti comercializado no país é comercializado dentro do supermercado, e não em feiras livres, apesar das feiras livres também serem uma preocupação.

Então, 70% do alimento consumido *in natura* é comprado em supermercado. E esse pessoal do supermercado é um elo importante da cadeia. A gente monitora aqui e o cara produz aqui, e aqui no meio tem um elo econômico. Se o supermercado disser para o fornecedor: “Eu não te compro mais teu morango porque o teu morango deu problema na pesquisa da ANVISA ou na pesquisa do Ministério da Agricultura”, esse cara vai ter que mudar. E isso tem acontecido.

Então, a ABRAS, a Associação Brasileira de Supermercados, que detém 7.500 lojas. Não... 70.500 lojas no país inteiro, assinou um protocolo de cooperação com a ANVISA, para participar do programa.

E agora, daqui até 2012, todas as redes de supermercado vão ter que monitorar agrotóxico também. Então, é dinheiro privado investido em prol da população. Então, isso vai auxiliar muito na rastreabilidade.

Propostas para o PL. Um ponto muito importante que é hercúleo, não vou dizer que fácil, não é, é a gente conseguir que fique identificado para o consumidor de onde vem aquele alimento.

Se por código de barra ou se com nome do produtor, ou se terão que ser todos embalados com aqueles saquinhos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Isso é importantíssimo. Para o consumidor, para o lojista, supermercadista, para as autoridades. Por quê? Porque a partir daí você começa a dizer: “Fulano está fazendo errado, não está produzindo direito, corta ele.”

Então, essa identificação ela tem que estar lá de alguma forma. Melhor que seja escrito, porque o código de barra, o consumidor dificulta o acesso ao consumidor. A gente pode ter problema com o Ministério Público depois. Então, melhor que esteja escrito, quem produziu, de onde veio.

Agora, um outro ponto que facilitaria muito, não só na questão da rastreabilidade, mas na questão da contaminação e uso errado de agrotóxico, é a criação de um cadastro nacional de aplicadores de agrotóxicos. Todo o país desenvolvido e que tem responsabilidade social, e que quer preservar a sua população, tenta controlar ao máximo os produtos perigosos.

Se os agrotóxicos são produtos que necessitam de um cuidado maior no seu manuseio, é necessário que você tenha pessoas treinadas, capacitadas e ca-

dastradas para aplicar agrotóxico, ou seja, só vai poder aplicar agrotóxico quem está cadastrado no cadastro nacional de aplicadores de agrotóxicos, que também é um trabalho hercúleo.

E aí tem que ser uma cooperação privada e Governo juntos, que é aquilo que o Dr. Da Ros disse, ou seja, a educação das pessoas que vão utilizar esse produto, ela é importantíssima. A partir daí é que você vai começar a limitar que esses produtos sejam utilizados de forma errada.

Então, acredito que a proposta da criação de um cadastro nacional de aplicadores também poderia estar nessa reforma da lei.

Deixa eu ver se eu esqueci de alguém... Ah, a censura. Senador, me permita, com o perdão da palavra, acho que houve um engano aqui no momento da comunicação, dessa... Da possível censura de divulgar os dados do PARA. Na verdade, o que ocorre o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dos casos de intoxicação por agrotóxico.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: É, não, na verdade é o seguinte. O que ocorreu em 2008, e um pedaço do ano de 2009, não tem nada a ver com os dados do PARA, os dados do PARA são divulgados na sua plenitude, na maior transparência possível, eu vi aqui a última pergunta, se seria um verdadeiro caos se a ANVISA divulgasse todos os dados de monitoramento. Não, todos os dados de monitoramento são divulgados.

Eles são divulgados, são aqueles que estão na página da ANVISA, vocês podem acessar sem problema nenhum. São preocupantes em alguns casos? Sim, mas não seria o caos nacional, de forma alguma.

Então, todos os dados do programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos da ANVISA são divulgados e nunca houve interferência da indústria, com relação à divulgação desses dados. Existem críticas, sugestões, mas tudo dentro da normalidade, da democracia, mas nunca houve.

O que houve foi o programa de reavaliação de ingredientes ativos, é que foi alvo de interpelações judiciais pela indústria, por entendimentos diversos de como esse processo deveria correr. Eu até peço depois o auxílio dos representantes da indústria, se puderem me ajudar.

Mas a ANVISA colocou 14 ingredientes ativos em reavaliação no ano de 2008 e esses 14 ingredientes ativos foram alvos de interpelações judiciais, porque a indústria questionava alguns critérios adotados pela ANVISA para colocar esse ativo em reavaliação

ou como a forma que a ANVISA estava conduzindo essas reavaliações.

Mas a ANVISA ganhou todas as interpelações na justiça e o processo de reavaliação já está em andamento. Inclusive, nós temos várias consultas públicas na página da ANVISA para que a população possa se manifestar quanto ao banimento ou alteração de vários agrotóxicos no Brasil.

Então, hoje nós temos proposta de banimento do Endosulfan, do Acefato, nós temos consulta pública para o Fosmete também, que não é de banimento, mas é de alteração de alguns procedimentos do uso desse produto. Então, estão todos lá.

Então, todas essas questões judiciais, já foram resolvidas e a ANVISA ganhou todas elas na justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E da fiscalização?

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Da fiscalização de restaurante?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Restaurantes e estabelecimentos...

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Da porteira para fora?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso, da porteira para fora.

SR. RICARDO AUGUSTO VELLOSO: Bom, o sistema nacional de vigilância sanitária, ele está distribuído no nível federal, que aí é ANVISA, estadual, que são as vigilâncias sanitárias estaduais, e municipal, que são as vigilâncias sanitárias municipais. Todos os cinco mil... Quantos são os municípios? Seiscentos municípios têm vigilância sanitária, é obrigatório que cada município tenha um departamento de vigilância sanitária.

O controle dos estabelecimentos que a gente chama de baixa complexidade, os de alta complexidade são as indústrias e os hospitais de alto atendimento. Os de baixa complexidade são quiosques, restaurantes, inclusive supermercados de pequeno porte, esses são de baixa. Esses são descentralizados para o município.

Então, o SUS, o SUS trabalha com descentralização. Então, toda essa fiscalização é feita pelos municípios e pelos estados. Qual é a responsabilidade da ANVISA? Treinar, capacitar e orientar que esses fiscais da ponta exerçam o trabalho como ele deve ser feito.

E a vigilância sanitária, ela historicamente, ela é o problema dos municípios, ou seja, vira e mexe chega lá o dono do supermercado, ou dono de uma farmácia para o prefeito e diz: "Olha, o teu fiscal sanitário está querendo fechar meu restaurante porque encontrou lá salmonela, ou encontrou sujeira na cozinha." E vi-

gilante sanitário do município, ele fica a mercê desse tipo de ação.

Então, muitas vezes o que a gente encontra não é que não está sendo eficaz, é porque está sendo proibido de ser eficaz. Esse é um problema que quando você descentraliza ações para o município, ele acontece, principalmente municípios pequenos; isso não acontece em São Paulo, por exemplo, a cidade de São Paulo é um estado.

Então, isso raramente vai acontecer de alguém chegar lá no Prefeito de São Paulo e dizer: “Ô, o cara quer fechar meu restaurante.” Vai fechar, vai fechar e a gente vê. Agora, nos pequenos municípios, e quando a gente sai nas estradas, daqui para Minas Gerais, eu sou de Pedra Azul, Vale do Jequitinhonha, eu vou de carro três vezes por ano, então, assim, eu passo pelos piores lugares que o senhor pode imaginar. Eu já sei quais os restaurantes eu posso parar, e quais os que eu não posso parar. Existem restaurantes que realmente, na beira de estrada, é complicado a pessoa parar. Já fui alvo de salmonela também.

Então, assim, a gente se preocupa, mas o sistema ele funciona dessa forma. E o que a ANVISA faz é capacitar os agentes para que a gente tenha cada vez mais um controle maior nesses restaurantes, e nesses pontos de vendas de alimentos, pontos finais de vendas de alimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Sr. José Roberto, algum comentário sobre o que foi debatido.

SR. JOSÉ ROBERTO DA ROS: Bom, sobrou pouco para mim, um dos poucos é o receituário agrônomo.

O receituário começou no Estado de São Paulo, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos no Estado de São Paulo, mas a finalidade era bem outra que esse receituário agrônomo que está aí.

A gente queria ter, assim como o engenheiro civil, ele é o responsável pela construção de um prédio, e ele assina a ART, anotação do responsável técnico, também na agricultura, o engenheiro agrônomo devia ter uma ART da propriedade, não só para receitar agrotóxico, para receitar melhor adubação, melhor variedade, como é que prepara o solo, etc. etc. etc.

E aí virou um receituário. E receituário do jeito que ele está é uma coisa, primeiro que engessa o agrônomo de uma maneira absoluta, ele não pode sair uma vírgula do que está nos rótulos. E eu acho que está tirando a responsabilidade do agrônomo. Outro dia conversei com um Presidente de cooperativa: “Olha, sou obrigado a deixar um agrônomo aqui, sentado atrás de uma mesa, para dar um receita agrônoma, quando,

na realidade, o trabalho dele era ir na lavoura, visitar, dar assistência técnica, não é só receituário.”

Então, eu acredito sim, e louvo a iniciativa de vocês de tentar dar mais... Tirar esse engessamento que está acontecendo para o receituário agrônomo e para o engenheiro agrônomo. Ele tem muito mais responsabilidade que só assinar um receituário e não poder fugir nenhuma linha a respeito do rótulo que foi aprovado.

E a última pergunta que sobrou para mim, Senador Gilberto Goellner, eu tive acesso ao projeto de lei que o senhor fez junto com o Valdir Raupp, o Senador Valdir Raupp, achei excelente. A indústria estudou a fundo esse projeto, eu acredito que preenche todas as necessidades que nós precisamos, para realmente poder controlar, fazer um monitoramento para que as hortaliças e frutas tenham uma segurança alimentar que qualidade condizente para o consumo aqui do Brasil.

E que também controlar os produtos alimentícios, como eu falei antes, que vêm de fora. Porque eles controlam o que nós exportamos para lá. Então, é justo que nós também façamos o controle do que vem de lá para cá.

E colocar a parte financeira. O Dr. Ricardo mostrou com muita propriedade que isso é muito complicado, fazer análise de resíduos. Para fazer uma coisa direita, precisa de muito dinheiro. E esse dinheiro que está faltando para a gente turbinar o plano que o Ministério da Agricultura tem.

Então, se conseguir colocar dentro do projeto toda parte também financeira, para já ter um recurso, seria vamos dizer assim, uma coisa muito louvável.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Sr. José Otávio.

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Também, para não ser repetitivo, eu acho que nós estamos aqui convergindo, quase todos os membros, debatedores aqui, aparentemente tem a mesma ideia. É uma questão mais de colocar em prática essas ideias.

Mas eu gostaria de pontuar começando aqui por alguns, pelo posicionamento do Senador Neuto de Conto. Eu acho que esse aspecto da importância da agricultura, principalmente da importância da qualidade, tem que estar sempre no foco da nossa discussão.

E aí entra o aspecto da imagem, e da reputação da agricultura brasileira. Nós temos que fazer o possível para preservar essa imagem e aí a fiscalização rigorosa tem que existir para dar essa tranquilidade, para que quando nós consumirmos alimentos, ou quando nós exportemos alimentos, nós estejamos tranquilos sabendo que a qualidade está preservada. Isso é fundamental.

E aí cumprimento e fico satisfeito de saber que foi Secretário de Agricultura lá em Santa Catarina. Acho que essa experiência a gente tem que aproveitar.

O comentário do Senador Gilberto Goellner, também estou de pleno acordo, inclusive, já existe uma iniciativa, provavelmente seja de ciência. O Deputado Rattes também já tem uma proposta aí para debater, e se possível alterar a legislação no que se refere a essa maior liberdade do engenheiro agrônomo poder prescrever adequadamente, particularmente no que se refere à dose. Acho que a visão do senhor é totalmente correta. A própria CTIA, que é Câmara Temática de Insumos Agrícolas, que é uma das Câmaras que assessoram o Ministério da Agricultura, já incluiu isso aí na pauta.

Recentemente houve uma discussão e me parece que há convergência nisso. É uma questão agora de saber como dar seguimento a essa ideia, uma iniciativa do Senado, uma iniciativa da Câmara Federal, mas eu acho que essa iniciativa é importante. Que os técnicos tenham a liberdade de prescrever e que assumam de fato esse papel de responsáveis técnicos pela propriedade, ou pela lavoura, por uma lavoura dentro de uma determinada propriedade.

E aqui o ponto que eu acho que o Senador Gilberto Goellner colocou com bastante clareza. Eu acredito que terá pleno apoio essa ideia do Senador de criar um substitutivo ao PL 337/08 transformando essa ideia de rastreabilidade, que antes estava restrito apenas à embalagem, para rastreabilidade de resíduos em alimento.

Eu acho que essa ideia é que deve prevalecer. Certamente o senhor já conversou com diversos seguimentos, o senhor já tem as propostas, as ideias, e que eu acredito que isso vai dar um grande passo, principalmente se puder unir as iniciativas já existentes no MAPA, na ANVISA, nas iniciativas privada de tal forma a racionalizar, disciplinar esse trabalho, que é fundamental para que nós tenhamos qualidade na nossa produção sempre pautando por uma fiscalização rigorosa que dê a tranquilidade para quem vai consumir.

Do Senador Valter Pereira eu acho que esse... Ressaltar esse aspecto da salmonela é muito importante. Então, quando se pensar em projeto de rastreabilidade, não se ater apenas aos defensivos, aos agrotóxicos, mas também a salmonela ou outros microorganismos patogênicos, de veiculação hídrica, a mesma preocupação que a gente tem com a qualidade da água, que a gente bebe, ou mesmo da qualidade de que a gente vai no mar, a balneabilidade, esses aspectos aí são, relativamente, existem métodos hoje para se monitorar isso. O MAPA já está tomando essa

iniciativa, já está contemplando também o aspecto de salmonela.

Então, acho que é importante, até onde nós saibamos, por exemplo, nos Estados Unidos existem vários relatos mostrando o grande problema de salmonela em alimentos, em aspargo, por exemplo, existem relatos disso, mostrando grandes problemas de contaminação, devido à salmonela.

E a legislação de registro de *minor crops*, senador. Acho que esse é o grande avanço que nós vamos ter. É uma instrução normativa, segundo nós sabemos e o Dr. Ricardo Velloso acabou de dizer. É uma iniciativa que já está há muito tempo tramitando, houve uma última Audiência Pública, aonde todos tiveram a possibilidade de apresentar propostas, nós não sabemos se todas as propostas da indústria foram contempladas, mas nós sabemos que já tramitou na Agricultura, tramitou na consultoria jurídica da ANVISA, vai para o IBAMA agora.

Mas o fundamental é isso, é que essas ideias, se assemelhasse a legislação, ao que ocorre nos Estados Unidos, a ideia do IR4, de haver uma parceria, do Governo com iniciativa privada, dando algumas vantagens para aquela indústria que vai investir recursos, e investir o seu nome, no registro de produto, se der essa... Criar esse ambiente favorável, certamente nós vamos ter uma solução rápida para a falta de registro nas pequenas culturas.

E lembrar que a indústria sempre tem essa grande preocupação, de cuidar do produto desde a sua formação, desde a molécula, até a destinação final, de sobras e de embalagens. Ou seja, a indústria pensa no ciclo do produto, no ciclo do defensivo agrícola. E aí que as empresas que têm essas equipes de campo, que dão essa assistência técnica, vão assumir uma responsabilidade a mais ao registrar esses produtos, ao assumir o registro desses produtos nas pequenas culturas.

Então, esse aspecto da responsabilidade de ter um produto seu que é registrado, por exemplo, para soja, milho, para cana, também para uma pequena cultura, esse aspecto tem que ser contemplado na legislação, para poder estimular essas empresas, a apresentarem e desenvolverem estudos e depois acompanhar o uso correto e seguro desses produtos, nas pequenas culturas.

Mais uma vez, parabéns, obrigado pela oportunidade de estarmos aqui.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu gostaria de consultá-lo sobre um Requerimento sobre a Mesa que eu apresentei, extrapauta, que também promove uma Audiência Pública para análise de um produto, Aloe Vera ou babosa, que deveria ser regulamentado no país; quer dizer, ele está sendo prescrito inclusive como medicamento e não se sabe a avaliação correta do mesmo. Então, eu gostaria de ver se nós temos condições de aprová-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, nós vamos apreciá-lo, sim. E vamos só concluir essa Audiência Pública.

Pelo seguinte. Nós aqui hoje falamos, sobretudo, mas não falamos... E falamos sobre os orgânicos, mas não tinha nenhum representante dos orgânicos aqui. Foi uma falha da nossa convocação. E um dos representantes dos orgânicos, membro do Sindicato dos Orgânicos aqui de Brasília, que é produtor de orgânico, inclusive é meu fornecedor, o Marco Antônio, arrepiou o pelo pela exclusão do seguimento, o que eu acho que é justo.

Então, eu gostaria de franquear a palavra a ele para tecer as suas considerações sobre o que viu, e se tem alguma sugestão, qual seu juízo, sobre o que foi debatido hoje aqui?

SR. MARCO ANTÔNIO: Boa-tarde, senadores, queria agradecer essa oportunidade, em Audiência Pública, eu acho que a gente tem que ouvir todos os lados. E antes tarde do que nunca, o setor de orgânicos fica até certo ponto feliz desse comprometimento dos setores oficiais e também por parte da indústria, em fazer esse compromisso com a rastreabilidade, que é um princípio que a agricultura orgânica pratica há muito tempo atrás.

Há muito tempo atrás a gente é cobrado com certas exigências e normas e práticas, que a gente cumpre da porteira para dentro, da porteira para fora, da bandeja a bandeja do supermercado. Essa ação do supermercado que o Dr. Ricardo fala, não é de bonzinho, não; é porque o mercado orgânico, o mercado do consumo consciente está crescendo mais de 70% ao ano em todo o Brasil.

Então, a sociedade esclarecida, com informações, quer um produto seguro, quer um produto que leve saúde, e não doença. Então, não é essa palavra do representante das empresas, não estou querendo ser xiita nessa questão de conflitos, que ele também pensa isso. Não, ele pensa em lucros, ele pensa em dividendos, ele pensa em faturar mais. Não pensa em saúde. Quem pensa em saúde são os nossos defensores, tanto o Ministério Público, que defende os interesses da sociedade, quanto também dos órgãos oficiais quando tem boa intenção.

Porque sabemos que tem produtos condenados há mais de 40 anos que continuam sendo vendidos e não se faz nada.

Então, o setor de orgânicos, organizado junto com sociedade civil agradece a oportunidade de falar. Eu só queria saber quantos fiscais o Ministério tem para fiscalizar da porteira para dentro, para saber se realmente a rastreabilidade está fazendo efeito. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria só de fazer um contraponto aqui.

Eu acho que o setor privado, mesmo na busca do lucro, que é destinação de toda instituição privada, é claro que tem que preservar a qualidade de seus produtos, e atender então expectativa do consumidor, sob pena de cair também na alça de mira deste, e aí perder a competitividade.

Então, acho que nesse aspecto é uma... Deve ser pelo menos, uma missão da iniciativa privada de buscar essa qualidade. Mas eu consulto aqui pelo menos aqueles que foram referidos, se gostariam de...

SR. JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEN: Só um esclarecimento. Eu só gostaria de deixar claro que todos os produtos que estão em uso aqui no Brasil, exceto aqueles logicamente ilegais, que são os contrabandeados ou falsificados, eles têm registro. Ou seja, passaram por um severo crivo dos três órgãos registrantes. Agricultura, no que se refere à eficiência agrônômica, o IBAMA no que se refere ao impacto ambiental e AN-VISA no que se refere à toxicologia.

E mesmo aqueles, mais antigos, estão sujeitos a um processo de reavaliação e a indústria defende firmemente a reavaliação, desde que seja um processo transparente, baseado em uma motivação técnica científica, e que permita a ampla discussão.

Então, os produtos que hoje estão em uso aqui no Brasil, são produtos registrados que passaram por uma rigorosa análise, seguindo os mesmos critérios internacionais, preconizados pela FAO.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Dr. Carlos.

SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO: Quanto à pergunta ao número dos fiscais. Hoje, o Ministério da Agricultura tem cerca de quatro mil fiscais, federais agropecuários, entre agrônomos, veterinários químicos, farmacêuticos e zootecnistas, eles atuam em diversas áreas da produção.

Se esse número não é o ideal é a maior estrutura federal de fiscalização. Então, dos três órgãos envolvidos, nessa área de alimentos, a maior estrutura de fiscalização é do Ministério da Agricultura. E assim como na área de saúde, essa estrutura de fiscalização se soma à estrutura das secretarias estaduais de

agricultura, e também as secretarias municipais de agricultura, da mesma forma, como o Ricardo explicou, o sistema do SUS.

Então, se a estrutura de fiscalização tem que evoluir, ela tem que evoluir; mas ela existe, ela presta um importante serviço ao país, em diversas áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Alguém mais gostaria de comentar?

Agora, nós vamos encerrar essa parte relacionada à Audiência Pública que e vamos submeter à discussão e votos o Requerimento de autoria do Senador Gilberto que *“Propõe nos termos do art. 93, inciso II que seja realizada Audiência Pública, para conhecer e discutir os critérios adotados pelos órgãos competentes para o registro e regulamentação do uso do Aloe Vera e conhecer sobre as reais propriedades do produto para sua classificação.”*

Para tanto, solicito sejam convidados representante do Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento, representante da ANVISA, diretor executivo do IASC, Conselho Internacional de Ciência do Aloe, Dr. Bill Coats.”

O Aloe Vera, para quem não conhece é o derivado da babosa. Isso que hoje é uma poção mágica para uma infinidade de patologias, inclusive para estrias. [risos] E então, cabelo, para tudo quanto é...

Então, em discussão e votação. Não havendo quem queira discuti-lo e não havendo divergência, está aprovado por unanimidade.

Nós vamos passar para a Secretaria e estabelecer a data para referida Audiência Pública.

Não havendo nenhum assunto mais a tratar, eu dou por encerrada a presente reunião.

ATA DA 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino e Efraim Moraes. Havendo número regimental

abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que as autorizações para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária sejam outorgadas exclusivamente a entidades constituídas há pelo menos dois anos.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, e a emenda nº 01-CCT, reexaminada é rejeitada. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Acrescenta dispositivos ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para determinar que as emissoras de radiodifusão divulguem sua condição de concessionárias, permissionárias ou autorizadas e para determinar que os parentes até segundo grau dos outorgados fiquem impedidos de explorar tais serviços.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é rejeitado por 12 (doze) votos. Manifesta-se pela abstenção o Senador Eduardo Azeredo e votam vencido os Senadores Papaléo Paes e Arthur Virgílio. **Item 03: Aditamento ao Requerimento nº. 37, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer “... nos termos regimentais, o Aditamento do Requerimento nº 37, de 2009-CCT, que solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta comissão com o tema: ‘Sanções Administrativas em Empresas de Telecomunicações’” para a inclusão, como convidados, do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, Senhor Ricardo Morishita e da Diretora Presidente do IDEC Senhora Marilena Lazarinni”. O requerimento é aprovado. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Quarta Colônia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Vanguarda para executar serviço de radiodifusão comuni-

tária na cidade de São José das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Bossoroca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bossoroca, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 672, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Estrela do Sul FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Gaudério FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Gaudério FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco dias. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Organização Cultural Ambiental e de Saúde – OCAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos da Montecaseros e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 703, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Navegantes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à FM Murcia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Co-

municação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o parecer pelo sobrestamento da matéria é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária “Semeando Vidas” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Basílios, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 808, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Amigos do Bairro Vista Alegre – SAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potim, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 688, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.” O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 758, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Livre Comunitária de Radiodifusão (Ativa FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 620, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o

ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura de Lauro de Freitas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Amigos da Península para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maraú, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural dos Moradores e Amigos do Baianão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 805, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 863, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Diário Do Amapá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.” O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão

de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Geração De Radiodifusão – ACONGER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristiano Ottoni, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 730, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bela Vista de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carvalhos, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 600, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cidade de Casa Branca – ACCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casa Branca, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Iguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguape, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio De Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de**

Decreto Legislativo nº 638, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário – ACOMASC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazário, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário – ACOMASC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazário, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 626, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Cultural de Japorã, denominada ARJAP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 803, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Ouro Branco-AL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 804, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Educadores de Paulo Jacinto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Jacinto, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Riossonense de Comunicação Comunitária – ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Sono, Estado do Tocantins.” O relator

designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 752, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar os seguintes itens: **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 768, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Vitória do Xingu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Xingu, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 769, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Gurupá – ASMUDEACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurupá, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para permitir que sejam aplicados recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações no subsídio do consumo de serviços prestados em regime público destinados à população de baixa renda.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 03-CCT, aprovada por 13 (treze) votos. **Extra-Pauta Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2009**, de caráter terminativo, de au-

toria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Hortência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paranhana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 05: Aditamento nº 03 ao Requerimento nº. 37, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “...nos termos do Art. 90, inc. II E III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado ao requerimento nº 37 de 2009 – CCT, o nome das seguintes autoridades Presidente Executivo da ABRAFIX – Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado, Sr. José Fernandes Pauletti; Presidente da ACEL – Associação Nacional das Operadoras de Celular, Sr. Luiz de Melo Junior; Presidente do Conselho Administrativo da Telebrasil – Associação Brasileira de Telecomunicações, Sr. Antônio Carlos Valente da Silva; Diretor Executivo da ABTA – Associação Brasileira de TV por Assinatura, Sr. Alexandre Annenberg”. O aditamento ao requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do Senador Valter Pereira, a seguinte matéria: **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo 484, de 2007**. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e treze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecno-

logia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza, hoje, 25 de novembro de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Dando prosseguimento a esta reunião, passemos aos itens da pauta.

Item nº 1, Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2009. *“Dá nova redação ao art. 7º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para determinar que as autorizações para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária sejam outorgadas exclusivamente a entidades constituídas há pelo menos dois anos”*. Autoria Senador Flexa Ribeiro, relatoria Senador Valdir Raupp. O relatório é *“favorável ao projeto e pela rejeição da emenda reexaminada e aprovada em 04/11/2009. A matéria foi aprovada com a emenda nº 01 – CCT na reunião de 04/11/09. A matéria é incluída em pauta a pedido do Presidente da Comissão para reexame da emenda aprovada”*.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, relator da matéria.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu já fiz esse relatório da outra vez? Não, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como assim, senador?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu não li esse relatório ainda não, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Esse projeto foi aprovado, ele foi aprovado nesta sessão, do dia 04 de novembro, com uma emenda do Senador Gerson Camata, que ao continuar a tramitação, foi verificado que a emenda não poderia ter sido feita, porque ela fazia referência a um inciso que não estava sendo alterado pelo projeto. Então nós tivemos que trazer a reexame da Comissão, para que pudéssemos corrigir essa incorreção da aprovação, rejeitando a emenda do Senador Gerson Camata, para que ela possa, então, continuar a tramitação. Então V. Exa.... Foi redistribuído o parecer, é só correção de parecer de V. Exa. que está pautado aí.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Então, como eu já fiz esse relatório em outra sessão, eu mantenho o relatório apenas com a correção do texto. É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., então...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mantenho o relatório com a correção—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou seja, o parecer de V. Exa. é pela rejeição da Emenda 01 da CCT, apresentada pelo Senador Gerson Camata.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o parecer reexaminado do Senador Valdir Raupp. Não havendo senadores que queiram discutir, encerrada a discussão. Em votação. Como é terminativo, a votação é nominal.

Como vota o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A votação é favorável, o parecer do Senador Valdir Raupp é favorável com a retirada da emenda proposta pelo Senador Gerson Camata.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E a emenda, só para V. Exa. nos esclarecer, a emenda dizia respeito àquela particularidade da lei que não estava sendo objeto de análise.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu explico já.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E que V. Exa. propõe, através do projeto de lei, que a entidade tenha pelo menos dois anos de existência para que ela possa se habilitar a ter uma rádio comunitária. O que, da minha parte, eu considero muito importante porque é uma entidade consolidada na comunidade. Então, isso é um avanço importante para a transparência e a credibilidade da área.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, o equívoco que houve na reunião anterior é que a proposta do Senador Gerson Camata, ele fazia uma emenda não no projeto, ele fazia um emenda na análise. Eu não sei se V. Exas. lembram, ele... No texto da análise que se encontra distribuído, na página 20, no art. 4º, no inciso IV, ele pedia não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções políticas, ideológicas, partidárias e condição social nas relações comunitárias. Ele solicitava, o Senador Gerson Camata, que fosse retirado do texto “preferências sexuais”. Só que esse texto não faz parte do projeto. Então ele fez uma emenda... É uma citação na análise. Então ele fez uma emenda que não havia objeto no projeto.

Então, o projeto, depois de chegar à Mesa, foi constatado o equívoco, ele teve que ser retornado para que o relator, Senador Valdir Raupp, pudesse fazer a correção, e é isso que nós estamos fazendo agora. Como voto o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp? Voto conhecido. Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi, já tomou o seu chimarrão hoje?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Já. [ininteligível].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Hoje ele foi fragorosamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [ininteligível] de V. Exa. ficarão de convidar aos membros da comissão para tomarmos esse chimarrão. Estamos aguardando.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Vamos fazer o seguinte: na próxima reunião eu trago o chimarrão aqui para todo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então faça isso.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu quero comunicar que o Senador Sérgio Zambiasi foi hoje fragorosamente derrotado por V. Exa., por Crivella, por mim, todos bateram ele na presença, no horário. Algo se passou, algo se passou.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É que o Rodrigues marcou uma reunião às sete e meia comigo; o Flávio Arns, às oito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Quando eu cheguei o painel não estava aberto [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi, apesar de eu estar em grande diferença com V. Exa., hoje eu fui o primeiro a marcar a presença no painel, V. Exa. deve ter sido o quinto ou sexto.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Flexa, quando eu cheguei o painel não estava aberto ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [risos] Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O projeto foi aprovado. Como vota o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o relator, Presidente Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É que V. Exa. está quietinho ao lado. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Projeto aprovado por unanimidade com nove votos favoráveis.

Item 2 da Pauta, Projeto terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2008. *“Acrescenta dispositivos ao art. 38 da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, para determinar que as emissoras de radiodifusão divulguem sua condição de concessionárias, permissionárias ou autorizadas e para determinar que os parentes até segundo grau dos outorgados fiquem impedidos de explorar tais serviços.”* Autoria, Senadora Marisa Serrano, relatoria Senador Sérgio Zambiasi. Relatório contrário à matéria. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Flexa, eu vou direto à análise. [soa a campainha] *“Lembro, inicialmente, que o serviço de difusão contempla duas espécies: a radiodifusão sonora, conhecida como rádio; e a radiodifusão de sons e imagens, ou simplesmente televisão. A lei estabeleceu para a radiodifusão as modalidades comercial, educativa e comunitária, com a ressalva de que a última aplica-se somente ao rádio.*

O projeto de lei em análise propõe acrescentar dois dispositivos ao art. 38 da Lei 4.117, de 1962, um dos pilares regulatórios do Sistema Nacional de Radiodifusão. Desse modo, a proposta da ilustre colega Senadora Marisa Serrano se aplica a todas as emissoras, independentemente do tamanho de sua operação – cobertura geográfica, quantidade de geradoras e retransmissoras próprias ou filiadas, volume de audiência, faturamento, entre outros aspectos que caracterizam

o impacto da sua atuação na sociedade – e de sua finalidade, ou seja, se atua com ou sem fins lucrativos; se pretende atender a demandas nacionais, regionais ou de uma comunidade; o tipo de programação que predomina em sua grade diária, entre os fatores que podem caracterizar o tipo de relação entre serviço prestado e o ‘interesse público’.

Para fundamentar o primeiro objetivo do PLS 71, de 2008, a autora defende que a exploração da radiodifusão deva ser sempre exercida em função do interesse público, dada a natureza da relação jurídica que se estabelece entre a empresa que detém a outorga e o Poder Concedente. Novamente, a proposição legislativa não aparenta reconhecer especificidades que diferenciem as diversas espécies e modalidades de radiodifusão.

Embora se reconheça a importância dos objetivos perseguidos pelo projeto em tela, quais sejam ressaltar a função social das emissoras de radiodifusão e evitar a concentração excessiva dos meios de comunicação, não me parece que a iniciativa legislativa proposta esteja adequada aos fins. O simples ato de informar que a emissora é concessionária ou permissionária de um serviço público não traduz, de forma adequada e suficiente, a legítima missão individual de cada emissora de rádio e televisão. Ao outorgar o serviço de radiodifusão, o Estado determina apenas o valor a ser pago pelo direito de veiculação do conteúdo audiovisual e a parcela mínima de tempo que deve ser destinada para cada tipo de programa (jornalístico, noticioso, educativo, entre outros), permitindo que o detentor de outorga determine livremente, de acordo com o tamanho e a finalidade da sua operação, sua grade de programação. A essência da sua atuação, algo que poderia servir de fundamento para a crítica e o controle sociais, não pode ser traduzida e caracterizada pela mera relação jurídica estabelecida com a União.

A liberdade da atuação da empresa de radiodifusão é um corolário do princípio democrático da liberdade de imprensa. A missão e o posicionamento de uma emissora é uma decisão própria, tomada por aqueles que, na forma da lei, receberam o direito de veicular uma programação ao público em geral, e que por isso serão responsabilizados. Se o Poder Público entender que merece destaque a condição das emissoras como mandatárias de um serviço de titularidade do Estado – conotação dada pelo projeto em estudo –, que o faça de acordo com o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão, consagrado no art. 223 da Constituição Federal, cuja essência é a respeito às distintas finalidades da atuação da emissora.

Além disso, o PLS 71, de 2008, representará um custo significativo e recorrente para os operadores de rádio e televisão do país, que se iguala ao custo de oportunidade de veiculação, no espaço das pretendidas dez inserções diárias, de qualquer outro conteúdo mais adequado à missão de cada emissora.

Com relação ao segundo objetivo do PLS 71, de 2008, qual seja o de coibir a excessiva concentração de outorgas de radiodifusão, entendo não ser efetiva a proposta apresentada. A vedação imposta não representará óbice algum à concentração desse segmento, pois não há limite legalmente estabelecido ao número de retransmissores e repetidores que uma única geradora – ou seja, o próprio titular da outorga, e não seus parentes – pode deter.”

Então o voto. “Diante do exposto, o Voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 71, de 2008”. Esse é o parecer, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Em discussão o parecer do Senador Sérgio Zambiasi pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2008. Para discutir o Senador Wellington Salgado e, em seguida, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa, eu queria deixar algo claro para esta Comissão e para alguns que interpretam maneira errada, achando que um dono de emissora de rádio e televisão, que ele é a pessoa... Porque existe um ideia aqui que tem rádio e televisão é a pessoa que vai usar esse poder para ser eleito. Essa é alguma interpretação aqui.

Eu quero dizer o seguinte... O que vai ser eleito é justamente o locutor. O que ninguém consegue entender é isso: o locutor é que ganha os votos. E ganha os votos se falar o que o ouvinte acha, se ele tiver posição. Um exemplo aqui claro: o Senador Zambiasi é um dos maiores do Rio Grande do Sul, ele não é dono de rádio nenhuma. Agora por que... Ele é funcionário. E por que tem audiência? Porque fala a verdade. Não vai deixar que algum dono de rádio venha dizer para ele o que ele tem que falar para os ouvintes dele, porque se o ouvinte sentir isso, nunca mais ele vai ter credibilidade.

O Senador Camata, o Senador Camata, o início da carreira dele foi como radialista, e não é dono de rádio nenhuma; Sandes Júnior, de Goiás, deputado federal, um grande radialista, não é dono de rádio nenhuma. Então todo mundo acha o seguinte: não, se é dono de rádio, vai ser eleito senador, deputado. Pelo amor de Deus. Se não tiver audiência, não adianta ter rádio; e você só tem audiência se falar a verdade para o ouvinte. Se não falar ele não vai ser audiência.

Então, essa interpretação está errada e precisa parar com isso aqui dentro. Eu acompanho o relator no meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcante para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi pela sensibilidade. Ele é um homem que atua no ramo, está hoje como senador da república, mas tem vasta experiência na área de radiocomunicação. Então eu acho que foi extremamente feliz a comissão tê-lo designado como relator.

Por outro lado tenho um profundo respeito com a Senadora Marisa Serrano, correligionária de V. Exa., minha vizinha em termos de residência, pessoa que tem uma sensibilidade, tem uma tradição nos assuntos educacionais, e sempre com extrema lógica e sempre com extrema coerência nesta Casa. Porém, eu tenho certeza que a Senadora Marisa Serrano foi induzida ao erro a fazer essa proposição, que é desse projeto de lei.

Então, eu, na verdade, me acosto ao que foi relatado pelo Senador Sérgio Zambiasi e digo que seria um grande dano que estaria se causando às comunicações brasileiras. E o Ministério das Comunicações já tem regras extremamente rígidas no tocante à propriedade de radiocomunicação. Existem limites por área, por tipo de frequência. Isso já está na legislação bastante delimitada. E quando se quer fraudar isso, se fosse o caso, poderia acontecer... As pessoas poderiam... As famílias poderiam usar artifícios para que essas empresas estivessem em mãos de terceiros, que, na verdade, não... De forma clara, como a legislação permite hoje, porém limita, a legislação hoje limita os número, a quantidade, o volume de emissoras dentro dos mesmos proprietários e dentro das mesmas famílias.

Então, parabenizo o Senador Sérgio Zambiasi pelo relatório, voto lá na frente, no momento oportuno, com o relator, dando o meu reforço a sua relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Roberto Cavalcante. Para discutir Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero só justificar aqui, a Senadora Marisa Serrano não está presente. O objeto dela não tem nada a ver com a posse e a propriedade de rádios por parlamentares, foi o que ela exatamente explicou. Trata-se de uma questão genérica, no sentido de evitar a concentração em mesmas mãos de rádios. Esse que é o objetivo. Não é um objetivo preconceituoso, essa não é a forma de pensar da Senadora Marisa Serrano. O objetivo dela, eu volto a dizer, é evitar a

concentração excessiva. Apenas como justificativa que eu queria trazer aqui em relação à proposta da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Eduardo Azeredo, essa concentração é delimitada pelo ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Roberto Cavalcante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Estou só esclarecendo que essa concentração hoje é delimitada. O Ministério das Comunicações tem toda uma regulamentação que a que baliza isso e não permite que isso ocorra. Agora achar que ser dono de três canais de televisão, por exemplo, e ter afiliados a esses canais de televisão significa uma concentração, isso acontece no mundo todo, as empresas se afiliam a determinadas redes, em função, exatamente, da competência dessas redes, quaisquer que sejam elas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O parecer do Senador Zambiasi, ele foi esclarecedor quando ele diz que *“não há limite legalmente estabelecido ao número de retransmissores e repetidores que uma única geradora – ou seja, o próprio titular da outorga, e não seus parentes – pode deter”*. Então, a Senadora Marisa, ao propor o projeto, ela queria limitar este, vamos dizer, essa concentração, mas a... não permitindo que os parentes pudessem ter a outorga. Só o que titular pode. Então não tinha como fazer essa... Evitar essa concentração. Senador Papaléo para discutir.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me, Sr. Presidente. Eu estou fazendo uso da palavra exatamente porque acredito que houve um equívoco com o Senador Wellington Salgado, quando ele fez uma análise política, principalmente com referência a políticos serem detentores de canais de rádio e televisão.

Agora, eu concordo com a Senadora Marisa no seguinte ponto: ela quis exatamente evitar a concentração de poder, que V. Exa. sabe que a imprensa é um grande poder. E isso, no nosso país, não está democratizado, não é democratizado. Quer dizer, uma concessão que é uma concessão pública, ela passa a ser usada única e exclusivamente de forma privada, particular, impedindo que realmente o objetivo da comunicação, através de rádio e televisão principalmente, seja alcançado que é levar à população a informação. Então, nisso, a população tem um grande prejuízo quando acontece o monopólio em determinadas regiões ou pequenos municípios ou pequenas cidades do meio de comunicação. Então a pessoa só vai ouvir aquilo que a orientação da rádio dá.

Isso acontece, vamos de hipocrisia, principalmente... Quando você tem uma grande cidade onde tem quatro, cinco, dez rádios, isso aí é democratizado, mas quando tem uma cidade onde tem só um meio de comunicação, a população vai ser doutrinação pela via de comunicação naquele sentido do dono da emissora, ou do radialista, seja lá de quem for. Mas a intenção dela, de forma alguma, é fazer qualquer tipo referência a qualquer classe social, a qualquer classe, principalmente, a política. A intenção dela foi exatamente o sentido da democratização da concessão de um serviço público. Isso é um serviço público, isso não é um bem particular, é um serviço público. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Senador Roberto Cavalcante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu, com o maior carinho e respeito, eu diria o seguinte... que está havendo um equívoco na interpretação que é o seguinte: isso poderia ter acontecido tempos atrás, em função de que as concessões eram fruto de estratégias políticas, cabia ao Ministério das Comunicações, ao Ministro das Comunicações, ao Presidente da República, eleger grupos que poderiam ser os vencedores das licitações.

Hoje, Senador Flexa, as licitações são a financeiras, abertas a todos os participantes brasileiros. Hoje, quando existe uma licitação para São Paulo, para uma cidade Belém do Pará, qualquer outra cidade, qualquer dado do interior, é aberta a licitação, é definido um valor mínimo, e aí grupos interessados participam, independente de sua conotação política. E não caberá ao governo, quer seja aquele candidato político ou não político, da situação ou da oposição, cabe a ele acostar a sua proposta, e essa sua proposta, passada pelos critérios técnicos, vai valer o preço da proposta que paga ao governo o maior preço, paga ao país o maior preço.

Então é extremamente salutar o mecanismo atual. O mecanismo atual exatamente inibe o direcionamento para determinados grupos. O posicionamento atual dá ao país a possibilidade de arrecadar mais. Agora, quem quiser ter rádio no Brasil, que tenha televisão e tal, que pague mais, e não fique reclamando e achando que isso aí, na verdade, é um clube no qual determinados grupos têm preferência ou não. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Na mesma linha do Senador Roberto Cavalcante, é importante frisar que, hoje, as concessões são obtidas através de licitação. Ou seja, tem um preço a ser pago, é um, na verdade, é uma licitação, quem pagar o maior pre-

ço leva. Portanto, é uma situação empresarial, não é mais uma questão política, é uma questão empresarial. Portanto, esse projeto hoje não faz sentido. Então, a minha posição é contrária ao projeto, na linha do relatório do Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. Último senador inscrito para discutir, aliás, para rediscutir, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer o seguinte: essas colocações... vamos dar um exemplo claro: o senador Papaléo aqui é um grande cardiologista. Então, se misturar a questão política, nós não poderíamos alguém ser dono de hospital para V. Exa. operar um coração. Ele é um grande cardiologista. Se ele opera e faz uma boa operação, V. Exa. ganha um voto de alguém daquela família que salvou. Aí nós vamos fazer uma lei que não poderia ter o dono de hospital que fosse cardiologista, porque senão ele vai fazer um trabalho político... que não posse político. V. Exa. é um bom cardiologista. Não é isso? Teríamos que mudar. É a mesma situação aqui. Mas eu... V. Exa., como é um grande cardiologista, salvando tantas vidas vai ganhar tantos votos, salvou vida a família vota com V. Exa.. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado. Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação nominal. O projeto é terminativo. Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, elogiando o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Renato Casagrande? Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Não, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Voto pelo projeto da Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi? Voto conhecido. Como vota o Senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero saudar a V. Exa. que participa hoje da nossa primeira reunião em substituição à Senadora Patrícia Saboya. Seja bem-vindo. Tenho certeza absoluta que V. Exa. irá ajudar bastante os trabalhos dessa comissão pela sua competência.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns? Flávio Arns, como vota? O Senador Flávio Arns não se encontra. O Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo? Como vota o Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com a versão da Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente.

[soa a campanha]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com voto o Senador Crivella?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como voto o Senador Crivella? Desculpe.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator. Presidente, eu tenho um requerimento e queria pedir a V. Exa. para incluir extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só um minuto, que eu estou conferindo aqui, senador. O projeto foi aprovado pela rejeição com nove votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem senador... Voto contrário dos senadores Papaléo Paes e Senador Arthur Virgílio, e abstenção do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, antes de passarmos a outro tema, eu quero

só aqui rapidamente à discussão, por diversas vezes foi levantada aqui a questão do FUST, a utilização dos recursos do FUST. Hoje nós temos a notícia que o Ministério das Comunicações apresentou ao Presidente Lula o programa realmente ambicioso de 75 bilhões para levar a Internet de banda larga a todo o país. É, sem dúvida alguma, um projeto importante, eu só quero registrar que nós já estamos há muito tempo querendo que esse projeto tivesse avançado.

Mas eu quero dizer que é um projeto importante, o Ministro Hélio Costa apresentou esse projeto ontem, e ele vem realmente atender uma demanda, que é levarmos a inclusão digital a todo o país, às escolas todas, às pessoas que têm menos recursos, baratearmos o uso da Internet, financiamento para as *lan houses*, de maneira o que projeto em si é um projeto, em primeiro momento, nós analisamos ainda totalmente porque ele não chegou ao conhecimento dos parlamentares em detalhes, mas é um projeto que merece a aprovação, e eu quero apenas fazer o registro: é que não seja recriada uma nova estatal. Quer dizer, o Brasil avançou, é um país moderno, nós podemos, seguramente, ter essa evolução da Internet sem haver necessidade da recriação de órgãos públicos, de estatais, que serão sempre menos eficientes, digamos assim, porque existe um número maior de funcionários. Isso a prática já mostrou que em áreas operacionais, nem sempre essa presença exagerada do Poder Público é interessante. O Poder Público tem grandes empresas funcionando bem, a empresa estatal de Minas, a CEMIG, por exemplo, é um bom exemplo, mas eu quero, então, cumprimentar, mas, ao mesmo tempo, alertar que nós não tenhamos a recriação, por exemplo, de uma TELEBRÁS, que existiu no passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, eu comungo das preocupações e também dos aplausos que V. Exa. dá ao encaminhamento do projeto. Na segunda-feira agora, próxima passada, nós tivemos aqui uma reunião da comissão de Infraestrutura tratando exatamente da banda larga para a ampliação a todo território nacional. E, entre os modelos que estão em discussão, existia realmente um modelo defendido, Senador Eduardo Azeredo, pelo Ministério do Planejamento de estatização, recriação da TELEBRÁS. Não era, justiça seja feita, o modelo proposto e defendido pelo Ministro Hélio Costa das Comunicações, que mantém o setor privado como fornecedor de acesso à banda larga em todo o território nacional. Senador Pedro Simon.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, presidente, é meu, o Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem o Senador Marcelo Crivella, em seguida o Senador Pedro Simon.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, pelo amor de Deus, eu passar a frente do Senador Pedro seria um pecado imperdoável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas com o maior respeito, eu vou pedir que se conseguir a assinatura de colegas da comissão, eu vou pedir que essa matéria vá para o Plenário. Porque, com todo respeito, eu estranho que há uma série de matérias que eu acho que por seu conteúdo deveriam ser votadas no Plenário e estão se esgotando nas Comissões. Não é o caso dessa isoladamente, mas são várias matérias que, eu não sei de onde é que foi essa confusão de que matérias que eu acho que por obrigação o Plenário deveria votar. Então, como o regimento permite que um determinado número de senadores peça para que a matéria vá para ser votada, nove senadores peçam para que a matéria vá a Plenário, eu vou tentar conseguir as assinaturas, não sei se eu vou conseguir, pedindo para que ela vá a Plenário. Queria apenas comunicar a V. Exa. e aos membros da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. se refere ao Item 2 que rejeitamos a pouco. V. Exa. tem, regimentalmente, todo o direito de fazer o requerimento para que ela seja discutida... O projeto... Agora, como é um Projeto de Lei do Senado, ele é terminativo. Então, com o requerimento de V. Exa. no Plenário, com certeza absoluta V. Exa. terá a assinatura, eu próprio posso assinar com V. Exa. para que nós possamos ampliar a discussão no Plenário e, com isso, esclarecer melhor o voto dos senadores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Depois da exposição do Sr. Senador Azeredo elogiando o Ministro Hélio Costa, eu começo a sentir no ar que realmente será possível a candidatura do nosso Governador Aécio Neves, e o Hélio, com o apoio do PSDB, ser o governador de Minas. Eu senti, eu li politicamente isso aqui agora. Não sei se V. Exa. concorda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que V. Exa. tem um papel importante nisso, V. Exa. funciona como cupido político nessa aliança entre o PSDB e o PMDB no Estado de Minas Gerais. Cupido político.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Cupido ou cupim?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, cupim, não, Senador Pedro Simon. Cupim, não. Cupim o Senador Wellington estaria destruindo... Cupim, senador...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. que foi o cupim no acordo que eu estava começando construir aqui, V. Exa. destruiu o acordo que eu estava começando a construir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cupim seria se o Senador Wellington estivesse destruindo a base do PMDB, que não é isso que ele pretende fazer. Ele pretende fazer uma aliança entre o Senador e Ministro Hélio Costa, o Governador Aécio Neves e o Senador Eduardo Azeredo. Tem todo o nosso apoio. Senador Crivella, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu pedi a V. Exa. para colocar um requerimento que eu fiz aqui com o Senador Roberto Cavalcante, no sentido de a gente votar a exclusão da Fundação Cobra Coral dentre os órgãos e entidades públicas e privadas convidadas a prestar, por seus representantes legais, informações que tiverem perante a Comissão. É um requerimento do senador Arthur Virgílio, que eu aqui peço vênica aos meus colegas para que se a gente for ouvir a Fundação, ouça em outra audiência qualquer, mas não nessa, Sr. Presidente, que trata de um assunto em que nós estamos procurando esclarecer aspectos técnicos do apagão. Eu queria que V. Exa. colocasse extrapauta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será atendido. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, na verdade eu não preciso do Senador Crivella para me dizer o que fazer. Eu tomei iniciativa antes. Até porque eu obtive claramente o que queria. Eu chamei a atenção para o empirismo do Governo, para o fato de o Governo não querer debater a fundo a questão, para o fato de fazer requerimentos com 30, 40, 50 pessoas, tudo para não se ouvir aqui quem é responsável pelo marco regulatório do setor, que a Ministra Dilma Rousseff, tudo para isso. E se tentando postergar a opinião do Congresso sobre um fato que está cada dia mais grave. Os apagões continuam no Rio de Janeiro, são diários na Cidade de Manuais, são eternos no interior do Estado do Amazonas, e eu, já que falavam... O Ministro das Minas e Energia falou que foi um raio, não sei mais quem do governo disse que foram as chuvas. Como eu vi esse festival

de ridicularia, eu digo: “Muito bem, então está na hora agora de puxar para o terreno da galhofa mesmo para caírem neles”.

Então não há necessidade nenhuma de o Senador Crivella se preocupar com isso, até porque eu tenho muita noção de que não caberia mesmo trazer qualquer entidade, qualquer coisa que fosse empírica para debater algo que tem a ver com técnica. Agora, os apagões continuam. O que precisa haver é menos servilismo(F) por parte da base do governo. O apagão continua, os apagões continuam, e a economia brasileira marcha para rumo de incerteza. É diário o pânico no Rio de Janeiro, é diário o prejuízo para o Pólo Industrial de Manaus, é diária a escuridão interior do meu Estado. Então, eu queria que o Senador Crivella, por favor, se abstinhasse do requerimento dele, até porque tem o meu, e eu sou senhor do que faço e do que não nesta Casa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu conceder a V. Exa.. Só respondendo ao Senador Arthur Virgílio, o requerimento do Senador Arthur Virgílio também se encontra sobre a Mesa e será concluído extrapauta, assim como o do senador--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não tem que incluir nada extrapauta, até porque eu estou eu dizendo que eu não quero o requerimento. Então eu estou dizendo que eu não quero e acabou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, nós precisamos aprovar a exclusão...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, não, não. Se eu estou dizendo que eu quero excluir... Imagine agora se eu virei menor de idade para alguém dizer aqui a mim se eu excluo ou incluo. Para incluir poderia--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --para incluir poderia alguém discutir se incluiria ou não; para excluir, isso aí é alvitre meu, Sr. Presidente. Então essa discussão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio, eu estou tendo a informação aqui da consultoria que após a aprovação do requerimento pela comissão, só o Plenário da Comissão pode retirar a inclusão. Então nós vamos ter que colocar à apreciação da comissão e eu não tenho dúvida que V. Exa. será atendido. V. Exa. será atendido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Aliás, a proposta, para não ficar toda hora falando. Item

10 da Pauta, eu gostaria de discutir a fundo o Projeto de Decreto Legislativo de nº 422, de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Chegaremos lá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): No momento, eu pedirei vista da matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Crivella, pelo art. 14 não haveria necessidade. V. Exa. pode pedir pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria ser... Em primeiro lugar eu quero dizer ao Senador Arthur Virgílio que eu não quero dizer o que ele vai fazer, eu quero comentar o que ele fez. Ele fez isso e não adianta, agora, ele dizer até que está arrependido, mas ele fez.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, eu não estou arrependido, não, senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é. Mas o senhor está tirando porque está arrependido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, não estou arrependido, não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exa. está. Se V. Exa. retirou é porque se arrependeu.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não estou arrependido. V. Exa. guarde os seus poderes ultrarreligiosos para lá. Não estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A palavra está com o senador Crivella, Senador Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu ouvi V. Exa. com educação, espero que V. Exa. me ouça também.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ouço, ouço, claro que ouço. V. Exa. não vai me ver fugindo do combate, senador, você propôs o combate e vai ter. Vai ter o combate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Depois eu retorno a V. Exa., Senador Arthur Virgílio. Eu retorno a V. Exa..

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Qual é o problema do combate? Houve aqui um requerimento de V. Exa. para incluir algo que eu discordo. E eu estou expondo isso aqui. Eu discordo. Eu não sabia que V. Exa. ia retirar, eu não tenho a Cobra Coral, eu não consulto a Cobra Coral para saber qual o pensamento de V. Exa.. Como é que eu ia saber que V. Exa. ia retirar? Eu não sabia. V. Exa. retirou, concordo plenamente com V. Exa.. Acho que a iniciativa política é até válida. V. Exa. trouxe o debate... Uma das maneiras de a gente fazer política é mesmo com a crítica.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não é crítica. Quando eu vi a ridicularia, eu digo: “Agora eu vou mostrar que o ridículo se combate, às vezes, com o ridículo também”.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é. Exatamente. Às vezes a gente faz pelo lado avesso. Agora, é um direito meu de fazer de requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dúvida, Senador Crivella, não há dúvida.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E quando a gente faz o requerimento não está impondo a nossa posição, eu estou colocando em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Crivella, eu acho que há consenso...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, deixa eu só concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu só quero deixar a coisa esclarecida pelo seguinte: Senador Arthur Virgílio, V. Exa. é um companheiro respeitado, mas, muitas vezes, V. Exa. reage de uma maneira injusta. V. Exa. disse assim: “Eu não quero aqui que o senador venha me dizer o que fazer”. Eu não estou dizendo para V. Exa. o que fazer, eu estou fazendo o que acho que devo fazer. É diferente. Acho que não cabe a V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que há um consenso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Art. 14, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou lhe conceder pela ordem, não precisa o art. 14.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não cabe a V. Exa., nesse caso, assumir uma posição de que eu estou tentando ou impondo ou sendo arrogante ou querendo, de alguma maneira, criticar V. Exa.. Tenho uma posição divergente, apresentei um requerimento e coloquei em votação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Art. 14, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou conceder a V. Exa.. O senador Crivella... Já conclui, senador?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não conclui. Mas se V. Exa. permitir, eu concluo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com todo respeito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Então, Sr. Presidente, o que nós colocamos aqui – e eu sou a favor da conciliação, da harmonia, e acho que a gente vai chegar num acordo – é de que a gente faça, pelas preocupações do Senador Arthur Virgílio que são minhas também, os apagões na zona sul do Rio de Janeiro, os prejuízos lá em Manaus, aos 18 Estados que ficaram sem luz, uma audiência técnica. Vamos chamar aqui a Dilma, chamar todos. Eu não pedi para tirar a Dilma. Não há servilismo nenhum de minha parte. Nós vamos ouvir a todos e temos que ouvir a todos, e é isso que nós queremos. E é nesse espírito, Sr. Presidente, que eu coloquei o meu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse foi um assunto que nós debatemos bastante semana passada e há um consenso, como disse o Senador Artur... O Senador Artur, ele, ao propor, ele tinha o objetivo de mostrar que o governo não estava querendo esclarecer o assunto do apagão. Ele... ao colocar 20 pessoas numa Audiência Pública é um fato evidente de que não quer esclarecer. Isso foi reconhecido inclusive por vários senadores da base. O Senador Wellington Salgado fez referência a isso. O Senador Arthur Virgílio como V. Excelência, encaminharam, tanto o Senador Arthur Virgílio como V. Exa., requerimentos à Mesa solicitando a retirada, e isso será feito em consenso. Senador Arthur Virgílio pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então, eu agora fico até reconfortado porque eu tenho uma alma no Rio de Janeiro, eu tenho uma parte da minha vida no Rio de Janeiro. Aliás, as maiores emoções da minha vida eu as vivi no Rio de Janeiro, que foram aquelas emoções que vieram do fim da infância, começo da adolescência e até aquela juventude adulta que é tão boa e tão gostosa.

Eu me espantaria se o Senador Crivella, sempre atento às coisas do Rio, não estivesse revoltado e preocupado com os apagões que estão assolando milhares e milhares de pessoas naquele Estado, incomodando quem faz economia, incomodando quem faz vida, quem vive no Rio de Janeiro.

O meu Estado está à beira de caos. O Distrito Industrial, ele está levando um enorme prejuízo. Eu recebo denúncias da área de DVD, de vídeos terríveis, denúncias terríveis. Isso reflete no nível de emprego, inclusive. Então aqui faz-se um certo jogo político. Eu não tenho que o fazer a não ser o que defender o meu Estado. Eu não defendia cargos públicos para mim nem quando eu era ministro do governo passado. Eu não tenho outro interesse a não ser defender o meu Estado e buscar soluções efetivas para o fato de que figuras importantíssimas do mundo científico ligado à

energia dizem que nós temos reserva de energia para mais três anos, daqui a pouco nós estaremos no déficit outra vez. Ou seja, vai estourar no próximo quadriênio, após o governo atual, vai estourar novamente o problema de energia grave, porque investimentos não estão sendo feitos. Aí me diz um que é raio, diz outro que é chuva. Aí eu digo: "Então, querem brincar?" Se isso aqui é lugar para brincadeira eu, então, fiz algo jocoso mesmo, da mesma maneira como que a sério estou querendo examinar com lupa um projeto e V. Exa. me diz que tem uma pessoa muito querida nossa que pediu. Eu não aceito, transmita a essa pessoa que eu não aceito, eu quero vista do processo tal porque eu não vou atender ninguém. O meu pai, se reencarnasse agora, eu não atenderia. Eu quero estudar à lupa o processo que está aqui, porque eu tenho dados que me levam a estudar à lupa o processo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio, V. Exa. será atendido no seu requerimento e V. Exa. tem toda razão. Eu lamento... O requerimento do Senador Roberto Cavalcante, que provocou toda essa celeuma na sessão anterior, nós não conseguimos ainda aprová-lo na Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos. A base do governo não deixa aprovar. Eu até pedi ao Senador Roberto Cavalcanti que, não pertencendo à Comissão de Infraestrutura, pudesse participar amanhã, de tal forma que nós também aprovássemos o projeto e que a Comissão de Ciência e Tecnologia participasse das audiências. Amanhã nós vamos ter uma audiência já na Comissão de Infraestrutura com os técnicos, com quatro ou cinco técnicos dentre os 20 listados e que não consta a CCT, porque não foi aprovado o requerimento do Senador Roberto Cavalcante.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ou entendi mal ou V. Exa. disse o que Senador Arthur Virgílio também entrou com requerimento para retirar a convocação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então está resolvido. Os dois pedem a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso. Está resolvido, é consenso. Não haverá discussão. Senador Roberto Cavalcante.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa, que tão brilhantemente preside esta

Comissão, eu acho que nós deveríamos ter vergonha perante a TV Senado e a Rádio Senado de estarmos discutindo uma bobagem dessas por mais de meia hora. Então, eu acho que nós todos temos o que fazer, é um consenso. Então, me admiro como é que nós perdemos tanto tempo com uma "besterada" dessa que não leva a nada. Nós não estamos construindo nada para o país estarmos discutindo se tira, se não tira, como é que tira. Eu acho que é vergonhoso para nós estarmos discutindo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem razão. Como também é vergonhoso para nós aprovamos um requerimento que pretende, no seu bojo, não esclarecer o assunto que preocupa toda a sociedade brasileira.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nenhuma autoridade que constava do nosso requerimento era alheia ao setor. Eram todos técnicos. Agora se V. Exas. querem politizar o apagão, aí é outro aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É lógico, é lógico, é lógico. Estava contido no meu requerimento, então... Pode falar mal de qualquer requerimento, não do meu. Do meu tinha o Ministro das Minas e Energia, tinha ex-Ministra, a Dilma Rousseff, atendendo exatamente para poder esclarecer, e constavam mais determinadas autoridades do setor energético.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, 18.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, 18, 20, 22, aqui se conversa outras coisas com muito menos importância, não foi nenhum nome citado no meu requerimento. Então, é por isso que eu acho que não deva se confundir o espírito do meu requerimento... Eu não admito que seja considerado que foi procrastinador, não esclarecedor, pelo contrário. Agora, se a ele quiserem acostar técnicos, pessoas que possam esclarecer, sejam extremamente bem-vindos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem razão. Quem disse que era procrastinador foi o Senador Wellington Salgado da base do Governo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso é problema dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi ele que fez essa referência. Mas não vamos voltar--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu só estou dizendo que o meu espírito aqui é fazer

com que a gente encerre isso. Será que nós não vamos colocar em votação os outros itens?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico que vamos. Vamos continuar, até porque o Senador Eduardo Azeredo, na Comissão de Relações Exteriores, já aprovou um requerimento com a vinda tão somente da Ministra Dilma e do Ministro Lobão, Edison Lobão. Vamos ao Item 3.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só vou pedir para o Senador Zambiasi subscrever, tá? Item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 3 da Pauta, não terminativo. Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 37, de 2009 – CCT. *“Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento 37, de 2009-CCT, que solicita a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o tema: ‘Sanções administrativas em empresas de telecomunicações’ para inclusão, como convidados, do diretor do departamento da proteção e defesa do consumidor do Ministério da Justiça, Sr. Ricardo Morishita e da Diretora-Presidente do IDEC Sra. Marilena Lazarinni.”* Autoria do Senador Renato Casagrande, subscrito pelo Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi para defender o requerimento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, esta Audiência Pública tem alta relevância. Nós vamos discutir o serviço de atendimento ao consumidor, acho importante. Nós temos inúmeras reclamações em relação especialmente à questão da mudança de operadora, utilizando do mesmo número. Tem uma série de fatores que é importante que a Comissão, nós já alguns convidados e acho que a presença dos nomes que o Senador Renato Casagrande está apresentando acho que valoriza ainda mais a Audiência Pública prevista para o dia 9 de dezembro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o Aditamento nº 01 ao Requerimento 37, de 2009. Não havendo senadores que queiram discutir, em votação. Aprovado. Vamos aos itens terminativos da pauta. Vamos fazer a leitura dos mesmos, a leitura dos pareceres e a discussão e votação em bloco ao final do término da pauta que constam de 42 itens.

Item 4 da Pauta, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Quarta Colônia para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul”.*

Item 5, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Vanguarda para*

executar serviço de radiodifusão comunitária de São José das Missões, Estado do Rio Grande do Sul”.

Item 6, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 670, de 2009. *“Aprova o ato que outorga à Associação Comunitária Amigos de Bossoroca para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade do Bossoroca, Estado do Rio Grande do Sul”.*

Item 7, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 672, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esperança Lagoa Vermelha para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul”.*

Item 8, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2009. *“Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Estrela do Sul FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul”.*

Item 9, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2009. *“Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Gaudério FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul”.*

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi relator de todos esses itens.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, os pareceres dos Itens 4, 5, 6, 7, 8 e 9 são favoráveis, e eu solicito para acrescentar extrapauta mais dois itens, presidente: o PLS 715/2009, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Hortênsia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina; e o PLS 828/2009, que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Paranhana FM Ltda. para explorar serviço radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

Presidente, são mais dois itens extrapauta para completar uma emissora de Santa Catarina e outra—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. solicita a inclusão de dois itens extrapauta?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como V. Exa. é o relator, eu vou colocar a apreciação da comissão a inclusão extrapauta. Inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2009. *“Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Hortênsia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.”* E, também, inclusão

extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2009. *“Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Paranhana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.”*

Em discussão a inclusão extrapauta dos dois itens solicitado pelo Senador Sérgio Zambiasi. Não havendo senadores que queiram discutir, em votação. Aprovada a inclusão. Senador Sérgio Zambiasi pode fazer a leitura do parecer dos itens extrapauta lidos agora.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, assim como os demais, em ambos os itens, os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Itens 10, 11 e 12. Relatoria, Senador Marcelo Crivella.

Item 10, Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2006. *“Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade da São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.”* Autoria Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Relatoria Senador Marcelo Crivella. Relatório favorável. *“Na reunião de 1/30/2007 foi concedida vista ao Senador Gilvam Borges que, em 24/08/2007, apresentou Declaração de Voto favorável à matéria. Na reunião de 5/11/2008 foi aprovado Requerimento de Informações nº 21/2008-CCT, (Requerimento nº 1.347/08), ao Ministério das Comunicações, de autoria do Senador Gim Argello. Recebidas as informações do Ministério das Comunicações, por meio do Aviso nº 89/2009, de 16/06/2009, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.347, de 2008.”*

Item 11. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como é que V. Exa. vai proceder, porque eu tenho algo a discutir sobre o Item 10. V. Exa. está colocando tudo junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. pode pedir destaque para o item que V. Exa. solicitar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sobre o Item 10, Sr. Presidente, aliás, já anunciei que peço vistas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria saber o seguinte: já foi pedido vista, esse relatório eu não tenho conheci-

mento, que o Senador Gim Argello pediu, eu não tive acesso a esse... Bom, está aí, está aí, mas eu não tive acesso. Não foi distribuído.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas você pode pedir vista novamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O líder do PSDB já pediu vista. Eu só queria fazer uma observação. É o seguinte: a história dessa Rádio eu conheço completamente, e conheço também a história do líder do PSDB, um homem que combate, mas um homem de bem, um homem de bem V. Exa.. Então pediria só a V. Exa. com a sua assessoria que tivesse cuidado ao pedir informações sobre essa Rádio, porque, inclusive eu posso passar para sua assessoria informações sobre essa Rádio, para que V. Exa. não entre em algo que não tem conhecimento, e é um homem de bem que combate as boas lutas. Só isso que eu queria falar para V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado. Senador, já passo a palavra a V. Exa.. Senador Wellington Salgado. Nós estamos fazendo a leitura do texto dos projetos que estão em pauta, V. Exa. pode pedir destaque do Item 10.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está pedido destaque. Faz logo o Item 10. Bota logo na frente. Eu peço destaque agora, e já resolve logo esse problema. Se o líder vai pedir vista, aí resolve, e está resolvido. Eu queria saber se a assessoria diz que pode pedir vista.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): E precisamente, senador, é para eu votar com o máximo de consciência, é por isso que eu preciso fazer. Aceito qualquer contribuição que V. Exa. mande para o meu gabinete.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou passar porque eu tenho conhecimento total, e a única coisa no bom combate é os homens falarem a verdade entre os homens. E eu com V. Exa. já tive bons combates aqui dentro, mas nunca falei mentira com V. Exa. e nem V. Exa. comigo. Já tivemos bons combates nessa Casa. Agora, essa história dessa Rádio, eu vou mandar toda a história para V. Exa....

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mais uma razão a evidenciar que há sabedoria no pedido de vista. Eu aguardo esses documentos todos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro. Só que eu fico preocupado diante de tudo isso que aconteceu nesse processo, inclusive tem uma informação, e ainda não consegui, que existem documentos registrados em cartório dizendo tudo que houve de errado no Ministério das Comuni-

cações anteriormente ao Ministro Hélio Costa. Está registrado em cartório, eu não consegui esse registro ainda, mas vai chegar para mim. De tudo. Então cuidado V. Exa. com a sua assessoria para, de repente, não participar de algo que V. Exa. não tem nada a ver.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Esteja seguro disso. Na verdade, eu quero apenas saber o que é verdadeiro e o que não é. O que for verdadeiro será relatado por mim aqui, ao meu entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, a matéria sobre o Item 10--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Agora, não vejo, senador, que haja nenhum mal em se postergar uma semana--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. fará o pedido de vista?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, já fiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, só poderá fazer após a leitura do parecer. O Senador Zambiasi... o Senador Crivella tem que fazer a leitura do parecer para ser pedido de vista.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que eu tenho uma reunião com o governador--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já será atendido, senador. Mas só para que esclareça a V. Exa., a matéria sobre o Item 10 foi distribuída a todos os membros da CCT nesse documento que está aí e nos *e-mails* de V. Exas.. Eu pedi à secretaria, porque eu estou tentando ver se nós diminuímos ou acabamos com impressão em papel de todos os processos que eu não vejo necessidade. Então orientei--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos dar um *laptop* para cada um e colocar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu orientei à secretaria, que além da impressão em papel, ela comesse a fazer também disponibilizando nos *e-mails* de cada um dos senadores a pauta e a descrição de todos os projetos, o que está sendo feito. Vou concluir, Senador Crivella, vou concluir a leitura dos outros dois processos.

Item 11, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 713, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Organização Cultural Ambiental e de Saúde – OCAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bom jardim, Estado do Rio de Janeiro.”*

Item 12, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 736, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos da*

Montecaseros e Adjacências para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.”

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, esse projeto da radiodifusão sertãozinho, ele já desde 2005 tramita aqui no Congresso. É 2005 na Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E 2006 na CCT.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E 2006 aqui. Já foi pedida informação ao Ministério, já foi dado vista, será dado vista novamente, após a leitura do relatório. Até agora nós não temos, nos autos, nada que possa, Sr. Presidente, impedir que o processo corra, como corre de todas as outras rádios. As informações que vieram do Ministério das Comunicações disseram que processos licitatório foi justo, foi honesto...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não, não, não foi honesto. Não foi honesto. Eu, inclusive, eu queria deixar uma coisa, Senador Flexa, eu queria deixar bem claro o seguinte: eu vou me abster, eu vou fazer a discussão, mas vou me abster de votar nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deixa o Senador Crivella ler o parecer.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É justo que Senador Wellington emita o seu conceito.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Só fica provado, Sr. Presidente, a sabedoria do pedido de vista. Então ele está mantidíssimo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Porém, o que eu estou dizendo aqui é o seguinte: é que o Ministério das Comunicações se manifestou dizendo que o processo foi legítimo. Eu quero deixar claro aqui que esse processo veio para mim por distribuição do presidente, e como todo processo que vem a mim merece tratamento que se dá a todos eles. Não é uma rádio no meu Estado, não conheço os proprietários, nunca tive relacionamento com eles.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A rádio é do seu Estado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Essa aqui sim, mas o grupo não, o grupo é de São Paulo. Agora, o fato é o seguinte: que o Ministério, consultado, se manifestou, e nos autos do processo eu não posso ter outro voto senão aquele que emiti. Agora, dado o pedido de vista, estamos abertos. Se alguém puder provar, ou trazer documentos, ou alguma coisa que possa invalidar o processo, poderia até trocar de voto.

Mas, hoje, Sr. Presidente, o Voto é esse: *“Tendo em vista que o exame da documentação que acompa-*

nha o PDS 422, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.” Esse é o voto, Sr. Presidente.

O outro item, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É 11 e 12.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero saber o seguinte: foi pedido vista do Item 10?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Foi pedido vista.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está valendo?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Está valendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou concluir o 11 e o 12 e vou voltar com o 10, Senador Wellington Salgado. Vai ser pedido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero destaque.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Item 11, Sr. Presidente. “Aprova o ato que outorga autorização à Organização Cultural Ambiental e de Saúde para executar serviço na linda Cidade de Bom Jardim, na cidade serrana do Rio de Janeiro”. Também, Sr. Presidente, com as mesmas palavras do voto anterior, não há aqui nenhuma evidência de violação à legislação pertinente e à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa de acordo com o previsto no nosso regimento. Então o voto é favorável, Sr. Presidente, do Item 11.

E o Item 12, Sr. Presidente, “trata-se de autorização à Associação de Moradores e Amigos de Montecaseros e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro”.

Também, Sr. Presidente, o Voto é o mesmo. “Não há aqui evidenciado no processo, nos autos do processo, nenhuma violação à legislação ou aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Então o Voto é pela aprovação, Sr. Presidente”.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Reafirmar o pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pedido de vistas concedido ao Item 10. .

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então já que foi concedido vistas, vista coletiva, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista coletiva ao Item 10. Itens 13, 14 e 15.

Item 13, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 703, de 2009. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Navegantes para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Navegantes, Estado da Santa Catarina.”

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2009. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de São Carlos do Ivaí – ACOSCI [soa a campainha] para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná.”

Item 15, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2009. “Aprova o ato que outorga permissão à FM Murcia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.”

Com a palavra o Senador Flávio Arns, relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Os pareceres, Sr. Presidente, dos itens 13, 14 e 15, lidos por V. Exa., são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço Senador Flávio Arns. Itens 16 e 17. Relatoria, Senador Lobão Filho, nosso vice-presidente.

Item 16, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009. “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão.”

Item 17, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2009. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Semeando Vidas para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São José dos Basílios, Estado do Maranhão.”

Com a palavra o Senador Lobão Filho. Parecer no Item 16 é pelo sobrestamento.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Item 16. “Projeto de Decreto Legislativo nº 217 que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. radiodifusão sonora em FM na Cidade da Davinópolis, Estado do Maranhão.

Em vista da indispensabilidade do pleno cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, para a continuidade de sua tramitação, ainda que o projeto em tela esteja em sintonia com a legislação aplicável à matéria, votamos, pelos motivos expostos, pelo sobrestamento do PDS nº 217, de 2009, que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., até que a competente instrução do processo esteja concluída.” Este é o Voto, Sr. Presidente.

Item 17. “Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Semeando Vidas para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da São José dos Basílios, Estado do Maranhão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 428 não evidenciou a violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Semeando Vidas para executar a radiodifusão comunitária na Cidade de São José dos Basílios.”

Esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Item 19. Relatoria, Senador Roberto Cavalcante. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 688, de 2009. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.” Relatoria Senador Roberto Cavalcanti. Com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, tendo em vista a documentação e o exame completo, somos de tudo está de acordo com as autorizações e votamos pela aprovação do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Roberto Cavalcanti. Itens 22, 23, 24, e 25. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 22, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 620, de 2009. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura de Lauro de Freitas para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Lauro de Freitas, Estado da Bahia.”

Item 23, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 628, de 2009. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Amigos da Península para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Maraú, Estado da Bahia.”

Item 24, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 634, de 2009. “Aprova o ato que outorga autori-

zação à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural dos Moradores e Amigos do Baianão para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.”

Item 25, Projeto de Decreto Legislativo nº 805, de 2009. “Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.”

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, os quatro pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Item 26. Relatoria, Senador Gilvam Borges. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 863, de 2009. “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Diário do Amapá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade da Macapá, Estado do Amapá.”

Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): “Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo de nº 863, de 2009, (nº 01691, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Diário do Amapá para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 863.”

O Município de Macapá, cidade da Macapá, se alegará por mais um veículo concedido para que posamos brindar a Fundação Cultural e Assistencial Diário do Amapá. Quero também me congratular com a deputada Fátima Pelagio que conduziu todo o trâmite deste processo na Câmara dos Deputados. Depois de longos três meses de atuação eficaz e persistente, a deputada chega para concluir o processo aqui ao meu lado, na condição de seu colega no Congresso Nacional. E quero recomendar pela aprovação do projeto.

Todos os preceitos e toda a regulamentação foram cumpridos e, portanto, não há o que discutir no sentido da ilegalidade. Está totalmente completo o processo e é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Itens 20 e 21, o Senador Gilberto Goellner não se encontra presente. Soli-

citaria ao Senador Arthur Virgílio que pudesse fazer a leitura dos pareceres favoráveis como relator *ad hoc*.

Item 20, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 735, de 2009. *“Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso.”*

Item 21, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 758, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Livre Comunitária de Radiodifusão (ATIVA FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Mundo, Estado do Mato Grosso.”*

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio como relator *ad hoc*.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu sou favorável à aprovação dos dois pareceres do Senador Gilberto Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Itens 34 e 38. O 34 é relatoria do Senador Demóstenes Torres, 38 é relatoria da Senadora Kátia Abreu, que eu peço ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 34, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 638, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazário – ACOMASC para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Nazário, Estado de Goiás.”*

O Item 38, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 671, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Riossonense de Comunicação Comunitária – ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Rio Sono, Estado do Tocantins.”*

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Demóstenes Torres e Kátia Abreu, ambos são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Itens 36... 35, 36 e 37. O 35 Senador Delcídio Amaral como relator, itens 36 e 37, Senador Fernando Collor como relator. Solicito ao Senador Valdir Raupp que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 35, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 626, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Cultural de Japorã, denominada ARJAP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul.”*

Item 36, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 803, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos do Portal do Alvorda/Ouro Branco – Alagoas para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ouro Branco, Estado de Alagoas.”*

Item 37, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 804, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Educadores de Paulo Jacinto para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Paulo Jacinto, Estado de Alagoas.”*

O Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O parecer, Sr. Presidente, do projeto 35, 36 e 37 é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. O Item 39, de relatoria do Senador Valter Pereira, por solicitação do relator, vai ser retirado de pauta. Item 40 é relatoria do Senador Sérgio Guerra. Solicito ao Senador Arthur Virgílio que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 40, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 752, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.”*

Senador Arthur Virgílio com a palavra como relator *ad hoc*.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela aprovação, Sr. Presidente, do competente parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Arthur Virgílio.

Vamos aos Itens 27, 28 e 29. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo.

Item 27, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 686, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Difusão Cultural de Elói Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.”*

Item 28, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização [soa a campainha] à Associação Comunitária Nova Geração de Radiodifusão – ACONGER para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Cristiano Otoni, Estado de Minas Gerais.”*

Item 29, Projeto de Decreto Legislativo 730, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bela Vista de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Carvalhos, Estado de Minas Gerais.”*

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, são três rádios comunitárias, duas delas em cidades do Sul de Minas, o Item 27 Cidade de Elói Mendes e o Item 29 Cidade de Carvalhos. Já o Item 28, na Cidade da Cristiano Otoni, que fica localizada no Campo das Vertentes, na região próxima à Barbacena, de maneira que o parecer, segundo toda a documentação apresentada ao Ministério das Comunicações, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos ao Item 18. Relatoria do senador Renato Casagrande. Solicito ao Senador Gerson Camata que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 18. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 808, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Amigos do Bairro Vista Alegre – SAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Potim, Estado de São Paulo.”*

Senador Gerson Camata como relator *ad hoc*.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o relatório apresentado pelo Senador Renato Casagrande é favorável e eu solicito o voto dos companheiros para o mesmo relatório em favor da Sociedade de Amigos do Bairro Vista Alegre – SAVA rádio comunitária na Cidade de Potim, Estado de São Paulo. É o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Os Itens 30, 31 e 32. Relatoria do Senador Wellington Salgado. Peço ao Senador Marcelo Crivella que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 30, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 600, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cidade da Casa Branca – ACCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Casa Branca, Estado de São Paulo.”*

Item 31, Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Iguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Iguape, Estado de São Paulo.”*

Item 32, Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2009. *“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.”*

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, os Itens 30, 31 e 32 têm todos os votos favoráveis. E eu gostaria aqui, Presidente, de fazer apenas consignar de que o SBT, lá no Rio de Janeiro,

canal 11, presta em trabalho imensamente relevante aos cariocas, ao povo fluminense é e com louvor que eu aqui estou lendo o voto do Senador Wellington, mas que é meu também, e dando parabéns ao SBT do Rio de Janeiro, para que continue nesse padrão de qualidade, nesse jornalismo isento. O SBT faz realmente um jornalismo isento, faz uma cobertura de todos os problemas do Rio, sem maquiagem, mas, sobretudo, tem um jornalista isento, e eu gostaria aqui de deixar isso consignado na hora do nosso Voto, Sr. Presidente. Então os três processos são pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Item 33 também de relatoria do Senador Wellington Salgado. Peço ao Senador Eduardo Azeredo que faça a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Projeto de Decreto Legislativo 673. Terminativo. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.”*

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o relatório do Senador Wellington Salgado trata-se da rádio comunitária na Cidade de Rio Pomba na zona da mata de Mineiro. O parecer é favorável. Antes eu ainda queria que colocasse em pauta—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parecer favorável do Item 33?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Parecer favorável. É um outro item que é uma correção no Projeto de Lei do Senado nº 283, que foi aprovado aqui, de autoria de V. Exa., que eu fui relator, vai permitir que seja aplicado recursos do FUST, Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações, o subsídio do consumo de serviços prestados em regime público destinado à população de baixa renda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. solicita inclusão extrapauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Extrapauta. Podemos fazer a correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão a inclusão extrapauta solicitada pelo Senador Eduardo Azeredo que trata do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2009, de minha autoria, que altera a Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, para permitir que seja aplicado o recurso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações no subsídio do consumo de serviços prestados em regime público destinados à população de baixa renda. Em discussão a inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta.

Vamos terminar só a pauta original, Senador Eduardo Azeredo, faltam dois projetos só de minha relatoria, que passo a Presidência ao vice-presidente Senador Lobão Filho para que possa fazer a leitura dos pareceres.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Item 41. Projeto de Decreto Legislativo nº 768, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Vitória do Xingu para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Vitória do Xingu, Estado do Pará.”* Autoria Comissão de Ciência e Tecnologia, relatoria Senador Flexa Ribeiro.

Item 42, Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 769, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Municipal Comunitária Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Gurupá – ASMUDEACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Gurupá, Estado do Pará.”* Autoria Comissão de Ciência e Tecnologia, relatoria Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho. Os dois projetos tanto o Item 41 e 42 são de pareceres favoráveis, visto que não há evidência de violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica opinamos pela aprovação.

No Item 41, do ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Vitória de Xingu. Vitória do Xingu é o município que é o Porto de Altamira, onde será construída a usina de Belo Monte, que é da maior importância para o nosso Brasil, e tem como Prefeito de Vitória do Xingu o nosso amigo Libère(F). E o Item 42 também pela aprovação...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como é que chama o prefeito?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Libère(F). Na realidade é Liberalino, mas conhecido por Libère(F). O Item 42 também pela aprovação, que outorga autorização à Associação Municipal Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Gurupá para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Gurupá, que tem como prefeito o Prefeito Manoel Alho. O Libère é do PTB e o Alho é do PT. Democraticamente duas rádios a esses municípios importantes do nosso Estado do Pará.

Os pareceres são favoráveis, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradeço o voto do parecer, Senador Flexa Ribeiro. E antes de promover, de passar para a

votação nominal em bloco desses projetos, coloco em votação o requerimento do digníssimo Senador Arthur Virgílio, que apresenta a esta Mesa, onde requer, nos termos regimentais, que a convidada para Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 4709 dessa CCT, aditado pelo Requerimento nº 0109 CCT, Sra. Adelaide Scritori, presidente da Fundação Cacique Cobra Coral, seja retirada da lista de convidados da referida audiência. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Passo a palavra para o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só gostaria que ante de ser colocado em votação houvesse espaço para discussão dos outros itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Quais itens?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Os itens que V. Exa. relatou referente às aprovações das rádios.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Nós vamos colocar em discussão os itens antes da votação em bloco.

Não havendo quem queira discutir o requerimento do Senador Arthur Virgílio, coloco em votação. Quem aprova permaneça como está. Aprovado. Eu quero, nesse interstício...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu retiro o meu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dando-se por prejudicado, está retirado, então, o requerimento do Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Já tem o requerimento do autor e está...

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu quero fazer um agradecimento ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador Crivella... Já que está votado o seu e aprovado. De qualquer forma, agradeço ao Senador Arthur Virgílio pela consciência, pela maturidade, pela oportunidade dessa retirada, e ao requerimento também do Senador Marcelo Crivella que não se tornou necessário, mas ambos no mesmo sentido. Portanto volto à discussão dos projetos em debate. Havendo quem queira discutir. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só queria fazer uma ressalva no tocante ao Item 32 da Pauta, que foi relatado pelo Senador *ad hoc* Marcelo Crivella, e que se refere ao Canal SBT na Cidade do Rio de Janeiro. Para registrar a elegância e o espírito

de livre concorrência, a extrema isenção do Senador Marcelo Crivella. Nós temos e somos sabedores dos relacionamentos entre o Senador Crivella e outras redes de televisão e o Senador Crivella fez questão de ressaltar a boa atuação e a boa qualidade dos serviços prestados pelo SBT. Então, gostaria de fazer essa ressalva e parabenizar o Senador Relator *ad hoc* Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Agradeço as palavras do Senador Roberto Cavalcanti. Passo a Presidência, nesse momento, ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Lobão Filho.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu pediria pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Para votar, se a gente pudesse já votar, porque a CCJ já abriu, precisamos ir para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só o parecer do extrapauta que é terminativo do Senador Eduardo Azeredo, que passo a palavra para que ele possa fazer a leitura do parecer da adequação que foi incluída extrapauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, apenas um emenda de redação que diz que no art. 3º de Lei 9.472, de 16 de julho de 97, com a redação dada pelo art. 1º do PLC 283, de 2009, onde se lê inciso I, leia-se inciso III. Só essa modificação. Onde se lê inciso I, leia-se inciso III. A emenda, portanto, é para adequar esse projeto importante de autoria de V. Exa. para subsídio do consumo de serviço prestado em regime público destinadas à população de baixa renda, utilizando recurso do FUST – Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações, fundo sobre o qual até já me referi anteriormente, que terá uma nova utilização para a inclusão digital.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Vamos fazer a discussão e votação em bloco. Dos Itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42. E os extrapauta Item 1, 2 e 3, esse último relatado pelo Senador Eduardo Azeredo. Com uma observação: o Item 16, pelo sobrestamento; o Item 10 fora de pauta, retirado de pauta por pedido de vista coletiva, aprovado por solicitação do Senador Arthur Virgílio e do Senador Lobão Filho; e o Item 39, que foi retirado da pauta por solicitação do relator, o Senador Valter Pereira. Em discussão. Não havendo

quem queira discutir, em votação. Votação nominal. Como vota o senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado por unanimidade os itens constantes da pauta com exceção do Item 10 que, repito, teve pedido de vista coletiva, o Item 16 pelo sobrestamento, e o Item 39 que foi retirado de pauta.

Requerimento para inclusão extrapauta. “Requerimento, nos termos do art. 90, inciso II e III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja aditado ao Requerimento 37, de 2009-CCT o nome das seguintes autoridades: presidente executivo da ABRAFIX, As-

sociação Brasileira de Concessionária de Serviço de Telefonia Fixo Comutado, Sr. José Fernandes Pauletti; presidente da ACEL, Associação Nacional das Operadoras de celular, Sr. Luiz de Melo Júnior; presidente do Conselho Administrativo da TELEBRASIL, Associação Brasileira de Telecomunicações, Sr. Antônio Carlos Valente da Silva; diretor-executivo da ABTA, Associação Brasileira de TV por Assinatura, Sr. Alexandre Annenberg.

Em discussão a inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta.

Em discussão o requerimento de minha autoria que, como já disse, faz um aditamento ao Requerimento 37, que trata de uma Audiência Pública para tratar do Sistema de Atendimento ao Cliente, o SAC, com a inclusão de mais quatro convidados: o presidente da ABRAFIX, o presidente da ACEL, o Presidente da TELEBRASIL e o Presidente da ABTA.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordaram com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os itens anteriores também foram aprovados por votação nominal. Eu gostaria, antes de encerrar, Senador Edison Lobão, fazer um registro, um registro um registro que é necessário que seja feito, é necessário que seja feito, porque... Eu quero inclusive agradecer, agradecer aos senadores que estiveram nessa sessão de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia, por aqui passaram um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete senadores na sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Mas eu me refiro a um documento, Senador Edison Lobão, que é distribuído pela assessoria das lideranças dos partidos que apoiam o governo. Esse documento, ele é distribuído semanalmente, orientando os senadores a respeito dos projetos em tramitação nas comissões, e no plenário, para que oriente a votação. É um documento que existe tanto da base do Governo, quanto existe da oposição. Correto, não há nenhuma discussão a respeito dele, porque é um documento de orientação.

Mas eu lastimo que no que foi distribuído nessa semana, Senador Lobão Filho, tenha a seguinte observação no dia de hoje, quarta-feira, às 8h30: "Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia – CCT para apreciar, entre outras matérias, projetos com relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, para determinar que as emissoras de radiodifusão divulguem sua condição de concessionárias, permissionárias ou autorizadas, e para determinar que os parentes até segundo grau dos

outorgados fiquem impedidos de explorar tais serviços; projetos que outorgam permissão de funcionamento para radiodifusão, sendo seis com relatoria do Senador Sérgio Zambiasi para a Cidade de Faxinal do Soturno, Rio Grande do Sul; São José das Missões, Rio Grande do Sul; Bossoroca, Rio Grande do Sul; Lagoa Vermelha, Rio Grande do Sul; Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul; Estação, Rio Grande do Sul; e dois com relatoria do Senador Fernando Collor para a Cidade de Ouro Branco, Alagoas e Paulo Jacinto, Alagoas."

Até aí, Senador Papaléo Paes, nada a obstar. Eu acho que é um trabalho de assessoramento que deve ser feito a todos os membros do bloco de governo. A partir daí, eu quero deixar, Senador Lobão Filho, consignado o meu repúdio ao que está no documento. E eu acho que esse repúdio é de toda comissão, porque não há como uma assessoria propor o que está escrito, o que eu vou ler agora. "A assessoria da liderança do bloco do governo solicita aos senadores da base que não compareçam à reunião deliberativa para que não haja quórum para as votações, por não concordar com a forma que o presidente do colegiado está dirigindo os trabalhos."

Isso é um absurdo. Isso é um absurdo, nós não vamos aceitar uma interferência de assessorias no trabalho da comissão. Eu tenho consciência e tenho plena convicção que temos feito o encaminhamento dos trabalhos nesta comissão da forma mais transparente e mais democrática possível. Eu não entendo e gostaria, Senador Lobão Filho, V. Exa. como vice-Presidente dessa comissão, que pudesse esclarecer com a assessoria do bloco do Governo qual a motivo dessa intromissão indevida, solicitando a ausência dos senadores para que não houvesse quórum na sessão de hoje.

E o que eu quero é agradecer aos senadores que aqui compareceram, em número de 17, que propiciou que nós fizemos uma reunião proveitosa, para que pudéssemos aprovar projetos importantes e, também, esclarecer de vez aquela questão que foi objeto de discussão na reunião anterior, que o Senador Arthur Virgílio, em tão boa hora, teria – disse isso e eu falei ao Senador Edison Lobão na sessão anterior que na sessão de hoje seria pedido a exclusão da entidade que foi aprovada na reunião anterior.

Então não haveria necessidade de que a assessoria do governo pudesse se intrometer, indevidamente, no trabalho da Comissão, tentando obstruir as sessões das comissões. Porque se assim o for, se assim o for, a oposição também poderá obstruir todas as outras comissões que têm um trabalho importante, e não é essa a intenção da oposição, como não deve ser essa

a intenção do Governo. A intenção do Governo e da oposição é de que juntos trabalhemos pelo Brasil.

Com a palavra o Senador Lobão Filho e Senador Gilvam Borges.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, Srs. Senadores. Em primeiro lugar, o trabalho da assessoria da liderança do Governo, o próprio termo já fala assessoria, apenas assessora, não é mandatário. A prova disso é de que houve uma maciça presença de 17 senadores neste Plenário hoje, e a grande maioria de senadores da base de Governo. Então, esse parecer, ou melhor, essa sugestão, que foi analisada pelos senadores, não foi levada em consideração. Não foi levada em consideração porque eu, como senador, acredito que esta comissão realiza e presta um relevante trabalho para a sociedade e com muita eficiência dentro desse Senado.

Na reunião passada houve aqui um episódio, para não entrar na adjetivação, um episódio estranho, onde nós convocamos uma fundação que não deveria ter sido convocada, porque prestou um caráter jocoso, irônico, a um tema muito sério do nosso país, mas, conforme eu havia dito preliminarmente, com muita maturidade o autor do requerimento, o Senador Arthur Virgílio, ele próprio retirou o requerimento. O que mostra que nós senadores resolvemos os nossos problemas aqui. Nós havíamos conversado eu e V. Exa. naquele mesmo dia e, de forma democrática, nós dois achamos uma solução para aquele episódio, que foi o episódio, volto a dizer, estranho. Mas esta é uma fase ultrapassada. E, da mesma forma como nós não levaremos em consideração aquele episódio, este parecer também, da mesma forma, não deve ser levado em consideração, até porque ele também, tal qual aquele requerimento, não teve efeito visto a presença dos senadores.

Então, este é um assunto já ultrapassado por todos nós, eu digo a V. Exa. que tanto a base do Governo, nesta comissão, quanto a oposição temos, e eu sou prova porque eu sou base do Governo e V. Exa. é oposição, e nós dois juntos, irmanados, de mãos dadas estamos caminhando para darmos efetividade a todos os trabalhos desta Comissão. É isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Presidente, um tanto exagerada a questão do repúdio, este verbo é muito forte. E há de convir V. Exa. que os instrumentos de obstrução é garantido no parlamento. São instrumentos utilizados tanto pelo governo, como pela oposição. Esse instrumento, ele vem devidamente

orientado pela assessoria, mas respaldado pelo líder do governo.

Agora, o líder do Governo deveria, realmente, está mais encorajado de poder estar assinando, porque não é ilegal. Se pode obstruir tanto nas comissões como no grande Plenário da Casa. Esse instrumento, ele pode ser utilizado. Portanto, não há motivo da exacerbação com esse verbo tão forte que... um repúdio. Isso não é uma agressão, de maneira nenhuma, isso é um instrumento do parlamento. Aí eu estou fazendo essas considerações a V. Exa., para lhe dizer que é legal, é totalmente procedente, porque como V. Exa. e todos os partidos a qual estão alinhados em e situação têm esse instrumento como tática de trabalho, de obstrução, de matéria que não ocorre, de procrastinação, estratégia de que se pode até abrir negociações mais em seguida, para se obstruir, buscar entendimentos.

Então, a assessoria, de maneira nenhuma, errou, não pecou e é um instrumento legal. Até porque V. Exa. achando que é ilegal, V. Exa. tem instrumentos legais também para poder enquadrar dentro do Regimento Interno que houve uma interferência, e não pode, de maneira nenhuma, haver interferência fora ou dentro do regimento. Então, obstrução, orientação de governo e de oposição, é um instrumento da democracia e devidamente legal. Então eu não quero que V. Exa. fique constrangido, aborrecido e se exaltar a exacerbação do verbo. Quer dizer, repúdio, como se isso foi um ataque à Comissão que V. Exa. tão bem preside.

Então, quero lhe dizer, a V. Exa., que o é instrumento legal, um instrumento de democracia. As obstruções são feitas nos plenários das comissões como também no grande Plenário da Casa. É um instrumento democrático e dentro dos preceitos legais e do regimento da Casa. Aliás, isso sempre foi e sempre será um instrumento de democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão, só está equivocado com a forma que eu coloquei. V. Exa. se equivoca quando diz que o ato de obstrução, que é um ato político, ele é feito, evidentemente, na votação dos projetos, na discussão de matérias que tramitam em qualquer comissão... Em qualquer comissão, no plenário, o instrumento da obstrução é um instrumento democrático tanto da maioria, quanto da minoria. Não há dúvida disso. O que me causa estranheza, e eu não posso aceitar, é que há... uma assessoria da base do Governo ou de oposição possa sugerir que não se dê *quorum*... A ausência... Aí não é obstrução, nós nosso entramos nem na discussão do mérito da pauta. Não é obstrução do trabalho...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é obstrução, V. Exa. me perdoe, mas não é obstrução. Aí é assessoria orientando que a comissão não funcione, não funcione, e é claro o motivo, o motivo não é político, não. O motivo, no texto, e esse texto aqui vai para os anais do Senado Federal, vou fazer incluir nos anais do Senado Federal, o motivo é “por não concordar com a forma que o presidente do colegiado está dirigindo os trabalhos”.

Então, o repúdio é ao texto que foi dito, que não concorde com a forma da presidência, não leva a assessoria a querer não fazer funcionar a comissão. Que ela, pelas lideranças do Governo, faça, então, a reunião para que nós possamos, se for o caso, que não é, no meu entendimento e dito pelo vice-Presidente, também não é. Nós tivemos, realmente, na sessão passada aquele incidente com a inclusão daquela entidade, mas na mesma sessão, apenas a discussão era se tinha sido aprovada ou não. E o foi. O próprio vice-Presidente ouviu o áudio e o foi. Como já estava aprovado eu disse ao Senador Lobão Filho que nós não tínhamos nenhum interesse em fazer qualquer ação que pudesse atingir o nosso querido Senador e Ministro Edison Lobão, e que na sessão de hoje nós faríamos inclusão do convite que foi aprovado. E assim o foi. Inclusive por autoria do próprio autor, o Senador Arthur Virgílio, corroborado com o Senador Crivella e o Senador Casagrande, parece também que assinou o relatório.

Então eu continuo afirmando, não aceito esse tipo de intromissão. Assessoria é para orientar sobre projeto, projeto tal, como ela fez aqui, dizendo que o projeto do Senador Sérgio Zambiasi... É como faz a assessoria da oposição. Relata o projeto, diz do que trata o projeto e orienta o voto: o voto a favor, o voto contrário ou pela obstrução. Mas não obstruir uma sessão de uma Comissão do Senado Federal. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, eu estou entrando nesse tema exatamente para... O senador Gilvam, ele expôs o que realmente é a realidade. A manobra da obstrução todos nós usamos, seja lá situação ou oposição, é uma manobra lícita, que é discutida--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelas lideranças, e não pela assessoria.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois é, deixa eu continuar. Que é discutida pelos políticos. Eu nunca vi escrito nada determinando a ausência em comissão para obstruir a comissão no sentido do seu funcionamento. A comissão funciona, mas é obstruída no sentido de que os parlamentares não compare-

cessem em número suficiente para votar, quer dizer, postergar alguma ação.

Agora, é lamentável, Sr. Presidente, que isso seja dirigido à figura de V. Exa.. É o autoritarismo contaminando... Autoritarismo governamental contaminando a todos, inclusive àqueles que trabalham nessa assessoria aí, achando-se que podem orientar uma bancada de senadores, que devem discutir politicamente, a não comparecer porque não estão concordando com a forma com que o presidente dirige a sessão. Quer dizer, nós vamos ter que perguntar para a assessoria do PT como é que eles querem que V. Exa. dirija a sessão? Será que nós vamos ter que fazer isso? Já basta.

Então nós fazemos o nosso papel aqui dentro de oposição. Sempre fizemos uma oposição respeitando a situação, sem desrespeitos pessoais. Eu vejo que isso é uma questão dirigida à V. Exa.. Quero prestar a minha solidariedade a V. Exa., dizer que V. Exa. sempre primou pelo bom andamento dessa comissão. V. Exa. é a primeira Comissão que reúne aqui, nos pede para chegar se possível oito horas da manhã. Isso é louvável. E que V. Exa. desde oito horas está aqui – são 11h03.

Então, eu repudio, veementemente, e lamento que os senadores que fazem parte desta comissão, que atenderam esta assessoria, que não é uma assessoria... É uma assessoria que está desrespeitando esses senadores com essa orientação, que eu lamento muito que eles fiquem subservientes a essas pessoas. Então, minha solidariedade a V. Exa., eu quero dizer... Olha, da base do Governo, esteve presente. Quer dizer, tem sua autonomia. Então eu quero lamentar profundamente o que aconteceu, e dizer que é o autoritarismo do excesso de confiança do Presidente da República, achando que pela popularidade que ele tem ele está acima do bem e do mal, e seus assessores seguem a mesma coisa. Ontem nós tivemos aqui um panfleto do Ministro da Cultura nas mãos dele, aonde pede para aqueles que apoiarem a cultura--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pede ao povo para votar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, para votar. Quer dizer, fazendo campanha. Não tem um senador aqui que não apoie a cultura, não tem um deputado que não apoie a cultura, todos nós apoiamos a cultura. Então não é... projeto bom, boas intenções, mas nós temos que discutir. Aqui é a Casa das discussões, é o parlamento. Então nós temos que discutir. Então isso prova que realmente o atropelo que estão dando na democracia. Então, eu mais uma vez me solidarizo a V. Exa.. É um processo justo da obstrução, mas não pode ser, assim, desculpe o termo, avacalhado como a assessoria do PT quis fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu fui informado do que está correndo, já tinha me ausentado desta comissão, e tinha estado aqui desde o início, cumprido todo o rito, participado e, em nenhum momento... Eu faço parte da base de sustentação do Governo, que o nosso partido PRB está dentro do bloco do PT, nós nosso somos do PT, mas estamos dentro do bloco do PT. E em nenhum momento... Eu estranho muito esse fato, porque em nenhum momento... Eu fui informado, recebi hoje pela manhã a minha agenda, recebi todas as informações relativas à que correria nesta comissão, e em nenhum momento me foi transmitido sugestão de ausência ou qualquer outro fato.

Então, na verdade, eu diria que deve ter havido algum equívoco, porque esse não é o espírito nosso, esse não é o espírito dos partidos que estão dando base e sustentação ao Governo. Eu acredito que imputar responsabilidades maiores... Olhe, se eu, senador, não estava sabendo disto, muito menos autoridades outras deveriam ter a menor ciência disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não tenho dúvida, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho que este é um fato que deva ser registrado, porém, eu considero que os parlamentares da base do Governo estão absolutamente alheios a tal fato, não receberam essa circular, na maioria, porque, no meu caso, não nenhuma informação de não estar presente aqui. E esta comissão é uma comissão que eu tenho um profundo respeito e carinho. Então, jamais me ausentaria em qualquer manobra que fosse manobra com vistas a não dar quórum a uma reunião de uma comissão, qualquer que fosse ela, muito menos a CCT, na qual V. Exa. é testemunha do meu carinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem esse carinho e essa determinação de trabalho em todas as comissões que V. Exa. participa. Eu apenas fiz registrar isso exatamente por ter certeza de que isso não partiu dos senadores, tanto não partiu que os senadores aqui compareceram, fizemos a reunião normal, como fazemos todas as semanas. E, como disse o Senador Papaléo, o Senador Gilvam Borges, o processo de obstrução é um processo político, mas parte das lideranças. As lideranças é que reúnem e definem se os seus partidos irão ou não obstruir determinado item da pauta. Não pode nunca partir de uma orientação da assessoria. É nesse ponto que eu me coloco constrangido de que isso tenha... Ago-

ra, que o documento existe, existe; que o documento chegou às minhas mãos, chegou. .

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa, só um aparte. Eu gostaria de dizer que inclusive eu não vejo razões. Não existia em pauta nenhum item que merecesse esta atitude. Quando, na verdade, alguma... Na pauta existe algum assunto extremamente polêmico, pelo contrário, o que existiu eventualmente polêmico era o tocante àquela nossa convocação que seguiu--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que estava processada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Que estava processada e existia até, dentro do que aconteceu efetivamente, que foi a retirada de um dos convidados, uma entidade convidada, que exatamente houve consenso. Nós tínhamos encaminhado o requerimento e o autor da proposta também tinha, antecipadamente, feito essa convocação. Então eu acho que tem que se esclarecer o que houve, mas, na verdade, eu tenho certeza de que a base do Governo desconhecia completamente essa orientação. Acredito que nenhum senador que esteve aqui presente teve a menor informação a respeito deste documento que V. Exa. tem em mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Senador Gilvam.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Presidente, 30 segundos. Só para aí, sim, me solidarizar a V. Exa., e dizer que é pertinente, é correto a questão do líder não ter assumido. A assessoria não pode, realmente, devidamente, ela mesma, por si só, estar exposta em orientar toda uma base de Governo. O líder aí foi omissos ou estava viajando.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, não.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Eu não o que é que houve então.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Gilvam, o senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A assessoria da liderança comunica formalmente para mim, neste momento, que em nome da assessoria da liderança desconhece esta orientação e sugestão. E aí corroborado pelas palavras do Senador Roberto, que também não recebeu nada, e eu também não recebi nada, e V. Exa. também não recebi nada, configura-se uma situação, de novo, estranha. Porque ninguém recebeu nada, a assessoria garante formalmente que não emitiu esta sugestão, este parecer, e então vamos tratar nós aqui da Comissão de investigar da onde se

originou este texto. Até porque esse texto não é da lavra do nosso líder de governo, que é uma pessoa educada, democrática, V. Exa. conhece ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não tenho dúvida.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então configura-se extremamente estranho. Agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O documento, Senador Lobão Filho, se V. Exa. me permite, o documento não é de liderança, os líderes não participaram. O documento diz assim: "Matérias em destaque no Senado para a semana de 23 a 27/11. Reunião das assessorias das lideranças--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Quem assina?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, quem assina é quem--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Quem assina o documento?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nenhum documento de orientação é assinado, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então esse documento não foi exarado pela assessoria do governo. Alguém botou esse documento aqui, mas não foi a assessoria do governo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Lobão, me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos esclarecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa, me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria formalmente, dentro do regimento desta Comissão, regimento da Casa, eu queria formalmente que fosse aberta uma investigação para apurar a origem deste documento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faremos isso. Não havendo mais...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu de-sejo concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu, como senador e membro da Mesa, vice-Presidente dessa Mesa, acato a explicação formal da assessoria do Governo quando afirma que não emitiu este documento. Então, este documento foi colocado aqui nesta Comissão de forma pirata, contrabandeada, e não tem efeito nenhum para nós do bloco do Governo e nem para esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está pré-julgando.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, pré-julgando não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pré-julgando. V. Exa. está usando adjetivos que não combinam com a proposta do Senador Roberto Cavalcanti, que é uma proposta de consenso, uma proposta tranquila, que vai esclarecer o assunto.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, não. Então calma aí que vou esclarecer. Volto a dizer novamente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Estamos falando a mesma coisa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A assessoria encaminhou formalmente a declaração de que não foi na larva deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está fazendo pré-julgamento, já. Está dizendo que é pirata, que é isso, que é aquilo.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas se não foi da lavra deles e está aqui como sendo deles, só pode ter sido de forma pirata. Então, não estou responsabilizando aqui a nossa comissão, mas alguém colocou este documento aqui falso, já que não sendo... O documento é falso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Falso no seu entendimento.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, no meu entendimento, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O esclarecimento que o Senador Roberto Cavalcanti pede, vai esclarecer realmente a origem do documento.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então, vamos esclarecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Lobão, eu acho que nós temos que ter extrema elegância--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vive em obstrução.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --no sentido de que ser feito esta investigação que apurará a verdade e a verdade sempre chega. E nós temos extrema confiança na competência e seriedade da assessoria do nosso bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu espero assim o seja. Não havendo mais nenhum item a tratar, dou por encerrada a reunião de hoje.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dois de dezembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz, Flávio Arns, João Ribeiro, Gilvam Borges, Gilberto Goellner e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Altera dispositivos da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para arrecadar e aplicar sanções administrativas.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é pela rejeição da matéria. É concedida vista pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Honório Serpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária – FM de Lindóia do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2009**, de caráter terminativo,

de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à CECOAMA – Central de Comunicação de Amarante do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária – ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroioense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cata-Vento – Juventude e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Acir Gurgacz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009**, de ca-

rater terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Auto Cap – Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale das Perdas de Jaciara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos Nova Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze)

votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz – ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de de Esperantina, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis – ACCSD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Magno’s Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga auto-

rização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente Eventual, para relatar os seguintes itens. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juriti, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos, incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02-CCT, aprovadas por 11 (onze) votos. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações Ecocap FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Fle-

xa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimentos, com o que todos concordam.

Extra-Pauta Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalves para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis.

Extra-Pauta Item 02: Requerimento nº. 51, de 2009-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., nos termos do Art. 90, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, no dia 10/12/2009, para discutir o “Plano Nacional de Banda Larga”, proposto pelo Ministério das Comunicações. Solicito que para esta Audiência seja enviado convite ao Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa”. O requerimento é aprovado.

Extra-Pauta Item 03: Aditamento nº 04 ao Requerimento nº. 37, de 2009-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira e Sérgio Zambiasi, que requer “..., nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento nº 37, de 2009-CCT, que solicita a “realização de audiência pública no âmbito desta Comissão com o tema: ‘Sanções administrativas em empresas de telecomunicações’” para a inclusão, como convidados, o Diretor Executivo do Procon de SP; Sr. Roberto C. Pfeiffer; a Defensora Pública do RJ, Sra. Marcela Oliboni; e o Membro do Ministério Público do DF e Presidente do Brasilcon – Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Sr. Leonardo Bessa”. O aditamento ao requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do Relator, Senador Roberto Cavalcanti, a seguinte matéria:

Item 09: Projeto de Decreto Legislativo 708, de 2009. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 02 de dezembro de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicados da Presidência. Expediente recebido, Aviso nº 1.719-SESES-TCU-Plenário, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 002.024/2009-5, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 25 de 11 de 2009, acompanhado do relatório e do voto que o fundamenta, a respeito das auditorias operacionais realizadas nos hospitais universitários vinculados a instituições federais de ensino. O material encontra-se à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria e peço que encaminhe cópia àqueles que solicitarem.

Convite do Exmo. Sr. Ministro do Estado da Saúde José Gomes Temporão, para a cerimônia de entrega do Prêmio de Incentivo à Ciência e Tecnologia para o Sistema Único de Saúde 2009, que se realizará no dia 03 de dezembro de 2009, às 14 horas, no Auditório Emílio Ribas, localizado no Ministério da Saúde, Esplanada do Ministério, bloco G, térreo. Solicito à Secretaria que distribua as Sras. e Srs. Senadores a programação, aspas, “*Jornada de Debates sobre Comunicação do Brasil*”, fecho aspas, que se realizará no dia 08/12/2009, na próxima terça-feira, a partir das nove horas, no Plenário número, no Plenário 13, do Anexo II, da Câmara dos Deputados.

Em atendimento ao Requerimento nº 201/2009, de autoria dos deputados Eduardo Gomes e Solange Amaral e Requerimento nº 35/2009 de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer a realização em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, de painel de debates preparatórios para a Conferência Nacional de Comunicações.

Eu quero lembrar a V. Exas. que da semana de 15, 16... 14, 15, 16 nós vamos ter a 1ª Conferência Nacional das Comunicações. Então, na próxima, no dia 08, terça-feira próxima, nós faremos uma Reunião conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação da Câmara Federal, para que possamos fazer, exatamente como foi lido, uma jornada de debates sobre a comunicação no Brasil, preparatória, dia 08, terça-feira próxima, a partir das 09h00, no Plenário 13 da Câmara Federal.

A programação está sendo distribuída às V. Exas. e na semana seguinte, então, nós teremos a 1ª CONFECOM.

Solicito igualmente à Secretaria que distribua as Sras. e Srs. Senadores a pauta do seminário que será realizada em conjunto com as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio, de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Finanças e Tributação, todas da Câmara dos Deputados, para debater a proposta de substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,50%... 0,5% sobre a movimentação financeira, com base no Requerimento nº 39/2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, a ter início no dia 08/12/2009, às 14 horas, no Plenário nº 03, da Ala Alexandre Costa, do Senado Federal.

Então, no dia 08 nós teremos duas reuniões: às nove horas na Sala 13, que nós vamos debater a CONFECOM, e às 14 horas, na Sala 03, com requerimento do Senador Renato Casagrande, para que possamos debater a substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,5% sobre a movimentação financeira.

Todos os dois, tanto a da CONFECOM, pela manhã, é na Sala 13 da Câmara Federal, a pela parte da tarde é no Senado Federal, na Sala 03, aqui no Senado Federal.

Esses eram os avisos que nós tínhamos a fornecer às V. Exas., dando prosseguimento à reunião.

Passemos aos itens da pauta. Só temos projetos... O Item 01 da pauta. Terminativo. Hoje só temos projetos terminativos na pauta. Item 01 da pauta. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 297 de 2007, "Altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para arrecadar e aplicar sanções administrativas." Autoria, Senador Casagrande. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo, contrário à matéria.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para leitura de seu parecer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, *"Pela análise dos documentos que integram o processado nota-se preocupação com a segurança jurídica dos atos administrativos praticados pela ANATEL em relação à regulamentação, à arrecadação e à aplicação de penalidades às empresas que, no entendimento da Agência, tenham descumprido a regulamentação tributária do FUST.*

A insegurança jurídica seria motivada, no entendimento do autor do projeto e do parecer aprovado pela CAE, pelo fato de a Lei de 17 de agosto de 2000, Lei do FUST, não ter sido explícita em assinalar competência à Anatel para arrecadar e aplicar sanções administrativas em questões que envolvessem créditos tributários do FUST.

Julgou-se insuficiente que tais competências tenham sido dispostas apenas no Decreto nº 3.624, de 2000.

Em relação a esse debate de competência tributária, os órgãos de consultoria jurídica do Poder Executivo foram consultados pela Agência Reguladora e se manifestaram contrários à tese da insegurança jurídica.

Segundo sua análise, a Lei no 9.998, de 2000, e sua regulamentação são claras e objetivas em atribuir à Anatel a necessária competência para arrecadar as contribuições ao FUST, portanto, seria desnecessário o projeto.

Concordamos com tal entendimento, e nos apoiamos em análise contida no relatório apresentado pelo Senador Artur Virgílio, que integra o processado referente ao PLS em análise, no qual se destacam duas vertentes, uma delas baseada em jurisprudência do STF e a outra em doutrina, segundo as quais é inconstitucional a alteração proposta pelo PLS n 297, de 2007, por vício de iniciativa.

Em relação à alteração proposta ao art. 6º da Lei do FUST, não se vislumbra a possibilidade de ocorrência da situação nele prevista, na medida em que a oferta de serviços de telecomunicações requer prévia outorga de concessão, permissão ou autorização pela Anatel.

Assim, a regulamentação de telecomunicações hoje vigente não permite que uma empresa preste serviços por conta e ordem, ou por intermédio, de outra empresa.

Uma empresa que detenha outorga pode alugar, em termos técnicos, fazer a exploração industrial de meios de transmissão de outra empresa, mas continuará sendo a responsável primária pela oferta do serviço e, portanto, pela receita auferida pelos usuários, que é o fato gerador do tributo em questão.

Nesse sentido, entendemos que a alteração proposta no art. 6º da Lei do FUST serviria apenas para tornar a regulamentação setorial mais complexa.

No que tange à alteração proposta no art. 10 da mesma lei registramos que o PLS tornou-se prejudicado pela aprovação e conversão em lei de medida provisória que inseriu o art. 37-A na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, nos termos transcritos.

Note-se que as disposições alcançam os mesmos objetivos foram mantidos, embora com outra redação, pelo substitutivo aprovado pela CAE."

Ante o exposto, Presidente, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 297, de 2007, registrando a intenção positiva do Senador Renato Casagrande, mas pela análise verifica-se que seria desnecessária a alteração proposta podendo, pelo contrário, trazer mais complexidade na sua análise.

É o Voto Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concedo à V. Exa.. O Voto do Senador Eduardo Azeredo é pela rejeição da matéria e coloco em discussão o parecer.

Pela ordem, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes da discussão eu queria pedir vista do projeto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pedir vista coletiva, Presidente [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista coletiva solicitada pelo Senador...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tri coletiva.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Coletiva, mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo Senador Wellington Salgado, Senador Zambiasi, Sérgio Zambiasi, Senador Valdir Raupp. Vista coletiva concedida.

Só consulto Senador Eduardo... Senador Wellington Salgado, saber se a vista ao parecer do Senador Eduardo Azeredo não tem nenhuma ligação com a questão eleitoral no Estado de Minas Gerais.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu quero dizer que eu tenho até sofrido problemas no meu partido pelo carinho que eu desenvolvi aqui com o Senador Azeredo. Realmente... O Senador Azeredo, depois que eu o conheci, eu vi... V. Exa. sabe muito bem, ontem inclusive estava jantando com o Senador Azeredo,

cheguei atrasado, senão iria acompanhá-los, Senador Azeredo é uma pessoa, um ser humano sensacional, uma pessoa do bem, entendeu?

Realmente teve... Algumas pessoas antes passavam uma impressão do Azeredo para mim que não é a verdadeira, não tive oportunidade de conhecê-lo. Nesses quatro anos e meio de Senado eu aprendi a conhecer o Senador Azeredo e vê-lo como um grande ser humano, uma pessoa do bem, Senador Flexa também participa dos nossos encontros.

Então, eu não vou ficar elogiando muito não que nesse momento político, aí vai me criar problema político.

Mas fica aqui a minha felicidade de ter conhecido intimamente o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Azeredo, com a palavra para elogiar o Senador Wellington.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero agradecer o Senador Wellington, é realmente verdade, nós acabamos nos tornamos amigos aqui, apesar da divergência partidária em Minas Gerais, mas exatamente a convivência faz a gente conhecer melhor as pessoas. De maneira que é verdade, o mesmo posso dizer a respeito dele.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fico bastante feliz em ver que V. Exas. tão bem representam o Estado de Minas Gerais, desmontaram o palanque a partir do término das eleições passadas e trabalharam em conjunto, com, pelo... Junto com o Senador Eliseu Resende, pelo Estado de Minas Gerais.

Então, isso realmente é o que todos os senadores fazem aqui no Senado Federal, nós estamos trabalhando pelos nossos estados e a questão eleitoral ela virá no momento em que o processo se iniciar, a partir de junho do próximo ano.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu até já elogiei o Ministro Hélio Costa pelo projeto de banda larga, elogiei aqui semana passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente, o Ministro Hélio Costa colocou... Ele... Nós vamos ter hoje um requerimento que eu vou propor extrapauta a V. Exas., para que possamos convidar o Ministro Hélio Costa para que ele venha à comissão falar sobre o Plano Nacional de Banda Larga, que foi um projeto que, como disse o Senador Azeredo, recebeu elogio da parte dele e de todos nós, que é um projeto que visa levar a banda larga a todo território nacional.

Então, espero que possamos ter aqui, ainda nesta legislatura, o nosso Ministro Hélio Costa, para que ele explique para nós aqui da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação o seu projeto, a sua proposta do Plano Nacional de Banda Larga.

Vistas concedida, vista coletiva ao Item 01.

Item 02 da pauta. Item 02 e 03 da pauta relatoria do Senador Flávio Arns.

Item 02. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2009, *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Honório Serpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná.”*

Item três [soa a campanha], terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2009, *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária – FM de Lindoia do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindoia do Sul, Estado de Santa Catarina.”*

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Os pareceres, Sr. Presidente, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item nº 04. Relatoria do Senador Lobão Filho, peço ao Senador Valdir Raupp que possa fazer a leitura como Senador *ad hoc* do parecer do Senador Lobão Filho, que está num compromisso fora do Senado e pediu-me que não retirasse de pauta, mas que solicitasse ao Senador Valdir Raupp que fizesse a leitura do parecer, que é favorável.

Item 03, terminativo... O Item 04, melhor, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à CECOAMA – Central de Comunicação de Amarante do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão.”*

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Sras. Senadores, é com muita satisfação que relato *ad hoc* o parecer do nobre Senador Lobão Filho e *“Tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS nº 429, de 2009 não evidenciou violação da legislação de pertinente e não havendo reparos contra aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à CECOAMA - Central de Comunicação de Amarante do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, na forma do projeto do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.”*

É o Voto do Senador Lobão Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Todos os projetos, do Item 02 em adiante são terminativos, nós vamos colocá-los em discussão e em votação ao final da leitura de todos os pareceres, em bloco.

Itens 05, 06 e 07, relatoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi.

Item 05. Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009, *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária – ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.”*

Item 06. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009. *“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroioense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.”*

Item 07. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 754/2009, *“Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.”*

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro.

Solicito incluir extrapauta também o Projeto de Decreto Legislativo 781/2009, que *“Aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Núcleo Cultural Bento Gonçalves para executar serviço de radiodifusão de som e imagem na cidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul.”*

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Sérgio Zambiasi, coloco em discussão a sua proposta para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo 781, de 2009, que *“Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Bento Gonçalves para executar serviço de radiodifusão de som e imagem na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.”*

Em discussão a inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão.

Então, solicito à V. Exa. que faça a leitura dos pareceres dos itens 05, 06 e 07 e do Item extrapauta que foi agora incluído.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente Flexa Ribeiro.

Os pareceres dos Itens 05, 06, 07 e o extrapauta já referidos pelo Presidente, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos aos Itens 10, 11, de autoria... Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

O Item 10, projeto terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 679, de 2009, "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia.*"

Item 11. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009, "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.*"

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ambos os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 12. Relatoria Senador Valdir Raupp. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 853, de 2009. "*Aprova o ato que outorga permissão à AUTOCAP – Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima.*"

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, "*Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 853/2009 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à AUTOCAP – Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.*"

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valdir Raupp.

Itens 13 e 14, relatoria Senador Gilberto Goellner.

Item 13, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 788, de 2009, "*Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale das Perdas de Jaciara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.*"

Item 14, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 807/2009, "*Aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso.*"

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu vou relatar o voto, Sr. Presidente, do PDS 788. Ele está dentro das técnicas, dos aspectos constitucionais de juridicidade, técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio Vale das Perdas de Jaciara, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso, conforme o PDL originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma o voto do Item 14 também é pela aprovação do referido projeto, que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, no Vale do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.

O Voto é pela aprovação dos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Gilberto Goellner.

Estado de Mato Grosso, vizinho do Pará, ele, junto com o meu querido estado, tem um papel importante para que, integrados ao nosso país, possa auxiliar como... Junto com o Pará, o desenvolvimento do Brasil.

Nós precisamos, urgentemente, integrar a Amazônia brasileira, o processo de desenvolvimento do nosso país e V. Exa. é um batalhador, junto com os senadores de todos os estados da Amazônia legal nesse sentido.

Itens 15 e 16, relatoria do Senador Eduardo Azevedo.

Item 15, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 740 de 2009, "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva, Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais.*"

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2009. "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos Nova Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo.*"

Senador Eduardo Azeredo, para leitura dos pareceres.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A documentação enviada está toda de acordo, a cidade de Paiva fica na região da Zona da Mata de Minas e o parecer é favorável.

Com relação ao Item 16 também a documentação enviada pelo Ministério mostra a regularidade e trata-se de uma rádio comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo. Essa eu não sei aonde é não, as cidade de Minas eu sei onde são, as de São Paulo eu não sei aonde fica Lagoinha no Estado de São Paulo, não.

O Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa., V. Exa. parecer favorável para que Lagoinha tenha também a sua rádio comunitária.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Também a sua rádio; apesar de não saber onde fica Lagoinha, mas Paiva eu sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa. precisa andar pelo Brasil. Lagoinha é uma cidade também importante do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Itens--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Um estado tão bem dirigido pelo nosso Governador José Serra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Exatamente, dirigido pelo... Um dos melhores governadores, senão, junto com o Governador de Minas Gerais, os dois melhores governadores do Brasil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

São os dois melhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Governador Serra de São Paulo e Governador Aécio Neves de Minas Gerais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Muito bem, Governador Aécio Neves e o Governador Serra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Itens 17 e 18.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Qual é era o assunto, Presidente? Eu vim rapidamente, quando fala de Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa., matéria vencida, Senador. V. Exa. estava--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os candidatos estão vencidos?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, eu pensei que o Serra e o Aécio estavam vencidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós estávamos fazendo aqui--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Venceu a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Uma referência aos dois melhores governadores do Brasil: Governador José Serra, de São Paulo e Governador Aécio Neves de Minas Gerais.

V. Exa. tem a palavra, pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer para V. Exa. que eu tenho um filhinho... Eu tenho três filhos em Minas, tem umzinho de quatro anos que todo dia, antes, chega da escola o dever de casa é ver um vídeo do Aécio, ver o Aécio falar por dez minutos, um videozinho, para ele ficar mais esperto que o Aécio, que o Aécio é muito bom, realmente.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. então concorda com os comentários e elogios que fizemos? V. Exa. como bom mineiro que é.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ao Aécio sim, ao Serra eu não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao Serra também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ao Aécio sim, ao Serra eu não...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Brasil inteiro reconhece a capacidade e a competência do Governador José Serra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Isso é propaganda eleitoral antecipada, Presidente. Eu vou começar a fazer campanha do PMDB também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, é apenas um reconhecimento do trabalho de dois grandes brasileiros pelos seus estados.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Valdir Raupp, para não ficar... Outro dia o Senador Flexa foi visto no aeroporto amavelmente conversando com a Senadora, ex-Senadora, hoje Governadora Ana Júlia Carepa; ele faz discursos aqui,

mas estava lá cumprimentando ela amavelmente no aeroporto Civilizadamente, civilizadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

Senador Eduardo Azeredo, V. Exa. que não tem nenhuma tendência para fazer comentários maliciosos, está entendendo, mas que V. Exa. faz esse comentário que para mim é normal, a Governadora Ana Júlia é minha amiga, amiga de família.

Politicamente nós estamos em campos opostos e lamento não poder dizer, gostaria muito de chegar aqui e dizer que entre os três melhores governadores estaria a do Pará; não posso dizer isso, posso dizer que está entre as três piores, senão a pior, isso eu posso falar, lamentavelmente.

Mas vamos voltar à pauta, que não é política, é de trabalho.

Itens 19 e 20, relatoria do Senador Wellington Salgado.

Item 19, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 675, de 2009, "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz – ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*"

Item 20, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 698/2009, "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais.*"

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

[soa a campanha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os pareceres, Sr. Presidente.

"*Tendo em vista que no exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização a esses dois projetos, Sr. Presidente, à Associação Comunitária Estudantil na Cidade de Espera Feliz...*", na Cidade de Espera Feliz, Estado de Minas, e também... Só um minuto, Presidente, que eu vou...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): São João Batista? São João Batista... Vou ler aqui, mas eu vou falar, Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São João Batista do Glória, fica perto de Passos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Lá vem ele me dar uma aula, que foi Governador, conhece tudo, editou o livrozinho com todos os postais das cidades, ele aproveita para me dar uma catucada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Depois de V. Exa. o ter elogiado.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A Associação Comunitária... Se vê como ele é ingrato.

[risos]

Eu vou retirar tudo o que eu disse, Presidente.

[risos]

Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória. [ininteligível] são a favor da aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Wellington Salgado e para V. Exa. ver que a Presidência faz a distribuição entre os membros da Comissão de forma equânime, para que todos possam ter a possibilidade de relatar os processos... V. Exa. algumas reuniões passadas fez um comentário que o Senador Eduardo Azeredo tinha mais relatoria do que V. Exa. para o Estado de Minas Gerais.

Na pauta de hoje, V. Exa. relatou favoravelmente dois projetos e o Senador Eduardo Azeredo um projeto, pela rejeição. Olha lá como V. Exa. está bem na foto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E eu pedi vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como V. Exa. ficou bem na foto para os eleitores lá de Minas Gerais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou fazer um levantamento histórico dele desde que V. Exa. assumiu a Presidência para ver como anda o placar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faça e traga o resultado na próxima reunião da comissão, na quarta-feira que vem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou trazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): itens 21, 22 e 23, Senador João Ribeiro.

O 21, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 824/2009, "*Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins.*"

Item 22, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 825/2009, "*Aprova o ato que outorga auto-*

rização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina, Tocantins, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins."

Item 23, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 857/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins."

Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Parecer favorável de todas três rádios, viu, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador João Ribeiro.

Vamos ao Item 17 e 18, relatoria do Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Papaléo Paes para que possa a leitura dos pareceres.

Item 17, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo."

Item 18, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro."

Senador Papaléo Paes como relator *ad hoc*.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de relatoria do Senador Marcelo Crivella, que me tem como relator *ad hoc*, o relatório tem parecer favorável bem como o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, também de relatoria do Senador Marcelo Crivella, que me tem como relator *ad hoc* tem o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Papaléo Paes.

Item 24, relatoria do Senador Delcídio Amaral. Solicito ao Senador João Ribeiro possa fazer a leitura do parecer, como relator *ad hoc*.

Item 24, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 632, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul."

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador João Ribeiro.

Vamos ao Item... 25 e 26, relatoria do Senador Eliseu Resende. Por uma questão de isonomia solicito ao Senador Eduardo Azeredo que faça a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 24, terminativo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, 25.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 25, desculpe, Item 25, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 446, de 2007, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais."

Item 26, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2008, "Aprova o ato que outorga permissão à Magno's Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais."

Com a palavra o Senador... Senador Eduardo Azeredo, como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, a Scala FM é renovação e é rádio FM em Belo Horizonte, o parecer do Senador Eliseu Resende, é favorável.

No caso da Magno's Comunicações é na cidade de Água Comprida, aí também é frequência modulada FM, e o parecer do Senador Eliseu Resende também é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Item 27, relatoria do Senador Demóstenes Torres. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura do parecer, como relator *ad hoc*.

Item 27, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 687/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás."

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer do Senador Demóstenes Torres é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] Item 29. Item 29. Relatoria Senador Sérgio Guerra. Solicito ao Senador Papaléo Paes que possa fazer a leitura como... Do parecer, como relator *ad hoc*.

Item 29, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 760/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.”

Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, relatoria do Senador Sérgio Guerra que me tem como relator *ad hoc*, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Papaléo Paes.

Itens 30 e 31, relatoria do Senador Romero Jucá, líder do Governo, com muita competência ele faz um trabalho que é reconhecido por todos na liderança do Governo, e solicita que os seus pareceres sejam lidos pelo Senador Valdir Raupp, como relator *ad hoc*.

Item 30, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 367/2009, “*Aprova o ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajá, Estado de Roraima.*”

O Item 31, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2009, “*Aprova o ato que outorga concessão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima.*”

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, como relator *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, “*Não havendo reparos quanto as aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para prestar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Luís e cidade de Mucujá, Estado de Roraima.*”

Esses são os... O voto é favorável ao Item 30 e 31, de relatoria do nobre Senador Romero Jucá.

É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Valdir Raupp.

Retornamos ao Item 08, relatoria do Senador Cristovam Buarque, que peço ao Senador Acir Gurgacz que possa fazer a leitura do parecer, como relator *ad hoc*.

O Item 08. Projeto de Decreto Legislativo nº 864/2009, “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cata-Vento-Juventude e Cidadania, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.*”

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz para que possa fazer a leitura do parecer.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Parecer favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

O Item 09 na pauta que tem... É o PDS 708/2009; o relator Senador Roberto Cavalcanti solicitou que ele fosse retirado de pauta para ser incluído na próxima reunião.

Então, o Item 09 fica excluído da pauta de hoje por solicitação do relator.

Item nº 28, relatoria do Senador Valter Pereira, solicito ao Senador Wellington Salgado que possa fazer a leitura, como relator *ad hoc*, do Item 28, que é terminativo, que trata do Projeto de Decreto Legislativo 484, de 2007, “*Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.*” O parecer é favorável.

Senador Wellington Salgado, para a leitura como relator *ad hoc*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou diretamente ao voto feito pelo meu querido amigo, Senador Valter Pereira, inclusive, companheiro de partido.

“*Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 484/2007 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Vida Nova de Canarana, Estado de Mato Grosso, na forma do Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.*”

Esse é o voto do Senador Valter Pereira, o qual eu subscrevo neste momento. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Wellington Salgado e solicito a V. Exa. que assuma a Presidência para que eu possa relatar os Itens 32 e 33 que sou relator.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado passar a Presidência, é uma honra matar a saudade aqui dessa comissão na Presidência.

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 806/2009, que “*Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juriti, Estado do Pará.*” Autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia... Autoria, Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, relatoria Senador Flexa Ribeiro, o relatório é favorável à matéria em duas emendas que apresenta.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

No item 33 é o ato que “*Outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará.*” Autoria, Comissão de Ciência e Tecnologia, relatoria Senador Flexa Ribeiro, também com relatório favorável.

Passo a palavra ao relator do projeto, Senador Flexa Ribeiro, Presidente dessa Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Wellington.

O Item... O Item 32 trata da... Da Rádio... “*Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Juriti.*”

A Cidade de Juruti, no Oeste do Estado de Pará, aqueles que conhecem—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria que V. Exa. lesse tudo e contasse toda a história.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou... Eu vou fazer... Eu vou fazer um breve relato sobre Juruti, que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não seja breve.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É importante, Senador Wellington Salgado, que Juriti é, como eu disse, um município do Oeste do Estado, em frente à Santa... A Santarém, em frente a Santarém e é uma cidade muito pobre e que foi instalada e está em operação um projeto de mineração da ALCOA, explorando uma mina de bauxita.

Então, Juruti hoje vive um momento de desenvolvimento, melhorando significativamente a qualidade de vida da sua população. Espero que a empresa ALCOA possa verticalizar não só... Como ela pretende fazer, tão logo Belo Monte, possa entrar em funcionamento tendo energia suficiente, fazer não só a exploração da bauxita, mas alumina e alumínio no Oeste do Pará.

O prefeito de Juruti é o Henrique, Prefeito Henrique, do PT.

O projeto é favorável, o parecer, é favorável inclusive com as emendas. As emendas, Presidente Wellington Salgado, elas dizem respeito apenas a correção do nome da cidade que no projeto que foi encaminhado falava em Juriti e V. Exa. fez essa leitura e a emenda é para corrigir de Juriti para Juruti, essa que é... Esse que é o objeto da emenda.

Juruti é uma expressão indígena da Amazônia e que representa lá um dos rios que tem a cidade como berço.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas o que quer dizer?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou procurar no dicionário indígena para que... Tupi-Guarani.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Juriti eu sei que é uma árvore, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma árvore. Pois é. Não, Buriti.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 33 também diz respeito... O Item 33 diz respeito à outorga, “*Que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço.*”

Exatamente como o Item 31 não... “*O exame da documentação que acompanha o PDS 860/2009 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que Outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará na forma do Projeto de Decreto Legislativo ordinário na Câmara dos Deputados.*”

A Cidade de Capitão Poço é um cidade importante do Nordeste do Pará, tem como prefeita a nossa amiga Antônia, do PP, esposa de ex-Prefeito Belo daquele município.

O parecer também é favorável.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quem foi Capitão Poço? Só para saber também a origem do nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi o Capitão Poço. Esses são os pareceres.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria, Sr. Presidente, antes de passar a Presidência para V. Exa., retornar a Presidência, a assessoria falou que é uma ave, juruti, é uma ave.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou sendo informado que juriti é uma árvore e juruti, continuo dizendo à V. Exa.—

Sr. Presidente, eu acho que juruti, juriti é uma ave fêmea é o juruti é o macho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah bom, pode ser. Vamos tirar essas dúvidas e trazer para a próxima reunião da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria aproveitar esse momento, Senador Flexa, também a presença do Senador Azeredo, que eu protocolei um projeto para que possa ter *royalties* sobre mineração, isso tem prejudicado demais Minas Gerais, prejudica demais o Estado do Pará.

V. Exa. foi Governador, sabe disso, Senador Flexa Ribeiro que é o Presidente de PSDB do Pará também sabe. Porque eu fiz uma consulta, inclusive a palavra *royalties* foi criada para pagar direito aos reis sobre mineração e, no entanto, é usado hoje por petróleo e não paga nem ao Pará e nem a Minas a questão dos minérios que estão sendo tirados.

E V. Exa. fez uma colocação a uma cidade aqui que tem bauxita e também não recebe *royalties* coisa nenhuma.

Minas Gerais está sendo massacrada; eu prometi que vou fazer uma imagem de helicóptero sobre Minas Gerais e eu vou ver se eu passo no Senado quando ler esse projeto, porque realmente é um absurdo.

E por último, ainda colocam... V. Exa. não, no seu estado, estão colocando a siderúrgica no seu estado, lá em Minas estão colocando a siderúrgica no estado de Rio de Janeiro. Ou seja, tira o ferro e vai lá industrializar no Rio de Janeiro.

Então, está tudo errado eu entrei com esse projeto ontem, V. Exa. não estava no Plenário na hora, para depois discutir.

Passo a Presidência de volta para V. Exa..

[troca de presidência]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Conte com o nosso apoio neste projeto, é importante Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, V. Exa. tem toda razão. Nós avocamos, inclusive, todos os projetos que tratam sobre *royalties* para que nós possamos retornar esses projetos para a pauta, que estavam todos sobrestados.

Então, nós vamos iniciar a discussão a partir da legislatura próxima.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador ACM está ansioso, mas eu estive em Salvador ontem e V. Exa. está em primeiro lugar nas pesquisas para o Senado, eu soube disso lá no restaurante só de político, eu soube que V. Exa. está muito bem, acho justo que o povo entenda que V. Exa. representa bem aquele estado e tem uma genética histórica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabéns Antonio Carlos Júnior, vamos aos votos.

Votação nominal dos Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10.

O 1 não, o 1 já foi votado, ou melhor foi pedido vista coletiva.

Então, nós vamos discutir e votar os Itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32. O parecer com as emendas e 33, todos pareceres favoráveis e o extrapauta, o Projeto de... PDS 781, também com parecer favorável.

Como vota Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com todos os relatores, inclusive com a emenda de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Lobão Filho? Como vota o Senador Valdir Raupp? Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim, com os relatores

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, antes eu, quando V. Exa. não puder presidir, claro que V. Exa. é o Presidente, que convide o Senador Mão Santa para agilizar mais o processo de votação.

O Voto a favor Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., na próxima oportunidade que tiver, será convidado para assumir a presidência.

Papaléo Paes, como vota?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Acir Gurgacz.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador João Ribeiro, como vota?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilvam Borges? Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os projetos foram aprovados por unanimidade e pergunto aos Srs. Senadores se posso repetir a votação para aprovação das emendas do Item 32, que trata da... Da rádio de Juruti.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado, repetida a votação, também por unanimidade, as emendas do Projeto 32.

Sobre a Mesa dois requerimentos.

Pede para alguém subscrever aqui.

Dois requerimentos.

O primeiro requerimento que coloco à discussão para inclusão extrapauta, requerimento de minha autoria, que tem o seguinte texto: "*Requeiro, nos termos número... Do art. 90, inciso II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública para discutir o Plano Nacional da Banda Larga proposto pelo Ministério das Comunicações. Solicito que para esta audiência seja enviado convite ao Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa.*"

O outro requerimento que coloco extrapauta é de autoria do Senador Renato Casagrande, também subscrito pelo Senador Sérgio Zambiasi e Senador Wellington Salgado, que tem o seguinte texto: "*Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento do requerimento nº 37, de 2009 – CCT, que solicita a realização de Audiência Pública no âmbito dessa comissão com o tema 'Sanções Administrativas a Empresa de Telecomunicações', para inclusão como convidados, Diretor Executivo do PROCON de São Paulo, Sr. Roberto Pfeiffer; a Defensora Pública do Rio de Janeiro, Sra. Marcela Oliboni; e o membro do Ministério Público do Distrito Federal e presidente da BRASILCON, Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Sr. Leonardo Bessa.*"

Em votação a inclusão extrapauta dos dois requerimentos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos colocar agora a aprovação do requerimento.

Inicialmente, o requerimento de minha autoria que convida para uma audiência a ser marcada proximamente, a presença do... Convida o Ministro Hélio Costa para vir aqui na CCT apresentar o seu Plano

Nacional de Banda Larga, importante, que leva a banda larga para todo o nosso país.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

O segundo requerimento, de autoria do Senador Wellington Salgado que faz, como foi lido, inclusões de mais três convidados à audiência pública que tratará sobre o tema *Sanções Administrativas em Empresa de Telecomunicações*.

Os convidados a serem incluídos, o Diretor Executivo do PROCON de São Paulo, Sr. Roberto Pfeiffer, a Defensora Pública do Rio de Janeiro, Sra. Marcela Oliboni, e o membro do Ministério Público do Distrito Federal e Presidente da BRASILCON, Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Sr. Leonardo Bessa.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado, para defender o seu requerimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, Sr. Presidente, o requerimento está colocado como V. Exa. acabou de ler. É que possa se fazer um debate melhor, sabe que Audiência Pública é onde os senadores mais aprendem.

Agora, eu também vou entrar com uma série de requerimentos na próxima reunião, Sr. Presidente, sobre rádios que têm concessão em determinado local, estão funcionando em outro, isso é um absurdo.

Exemplo, aqui tem rádios que estão em Brasília, onde você tem uma licitação de qualquer rádio na faixa de oito milhões e, no entanto, essas rádios foram concessões fora de Brasília, e ela bota antena aqui.

Eu quero saber como é que isso acontece, porque você vai lá, compra um rádio de 500 mil reais, joga ela aqui e ela passa a valer oito milhões.

Isso é uma... Isso é algo totalmente errado, eu vou apresentar os requerimentos pedindo explicação e também vou notificar o Ministério Público quanto a isso.

Não é só aqui não, em São Paulo também tem uma série de... Já trouxe esse caso aqui, não veio a explicação correta.

Então, agora eu vou notificar o Ministério Público, é o único jeito, isso é um absurdo, você compra um rádio por 500 mil e ela passa a valer oito milhões por tráfico de influência dentro de órgãos competentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será atendido no momento em que encaminhar a solicitação, melhor dizendo, seu requerimento e V. Exa. traz à comissão uma informação muito relevante.

Acho que nós precisamos esclarecer isso com a ANATEL. A ANATEL tem por obrigação fazer exatamente essa fiscalização, para que não haja desvio de

objeto das outorgas e das concessões que são aprovadas pelo Ministério das comunicações e pela Câmara e pelo Senado, ou seja, pelo Congresso Nacional.

Então, V. Exa. encaminhe os requerimentos que nós os aprovaremos, ouvido o Plenário e marcaremos então essas audiências para discutir esse assunto da maior relevância.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu fiz a relação de rádios, está na minha mão. Então, eu vou fazer um requerimento para cada uma nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faça isso.

Então, em discussão o requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande, subscrito pelo Senador Wellington Salgado.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nenhum item da pauta, encerramos a sessão de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

SEMINÁRIO CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI, COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CDEIC, COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP E COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT, TODAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às catorze horas e dezenove minutos do dia oito de dezembro de dois mil e nove, na sala 03, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Senador Renato Casagrande e dos Senhores Deputados Júlio Semeghini e Luiz Carlos Hauly, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque e dos Senhores Deputados Alfredo Kaefer, Julio Semeghini, Pepe Vargas, Vignatti, Virgílio Guimarães, Edson Ezequiel, Edinho Bez e Ângela Amin, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI, Comissão de Desenvolvimento

Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP e Comissão de Finanças e Tributação – CFT, todas da câmara dos deputados. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Moraes, Papaléo Paes e Acir Gurgacz. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Seminário conjunto com as Comissões da Câmara dos Deputados, atendendo ao **Requerimento n.º 39, de 2009-CCT**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 30/09/2009, **Requerimento n.º 210, de 2009 – CCTCI/CD**, de autoria do Deputado Julio Semeghini, aprovado em 07/10/2009, **Requerimento n.º 258, de 2009 – CDEIC/CD**, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, aprovado em 07/10/09, **Requerimento n.º 217, de 2009 – CFT/CD**, de autoria do Deputado Virgílio Guimarães, aprovado em 07/10/09 e **Requerimento n.º 274, de 2009 – CTASP/CD**, de autoria do Deputado Daniel Almeida, aprovado em 30/09/09, que “Requer, nos termos regimentais, seja realizado Seminário por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com as Comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para debater a proposta de substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira. O evento, a ser realizado em data a definir, deverá ter o seguinte formato: 1. Mesa de abertura com a participação dos Presidentes das respectivas Comissões; os Ministros do Trabalho e do Emprego – Carlos Lupi; da Previdência Social – José Barroso Pimentel; da Fazenda – Guido Mantega; o Presidente da Confederação Nacional de Serviços – Luigi Nese e o Secretário Municipal do Trabalho de São Paulo – Marcos Cintra; 2. Painel para discussão de propostas para desoneração da folha.” Comparece a reunião como expositor, na primeira mesa, o Senhor Fernando Garcia, Professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Participam como debatedores na 1ª mesa os Senhores: Deputado José Pimentel, Ministro de Estado da Previdência Social – MPS; Ronan de Oliveira, Chefe Substituto da Divisão de Contribuições Sociais e Previdenciárias de

Terceiros da Receita Federal do Brasil – DITRI – MF; João Hamilton Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil – MF; tendo como coordenador o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Participam como debatedores na 2ª mesa os Senhores: Roberto Nogueira Ferreira, Consultor da Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviços – CNS; Paulo Sérgio Sgobbi, Diretor da Área de Tecnologia da Informação da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM; tendo como coordenador o Senhor Deputado Luiz Carlos Hauly, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação – CFT. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Deputados. Usam da palavra os Senhores Deputados Luiz Carlos Hauly, Pepe Vargas, Alfredo Kaefer, Vignatti, Júlio Semeghini, Edson Ezequiel e Virgílio Guimarães. O Senhor Deputado Luiz Carlos Hauly, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação – CFT, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezessete horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

50ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, COMISSÃO DE TRABALHO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, E COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, TODAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão

Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 08 de dezembro de 2009, para a realização de seminário, conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, e a Comissão de Finanças e Tributação, todas da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater a proposta de substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira. Em cumprimento ao Requerimento nº. 39, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, da autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 30/09/2009, ao Requerimento nº. 210, de 2009, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, de autoria no Deputado Julio Semeghini, aprovado em 07/10/2009, ao Requerimento nº. 258, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, aprovado em 70/10/2009, ao Requerimento nº. 217, de 2009, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, de autoria no Deputado Virgílio Guimarães, aprovado em 07/10/2009 e ao Requerimento nº. 274, de 2009, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Daniel Almeida, aprovado em 30/09/2009.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores e Sras. e os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Daremos início à primeira Mesa com o tema: “A proposta de substituição do recolhimento do INSS sobre a folha de pagamento das empresas, por contribuição de 0,50% sobre a movimentação financeira”. Justifica a ausência o Sr. Marcos Cintra, Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho de São Paulo, que indica o Sr. Fernando Garcia, Professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas para representá-lo. O Sr. Antônio Carlos do Rego Gil, Presidente da Associação Brasileira de Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação, BRASSCOM, que indique o Sr. Sérgio Sgobbi, Diretor da Área de Tecnologia da Informação da BRASSCOM para representá-lo, e o Deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Quero saudar aqui, com muita alegria para o Senado Federal, e em especial para

esta Comissão de Ciência e Tecnologia, a presença do Exmo. Sr. Deputado José Pimentel, Ministro de Estado da Previdência Social, que funcionará, nesta primeira Mesa, como debatedor, qualificado que o é, para tratar do assunto que diz respeito a esse seminário. Quero saudar também o Sr. Ronan de Oliveira, Chefe Substituto da Divisão de Contribuições Sociais e Previdenciárias de Terceiros da Receita Federal do Brasil, Representante do Ministério da Fazenda.

Estamos aguardando ainda a presença do Sr. **João Hamilton** Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil, Representante do Ministério da Fazenda e o Exmo. Sr. Carlos Frederico Kohler, ex-Deputado Federal e Assessor Especial do Ministro do Trabalho e Emprego, Ministério do Trabalho e Emprego. E na qualidade de expositor, o Dr. Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional dos Serviços. O expositor seria o Sr. Fernando Garcia, em substituição ao Dr. Marcos Cintra, o Sr. Fernando Garcia, que é o Professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, mas, como todos nós tomamos conhecimento, lamentavelmente, a cidade de São Paulo se encontra, desde hoje, pela manhã, com dificuldades no transporte, face... Está com problema meteorológico, muita chuva, as ruas e avenidas alagadas e o trânsito engarrafado. Então o Sr. Fernando Garcia está em deslocamento para esta audiência, este seminário, e nós vamos iniciar com a exposição do Dr. Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviço, enquanto o Dr. Fernando Garcia chega, então, para fazer a complementação da exposição iniciada pelo Dr. Luigi Nese. Com a palavra o Dr. Luigi Nese, pelo tempo de 30 minutos.

SR. LUIGI NESE: Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em nome do senador, eu gostaria de cumprimentar todos os Presidentes das outras Comissões, que nos deram a grande honra de estar aqui hoje, para nós apresento armas um projeto de modificação do sistema tributário na área trabalhista. Exmo. Ministro da Previdência Social, José Pimentel, que conhece perfeitamente o sistema tributário na área da previdência, e esse projeto, esse estudo nós já apresentamos ao Ministro, e eu acho que ele terá a oportunidade de ver agora um novo posicionamento em função de um novo estudo feito pela Getúlio Vargas, atualizado com os dados mais recentes. Dr. Ronaldo de Oliveira, Chefe Substituto da Divisão de Contribuição Social Previdência, prazer em tê-lo aqui conosco.

Senador, a minha exposição é uma exposição, primeiro, para dar algumas informações sobre o setor de serviços, eu acho que é importante nós, hoje, sabermos o que é que representa o setor de serviços na economia brasileira, não só na nossa economia, sena-

dor, ministro, mas também nas economias dos países mais adiantados. Em um dos itens que, recentemente, foram apresentados, em seminário que aconteceu em Washington, recentemente, que eu estive presente, onde o setor de serviço se reuniu, foram apresentados alguns dados importantes. Primeiro, na OCDE, o setor de serviço participa com cerca de 70% do PIB das nações. Quer dizer, o setor que mais tem pujança nos países desenvolvidos é o setor de serviço, e, nos Estados Unidos, já alcançou 78,3% do PIB. 78,3% do PIB, hoje, da economia americana, é setor de serviço, e no Brasil estamos com 66,6. E a distribuição do setor de serviço é assim, da economia americana: 78,3% de serviço, 13% a indústria, 5% é a construção civil, mineração, 3%, e agricultura, 1%. Apesar de ser considerado o país mais exportador e produção de grãos, a agricultura representa com 1% no PIB americano. Por favor, o outro.

Este é, no caso, o brasileiro. Construção 66,6% do PIB é o Brasil, 58% é serviço, 28% é a indústria, construção civil, 5%, mineração, 3%, e agricultura, com 6%. Sendo um país super agrícola, nós estamos com bom percentual na área de grão agrícola. E o setor de serviço, ele está dividido nessa disposição. Serviços propriamente da área pública, 23%, o comércio representa com 13%; transporte, 6%; setor de serviço de informação, 5%; Internet, na área financeira, 12%; outros serviços, 21%; e atividades de aluguel imobiliário, 13%. Então, Srs. Senadores, deputados e ministro, esse é o quadro do setor econômico nos países. Então, em função deste quadro, sendo o setor de serviço o maior empregador do país e o maior contribuinte e maior participação no PIB, é que nós propusemos essa alternativa de modificação do sistema tributário na área trabalhista. Sendo o setor de serviço o maior empregador, como podemos ver em seguida, por favor... Nesse ano, de 1 milhão e 200 mil emprego novos, o setor de serviço contribuiu com 431 mil empregos. Quer dizer, nós estamos com... 50% do emprego no Brasil é disponibilizado pelo setor de serviço. Inclusive, na época de crise, foi o setor que sustentou a empregabilidade no país. Em função disso, é necessário nós analisarmos como é que nós podemos fazer com que esse setor se desenvolva, como é que esse setor possa contribuir mais para a economia. E uma das razões dessa nossa proposta é exatamente isso, senador, nós estamos propondo desonerar o trabalho, desonerar a possibilidade de aumentar o emprego no país, conseguindo fazer com que os setores que mais empregam possam melhorar a empregabilidade no país.

Esse é um gráfico do setor de serviço como se comportou durante o ano, nós vimos sempre o setor

de serviço participando ativamente com participação importante no emprego no país. Outro, por favor.

Essa é a distribuição do emprego ao longo do ano. O setor de serviço, que é o vermelho, sempre se destacou no emprego no país. Por favor, o outro. A evolução durante o mês de outubro, onde a indústria cresceu, graças a Deus, a indústria também teve uma participação no mês de outubro, melhorou muito a empregabilidade. Então, melhorou a sua participação no emprego no país.

Outra questão... Por favor, outro. A carga tributária. Como é que é dividida essa carga tributária nos países, em relação à área trabalhista? O país que tem maior carga tributária sobre o salário é a Dinamarca, com 48,9%, e nós estamos entre os países que têm a maior carga tributária no mundo, com 42,5%; são impostos diretos sobre o trabalho. Enquanto que o México, que é um país que está muito mais próximo da gente, está com uma carga tributária de 9,1%. Este é um item importantíssimo da nossa discussão. Se nós precisamos fazer com que o país seja um grande exportador de serviços, aumente a sua condição de competitividade internacional, nós não podemos deixar, de maneira nenhuma, considerar a carga tributária sobre o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-AM): Com licença, Dr. Luigi. Eu queria convidar o Deputado Cláudio Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, tomar assento à Mesa, e registrar a presença também do Deputado Edson Ezequiel e Deputado Julio Semeghini.

SR. LUIGI NESE: Então, eu estava dizendo, esse é um item importantíssimo, essa é a distribuição da carga tributária em alguns países sobre o trabalho. Em função dessa disposição é que nós estamos propondo que o país saia na frente, na discussão da diminuição da carga tributária sobre o trabalho. Atualmente, na França e na Itália, estão se debruçando sobre essa questão... A França já criou até uma lei para diminuir essa carga tributária sobre o trabalho, a Itália está seguindo no mesmo passo. Então, se os países adiantados já estão pensando em diminuir a carga sobre o trabalho, por que nós, que já temos uma estrutura razoável para se fazer uma modificação, já temos algumas experiências com relação a esse tipo de modificação que podemos fazer, que é a nossa proposta, que eu vou apresentar em seguida, por que nós não podemos adiantar nesse processo e diminuir a carga tributária sobre a folha de pagamento? Eu acho que esse é um ponto importantíssimo para nós. Nós, diminuindo essa carga tributária, nós aumentaríamos

o emprego, diminuiríamos a informalidade, nós teríamos mais acesso à possibilidade de empregar, fazer com que o empregado receba um salário direto e não salários indiretos que, hoje, são usados, muitas vezes, dentro da legalidade ou fora até da legalidade.

Então a nossa proposta é a seguinte: substituição do recolhimento do INSS das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição sobre movimentação financeira. Essa é a nossa proposta básica. E aí como é que seria feito isso? Bem, nossa ideia é retirar os 20% do INSS, inclusive a possibilidade até de se retirar o Salário Educação, 12,5%, e o INCRA, que é 0,2%. Salário Educação e INCRA... Eu não vejo que não tem nada a ver sobre folha de pagamento. Por que é que esses dois itens estão dentro da folha de pagamento? Deveriam ser orçamentos separados e não a onerar o trabalho, para que essas duas contribuições possam reverter em benefício da educação ou da agricultura. E isso, teríamos um reflexo dessa mudança muito importante, como podemos analisar. Por favor.

A nossa proposta, e essa é a proposta mais atualizada... Nós colocamos aí a ideia, 0,5%, que era só sobre os 20% do INSS, que eram pagos pelas empresas, só que nós temos, também, os 20%, que são retidos pelas empresas nas notas fiscais das empresas, e nós acrescentamos esse valor nesse novo estudo que o Fernando Garcia vai ter a oportunidade de fazer, nós fizemos quatro alternativas, e, com isso, a gente poderia ter uma alíquota aqui, por volta de 0,69%, para conseguir as mesmas arrecadações que hoje são feitas através da folha de pagamento.

Outra questão interessante: quando se fala dessa proposta de todos pagarem essa contribuição sobre movimentação financeira, evidentemente nós teríamos... até todos os trabalhadores celetizados deverão pagar essa contribuição. E não seria justo nós, empregadores, que somos hoje, temos a obrigação de pagar esse imposto, o trabalhador seria onerado com isso. Então, nós estamos aumentando todo mês, através de um dispositivo legal, evidentemente, esse 0,69, que seria necessário para arrecadar todo o volume que hoje é arrecadado sobre folha de pagamento, acrescentando, no salário do empregado, que, quando ele vai na boca do caixa, retirar o dinheiro, automaticamente ele recebe o líquido e não precisa pagar esse imposto. Então isso era feito quando existia a famigerada CPMF, que os aposentados não pagavam o 0,38; era pago pelo Governo o 0,38. Então, eles não pagariam isso, e nós utilizamos essa mesma sistemática para todo o empregado celetizado no país. Evidentemente, os empregados que não são celetizados e estão, vamos dizer assim, fora do processo, não vão se beneficiar com esse requisito.

Vamos ver o que é que acontece... Por favor, a outra. Hoje, se nós tivéssemos uma contribuição sobre movimentação financeira, que é o vermelho, e o azul é a contribuição feita sobre a folha de pagamento, nós teríamos um equilíbrio, praticamente, entre arrecadação... isso no mês de outubro agora, até o mês de outubro agora. Nós teríamos um equilíbrio entre a arrecadação feita através do sistema atual com o sistema sobre movimentação financeira. Mas, ao longo dos anos, nós teríamos um pequeno aumento dessa arrecadação. O azul é a contribuição feita sobre movimentação financeira e o vermelho, e o vermelho, a coluna vermelha, é feita sobre a atual situação da folha de pagamento. E nós podemos ver que existe um pequeno aumento acima daquilo que é hoje arrecadado.

Outra coisa importante, Srs. Senadores, deputados e ministros: nós teríamos... Por favor, o outro. Essas seriam as vantagens: em 2006, nós teríamos uma vantagem de arrecadação 0,9% a mais; 2007, 0,4; e 2008, já com o aumento de 2,2%, mantendo a mesma carga tributária. Nós não estamos modificando a carga tributária; a carga tributária é igual, só que, em função da economia ter aumentado, nós podemos ter até um aumento da arrecadação da própria previdência. Por favor, o outro.

Esse é um gráfico importantíssimo. O vermelho é, hoje, a arrecadação feita pela Previdência. Nós temos, no final do ano, Sr. Ministro, uma carga tributária excessiva em cima das empresas, que, praticamente, têm que dobrar a arrecadação da contribuição previdenciária, que o senhor sabe disso. Então todas as empresas ficam com sobressalto no fim do ano para pagar os impostos, e, às vezes, não conseguem pagar, e aí começa um processo de degradação da empresa, muitas vezes. Ou buscar dinheiro a juros altos, nos bancos, para cobrir essa possibilidade. E o azul seria a arrecadação feita ao longo do ano sobre movimentação financeira. Aquele fluxo é uniforme. Teríamos uma uniformidade nesse processo, a Previdência estaria arrecadando antecipadamente até esse fluxo no fim do ano, teria um processo mais harmônico em relação a isso, o fluxo de caixa da Previdência estaria melhor organizado nesse procedimento do que hoje é, que chega ao fim do ano e ele tem que arrecadar mais e tem que subjugar mais as empresas que precisam de dinheiro, até para pagar 13º, férias e etc. Então, essa seria uma melhoria muito importante com relação a essa sistemática sobre movimentação financeira.

Outra coisa: nós estaríamos, com esse sistema, fazendo com que, praticamente, a informalidade diminuiria drasticamente. Se toda pessoa que tem uma conta bancária estaria se formalizando, pagando a contribuição previdenciária, nós estaríamos, hoje,

com um processo de formalização, praticamente melhorando, sensivelmente e drasticamente, essa informalidade. Nós alcançaríamos qualquer pessoa física ou jurídica que possa ter uma conta bancária, possa ser alcançado e ter esse movimento, seja movimento com dinheiro bom, dinheiro ruim, mas, desde que ele tenha uma conta bancária e movimento esse dinheiro, evidentemente a Previdência sairia ganhando com isso, não teríamos praticamente nenhuma ineficiência ou ineficácia na arrecadação desses impostos. Nós diminuiríamos sensivelmente a informalidade, nós diminuiríamos sensivelmente, eventualmente, a corrupção e a sonegação de impostos, e basta fiscalizar, hoje, praticamente, meia dúzia de bancos, que estaríamos fiscalizando toda a arrecadação da Previdência. Não precisaríamos fiscalizar milhares ou milhões de empresas que hoje a Previdência tem que fazer, inclusive, no processo até... A Receita Federal está tentando melhorar a arrecadação, diminuindo os prazos de apresentação dos relatórios do CTF, para poder arrecadar melhor e organizar melhor a Receita. Quer dizer, até isso nós estamos tentando melhorar, que, com essa sistemática, praticamente, o fluxo é diário, e a arrecadação é diária, e o controle é diário, praticamente online. Então, não teríamos nenhuma dificuldade em implementar esse serviço e esse procedimento hoje, mesmo porque o país que mais está adiantado nesses procedimentos de arrecadação de impostos é o país, através da rede bancária, que é a melhor informatizada do mundo hoje. Posso garantir isso. Eu sou da área de informática, e aqui tem vários profissionais dessa área, sabem perfeitamente disso: que os bancos, hoje, são os melhores sistemas informatizados e podem arrecadar esses impostos facilmente. Como foi demonstrado, inclusive, na arrecadação da contribuição sobre movimentação financeira, a famigerada CPMF, que nunca se ouviu um questionamento de deixar de pagar esses impostos ou foi feito algum questionamento sobre esse tipo de impostos. Quer dizer, é um imposto fácil de arrecadar, é uma alíquota pequena e é uma garantia da arrecadação. Por favor, o outro.

Nós estamos, com isso, também diminuindo as alternativas que hoje são usadas, algumas legais e algumas, vamos dizer, paralelas. Por exemplo, nós temos o PLR, distribuição de lucro. Em São Paulo, a gente tem até a famosa CLT Flex, que é usada, Cooperativa, PJs, Cota Benefício, e etc.. Todas essas alternativas que são usadas para diminuir a carga tributária sobre a folha de pagamento seriam minimizadas ou praticamente anuladas com essa nossa proposta. Essa proposta, Srs. Senadores, Sr. Senador Flexa Ribeiro, Sr. Ministro Pimentel, o senhor já tem conhecimento delas, sabe que isso seria um avanço impressionante para a

nossa economia, para a nossa possibilidade de arrecadação. Existe, infelizmente, alguns posicionamentos contrários, alguns justos e alguns injustos, que, hoje, o Prof. Marcos Cintra, por questão de saúde, não pôde estar presente nesse momento, mas ele tem um estudo feito, apresentado aqui, que está distribuindo, que é o problema da cumulatividade do imposto, que é a maior crítica que existe sobre o imposto sobre movimentação financeira, mas que ele já, tecnicamente, praticamente, diluiu essa cumulatividade em estudos feitos por ele, mas isso... Infelizmente, eu não posso falar em nome dele, mas eu gostaria que esse estudo, depois, fosse colocado à disposição do Senado e da Câmara, para que, em outra oportunidade, quem sabe, apresentar isso.

O que nós temos como base de mudança? O projeto é simples. O projeto é mudar a parte do art. 195, da Constituição Brasileira, onde se diz que o empregador tem que pagar impostos sobre a folha de pagamento, simplesmente mudar aquele artigo e colocar o que empregador vai pagar sobre empregado, pessoa física ou jurídica vai recolher a contribuição previdenciária sobre movimentação financeira. Essa é a única alteração legal que precisaria ser feita, evidentemente com as leis complementares, para avaliar a alíquota necessária para que isso aconteça.

Eu não queria me estender mais, senador, porque o Prof. Fernando Garcia chegou, graças a Deus o avião chegou, e ele tem um estudo detalhado de como foi feito, quais são as bases técnicas que foram usadas para que essa proposta seja analisada e seja discutida tecnicamente. Essa é a nossa apresentação primeira, e, depois, nos debates, estaremos à disposição daquilo que nós apresentamos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO(PSDB-AM): Agradeço ao Dr. Luigi Nese. O Dr. Luigi faria parte da segunda Mesa, como debatedor, mas, como o Dr. Fernando Garcia teve o atraso justificado, ele começou fazendo a sua exposição, e eu convido agora o Dr. Fernando Garcia para tomar assento e possa fazer, então, a sua exposição, para que nós possamos começar com os debatedores da primeira Mesa e, em seguida, a segunda Mesa aqui.

Então, com a palavra o Sr. Fernando Garcia, Professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Dr. Fernando, V. Sa. teria 30 minutos. O Dr. Luigi já tomou 25, mas eu não vou considerar esses 25 minutos, vou lhe conceder também outros tantos para fazer a sua exposição, para que possamos começar os debates. Com a palavra o Dr. Fernando Garcia.

SR. FERNANDO GARCIA: Muito obrigado. Boa-tarde a todos. Desculpa o atraso novamente, foi um problema da companhia aérea. Eu vou, brevemente,

introduzir esse tema que nós vamos falar e passar alguns números mais contundentes, alguns resultados mais importante da pesquisa que nós desenvolvemos para a Confederação Nacional dos Serviços.

A FGV Projetos é o braço de consultoria da Fundação Getúlio Vargas, eu sou Coordenador de Economia da FGV Projetos e Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, e o Sr. Luigi Nese nos convidou para fazer um estudo, avaliando os efeitos econômicos, o impacto que haveria na economia de uma mudança tributária, concebida pela FEESP e pela CNS. Preocupação de ver se a proposta que ele está encaminhando aos senhores teria efeitos positivos ou negativos, ou quem seria beneficiado, quem seria prejudicado com uma mudança dessa magnitude. O que se trata aqui é de uma proposta de substituição de um mecanismo de arrecadação de recursos para a Previdência Social, a contribuição dos empregadores para Previdência por uma contribuição de movimentação financeira. E obviamente, como sempre que nós tratamos com a questão tributária, nós estamos envolvendo pessoas diferentes, instituições diferentes que serão tributadas, e a desoneração também recai com maior intensidade sobre outras contribuições.

Nessa apresentação que eu vou fazer para os senhores, eu vou mostrar os grandes números, em termos de ganhos e em termos de alterações. Primeiro, eu vou falar um pouquinho do modelo de simulação de impacto e de desoneração que a Fundação Getúlio Vargas empregou para esse estudo, expondo um pouquinho mais de detalhe à metodologia. Como eu falei para os senhores, o objetivo do estudo foi medir os efeitos sobre a renda nacional, renda nacional nós estamos falando de salários, lucros e tributos, o emprego na economia brasileira e os preços que prevalecem no país, dos diversos setores de atividade econômica, que resultariam da substituição da contribuição patronal ao INSS por uma contribuição de movimentação financeira. Aqui a preocupação é que essa substituição preservasse o valor, o volume de recursos, arrecadado à Previdência, para distribuição aos seus beneficiários. Então, portanto, um primeiro aspecto importante é que o dinheiro que retorna dos cofres públicos à sociedade é absolutamente da mesma magnitude, o que significa dizer que, do ponto de vista dos receptores dos recursos, nós temos um efeito totalmente neutro, ou praticamente nulo. O que muda é de onde vem os recursos que são arrecadados para serem distribuídos pela Previdência Social. E, nesse caso, nós trabalhamos com os dados oficiais do Sistema Nacional de Contas Consolidadas, feito pelo IBGE, na época que nós iniciamos o trabalho, os últimos dados consolidados referiam-se ao ano de 2006. O sistema de contas

nacionais, como os senhores sabem, é de onde sai a contabilidade do Produto Interno Bruto do Brasil, e ele é distribuído entre 55 setores de atividades e tem uma abertura de 110 produtos da matriz, em suma, o produto do país.

Esse banco de dados com o qual nós trabalhamos, ele parte dos preços e da distribuição da arrecadação previdenciária no ano de 2006. Sobre esse banco de dados, nós simulamos a retirada da contribuição patronal e a colocação de uma alíquota sobre a movimentação financeira, capaz de arrecadar o mesmo volume para Previdência Social e analisamos o efeito. Essa modelagem ou esse modelo de simulação, ele já é bastante empregado no Brasil para análise de políticas públicas, a primeira experiência bem-sucedida de uso desse tipo de modelagem foi no programa do álcool, no início dos anos 80, do Programa Pro-Álcool, e ele é chamado, na teoria econômica, de um modelo de equilíbrio geral computável, em que se analisa, em que se simula a reação de consumidores e de empresas, com relação à mudança de alguma variável externa. Aqui, no caso, nós estamos tirando uma contribuição patronal e estamos colocando um imposto sobre movimentação financeira e vendo o efeito que isso tem na economia. E como qualquer alteração tributária, ela traz consigo tanto a mudança de renda, a distribuição de renda dentro da sociedade, como a mudança de preços relativos. Por que isso? Porque os setores que empregam, são grandes empregadores de mão de obra, são os grandes responsáveis pela arrecadação dos recursos da Previdência Social, particularmente dessa parcela da contribuição patronal. E obviamente, se nós retiramos desses setores, que são grandes empregadores, esse custo, o preço das mercadorias e serviço desses empregadores tende a se reduzir, e, obviamente, quando nós colocamos, de outro lado, o imposto uniforme sobre as movimentações financeiras, todos passam a contribuir, a arrecadar no mesmo volume.

Então o primeiro aspecto importante dessa visão é que esse modelo de simulação redistribui na sociedade o ônus da contribuição patronal, diminuindo o peso sobre os setores, que são grandes empregadores de mão de obra, e distribuindo de forma mais homogênea na sociedade. Isso muda os preços na economia e isso também redistribui a renda dos setores que empregam pouca mão de obra para os setores que empregam muita mão de obra.

A maior parte dos resultados que nós obtivemos nessa simulação se devem a esse fato de haver uma concentração muito grande da contribuição em poucos setores econômicos, que são grandes empregadores na economia. Seguindo essa ideia, a simulação de

uma maneira bastante simples e direta, ela se dá por meio de quatro passos.

No primeiro passo, nós retiramos a contribuição patronal, o INSS, desonerando a folha de pagamento, com a hipótese de que há um repasse integral desses valores para a redução dos preços da economia, a competição entre as empresas levaria a uma diminuição dos preços, na magnitude em que pesam esses impostos sobre os custos de produção de cada setor de atividade econômica, eles vão ser muito intensos, muito fortes no setor de comércio, eles serão muito fortes no setor de serviços e no setor da construção civil; tem um peso pequeno nos setores industriais e tem um peso crescente no caso da agricultura, que vem se formalizando rapidamente.

O segundo passo trata da introdução, a reintrodução de uma contribuição sobre movimentação financeira, que seja numa alíquota que seja capaz de recuperar os recursos necessários para o financiamento da Previdência Social. Essa alíquota é calculada internamente dentro de um modelo de simulação e ela pesa sobre todas as operações de movimentação financeira que passam pelo sistema bancário.

O terceiro passo, que já é uma consequência dos dois anteriores, é uma mudança, uma análise da mudança dos preços relativos dentro da economia brasileira, que leva a alterações na composição do consumo de mercadorias, de serviços e da oferta de bens. Os serviços de construção civil, que são bens de capital, vão se tornar relativamente mais baratos, isso tem um efeito sobre o investimento no país. Recentemente, nós vemos que a desoneração de alguns produtos, de IPI sobre alguns produtos, alguns materiais de construção, estimulou o setor da construção civil, a gente vê claramente que os setores respondem, as famílias e as empresas respondem rapidamente a essas mudanças de preço.

E, finalmente, o quarto passo foi a análise dos efeitos da rede de distribuição da carga tributária entre diferentes setores. Aí muito importante, com o barateamento dos produtos e serviços que usam de forma intensiva a mão de obra e que estimula, portanto, o emprego na economia, a maior parte dos resultados que são bastante positivos dessa simulação, significam a criação de empregos e de renda oriundo do quê? Da redução dos custos e dos preços justamente nos setores que são grandes empregadores de mão de obra. Nesse caso, nós teríamos um efeito bastante positivo nos setores que têm, hoje, uma carga tributária, relativamente, maior, por conta da alta participação da mão de obra na sua formação de custos.

Nós podemos observar, no quadro, os resultados – acho que podemos passar para o próximo – de

quatro cenários. Nós fizemos uma introdução gradativa. Nós, considerando as informações do anuário da Previdência Social de 2006, nós, primeiro, buscamos simular a introdução de uma CPMF para recuperar 49 bilhões de reais, correspondente aos 20% de contribuição das empresas para o INSS naquele ano. Depois, fizemos um cenário adicional, que, além dos 49 bilhões, também incorporava a arrecadação para o INCRA e a arrecadação do Salário Educação. Num terceiro cenário, nós incorporamos outras contribuições para a Previdência, que se referem à contribuição, à parcela do SIMPLES, a contribuição de empresas esportivas e de espetáculos e a contribuição sobre a nota de subjugação. Esses valores depois são consolidados no último cenário, em que o volume a ser arrecadado é maior, que compreende tanto os 20 bilhões, que são arrecadados por empresas indiretamente, quanto os 49 bilhões, que eram arrecadados diretamente, como os valores do Salário Educação e do INCRA, para testar diferentes ambientes e diferentes magnitudes.

Na linha de baixo, nós temos as alíquotas que seriam necessárias para se adicionar a operação, que tornasse possível uma mudança que não implicasse, em nenhum momento do tempo, uma redução do fluxo da caixa da Previdência Social. A preocupação é que essa mudança, essa substituição, se desse sem interrupção de receitas e com a reposição imediata na mesma magnitude. Então, no caso do cenário um, cenário que nós estamos falando, de 49 bilhões, nós teríamos uma alíquota de 0,576% sobre uma operação financeira na economia, daria o suficiente para nós coletarmos, no ano de 2006, os 49 bilhões. E essa alíquota é crescente até a alíquota maior de 0,86%, que seria suficiente para arrecadar 73,5 bilhões de reais aos cofres da Previdência Social. O importante é que essa substituição desonera e reduz o custo da mão de obra, estimula o emprego e a formalização, e, com isso, faz crescer a economia, nos setores, justamente, que, hoje, são os maiores empregadores da economia brasileira.

O que se espera, a médio prazo, depois de 12, 24, 36 meses de operação do sistema, é que esse estímulo ao emprego, esse aumento de emprego e essa redução de alguns preços importantes da economia, que tem peso grande nos custos de vida do consumidor e nos custos, principalmente, da construção civil, traria um estímulo à produção nacional e um crescimento do emprego. No primeiro cenário, nós falamos de um efeito sobre o Produto Interno Bruto de 1,4% aproximadamente, ou seja, após 36 meses, o Produto Interno Bruto no país, apenas em razão dessa mudança, estaria acima 1,4 ponto percentual. O que explica essa mudança do patamar do Produto Interno Bruto?

É a criação de empregos, é a redução de custos em alguns setores chave para o investimento nacional, como, por exemplo, a construção civil; e esse efeito de custo aparece embaixo, com uma simulação de como que isso impactaria no IGP. Essa substituição é importante por quê? Porque ela permite uma deflação dos preços na economia, e, no caso dos preços ao consumidor, nós teríamos uma queda de quase 0,4 ponto percentual.

Obviamente, com o crescimento do emprego e o aumento da renda real, o que nós esperamos é um aumento da demanda das famílias e das empresas, por mercadorias e serviços. O primeiro aspecto importante é que, em qualquer um dos cenários, o que é que nós temos? Nós temos crescimento econômico como resultado da desoneração, que premia o emprego, que premia o trabalho formal e permite, portanto, até um crescimento da arrecadação tributária em outros setores da atividade. Em todos os cenários, nós observamos que há redução de preços, porque se elimina um custo importante das empresas, que recai sobre a mão de obra, e, em todos os cenários, nós vemos que a resposta simulada das empresas é de aumento do trabalho formal. Por quê? Porque a alíquota menor aplicada sobre uma base maior da economia permite a arrecadação do mesmo volume e reduz, em termos percentuais, a carga tributária principalmente nos setores que são grandes empregadores. Esse efeito, portanto, reduz um pouco a distorção do sistema tributário brasileiro, sem interferir nas obrigações e no volume necessário de recursos do sistema previdenciário.

E outra forma de a gente enxergar esses resultados é observando em que setores nós vamos ter redução mais expressivas de preço e de custo e em que setores nós temos um crescimento mais expressivo do emprego. Aqui, nós não percebemos claramente, porque o gráfico saiu com as letras um pouco pequenas, mas eu antecipo os senhores aqui: o principal setor beneficiado é o setor de comércio, que teria uma redução de custo direto, e uma redução de custo que chega à magnitude de 1,5, quase 2 pontos percentuais. Ou seja, a margem de comércio, o preço que o comércio varejista e o comércio atacadista cobram, ele pode se reduzir por quê? O seu custo da mão de obra se reduziu de maneira bastante expressiva, e nós sabemos, todos nós sabemos que o comércio é um grande empregador. Mas, também, aí, nos dez setores que têm impacto mais positivo em termos de preço, de redução de preço, nós temos bens da agropecuária, nós temos bens da construção civil, enfim, setores que são os grandes empregadores da mão de obra brasileira. Os grandes beneficiados são as em-

presas geradoras de emprego e a redução dos preços dessas mercadorias.

Em termos de atividade econômica e aumento de preço, nós vamos ter praticamente uma coincidência. Vão constar desses setores alguns segmentos do setor de serviço, vão constar o próprio comércio varejista, atacadista, a construção civil e a agropecuária, com o aumento do Produto Interno Bruto do valor adicionado desses setores que pode chegar a 3, 4%. E o que nós observamos é que, depois de 36 meses, praticamente nenhum setor de atividade econômica do país se vê prejudicado com essa mudança. De maneira imediata, logo após a substituição, há alguns setores que se veem prejudicados por quê? Porque não recolham esses tributos, essa contribuição para a Previdência, porque empregavam e tinham um volume de emprego muito reduzido.

Os setores intensivos em capital, setores que empregavam muito pouca mão de obra, imediatamente percebem algum prejuízo. Mas, com o crescimento econômico, com a geração de renda, com a geração de emprego, esses setores, depois, recuperam esses prejuízos imediatos, e esse efeito de redistribuição de renda na sociedade se estabiliza. Então, em linhas gerais, os resultados dessa simulação mostraram que esta substituição, ela retira uma parte da ineficiência que nós temos na economia brasileira, oriunda do nosso sistema tributário, ela é capaz de recompor o cofre da previdência, no volume de recursos necessários para financiar a Previdência Social, e ela também seria um instrumento benéfico para a promoção de emprego, à medida em que se reduz o custo dos setores, que são grandes empregadores de mão de obra, o que estimula essa geração.

Eu passo a palavra de volta ao Presidente da Mesa e agradeço essa oportunidade de trazer esses resultados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO(PSDB-AM): Agradeço ao Dr. Fernando Garcia pela exposição que brindou a todos nós, e vamos, agora, passar a fase dos debates.

Eu quero, antes, saudar a presença da Deputada Ângela Amin e do Deputado Virgílio Guimarães.

E, como primeiro debatedor, o Exmo. Sr. Deputado José Pimentel, Ministro de Estado da Previdência Social.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, queria sugerir a distribuição das transparências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO(PSDB-AM): Pela ordem. Pois não. Solicito a--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estão nas pastas. Toda a informação da Secretaria é que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Da Fundação Getúlio Vargas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa aí acho que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO(PSDB-AM): Então vamos providenciar. Será copiada e distribuída ainda agora. Com a palavra o Ministro José Pimentel.

SR. MINISTRO JOSÉ PIMENTEL: Dar uma boa tarde a todas e a todos. Dar um forte abraço no Senador Flexa Ribeiro e, em seu nome, saudar todos os membros dessa comissão, saudar os nossos deputados e a nossa deputada aqui presente, saudar o Fernando Garcia, nosso professor aqui, fazendo a exposição, o Luigi Nese, que foi o primeiro a expor, saudar o João Hamilton, nossos parceiros de governo, juntamente com o Ronan de Oliveira.

E vamos nós, senador, fazer uma exposição que vão se complementar, tanto a Receita Federal do Brasil como a Previdência Social. Desde maio de 2007, com a criação da Receita Federal do Brasil, nós fundimos a Receita Previdenciária com a Receita Federal, e toda essa parte de arrecadação, de controle e de planejamento, na parte da arrecadação, foi para a Receita Federal do Brasil. O Luiz Carlos, nosso parceiro, está chegando aqui. E nós ficamos cuidando bastante da parte de benefícios e, ao mesmo tempo, um diálogo forte com a Receita Federal, para que possamos ter um equilíbrio na arrecadação versus o pagamento de benefícios. O princípio de substituição das contribuições sobre a folha para outras fontes já faz parte do estado nacional. Nós tivemos, inicialmente, com o SIMPLES Nacional, foi a primeira grande experiência, depois com setores da Tecnologia da Informação. Nós tivemos, inclusive, nesse 2009, aprovando matéria sobre esse tema e, mais recentemente, com a emenda constitucional, que tratava da reforma tributária, também caminhava nesse sentido.

Para a gente refletir um pouco sobre os efeitos e os impactos, a nossa Previdência, ela está organizada em quatro grandes ramos. O regime geral, que é o que nós administramos; o regime próprio, que hoje envolve 1903 municípios, os 26 estados, o Distrito Federal e a União, temos a Previdência complementar, que é anterior ao regime geral, ela é de 1904 e, hoje, ela tem 20% do Produto Interno Bruto, sendo a principal poupança nacional, e, a exemplo dos outros países, uma Previdência própria, voltada para os militares. A próxima.

No Brasil, hoje, da população acima de 16 anos de idade e com até 60 anos de idade, que é o que nós consideramos o tempo laboral, nós temos 66% da população com cobertura previdenciária. Em 2003, nós estávamos em 62%. Com a recuperação do mundo do emprego, com o crescimento econômico e com a formalização, nós estamos voltando basicamente ao início da década de 90. Na década de 70, a gente lembra bem, nós tivemos uma alta empregabilidade; na década de 90, com a precarização nas relações trabalhistas e as regras de mercado puro para disciplinar esse processo, tivemos um desemprego muito forte e um reflexo muito grande na Previdência Pública Brasileira; nós, hoje, estamos entre os dez países do mundo de maior cobertura previdenciária.

No que diz respeito às pessoas acima de 60 anos de idade, nós temos 82% da população brasileira com cobertura previdenciária. Basicamente, a pobreza, na terceira idade, está coberta com a diferença entre homens e mulheres, e, aqui, essas mulheres são basicamente urbanas, e, nesse segmento, existem dois subgrupos muito grande, na parte urbana, sem cobertura previdenciária. A primeira são as trabalhadoras domésticas. Nós temos em torno de 7,5 milhões de trabalhadoras domésticas dentro dos nossos lares, e algo em torno de 5,5 milhões sem cobertura previdenciária. E é bom lembrar que, para cada um real que o empregador doméstico paga para a Previdência sobre essa empregada doméstica, ele abate 100% no seu Imposto de Renda. Portanto, esse é um item que a gente precisa refletir, porque o incentivo fiscal não tem surtido efeito aqui, nessa matéria. O exemplo concreto é que temos 5,5 milhões de mulheres, empregadas domésticas, sem carteira assinada e sem qualquer proteção previdenciária. E o segundo grande grupo são as empreendedoras individuais, as vendedoras de porta em porta, manicure, pedicure, esse mundo aqui do empreendedorismo individual. A próxima.

Esse é outro item que nos preocupa bastante. Nós somos um dos países do mundo que está tendo a maior diminuição de filhos, com relação às mulheres, num curto espaço de tempo. São poucos os países que estão passando por esse processo. Lá, em 2000, nós tínhamos – volta um pouquinho – em torno de 2.4 criança por mulher; em 2003, caiu para 2.3; agora, em 2008, veio para 1.86. Para repor a nossa população, nós precisaríamos de 2.1 criança por mulher. Portanto, desde 2008, a população brasileira, os que estão nascendo, já não repõe mais a nossa população, e, a partir de... A próxima.

Aqui é um outro item que nos preocupa. Por um lado, é extremamente positivo, porque as pessoas estão vivendo mais, e esse cálculo é para as pessoas

acima de 60 anos de idade. Hoje, está em torno de 80 anos para o homem; de 83 anos para a mulher. Em 2050, essa projeção nós deveremos estar com 83 anos, a vida média do homem, e de 87 anos a vida média da mulher.

E aqui, nosso Presidente Júlio, nosso Deputado Júlio, não estamos levando em consideração, ainda, os efeitos da célula-tronco. Nos próximos cinco anos, a célula-tronco será uma realidade para a humanidade e vai ter um efeito tão forte como teve a penicilina, quando surgiu, no início do século XX. Portanto, é um dado que a gente precisa também olhar. O próximo.

Os efeitos da diminuição do tamanho da família. A partir de 2025, a nossa população começa a diminuir. O planejamento que nós fizemos em 2003, quando eu fui o Relator-Geral da Reforma da Previdência, é de que nós teríamos 259 milhões de habitantes em 2050. Fiz o planejamento estratégico da Previdência, como política de Estado, agora, em 2008, e, nessa forma de fazer, vamos ter apenas 215 milhões de habitantes. Portanto, num curto espaço de planejamento de seis anos, a nossa população está tendo a diminuição de 44 milhões de habitantes, fruto da diminuição da quantidade de filhos com relação às mulheres. Por isso é que nós atestamos de que o Brasil é um dos países do mundo que está tendo uma grande diminuição no tamanho da família, num curtíssimo espaço de tempo, fruto da nossa urbanização, da mudança de cultura que nós tivemos de 1950 para cá, após a Segunda Grande Guerra. A próxima.

Esses são os benefícios hoje. Nós temos 26 milhões e 900 mil benefícios que nós pagamos, rigorosamente, em dia, em qualquer ponto do Brasil, com essa distribuição. Esses benefícios, nesse mês de novembro, estão somando 25 bilhões de reais/mês. A nossa folha regular é de 17,5 bilhões todo mês. Nesse mês de novembro, como todos nós sabemos, estamos pagando parte do 13º, estamos concluindo o seu pagamento. Por isso, está saindo de 17,5 para 25 e 200. Isso é pago rigorosamente em dia, em qualquer ponto do Brasil. Por isso, não temos tido nenhuma reclamação sobre o pagamento desses benefícios. A próxima.

Esses benefícios são distribuídos por todo o território nacional e a Região Sudeste é onde tem o maior número da população, o maior número de aposentados, e é também a região aonde recebe o maior volume de benefícios. Dos 178 bilhões, de 2008, 100 bilhões foi para a Região Sudeste. Ou seja, algo em torno aí de 60% do montante de benefício que nós pagamos. A próxima.

Essa é a distribuição no território nacional, mostrando que 62% dos municípios brasileiros recebem mais benefício da Previdência Social do que do Fun-

do de Participação dos Municípios. De novo, a Região Sudeste é a que tem o maior número de municípios, que recebe mais dinheiro da Previdência Social do que seu Fundo de Participação. 1.166 municípios, na Região Sudeste, recebem mais recursos da Previdência Social do que do Fundo de Participação do Município. Aquela lógica que a gente entendia que era a Região Norte e Nordeste, quando você abre os números, a realidade é outra, é a Região Sudeste a que mais recebe também. A próxima.

Esse é o efeito da Previdência na terceira idade. Hoje, basicamente, nós não temos mais pobres na terceira idade. O grande fator aqui é exatamente a questão previdenciária. E temos um grave problema: no início da vida, entre um mês e 10 anos de idade, temos um alto índice de pobreza, e aqui está vinculado às meninas de 14 a 20 anos de idade que têm criança, abandona a escola, não têm uma profissão e o impacto muito forte, na questão da pobreza, na primeira fase da vida, fruto dessa política pública que nós precisamos discutir e construir.

Um pouco sobre o SIMPLES Nacional. Lá, em 2003, nós aprovamos a Emenda Constitucional 42, consolidando o SIMPLES Nacional, e, aqui, todos... O Virgílio Guimarães que foi o nosso Relator-Geral dessa matéria, e, hoje, ela está totalmente regulamentada, a última foi dezembro de 2008. A próxima.

Aqui, mostrando o empreendedorismo que nós temos no Brasil. Esse é um processo crescente. Nós somos, também, um dos países do mundo que mais se cria empresa e precisamos ter um olhar para combater a mortalidade dessas empresas. E aí tem um conjunto de estudos que nós temos no SEBRAE, o grande depósito de informação e de políticas voltadas para esse setor. A próxima.

Aqui, nós tivemos, por onze anos, a vigência do SIMPLES Federal. De 1996 a junho de 2007, já tínhamos a substituição da contribuição patronal sobre a folha. Chegamos a 1 milhão, 337 mil. Criamos, em dezembro de 2006, o SIMPLES Federal, a Lei 123, com dois anos e meio, temos 3 milhões, 370 mil empresas formais no SIMPLES Nacional. E 60% dos trabalhadores brasileiros, com carteira assinada, estão nessas empresas. Portanto, a grande empregadora brasileira é a micro e pequena empresa. Agora, os salários aqui são muito baixos. Você tem, nas outras empresas, 952 mil empresas, os maiores salários, a maior massa salarial do Brasil.

Essa é a sua distribuição. De novo, o maior número de empresas, micros e pequenas, estão no Estado de São Paulo, 980 mil micros e pequenas empresas. A próxima.

Aqui é o empreendedor individual, que começou agora, em julho de 2007, e estamos falando de 11 milhões de homens e mulheres que têm faturamento de até 36 mil reais e estão na informalidade. Normalmente, eles têm um empregado, e nós estamos trabalhando para trazê-los para a formalidade. Eles estão no comércio, na indústria, no setor de serviços. São 11 milhões identificados pela pesquisa PNAD, do IBGE, de novo, o maior número no Estado de São Paulo. Dois milhões deles no Estado de São Paulo, ali tudo é grande. É grande a economia e é grande também os problemas.

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): E é grande o carinho que o resto do Brasil--

SR. MINISTRO JOSÉ PIMENTEL: Aqui o empreendedor individual começou em 1º de julho e estamos com 2 milhões e 460 mil consultas daqueles 11 milhões, tivemos dois problemas graves ao instituir o empreendedor individual, o primeiro deles foi não alterar o Código Comercial e o Código Civil, que não permite homônimo em pessoas jurídicas, só tem homônimo nas pessoas físicas, e o que tem aqui de Raimundo Nonato, Zé Maria, entre outros, é uma coisa fantástica, nosso Deputado Júlio. E estamos, agora, alterando a Lei Complementar 128, para permitir exatamente o homônimo também das pessoas jurídicas e, com isso, resolver esse grave problema. O segundo problema foi no portal do empreendedor, que o acesso era limitado, e, agora, a Receita Federal e o SERPRO está recebendo essa colaboração também e vamos deslanchar, se Deus nos ajudar, a partir de 04 de janeiro.

Esses são os faturamentos das empresas formais do Brasil, em 2008. Aquelas 3 milhões, 370 mil empresas do SIMPLES Nacional faturaram 370 bilhões de reais, em 2008. As outras empresas, que estão fora do SIMPLES Nacional, mais ou menos 900 e poucas mil empresas, faturaram 4 trilhões e 600 bilhões de reais. Então, aqui, tem um desequilíbrio muito forte. O que nós estamos discutindo aqui é sobre aquele grupo de lá, ou seja, as que faturaram 4 trilhões e 600 bilhões de reais. Elas são 952 mil empresas no Brasil. Esse debate todo aqui diz respeito a esse grupo, porque 3 milhões 370 mil empresas que está no SIMPLES Nacional têm zero de contribuição patronal para a Previdência Social. Para finalizar.

Este é um item que nós precisamos nos debruçar. O SAT – Seguro Acidente de Trabalho, com o FAP – Fator Acidentário de Prevenção, aqueles 3 milhões... Aqui não atualizou, aqui está com dado de outubro, não veio para novembro ainda. Está no SIMPLES Nacional, eles têm um critério diferenciado. As 952 mil empresas, que têm 4 trilhões e 600 milhões de empresas, são essas que estão nesse outro grupo.

Esse é o problema da acidentalidade no Brasil, é um problema crescente. Em 2008, os cálculos, feitos pelos órgãos técnicos, aqui, nós tivemos um prejuízo de 52 bilhões de reais, por conta do mundo da acidentalidade, este é o verdadeiro Custo Brasil. Os trabalhadores se acidentam, ficam fora da empresa, com grave custo para as empresas e para o Brasil. Portanto, eles deixaram de produzir 52 bilhões de reais em 2008. Em 2002, nós tivemos 393 mil acidentes no Brasil. É evidente que aqui tinha um problema da subnotificação muito forte, muita gente na informalidade. Com um crescimento da economia, com a formalização, nós fomos, em 2008, para 747 mil acidentes do trabalho. Este é o maior Custo Brasil na folha das empresas hoje. A próxima.

Os efeitos disso, a parte amarela é a nossa arrecadação, a parte azul, verde escuro é o nosso pagamento com acidente do trabalho. Vocês sabem que o Constituinte de 88 determinou de que o custo de acidente do trabalho é exclusivo do empregador. No entanto, quem está pagando o Seguro Acidente de Trabalho é a contribuição normal sobre a folha. Nós, no ano passado, pagamos 11,5 bilhões de benefício acidentário do trabalho, arrecadamos 7.400, fizemos uma política de bonificar as empresas que estão praticando trabalho decente. 93% das empresas brasileiras, em 2010, que praticam o trabalho decente, vai ter bonificação. Elas vão pagar menos Seguro Acidente de Trabalho do que o que pagou em 2009. E 7% das empresas, 52 mil empresas, elas são individualizadas pelo seu CNPJ. Na sua página, hoje, tem a quantidade de acidentes de trabalho que ela teve em 2007 e 2008, e esta é a base de cálculo. Nós queremos dialogar com essas 52 mil empresas, para que, em 2009, ela diminua o seu mundo da acidentalidade, contribuindo para diminuir o custo do Brasil, e nós não queremos ter nenhum aumento na arrecadação nessa rubrica, e nós possamos diminuir a quantidade de desembolso, através de uma outra política, a política do trabalho decente. Lamentavelmente, essas 52 mil empresas, quando vêm dialogar conosco, não manda nenhum técnico de saúde do trabalho, ou médico de saúde do trabalho, manda o advogado. E a gente sabe que advogado é muito bom, menos para discutir essas questões, porque não é do mundo dele. E nós sabemos por que mandam o advogado; porque não quer dialogar o problema principal, que é a acidentalidade que tem naquela empresa. Antes, essas 52 mil empresas se escondiam através do manto da coletividade, porque o nosso sistema era por ramo de atividade, e aí o Estado Nacional era extremamente injusto, porque cobrava da empresa que pratica trabalho decente, e a ampla maioria, são 93% das empresas do Brasil. E

premiava, isso que aqui se dizia, a empresa que não investe no trabalho decente. Agora, é individualizada, e nós queremos que essas 52 mil empresas nos ajudem a reduzir o Custo Brasil, baixando a acidentalidade e baixando também a sua contribuição.

Isso é um pouco do que nós estamos fazendo. Essa é rede de agência, é onde nós vamos chegar agora.

Nós tivemos, em 1985, a última vez em que a Previdência Pública Urbana, a sua Receita, pagou os benefícios. De 86 para cá, isso deixou de existir. Durante a década de 90 e até 2007, na parte urbana, nós precisávamos em média de 14 bilhões de reais para fechar as contas da Previdência Pública Urbana. Em 2008, resultado do SIMPLES Nacional, porque formalizou os empregos, resultado de uma gestão de redução custos e principalmente de combate à sonegação, nós precisamos apenas de 1 bilhão e 200. Nesse 2009, nós resolvemos pagar 6 bilhões e 100 milhões de reais do passivo judicial previdenciário das décadas 80 e 90, quando o Estado Nacional não negava direitos, achando que não pagava, e vai faltar em torno de 2 bilhões para poder fechar as contas em 2009. E, em 2010, com as bênçãos de Deus e do Padrinho Cícero, lá do Ceará, a gente quer que a Previdência Pública Urbana volte a ser equilibrada, pagando as suas receitas, pagando os benefícios urbanos.

No entanto, a rural, por decisão do Constituinte de 88 e da sociedade brasileira, será sempre subsidiado. Todo o setor rural da economia brasileira arrecada em torno de 10% do que nós pagamos, e esse é um item que a gente precisa se debruçar, porque não tem como ela ser equilibrada pelo desenho que foi feito. Portanto, é disso aqui que nós estamos tratando. Os nossos companheiros da Receita vão aprofundar agora o debate mais sobre a Receita, mas lembrando de que a posição é de mais ou menos 60%, em números gerais, da nossa arrecadação urbana é da contribuição patronal e 40% em média é da contribuição dos trabalhadores. Em números gerais, aqui, tem uma pequena diferença.

E esse é o planejamento da Previdência. Ela está planejada como política de estado até 2050, para o que Governo que assumir o Brasil em janeiro de 2011 encontre a Previdência como política de estado e não mais como política de governo, e, a partir daí, de uma vez por toda, tirar da agenda a palavra rombo, porque nós precisamos que a Previdência Contributiva, que é a urbana, ela seja financeiramente equilibrada. Não estamos falando de atuarialmente. Ou seja, a arrecadação pague a folha do ano, porque é o critério de repartição.

Com esse olhar, nosso Presidente, é que nós estamos conduzindo a Previdência Pública Brasileira.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Ministro, eu quero, antes de mais nada, agradecer. Na verdade, o tempo reservado aos debatedores, eu vou pedir aqui aos outros, se pudessem, tentar se restringir aos 10 minutos previstos, porque há uma segunda Mesa, e eu queria dar oportunidade aos deputados. Nós estamos, nesse momento, tendo uma votação nominal.

Eu ia sugerir isso, se V. Exas. concordarem. Nós, da oposição, estamos em obstrução. Então, acho que não precisamos ir. A gente pode aguardar. Mas eu vou suspender, rapidamente, um pouco, aqui, a apresentação para que os senhores... Então vamos aguardar. Vamos suspender, então, por cinco minutos, no máximo, para permitir que os deputados possam votar, e a gente, então, continue seguindo.

Eu quero só pedir a informação... Se o Sr. Carlos Frederico, que é assessor especial do Ministério do Trabalho e Emprego, está presente, para que ele pudesse fazer parte da Mesa. Não está presente, então. Há algum outro representante do Ministério do Trabalho aqui, que vai ocupar o lugar do Dr. Carlos Frederico, ou não? Está bem, muito obrigado.

Então, está suspensa por cinco minutos. Eu acho que, se alguém quiser tomar uma água, um café, essas coisas, a gente está liberado.

[Sessão suspensa às 15h30]

[Sessão reaberta às 15h43]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Eu gostaria de cumprimentar, primeiro, o nosso querido Deputado Alfredo, está aqui. Gostaria de pedir a todos que tomassem os seus lugares, para que nós pudéssemos retomar, uma audiência de extrema importância, nós já tivemos aqui uma bela apresentação do simpático amigo e competente Ministro José Pimentel, mas que deixou o debate da posição do Ministério dele sobre a proposta, praticamente para os debates. Então é importante que a gente continue dando as oportunidades, concluindo aqui aqueles que estão inscritos para colocar a sua palavra, para que a gente possa abrir a palavra aqui aos deputados e senadores presentes que queiram fazer.

Portanto, passo, então, agora, a palavra ao Sr. Ronan de Oliveira, Chefe Substituto da Divisão de Contribuições Sociais e Previdenciárias. Não está?

Então nós estamos aqui, pedindo para que seja invertida a ordem. Então vou passar a palavra agora ao Sr. João Hamilton Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e o Comércio Exterior da Receita

Federal do Brasil, representante do Ministério da Fazenda. Portanto, V. Sa. dispõe de 10 minutos.

SR. JOÃO HAMILTON RECH: Boa-tarde a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa, Dr. Fernando Garcia, Deputado Julio Semeghini, Ministro José Pimentel, e Dr. Ronan de Oliveira. Serei bem breve, porque eu gostaria que o colega Ronan de Oliveira falasse mais sobre o assunto, que ele é especialista nesse tema, e, no meu caso, eu sou mais ligado à área de tributos sobre o comércio exterior, PIS e COFINS e IPI.

Mas até há uma relação no tema proposto com esses tributos, porque nós temos uma previsão na Constituição e também na Lei 10.833, de 2003. Na lei, é um artigo meramente programático, que determina que, em algum momento, as contribuições previdenciárias sobre a folha de salário deveriam passar a incidir sobre a Receita ou faturamento. Até hoje, isso não foi implementado, e nós temos um problema sério nesta proposta, que tem a ver com as empresas exportadoras, por isso eu falo do comércio exterior. Porque, no momento que a tributação se deslocar da folha de salários para a Receita ou faturamento, incidirá o previsto no art. 149, § 2º, inciso I, que determina que não incide as contribuições sociais sobre a Receita no caso de exportação. Então as empresas exportadoras, que, hoje, pagam normalmente a contribuição previdenciária sobre a sua folha de salários, deixariam de ter esse ônus, essa contribuição não existiria mais, porque seria substituído por uma tributação sobre a Receita, que é um caso de imunidade, e não incidência constitucionalmente qualificada.

A Contribuição Previdência é um tributo que tem um viés especial, um viés de custeio dos benefícios da Previdência. Por isso nós temos que ter muito cuidado ao mexer nesse tributo, para não criar problemas já para um déficit, criar um déficit na Previdência que agora parece, como o Ministro falou, está se resolvendo pelo menos na área urbana. Mas temos que ter cuidado para não voltarmos a ter esse problema.

Sobre a proposta que aqui está se analisando, ela é diferente do que consta na Constituição, diferente do que está lá na Lei 10.833. É a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de salários por uma contribuição sobre a movimentação financeira, nos moldes que a acontecia com a antiga CPMF. É uma proposta a ser analisada, mas fazendo papel de advogado do diabo, eu diria o seguinte: nós temos que ver os problemas que poderiam acontecer com esse tipo de tributo.

Na contaminação geral de preços na economia, segundo a exposição do Dr. Fernando Garcia, isso não acontecia, temos que analisar isso bem. Também há o problema da fiscalização, que, quando se fala em

movimentação financeira, estamos falando em sigilo fiscal, sigilo, desculpe, bancário, o que pode dificultar a fiscalização do tributo. Isso aconteceu em algumas situações da CPMF, operações que se teve muita dificuldade de identificar, porque os bancos se recusavam a fornecer os dados.

E, também, a questão dessa redução de custos. Certamente, haverá a redução de custos para as prestadoras dos serviços que são empresas, constitui um setor de mão de obra intensiva. Em outros setores que a mão de obra não é tão relevante, provavelmente haverá um aumento de custos, pelo menos no primeiro momento. Então isso tudo isso deve ser considerado.

Eu gostaria, então, de passar a palavra ao colega da Receita, Ronan de Oliveira, que vai continuar essa exposição, ele tem alguns slides. Obrigado.

SR. RONAN DE OLIVEIRA: Boa-tarde a todos. Obrigado pela oportunidade. Cumprimento as autoridades da Mesa e--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Eu vou só mudar o tempo. Quero dizer que V.Exa. continuaria, teria 10 ou mais minutos se for necessário, até porque só foram usados cinco minutos. Muito obrigado.

SR. RONAN DE OLIVEIRA: As propostas, visando desoneração da folha, elas são sempre recebidas na Receita com uma certa cautela, porque a gente sabe que tem um regime previdenciário por trás desse custeio, que dependem cada vez mais de recurso, como o Ministro Pimentel já bem colocou. A Previdência, hoje, é simplesmente o maior distribuidor de riquezas, por meio de benefícios, e a gente sabe que os déficits previdenciários, eles se devem principalmente pelo modelo de estado escolhido, que é um estado eminentemente assistencial, e os benefícios previdenciários, eles dependem essencialmente do custeio. Então qualquer medida que vise a desonerar a folha, uma vez que a contribuição previdenciária incide sobre a folha, é preocupante, porque vai impactar certamente os recursos do regime-geral da Previdência.

Inicialmente, eu quero detalhar a proposta que foi apresentada, para a gente discutir, que a contribuição substitutiva seria, então, sobre a movimentação financeira, a alíquota de 0,5%. E as contribuições substituídas seriam essas quatro ali. Muitas vezes, as pessoas esquecem dos terceiros. A gente sabe que existem os terceiros, que recebem as contribuições por meio da Receita Federal, são entidades criadas por lei e que têm uma função especial da sociedade, elas desenvolvem atividades de interesse público e que interessa ao estado manter essas entidades, e, para isso, tem que garantir-lhes um custeio, e isso já vem sendo feito desde a década de 40. A gente sabe que as primeiras

entidades do Sistema S, o Senai e o Sesi foram criados, respectivamente, em 42 e 46, e essas entidades recebem também contribuição social. Elas incidem igualmente sobre a folha. Então, qualquer mudança que for fazer na base contributiva, tem que lembrar dessas entidades, porque é certo que a sociedade não pretende, simplesmente, fechar essas entidades. Elas desenvolvem atividades de suma importância para toda a sociedade. Lugares onde o estado não consegue chegar, muitas vezes essas entidades chegam e prestam um serviço de qualidade, principalmente na formação de mão de obra do trabalhador.

Então as contribuições que seriam substituídas por essa... incidente sobre a movimentação financeira, que consta do projeto, seria a Previdência Social, que é, especificamente, para pagar os benefícios, 20% sobre a folha. O Salário Educação incide na base de 2,5% sobre a folha; o INCRA, 0,2. Ali não colocou o RAT, Riscos Ambientais (sic) do Trabalho, que é 1, 2 ou 3%, como o Ministro Pimentel colocou que há um trabalho na Previdência para reduzir esses riscos, por meio do FAP. Então, essas contribuições do Sistema S somam, hoje, 3,1% da folha. A substituição pela contribuição incidente sobre a movimentação financeira pressupõe, pelo que eu entendi, inicialmente, da exposição, uma base diferenciada para a Previdência e outra para terceiros, e isso não funciona, e a gente vem... já experimentou outras ocasiões, não funciona base diferente para terceiros e para a Previdência. A base sempre foi a mesma, e a Lei 11.457, de 16 de março de 2007, ela previu que a competência da Receita Federal do Brasil se estende às contribuições de terceiros, desde que a base seja a mesma, a base de contribuição seja a mesma. Ou seja, se houver bases diferentes, já haveria um problema de competência da Receita para arrecadar essas contribuições. Próximo slide, por favor.

Previsão constitucional dessas contribuições. Hoje, está no art. 195, inciso I, alínea "a", que fala exatamente sobre a contribuição chamada cota patronal, que é incidente sobre a folha de salário das empresas. E as de terceiros, que é o Sistema S, mais o Salário Educação, INCRA e alguns fundos públicos, como Fundo Aeroviário, Fundo Marítimo... Todos esses fundos recebem contribuição sobre a folha. Então, esse terceiro está previsto no art. 240, alínea 12, 212, § 5º, certamente. Próximo slide.

Há possibilidade de alterar a matriz previdenciária, que é exatamente a pretensão desse projeto, e a gente já observa que a própria Constituição já abriu as exceções, e ela abre de uma forma taxativa. É sempre bom lembrar que as políticas tributárias, com fins de desoneração da folha, preferencialmente deveriam incidir

sobre tributos não vinculados, que são os impostos em geral. Já a contribuição previdenciária e as contribuições de terceiros, elas têm uma vinculação garantida pela própria Constituição. A Constituição, quando criou essas contribuições, já previu que elas seriam destinadas ao pagamento de benefícios. Então, desonerar folha, hoje, significa colocar em risco o pagamento de benefício, porque a base sobre a qual vai incidir essa contribuição sobre movimentação financeira pressupõe o melhor dos mundos, que é todas as pessoas manter as contas bancárias, a gente sabe que, hoje, é muito fácil uma empresa pagar todos os seus funcionários em dinheiro vivo, ela leva uma caixa de dinheiro lá para a empresa e paga todo mundo em dinheiro vivo, esse dinheiro estaria fora da movimentação.

[risos]

A gente sabe disso. Podem rir. Mas que acontece a gente sabe. Antigamente tinha muito isso.

O dinheiro vivo, ele vai estar fora da tributação. Então todo valor que estiver fora da conta bancária, ele vai estar livre de tributação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Pessoal, peço para que a gente faça silêncio para continuar, depois nós teremos tempo de perguntar e debater, claro que isso... Mas é o direito da pessoa que está com a palavra. Por favor.

SR. RONAN DE OLIVEIRA: Então a Constituição já prevê essas possibilidades da alteração da matriz previdenciária. No 195, § 4º, diz que a lei poderá instituir outras fontes, mas isso a gente sabe que é para aumentar recursos.

A CPMF, quando foi criada, a alíquota chegou a 0,38, ela se destinava a um *plus* apenas para a área da saúde. Então, a proposta que visa, hoje, criar uma alíquota de 0,5, para substituir toda a contribuição previdenciária, eu não entendo como isso vai suportar a carga de benefícios previdenciários que depende dela. Para diminuir recursos, tem a previsão, lá, no art. 7º, que são as isenções, que são concedidas às entidades filantrópicas. No 146, inciso III, alínea "d", tem a previsão para as empresas do SIMPLES, regime simplificado, que também é uma diminuição de recurso. Próximo slide.

Ainda para diminuir recursos, recentemente, foi registrada a Lei 11.774, que previu uma redução das alíquotas para essas empresas de TI e TIC, Tecnologia da Informação e Tecnologia da Informação e Comunicação. Essa redução significa um impacto na arrecadação. Ninguém duvida que é para incentivar determinado setor, é para desonerar folha, é para criar postos de emprego, mas sempre tem que lembrar das consequências, no sentido de redução do custeio previdenciário. Próximo slide.

Também há previsão, na Constituição, para mudança de base, contribuição substitutiva. Tem aquelas dos clubes de futebol, as empresas que mantêm clube de futebol profissional. Incide na base de 5% sobre a receita bruta de espetáculos, de propagandas e... Toda a arrecadação, decorrente dos espetáculos esportivos, 5% é pago para a Previdência. E, no art. 22-A, da mesma Lei, tem, também, a substituição que foi criada em 2001, pela Lei 10.256, que é incidente na base de 2,6% sobre a receita bruta, é uma contribuição também substitutiva, especialmente para as agroindústrias. Próximo slide.

As vedações. Quando se fala em desoneração da folha, tem que, como eu disse... O ideal é que trabalhasse somente com impostos, que são tributos não vinculados. As contribuições, como já foi dito, são tributos vinculados pela Constituição. Por isso, a própria Constituição já veda certas atividades tributárias, com base nessas contribuições. No 167, inciso XI, diz que a utilização dos recursos, provenientes das contribuições sociais de que trata o 195 I-A e II, ou seja, incidente sobre a folha de salários, para realização de despesas distintas do pagamento de benefício. Ou seja, a vinculação está bem clara aí que essas contribuições, só se mexe nelas para pagar benefício. Que são os previstos no art. 201, que é exatamente do regime geral. No § 5º, do 195, diz que nenhum benefício ou serviço da seguridade poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total. Isso implica entender que, quando o regime geral foi criado, ele já previu certa quantidade de benefício, que dependeria desse custeio, e não há uma folga, digamos assim, de caixa, a suportar novos benefícios. Então, os recursos que estão previstos, hoje, na Constituição, destinam-se àqueles benefícios que já existem. Se criar benefício novo, precisará de inventar uma nova fonte. E a gente pode entender, com essa desoneração, um certo benefício para as empresas. Embora a gente saiba que vai ampliar os postos de trabalho – vai -, mas, certamente, as facilidades de sonegação vão aumentar, e a tendência é que os recursos vão diminuir.

No 240, há uma vedação, protegendo, aí, as contribuições destinadas a terceiros, é o que eu falei do Sistema S, que elas estão ressalvadas da seguridade. Portanto, tem uma vinculação constitucional que destina essas contribuições exatamente para a formação de trabalhadores, assistência social desses trabalhadores, dividida por setor, trabalhadores da indústria, do comércio. Próximo.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, há, também, uma vedação sobre a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária. Para que seja criado, tem que haver... tem que ser considerado a renúncia

fiscal esperada, e isso tem que constar da lei orçamentária, e tem que se prever medidas de compensação. Ou seja, uma vez que é estimado uma renúncia X, tem que haver uma medida de compensação que cubra essa renúncia esperada.

Eu só queria complementar, dizendo que a proposta de mudança de base, ela prevê, como disse, o melhor dos mundos, que não haverá nenhuma sonegação, e a gente sabe que isso é praticamente impossível, as empresas vão ter uma grande facilidade de esconder movimentação. Outra coisa importante: que o custeio da seguridade, ele prevê contribuição diferenciada da empresa e do empregador. Hoje, a contribuição do empregador varia de 8 a 11% sobre a folha, e a das empresas chega a 31 e alguma coisa. Então, se passar a incidir sobre a movimentação financeira, pelo que eu entendi da proposta, a alíquota será a mesma, ou seja, haverá, aí, um problema com a capacidade contributiva da pessoa jurídica e da pessoa física, ou seja, do trabalhador e das empresas. Então, teria que haver uma alíquota diferenciada para o trabalhador e para as empresas. A competência da Receita teria que se adequar, tem que alterar a lei que criou a Receita do Brasil, também, para resolver essa questão da diferença de base de contribuição, para poder atender as contribuições de terceiros. Era só.

Realmente, a desoneração de folha é uma medida importante para que criar emprego, sim, mas eu entendo que isso deve ser feito com tributos não vinculados, só com impostos. As contribuições têm uma proteção especial da Constituição, que é para pagar benefício. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): A gente é que agradece o Sr. Ronan. E eu quero, então, combinar o seguinte: primeiro, com os autores do requerimento, eu abro mão da minha palavra, até porque já estou aqui, presidindo. O Senador Renato Casagrande não está presente. O Ezequiel e o Virgílio teriam o direito de poder usar a palavra por cinco minutos, até como autores de requerimento, depois temos o Deputado Haully inscrito, Pepe Vargas e o Alfredo Kaefer.

Eu gostaria de ver se a gente poderia fazer todas as perguntas, porque o ministro tem que sair às 4h30. Então, se a gente pudesse ser breve, mas, de qualquer maneira, eu, quando faltar uns 10 minutos para 4h30, eu passaria a palavra ao Ministro José Pimentel, para que ele pudesse responder, aí a gente termina as perguntas e permitiria que os outros pudessem complementar. Estão todos os senadores e deputados de acordo? Então vamos proceder dessa maneira. A palavra inicialmente com autor do requerimento, Edson Ezequiel.

DEPUTADO EDSON EZEQUIEL (PMDB-RJ):

Sr. Presidente, Sr. Ministro, componentes da Mesa. Eu vou procurar ser bastante breve. Na verdade, eu subscrevi esse requerimento porque estava curioso com a proposição, que, em si, ela é uma proposição muito bem-vinda. Eu acho que, se perguntar a qualquer membro da sociedade brasileira, desoneração da folha é uma coisa que, realmente, toca fundo em todos nós. O problema mora, como sempre, nos detalhes, como foi levantado aqui, pela Receita. E eu teria uma questão, aqui, para colocar, talvez, para o Dr. Fernando Garcia, Prof. Fernando Garcia, que nos mostrou aqui quatro cenários. Em todos eles, ele parte do pressuposto de que essa desoneração da folha implicaria numa redução dos custos e, conseqüentemente, de uma maneira voluntária, eu não estou vendo nenhuma forma de amarramento, pelo menos nesse momento inicial, de uma forma voluntária, as empresas, então, vamos dizer assim, reduziriam os seus preços, com isso aumentaria a demanda, aumentaria a geração de emprego, aumentaria o PIB, o nosso crescimento, diminuiria o IPC, ou seja, tudo muito bonito, em quatro cenários bem colocados.

Eu não estou aqui, defendendo uma posição; eu estou fazendo uma constatação. Quando foi derrubado – e aqui foi até chamada da famigerada CPMF –, quando a CPMF caiu, lamentavelmente, nós não vimos todas as pessoas, inclusive, que derrubaram a CPMF, derrubaram dentro do pressuposto de uma redução de custos e, conseqüentemente, disso tudo aqui, no aumento do PIB, geração de emprego, enfim, de todo um desenvolvimento positivo para a economia para o país. Então, eu volto a dizer: a questão mora nos detalhes, até que ponto a gente tem... No seu estudo, lá na Fundação, ou os patrocinadores do projeto, até que ponto possuem garantias ou, então, formas de amarramento na proposta, que permitam nos dar essa tranquilidade de que, efetivamente, essa desoneração vai implicar nesses benefícios positivos que nós todos desejamos?

O segundo ponto foi levantado, também, pelo Prof. Fernando Garcia, que foi quem tocou do ponto de vista, vamos dizer assim, do miolo do projeto. Foi levantado, pelo Prof. Fernando Garcia, a questão de que, naturalmente, aquelas empresas de mão de obra intensiva, obviamente, imediatamente, elas possuem um incentivo, uma vantagem para a adesão; agora, as empresas que não são mão de obra intensiva e outras empresas, eventualmente, que segurança... se já existe alguma articulação, no sentido de que elas efetivamente estejam engajadas dentro desses processos.

Quanto aos pontos levantados, termino com isso, pelo Dr. Ronan de Oliveira, da Receita, obviamente,

pela própria proposição, ela é uma proposição que só pode ser colocada sob a forma de emenda constitucional, que ela altera, vamos dizer assim, o nosso parâmetro maior, e aí teria que vir todas as adequações consequentes. Então, dessa forma... Eu não estou me preocupando com a forma regimental de tornar essa proposta viável, mas, sim, com essas questões de ordem pragmática, quanto às suas consequências benéficas levantadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Muito obrigado por se ficar dentro do tempo, Deputado Ezequiel.

Passo a palavra a um dos homens que conhecem muito desse assunto nessa Casa, o Deputado Virgílio Guimarães.

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG): Muito obrigado, Deputado Semeghini, até pelo elogio, mas até eu queria me desculpar com antecedência. Eu quase que vim aqui a Brasília, ministro, mais por esse debate aqui. Eu vou ter que voltar [ininteligível]. Sou um dos coordenadores de uma campanha, lá, meio complexa, para usar um termo conhecido, estou voltando, espero que esteja aqui amanhã, e o meu voo sai às 5 horas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Complexa, mas deverá ter um belo final.

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG): Com certeza. Mas eu vim, fiz isso, ministro, até porque eu sou autor de um Projeto de Lei, que, aliás, peço à assessoria para distribuir à Mesa, que trata precisamente desse assunto, e eu, depois de muito estudar esse tema e, aí, concordando, sem qualquer sentido de modéstia, fiz um Projeto de Lei, onde eu pretendi aproveitar... Para o pessoal da Mesa, para o Ministro Pimentel dê dois para levar um para o técnico lá. É Hoffman? Helmut. Dê dois para ele, que é o mais competente de Brasília. Tem outros assuntos, Ministro Pimentel, mas são correlatos, mas, se quiser, pode discutir só a questão da contribuição. Onde eu pretendi levar em conta uma análise crítica tanto das propostas existentes, desde o imposto único até essa proposta da Confederação do Serviço do Brasil, tanto o que foi a experiência da CPMF. Eu quero dizer que essa é uma proposta diferente, ela é diferente. Primeiro, ela é diferente por quê? Porque ela é uma contribuição não-cumulativa.

Eu acho que a cumulatividade é um câncer num sistema tributário, é um câncer. E quanto maior a alíquota, mais grave é esse problema. Uma alíquota de 0,86, cumulativa, sinceramente eu acho um absurdo. Como fazer uma contribuição não-cumulativa? Você usar o que se pagou de CPMF como créditos

para abater na própria contribuição patronal, aquilo que estiver, portanto, eu não estou zerando também a contribuição. Faço uma redução drástica da contribuição, não pretendo desonerar a folha, ela é uma contribuição previdenciária, compensatória... Por que compensatória? Ela compensa exatamente o que a Previdência arrecadaria com a alíquota atual. Inclusive, eu simulo... Eu mesmo fiz as simulações, mas a alíquota residual é que vai flutuar, que poderá subir ou descer para fechar as contas. Ou seja, é impossível não fechar as contas da Previdência. Ou seja, eu tenho uma arrecadação com as contribuições que eu chamei de previdenciária compensatória, que tem que, matematicamente, se equivaler à contribuição que eu teria, se não tivesse alterado o sistema. Como isso vai fazer um crescimento da base pela formalização de um maior número de economia, trará como consciência o aumento da arrecadação, porque, se eu tenho uma contribuição menor, eu alargo a base, eu formalizo mais empresas, mas se, matematicamente, eu sempre tenho, por definição de fórmula da contribuição patronal residual, será 8, será 10, será 12? Depende do que é arrecadado. Fatalmente, nós teríamos um crescimento da Receita da Previdência.

Quais as vantagens que isso tem? Para o comércio exterior, sem dúvida, o Dr. João Hamilton já falou, uma contribuição desse tipo não tem qualquer incidência nos nossos acordos de comércio, até porque contribuições a CPMF já não tinha, sobretudo essa, que é não cumulativa, na cadeia produtiva, é zero. O impacto dela na carga tributária: zero. Por definição: zero. Qual é a diferença dela, portanto, da CPMF? Aqui, ninguém me confunda. Ela não é cumulativa, impacto zero... Ela compensa. Exatamente... Ela muda o mau imposto para o imposto melhor, para o imposto melhor. Ela, sem dúvida, trará benefícios melhores, por exemplo, no emprego doméstico, na medida em que cai a contribuição patronal. E eu permito o uso como crédito tributário daquilo que foi pago de CPMF, evidente que terá um impacto positivo.

Enfim, eu procurei fazer, digamos assim, um estudo daquilo que já tivemos, era dar segurança, e aí vou discordar um pouco do Dr. Ronan. Teoricamente, é verdade, eu poderia desonerar a folha com tributos não-vinculados, mas não é o caso brasileiro, nós temos que ter segurança previdenciária total, e, portanto, eu defendo... E, no caso da Previdência, eu me oponho a qualquer vinculação. Eu sou, talvez, um dos deputados aqui... O Pepe me conhece da bancada. Eu sou contra a vinculação. A única contribuição, vinculação válida nesse momento é a da saúde, porque ela é de três níveis, SUS. Então, se eu não vincular... Se um ente federado aumenta, o outro diminui e mantém o

mesmo serviço. Então, tem que vincular e por um tempo determinado.

Mas a questão da Previdência tem que ser vinculado, é justo que seja, é uma redução da contribuição patronal drástica, poderá ir, no máximo, 8%, politicamente não é defensável ser menos do que a contribuição do trabalhador, e permite que dê um equilíbrio maior, também, aos segmentos, porque, do contrário, se eu zerar a contribuição patronal, eu teria um desequilíbrio muito grande entre os preços relativos, entre o atual sistema de competição e etc., o que seria de consequências pouco mensuráveis na economia.

Então é uma proposta que eu considero, tentei, pelo menos, ser mais equilibrado, mais sólida e solucionando a grande maioria dos problemas, aqui apontados, que todos eles são corretos. E mais uma vez peço desculpa por não ficar, gostaria demais, mas queria que prestassem atenção mais no meu esforço de comparecer do que na pressa para ir embora, e o Pimentel, que está rindo ali, sabe muito bem que eu tenho que ir mesmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Quero agradecer. E eu gostaria de informar que está tendo outra votação nominal. Nós, da oposição, continuamos em obstrução. Como o próximo inscrito é o Deputado Luiz Carlos Hauly, eu vou passar a palavra ao Hauly, depois eu inverteria, caso o Pepe não tivesse voltado, o Alfredo, e a gente pode dar continuidade. Talvez dê tempo de o ministro responder a pergunta a todos. É isso, ministro? Então eu passo a palavra ao Hauly, que teria, aí, então, três minutos.

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Exmo. Ministro José Pimentel, ilustres membros desta Mesa, desta que é, para mim, uma das mais importantes Audiências Públicas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Só... Perdoe, Hauly. Só para esclarecer. Eu recebi a informação de que já iniciou uma nova votação. Eles estão questionando se houve uma hora, mas, talvez, não seja por causa de Regimento, seja do nível da votação que seja obrigado nominal, claro. Nós estamos recebendo a informação... Pode ser checado para nós se está, realmente, chegando a informação, por favor. Então, pode aguardar, que nós vamos checar.

DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Com os cumprimentos já estendidos a todos e a todas. Para mim, uma das mais importantes Audiências Públicas do ano, porque ela trata realmente de reforma e de mudanças fundamentais. Quero destacar aqui o trabalho histórico de Marcos Cintra, que sempre defen-

deu a CPMF e que, infelizmente, foi utilizada a CPMF para financiar a saúde e com todas as consequências que tivemos de uma boa ideia, de uma excelente proposta, subutilizada e, realmente, com todos esses caminhos que nós tivemos. Acabou se tornando mais um imposto nesse país. Segundo, destacar os estudos de Luiz Roberto Ponte, do imposto monofásico, imposto seletivo monofásico, na seletividade, dentro do ICMS, do IPI, da COFINS, dos impostos de característica de valor agregado. Em terceiro, aqueles que, como eu, sempre defenderam os modelos clássicos, modelo europeu, do imposto de renda europeu, mais ou menos... E daqueles que, como eu, evoluíram do modelo clássico para um modelo misto entre o modelo americano e o modelo brasileiro, e o modelo europeu, que seria um híbrido um pouco mais avançado do que o modelo americano e o modelo europeu, com a característica brasileira da CPMF, substituindo a contribuição previdenciária patronal.

Em 2001, eu me converti totalmente a esse novo modelo, apresentei uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 45, foi apensada à PEC de Reforma Tributária do Governo, que foi relatado pelo Deputado Virgílio Guimarães, e ela ficou lá, esquecida, abandonada. Essa Proposta de Emenda Constitucional está apensada ao texto lá. Eu proponho a CPMF versus contribuição previdenciária patronal numa alíquota de 0,76, para, exatamente, substituir parte dos 5,37% de contribuição previdenciária total. Desse total, nós teríamos 3,84 do PIB para a Previdência Patronal, que daria essa alíquota na minha estimativa.

Eu quero rechaçar e combater veementemente qualquer possibilidade. Todos os tributos no Brasil são altamente sonegáveis, esse pode ser, mas ele é de uma vulnerabilidade muito menor. Se você conjugasse o ICM, o IPI, num imposto seletivo monofásico, e a CPMF, no lugar da contribuição patronal, e fizesse uma ampliação na base do Imposto de Renda, nós teríamos o melhor e mais eficiente sistema tributário do mundo. O Brasil poderia crescer não a cinco o ano que vem, poderia crescer a 8, a 10% ao ano, porque essa desintermediação tributária, o planejamento fiscal, a guerra fiscal, o mundo de ações que têm na Justiça, no contencioso administrativo e do contencioso judicial, faria com que o Brasil se desamarrasse de tudo isso e, no final, nem o SIMPLES precisaria existir mais, porque nenhuma empresa pagaria tributo no Brasil, só pagaria Imposto de Renda sobre o lucro, pagaria indiretamente a CPMF, a Receita Federal se tornaria uma especialista no Imposto de Renda, como nos Estados Unidos, que metade de arrecadação americana vem do Imposto de Renda, e aqui, nesse país, ninguém quer enfrentar essa questão de frente. Então, nós te-

mos um sistema regressivo. Aqui, comprovadamente, o pobre paga o dobro do imposto dos ricos, isso foi feito um estudo pela professora do FIP, e, agora, nesse ano, pelo IPEA, está tudo comprovado cientificamente. Enquanto não desmontar esse Frankenstein Tributário, nós não iremos avançar, e, aqui, hoje, seja qual for a alternativa, no meu entendimento, tem que ser uma proposta constitucional que autorize a introdução do imposto de movimentação financeira para substituir o... O Virgílio tem um estudo que é um Projeto de Lei que ele submeteu a minha apreciação, mas, num país de contencioso tão grande judicial, o seguro morreu de velho. Se a gente faz um esforço para fazer mudanças tão estúpidas na Constituição Brasileira, para coisas tão banais, por que não fazemos uma mudança pontual para resolver essa questão, e aí, sim, entra a legislação infraconstitucional, com todo respeito, sem polemizar, para poder dar tempo. Eu acredito que, com isso, nós teremos um ganho extraordinário. Eu estou catequizando esse tema há muito tempo, falando, falando, falando. Espero que as entidades que estão aqui, também, trabalhando isto fazem hoje, Luigi Nese, uma grande contribuição ao país, essa é que é a questão fundamental. Uma grande contribuição ao país. Então agradeço.

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG): É muito rápido o aparte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Eu quero só, antes de mais nada, deputado, depois vou passar a palavra a V. Exa., lembrar, realmente, que está tendo agora a votação. Então, aqueles que vão perder a resposta do ministro, eu acho que... Só estou alertando aqueles que quiserem--

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG): É só para dizer que, pela Constituição Brasileira, uma contribuição cumulativa tem que ter previsão constitucional. A não cumulativa não precisa. Portanto, essa contribuição social da saúde, com certeza, vai cair no Supremo, porque ela é cumulativa, é pequenininha, mas é cumulativa. A não cumulativa não precisa de dispositivo condicional, que é precisamente uma das importantes diferenças da proposta que apresento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Obrigado, deputado.

Passo, então, a palavra agora... O Pepe parece que prefere falar primeiro para depois ir, não é isso? Então, com a palavra, agora, o Deputado Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO PEPE VARGAS (PT-RS): Saudar os nossos debatedores, deputados, senadores, senhores e senhoras, que estão aqui, presentes.

Vou ser bem econômico na minha colocação. Primeiro, queria dizer o seguinte: que a PEC 233, que

era a chamada PEC da Reforma Tributária, ela previa uma desoneração da folha, 2,5% imediatamente do Salário Educação deixava de existir, na medida em que o Salário Educação se incorporaria... a base se incorporaria no IVA e, depois, previa uma desoneração da contribuição do empregador para o INSS, para a Previdência, na razão de 1% ao ano, do segundo ao oitavo ano. Era isso que previa. Só que tinha um grave problema: ela não previa como compensar a Receita da Previdência, que, como a gente viu aqui, na apresentação do Ministro Pimentel, o regime do trabalhador urbano está bastante próximo de chegar a um equilíbrio entre o que paga de benefício e o que arrecada. Se tivermos sucesso com fator... o FAP, se tivermos sucesso com o FAP e reduzir o gasto com os acidentes de trabalho, doenças profissionais, enfim, o regime inclusive passaria a ser superavitário. A realidade é essa.

Então a PEC não previa como compensar a receita previdenciária. Aos 48 do segundo tempo, a gente conseguiu fazer lá uma redação que o Deputado Luciano Mabel, que era o relator, acolheu, dizendo basicamente o seguinte: que o Tesouro teria que compensar a perda de arrecadação da Previdência, porém, não se colocava nada para compensar isso, mas foi o que deu para fazer lá, na hora. Eu acho que a proposta de criar uma contribuição sobre movimentação financeira, seja ela substitutiva à contribuição que incide sobre a folha, seja ela uma compensatória, como o Deputado Virgílio Guimarães propõe, eu acho até que a ideia da compensatória é bastante interessante, ela tem uma virtude, que, pelo menos, ela coloca algo no lugar para financiar a Previdência, que é um regime extremamente importante, que são 25 milhões de pessoas, hoje, no Brasil, que dependem dele, e ele cumpre não só um importante papel social, ele cumpre um papel econômico fundamental de distribuição de renda e de ativação no mercado interno. Se o Brasil saiu da crise rápido, não foi só pelas políticas corretas, digamos, que o governo adotou na crise, foi também pela existência de um regime, como o Regime-Geral de Previdência Social, inclusive com os ganhos que o salário mínimo está tendo no último período, e, como 2/3 dos benefícios são no valor de um salário mínimo, isso segurou muito a crise também. Então, um sistema como esse, ele precisa ter capacidade de financiamento. Então, eu acho que tem esse mérito. Acho que... [soa a campanha] Já concluo, Presidente. Eu acho que, independente do que vá se colocar no lugar, tem que haver a previsão de ter o recurso para Previdência.

Segundo lugar, eu sou simpático à ideia de uma contribuição sobre movimentação financeira por várias razões: porque simplifica a forma de arrecadar, porque

traz economicidade ao setor público, porque não precisa ter uma máquina de fiscalização enorme, porque é eficiente e porque, inclusive, permite ampliar a capacidade fiscalizatória do estado, como todos aqui sabemos, e porque vai para a seguridade também. Então, queria dizer que acho que esse debate é importante, a gente deveria aprofundá-lo, perseguir uma alternativa, porque, se a gente consegue desonerar a folha, também isso não é pouca coisa. É evidente, setores... Alguém aqui disse que os setores que têm uso intensivo de mão de obra serão mais beneficiados, mas isso não é pouca coisa, num país que precisa gerar tanto emprego que nem o nosso. Então, desonerar folha, facilitar a formalização, incentivar quem usa mão de obra intensiva, num país como o nosso, é fundamental, acho que é muito importante. Então, por isso, mais uma razão de a gente perseguir alguma alternativa nesse sentido.

Por fim, eu só queria aqui me insurgir contra o uso do termo déficit da Previdência e queria até que, se for possível, possam fazer comentários. Por que isso? Ora, nós vivemos no estado democrático de direito, e, como todo estado democrático de direito, tem um arcabouço jurídico legal, formal. O nosso arcabouço jurídico formal, no que tange à Previdência, lá em 88, foram definidas as fontes de contribuição da Previdência, e as fontes de financiamento da Previdência não são exclusivamente as contribuições de empregados e empregadores--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Deputado Pepe, eu peço só para concluir, porque, depois, nós vamos perder tempo do ministro.

DEPUTADO PEPE VARGAS (PT-RS): Concluo. Não são só essas fontes. É importante lembrar que também são fontes de financiamento da Previdência as contribuições que incidem sobre faturamento e lucro das empresas, que, se somadas à arrecadação da Previdência, temos... Não é aquele... Não é um monte de recurso sobrando, mas tem recurso para pagar os benefícios previdenciários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Muito obrigado, Deputado Pepe.

Eu quero só corrigir. Eu falei brincando que o Deputado Virgílio é um dos grandes conhecedores. Na verdade, na Câmara, há muitos que se dedicam a esse tema, e essa sala está aqui, com grandes especialistas, com posições diferentes. Eu vou pedir apenas para a gente deixar nosso debate parlamentar, então, para depois. Passo a palavra para o último deputado inscrito, Alfredo, e peço para ficar dentro dos três minutos. Com a palavra, então... Só um minutinho, de-

putados. Com a palavra, agora, o Deputado Alfredo, três minutos para concluir.

DEPUTADO ALFREDO KAEFER (PSDB-PR): Sr. Presidente, Julio Semeghini, Sr. Ministro, debatedores, Srs. Deputados e senadores, eu sou, por tese, contrário à taxação de qualquer movimentação financeira, seja ela substitutiva ou compensatória. Eu entendo que ela é prejudicial e nefasta para a economia como um todo. Ela já era prejudicial no índice de 0,38, imagina a 0,50 ou 0,80 como poderia até ser. A gente tem que levar em conta que, há muitos anos, o Brasil não vive uma economia dinâmica de velocidade como deveria ter sido e como poderá, no futuro muito breve, ser. No momento em que nós tivemos um PIB repetindo 5, 6, 8 ou até 10%, como China, Índia fizeram, a movimentação financeira seria de tal tamanho, de tal monta que 0,50 teria um prejuízo enorme para a economia. Isso trava a movimentação dos negócios, isso restringe, efetivamente, a intenção de se fazer negócios e de transação. Quanto mais a economia, quanto mais os recursos financeiros circularem na economia, maior a possibilidade de cada um pegar um pedacinho, e, quando a gente implantar uma taxação de movimentação econômica, nós estaríamos inibindo essa ação fantástica do mercado, que é transacionar, que é movimentar, que é comprar e vender.

Fere o princípio da circulação da riqueza que nós teríamos inibido. Além do mais, os estudos provam que, depois de pouco tempo, você, na verdade, troca seis por meia dúzia. Ou seja, o sistema como um todo não vai ganhar. Nós vamos ter redução na folha de pagamento, ganhos, mas vamos ter custo, através da transação, no custo da economia como um todo, nas operações financeiras. A mercadoria... Os custos vão aumentar, e você vai trocar seis por meia dúzia. E eu coloquei aqui um termo assim: "Eureca". Será que nós, no Brasil, seríamos os únicos que teríamos essa luminosidade, essa engenhosidade de descobrir que a solução seria por movimentação financeira? Será? Porque nenhum país do mundo aplica essa tese. Há alguns anos atrás, dizia-se que a maioria dos países não tinha um sistema bancário tão informatizado e tão ágil que permitiria a implantação de uma CPMF. Nós estávamos avançados. Mas, hoje, isso se expandiu para todos os países – Europa, Ásia, Estados Unidos –, todos têm sistema altamente informatizado e poderia usar uma taxa eletrônica de redução na movimentação financeira. Por que não implantam? Certamente, o mundo inteiro já percebeu que isso não serve. Então, a solução passa por uma adequação do sistema tributário, uma reforma completa que nós temos que fazer, reforma e remodelação no nosso sistema, uma reformulação, aplicando imposto seletivo. Concordo

com o Hauly, o imposto de renda tem que ser o maior tributo, imposto seletivo para alguns produtos, Imposto de Renda, aí nós vamos perceber que nós poderíamos, inclusive, reduzir a taxação dos impostos previdenciários e trabalhistas. E essa reformulação passa por uma adequação total do sistema. Não adianta eu tirar de um bolso e colocar no outro. Reforma tributária, baixar a carga, fazer com que o estado, efetivamente, gaste menos, tenha menos gasto de custeio, gastos correntes. Essa, efetivamente, seria a solução.

Então, não vejo que a gente consiga resolver através da taxa de movimentação. Nós vamos desonerar folha de pagamento, mas vamos criar um outro monstro que depois vai ser descontrolado. E nós sabemos que tem uma taxação para iniciar e nós não sabemos quando ela vai acabar. Já está aí o pessoal da saúde que quer colocar... Certamente, vai querer colocar, no mínimo, 010, em cima da movimentação financeira para cobrir, para buscar 10 bilhões por ano, na área de saúde, e nós teríamos que rever, também, se a gente fala em redução de custos previdenciários e trabalhistas, rever o nosso modelo do sistema, estimular cada vez mais Previdência Privada, por exemplo, e a Previdência Pública para faixas limitadas de salário.

Nós temos um gigante aí, que é o déficit orçamentário da Previdência. Muitos países, em algum momento, fizeram uma quitação da sua dívida previdenciária com a sua população, venderam ativos, inclusive, ou criaram fundos, títulos especificamente e não haveria nenhum demérito você pegar um aposentado, que tem uma determinada idade, sabedor que você tem um limite de vida dele, e indenizá-lo, inclusive, como muitos países fizeram e resolveram o problema do seu déficit, comprando a dívida antecipada dos seus aposentados. Quer dizer, há uma série de outras alternativas que nós podemos criar, mas eu, absolutamente, estou convencido de que taxação da movimentação financeira, a troca de redução de encargo trabalhista, resolve o problema momentaneamente, mas não resolve o problema para o sistema como um todo para o nosso país. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-AM): Agradeço ao Deputado Alfredo e passo a palavra ao Ministro José Pimentel, que precisa se ausentar, face a outros compromissos, para que ele possa fazer a sua... responder os questionamentos inicialmente. Com a palavra o Ministro José Pimentel.

SR. MINISTRO JOSÉ PIMENTEL: Eu quero começar registrando de que essa Audiência Pública é uma daquelas que nós temos um excelente debate no campo das propostas, das alternativas, para que nós possamos construir um sistema previdenciário

que possa ser equilibrado dentro da nossa realidade. Todas as intervenções vêm nesse sentido, como que nós podemos ter crescimento econômico, com redução do chamado Custo Brasil, e, junto com isso, o nosso equilíbrio da Previdência.

O princípio da desoneração sobre a folha, na parte patronal, não é novidade no Brasil, não é proposta exclusiva de um determinado governo. Todos os governos, de 88 para cá, têm trilhado nesse sentido. Portanto, é uma matéria consensual no Brasil. O que nós estamos discutindo aqui é qual é a melhor forma de fazer para garantir o equilíbrio do pagamento dos benefícios. Nós temos um desenho que começou em 96, que é a substituição sobre o faturamento, acho que esse desenho está consolidado, as regras que nós fomos criando na fase primeira tínhamos muitas dúvidas. Hoje, podemos dizer que o sistema de SIMPLES está consolidado. Nos permitiu dar resposta num determinado segmento da economia. Agora, estamos discutindo na outra faixa. A PEC 33, aqui, já foi lembrada, ela caminhava nesse sentido. Um grande debate que nós tivemos na Comissão Especial é qual seria a fonte, e, ali, para o processo andar, nós dissemos que o Tesouro iria, no processo seguinte, viabilizar a fonte, estávamos dizendo de que iríamos ter uma lei infraconstitucional para essa finalidade, não entramos no detalhe, dado à urgência. A PEC 33, pelo acordo político nacional, fica para 2011. A leitura que todos nós, com toda transparência, não será viabilizada em 2010. 2009 já passamos. Essa tese de criar uma fonte substitutiva também é uma ideia que já vinha se discutindo há certo tempo. O Deputado Hauly, o nosso companheiro de Comissão de Finanças e Tributação, é um grande estudioso dessa matéria, tem debatido bastante na Comissão de Finanças da Câmara, aqui, no Senado, também, esse tema é objeto de reflexão. O que nós queremos deixar claro é de que a desoneração da folha da parte patronal é uma questão de tempo. Nós vamos chegar, um certo momento, em que esse processo vai se acelerar. Eu tenho uma leitura de que o ano de 2010, um dos principais temas de discussão nesse país, independentemente de bloco político, vai ser a questão tributária, a questão do pacto federativo, esse conjunto de itens e esta vai estar junto.

Portanto, nosso Presidente, eu quero, aqui, agradecer o convite, dizer que, lá, na Previdência Social, nós temos muitas propostas alternativas, uma série de estudos. Cada uma delas tem determinadas implicações e como conduzir isso, a nossa Receita Federal do Brasil, trabalhamos juntos essas questões. Agora mesmo, estamos debruçados sobre o SIMPLES Rural, que é um desdobramento do SIMPLES Nacional, e eu acho que esse processo a gente, no início de 2010,

a tendência é ele estar pronto. Na Receita Federal, tem um grupo de trabalho sobre isso. Aqui, na Casa, a Frente Parlamentar, Câmara e Senado, está discutindo também. Então, tem um conjunto de proposta sendo encaminhadas.

Portanto, eu quero aqui, mais uma vez, renovar o nosso apreço por esta Casa e dizer que os grandes temas sempre passam pelo nosso Congresso Nacional, porque aqui é o espaço constitucional para fazer esse debate. Portanto, fico à disposição e peço perdão. Eu vou agora, às 17 horas, aqui, receber uma Comenda do Ministério da Defesa, que faz parte do processo de final de ano e não tem jeito. Se fosse outro Ministério, até que a gente poderia chegar atrasado. Mas logo, ali, lamentavelmente, Presidente, a gente não pode chegar atrasado. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO(PSDB-AM): Ministro José Pimentel, é uma alegria e uma satisfação muito grande do Senado Federal em recebê-lo, a sua competência é reconhecida por todos, não só na Câmara Federal como no Senado também. Seja bem-vindo e volte sempre.

Vamos passar a palavra ao Dr. Ronan, para que possa fazer, responder os questionamentos que foram feitos. Lembro que, após o término dessa primeira Mesa, nós vamos formar uma segunda Mesa, com outros debatedores e, havendo tempo, ainda, a possibilidade de se retomar os debates. Dr. Ronan, por favor.

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Só uma questão de ordem, Presidente, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO(PSDB-AM): Questão de ordem Julio Semeghini.

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Esclarecer que, no debate da segunda Mesa, se houver tempo, não os parlamentares, as outras pessoas também poderão estar se inscrevendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO(PSDB-AM): Também, havendo tempo, será aberto para os nossos convidados que estão participando desse seminário. Eu convido o Senador Renato Casagrande, para que ele possa assumir, aqui, a Presidência, até o término desta primeira Mesa, que o Deputado Luiz Carlos Hauly, vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, vai assumir a segunda Mesa. Eu também, assim como o Ministro Pimentel, tenho que ir ao Itamaraty, que o Ministro da Ciência e Tecnologia vai fazer a entrega do Prêmio Inovação, e eu, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, tenho que estar presente, às 17 horas, lá.

Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, dará sequência a essa primeira Mesa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra para suas respostas e considerações finais o Sr. Ronan.

SR. RONAN DE OLIVEIRA: Eu só colocaria, para completar, que não há, pelo menos, no delineamento do projeto, nenhuma garantia de que a base contributiva vai aumentar. A gente sabe que os jeitinhos das empresas para fugir da tributação sempre existiram e vão continuar existindo e a movimentação financeira não dá garantia de que todos vão contribuir. A ideia de que todos contribuindo menos vai chegar a um resultado maior no final, mas isso... não dá para garantir que isso vai acontecer, porque isso seria o melhor dos mundos que tudo passaria pelas contas correntes, todos os débitos seriam base de cálculo da contribuição, mas não há nada que garanta isso, e os recursos da Previdência que se destinam por mandamento constitucional, pagamento de benefício, não há nenhuma garantia de que eles continuem chegando no montante que chegam hoje, porque a base contributiva hoje já é diversificada, ela tem a folha, tem a comercialização da produção rural, tem a receita de espetáculos esportivos, tem as empresas do SIMPLES, ou seja, se passar tudo isso para a movimentação financeira, todos esses subsistemas vão deixar de existir ou então eles vão cobrar um tratamento igual, porque certamente uma empresa que estiver sendo tributada pelo SIMPLES vai se sentir prejudicada em relação à tributação sobre a movimentação financeira. É isso, não sei se tem alguma pergunta específica, eu estou à disposição para responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço ao Ronan e vamos passar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só uma afirmação, que quando foi 0,38 CPMF arrecadou bem, obrigado. Era uma arrecadação bonita, gorda, de baixo custo e o Governo sentiu uma saudade imensa dela.

SR. RONAN DE OLIVEIRA: Mas se comparar o valor arrecadado pela CPMF com o valor arrecadado sobre a folha, dá uma diferença enorme e a alíquota não está tão longe, 0,38 para 0,5 não está tão longe, então eu acho que tem que ter um cálculo muito criterioso para não haver perda de arrecadação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu calculei o dobro de 0,38, daria para a parte patronal, talvez chegasse ali perto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Fernando Garcia com a palavra.

SR. FERNANDO GARCIA: Rapidamente, respondendo ao requerimento do Deputado Edson Ezequiel, a simulação que nós fizemos, todo o trabalho que nós fizemos, ele considerou os efeitos já experimentados no passado de mudanças de alíquotas, seja a introdução que acaba elevando os preços, seja a redução. E, nesse caso, nós temos na verdade uma variação, porque no cenário ali que se arrecada 74 bilhões, esse dinheiro deixa de sair de algumas empresas e esse dinheiro está no preço de algumas mercadorias e passa a constar nos outros, quer dizer, as empresas que contribuem pouco, hoje, passariam a contribuir mais, então, na verdade, os efeitos vêm da mudança de preço. Com relação ao efeito sobre a inflação, acompanho isso dentro da Fundação Getúlio Vargas, no IPC, no IGP, por exemplo, da saída da CPMF, circulou uma notícia de que ela não teve efeitos sobre os preços da economia, mas essa notícia, essa informação que ela não teve efeito, de redução para os preços da economia, quando deixou de ser tributada, ocorreu num momento que nós estávamos num aquecimento econômico muito forte, final de 2007, início de 2008, e também no momento que o preço do petróleo estava caminhando para recordes históricos, ou seja, havia uma série de pressões inflacionárias que fizeram os preços crescer independentemente de você ter... A CPMF até ajudou que a inflação não fosse tão elevada naquele período. Eu acredito que uma desoneração da folha de pagamento, como ela hoje é vista na contabilidade de empresa como algo que não está no seu lucro, ela está no preço da mercadoria, mas não termina no cofre das empresas que são pagadoras, que são as contribuintes de fato, eu acredito que há uma tendência clara de repasse disso para os preços das mercadorias.

Nós vimos, esse ano de 2009, 2008, com a redução de IPI de vários materiais de construção, produtos eletroeletrônicos, veículos, eletrodomésticos, nós vimos que a reação das empresas em manter a sua produtividade, manter a sua produção, foi bastante rápida, então não é tão irreal ou absurdo a gente imaginar que essa substituição será muito bem vista. O fundamental é que se garanta o financiamento. Eu acho que o ministro colocou um aspecto muito importante do equilíbrio da Previdência, que há anos se busca e se obtém, e as alíquotas obviamente terão que ser estudadas, e reestudadas, e calculadas e recalculadas, porque as bases de informações mudam, aqui nós simulamos em cima das contas nacionais de 2006; estamos em 2009 com diferentes tamanhos, por exemplo, da construção

civil, do serviço e da indústria da economia nacional, então obviamente para implantação e para o cálculo da alíquota, de fato, você vai ter que atualizar todos esses dados, vai ter que fazer um esforço grande, interno do próprio Governo para trazer os valores corretos, valores necessários no momento atual.

O estudo serve como uma referência. Estamos caminhando para uma trilha muito perigosa ou não. E a resposta é que não, que é uma trilha relativamente segura que a gente pode confiar, que pode ser uma alternativa de médio a longo prazo para o financiamento da Previdência bastante vantajosa para o País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Fernando Garcia. João Hamilton Rech. Está certo? Rech, não é?

SR. JOÃO HAMILTON RECH: Obrigado. Gostaria de dizer, reiterar, que deve-se ter cuidado, então, nessa passagem de uma contribuição previdenciária baseada na folha de salários para o custeio financiado por uma contribuição de movimentação financeira, porque a base para apuração desses tributos na folha de salários tem relação com o benefício que vai ser custeado, serão justamente os assalariados, em princípio, que vão se beneficiar. No momento que eu deixo este modelo e passo para um modelo de contribuição sobre movimentação financeira, o que está se criando é um sistema solidário, que toda a economia vai ajudar a custear a Previdência, porque todos pagarão esta contribuição, mesmo quem não for empregado, mesmo quem não for empresa.

Tem que se ver se as contas fecham, esse que é o importante aqui. E essa questão realmente de vai se reduzir custos, vai se reduzir preços, foram apresentados cenários, mas realmente teria que se verificar com calma essas premissas, porque ao mesmo tempo que se reduz o custo da folha de salários, se cria um custo com essa contribuição de movimentação financeira que é cascata, 0,50 em toda a cadeia. Então, que viesse uma coisa, não vai dar elas por elas, como fica essa conta aí se realmente vai haver aumento de PIB, então todo esse ciclo virtuoso vai realmente acontecer.

E a questão da desoneração também, gostaria de falar que realmente na CPMF não se verificou... Quando a CPMF foi atacada se dizia isso: "Olha, acabando a CPMF vamos ter uma redução geral de preços na economia", não foi o que aconteceu, o Dr. Fernando Garcia deu uma explicação agora, realmente pode ter acontecido o que ele afirmou, mas na Receita Federal nós temos experiências de situações semelhantes em que se pleiteiam desonerações sempre com aquele argumento: "redução de custos para o consumidor final", mas a desoneração é na indústria, por exemplo, e o que

se verificou, que nós temos um setor de acompanhamento também dentro da receita, é que muitas vezes não ocorre a redução nos preços para o consumidor final, aquilo acaba incorporado na base de lucros do empresário, acaba não chegando até o consumidor final. Para isso acontecer, é necessário que nós tenhamos mercados concorrenciais, fortemente concorrenciais, e aí acabe um obrigado a baixar o preço porque senão ele sai do mercado porque senão o outro também vai baixar, e assim vai. Mas, infelizmente, muitos setores isso não ocorre, então acabamos por perder este efeito benéfico e aquela desoneração acaba não atingindo o seu objetivo.

Obrigado, era isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Hamilton. E concluímos, então, esta primeira etapa do debate, agradecendo ao Ronan, agradecendo ao Fernando e ao João Hamilton, e já chamando o Deputado Luiz Carlos Hauly para vir presidir a segunda Mesa de debate. Obrigado, gente, pela contribuição de vocês.

[palmas]

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Presidente, eu queria apenas antes de encerrar, a gente vê um esforço enorme... Só para concluir, a gente vê um esforço enorme e vê o Prof. Fernando Garcia fazer um estudo sobre 2006, é uma coisa que a gente não consegue se conformar que a gente aqui, hoje, tem quase tudo informatizado, não tenha dados claros de 2008 ou 2009 para que entrássemos num debate no ano que vem sabendo realmente qual é o tamanho dos problemas que nós estamos falando. A gente fazer toda uma dúvida dessa e estar baseado em números de 2006. É uma inconsistência muito grande, eu acabei não entendendo por que e acabei esquecendo de perguntar. Perdoo, Presidente Renato Casagrande.

SR. FERNANDO GARCIA: Rapidamente. A semana passada, questão de dez dias, saíram os dados de 2007, do IBGE, das contas nacionais e 2007 consolidado, que são os dados que nós precisamos para fazer essa simulação global. Dados da atividade corrente hoje, dados da economia brasileira do terceiro trimestre, nós temos, mas para fazer a simulação nós temos que ver todo o reequilíbrio, quem ganha, quem perde, que produto que fica mais barato, que produto que fica mais caro, aí nós precisamos das contas consolidadas. Infelizmente, elas são mais lentas e o Brasil não é um dos piores países, nós temos uma velocidade de publicação dessas contas até que relativamente bom, eu não reclamaria, o IBGE é bastante competente na velocidade de publicação dessas estatísticas. Infelizmente, elas são estatísticas muito complexas que, de fato, demoram algum tempo para virem a público de

forma final, mas os dados de 2006 e 2007 são confiáveis e dão uma boa indicação dos caminhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então feito o esclarecimento, eu encerro então a primeira parte e passo a Presidência para quem deveria estar já nessa Presidência, que é o Deputado Luiz Carlos Hauly para poder conduzir a segunda Mesa de debates.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Dando continuidade a essa Audiência Pública em substituição aos companheiros que passaram e ao Presidente Vignatti que preside a Comissão de Finanças e Tributação, então damos início a esta Mesa, convidando o Sr. Roberto Nogueira Ferreira, Consultor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC; Sr. Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviço, CNS; Sr. Paulo Sérgio Sgobbi, Diretor da Área de Tecnologia da Informação, da Associação Brasileira de Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação, BRASSCOM.

Enquanto aguarda, nós temos uma experiência no Paraná que o governador esse ano reduziu o ICMS de 18 para 12% a alíquota de ICMS, uma pequena majoração na linha que eu defendo, de energia combustível e comunicação. E a repercussão no supermercado foi de diminuição geral do faturamento dos supermercados e das empresas, foram 90 mil produtos que foram atingidos pela redução de alíquota, mais ou menos um pouco dentro dessa visão. Nós devemos marcar, em breve, uma Audiência Pública para discutir em cima do ICMS a questão da simplificação, da seletividade, que eu acho que também é um tema em paralelo a essa simplificação.

Então, dando início, eu... Já me informaram que o Luigi Nese já falou bastante. Então vou deixá-lo por último e dar a palavra, primeiro, para o Paulo Sérgio Sgobbi. Não, primeiro para o Roberto Nogueira Ferreira, que é o nosso amigo Consultor da Confederação Nacional do Comércio, por dez minutos a sua preleção.

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Boa-tarde a todos. Boa-tarde ao Luiz Carlos Hauly, deputado amigo, com quem eu já tive oportunidade de participar de inúmeros trabalhos na área tributária e o Deputado Julio Semeghini, Deputado Edson Ezequiel, demais presentes, Luigi Nese, Presidente da Confederação Nacional de Serviço, Dr. Paulo da BRASSCOM.

Eu acho que de minha parte como consultor e no momento que trato do assunto tributário desde o século retrasado(F), quando eu fui Fiscal de Rendas e Secretário de Fazenda e depois me afastei, e de 93 para cá eu voltei a estudar a questão tributária sob a

ótica de modelo tributário no sentido mais amplo, dentro do grupo da ação empresarial coordenado pelo empresário Jorge Gerdal. Então é um tema que para nós não é novidade, mas o que já foi debatido aqui hoje, para mim, é muito mais importante do que aquilo que eu vou falar. Eu acho que a oportunidade de discutir mais uma vez, debater, trazer ideias a favor, contra, é que vai sedimentando alguma coisa que pode ser que no futuro dê resultado, chegue a algum ponto final. Então eu acho que as divergências têm que se situar nesse campo técnico e evoluir em direção a alguma coisa positiva.

Eu diria, só para começar, eu queria fazer uma referência ao Prof. Marcos Cintra, que é outro amigo que eu tenho, que com quem também eu já debati algumas questões no campo tributário, em posições, inclusive, antagônicas do ponto de vista do pensamento, mas com o maior respeito, porque se trata de um profissional de uma honestidade profissional inquestionável, um elemento que, inclusive, ao meu modo de ver, faz falta a Casa. Mas, respeitando o Prof. Marcos Cintra, que está na gênese dessa proposta, não necessariamente eu estou dizendo que eu concordo a proposta, respeito toda a dedicação dele nesse assunto. Na discussão desse tema, eu só vou fazer dois minutos... aproveitando dois minutos do teu tempo, na Fundação Getúlio Vargas de Brasília, no Rio e de São Paulo três grupos estão, hoje, discutindo a questão fiscal no sentido mais amplo e passa também por essa questão. Eu tenho feito parte da discussão do grupo de Brasília, e isso tem a ver com que o eu vou falar a respeito de posicionamento dessa matéria, porque nós cansamos de discutir a questão da reforma tributária e fizemos a opção de começar a discussão pela eficiência de gasto, passar por desequilíbrios regionais, como isso se financia, desequilíbrios verticais, desequilíbrios horizontais dentro do campo tributário, vinculações, transferências constitucionais, transferências voluntárias até chegar no campo tributário.

Então ao fazer essa opção de fazer esse estudo no sentido mais amplo e que talvez esteja concluído lá para o final março, talvez abril do ano que vem, a gente está dizendo em outras palavras o seguinte, que a opção é para discutir num contexto mais amplo, qualquer solução dentro de uma visão mais ampla, dentro de uma visão sistêmica mais fundamentada. Isso nos coloca numa situação de pronto aceitar a discussão, participar de discussões isoladas, muito embora a solução isolada, no nosso ver, ela não contribuiu no sentido mais profundo da palavra, para o que o País necessita no contexto global – não estou falando de soluções isoladas, setorializadas ou até personalizadas.

A questão de folha de pagamento específico. Encargos na folha, eu lembro que há dez anos nós discutimos numa Audiência Pública na Câmara dos Deputados, e o tema, o foco que se deu naquele momento, acabou indo para o campo do nexo causal nexo causal, quer dizer, o encargo tem que estar onde? Na folha ou no faturamento? Naquele momento, quer dizer, o racional de estar na folha, ele é claro, ele é concreto, quer dizer, a folha de pagamento é a contratação de um funcionário que gera uma pressão no sistema público previdenciário, e ali tem que haver uma contribuição. É evidente que, e até na época, eu disse uma expressão que o nexo está na folha e não na nota fiscal, que seria, naquele momento, um posicionamento claro de que ele não deveria estar no faturamento, mas é óbvio que quando nós começamos a discutir a questão previdenciária há uns 15 anos, 10 anos o Deputado Carlos Hauly sabe disso, nós tínhamos outro tipo de Previdência, nós tínhamos uma Previdência com um descompasso entre receita e despesa enorme, hoje nós temos uma Previdência, no caso do regime geral urbano, praticamente zerada. Então nós temos que discutir também levando em conta esse aspecto, quer dizer, não é só que tudo isso de certo modo afeta o processo de discussão. Mas é óbvio que na Previdência nós temos, isso está na Constituição, que é o conceito da solidariedade, não ficarmos especificamente presos a essa questão e evoluir em direção de alguma forma a alternativa que contribua para financiar a Previdência Social, sem colocá-la em risco, retirando o peso dos encargos em cima do trabalhador.

A tese, não há a menor dúvida que a tese é correta. Como chegar a isso que é um ponto o que Ministro Pimentel disse na exposição dele, é que é o grande problema, mas vamos chegar a isso em algum momento, isso é fato. E por isso que quando eu fiz aquela fala inicial de opção por uma saída mais genérica, mais ampla, mais sistêmica, eu estou falando como consultor, como acadêmico, como quem acompanha o tema há muitos anos e como também um pequeno empresário de duas empresas da área de serviço. Então não posso examinar essa questão focado na questão das empresas, dessas duas empresas que têm a minha titularidade.

Na discussão de sistema tributário, Deputado Hauly, a opção hoje é para você aproximar o sistema daquilo que tem no mundo, esse é um fato, porque nós estamos falando de um mundo basicamente sem fronteira, então nós temos que caminhar em direção a alguma coisa, que tenha certa similaridade lá fora. E nesse contexto, a CPMF caminha no sentido contrário, quer dizer, não há exemplo de CPMF no sentido clássico dela como foi implantado no país presente lá

fora em países com os quais comercialmente o Brasil necessariamente vai ter que competir ou tem que competir.

Então esse é um ponto importante, sem entrar no outro ponto que foi levantado pelo Deputado Alfredo, que é a questão do que a CPMF talvez tenha sido o tributo que tenha tido o maior repúdio social desde que eu me entendo por discussão sobre tributo no Brasil. Então esse é um segundo aspecto. E da mesma forma esse repúdio ficou claro quando se intentou criar a Contribuição Social Saúde que ainda é um processo que está em discussão.

Como aqui já foi dito, quer dizer, já há mandamento constitucional para mudar e dar base folha para a base faturamento, isso já aconteceu no SIMPLES, nós discutimos isso, eu sou conselheiro do SEBRAE nacional [soa a campainha] isso foi muito discutido internamente e isso foi muito debatido e deu certo, na realidade, nesse caso específico, o ministro já disse, no caso do SIMPLES, uma coisa que se consolidou efetivamente. Quer dizer, há espaço para outras mudanças? Eu diria que há espaço para discussão de outras mudanças. Nós vamos chegar, talvez, em algum momento, a alguma mudança, porque nada é absolutamente definitivo nessa discussão que a gente faz.

Eu poderia entrar aqui, só para finalizar, em algumas questões de natureza objetiva, em termos de tamanho, montante de alíquota, qual é a alíquota, qual seria a alíquota, mas isso é uma questão secundária porque o mais importante é a tese, eu acho que a alíquota teria que ser o dobro da que se falou aqui para se bancar hoje o que demanda se fosse feito um sistema de sai um e entra outro, mas isso é uma questão secundária. Eu acho que o que deve prevalecer, continuar, é a discussão da tese, independentemente de quem é a favor ou de quem é contra ou de quem tem dúvida, especialmente em função de quem tem dúvida, que é para poder ir agregando novos valores, novas informações e novos conceitos e quem sabe se chegar a algum tipo de novidade nesse posicionamento.

Querida dizer que esse tema também foi muito discutido no fórum da Previdência Social, estivemos quatro meses discutindo, há um ano ou dois anos, nós conseguimos chegar a um acordo, para você ver como é a dificuldade, eram governos, trabalhadores, empregados numa discussão longa, também isso mostra a dificuldade de se chegar a um ponto comum.

Quero destacar um ponto para discussões futuras levantado pelo Deputado Virgílio, que é a questão de uma certa contradição, de você zerar o patrão e manter o empregado, que é outra discussão dentro desse contexto de tributação na folha, e existem inúmeros outros pontos que se poderia ser levantado.

A questão da cumulatividade já foi colocada, todo certo ponto que foi bem levantado aqui hoje nesse debate.

Eu queria dizer, para encerrar, o meu tempo já se esgotou, que debater essa proposta de Marcos Cintra é um dever de casa interessante, eu acho que a gente tem que dar sequência a ela, eu acho o que tema do trabalho técnico do Prof. Fernando Garcia, da Fundação Getúlio Vargas, eu acho que ele deveria ser disponibilizado para outras, no caso até a própria Confederação Nacional do Comércio que tem interesse de debater, e no meu caso particular, aprofundar; concordo com a observação do Deputado Semeghini, que ainda que as contas nacionais não tenham fechado, com dados mais recentes, eu acho que é um dever do meio acadêmico trabalhar com dados mais recentes, pelo menos na questão tributária, na questão previdenciária, porque isso é que vai favorecer a se chegar mais próximo da realidade na discussão de alíquotas e sobre o que sai e o que entra nesse tema que é da maior importância, mas digo, é um ponto dentro de um universo de questões tributárias e de questões fiscais de um modo geral.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Nós é que agradecemos o nosso amigo Roberto Nogueira Ferreira na sua exposição. E passamos, então, já de imediato para o Sr. Paulo Sérgio Sgobbi, Diretor da Área de Tecnologia da Informação, da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, BRASSCOM. Dez minutos V. Sa. tem.

SR. PAULO SÉRGIO SGOBBI: Muito boa-tarde a todas, a todos, Deputado Luiz Carlos pela condução dos trabalhos, Luigi Nese, Roberto que acabou a explanação, é um prazer estar aqui na tarde de hoje num tema que é crucial para o setor de Tecnologia da Informação e comunicação. Mas antes de falar sobre esse tema, eu queria apresentar um pouco a BRASSCOM para os senhores. A BRASSCOM, hoje, são 40 empresas associadas à BRASSCOM, essas empresas representam em 2008, 86% das exportações brasileiras de TI que fizeram 2.5 bilhões de dólares, e empregam hoje em torno de 125 mil trabalhadores, essas 40 empresas, as marcas que veem na cabeça de vocês são associadas à BRASSCOM e a BRASSCOM trabalha com políticas para fortalecimento do setor, na área de educação, na área de marco regulatório, na área de promoção e *marketing* e nesse sentido ontem, eu queria registrar aqui, nós lançamos a marca "Brasil IT+" (IT plus), uma marca unificada do setor de Tecnologia da Informação para vender essa competência brasileira mundo afora. As associações nacionais que atuam no

setor se juntaram, todas elas, BRASSCOM, ASSESPRO, FENAINFO, SOFTEX, ASSESPRO, e ontem com a presença do Ministro Miguel Jorge, em São Paulo, nós lançamos a marca “Brasil IT+” (IT *plus*).

Mas esse tema é crucial para o setor de Tecnologia da Informação porque ele é intensivo de mão de obra, eu dei alguns números para vocês, e desculpe particularizar essa questão para a Tecnologia da Informação, mas eu acho que Tecnologia da Informação, primeiro, que no lançamento da política de desenvolvimento produtivo houve um destaque e uma vertical específica para a Tecnologia da Informação, direcionando uma política para que o Brasil com a sua competência de 45 anos possa se posicionar no mercado global, porque é notório e isso semanalmente nós, o Luigi Nese também é testemunha disso, semanalmente a gente recebe delegações prospectando o Brasil para instalar as suas plantas ou para comprar serviços brasileiros, e é notório que o melhor trabalhador nesse setor é o trabalhador brasileiro, fruto da sua competência acumulada, fruto da nossa miscigenação que nos torna criativo, adaptado, flexível e isso faz essa competência requerer do Brasil, querer se tornar um dos três centros mundiais provedores de softwares e serviços do mundo.

Então essa questão de mão de obra é fundamental para gente, porque em torno de 70 a 75% do custo desse setor é mão de obra. Então esse debate para a gente é fundamental. Por favor, a próxima.

Como já outros que me antecederam comentaram, o art. 195 da Constituição Brasileira, quer dizer, coloca essa questão como que a Receita provê recursos, mas também no art. 9º ele destaca e aí que eu queria fazer a utilização, intensiva de mão de obra, ele faz um destaque que o artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculos diferenciadas por algumas condições e um delas a utilização intensiva de mão de obra, que é o caso específico do setor de Tecnologia da Informação. Próximo.

Aqui um pouco dando o contexto do setor de Tecnologia da Informação. Para nossa surpresa quando nós fizemos o estudo, esse ano, um estudo fundamentado pela [ininteligível], que nos apresentou esse número que TIC representa 7% do PIB brasileiro, a indústria automobilística, – só para os senhores terem um parâmetro de comparação representa quatro. Nós empregamos 1.7 milhões de pessoas em 2008, e esse número está cresceram em torno de 21% ao ano. Os salários médios pagos no setor de Tecnologia da Informação são de R\$ 2.025,00, enquanto que os outros setores da economia pagam salários médios de R\$ 938,00.

Então, portanto, é um setor que agrega muita gente, paga bons salários, então distribui renda, propicia a inserção de pessoas em um mercado, inclusive internacional. O mercado brasileiro de TI é o oitavo mercado mundial, de PCs é o quarto, nós temos 60 milhões de PCs instalados no Brasil, esses números quando serão publicados em 2009, o mercado brasileiro passará a ser o terceiro mercado mundial de PCs, atrás dos Estados Unidos e da China, será um mercado brasileiros de PCs. E nós movimentamos o mercado interno brasileiro com exportações também, movimentou em torno de 140 bilhões de dólares o ano passado.

Então é um mercado robusto, que emprega muita gente, movimenta a economia e é um mercado que permeia todas as atividades econômicas, porque é impossível hoje a gente estar aqui conversando sem a utilização dessa tecnologia, sem a utilização dessas ferramentas que facilitam a nossa vida. Então ele permeia toda a atividade econômica, para não dizer toda a sociedade moderna.

Só para dar um outro número também, da nossa eficiência, que foi colocada aqui, o ano passado foram feitas 5,3 bilhões de transações com cartões de crédito. Essa é uma competência que o Brasil tem historicamente no setor de Tecnologia da Informação.

Dados esses parâmetros para os senhores, quer dizer, aqui a gente pode ter hipoteticamente um apagão também de TI. Eu me recordo, não vou citar o nome da empresa, mas há 15 dias atrás uma empresa de aviação mudou o sistema dela, interno dela, e muitos dos senhores devem ter sofrido nos aeroportos com relação a isso, inclusive causando impacto em toda a economia brasileira por causa de uma companhia que estava trocando o seu sistema. Então imagina isso no sistema financeiro, no sistema de telecomunicações, enfim, hoje TI está nesse contexto e a gente precisa ter essa dimensão desse setor. A próxima.

Como eu disse, aí tem uma questão comparativa da nossa condição comparando com outros países que fizeram os exercícios de casa, então se a gente comparar o Brasil com o salário de 100 a gente vai para um patamar de 153; a Argentina vai para 129; México 131; Índia 116. Se a gente quer se tornar um *player* mundial realmente... e custos desse setor como eu disse, 70, 75% são encargos sobre mão de obra, nós temos que fazer algo para que esse setor se torne mais competitivo. Por favor.

Aqui esse dado, o Deputado Julio Semeghini fez a indagação dos dados com relação ao período, esses dados também são de 2007 divulgado a semana passada num estudo que a SOFTEX fez junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia e mostra que o mer-

cado se adapta a essas questões de perda de competitividade, se eu não tenho competitividade, eu busco formas de competir e esse dado mostra justamente isso, ele mostra aqui empresas até quatro funcionários, em 2005 nós temos 83%, 84% das empresas brasileiras de TI são até quatro funcionários. Aqui cabe uma reflexão: o que é que é isso? O que o mercado conceituou como PJ. Então é a alternativa que o mercado fez frente à grande tributação que tem a folha de pagamento. Então esse dado comprova isso, esse dado está demonstrando isso. A próxima, por favor.

Esse daqui também vem colaborar com o dado ou a explanação anterior. Nós temos 160 mil empresas, em 2006, com até 19 ou menos de 19 trabalhadores ocupados. Então a reflexão é aqui, por que isso acontece ou se criou a PJ? Porque ele tem a contribuição dele individual, mas não tem a contribuição da empresa, a não ser que ele comece a ter folha de pagamento. Então o mercado se adaptou a isso para se tornar mais competitivo. Próximo.

E aqui são algumas iniciativas que foram feitas que, do nosso ponto de vista, estão dando certo para alguns setores, e para alguns segmentos. Então foi criada a Lei, aqui por essa Casa, 11.774, que desonerou em 50% a folha de pagamento das empresas exportadoras de software e serviços. Então isso já está em vigor, a nossa propositura aqui é que isso se estenda para o mercado brasileiro como um todo, para as empresas brasileiras que atuam no mercado nacional.

Aqui, nós já temos também uma discussão de simplificação tributária na lei geral de terceirização, e a justificativa é a mesma que eu coloquei lá no início. O Executivo, e Legislativo e a sociedade devem encarar o debate sobre um novo modelo, porque se a gente quer se tornar competitivo, se a gente quer realmente chegar a algum ponto com relação a isso, nós temos que trabalhar nesse ponto que é crucial para o setor de Tecnologia da Informação.

Eu encerro aqui e depois eu estou aqui para o debate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Muito obrigado, nós agradecemos a exposição proporcionada nesse momento e o nosso Presidente da BRASSCOM. E lembrando que nós estamos debatendo aqui a possibilidade da criação da contribuição de movimentação financeira para substituir o encargo do INSS Patronal sobre a folha de pagamento, desonerando a folha, agilizando a contratação de mão de obra, diminuindo a concorrência predatória e fazendo um Brasil mais moderno e mais ágil.

Então dou a palavra ao Presidente da Confederação Nacional de Serviço, Luigi Nese. Com a palavra, Luigi Nese, por dez minutos.

SR. LUIGI NESE: Obrigado, Deputado Luiz Haully. Eu vou continuar a minha exposição inicial que eu fiz antes da chegada do Prof. Fernando Garcia.

Primeiro, eu queria justificar a ausência do Prof. Marcos Cintra, realmente é baseada na proposta dele de imposto único de movimentação financeira que nós estamos pegando um pedaço da ideia do Prof. Marcos Cintra para utilizá-la especificamente numa diminuição da carga tributária sobre folha de pagamento.

Eu queria dizer ao Roberto nexo causal. Roberto, realmente, a ideia é única, a ideia nos outros países não está sendo implementada, mas nós acreditamos que aqui nós podemos inovar. E para que essa ideia não fosse focada somente no Brasil, o Prof. Marcos Cintra escreveu um livro em inglês para que pudesse ser disseminado para o mundo inteiro e hoje pode ser acessado via internet o livro dele, onde está sendo colocado isso a nível mundial a informação sobre esse novo tributo, seria a movimentação financeira. E acabamos de fazer um seminário importante, também em São Paulo, sobre esse assunto tributário, feito por um instituto agregado a Getúlio Vargas, que falou sobre esse assunto e trouxemos algum especialista, um dos maiores especialistas na área tributária, que é o Richard Bird, que eu acho que você conhece, Roberto, que falou sobre o assunto e colocou as teses relativas a isso. Quer dizer, a gente está trabalhando no sentido de dar uma informação global, uma informação que seja bem para o País. Não estou particularizando nenhuma atividade específica, nós não estamos aqui questionando se é melhor para o comércio, se é melhor para indústria, se é melhor para a agricultura, se é melhor para a atividade de informática. Não é isso. Nós estamos colocando na Mesa de discussão, exatamente uma proposta para melhoria da economia brasileira e para fazer com que essa alternativa seja boa para o País.

Evidentemente existem prós e contras a essas propostas e eu acho que eu fico satisfeito, Roberto, pela sua posição de colocar na Mesa de discussão isso. A nossa proposta já foi apresentada várias vezes para as outras entidades, seja da indústria, do comércio e da agricultura, mas eu vou novamente apresentar essas propostas para essas entidades para serem discutida. Nós queremos exatamente esse debate, esse debate foi provocado por nós exatamente para isso, e eu quero agradecer mais uma vez às comissões que fizeram com que esse debate acontecesse nesse evento.

A única coisa que eu queria ressaltar mais aqui é o aspecto de onde nós vamos mexer na Constituição com relação à mudança básica. Eu queria que fosse... Por favor, o último, pode ir mais. Aí.

Esse é o dispositivo do art. 195, hoje existente. A única coisa que tem que ser modificada nesse artigo, que nós estamos propondo, – por favor, o outro *slide* – seguinte, exatamente ali, está em negrito ali. O que nós estamos ressaltando, Deputado Haully, é mudança do § 1º onde diz: “*Ao empregador da empresa...*” está um pouco longe para eu ver porque eu não enxergo direito... Mas é uma contribuição que sairia sobre a pessoa física e jurídica, apenas modificando no item A, a movimentação financeira, quer dizer, permaneceria todos os outros itens conforme colocado, inclusive dando oportunidade para a Receita Federal depois regulamentar esse artigo. E pegaria toda a sociedade, não simplesmente alguns setores ou outros setores, inclusive eu estou colocando em vermelho até as ONGs, eu acho que deveriam contribuir para o benefício da Previdência. E nós estamos focando na área, única e exclusivamente patronal, porque a área do empregado já está inserida em cima da folha de pagamento, que é exatamente a contribuição dele para a sua aposentadoria. Então essa é a parte básica da nossa modificação.

Com relação a outro assunto que foram levantados, especificamente de que se isso teria reflexo na economia ou não, evidentemente que os reflexos é uma contribuição em função da capacidade de concorrência entre as empresas, evidentemente se eu tenho o menor custo, eu vou diminuir o meu custo para conseguir melhorar a minha *performance* e concorrer melhor no mercado. Ninguém vai, no mercado, tentar manter os custos altos ou fazer com que os seus preços sejam majorados sem melhoraria da possibilidade de concorrer nesse mercado. Inclusive, não só no mercado brasileiro, mas como no mercado internacional, que isso é muito importante. Nós temos que ter competitividade internacional nesse momento.

E questão... Evidentemente o Prof. Marcos Cintra não está aqui e o problema da cumulatividade que foi levantado várias vezes aqui, eu acho que o Prof. Marco Cintra pra estudou o assunto e já comprovou, está comprovando nesse estudo, nessa apresentação dele, que foi um complemento que eu fiz e que foi distribuído para todos, onde ele demonstra que essa cumulatividade se perde depois do terceiro, ou máximo quarto, em termos de imposto gerado na cadeia produtiva. Isso praticamente vira zero, esse trabalho foi distribuído, praticamente vira zero depois da terceira etapa da cumulatividade nas empresas, tanto seja indústrias, seja comércio ou seja serviços.

Essa é uma questão técnica, que eu acho que tem que ser colocada na Mesa, se houver um erro nesses trabalhos técnicos eu acho que tem que ser questionado. O que a gente não gostaria de se receber

simplesmente informação genérica, dizendo: “Não, o imposto é ruim por causa que é regressivo, por causa que é cumulativo”, mas não provar isso. Eu acho que está na hora, Deputado Haully, de que se alguém é contra esse tipo de alternativa, tem que ser provado, tem que se colocado na Mesa de discussão, eu acho que estamos exatamente na Casa onde se discute isso. Então o que poderia ser colocado aqui questionamentos sobre esse estudo feito pela Getúlio Vargas, há dez anos que nós estamos fazendo esse estudo, não é de hoje, infelizmente as informações são... a máxima que nós temos é do último ano de 2006, mas colocar isso na Mesa em discussão é o que mais importa hoje. Se estivermos errados, paciência, mas por enquanto ninguém questionou tecnicamente esse estudo, nem o estudo feito pelo Prof. Marcos Cintra e nem esse estudo feito pela Getúlio Vargas.

Eu acho que se tiver algum erro aqui... Aliás, o Deputado Haully, sempre que nós nos encontramos, ele fala, “Não, o índice não está certo, Luigi, o negócio é muito mais”, e é verdade. Nós estamos levando em conta apenas os 20% de INSS sobre folha de pagamento. Nós estamos agora apresentando quatro alternativas novas, não só os 20% mas também toda a contribuição patronal sobre a folha de pagamento ou sobre o faturamento, inclusive englobando o SIMPLES que teria que ser uma alíquota por volta de 0,8%.

Era isso que eu queria complementar, deputado, eu acho que está claro o nosso posicionamento e agradecer imensamente, novamente, essa oportunidade que está sendo dada pelo Congresso Nacional de colocar na Mesa em discussão uma importante condição de nós diminuirmos a carga tributária sobre o trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Muito obrigado, Luigi Nese. E nós vamos franquear aqui, por perguntas por escrito, a palavra para quem quiser. Mas eu quero fazer algumas considerações. O Prof. Marcos Cintra fez uma exposição que era para ser apresentada por ele aqui, mas não foi. Onde esclarece muitos pontos sobre as transações financeiras no Brasil, a possibilidade de tributação, de substituição sobre as transações financeiras *versus* qualquer outro tipo de tributo. No caso da antiga CPMF com 0,38, no ano de 2008 havia uma estimativa de 10 trilhões e 400 bilhões de reais de transações financeiras. Onde se aplicou 0,38 arrecadou-se 39 bilhões, 531 milhões, ou seja, no PIB daquele ano de 2 trilhões, 889 bilhões, 1,36% do PIB. Então se nós tivermos na projeção das transações financeiras, calculado o dobro de 38 e foi o que eu sempre calculei, 76, você teria 2,70 do PIB para financiar a Previdência Social, para substituir grande parte da contribuição previdenciária patronal. Essa calibragem vai depender

muito do que é que você quer substituir, os 20% da contribuição patronal, os 2,5 do Salário- Educação, o Sistema S, e assim por diante. Então nesta calibragem, ele faz um estudo que está aqui, que eu faço questão de dizer, sobre a questão da cumulatividade, que é a grande pergunta, se ele pôr no estudo do Prof. Marcos Cintra, não o meu, eu também tenho absoluta certeza que há uma distribuição universal da contribuição previdenciária para toda a sociedade. Mas quero lembrar quem é que paga impostos num país? Quem paga impostos são os consumidores finais, os impostos indiretos principalmente. Todo imposto indireto, no caso do Brasil, o ISS Municipal, o ICMS Estadual, o IPI Federal, o PIS, o COFINS, a antiga CPMF, o IOF hoje, que arrecada, este ano, vai arrecadar 20 bilhões, porque no meu cheque especial tem 0,38 de IOF e na maioria das transações do sistema financeiro saiu da CPMF e foi para o IOF, todos esses tributos são tributos indiretos, vão todos para o preço da mercadoria do bem ou do serviço, então mesmo as outras tributações diretas dentro da empresa, elas vão para o preço, na formação dos preços relativos da economia. E ao formar esse preço, quem paga é toda a sociedade.

Por isso que os trabalhos feitos pela Profa. Marielena Zucum(F) do FIPE, São Paulo, e agora recentemente do IPEA, que é um órgão do Governo, os dois trabalhos chegaram no mesmo número, parecidíssimo, algo em torno de 50% do carga tributária para quem ganha até dois salários mínimos e quem ganha acima de 30 salários mínimos paga menos que 26,27%, então quem ganha menos paga mais, por conta da tributação que ela incide totalmente sobre o preço da mercadoria do bem e do serviço.

Então essa questão da cumulatividade, quem paga e quem não paga, quando você vai no supermercado todo mundo está pagando, se eu ganho mais, o meu poder de compra é maior, relativamente eu pago menos, porque eu tenho maior poder aquisitivo de quem ganha dois salários mínimos e quem ganha um salário mínimo. Então o Prof. Marcos Cintra, calculando uma CPMF de 0,61, no arroz em casca com o sistema hoje de 20%, paga 14,21 no preço do arroz em casca. Com a CPMF, 1,85, ele tem todos os produtos básicos aqui. Bebidas, hoje, 14,71 com 20%, com a CPMF, 2,11. Outro produto aqui que podemos pegar, o óleo combustível no sistema de hoje, 12%, na CPMF de 0,61 vai pagar 2,18; tintas, verniz, esmalte 13,5%, com a CPMF, 1,78; gasolina automotiva paga 11,46 com a proposta de 0,61 vai pagar 2,39. E ele fez esse trabalho que está sob discussão, é isso que está em discussão, a CPMF é melhor do que os 20%? Eu não tenho dúvida que é, já estou convencido disso há muitos anos, aliás, eu me convenci da simplificação, até

fiz um estudo chamado "Simplificação Radical", que seria imposto seletivo de dez produtos só para substituir 400 mil do ICMS, CPMF ou IMF para substituir a patronal e imposto de renda, e mantém o impostos da propriedade do jeito que está, você faz um revolução nesse país de competitividade, de legalidade, formalidade, limpa o Poder Judiciário das ações, 50%, 60% das ações do Poder Judiciário serão eliminadas da noite para o dia.

Então o conceito de exportação facilitaria muito, porque nós temos que exportar zero de tributo; zero, e importa com zero de tributo. A questão da cadeia produtiva longa e curta, nós teremos que estudar também, e o ponto central, que é a contribuição previdenciária do empregado, ele age como se fosse um Imposto de Renda, por quê? Porque a Previdência, em qualquer país do mundo, é cálculo atuarial. A atuária é uma modalidade da Previdência. O que é a atuária? O cálculo atuarial? Você faz a contribuição previdenciária, expectativa de vida, acidentes, faz uma fórmula de acordo com a expectativa de vida daquele país, você estabelece a alíquota que vai ter aquele sistema previdenciário, seja ele público ou seja ele do Banco do Brasil, ele vai ter um alíquota determinada.

Então há muita confusão porque o constituinte de 88 criou as contribuições previdenciárias nônicas. O COFINS chamava FINSOCIAL e era de um... Começou com 05, na Constituinte estava um e pouquinho, ele foi... Quando na Assembleia Constituinte os estados e municípios morderam o Imposto de Renda e o IPI em 15%, que era 32 passou para 47, o Imposto de Renda era 32 de IPI passou para 57, a União Federal se vingou nos anos seguintes em todos os governos e atomizou o PIS e o COFINS e criou o Imposto de Renda chamado Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que nada mais é de Imposto de Renda travestido de contribuição para não partilhar com estados e municípios. PIS, COFINS, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, não transfere nem um centavo para os municípios. Então esse monstro foi criado em função de um sistema de partilha que acabou se transformando numa defesa da União Federal que perdeu uma quantidade muito grande de Receita. Então o que nós temos hoje é um Frankenstein que pode ser desmontado e remontar num sistema novo, moderno, eficiente e a transação financeira é peça central dessa nova discussão junto com a seletividade. Os Estados Unidos, o Canadá e a Europa utilizam um imposto seletivo e imposto... Na Europa tem IVA, nos Estados Unidos tem imposto sobre venda final que é o *Sales tax*. Imposto de renda forte na Europa e Imposto de Renda forte nos Estados Unidos. O que é que o Brasil tem? Um imposto de renda fraco e um imposto progressivo muito forte, distor-

civo. Então, nós temos os elementos, agora, sentar e estudar com calma todas as entidades para ver o que é que a gente pode fazer.

Eu quero parabenizar os expositores todos pela iniciativa e por esta oportunidade de debate. Alguém da plateia quer fazer alguma palavra? Ezequiel quer fazer uso da palavra um pouquinho?

DEPUTADO EDSON EZEQUIEL (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Deputado Edson Ezequiel que esteve presente a tarde inteira participando, um estudioso também do sistema tributário, das questões econômicas no nosso País. Agradeço.

DEPUTADO EDSON EZEQUIEL (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Então dito isso, eu transfiro novamente a palavra aos expositores para fazerem os comentários finais de dois minutos cada um, e acredito que cumprimos com a nossa missão de estarmos aqui e na certeza de que esta sessão também é transmitida pela TV Senado e com ampla repercussão em toda a população brasileira.

Roberto, com a palavra inicialmente.

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Só para despedir e agradecer a oportunidade. Na Confederação Nacional do Comércio, onde eu sou consultor, a questão da CPMF foi combatida com o todo rigor, a proposta da contribuição social para a saúde também foi combatida com todo rigor, porque eram propostas objetivas. Aqui, nós estamos no campo das ideias, quer dizer, não há uma proposta formal na Casa, e obviamente que ninguém pode se furtar a um debate dessa natureza, e vamos ver como vai evoluir dentro de um contexto.

A minha observação aqui ou lá fora ou em qualquer lugar, a minha preferência é por uma opção, por uma discussão num modelo, num sentido mais amplo e aí a proposta pode caber ou não. Tenho que concordar com o Deputado Hauly, que o nosso sistema é um sistema caótico, o modelo que ele faz é um modelo que eu já disse a ele, boa parte eu gosto, menos da CPMF, porque todos os exemplos que ele citou de Estados Unidos e Europa e etc. também não tem a CPMF. Então é uma discussão nova dentro de uma circunstância, só queria fazer uma observação, Luigi, naquela lâmina que você coloca, que mexe na Constituição [soa a campainha], me parece que alcançaria também pessoa física e aí também os 8%...

SR. LUIGI NESE: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Fica? Eu fiquei com a impressão que do jeito que estava, da forma que estava redigido--

SR. LUIGI NESE: É pessoa física, toda pessoa física também vai pagar.

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Ah, sim, estou falando, mas não pagaria os 8% de INSS?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Não, não o INSS os 8% ele vai pagar.

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Não, porque do jeito que estava escrito, eu fiquei um pouco na dúvida. As fontes são para empresa, entidades a ela equiparadas e pessoa física, a cobrança se dará sobre: faturamento, renda--

SR. LUIGI NESE: Não, movimentação financeira--

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Aí você tira a folha eu imaginarei que alcançaria os 8%.

SR. LUIGI NESE: Não, mas aquele item lá é só para empregadores, embaixo está para os empregados.

SR. ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA: Tudo bem, obrigado. Eu queria agradecer mais uma vez e dizer que estamos disponíveis para o debate sempre no alto nível, com discordâncias, concordâncias e inovações, melhoramentos, contribuições e isso é o que interessa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Nós é que agradecemos, Roberto Nogueira Ferreira, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

E vamos ouvir o Sr. Paulo Sérgio Sgobbi, Diretor da Área de Tecnologia da Informação da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação a BRASSCOM, por dois minutos, suas considerações finais, Paulo.

SR. PAULO SÉRGIO SGOBBI: Eu queria agradecer também a oportunidade de estar aqui presente nesse debate tão necessário para a sociedade brasileira. A proposta colocada aqui na Mesa, ela é merecedora do debate, ela é, se não tem o título de inovadora, mas ela propicia essa questão de trazer à tona esse debate para um ponto que é a competitividade brasileira, que está calcada no custo da sua mão de obra. Então ela é necessária que a sociedade, essa Casa, já foi dito isso, essa Casa é o espaço propício para isso para que essa discussão seja cada vez mais aprofundada, aperfeiçoada, e do ponto de vista da sociedade eu tenho sem dúvida nenhuma que sairá daqui uma proposta bem madura, bem clara, onde todos os interesses sejam equacionados.

Eu agradeço a oportunidade, Deputado Luiz Carlos, por estar aqui, muito obrigado e boa-tarde a todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): Nós é que agradecemos em nome das comissões que promovem essa Audiência Pública, e vamos ouvir então o nosso Luigi Nese, que é o Presidente da Confederação Nacional de Serviço.

Com a palavra por até dois minutos.

SR. LUIGI NESE: Deputado Hauly, em seu nome eu gostaria de agradecer todos os presidentes das comissões que aprovaram esse seminário, agradecer a nossa equipe que trabalhou intensamente para que esse seminário fosse realizado, aos meus companheiros das federações que estão aqui presentes, sindicatos, representando os trabalhadores, da qual nós temos muita afinidade na discussão desse item, porque eles também veem isso como uma solução para a melhoria da empregabilidade e solução como uma forma de fazer com que as discussões na área, especialmente na área judicial, diminuam com essa proposta.

Deputado, nós gostaríamos que essa questão fosse agora feita com que toda comunidade fosse discutida esse assunto e quem sabe um projeto de lei que pudesse implementar essa nossa proposta como definitiva. Quem sabe o senhor pode ser um fator inicial de fazer uma proposta nesse sentido, para que possamos discutir isso no Congresso e colocar isso em discussão no Congresso e junto às autoridades da área federal, principalmente, da qual nós temos um bom relacionamento e temos apresentado essa proposta e muito são simpáticos, haja vista que o próprio Ministro Pimentel falou a respeito desse assunto e vê com simpatia essa alternativa. O que nós temos é que calibrar as alíquotas e calibrar o processo de implementação disso.

Muito obrigado a todos, mais uma vez, e agradecemos com o coração essa possibilidade da estar aqui discutindo esse assunto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PA): O nosso agradecimento pela provocação, pelo estímulo em nome das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, a mesma Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, também a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público, Comissão de Finanças e Tributação. Todas elas se uniram hoje numa Audiência Pública para demonstrar a importância do tema. Há um caminho, o caminho da simplificação, diminuição da burocracia para fazer com que haja mais emprego nas empresas, empregos formais, legais, para que a economia brasileira cresça,

é a simplificação tributária. Com essa simplificação, com essa realocação de carga nós podemos garantir a arrecadação da Previdência Social no Brasil para financiar os aposentados e pensionistas do sistema público nacional, recursos para a saúde, recursos para a assistência social e manter a arrecadação, e gerar empregos e receitas. Com simplificação, com a proposta da utilização desta ferramenta que é uma jabuticaba que só tem no Brasil, nós experimentamos em alguns outros países, que é uma tributação das transações financeiras.

O mundo está discutindo agora, se faz uma tributação internacional sobre as transações financeiras para resolver o problema da miséria, da pobreza e da violência no mundo, do combate ao terrorismo, narcoterrorismo, mas principalmente a pobreza chamada taxa [ininteligível].

Então essa é a discussão que tanto o Montoro defendeu isso quando ele era senador e deputado, e hoje está sendo lançado um livro em memória ao André Franco Montoro, que foi governador de São Paulo. Então, nesse sentido, eu tenho... Na minha PEC quando eu absorvi em 2001 para 2002 a ideia do Marcos Cintra, porque eram três cabeças duras nessa Casa: o Marcos Cintra, o Luiz Roberto Ponte e o Hauly. Eu com o modelo clássico europeu, o Cintra com o imposto único e o Ponte com o imposto seletivo. E se nós tivéssemos nos encontrado e feito uma proposta única... Cada um queria provar que o seu modelo era melhor do que outro, finalmente os três estão... Nós três... Eu resolvi, em homenagem, fazer uma PEC juntando as três propostas: a do Marcos Cintra, a do Luiz Roberto Ponte e o modelo clássico europeu, um pouco do americano. Então nós teríamos uma proposta completa. Fracionada, para ficar mais fácil a discussão, nós podemos apresentar uma PEC, uma Proposta de Emenda Constitucional, porque um projeto de lei, o Virgílio Guimarães vai apresentar, ele está baseado na não-cumulatividade, nós temos... Nessa linha que vocês estão defendendo, nós podemos apresentar uma PEC e esta proposta de Emenda Constitucional simultânea no Senado e na Câmara com o mesmo teor, com a mesma exposição de motivo. Com o mesmo teor.

[palmas]

E assim defendemos a tese e caminhamos para o encerramento da nossa Audiência Pública, acredito que quase quatro horas de debate com grande sucesso de conscientização do seminário, desculpe, do seminário, desse seminário que foi realizado aqui no Senado da República e agradecemos a equipe toda técnica e todos os assessores dessa comissão que deu apoio.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2009.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia nove de dezembro de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Demóstenes Torres, José Agripino e Efraim Moraes. Justifica a ausência o Senhor Senador Roberto Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Altera dispositivos da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para arrecadar e aplicar sanções administrativas.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para prever penalidades a quem contratar espaço publicitário em emissoras de radiodifusão que operem ilegalmente.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Determina aos Poderes da União a divulgação na internet de informações que permitam à sociedade saber como estão sendo empregados os recursos dos contribuintes e dá outras providências.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 837, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão

de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japurá, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 826, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Central de Organizações Populares de Contenda – PR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contenda, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Beneficente Educativa e Cultural de Amparo à Saúde Antônio Constâncio da Silva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colônia do Gurguêia, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grajaú, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social Filantrópico Vida Abundante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Falcão, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10:**

Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária da Cidade de Luzerna – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 701, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário de Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Fátima Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 729, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Pró– Desenvolvimento Roca Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 741, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Majorense de Rádio Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Gercino, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 662, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de Dentro, Estado da Paraíba.” O relator desig-

nado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 708, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Solidariedade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Branca, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 827, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integrada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 706, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Cocos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocos, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 707, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária de Santanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santanópolis, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Vale do Rio Ourives para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ituaçu, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 785, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa

Fé de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 811, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de Papagaio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Papagaio, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 834, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró – FUNDEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Badaró, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 759, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esplanada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 739, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Leme do Prado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leme do Prado, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 770, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à

Associação Cultural Comunitária New Life para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 821, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Folião João de Lázaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Acir Gurgacz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacajá, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Acir Gurgacz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 851, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Divino Pai Eterno para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taipas do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Acir Gurgacz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pássaro da Ilha FM S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Popular Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 585, de 2009**, de caráter ter-

minativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação para a Comunicação em Maripá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maripá de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí – MS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquiraí, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Auto Cap – Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Normandia, Estado de Roraima.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Auto Cap – Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Baliza, Estado de Roraima.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Antonio Carlos Junior, Sérgio Zambiasi, Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que “Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá ou-

tras providências.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o parecer favorável, com as emendas nº 05, 06, 07 e 08-CCT é aprovado. **Extra-Pauta Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 742, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa e Cultural de Radiodifusão Comunitária Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 756, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Jaguarão – FM 104 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Palmitinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 783, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Maçambará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maçambará, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 784, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiúna, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 877, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária “A Voz de Manaquiri” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaquiri, Estado do Amazonas.” O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Conquista de Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carauari, Estado do Amazonas.” O relator designado é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 901, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 11: Requerimento nº. 52, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que requer “..., nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão, para discutir as perspectivas das Rádios AM no Brasil. Para tanto apresento a sugestão dos seguintes participantes: Ministro de Estado das Comunicações; Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Radiodifusão – ABERT; Presidente da Associação de Empresas de Radiodifusão de São Paulo – AESP; Presidente da Associação Gaúcha de Rádio e Televisão – AGERT; e Presidente da Associação Paraense de Emissoras de Rádio e Televisão – APERT-PA.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**,

lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 09 de dezembro de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. A Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Dando prosseguimento a essa reunião, quero fazer o registro do ofício que foi encaminhado à Comissão de Ciência e Tecnologia pelo Senador Roberto Cavalcanti com o seguinte teor: “*Sr. Presidente, dirijo-me à V. Exa. para justificar a minha ausência nos trabalhos da comissão amanhã, 09 de dezembro do corrente, quando estarei em missão política, conforme requerimento em anexo*”. Justificada então a ausência do Senador Roberto Cavalcanti na sessão de hoje da CCT.

Vamos aos itens da Pauta. O Item nº. 1, terminativo. Tem como relator o Senador Eduardo Azeredo, ele está a caminho da comissão, vamos passar ao Item 2 enquanto o Senador Azeredo chega à comissão.

Item 2, Não Terminativo. Projeto de Lei Senado nº. 468, de 2009, “*Altera a Lei nº. 4.127, de 27 de agosto de 1962, Código Brasileiro de Telecomunicações, para prever penalidades a quem contratar espaço publicitário em emissora de rádio de difusão que opere ilegalmente*”. Autoria, Senador Flexa Ribeiro. Relatoria, Senador Roberto Cavalcanti. Parecer favorável. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Como o Senador Roberto Cavalcanti está impossibilitado de comparecer hoje à reunião, eu vou pedir ao Senador Wellington Salgado que faça a leitura do parecer favorável do Senador Roberto Cavalcanti como relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado. **SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Senador Flexa Ribeiro, antes de

ler o meu voto eu queria parabenizar V. Exa. pela autoria desse projeto, é realmente um projeto que a maneira como ele foi constituído vai tornar criminoso aquele que anunciar também em rádio que opere ilegalmente, eu acho isso importantíssimo, foi de uma sensibilidade incrível. Então V. Exa. está de parabéns, porque já que as agências e também o Ministério não cumpre a sua função de fechar esses rádios, muitas vezes é muito difícil de fechar essas rádios, porque se encontram em local onde tem o poder do tráfico, alguma coisa nesse sentido, e V. Exa. cria um projeto daqueles que anunciarem nessas rádios serão punidos.

Então vou pegar pontos importantes desse relatório do meu querido amigo Roberto Cavalcanti, que eu passo a relatar *ad hoc*.

Sobre o relatório. *“A proposição sugere o acréscimo de um § 2º ao art. 70 da Lei nº. 4.117, de 27 de agosto de 62, que passaria a vigorar com a seguinte redação: Constitui crime punível com a pena de detenção de um a dois anos aumentada da metade de houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações sem observância do disposto nessa lei e nos regulamentos. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo, será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegal.*

§ 2º – Incorre na mesma pena quem, direta ou indiretamente, concorrer para o crime previsto no caput, inclusive mediante contratação de publicidade.

Após exame nesta Comissão, o PLS nº. 468, de 2009, será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Por fim, registre-se a ausência de emendas à proposição no prazo regimental”.

Isso, Senador Flexa Ribeiro, assim que V. Exa... Isso é importante também, que eu não sei se V. Exa. quando autor do projeto, entende que vai alcançar também aquelas famosas TVs Piratas, aquela do TV a cabo pirata, eu acho que também atinge, porque é telecomunicações. Rádio difusão. Porque realmente poderia aumentar um pouco e pegar também aquelas TVs a cabo que o chamado “gato a NET”, poderia pegar também com esse projeto de V. Exa.. *“Mas diante do exposto por razões expostas o entendimento é pela aprovação do projeto”.*

Esse é o Voto do Senador Roberto Cavalcanti que eu li nesse momento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu solicitaria a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº. 81 do Senado, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior solicita que seja incluído extrapauta o Projeto de Lei do Senado nº. 81, de 2008, que *“Dispõe sobre a comercialização e uso de óleo de origem vegetal como combustível para trator e colheitadeiras de veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamento automotor utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários bem como no transporte rodoviário, ferroviário, hidroviários de insumos e produtos agropecuários em geral e dá outras providências”.* Em discussão a solicitação do Senador Antonio Carlos Júnior para inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senado nº. 81. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Presidente. Eu gostaria de pedir vistas desse projeto de autoria de V. Exa. para na semana que vem, eu estou vendo o projeto agora e queria tentar aperfeiçoá-lo. Se V. Exa. me conceder vista, eu ficaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Crivella, semana que vem nós vamos ter a última... Não há... pedido de vista é regimental, vou atender a V. Exa., mas só para que a gente possa ter uma economia processual, na próxima semana nós vamos ter uma audiência pública com o Ministro das telecomunicações, Senador Hélio Costa, que vai vir até aqui para fazer uma exposição do seu--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ele é terminativo na CCJ, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso que eu ia lhe informar. Então ele pode ser enriquecido, inclusive, eu ia sugerir ao Senador Wellington Salgado que gostaria de ampliar o projeto, ao invés de ser só para rádio, para também televisão que esteja no ar ilegalmente. Então, como ele vai a CCJ terminativamente lá V. Exas. poderão inclusive relatar o projeto e fazer os enriquecimentos e as correções que precisem ser feitas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De acordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa., só para que possamos fazer o projeto caminhar, se fosse terminativo V. Exa. teria toda razão em pedir vistas agora.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado 468, teve como relator *ad hoc* o Senador Wellington Salgado. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado. O projeto será encaminhado à CCJ em decisão terminativa.

Item 3, não terminativo. Projeto de Lei do Senado 474, de 2009, *“Determina aos Poderes da União a divulgação na internet de informações que permitam à sociedade saber como estão sendo empregados os recursos dos contribuintes e dá outras providências”*. Aatoria, Senador Raimundo Colombo. Relatoria, Senador Gerson Camata. Parecer é favorável, a matéria também é terminativa na CCJ.

Então, Senador Gerson Camata não está presente, vou solicitar ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura do parecer favorável do Senador Gerson Camata como relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Bom, a CCJ vai analisar esse projeto em relação à constitucionalidade, mas é competência dessa comissão examinar o mérito. *“A Constituição Federal elenca entre os princípios a serem obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados ou Distrito Federal e dos municípios a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37). Especificamente com relação ao princípio da publicidade, o § 1º do mesmo dispositivo estabelece que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.*

Em que pese a importância desses preceitos constitucionais, a matéria carece, ainda, de regulação legislativa. Hoje, mesmo os princípios gerais a esse respeito encontram-se dispostos apenas em decreto presidencial: o Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, do Presidente da República.

Em nosso entendimento, cabe ao Congresso Nacional contribuir para que a publicidade dos órgãos públicos cumpra o mandamento constitucional respectivo, em homenagem a todo o complexo de princípios que a Constituição nos manda respeitar e fazer respeitar.

Na avaliação do mérito da proposta, devemos registrar que as medidas empreendidas são de grande valor. Ao estabelecer diretrizes, restrições e sanções aos desmandos e desvios nessa área sensível, a iniciativa, no caso de sua aprovação, incentivará uma cultura de transparência baseada na tecnologia da internet, possibilitará o controle social da gestão pública e assegurará as condições de efetivação do princípio da publicidade dos atos administrativos.

Observe-se que o projeto encontra respaldo, também, no inciso XXXIII do art. 5º de nossa Carta Magna, que reconhece o direito de qualquer cidadão

de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Por derradeiro, não podemos deixar de mencionar o incomensurável potencial da internet como meio de comunicação e de interação entre o cidadão e os governantes. Segundo entendemos, a ampliação do acesso à informação dá origem a um fenômeno de autoalimentação. Quanto mais informação é disponibilizada para a sociedade, mais cresce a demanda por informação adicional, mais competentes são as contribuições vindas de fora do Estado e mais informação e de melhor qualidade o governante tem à disposição para decidir.

Com efeito, a internet tornou-se um ambiente virtual colaborativo, de conhecimento e de acesso a informações, que pode contribuir sobremaneira para a transformação do Estado.

Pelas razões expostas, é reconhecido o mérito na iniciativa, somos de parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 474, de 2009”.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Em discussão o parecer do Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº. 474 que teve como relator *ad hoc* Senador Antonio Carlos Júnior. Esse projeto de autoria do Senador Raimundo Colombo é da maior importância, ele prevê a divulgação na internet de informações que permitam à sociedade saber como estão sendo empregados os recursos dos contribuintes e dá outras providências. Quanto maior transparência na aplicação dos recursos públicos pelos entes federados, pelos gestores, maior acompanhamento pela sociedade terá o uso desses recursos de forma correta. Então, o parecer é favorável e o projeto está em discussão.

Para discutir Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, nessa área da transparência todo excesso é bem-vindo, porque nós temos um instrumento eficaz no combate à prática do ato ilícito e especialmente no combate à impunidade, que é transparência. Os meios tecnológicos que nós temos hoje à disposição da sociedade, especialmente a internet, todos os serviços decorrentes da internet, são muito benéficos para nós quando bem utilizados. A internet pode ter utilização inadequada e muitas vezes é utilizada de forma inadequada, tanto é que esta Comissão já aprovou lei de crime na internet, mas ela traz muitos benefícios e a possibilidade sempre de nós estarmos informando a sociedade da execução orçamentária, de todos os atos de administração pública é um meio importante,

nós mesmo aqui no Senado já adotamos, eu tenho a honra de ter sido um dos proponentes dessa ação, foi o Portal transparência do Senado, hoje nós temos toda a execução orçamentária do Senado lançado no Portal Transparência temos todos os cargos do Senado, dos senadores, isso é importante para que a sociedade possa acompanhar. E a partir da hora que você coloca para a população conhecer, para as instituições conhecerem, aquele bate-boca decorrente da falta de informação acaba e nós conseguimos ajustar a coisas.

Então, voto favoravelmente à matéria, na semana passada nós fizemos um seminário sobre rede de controle, de fiscalização e controle do Legislativo envolvendo aí o Senado, a Assembleia Legislativa e as Câmaras de Vereadores, nós temos agora a lei de transparência que até dia 27 de maio todos os órgãos públicos terão que lançar, ter o seu Portal Transparência já é uma lei do ex-Senador Capiberibe lá do Amapá. Então, nós já temos instrumentos e novos instrumentos nunca é demais para que a gente possa de fato ter uma prática da administração pública brasileira de dar a condição da sociedade de controlar os gastos da administração pública para que possamos fazer frente às mazelas que ainda acontecem na administração pública. E lembrando que hoje é o dia mundial de combate à corrupção. Então, aprovar esse projeto também é simbólico porque significa nós estarmos também homenageando um dia importante para que nós possamos avançar no controle do gasto do dinheiro público.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, Senador Renato Casagrande. E V. Exa., que preside com competência a Comissão de Meio Ambiente Fiscalização e Controle, tem muito mais razão para poder defender um projeto como este, este é um projeto que vem trazer à sociedade essa oportunidade de acompanhar. Eu espero que no futuro nós possamos ter essas informações em tempo real, através de um software que seja disponibilizado pela União para todos os entes federados, qualquer movimentação financeira de gasto público seja automaticamente lançado em tempo real para a sociedade acompanhar. Então, ela vai saber quem está recebendo, quem está recolhendo, inclusive, saber quais são os contribuintes que estão fazendo os recolhimentos, seja de Imposto de Renda, seja de ICMS nos estados, ISS nas prefeituras, quer dizer, esses tributos que a sociedade contribui para que os governos retornem em serviço, tem e devem sem acompanhados com transparência total pela população.

Quero parabenizá-lo pela proposta que V. Exa. fez já e que já está em uso no Senado, a transparência do Senado, e os outros órgãos também deverão acompanhar esse processo, que é um processo que não tem volta, é um processo que não volta, daqui é para que haja realmente a transparência absoluta em todas as ações de todos os níveis de governo.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Senadores que concordam com o parecer favorável, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado em decisão terminativa à CCJ.

Item extrapauta. Projeto de Lei do Senado nº. 81, de 2008. *“Dispõe sobre a comercialização e uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículo geradores de energia, motores, máquinas e equipamento automotores, utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral e dá outras providências”*. Autoria, Senador Gilberto Goellner. Relatoria, Senador Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra para proferir o seu parecer, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a análise dos aspectos referentes à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa está a cargo da Comissão de Serviços de Infraestrutura onde o projeto será apreciado terminativamente. Já houve Audiência Pública conjunta da CRA e da CI em 18 de junho de 2009.

“Quanto ao mérito, é importante lembrar experiências anteriores. Em 1975, foi criado o Plano de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos, PROÓLEO. Entre outros objetivos, o Programa pretendia substituir óleo diesel por óleos vegetais de soja, amendoim, colza e girassol em mistura de até 30% em volume, incentivar a pesquisa tecnológica para promover a produção de óleos vegetais, nas diferentes regiões do país, até buscar a total substituição do óleo diesel por óleos vegetais.

Todavia, em face da estabilização dos preços do petróleo, do funcionamento do PROÁLCOOL e do alto custo da produção e esmagamento dos grãos, o programa não chegou a ser implementado.

Outras iniciativas, como o PRODIESEL em 1980... Em 1991, o Presidente Fernando Collor lançou o Projeto Dendiesel, a partir de experiências da Embrapa Instituto Nacional de Tecnologia, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, realizadas desde a década de 70.

Em dezembro de 2004, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Este combustível foi efetivamente introduzido na matriz energética brasileira a partir da Lei nº 11.097, de janeiro de 2005, que também alterou a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, o monopólio do petróleo e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

A criação do PNPB é louvável, como alternativa para reduzir o impacto ambiental decorrente do uso do diesel e incentivar a produção de culturas oleaginosas. Entretanto, é fato que já existem tecnologias que permitem a utilização eficaz de óleo vegetal refinado diretamente como combustível, sem sua transformação em biodiesel. Além disso, o custo de transformação do óleo vegetal in natura em biodiesel é de R\$ 0,40 por litro, o que encarece esse combustível. Os palestrantes relataram ainda diversas experiências bem sucedidas em países desenvolvidos. Não obstante, não há legislação que regule a utilização do óleo vegetal refinado como combustível, e é aí que reside a importância do PLS 81, de 2008. O Brasil tem enorme potencial de produção de óleos vegetais, a partir de diversas fontes, com destaque para a soja, dendê, girassol, canola, pinhão-mansão, caroço de algodão e mamona. Mas também é possível citar palmiste, babaçu, amendoim, tucumã, pequi, sementes de gergelim, e outros vegetais.

Consideramos convenientes modificações adicionais na proposição, que apresentamos a seguir.

Propomos, inicialmente, a mudança do termo 'óleo vegetal in natura' para 'óleo vegetal refinado', visto que este é o produto que deve ser utilizado como combustível.

O custo do diesel é mais elevado, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste, e no meio rural. O uso do óleo vegetal refinado como combustível nas atividades relacionadas à produção agropecuária e florestal reduziria os custos de produção destas atividades, com benefícios para toda a cadeia produtiva e para os consumidores. Neste aspecto propomos uma mudança de redação no art. 1º.

Da mesma forma, o uso do óleo vegetal refinado como combustível nas frotas de transporte público coletivo urbano reduziria a pressão por aumentos no custo das passagens, devido aos recorrentes aumentos nos preços do diesel, mas, sobretudo, reduziria a elevada emissão de poluentes que tanto afligem as grandes cidades do país. Propomos a inclusão de emenda modificativa do art. 1º do projeto, conferindo esta finalidade adicional do óleo vegetal refinado.

Destaque-se que a restrição do uso de óleo vegetal refinado como combustível para as atividades relacionadas à produção agropecuária e florestal e para o transporte público coletivo urbano tem o objetivo de garantir que não haja desabastecimento, tanto do mercado de óleo como alimento quanto do mercado de óleo como combustível.

Outra alteração proposta é a inclusão de parágrafo no art. 1º que obrigue a utilização de dispositivos que permitam o funcionamento adequado dos motores diesel com o óleo vegetal refinado, mediante regulamentação dos órgãos competentes. O art. 2º tem a sua redação também alterada, para atender ao novo termo empregado: óleo vegetal refinado.

Em acordo ainda com as emendas propostas pela CRA, tendo em vista o aprimoramento da técnica legislativa, propomos a exclusão do art. 4º do PLS nº. 81, de 2008".

Pelas razões acima expostas, somos favoráveis à aprovação parcial do Projeto de Lei nº 81 do Senado, com apresentação de quatro emendas que estão aqui no parecer. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Antonio Carlos Júnior e coloco em discussão o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado 81 de autoria do Senador Gilberto Goellner que trata do uso de óleo de origem vegetal como combustível para equipamentos e também para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário. É um projeto importante, já que há um programa do Governo para a substituição do petróleo como combustível por óleo vegetal, e nós temos o Projeto Biodiesel, que é uma mistura do óleo vegetal com óleo diesel. E o Senador Gilberto Goellner propõe o uso puro do óleo vegetal como combustível, óleo refinado como combustível.

Em discussão o projeto de parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o projeto com as emendas propostas pelo Senador Antonio Carlos Júnior, o projeto será encaminhado à Comissão de Infraestrutura em decisão terminativa.

Retornemos ao Item 1 da Pauta, com a presença do Senador Eduardo Azeredo. Teve um compromisso pela manhã e só chegou agora à Comissão de Ciência e Tecnologia, vamos retornar para que ele possa relatar o Item 1.

Terminativo na CCT. Projeto de Lei do Senado nº. 297 de 2007, "Altera dispositivo da Lei nº. 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, para arrecadar e aplicar sanções administrativas. Autoria do projeto, Senador Renato Casagrande". Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. O relatório é pela rejeição da matéria, ele foi lido na reunião do dia 02 de dezembro

passado, foi concedido vista coletiva, o parecer é de conhecimento de todos os Srs. Senadores pela rejeição, eu retorno a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, ver se quer complementar algo sobre seu parecer e depois, como não houve nenhuma manifestação dos senadores que solicitaram vista coletiva, estou sendo informado agora pela secretaria que encontra-se sobre a Mesa um voto, um relatório, um voto em separado do Senador Wellington Salgado.

Então, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo se quiser complementar algo sobre seu parecer e depois ao Senador Wellington Salgado sobre o seu voto em separado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, na verdade o Voto contrário é em função de informações da própria agência de que essa não seria uma função da sua alçada, o Senador Wellington apresenta um voto em separado no sentido da aprovação. Eu acredito que o melhor nesse caso é que nós retiremos de pauta então, para podermos discutir essa alternativa, já que a minha rejeição é simplesmente por informações técnicas, não há nenhum motivo do ponto de vista de mérito maior, é só que a informação da própria consultoria do Senado é que nesse caso não se aplicaria o que é proposto pelo Senador Renato Casagrande.

Então, eu acredito que nós podíamos retirar de pauta para podermos discutir nós três. Se estiver de acordo, Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, concorda com a retirada de pauta do projeto?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Isso é perfeitamente democrático, ainda mais que o Senador Azeredo é do meu estado, já conversei inclusive com o autor de projeto antes de colocar em votação, acho que tem que existir esse diálogo, essa franqueza, essa abertura ética aí. Para mim está compatível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, naturalmente o relator está fazendo o pedido, concordo plenamente. Depois que o senhor encerrar esse tema, queria pedir pela ordem para comentar o projeto anterior, que eu estava [ininteligível], queria fazer um comentário sobre o projeto anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Pois não. Acho sensato, Senador Eduardo Azeredo, eu antes de iniciar essa reunião, estava conversando com a consultoria do Senado, existe realmente posições díspares em relação ao mérito do projeto.

Então, com a sua solicitação de retirada de pauta vai propiciar que o autor, Senador Renato Casagrande, V. Exa. como relator, relator Wellington Salgado, como autor de um voto em separado, possam conversar com a consultoria e na próxima sessão então, nós chegarmos a colocar o projeto realmente em discussão com o conhecimento de causa de todos os senadores.

Retirado de Pauta o Item nº. 1. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Só fazer um comentário do projeto passado, Senador Antonio Carlos Júnior fez sobre o óleo combustível, sobre o óleo vegetal refinado utilizado como combustível. Nós estamos na semana que teve início a conferência das partes em Copenhague e todo o tipo de energia renovável, o que nós pudermos incentivar, regulamentar, estudarmos, pesquisarmos, ela é necessária.

Eu disse no Plenário do Senado ontem que a era da pedra lascada terminou não foi porque terminou a pedra, não, porque acabou a pedra, não. Terminou porque a sociedade viabilizou outros mecanismos de sobrevivência e outras formas de viver. Nós temos como base hoje da energia no mundo o combustível fóssil, carvão mineral e o petróleo nós não precisamos por fim a esses combustíveis fósseis para a gente poder ter outros combustíveis que possam ser utilizados pela sociedade. Então, eu faço aqui o meu registro de aprovação à matéria e da importância da matéria, parabenizando o Senador Antônio Carlos Magalhães pelo seu relatório. O projeto é de quem?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):

Senador Gilberto Goellner.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Senador Gilberto Goellner também, pela iniciativa de apresentar o projeto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa., Senador Renato Casagrande, como Presidente de Comissão de Meio Ambiente tem se colocado, como todos nós, sempre à disposição e sempre de uma forma pró-ativa para que consigamos levar a bom termo aquilo que se diz de desenvolvimento sustentável, ou seja, que o país possa avançar, mas sem agredir o meio ambiente. Então, essa é o que todos nós buscamos, principalmente na região que eu represento, o estado que eu represento, o Estado do Pará, que é a Região Amazônica, que precisa muito de inovação, de pesquisa e desenvolvimento para que possamos fazer o desenvolvimento daquela região sem agressão à natureza. Nós estamos, como V. Exa. diz, na semana em que se discute em Copenhague a questão do aquecimento global, e isso é um ponto fundamental, quanto menos emissões de gases de efeitos estufa se faça, melhor vamos contribuir para

que o planeta tenha uma condição de melhor qualidade de vida. E esse projeto vem ao encontro desse interesse, ou seja, substituir os combustíveis fósseis por combustível oriundo de óleo vegetal inclusive que são renováveis, porque a natureza, a mãe natureza, está sempre produzindo as amêndoas para que possam ser extraídos esses óleos.

Vamos agora aos Itens de 4 a 36, que são projetos de decreto legislativo para concessão, outorga de rádios e vamos fazer a leitura dos pareceres e ao final faremos a discussão e a aprovação dos pareceres em bloco.

Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, eu peço só para incluir extrapauta uma também que está entregue à Mesa aí, para uma rádio, Conceição do Pará, Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qual é o item, Senador Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É extrapauta. Outorga permissão a Márcio Freitas Comunicação Ltda. na Cidade de Conceição do Pará Minas Gerais, radiodifusão sonora em frequência modulada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloco em discussão a solicitação do Senador Azeredo para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº. 901, de 2009, aprova o ato que outorga a permissão a Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta.

Itens 5 e 6 relatoria do Senador Flávio Arns. Item 5, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 765, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Japurá para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Apurá, Estado do Paraná.

Item 6, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 826, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização à Central de Organizações Populares de Contenda, Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Contenda, Estado do Paraná.

Com a palavra o Senador Flávio Arns para a leitura dos pareceres.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Os pareceres, Sr. Presidente, dos itens lidos, de números 5 e 6, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Item 7 e 8, 9 relatoria

do nosso vice-Presidente Senador Lobão Filho, nosso querido Edinho. Item 7--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que paixão, hein?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É carinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terminativo. É carinho, meu amigo, é carinho por ele e pelo seu genitor, nosso colega, Ministro das Minas e Energia Senador Lobão, que faz um excelente trabalho no Ministério e vai vir qualquer dia desses para que a gente possa discutir, não aqui, mas na Comissão de Infraestrutura o novo código de mineração, que tem interesse ao Pará e Minas Gerais e Espírito Santo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E V. Exa. tomou conhecimento do projeto que eu dei entrada, criando royalties sobre minério? Falei inclusive no nome de V. Exa. do seu estado no dia que eu li, V. Exa. estava trabalhando pelo PSDB não estava presente nesse dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., isso é interesse de todos os estados mineradores. E como nós sabemos que o Ministro Lobão a nível de... O Governo, através do Ministério Minas e Energia, está estudando uma nova legislação sobre o código mineral, eu apresentei o requerimento na Comissão de Infraestrutura para que possamos convidar o Ministro Lobão para que, antecipadamente, tomemos conhecimento e possamos discutir esse novo código de mineração, que é de maior interesse para o Brasil e em especial para os estados mineradores. Então, teremos com certeza absoluta, tão logo retornemos do recesso, a presença de nosso Senador Edson Lobão aqui conosco.

Item 7 terminativo. Projeto de Decreto... Por sinal domingo foi aniversário do Ministro e Senador Edson Lobão, Senador Wellington Salgado, V. Exa... Ele disse ao Edinho que V. Exa. não tinha telefonado para parabenizá-lo. Ele fez o registro da ausência da sua ligação para abraçá-lo, o que todos nós fizemos em conjunto aqui na comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na semana passada?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi domingo o aniversário do Ministro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Do Ministro Lobão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Ministro Lobão. Foi sábado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Foi dia 05.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com certeza V. Exa. irá almoçar com o Ministro Lobão hoje, dei atrasado, mas porém avisa que eu estava pensando nele.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Farei com prazer. Não sei como V. Exa. estava pensando nele, mas ainda assim transmitirei o recado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pensando como o melhor Ministro desse Governo. Segundo melhor, empatado junto com o Hélio Costa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Olha o ato falho do Senador Wellington Salgado. Ele fica... Senador Wellington Salgado, o Ministro Hélio Costa, Ministro Lobão Filho estão todos os dois como excelentes ministros, não faça juízo de valor, porque os dois estão no mesmo patamar como excelentes Ministros desse Governo.

Transmita ao Senador Edson Lobão os cumprimentos de todos os Senadores da CCT pelo seu aniversário.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Assim o farei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 7, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 441, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Beneficente Educativa e Cultural de Amparo à Saúde de Antônio Constâncio da Silva para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Colônia do Gurguéia, Estado do Piauí.

Item 8, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 621, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Grajaú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grajaú, Estado do Maranhão.

Item 9, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 746, de 2009, aprova o ato que outorga autorização a Centro Social Filantrópico Vida Abundante, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Falcão, Estado do Maranhão.

Senador Lobão Filho para proferir os seus pareceres.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº. 441, de 2009, que aprova o ato que outorga a autorização Fundação Beneficente Educativa e Cultural de Amparo à Saúde Antônio Constâncio da Silva para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colônia do Gurguéia, Estado do Piauí. O Voto é pela aprovação, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS.

O Item nº. 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Grajaú,

para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grajaú, Estado do Maranhão. O voto também, tendo em vista o exame da documentação, é pela aprovação do projeto.

E, finalmente, o Item nº. 9, Projeto de Decreto Legislativo nº. 746, que aprova o ato que outorga a autorização a Centro Social Filantrópico Vida Abundante, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Fernando Falcão, Estado do Maranhão. O voto é pela aprovação, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS.

Portanto, esses são os relatórios, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho. E vamos aos Itens 10, 11, 12, 13, 14 relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu já aproveito para solicitar inclusão extrapauta, Presidente, de mais alguns itens: Projeto PDL 742, de 2009, da Associação Educativa e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Vila Nova; PDL 756, Rádio Comunitária de Jaguarão; PDL 761, de 2009, Associação Rádio Comunitária Palmitinhense, de Palmitinho, Rio Grande do Sul; PDL 764, de 2009, Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal; PDL 783 Associação de Difusão Comunitária de Maçambará e PDL 784, de 2009, Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu solicito a inclusão extrapauta das seguintes matérias: o PDS 877, de 2009, que era o 1.685, de 2009, da Câmara dos Deputados, relativo à autorização de uma rádio Associação de Radiodifusão Comunitária A Voz de Manaquiri e o PDS 894, de 2009, que era o 1.789, de 2009, da Câmara, que se refere à Associação Conquista da Cultura, ou seja, Radiodifusão Comunitária para a Cidade de Carauari, ambos os municípios do Estado do Amazonas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, coloco em discussão as solicitações de inclusão extrapauta dos Senadores Sérgio Zambiasi e Arthur Virgílio. Senador Sérgio Zambiasi solicita a inclusão extrapauta do PDS 742, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Educativa e Cultural de Radiodifusão Comunitária Vila Nova,

para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

PDS 756, de 2009, que aprova o ato que outorga a autorização à Rádio Comunitária Jaguarão FM-104, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.

PDS 761, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Rádio Comunitária Palmitinhense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Palmitinho, Estado do Rio Grande do Sul.

PDS 764, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Crissiumal para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.

PDS nº. 783, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Maçambará, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Maçambará, Estado do Rio Grande do Sul.

PDS nº. 784, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Apiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Apiúna, Estado de Santa Catarina.

E os itens solicitados pelo Senador Arthur Virgílio extrapauta: o PDS 877, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária A Voz de Manaquiri para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Manaquiri no Estado do Amazonas, e o PDS 894, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Conquista de Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Carauari, Estado do Amazonas.

Em discussão a inclusão dos itens agora lidos. Os senadores... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta.

Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, eu tenho agora um requerimento para ser votado na CDH sobre aquele projeto polêmico da homofobia e eu queria saber se V. Exa. poderia me permitir inverter a pauta e fazer o relatório das rádios que eu sou relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem sombra de dúvida. Eu já tinha anunciado o Senador Sérgio Zambiasi, se o Senador Sérgio Zambiasi concordar com V. Exa...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com muito prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, coloco em discussão a solicitação do Senador Marcelo Crivella para inversão de pauta, para que possamos apreciar os itens 24 e 25, que é de sua relatoria, haja vista que ele tem um compromisso em outra Comissão. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 24 e 25, relatoria Senador Marcelo Crivella.

Item 24, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 759, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.

Item 25, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 762, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Esplanada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella para a leitura dos pareceres.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

“Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 759, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados”.

A mesma coisa, Sr. Presidente, com relação à Associação Comunitária Esplanada de Radiodifusão da linda cidade de São José do Rio Preto no Estado de São Paulo.

Esses são os Votos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado Senador Marcelo Crivella, retornamos agora ao Senador Sérgio Zambiasi, que fará a leitura dos pareceres dos itens que estavam em pauta, e os que foram incluídos extrapauta também.

O Item 10, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 674, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária da cidade de Luzerna, Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina.

Item 11, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 701, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário de Paraíso para executar servi-

ção de radiodifusão comunitária na Cidade de Paraíso, Estado de Santa Catarina.

Item 12, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 725, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Fátima Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 13, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 729, de 2009, aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural e Comunitária Pró-Desenvolvimento Roca Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 14, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Majorense de Rádio Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Major Gercino, Estado de Santa Catarina.

Itens extrapauta. Item 2 extrapauta PDS 742, de 2009; o Item 3 PDS 756, de 2009; Item 4 PDS 761, de 2009; Item 5 PDS 764, de 2009; Item 6 PDS 783, de 2009; Item 7 PDS 784, de 2009, cujas ementas foram lidas a pouco por ocasião da solicitação de inclusão extrapauta.

Então, solicito aos Srs. Senadores que possam... que essas ementas não sejam novamente lidas por todos terem tido conhecimento do que tratam esses projetos que foram incluídos extrapauta.

Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu gostaria de discutir se for entrar em extrapauta, eu não sei como é que está a pauta porque tem muita coisa extrapauta aprovada, uma concessão de uma rádio para São Gonçalo, uma empresa chamada Sertãozinho. Isso está em pauta ou extrapauta, como é que está essa situação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Até o momento não foi solicitada inclusão extrapauta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Zambiasi para a leitura dos pareceres.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, todos os pareceres das matérias colocadas na pauta e também os extrapauta são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Zambiasi, V. Exa. como um profissional da radiodifusão fez a leitura dos pareceres de 11 projetos da forma mais econômica possível, quero parabenizá-lo por isso.

Vamos ao Item 17. Relatoria do Senador Gilberto Goellner, que está de parabéns Senador Gilberto Goellner, teve seu projeto aprovado aqui e vai à Comissão de Infraestrutura em decisão terminativa.

Item 17, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 827, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integrada de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, nós opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integrada de Radiodifusão da Cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso, conforme PDS 827.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à V. Exa., Senador Gilberto Goellner.

Itens 18, 19, 20, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 18, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 706, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente dos Moradores de Cocos para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cocos, Estado da Bahia.

Item 19, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 707, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Rádio Comunitária de Santanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santanópolis, Estado da Bahia.

Item 20, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 712, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Vale do Rio Ourives para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ituaçu, Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os três pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

Itens 21, 22, 23 e o Item 1 extrapauta de relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Item 21, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 785, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Santa Fé de Minas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé no Estado de Minas Gerais.

Item 22, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 811, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de Papagaio para executar serviço de radiodifusão

comunitária na Cidade de Papagaio, Estado de Minas Gerais.

Item 23, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 834, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró, FUNDEC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Francisco Badaró, Estado de Minas Gerais.

Item 1 extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo 901, de 2009, aprova o ato que outorga a permissão a Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais.

Senador Eduardo Azeredo, para proferir os pareceres.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, o parecer é favorável em todos os quatro processos. Na Santa Fé de Minas realmente é uma radiodifusão comunitária. Na cidade de Papagaio também radiodifusão comunitária, Papagaio é pólo de pedra ardósia no Estado de Minas Gerais. O de Francisco Badaró, Francisco Badaró fica na região do Jequitinhonha, também uma rádio comunitária... É sim, é parente do Murilo Badaró, é o pai do ex-Senador Murilo Badaró, é o nome que é lhe homenageia nessa cidade. E esta outra finalmente de FM, é na cidade de Conceição do Pará na região centro-oeste de Minas Gerais. O parecer, portanto, é favorável com base na documentação enviada pelo Ministério das Comunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao futuro Senador reeleito por Minas Gerais, Senador Eduardo Azeredo, sem discordância do Senador Wellington Salgado.

Vamos à relatoria Item 26 e 27.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-

MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Matéria vencida, Senador Wellington Salgado. Item 26, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 739, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Leme do Prado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leme do Prado, Estado de Minas Gerais.

Item 27, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 770, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária New Life para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Carapicuíba, Estado de São Paulo.

Com a palavra Senador Wellington Salgado de Oliveira, como relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Sr. Presidente, antes de fazer o meu relato sobre as duas rádios, eu queria fazer inclu-

sive uma colocação muito séria aqui, aproveitar que nós estamos sendo transmitidos, e queria... Senador Azeredo, fazer uma colocação, eu queria aproveitar esse momento, eu fui um dos integrantes da CPI que fez a apuração que resultou no chamado Mensalão Mineiro. Eu fui um dos, inclusive daquela época, Senador Azeredo, que está à frente e fiz. E hoje, depois de todo esse período e vivida aquela CPI, eu tenho absoluta certeza que o Senador Azeredo é inocente quanto àquilo que aconteceu.

Então, eu queria fazer essa colocação aqui, Senador Azeredo estava fazendo a sua parte como governador, não estou fazendo isso... Estou fazendo com conhecimento da causa, estudei o caso a fundo à época também, e diante de tudo o que aconteceu eu retiro o Senador Azeredo dessa situação. Que eu tenho conhecimento do que aconteceu atrás do que o Senador Azeredo trabalhava.

Então, eu queria fazer a minha colocação, que muitas vezes se faz colocações não ao microfone, se faz colocações sempre nos bastidores e colocações pontuais quando inclusive fala sobre a pessoa, a idoneidade de alguém, tem que ser feita no microfone para todo o Brasil. Então, é essa colocação que eu queria falar sobre o senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Eu quero, Senador Wellington Salgado, se V. Exa. me permite, eu quero dizer que as palavras que V. Exa. proferiu a respeito do Senador Eduardo Azeredo é de todos nós. O Senador Eduardo Azeredo, ele tem de todos os seus pares o reconhecimento da sua honradez, da sua honestidade, ele é completamente inocente das acusações que lhe são imputadas e vai provar isso no processo que foi instaurado. Tenho certeza absoluta que o Senador Azeredo é, sem sombra de dúvida, uma das reservas morais desse país, e comungo com V. Exa. e o parabenizo como opositor político do Senador Azeredo no seu estado, fazer uma declaração como V. Exa. o fez agora, em defesa da honra do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-

BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-

BA): Eu também queria parabenizar o Senador Wellington Salgado pela forma que ele colocou essa questão, mesmo sendo de um partido contrário ao do Senador Eduardo Azeredo, ele dar esse testemunho foi importante porque nós todos sabemos quem é o Senador Eduardo Azeredo, portanto foi importante foi importante essa indagação do Senador Wellington Salgado, que eu também endosso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp, pela ordem.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu quero me somar aqui à fala do Senador Wellington Salgado e Senador Antonio Carlos Júnior e de outros que vão falar ainda, é com relação ao Senador Eduardo Azeredo. Até porque eu já fui governador também e senti na pele, como ex-governador, os processos que sobram às vezes por uma falha, nem é dolo ou má-fé de assessores de secretário, mas simplesmente por falhas técnicas de secretário, o Ministério Público acaba arrolando o governador como réu solidário e os processos acabam vindo para o Supremo.

Eu tenho hoje uns três, quatro processos no Supremo como réu solidário de possíveis irregularidades que os secretário cometeram. Então, eu sei o que é isso, e aí eu fico imaginando um Ministro do Supremo Tribunal Federal, tinha que ir mais a fundo para ver realmente se o governador teve ou não teve responsabilidade com esse processo.

Então, eu quero também me solidarizar com o Senador Eduardo Azeredo e ele já está na feição dele, que é um homem sério, um homem íntegro, fico até enrubescido quando acontece alguma coisa próxima dele. Então, eu quero também me solidarizar com o Senador Eduardo Azeredo e corroborar com as palavras de todos que aqui falaram.

Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, não conheço o processo do Senador Eduardo Azeredo, não posso falar do processo, mas estou convivendo com o Senador Eduardo Azeredo aqui há dois anos e pouco, quase três anos. Quero dar o meu testemunho daquilo que eu tenho visto, daquilo que eu conheço de um senador que trabalha com seriedade e procura honrar o seu estado.

Então, também faço aqui, dou aqui o meu testemunho do trabalho da forma como eu acompanho o trabalho feito pelo Senador Eduardo Azeredo aqui na Casa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Posição do PSDB é muito clara, eu louvo o Senador Salgado pela nobreza do seu gesto e a posição do PSDB é muito clara, em nenhum momento faleceu a confiança do partido do Eduardo Azeredo, nós não consideramos

ilegítimo o gesto do Supremo de, numa votação apertada, optar pela abertura de um processo que investigará o gesto do Senador Eduardo Azeredo. Isso ao fim, ao cabo, será bom, primeiro porque no seu ponto de vista no seu conceito pessoal em Minas, as seguintes pesquisas mostram que em nada foi abalado esse conceito do Senador Eduardo Azeredo, ex-governador perante os seus cocidadãos, os seus conterrâneos. Em segundo lugar, porque é a oportunidade definitiva para que esse assunto seja absolutamente esclarecido. E mais, o senador jamais quis postergar, ele sempre teve pressa e ele continua tendo pressa para que o mérito, sendo julgado, ele possa oferecer essa satisfação aos seus filhos, a sua esposa e à memória do seu pai.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu quero cumprimentar Wellington pela espontaneidade, o Senador Wellington é uma pessoa muito espontânea muito verdadeira, e esta manifestação ela vem carregada de um gesto muito bonito, muito humano, eu entendo que a vida é feita assim, é feita de gestos. Por esta razão, Senador Azeredo, eu me associo a todas essas manifestações. Essa nossa relação é antiga aqui dentro, uma relação com muito afeto, muito respeito e a celeridade do Senador Azeredo é uma das marcas aqui de dentro dessa Casa, sempre conciliador acima de tudo, e essa figura conciliadora, que essa imagem do conciliador, do homem sério, competente, que eu guardo desse colega com quem ano que vem eu encerro o convívio nessa Casa. Encerro por minha iniciativa, espero que o Azeredo repita aqui no Senado por mais oito anos, pelo menos.

Então, eu deixo o meu abraço e meu respeito, minha admiração pelo colega Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero agradecer ao Senador Wellington Salgado, que como foi lembrado aqui, ele é no partido que é adversário meu em Minas Gerais, e o Wellington quando chegou aqui, realmente nós tinham até alguma troca de habilidades e de alguma desavença, mas com o passar do tempo nós pudemos exatamente verificar que existe uma sintonia de propósito, de interesse público, e eu agradeço ao Wellington a sua manifestação, é essa manifestação realmente de Minas Gerais. Na verdade, não se vê nenhuma autoridade, nenhum membro inclusive de partidos de oposição, que fizeram ao meu governo, que se manifeste no sentido de crítica a minha gestão.

Portanto, eu agradeço, agradeço mais uma vez aos senadores que se manifestaram aqui de vários

partidos e ao povo mineiro que sabe muito bem da correção com que me ouve, com o que aconteceu na minha administração, não há nenhuma restrição a todos os atos que aconteceram, as estradas que foram feitas, nunca se levantou nada em relação à administração de Minas Gerais naquele período de quatro anos, período muito difícil, foi a época do pós-real, mas como nós sabemos, a vida pública é feita de percalços e eu quero terminar, além de agradecer a todos os senadores, lembrar, fazer uma homenagem a **Ibsen Pinheiro** e **Alcení Guerra**, dois parlamentares que sofreram como eu sofro, acusações injustas para que depois de muito tempo a verdade surgisse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Azeredo, e concluo parabenizando o Senador Wellington Salgado mais uma vez e passando a palavra ao senador para que ele possa proferir os seus pareceres.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): *"Sr. Presidente, os pareceres são os dois favoráveis, tendo em vista que o exame de documentação que acompanha os PDSs não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa".*

É esse o nosso Voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Wellington Salgado.

Vamos ao Senador Arthur Virgílio, se encontra presente, com os Itens 8 e 9, extrapauta. PDS 877, de 2009, PDS 894, de 2009 cujas ementas já foram lidas também, pela solicitação da inclusão extrapauta.

Então, solicito aos Srs. Senadores que possa dispensar a nova leitura e passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para que faça a leitura dos seus pareceres.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, de maneira bastante sucinta, são dois municípios que precisam muito da ligação com o mundo e com a capital, com o país, a partir de serviço de radiodifusão. Manaquiri é perto de Manaus, mas é um município castigadíssimo pelos efeitos da vazante, tem havido mortandade de peixes, algo que lembra o sertão nordestino na época da seca, precisa dessa comunicação até para facilitar a chegada de remédios, para facilitar as reclamações, que são inúmeras, por parte da população daquele município, o Prefeito Jair me pediu que trabalhasse isso e aqui nós estamos cumprindo com o dever. E do mesmo modo, a Associação Conquista da Cultura que pretende executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carauari, Estado do Amazonas, apresenta também a sua peculiari-

dade. É um município carente, um município distante de Manaus, é um município por incrível que pareça mais perto de Acre do que de Manaus, é uma viagem de fôlego de avião até lá, e o prefeito Chico Costa, do mesmo modo, me pede que agilize isso.

Então, eu cumpro os dois deveres, declarando que o parecer é favorável por todas as razões: técnicas, políticas, sociais; por todas as razões sou favorável ao parecer, a outorga de autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária A Voz de Manaquiri e a Associação Conquista da Cultura, para respectivamente em Manaquiri e em Carauari, Estado do Amazonas, ambas poderem fazer um trabalho de enorme alcance social.

Obrigado, Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado Senador Arthur Virgílio. Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me, Excelência. Eu ouvi ainda a pouco as palavras do Senador Azeredo e Senador Wellington e quero fazer uma referência. Ninguém, ninguém tem direito ou merece ser injustiçado, ninguém, nenhum ser humano, seja ele o pior ser humano possível para a sociedade. Eu quero fazer uma referência, o seguinte. Quando nós chegamos aqui nessa Casa, para mim foi um experiência que realmente me fez quebrar muitas ilusões que eu tinha, dentre as ilusões que eu tinha era que, por exemplo, os poderes eram independentes, eles não são independentes, que o Poder Judiciário principalmente, ele tinha sua independência rigorosamente lacrada como independência e que realmente decidia pela justiça, puramente pela justiça. Sabia que o processo aqui dentro de julgamento seria sempre um processo político, Casa de políticos, tem processo político, a maioria vence, porque se a maioria é do lado vai vencer sempre aquele lado, se é do outro vai vencer sempre o outro lado. Mas, realmente, nos causa muita decepção, eu tenho certeza que a maioria absoluta da população brasileira não sabe como é que as coisas são tratadas aqui em cima, e eu digo que ninguém merece ser injustiçado e algumas pessoas assim que nós temos uma ligação, um conhecimento pelo seu passado, pela sua conduta, pela sua formação, muito menos, e eu estou falando aqui do Senador Azeredo.

Senador Azeredo, V. Exa. foi envolvida nessa questão por um lado puramente político e lamentavelmente... Se fosse aqui dentro da Casa, que é uma casa política, estaria justificado, é político, claramente político. Mas foi na Justiça, na Suprema Corte, e isso realmente é o que nos deixa triste. São homens inteligentes, cul-

tos, conhecedores do que é a verdadeira justiça, mas que são de uma forma ou de outra influenciados, quer dizer, tem que botar um do PSDB. Infelizmente, pegou e usou um recibo falso para incluir V. Exa.

Eu falo isso, eu faço questão de falar publicamente, não só lhe abraçar nos corredores, bater um tapinha nas costas, faço questão de falar publicamente, politicamente, porque eu tenho consciência das suas qualidades e que esse defeito que querem lhe colocar é de nos indignar, porque tem um endereço, que é o endereço político partidário.

Então, V. Exa. merece o meu respeito, conheço a sua índole, conheço, convivo, são sete anos de convivência conheço a sua índole, e por isso V. Exa. tem o meu respeito, a minha admiração e o reconhecimento de que é uma injustiça brutal, brutal, antidemocrática o que estão fazendo com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado Senador Papaléo Paes.

Vamos ao Item 4. Senador Gerson Camata. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 837, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Com a palavra a Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Parecer favorável na companhia do parecer já exarado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Paulo Magalhães, conhecedor desse Município de Osvaldo Cruz. Parabéns à nova emissora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Gerson Camata. Itens 15 e 16, relatoria do Senador Roberto Cavalcanti que está em viagem política, peço ao Senador Valdir Raupp que posso fazer a leitura dos pareceres favoráveis do Senador Roberto Cavalcanti.

Item 15, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 662, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Urbano e Rural de Lagoa de Dentro para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa de Dentro, Estado da Paraíba.

Item 16, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 708, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Solidariedade para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Serra Branca, Estado da Paraíba.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp como relator *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Os relatórios do nobre Senador Cavalcanti são favoráveis a essas duas emissoras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Itens 28, 29 e 30 relatoria Senador João Ribeiro. Solicito ao Senador Acir Gurgacz para que faça a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*. Item 28, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 821, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Folião João de Lázaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa do Tocantins, Estado do Tocantins.

Item 29, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 850, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itacajá, Estado do Tocantins.

Item 30, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 851, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Divino Pai Eterno para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Taipas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Palavra o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc* para fazer a leitura dos pareceres.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Sr. Presidente os relatórios são pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Itens 31, 32, 33 relatoria Senador Eliseu Rezende. Solicito ao Senador Eduardo Azeredo para que possa a fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 31, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2009, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pássaro da Ilha FM S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.

Item--[interrupção de áudio] Decreto Legislativo 152, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Popular Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.

Item 33, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 585, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação para a Comunicação em Maripá para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Maripá de Minas, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, é com honra que eu represento Senador

Eliseu Rezende como relator *ad hoc*, os três processos preenchem todos os requisitos, segundo o Ministério das Comunicações. Guaranésia no sudoeste de Minas Gerais, a Cidade de Carangola na região da Zona da Mata e a Cidade de Maripá de Minas, também no leste, na região mineira. Portanto, são três projetos que têm o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Eduardo Azeredo.

Vamos ao Item 34, relatoria do Senador Delcídio Amaral. Peço ao Senador Renato Casagrande que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

O item 34, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 724, de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí, Mato Grosso do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itaquiraí, Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o parecer da matéria é favorável, conforme já relatado pelo Senador Delcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Renato Casagrande. Itens 35 e 36 relatoria do Senador Romero Jucá. Solicito ao Senador Wellington Salgado para que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

O Item 35, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 274, de 2009, aprova o ato que outorga a permissão à Auto Cap, Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Normandia, Estado de Roraima.

Item 36, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 380, de 2009, aprova o ato que outorga permissão à Auto Cap, Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São João da Baliza, Estado de Roraima.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pra mim é uma honra muito grande relatar *ad hoc* os dois relatórios do Senador Romero Jucá, esse homem que representa muito bem além dos outros dois senadores, o Estado de Roraima aqui, porque um estado que era território e virou estado, se não tiver bons políticos, não conseguem sobreviver e não conseguem criar o seu crescimento auto insustentável, haja vista até os problemas que os estados de Roraima recentemente enfrentou com relação a áreas produtivas, demarcação de terra e os senadores conduziram muito bem, especialmente

o Senador Romero Jucá, que é do meu partido e um grande representante de Roraima.

Todos os dois relatórios são favoráveis, Sr. Presidente, haja vista que não encontrou violação na legislação pertinente.

É esse o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Wellington Salgado.

Vamos colocar em discussão e depois em votação os Itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 da pauta e os Itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 extrapauta, todos com pareceres favoráveis. Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, apenas para registrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Apenas para registrar, para que fique comprovado. Essa rádio que eu estou aguardando a votação, que é a rádio de São Gonçalo, do qual uma empresa com nome de Sertãozinho de São Paulo, que há informações que eu participo, ocorreram uma série de atos ilegais, falcaturas, armações, tudo quanto é tipo de coisa que pode acontecer. Está em pauta ou não esta armadilha total de coisas erradas? Está na relação de extrapauta ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, nós já fizemos a leitura dos itens da pauta e dos itens extrapauta, esse projeto que V. Exa. faz consulta não foi solicitado na inclusão extrapauta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só isso que eu queria registrar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação, votação nominal. Como vota Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com vota Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos os projetos aprovados por unanimidade, com 12 votos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, colocar na votação extrapauta um requerimento de Audiência Pública no âmbito dessa comissão, para discutir as perspectivas das rádios AM no Brasil e para tanto inclusive apresento as sugestões, e o próprio Presidente está acrescentando o Presidente da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado do Pará, será seguramente muito bem-vindo para que

nós tenhamos também uma visão do Norte brasileiro em relação ao sistema de rádios do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre a Mesa requerimento do Senador Sérgio Zambiasi, que solicita inclusão extrapauta. O requerimento tem a seguinte redação: *"Requeiro nos termos regimentais seja realizada a audiência pública no âmbito dessa Comissão para discutir as perspectivas das rádios AM no Brasil. Para tanto, apresento a sugestão dos seguintes participantes: [interrupção no áudio] Ministro de Estado das Comunicações; Presidente da Associação Brasileira de Empresa de Radiodifusão, ABERT; Presidente da Associação de Radiodifusão de São Paulo, AESP; Presidente da Associação Gaúcha de Rádio e Televisão, AGERT"*.

Em discussão a inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que concordam com a inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos a votação agora do mérito do requerimento. Então passo ao Senador Sérgio Zambiasi para que possa fazer a defesa do requerimento que já foi lido na inclusão extrapauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, tem uma frase da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, diz que o brasileiro não vive sem rádio, isso é uma grande realidade, rádio é o grande companheiro, é o que mais interage, é o que está mais presente na vidas de todos nós. E todos nós aprendemos a ouvir rádio pela velha AM, a velha companheira. No Rio Grande do Sul o rádio AM continua exercitando uma atividade muito intensa e de forte presença junto aos seus ouvintes, e acho que trazer para esta comissão este debate, é começar a olhar o avanço tecnológico de uma forma de fazer com que esse segmento do rádio que durante muito tempo foi o companheiro dos mais pobres, daqueles que não tiveram acesso a FM, FM é mais recente, e mesmo com a chegada do sistema em FM, o AM continuou sendo aquele companheiro periférico que está ali no dia a dia, no cotidiano das pessoas um rádio mais popular, um rádio dinâmico, e eu entendo que a proposta poderá levantar uma discussão muito interessante aqui na comissão, não apenas em relação à rádio AM, mas como o rádio de forma geral que pode ser discutido aqui nessa Casa e especialmente na Comissão de Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata, para discutir.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu quero me congratular com o Senador Zambiasi pela iniciativa, eu acho que está na hora de recuperar, em vários países do mundo já está entrando AM em HD em alta definição, AM em alta definição melhorando muito a qualidade, eu recentemente estive nos Esta-

dos Unidos, eu carrego sempre comigo um aparelho de rádio, ouço as rádios desses países todos, a Itália já está também com a AM em alta fidelidade, **High-definition...** **High-definition** seria a televisão. Mas a gente observa que tem uma boa qualidade de penetração muito interessante. E recentemente eu observei, por exemplo, que os países do leste europeu ainda não aderiram muito, vieram do regime comunista, à FM, de modo que por toda a Europa a gente ouve muito bem aquelas emissoras ali da Bulgária, da República Tcheca, das beiras(F) ali da União Soviética, porque à noite AM tem uma penetração muito boa. E eu no Brasil prefiro muito mais ouvir as estações AM principalmente à noite, do que as estações FM. As estações AM, elas têm um cuidado, um carinho maior com a população, atendem telefonemas, dão conselho, tocam a música que a pessoa pede, e estão evitando também aquele “batecum”(F) de música americana, tocam música brasileira, tocam música brasileira antiga dos anos 70, 80, de modo que elas têm uma programação muito boa, e é bom a gente dar uma olhada sobre elas e dar apoio às mesmas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exas. têm toda razão. Eu sou de uma região e de um estado em que há algum tempo atrás, a única comunicação no interior da Amazônia era através da Rádio Nacional, não se ouvia rádios dos estados que não acessavam os locais mais longínquos, e através da Rádio Nacional você tinha a informação. Com o advento da tecnologia, hoje, a parabólica já leva a informação direta, inclusive da TV Senado, por onde nós andamos no interior temos colocações de pessoas que estão no interior do interior e que assistem a TV Senado, mas é importante possamos discutir as perspectivas da rádio AM no Brasil, e eu solicito a permissão do autor Senador Sérgio Zambiasi para que possa colocar aqui também como convidado o Presidente da Associação Paraense de Rádio e Televisão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com certeza ele será muito bem-vindo e trará exatamente essas experiências do norte brasileiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente é uma coisa muito interessante, agora nós encerramos a pauta, eu me lembro que a muitos anos atrás havia um cantor que quando ele ia se apresentar, ele dizia o seguinte: “Atenção radialistas do Brasil deem os prefixos de suas emissoras”, porque antigamente os aviões eram orientados por rádio [ininteligível] que captavam as ondas médias. Então, esse radialista estava voando num voo da Panair pelo interior lá do Nordeste do Brasil, eles não sabiam onde estavam, até que num momento o locutor deu o prefixo da rádio e

eles ligaram o rádio [ininteligível] na direção daquela rádio e se salvaram.

E dizer a V. Exa. que essa evolução está tão impressionante que agora, por exemplo, já tem a rádio satélite, é por satélite de boa qualidade, com programação de rádios do mundo todo. E agora V. Exa. ter uma ideia, esse o Ifone agora, ele tem um programa, o App do Ifone, que ele pega mil estações de rádio do mundo todo, mil, gratuitamente pela internet onde tem o Ifive, de modo que mil estações você seleciona as que são do seu maior interesse. Então a gente ouve estações lá da Índia, do Paquistão, tem uma rede católica agora no mundo inteiro muito intelectualizada, chamada Rede Rádio Maria, tem no Chile, tem na Tanzânia, tem uma aqui em Brasília agora, em Taguatinga, é uma rede muito boa, altamente filosófica, teológica, que tem no mundo inteiro, a gente pode ouvir essas estações em qualquer parte... Santiago do Chile, Montevideu, é muito interessante como o rádio está evoluindo e nós temos que acompanhar isso aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, Senador Gerson Camata, a rádio AM no meu estado tinha programas que iniciavam pela madrugada e mandava mensagem quando não tinha telefonia: “Alô, alô, Fulano de Tal, ó, Fulano quer conversar com você, procure no lugar tal”, aí você transmitia as mensagens de família até notícias auspiciosas, não auspiciosas, tudo era feito através da rádio AM.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me desculpe, Presidente, um dia desses eu estava ouvindo de madrugada a Rádio Tupi e um indivíduo do interior da Bahia telefonou para a Rádio Tupi pedindo pra trocar uma música em homenagem a filha dele que morava no Rio Grande do Sul, e eu até me emocionei porque aí ele disse para o locutor: “Não toca agora, não, que eu vim a cavalo aqui telefonar e daqui há 20 minutos é que eu vou chegar em casa”.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade. A radiodifusão tem um papel importante no processo de integração do nosso país.

Então, em discussão o requerimento do Senador Sérgio Zambiasi com a inclusão do convite ao Presidente da Associação Paraense de Rádio e Televisão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Não havendo mais nenhum item da Pauta dou por encerrada a sessão de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

RELATÓRIO FINAL

Relatório Final da Subcomissão Permanente de
Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação do
Senado Federal.

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

Cuida-se de relatório final das atividades da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação do Senado Federal.

A Subcomissão foi criada com a aprovação do Requerimento nº 19, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, apreciado em maio de 2004 pela Comissão de Educação (CE) do Senado Federal. Em março de 2005, foi incluído no escopo da Subcomissão o tema "informática", mediante a aprovação de Requerimento de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral. Anteriormente, o assunto era da competência da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, da mesma CE.

Em fevereiro de 2007, foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal a Resolução nº 1, de 2007, que cria a Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A nova Comissão absorveu as competências da extinta Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Nesta oportunidade, apresentamos relatório de encerramento das atividades daquela Subcomissão, cuja experiência se mostrou muito positiva e enriquecedora para os trabalhos do Congresso Nacional.

I – DA CRIAÇÃO

Nos termos do Requerimento nº 19, de 2004, aprovado no âmbito da CE, a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, composta por 9 titulares e 9 suplentes, foi criada com o objetivo de examinar matérias referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial, biotecnologia,

clonagem, transgênese, bioética, energia nuclear, materiais e rejeitos radioativos, fontes alternativas de energia, pesquisa aeroespacial, robótica, automação industrial e política de incentivos à pesquisa, ao ensino e à extensão da área de ciência e tecnologia.

Em 22 de março de 2005, mediante Requerimento dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, foi refeita a repartição das competências da CE entre suas Subcomissões. Transferiu-se, na ocasião, o tema “informática” da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática para a Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

II – DA COMPOSIÇÃO

Em três anos de intenso funcionamento, a Subcomissão contou com a participação de vários Senadores: Almeida Lima, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Efraim Moraes, Flávio Arns, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Hélio Costa, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Lúcia Vânia, Mão Santa, Marco Maciel, Mozarildo Cavalcanti, Osmar Dias, Papaléo Paes, Roberto Saturnino, Tião Viana, Valdir Raupp e Wirlande da Luz.

III – DOS TRABALHOS

A Subcomissão reuniu-se 17 vezes, com especial destaque para a realização de audiências públicas, contribuindo sobremaneira para os debates acerca de grandes temas referentes a ciência, tecnologia e informática. Foram as seguintes as reuniões do colegiado:

1ª Reunião Extraordinária (19/10/2004)

A reunião destinou-se à eleição de presidente e vice-presidente. A Subcomissão elegeu por 5 votos os Senadores Hélio Costa e Juvêncio da Fonseca para ocuparem a presidência e vice-presidência, respectivamente.

2ª Reunião Extraordinária (17/11/2004)

Essa reunião teve como propósito apreciar requerimentos propondo a realização de audiências públicas. A Subcomissão aprovou os

seguintes itens constantes da pauta:

Item 1 – Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, propondo a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Defesa, José Alencar, e o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, para exporem, os termos do novo texto do Acordo entre o Governo Brasileiro e o Governo Norte-Americano sobre salvaguardas tecnológicas, e dos demais tratados entre o Brasil e outros Países, relacionados à participação estrangeira nos lançamentos espaciais a partir do Centro de Lançamento de Alcântara.

Item 2 – Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, propondo a realização de audiência pública para discutir a necessidade de construção da Usina Nuclear de Angra III.

1ª Reunião Extraordinária (01/06/2005)

A reunião destinou-se à eleição de presidente e vice-presidente. A Subcomissão elegeu por 5 votos o Senador Flávio Arns e a Senadora Lúcia Vânia para ocuparem, respectivamente, a presidência e a vice-presidência.

2ª Reunião Extraordinária (30/06/2005)

Essa reunião teve como propósito apreciar requerimentos propondo a realização de audiências públicas. A Subcomissão aprovou os seguintes itens constantes da pauta:

Item 1) Requerimento de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Marco Maciel, que “requer que sejam realizadas audiências públicas, para discutir os projetos de pesquisas científicas e tecnológicas financiadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio dos fundos setoriais, nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, semicondutores, softwares, biomassa, fármacos e medicamentos, e bens de capital.”;

Item 2) Requerimento de autoria dos Senadores Jonas Pinheiro e Augusto Botelho, que “requer a realização de audiência pública, para aprofundar o debate sobre os Projetos Genoma Funcional desenvolvidos na área agropecuária.”;

Item 3) Requerimento de autoria dos Senadores Gerson Camata e Eduardo Azeredo, que “requer a realização de audiência pública, para aprofundar o debate sobre o Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software (PROSOFT) – Comercialização, nova linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição de softwares desenvolvidos no país.”;

Item 4) Requerimento de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Papaléo Paes, que “requer a realização de audiência pública, para aprofundar o debate sobre Projeto Genoma Humano do Câncer.”;

Item 5) Requerimento de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Jonas Pinheiro, que “requer a realização de audiência pública, para aprofundar o debate sobre a recém-aprovada Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005) e avaliar os resultados iniciais da implementação da norma no que diz respeito a organismos geneticamente modificados.”;

Item 6) Requerimento de autoria dos Senadores Flávio Arns, Lúcia Vânia e Wirlande da Luz, que “requer a realização de audiências públicas, para aprofundar o debate sobre a recém-aprovada Lei de Biossegurança (lei nº 11.105, de 24 de março de 2005), avaliar e discutir os resultados e as perspectivas das tecnologias aplicadas ao uso de células-tronco embrionárias com finalidade clínica.”;

Item 7) Requerimento de autoria dos Senadores Flávio Arns e Delcídio Amaral, que “requer que seja realizada audiência pública, para aprofundar o debate sobre robótica.”;

Item 8) Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, que “requer que seja realizada audiência pública, convidando as autoridades abaixo relacionadas para expor sobre o Programa do Governo Federal “PC Conectado”: César Alvarez – Coordenador do programa “PC Conectado”; Roberto Pinto Martins – Coordenador Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria de Política da Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia.”;

Item 9) Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, que “requer, a formulação de convite ao Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para ouvi-lo, em audiência pública, sobre a remessa a laboratórios brasileiros, para teste, de amostras do vírus da gripe H2N2.”; e

Item 10) Requerimento de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, que “requer a realização de audiência pública, para discutir a Implantação da TV Digital no Brasil”.

3ª Reunião Extraordinária (03/08/2005)

A reunião teve por objetivo a realização de audiência pública para discutir os Fundos Setoriais nas áreas de Ciência e Tecnologia, com a presença do Sr. Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Sr. Ennio Candotti, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Sr. Roberto Nicolsky, Diretor Geral da Sociedade Brasileira Pró Inovação Tecnológica (PROTEC).

4ª Reunião Extraordinária (14/09/2005)

A reunião destinou-se à realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para discutir a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST), com a presença do Sr. João Tranchesi Júnior, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (ABRANET); Sr. Luiz Cláudio Rosa, Diretor da área de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE); Sr. Rogério Gonçalves, Diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira de Usuários de Acesso Rápido (ABUSAR) e Sr. Joanilson Barbosa, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

5ª Reunião Extraordinária (27/09/2005)

Essa reunião foi dedicada à realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação e com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para discutir a implantação da TV Digital no Brasil, com a presença do Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa.

6ª Reunião Extraordinária (09/11/2005)

A reunião destinou-se à realização de audiência pública para

debater a construção da Usina Nuclear de Angra III, com a presença de: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobrás Termonuclear S.A (Eletronuclear); Joaquim Francisco de Carvalho, Físico e Mestre em Energia Nuclear; Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Alfredo Tranjan Filho, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/MCT).

7ª Reunião Extraordinária (16/11/2005)

Essa reunião teve como propósito apreciar requerimentos propondo a realização de audiências públicas. A Subcomissão aprovou o seguinte item constante da pauta: Requerimento nº 11/05 – SCT, de autoria dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo, que “requer a realização de audiência pública, para discutir e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, que 'dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências’”.

8ª Reunião Extraordinária (17/11/2005)

A reunião teve como objetivo a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 279/03, que “dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências”, com a presença de: Plínio de Aguiar Júnior, Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Antônio Alberto Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet (ABRANET); Marcelo de Carvalho Lopes, Coordenador do Conselho Gestor de Internet do Brasil (CGIBr); Luis Fernandez Lopez, Coordenador de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); e Paulo Quintiliano da Silva, Chefe do Setor de Perícia de Informática do Instituto Nacional de Criminalística (SEPINF).

1ª Reunião Extraordinária (01/02/2006)

A reunião destinou-se à realização de audiência pública conjunta

com a Comissão de Educação e com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para discutir a implantação da TV Digital no Brasil, com a presença do Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa.

1ª Reunião Ordinária (09/05/2006)

Essa reunião teve como propósito apreciar requerimentos propondo a realização de audiências públicas. A Subcomissão aprovou o seguinte item constante da pauta: Requerimento nº 01/06 – SCT, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, que “requer a realização de Audiência Pública, para tratar da Pirataria na indústria do Audiovisual, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema”.

2ª Reunião Ordinária (17/05/2006)

A reunião destinou-se à realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para discutir a Pirataria na Indústria do Audiovisual, com a presença de: Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI); Alvacyr H. F. Resende, Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS); Marcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da *Motion Picture Association* (MPA) e Sérgio Torres, Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça.

3ª Reunião Ordinária (06/09/2006)

Essa reunião teve como propósito apreciar requerimentos. A Subcomissão aprovou os seguintes itens constantes da pauta:

Item 1: Requerimento nº 03/06 – CESCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “requer, que a hora do expediente da sessão Plenária do Senado Federal do dia 8 de novembro de 2006, seja dedicada a homenagear o Dia Mundial da Ciência pela paz e pelo desenvolvimento, celebrado pelo sistema das Nações Unidas anualmente no dia 10 de novembro”;

Item 2: Requerimento nº 002/06 – CESCT, de caráter não

terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “requer o apoio desta Subcomissão às comemorações do Dia Mundial da Ciência pela paz e pelo desenvolvimento, celebrado pelo sistema das Nações Unidas no dia 10 de novembro”; e

Item 3: Comunicado, referente ao Aviso nº 1.354-SGS-TCU-Plenário, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “comunica a disposição das cópias do acórdão dos autos de processo TCU 015.001/2005-5, do relatório e do voto que fundamentaram esta deliberação”. A matéria foi lida na reunião de hoje e está a disposição dos membros desta Subcomissão.

4ª Reunião Ordinária (28/11/2006)

Essa reunião teve como propósito apreciar requerimentos propondo a realização de audiências públicas. A Subcomissão aprovou os seguintes itens constantes da pauta:

Item 1: Requerimento nº 04/06 – SCT, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino, que “requer a realização de audiências públicas, no âmbito desta Subcomissão e da Comissão de Educação, para iniciar os debates sobre uma das áreas mais promissoras da Ciência Mundial, a Nanotecnologia”;

Item 2: Requerimento nº 005/2006 – SCT, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Roberto Saturnino, que “requer a realização de audiência pública para debater os preparativos para o Ano Polar Internacional, a realizar-se no biênio 2007 e 2008, assim como os resultados e perspectivas do Programa Antártico Brasileiro” e

Item 3: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 007, de 2005 – SCT, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Roberto Saturnino, que “requer em aditamento ao Requerimento nº 07/05...sugiro a alteração que se segue: onde se lê ‘...audiência pública...’ leia-se ‘...audiências públicas...’, sendo a primeira em conjunto com a Comissão”.

5ª Reunião Ordinária (29/11/2006)

A reunião destinou-se à realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, para debater sobre a Robótica, com a presença de: José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial da

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) e Diretor Geral da Yaskawa Elétrico do Brasil; Dante Barone, Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Anna Helena Reali Costa, Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automática (SBA) e Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP); Henrique de Oliveira Miguel, Coordenador Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática do Ministro da Ciência e Tecnologia e Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES/PETROBRÁS).

6ª Reunião Ordinária (13/12/2006)

A reunião destinou-se à realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, para debater sobre a Nanotecnologia, com a presença de: Márcio Augusto dos Anjos, Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (MCT); Marcelo Knobel, Coordenador do projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); José D'Albuquerque e Castro, Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia e José Antônio Brum, Diretor Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS/MCT).

IV – DAS CONCLUSÕES

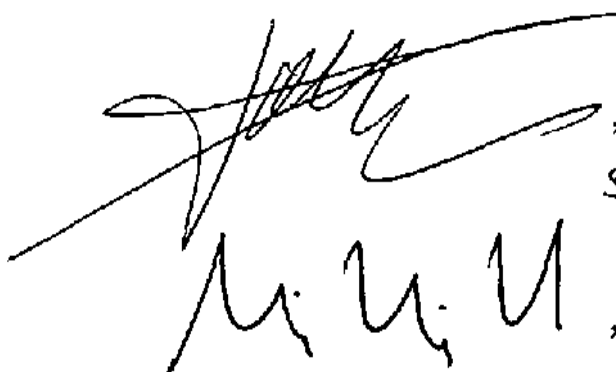
Por iniciativa do Senador Hélio Costa, foi criada, em 2004, no âmbito da CE do Senado Federal, a Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Seu propósito fundamental era o de promover debates sobre temas afetos ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, em especial, biotecnologia, clonagem, transgênese, bioética, energia nuclear, materiais e rejeitos radioativos, fontes alternativas de energia, pesquisa aeroespacial, robótica, automação industrial e política de incentivos à pesquisa, ao ensino e à extensão da área.

Conforme o relato ora apresentado, verifica-se que, em grande parte, a Subcomissão logrou atingir seu intento. Os debates promovidos foram, sem dúvida, profundos e profícuos. Temas de alta relevância foram tratados, com a presença de representantes da sociedade civil, do Governo e bem assim de especialistas e pesquisadores dos temas abordados.

O sucesso da Subcomissão no tratamento de temas tão relevantes levou o Senado Federal a dedicar uma comissão permanente ao assunto, com um maior número de participantes. Essa iniciativa coincide com os esforços do Legislativo brasileiro em ampliar os debates acerca dos temas relevantes para o desenvolvimento do país. Trata-se, portanto, de uma medida que fortalece as instituições democráticas nacionais, das quais o Senado Federal é um componente da mais alta relevância.

Desde o início de 2007, a CCT constitui foro privilegiado para a discussão desses temas. Tal colegiado está devidamente aparelhado para dar andamento aos destacados debates travados no âmbito da extinta Subcomissão. Nesse intento, servir-se-á dos trabalhos da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da CE, não apenas para consulta e reflexão, mas também como fonte de inspiração para a superação dos desafios que se lhe apresentam.

Sala da Comissão, em: 06/10/09



, Presidente GERVÁZIO
SEN. PAULO PAIM

, Relator

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO
PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
04/05/2004 – 08/02/2007**

DATA	ATIVIDADES
04/05/2004	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO QUE CRIA A SUBCOMISSÃO DE C&T A Comissão de Educação, reunida no dia de hoje, aprova o requerimento nº 19-CE, anexado às fls. 01 a 03, de autoria do Senador Hélio Costa, que cria a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em substituição à Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão.
18/10/2004	INDICAÇÃO DE MEMBROS O Presidente da Comissão de Educação, Senador Osmar Dias, no uso das prerrogativas regimentais, indica os Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque, Roberto Saturnino, Tião Viana, João Capiberibe e Delcídio Amaral, do Bloco de Apoio ao Governo PT, PSB, PTB; Senadores Hélio Costa, Papaléo Paes, Valdir Raupp, e Mão Santa, do PMDB; Senadores Marco Maciel, Jonas Pinheiro, Efraim Morais e Demóstenes Torres, do PFL; Senadores Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, do PSDB; e Senadores Juvêncio da Fonseca e Osmar Dias, do PDT, para comporem o colegiado da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.
19/10/2004	ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE A Subcomissão, em sua 1ª reunião da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, elege por 05 votos os Senadores Hélio Costa e Juvêncio da Fonseca para ocuparem a presidência e vice-presidência, respectivamente.
17/11/2004	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTOS PROPONDO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS A Subcomissão, em sua 2ª reunião de trabalho, aprova os seguintes itens constantes da pauta:

	Item 1) Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, às fls. 04 a 07, propondo a realização de Audiência Pública com o <u>Ministro de Estado da Defesa, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Dr. José Alencar, e o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Excelentíssimo Senhor Dr. Eduardo Campos</u>, para exporem, os termos do novo texto do Acordo entre o Governo Brasileiro e o Governo Norte-Americano sobre salvaguardas tecnológicas, e dos demais tratados entre o Brasil e outros Países, relacionados à participação estrangeira nos lançamentos espaciais a partir do Centro de Lançamento de Alcântara. Item 2) Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, às fls. 08 a 10, propondo a realização de audiência pública no âmbito desta Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Educação, para discutir a necessidade de construção da Usina Nuclear de Angra III.
22/03/2005	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO INCLUINDO INFORMÁTICA NO ESCOPO DA SUBCOMISSÃO A Comissão de Educação, em sua 6ª reunião, aprova o requerimento de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, cópia anexada às fls. 11 e 12, retirando a matéria Informática do âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, que passa a pertencer ao escopo desta Subcomissão Permanente.
17/05/2005	INDICAÇÃO DE MEMBROS O Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa, no uso das prerrogativas regimentais, indica os seguintes Senadores para comporem o colegiado da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura: Bloco da Minoria: Marco Maciel – PFL, Jonas Pinheiro – PFL e Lúcia Vânia – PSDB, Suplente: Eduardo Azeredo – PSDB; Senadores Titulares do PMDB: Gerson Camata, Hélio Costa e Papaléo Paes, Suplentes: Valdir Raupp e Wirlande da Luz; Bloco de Apoio ao Governo: Roberto Saturnino – PT, Flávio Arns – PTe Delcídio Amaral – PT; Suplente: Mozarildo Cavalcanti – PTB.
24/05/2005	INDICAÇÃO DE MEMBROS

	O Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa, no uso das prerrogativas regimentais, retifica a indicação dos seguintes Senadores para comporem o colegiado da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, na 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura: Bloco da Minoria: Marco Maciel – PFL, Jonas Pinheiro – PFL e Lúcia Vânia – PSDB, Suplente: Eduardo Azeredo – PSDB; Senadores Titulares do PMDB: Gerson Camata, Hélio Costa e Papaléo Paes, Suplentes: Valdir Raupp e Wirlande da Luz; Bloco de Apoio ao Governo: Roberto Saturnino – PT, Flávio Arns – PTe Delcídio Amaral – PT, Suplente: Mozarildo Cavalcanti – PTB.
01/06/2005	ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE A Subcomissão, em sua 1ª reunião de trabalho (instalação), da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, elege por 05 votos o Senador Flávio Arns e a Senadora Lúcia Vânia para ocuparem, respectivamente, a presidência e a vice-presidência.
30/06/2005	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTOS PROPONDO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS O Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, Senador Flávio Arns, atendendo ao Ofício nº CE/099/2005 de autoria do Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação, indica o Senador Augusto Botelho – PDT, para compor os quadros desta Subcomissão, na 3ª sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Dando prosseguimento à reunião, aprova os seguintes itens constantes da pauta: Item 1) Requerimento de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Marco Maciel, anexado às fls. 13 e 14, que "Requer que sejam realizadas Audiências Públicas, para discutir os projetos de pesquisas científicas e tecnológicas financiadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio dos fundos setoriais, nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, semicondutores, softwares, biomassa, fármacos e medicamentos, e bens de capital."; Item 2) Requerimento de autoria dos Senadores Jonas Pinheiro e Augusto Botelho, anexado à fl. 15, que "Requer a realização de Audiência Pública, para aprofundar o debate sobre os Projetos Genoma Funcional desenvolvidos na área

agropecuária.";

Item 3) Requerimento de autoria dos Senadores Gerson Camata e Eduardo Azeredo, anexado à fl. 16, que "Requer a realização de Audiência Pública, **para aprofundar o debate sobre o Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software (PROSOFT) – Comercialização, nova linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição de softwares desenvolvidos no país.**";

Item 4) Requerimento de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Papaléo Paes, anexado à fl. 17, que "Requer a realização de Audiência Pública, **para aprofundar o debate sobre Projeto Genoma Humano do Câncer.**";

Item 5) Requerimento de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Jonas Pinheiro, anexado à fl. 18, que "Requer a realização de Audiência Pública, **para aprofundar o debate sobre a recém aprovada Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005) e avaliar os resultados iniciais da implementação da norma no que diz respeito a organismos geneticamente modificados.**";

Item 6) Requerimento de autoria dos Senadores Flávio Arns, Lúcia Vânia e Wirlande da Luz, anexado à fl. 19, que "Requer a realização de Audiências Públicas, **para aprofundar o debate sobre a recém aprovada Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005) avaliar e discutir os resultados e as perspectivas das tecnologias aplicadas ao uso de células-tronco embrionárias com finalidade clínica.**";

Item 7) Requerimento de autoria dos Senadores Flávio Arns e Delcídio Amaral, anexado à fl. 20, que "Requer que seja realizada Audiência Pública, **para aprofundar o debate sobre robótica.**";

Item 8) Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, anexado às fls. 21 a 26, que "Requer que seja realizada Audiência Pública, convidando as autoridades abaixo relacionadas **para expor sobre o Programa do Governo Federal "PC Conectado":** César Alvarez – Coordenador do programa "PC Conectado"; Roberto Pinto Martins – Coordenador Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria

	de Política da Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia."; Item 9) Requerimento de autoria do Senador Hélio Costa, cópia anexada às fls. 9 e 10, que "Requer, a formulação de convite ao <u>Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA</u>, para ouvi-lo, em Audiência Pública, sobre a remessa a laboratórios brasileiros, para teste, de amostras do vírus da gripe H2N2."; e Item 10) Requerimento de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, cópia anexada às fls. 29 e 30, que "Requer a realização de Audiência Pública, para discutir a Implantação da TV Digital no Brasil."
03/08/2005	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 3ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 01 – SCT de 2005, anexado às fls. 13 e 14, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Marco Maciel, para discutir os Fundos Setoriais nas áreas de Ciência e Tecnologia, com a presença do Sr. Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP/Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Sr. Ennio Candotti, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e Sr. Roberto Nicolsky, Diretor Geral da Sociedade Brasileira Pró Inovação Tecnológica – PROTEC. No dia de hoje o Senador Flávio Arns subscreve o Requerimento n.º 002/04-SCT, de autoria do Senador Hélio Costa, aprovado na reunião do dia 17/11/04, propondo a realização de Audiência Pública para discutir a necessidade de construção da Usina Nuclear de Angra III, passando a ser co-autor do mesmo. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=6kalom.1.13
14/09/2005	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 4ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para discutir a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações – FUST, com a presença do Sr. João

	Tranches Junior, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet – ABRANET; Sr. Luiz Cláudio Rosa, Diretor da área de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; Sr. Rogério Gonçalves, Diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira de Usuários de Acesso Rápido – ABUSAR e Sr. Joanilson Barbosa, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=6kalom.1.12
20/09/2005	INDICAÇÃO DE MEMBRO O Presidente da Comissão de Educação, Senador Gerson Camata, no uso das prerrogativas regimentais, indica o Senador Gilberto Goellner – PFL/MT, para compor o colegiado desta Subcomissão, como titular do Bloco da Minoria.
27/09/2005	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 5ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação e com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, atendendo ao Requerimento nº 10-SCT de 2005, anexado às fls. 29 e 30, de autoria do Senador Sérgio Cabral, para discutir a implantação da TV Digital no Brasil, com a presença do Excelentíssimo Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=6kalom.1.11
09/11/2005	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 6ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 02 – SCT de 2004, anexado às fls. 08 a 10, de autoria dos Senadores Hélio Costa e Flávio Arns, para debater a construção da Usina Nuclear de Angra III, com a presença do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobrás Termonuclear S.A – Eletronuclear; Sr. Joaquim Francisco de Carvalho, Físico e Mestre em Energia Nuclear; Sr. Luiz Pinguelli Rosa, Coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coordenação dos Programas de Pós-

	Graduação de Engenharia – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; Sr. Alfredo Tranjan Filho, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN/MCT. No dia de hoje o Senador Flávio Arns subscreve o Requerimento n.º 08/05-SCT, de autoria do Senador Hélio Costa, aprovado na reunião do dia 30/06/05, propondo a realização de Audiência Pública para discutir sobre o Programa do Governo Federal “PC Conectado”, passando a ser co-autor do mesmo. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=6kalom.1.10
16/11/2005	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTOS PROPONDO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS A Subcomissão em sua 7ª reunião de trabalho, aprova o seguinte item único constante da pauta: Requerimento nº 11/05 – SCT, de autoria dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo, anexado à fl. 31, que “Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão e da Comissão de Educação, para discutir e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, que ‘Dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências’”.
17/11/2005	INDICAÇÃO DE MEMBROS E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA O Vice-Presidente, no exercício da presidência da Comissão de Educação, Senador Augusto Botelho, no uso das prerrogativas regimentais, indica os Senadores Reginaldo Duarte – PSDB/CE, Gilberto Mestrinho – PMDB/AM, Antonio Carlos Valadares – PSB/SE e Aelton Freitas PL/MG, para comporem o colegiado desta Subcomissão, na 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, nas vagas de primeiro-suplente (Bloco da Minoria – PFL e PSDB), primeiro-suplente do PMDB e na segunda e terceira vaga de suplente (Bloco de Apoio ao Governo PT, PSB e PL), nesta ordem, remanejando ainda o Senador Valdir Raupp – PMDB/RO para a terceira (3ª) vaga de titular do PMDB. Dando prosseguimento, a Subcomissão, em sua 8ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, conjunta com a Comissão

	de Educação, atendendo ao Requerimento nº 11/05-SCT, anexado à fl. 31, de autoria dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 279/03, que "Dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores - Internet, e dá outras providências", com a presença do Sr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Sr. Antônio Alberto Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet - ABRANET; Sr. Marcelo de Carvalho Lopes, Coordenador do Conselho Gestor de Internet do Brasil – CGIBr; Sr. Luis Fernandez Lopez, Coordenador de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; e Sr. Paulo Quintiliano da Silva, Chefe do Setor de Perícia de Informática do Instituto nacional de Criminalística – SEPINF. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=6kalom.1.8
01/02/2006	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 1ª reunião de trabalho da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, realiza Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação e com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, atendendo ao Requerimento nº 10-SCT de 2005, anexado às fls. 29 e 30, de autoria dos Senadores Sérgio Cabral e Flávio Arns, para discutir a implantação da TV Digital no Brasil e FUST – Fundo de Universalização das Telecomunicações, com a presença do Excelentíssimo Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações. Em virtude da amplitude do tema "TV Digital", por decisão do plenário, o debate sobre o "FUST" ficou adiado para uma próxima data a ser agendada. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=6kalom.1.7
09/05/2006	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO PROPONDO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 1ª reunião de trabalho, aprova o

	seguinte item único constante da pauta: Requerimento nº 01/06 – SCT, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, anexado à fl.32, que "Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão e da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para tratar da Pirataria na indústria do Audiovisual, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema".
16/05/2006	INDICAÇÃO DE MEMBROS O Vice-Presidente, no exercício da presidência da Comissão de Educação, Senador Augusto Botelho, no uso das prerrogativas regimentais, indica os Senadores Jonas Pinheiro – PFL/MT e Mão Santa – PMDB/PI, para comporem o colegiado desta Subcomissão, na 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, na segunda vaga de titular do Bloco da Minoria (PFL e PSDB) e na primeira vaga da titularidade do PMDB, respectivamente.
17/05/2006	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 2ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, atendendo ao Requerimento nº 01-SCT de 2006, anexado à fl. 32, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, para discutir a Pirataria na Indústria do Audiovisual, com a presença do Sr. Gustavo Starling Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI; Alvacyr H. F. Resende, Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS; Sr. Marcio Gonçalves, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association – MPA e Sr. Sérgio Torres, Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=6kalom.1.5
06/09/2006	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTOS SOBRE O DIA MUNDIAL DA CIÊNCIA PELA PAZ E LEITURA DE COMUNICADO DO TCU A Subcomissão, em sua 3ª reunião de trabalho, aprova os

	seguintes itens constantes da pauta: Item 1: Requerimento nº 03/06 – CESCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, anexado à fl.34, que “Requer, que a hora do expediente da sessão Plenária do Senado Federal do dia 8 de novembro de 2006, seja dedicada a homenagear o Dia Mundial da Ciência pela paz e pelo desenvolvimento, celebrado pelo sistema das Nações Unidas anualmente no dia 10 de novembro”; Item 2: Requerimento nº 002/06 – CESCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, anexado à fl.33, que “Requer o apoio desta Subcomissão às comemorações do Dia Mundial da Ciência pela paz e pelo desenvolvimento, celebrado pelo sistema das Nações Unidas no dia 10 de novembro e Item 3: Comunicado, referente ao Aviso nº 1.354-SGS-TCU-Plenário, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Comunica a disposição das cópias do acórdão dos autos de processo TCU 015.001/2005-5, do relatório e do voto que fundamentaram esta deliberação”. A matéria foi lida na reunião de hoje e está a disposição dos membros desta Subcomissão.
07/11/2006	INDICAÇÃO DE MEMBRO O Presidente da Comissão de Educação, Senador Wellington Salgado de Oliveira, no uso das prerrogativas regimentais, indica o Senador Cristovam Buarque – PDT/DF, para compor, como titular, em vaga cedida pelo PMDB, o colegiado desta Subcomissão na 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em substituição ao Senador Mão Santa – PMDB/PI, que passa a ocupar a segunda vaga de suplente do PMDB.
14/11/2006	INDICAÇÃO DE MEMBRO O Presidente da Comissão de Educação, Senador Wellington Salgado de Oliveira, no uso das prerrogativas regimentais, indica o Senador Almeida Lima – PMDB/SE, para compor os quadros desta Subcomissão, na 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, na terceira vaga de suplente do PMDB.
28/11/2006	APROVAÇÃO DE REQUERIMENTOS PROPONDO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

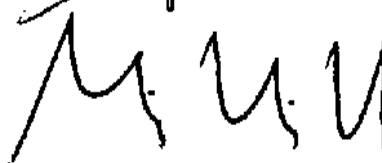
	A Subcomissão em sua 4ª reunião de trabalho, aprova os seguintes itens constantes da pauta: Item 1: Requerimento nº 04/06 – SCT, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino, anexado à fl. 35, que “Requer a realização de Audiências Públicas, no âmbito desta Subcomissão e da Comissão de Educação, para iniciar os debates sobre uma das áreas mais promissoras da Ciência Mundial, a Nanotecnologia; Item 2: Requerimento nº 005/2006 – SCT, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Roberto Saturnino, anexado à fl. 36, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater os preparativos para o Ano Polar Internacional, a realizar-se no biênio 2007 e 2008, assim como os resultados e perspectivas do Programa Antártico Brasileiro” e Item 3: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 007, de 2005 – SCT, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Roberto Saturnino, anexado à fl.37, que “Requer em aditamento ao Requerimento nº 07/05...sugiro a alteração que se segue: onde se lê ‘...Audiência Pública...’ leia-se ‘...Audiências Públicas...’, sendo a primeira em conjunto com a Comissão”.
29/11/2006	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 5ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, atendendo ao Requerimento nº 07-SCT de 2005, anexado à fl. 20, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Delcídio Amaral, para debater sobre a Robótica, com a presença do Sr. José Luiz Rubinatto, Diretor da Área de Automação Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE e Diretor Geral da Yaskawa Elétrico do Brasil; Sr. Dante Barone, Coordenador do Laboratório de Robótica Inteligente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Sra. Anna Helena Reali Costa, Coordenadora do Comitê de Robótica da Sociedade Brasileira de Automática – SBA e Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; Sr. Henrique de Oliveira Miguel, Coordenador Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática do Ministro da Ciência e Tecnologia e Sra. Louise Pereira Ribeiro, Gerente de Tecnologia Submarina do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento

	Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES/PETROBRÁS – RJ. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gatc.exe?f=recordn&state=bh6m7h.1.2
13/12/2006	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A Subcomissão, em sua 6ª reunião de trabalho, realiza Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Educação, atendendo ao Requerimento nº 04-SCT de 2006, anexado à fl. 35, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Roberto Saturnino, para debater sobre a Nanotecnologia, com a presença do Sr. Márcio Augusto dos Anjos, Vice-Coordenador de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Ministério da Ciência e Tecnologia; Sr. Marcelo Knobel, Coordenador do projeto NanoAventura da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Sr. José D'Albuquerque e Castro, Coordenador de Nanomagnetismo do Instituto Milênio de Nanotecnologia e José Antônio Brum, Diretor Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncroton – LNLS/Centro de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. <i>Notas taquigráficas:</i> http://webthes.senado.gov.br/bin/gate.exe?f=recordn&state=bh6m7h.1.1
08/02/2007	APROVAÇÃO EM PLENÁRIO DA RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, DE 2007, QUE CRIA A COMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT) E, POR DECORRÊNCIA, EXTINGUE A SUBCOMISSÃO DE C&T DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO. A Resolução do Senado nº 1, de 2007, cria a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com competência para opinar sobre proposições pertinentes a (I) desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; (II) política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática; (III) organização institucional do setor; (IV) acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais na área; (V) propriedade intelectual; (VI) criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e

	estímulo à pesquisa e criação de tecnologia; (VII) comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (VIII) regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática; (IX) outros assuntos correlatos.

Sala da Comissão,

, Presidente EVENTUAL
SEN. PAULO PAIM.

, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA REUNIÃO DE 06/ 10 / 2009 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

~~Eventual~~

(Sen. Paulo Paim)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

FLÁVIO ARNS

Relator

AUGUSTO BOTELHO

FÁTIMA CLEIDE

PAULO PAIM

INÁCIO ARRUDA

(VAGO)

SADI CASSOL

1- JOÃO PEDRO

2- IDELI SALVATTI

3- EDUARDO SUPICY

4- JOSÉ NERY

5- ROBERTO CAVALCANTI

6- JOÃO RIBEIRO

7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA

MAURO FECURY

GILVAM BORGES

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

GERSON CAMATA

FRANCISCO DORNELLES

(VAGO)

1- ROMERO JUCÁ

2- (VAGO)

3- PEDRO SIMON

4- NEUTO DE CONTO

5- VALDIR RAUPP

6- GARIBALDI ALVES FILHO

7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO

MARCO MACIEL

ROSALBA CIARLINI

HERÁCLITO FORTES

JOSÉ AGRIPINO

ADELMIR SANTANA

ALVARO DIAS

CÍCERO LUCENA

EDUARDO AZEREDO

MARISA SERRANO

1- GILBERTO GOELLNER

2- KÁTIA ABREU

3- OSVALDO SOBRINHO

4- EFRAIM MORAIS

5- ELISEU RESENDE

6- MARIA DO CARMO ALVES

7- FLEXA RIBEIRO

8- MARCONI PERILLO

9- PAPALÉO PAES

10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

ROMEU TUMA

JOÃO VICENTE CLAUDINO

MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- JEFFERSON PRAIA

TRADUÇÃO DAS ATAS

PARLAMENTO DO MERCOSUL SECRETARIA PARLAMENTAR

MERCOSUR/PM/ACTA SPREP/02/2009

ATA DA SESSÃO PREPARATÓRIA DO TERCEIRO SUBPERÍODO ORDINÁRIO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, no dia 10 de fevereiro de 2009, às 15h30, no Plenário do Edifício Mercosul, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para a Sessão Preparatória do Terceiro Subperíodo Ordinário do Parlamento do MERCOSUL. A lista de parlamentares presentes e dos convidados especiais figura no **Anexo I** do presente documento.

A Sessão transcorreu de acordo com a Ordem do Dia aprovada pela Mesa Diretora em sua reunião de 9 e 10 de fevereiro de 2009, que figura como **Anexo II** do presente documento.

A) ABERTURA DA SESSÃO SOB A PRESIDÊNCIA DO PRESIDENTE PROVISÓRIO DO PM (Art. 45 do R.I.)

De acordo com as disposições do artigo 45 do Regimento Interno, a Presidência Provisória da Sessão Preparatória coube ao Parlamentar Pedro Simon, da Delegação do Brasil.

O Presidente solicitou ao Secretário Parlamentar a leitura do Acordo Político aprovado pela Mesa Diretora em exercício, em sua reunião de 9 e 10 de fevereiro de 2009 para a designação da Mesa Diretora do terceiro e quarto subperíodo, que figura como **Anexo III** do presente documento.

B) ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO PARLAMENTO DO MERCOSUL (Arts. 44, 46 e 47 do R.I.)

De acordo com as disposições do Acordo Político supracitado, o Presidente Provisório submeteu à consideração e votação do Plenário o nome do Parlamentar Ignacio Mendoza Unzaín para ocupar a Presidência do Parlamento do MERCOSUL durante o primeiro semestre do ano de 2009, o que foi aprovado unanimemente pelos parlamentares presentes.

O Presidente Pedro Simon dirigiu-se ao Plenário destacando a importância do ato e em seguida convidou o Presidente eleito, Ignacio Mendoza Unzaín, a tomar posse do cargo.

C) POSSE DO PRESIDENTE ELEITO IGNACIO MENDOZA UNZAÍN (Art. 49 do R.I.)

Em conformidade com as disposições do artigo 49 do Regimento Interno, o Presidente Provisório transmitiu o cargo ao Presidente eleito Ignacio Mendoza Unzaín, que passou a ocupar a Presidência.

D) ELEIÇÃO DOS VICE-PRESIDENTES DO PARLAMENTO DO MERCOSUL PELA ORDEM (Art. 44 do R.I.)

O Presidente submeteu à apreciação e votação do Plenário, de acordo com o Acordo Político supracitado, o nome dos Vice-Presidentes do Parlamento do MERCOSUL de cada Delegação: pela Argentina, o parlamentar José Pampuro; pelo Brasil, o parlamentar Dr. Rosinha; pelo Uruguai, o parlamentar Juan José Domínguez, o que foi aprovado unanimemente por todos os parlamentares presentes.

E) PROCLAMAÇÃO DAS AUTORIDADES ELEITAS (Art. 50 do R.I.)

Procedeu-se à proclamação das autoridades eleitas e o Presidente Mendoza Unzaín fez uso da palavra destacando a importância do compromisso assumido e delineando os eixos principais de sua futura gestão (**Anexo IV**).

Em seguida, fizeram uso da palavra os parlamentares: Claudio Díaz, José Pampuro, Alfonso González Núñez y Juan José Domínguez.

Compromisso dos Parlamentares do PM

Em conformidade com o Art. 111 do Regimento Interno, procedeu-se à tomada de compromisso dos seguintes Parlamentares: Margarita Percovich y Daniel Mariana.

Às 15h52, o Presidente encerrou a sessão.

ANEXOS:

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I – Lista de parlamentares presentes.

Anexo II – Desenrolar da Sessão, de acordo com a respectiva Ordem do Dia.

Anexo III – Acordo Político de Integração da Mesa Diretora.

Anexo IV – Discurso do Presidente eleito Ignacio Mendoza Unzaín.

Ignacio Mendoza Unzaín

Presidente

Dr. Edgar Lugo

Secretário Parlamentar

MERCOSUR/PM/ACTA V SEXT/03/2009

**ATA DA V SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARLAMENTO DO
MERCOSUL**

Na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, em 10 de fevereiro de 2009, às 15h55, no Plenário do Edifício Mercosul, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para a V Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL. A lista de participantes figura no Anexo I do presente documento.

O Presidente Ignacio Mendoza Unzaín procedeu à abertura da Sessão.

Em seguida, passou-se à leitura do assunto designado para a V Sessão

Extraordinária:

Proposta de Código de Ética dos Parlamentares do MERCOSUL (Anexo II). Encaminhada à Comissão do Orçamento e Assuntos Internos.

Às 15h57, sem mais assuntos para tratar, o Presidente encerrou a sessão.

ANEXOS:

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I - Lista de parlamentares presentes

Anexo II – Proposta de Código de Ética dos Parlamentares do MERCOSUL.

Ignacio Mendoza Unzaín
Presidente

Dr. Edgar Lugo Garay
Secretário Parlamentar

MERCOSUR/PM/ACTA SPREP/02/2009**ANEXO I**

Convidados especiais: Regis Percy Arslanian, Embaixador junto à ALADI e ao MERCOSUL – República Federativa do Brasil; Embaixador Juan Carlos Olima, Representante Permanente junto ao MERCOSUL e à ALADI – República Argentina; Embaixador Emilio Lorenzo Jiménez, Representante Permanente junto ao MERCOSUR e à ALADI – República do Paraguai; Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena, Representante Permanente junto ao MERCOSUL e à ALADI; República Oriental do Uruguai; Embaixador Franklin Ramón Gonzalez, Representante Permanente junto ao MERCOSUR e ALADI – República Bolivariana da Venezuela; Cándido Vera Bejarano, Ministro da Agricultura e Pecuária do Paraguai

PARTICIPANTES**Delegação de parlamentares da Argentina**

Adolfo RODRIGUEZ SAÁ
Adrián PEREZ
Arturo VERA
Carlos RAIMUNDI
Fabio BIANCLANI
Guillermo JENEFES
Isabel VIUDES
Juan Manuel IRRAZABAL
Juan OBIGLIO
Mabel MULLER
Mariano WEST
Beatriz ROJKES
Jose PAMPURO
Ruperto GODOY
Susana GENEM
Maria Cristina PERCEVAL

Delegação de Parlamentares do Brasil

Marisa SERRANO
Geraldo MESQUITA JUNIOR
Pedro SIMON
Inácio ARRUDA

Romeu TUMA
Dr. ROSINHA
George HILTON
José Paulo TÓFFANO
Iris DE
ARAUJO
Claudio DIAZ
Germano BONOW

Gerardo THADEU
Valdir COLATO
Vieira da CUNHA

Delegação de Parlamentares do Paraguai

Alfonso GONZALEZ NUÑEZ
Ignacio MENDOZA UNZAIN
Modesto Luís GUGGIARI
ZAVALA Héctor Ricardo
LACOGNATA Nelson ALDERETE
Eric Maria SALUM PIRES
Atilio MARTINEZ
CASADO
Carlos Antonio VILLALBA
ROTELA Carmelo BENITEZ
CANTERO Ángel Ramón
BARCHINI
Amanda Rosalia NUÑEZ
Francisco OVIEDO BRITEZ
Ricardo Nicolás CANESE Ramón
Roberto DOMINGUEZ Mercedes
GONZALEZ VILLALBA Zacarías
VERA CARDENAS
Federico GONZALEZ
QUINTANA Mirtha PALACIOS
MELGAREJO

Delegação de Parlamentares do Uruguai

Gustavo BORSARI
Roberto CONDE
Juan DOMÍNGUEZ
Daniel MAÑANA
Doreen Javier IBARRA
Eduardo LORIER
Ruben MARTINEZ HUELMO
Gustavo PENADES
Adriana PEÑA
Margarita PERCOVICH
Gustavo GUARINO

MERCOSUR/PM/ACTA SO 07/2009**ATA DA XVI SESSÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, às 15h40 do dia 16 de março, no Plenário do Edifício Mercosul, se reuniram os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela para a XVI Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL.

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, o Parlamentar Mendoza Unzaín, abriu a sessão depois de registrar eletronicamente a presença dos parlamentares, contando com o quórum suficiente para o início dos trabalhos.

A lista de parlamentares presentes aparece como **Anexo I** do presente documento e é considerada parte dele.

Em seguida, a sessão transcorreu de acordo com a Ordem do Dia (**Anexo II**).

1. Discussão e votação das Atas de: a) IV Sessão Extraordinária de 18 de dezembro de 2008; b) Sessão Preparatória de 10 de fevereiro de 2009; V Sessão Extraordinária de 10 de fevereiro de 2009 (R.I. art. 123.a).

O Presidente submeteu à apreciação do Plenário a discussão e votação das Atas de: IV Sessão Extraordinária de 18 de dezembro de 2008; Sessão Preparatória de 10 de fevereiro de 2009 e V Sessão Extraordinária de 10 de fevereiro de 2009, pela ordem, e foram aprovadas por unanimidade.

2. Compromisso de Parlamentares do PM

Em conformidade com o art. 111 do Regimento Interno, procedeu-se à tomada de compromisso da Parlamentar Lucía Topolanski.

3. Assuntos Apresentados (R.I. Art. 123.c)

Procedeu-se à leitura pela Secretaria dos Assuntos Apresentados para a XVI Sessão, que aparecem no **Anexo III** do presente documento e fazem parte dele.

4. Tema Livre (Hora Prévia R.I. Art. 123.d)

Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares:

Parlamentar Adriana Peña: eleições na República Bolivariana da Venezuela e sugestão para a participação de observadores do Parlamento do MERCOSUL nos procedimentos eleitorais.

Parlamentar Geraldo Mesquita Júnior: proposta de seminário sobre meio ambiente e biodiversidade, a realizar-se em Brasília no próximo ano, sob a coordenação da Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Parlamentar George Hilton: reunião dos Presidentes da República Oriental do Uruguai, Dr. Tabaré Vázquez, e da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Crise econômica e desafios da região.

Parlamentar Nelson Alderete: crise econômica e protesto contra medidas protecionistas da Argentina a produtos paraguaios.

Parlamentar Adolfo Rodríguez Saá: solicitação de publicação de Resolução do Tribunal Arbitral. Crise econômica e crises políticas comuns no Bloco. Parlamentar Ángel Ramón Barchini: eleições na República Bolivariana da Venezuela e participação como observador.

Parlamentar Roy Daza: eleições na República de El Salvador.

Parlamentar Martínez Huelmo: recomenda o arquivamento dos relatórios lidos na sala da Comissão de Assuntos Internacionais.

Não havendo mais inscritos, encerrou-se a Hora Livre e passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

5. Debate Proposto (R.I. Art. 123.e)

O Presidente informou aos Parlamentares que os interessados em apresentar propostas contariam com 5 minutos para isso, e 15 minutos em caso de aprovação.

Fizeram uso da palavra:

Parlamentar Pablo Iturralde: proposta de declaração Estado de Direito e Estado de Situação do MERCOSUL.

Parlamentar Aloizio Mercadante: proposta de Declaração sobre a Crise Econômica.

Parlamentar Inácio Arruda: proposta de Disposição sobre a Crise Econômica.

Parlamentar Rodríguez Saá: proposta de Declaração sobre a Crise Econômica.

O Presidente informou que se encontravam na mesa a proposta do Parlamentar Iturralde e a proposta unificada dos Parlamentares Mercadante, Rodríguez Saá e Arruda e as submeteu à apreciação do Plenário, com aprovação como tema para o debate a proposta da Declaração sobre a crise econômica.

Fizeram uso da palavra durante o Debate Proposto os seguintes parlamentares:

Parlamentar Aloizio Mercadante

Parlamentar Rodríguez Saá

Parlamentar Inácio Arruda

Parlamentar Ángel Barchini

Parlamentar Ricardo Canese

Parlamentar Roy Daza

Parlamentar Mariano West

Parlamentar Neuto De Conto

Parlamentar Pedro Simon

Não havendo mais oradores, o Presidente, Dr. Mendoza Unzaín, submeteu a apreciação a incorporação à Ordem do Dia da proposta de Declaração sobre a crise econômica, que foi aprovada.

6. Discussão e votação da Ordem do Dia (R.I. Art. 123.f)

A Ordem do Dia foi submetida a apreciação e foi aprovada. (Anexo II). No tocante aos temas da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes resoluções:

F.1) Proposta de Declaração por meio da qual o Parlamento do MERCOSUL manifesta sua preocupação com a **Crise Econômica Mundial**.

Foi aprovada a Declaração 01/2009: Crise Econômica Mundial e a Disposição 04/2009.

F.2) Proposta de Disposição da Mesa Diretora referente ao **Calendário de Sessões Ordinárias do Parlamento do MERCOSUL**.

Foi aprovada a Disposição 5/2009: Sessões Ordinárias do Parlamento do MERCOSUL.

F.3) Proposta de Disposição da Mesa Diretora referente à **Integração das Comissões Permanentes do Parlamento do MERCOSUL**.

Foi aprovada a Disposição 06/2009: Integração das Comissões Permanentes.

F.4) Proposta de Recomendação por meio da qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda a adoção da imagem do gaúcho com seu cavalo crioulo como ícone representativo do MERCOSUL (AE 16/2008/RE). **(Tema proveniente da XV Sessão Ordinária.)**

- RELATÓRIO da Comissão de Educação e Cultura para **APROVAÇÃO**.

- RELATOR: Parlamentar Doreen Javier Ibarra.

Retorna à Comissão de Educação.

F.5) Proposta de Declaração por meio da qual o Parlamento do MERCOSUL reconhece a importância, na história da América Latina, da figura de Ernesto “Che” Guevara (AE/VI SO/2007/No 51). **(Tema proveniente da XV Sessão Ordinária.)**

RELATÓRIOS da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos:

a) RELATÓRIO EM MAIORIA PELA APROVAÇÃO da Proposta de Declaração; RELATOR: NÃO ESPECIFICADO NO RELATÓRIO.

b) RELATÓRIO EM MINORIA PELO ARQUIVAMENTO da proposta de Declaração. RELATOR: NÃO ESPECIFICADO NO RELATÓRIO.

Retorna à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

F.6) Proposta de Disposição pela qual o Parlamento do MERCOSUL aprova o Regimento do Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL (AE 114/2008/DI/SO XIII) encaminhado pela Mesa Diretora ao Plenário do Parlamento do MERCOSUL. **(Tema proveniente da IV Sessão Extraordinária.)**

Foi aprovada a Disposição 07/2009: Regimento do Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL.

Às 19h20, o Presidente Mendoza Unzaín anunciou um intervalo. Às 10h30 do dia 17 de março, o Presidente Mendoza Unzaín retomou os trabalhos, dando continuidade à XVI Sessão Ordinária.

7. Relatório da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL (Art. 4 inc. 7 do PCPM)

O Presidente deu as boas-vindas ao Chanceler da República do Paraguai, o Sr. Alejandro Hamed Franco, que concorria ao Parlamento do MERCOSUL em conformidade com o artigo 4º inc. 7 do Protocolo Constitutivo do PM.

O Chanceler, Sr. Alejandro Hamed Franco, fez uso da palavra. As palavras proferidas pelo Chanceler figuram como **Anexo V** do presente documento. Concluída a exposição do Chanceler Alejandro Hamed Franco, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares:

- pela República Argentina: Parlamentar Ruperto Godoy,
pela República Federativa do Brasil: Parlamentar Aloizio Mercadante,
- pela República do Paraguai: Parlamentar Alfonso González Núñez
- pela República Oriental do Uruguai: Parlamentar Roberto Conde

– pela República Bolivariana da Venezuela: Parlamentar Calixto Ortega.

O Sr. Presidente agradeceu a todos os presentes e, às 11h35, encerrou a sessão.

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I — Lista de Participantes e Convidados Especiais

Anexo II — Ordem do Dia da XVI Sessão

Anexo III — Assuntos Apresentados

Anexo IV — Atos do PM aprovados:

MERCOSUL/PM/SO/ DECL. 01/2009 - CRISE ECONÔMICA MUNDIAL.

MERCOSUR/PM/SO/DISP. 04/2009 - CONVITE AOS MINISTROS DA FAZENDA PARA UMA SESSÃO ESPECIAL DO PARLAMENTO.

MERCOSUR/PM/SO/DISP. 05/2009 - SESSÕES ORDINÁRIAS DO PARLAMENTO DO MERCOSUL.

MERCOSUR/PM/SO/DISP. 06/2009 – INTEGRAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

MERCOSUR/PM/SO/DISP. 07/2009 - REGIMENTO DO OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL.

Anexo V — Discurso do Chanceler, Alejandro Hamed Franco

Ignacio Mendoza Unzain
Presidente

Dr. Edgar Lugo Secretário
Parlamentar

George HILTON
Aloizio MERCADANTE
Geraldo MESQUITA JUNIOR
Renato MOLLING
Efraim MORAIS
Dr. ROSINHA
Celso RUSSOMANNO
Pedro SIMON
Romeu TUMA
Sergio ZAMBIASI

Delegação de parlamentares do Paraguai

Alfonso GONZALES NUÑEZ
Nelson ALDERETE
Ignácio MENDOZA SALUM
Atilio MARTINEZ CASADO
Carlos Antonio VILLALBA
Carmelo BENITEZ
Modesto Luís GUGGIARI ZAVALA
Angel Ramón BARCHINI
Francisco OVIEDO BRITEZ
Amanda NUÑEZ
Ricardo CANESE
Ramón Roberto DOMÍNGUEZ
Héctor LACOGNATA
Zacarías VERA CARDENAS
Federico GONZÁLEZ QUINTANA
Mirtha PALACIOS MELGAREJO

Delegação de Parlamentares do Uruguai

Juan J. BENTANCOR
Gustavo BORSARI
Diego CÁNEPA
Roberto CONDE
Juan Domínguez
Carlos GONZÁLEZ ÁLVAREZ
Javier IBARRA
Pablo ITURRALDE
Eduardo LORIER
Rubén MARTÍNEZ HUELMO
Adriana PEÑA
Eduardo RÍOS
Lucía TOPOLANSKY

Delegação de Legisladores da República Bolivariana da Venezuela

Roy DAZA
Aurora MORALES
Calixto ORTEGA
Desirée SANTOS AMARAL
Loa TAMARONIS

MERCOSUR/PM/ACTA SE 09/2009**ATA DA IV SESSÃO ESPECIAL DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Na cidade de Assunção, República do Paraguai, em 27 de abril de 2009, às 9h, na Sala de Sessões do Congresso Nacional, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para a IV Sessão Especial do Parlamento do MERCOSUL.

A) ABERTURA DA SESSÃO

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, o Parlamentar Dr. Ignacio Mendoza Unzaín, abriu a sessão.

A lista de parlamentares participantes e convidados especiais foi incluída como **Anexo I** do presente documento e é considerada parte integrante dele.

A sessão continuou a transcorrer de acordo com a Ordem do Dia (**Anexo II**).

O Presidente deu boas-vindas aos parlamentares presentes e agradeceu pelo comparecimento dos convidados especiais.

Em seguida, o Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Dr. Ignacio Mendoza Unzaín, concedeu a palavra ao Presidente do Congresso do Paraguai, Enrique González Quintana.

Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Dr. Mario Paz Castaing, que fez considerações técnicas sobre a representatividade e a proporcionalidade no Parlamento do MERCOSUL.

B) DEBATE SOBRE O “ACORDO POLÍTICO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL”

Dando continuidade à Sessão, o Presidente abriu o debate aos Senhores Parlamentares e concedeu a palavra a um Parlamentar de cada delegação para que o iniciassem: “Acordo político para a consolidação do Parlamento do MERCOSUL”.

Fizeram uso da palavra os parlamentares:

- Aloizio Mercadante, pelo Brasil,
- Roberto Conde, pelo Uruguai,
- Alfonso González Núñez, pelo Paraguai,
- José Mayans, pela Argentina.

Em seguida, o Presidente do Parlamento do MERCOSUL, o Dr. Mendoza Unzaín, convidou a Presidente do Parlamento Andino, Ivonne Baki, a dirigir-se ao Plenário.

DEBATE COM OS MINISTROS DAS CORTES SUPREMAS DOS ESTADOS MEMBROS sobre o tema "Dimensão Jurídica e o Direito do MERCOSUL".

Em seguida, o Presidente, Dr. Ignacio Mendoza Unzaín, sugeriu modificar a Ordem do Dia e outorgou a palavra aos representantes das Cortes Supremas dos Estados Membros presentes, que discorreram sobre o tema "Dimensão Jurídica e o Direito do MERCOSUL".

Fizeram uso da palavra:

- Dr. Hipólito Rodríguez Caorsi, Ministro da Suprema Corte de Justiça da República Oriental do Uruguai,
- Dra. Susan Kleebank, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Supremo Tribunal Federal da República Federativa do Brasil.

O Presidente, Dr. Ignacio Mendoza Unzaín, agradeceu aos oradores e deixou registrado que, por motivos de força maior, não puderam assistir à Sessão os representantes das Cortes Supremas da Argentina e do Paraguai.

DEBATE COM OS LÍDERES DOS PARTIDOS POLÍTICOS DA REPÚBLICA DO PARAGUAI sobre a "Dimensão Parlamentar — Critério de representação dos cidadãos".

Dando prosseguimento ao debate, concedeu-se a palavra aos representantes dos partidos políticos do Paraguai.

Fizeram uso da palavra:

- Gustavo Cardoso, Presidente do Partido Liberal Radical Autêntico,
- Lino César Oviedo, Presidente do Partido União Nacional de Cidadãos Éticos,
- Miguel Carrizosa, representante do Partido Pátria Querida,
- Roberto Colman, representante do Partido Tekojoja.

O Presidente Dr. Ignacio Mendoza Unzaín agradeceu aos oradores e deixou registrado que, por motivos de agenda, não pôde estar presente a Presidente do Partido Colorado do Paraguai.

Em seguida, o Presidente abriu o debate ao Plenário.

Fizeram uso da palavra:

- Parlamentar Adolfo Rodríguez Saá
- Parlamentar Ángel Ramón Barchini
- Parlamentar Pablo Iturralde
- Parlamentar Aloizio Mercadante
- Parlamentar Eric Salum
- Parlamentar Arturo Vera
- Parlamentar Enrique Pintado
- Parlamentar Inácio Arruda
- Parlamentar Marisa Serrano

- Parlamentar Germano Bonow
- Parlamentar Juan José Domínguez
- Parlamentar Beto Albuquerque
- Parlamentar Eduardo Ríos

O Presidente Ignacio Mendoza Unzaín informou que, por motivos de agenda, foi impossível coordenar a presença dos Ministros da Economia e da Fazenda dos Estados Membros e Associados.

O Presidente Ignacio Mendoza Unzaín convocou os membros da Mesa Diretora e os Chefes de Delegação para uma reunião a ser realizada a partir das 15h.

Às 13h30, encerrou-se IV Sessão Especial do Parlamento do MERCOSUL.

Fazem parte integrante do presente documento os seguintes Anexos:

Anexo I — Lista de Participantes

Anexo II – Ordem do Dia da IV Sessão Especial

Dr. Ignacio Mendoza Unzaín
Presidente

Dr. Edgar Lugo
Secretário Parlamentar

MERCOSUR/PM/ACTA SE 09/2009/ANEXO I

CONVIDADOS ESPECIAIS E PARTICIPANTES

CONVIDADOS ESPECIAIS

DR. FEDERICO FRANCO GÓMEZ – Vice-presidente da República do Paraguai,

SR. ENRIQUE GONZALEZ QUINTANA - Presidente do Senado da Nação — República do Paraguai.

SR. ENRIQUE SALYN BUZARQUIS - Presidente da Câmara dos Deputados.

SRA. IVONE BAKI - Presidente do Parlamento Andino.

SR. GUSTAVO CARDOZO - Presidente do Partido Liberal Radical Autêntico.

GENERAL LINO CÉSAR OVIEDO - Presidente do Partido União Nacional de Cidadãos Éticos (UNACE).

SR. MIGUEL CARRUZISA - Representando o Partido Pátria Querida.

SR. ROBERTO COLMAN - Representando o Partido Tekojoja.

DR. HIPOLITO RODRÍGUEZ CAORSI- Ministro da Suprema Corte de Justiça da República Oriental do Uruguai.

DRA. SUSANA KLEEBANK — Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Supremo Tribunal Federal da República Federativa do Brasil.

PARTICIPANTES

Delegação de Parlamentares da Argentina

- 1. OSCAR CASTILLO**
- 2. MÓNICA FEIN**
- 3. SUSANA GENEM**
- 4. RUPERTO GODOY**
- 5. GUILLERMO JENEFES**
- 6. JOSÉ MAYANS**
- 7. MABEL MULLER**
- 8. JOSÉ PAMPURO**
- 9. JULIÁN OBIGLIO**
- 10. CARLOS RAIMUNDI**
- 11. ADOLFO RODRÍGUEZ SAÁ**
- 12. BEATRIZ ROJKES**
- 13. ARTURO VERA**
- 14. ISABEL VIUDES**
- 15. MARIANO WEST**

Delegação de Parlamentares do Brasil

- 1. ALOIZIO MERCADANTE**
- 2. GERALDO MESQUITA JUNIOR**
- 3. ROMEU TUMA**
- 4. INÁCIO ARRUDA**
- 5. MARISA SERRANO**
- 6. JOSE NERY**
- 7. DR. ROSINHA**
- 8. IRIS DE ARAÚJO**
- 9. GEORGE HILTON**
- 10. BETO ALBUQUEQUE**
- 11. VALDIR COLATTO**
- 12. CLAUDIO DIAZ**
- 13. GERMANO BONOW**
- 14. JOSÉ PAULO TÓFFANO**
- 15. CELSO RUSSOMANNO**

Delegação de Parlamentares do Paraguai

1. **ALFONSO GONZÁLEZ NÚÑEZ**
2. **CÁNDIDO VERA BEJARANO**
3. **IGNACIO MENDOZA UNZAÍN**
4. **ERIC SALUM**
5. **ATILIO MARTÍNEZ CASADO**
6. **CARLOS VILLALBA**
7. **CARMELO BENÍTEZ**
8. **MODESTO GUGGIARI**
9. **ANGEL BARCHINI**
10. **AMANDA NÚÑEZ**
11. **FRANCISCO OVIEDO**
12. **RICARDO CANESSE**
13. **RAMÓN DOMÍNGUEZ**
14. **HECTOR LACOGNATA**
15. **MERCEDES GONZÁLEZ VILLALBA**
16. **ZACARÍAS VERA CARDENAS**
17. **FEDERICO GONZÁLEZ QUINTANA**
18. **MIRTHA PALACIOS**

Delegação de Parlamentares do Uruguai

1. **JUAN JOSÉ BENTANCOR**
2. **ROBERTO CONDE**
3. **SILVANA CHARLONE**
4. **JUAN JOSÉ DOMÍNGUEZ**
5. **CARLOS ENCISO**
6. **DOREEN JAVIER IBARRA**
7. **PABLO ITURRALDE**
8. **DANIEL MARANA**
9. **RUBÉN MARTÍNEZ HUELMO**
10. **DIEGO CÁNEPA**
11. **EDUARDO RÍOS**
12. **ANÍBAL PEREIRA**
13. **ENRIQUE PINTADO**

MERCOSUR/PM/ACTA SO 10/2009**ATA DA XVII SESSÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Na cidade de Assunção, República do Paraguai, às 9h25 do dia 28 de abril, na Sala de Sessões do Congresso Nacional, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para a XVII Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL.

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, o Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain, abriu a sessão contando com o quórum suficiente para o início dos trabalhos.

A lista de parlamentares participantes foi incluída como **Anexo I** do presente documento e é considerada parte integrante dele.

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Dr. Ignacio Mendoza Unzain, destacou a presença em sala do Sr. Presidente da República do Paraguai, Sr. Fernando Lugo Méndez, a quem deu as boas-vindas e concedeu a palavra para dirigir-se ao Plenário.

O Sr. Presidente da República do Paraguai, o Sr. Fernando Lugo Méndez, fez uso da palavra (**Anexo V**).

Finalizada a intervenção, o Presidente do Parlamento do MERCOSUL agradeceu pela participação do Presidente da República do Paraguai, assim como pela presença do Presidente do Congresso do Paraguai, Enrique González Quintana.

Em seguida, houve um intervalo.

Às 10h50, a sessão foi retomada e transcorreu de acordo com a Ordem do Dia (**Anexo II**), registrando-se o quórum necessário.

1 Discussão e votação da Ata da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL de 16 de março de 2009 (R.I. Art. 123 a).

O Presidente submeteu à apreciação do Plenário a discussão e votação da Ata da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL do dia 16 de março de 2009, que foi aprovada por unanimidade.

2. Compromisso de Parlamentares do PM

Em conformidade com o art. 111 do Regimento Interno, procedeu-se à tomada de compromisso do Parlamentar José Nery.

3. Assuntos Apresentados (R.I. Art. 123.c)

Deu-se a leitura pela Secretaria dos Assuntos Apresentados para a XVII Sessão, incluídos como **Anexo III** do presente documento e que fazem parte dele.

Foram submetidas a votação as solicitações de licença, que foram aprovadas.

4. Tema Livre (Hora Prévia R.I. Art. 123.d)

Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares:

- Parlamentar Hector Lacognata: boas-vindas aos Parlamentares colegas da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Informou sobre o Projeto de Recomendação por meio do qual o PM recomenda a implementação do idioma guarani como língua oficial e de trabalho no MERCOSUL.
- Parlamentar Juan José Domínguez: relato das atividades realizadas no VIII Fórum do Corredor Central Bioceânico, realizado no mês de abril na Província de San Luis, Argentina, do qual participou a Comissão de Infraestrutura do Parlamento do MERCOSUL.
- Parlamentar Oscar Castillo: relato dos resultados e da participação de Parlamentares do MERCOSUL no V Fórum Mundial da Água, realizado em Istambul, Turquia.
- Parlamentar Marisa Serrano: considerações sobre a importância da comunicação como ferramenta de integração.
- Parlamentar José Paulo Tóffano: relato dos resultados e da participação de Parlamentares do MERCOSUL no V Fórum Mundial da Água, realizado em Istambul, Turquia.
- Parlamentar Adolfo Rodríguez Saá: 1º de Maio, comemoração do Dia Internacional do Trabalho. Consequências da crise sobre a situação dos trabalhadores. Proposta de Declaração sobre a problemática apresentada ao Plenário.
- Parlamentar Beto Albuquerque: Conscientização e promoção da doação de órgãos e proposta de criação de um cadastro de doadores do MERCOSUL.
- Parlamentar Modesto Guggiari: repudiou a Diretriz de Retorno da União Européia e o tratamento dispensado aos imigrantes latino-americanos nesse Bloco.
- Parlamentar Beatriz Rojkes: preocupação com a epidemia de gripe suína e solidariedade com o povo mexicano. Propôs que se incentive as autoridades dos Estados Membros a tomarem as medidas necessárias para prevenir e combater essa enfermidade.
- Parlamentar Cândido Vera Bejarano: reincorporarão ao Parlamento do MERCOSUL e agradecimento ao Plenário pela possibilidade de continuar trabalhando pela integração.
- Susana Genem: incorporação do Parlasur ao EUROLAT, destacando que nessa órbita se criou um Grupo de Trabalho sobre Migração para abordar a problemática.

– Claudio Díaz: Conscientização e promoção da doação de órgãos e proposta de criação de um cadastro de doadores do MERCOSUL. Convite para o encontro que se realizará no mês de maio, na cidade de Pelotas, Brasil.

Por moção de ordem do Parlamentar Eric Salum, aprovou-se o fechamento da lista de oradores do Tema Livre e passou-se à abordagem dos pontos da Ordem do Dia.

5) Discussão e votação da Ordem do Dia (R.I. Art. 123.f)

O presidente do Parlamento do MERCOSUL, Dr. Ignacio Mendoza Unzaín, informou ao Plenário que os pontos F3, F4 e F5 da Ordem do Dia foram unificados na Proposta de Disposição sobre Acordo Político para a Consolidação do MERCOSUL e Proposições Correspondentes e Proposta de Recomendação sobre a Proporcionalidade Atenuada, a criação de um Tribunal de Justiça do MERCOSUL e a ampliação das atribuições atuais do Tribunal Permanente de Revisão.

O Parlamentar Dr. Rosinha solicitou consideração para que o ponto citado fosse tratado como o ponto 1 da Ordem do Dia.

O Presidente, Dr. Mendoza Unzaín, submeteu a apreciação a Ordem do Dia com a modificação proposta pelo Parlamentar Dr. Rosinha, que foi aprovada (**Anexo II**).

Em relação aos assuntos da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes resoluções:

F1.- ACORDO POLÍTICO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MERCOSUL E PROPOSIÇÕES CORRESPONDENTES e Proposta de Recomendação sobre a Proporcionalidade atenuada, a criação de um Tribunal de Justiça do MERCOSUL e a ampliação das atuais atribuições do Tribunal Permanente de Revisão.

Aprovou-se por maioria qualificada.

O Parlamentar Carlos Enciso solicitou que conste em Ata que o Partido Nacional não se oponha ao processo de integração do MERCOSUL e a seu Parlamento, mas vota negativamente este Acordo.

F.2) Proposta de Disposição da Mesa Diretora referente à Integração das Comissões Permanentes do Parlamento do MERCOSUL.

Aprovou-se com modificações a SO/DISP. 08/2009 "Integração das Comissões Permanentes".

F.3) Proposta de Disposição da Mesa Diretora referente à Prorrogação do prazo para a "Comissão Especial de Diagnóstico e Estado de situação do MERCOSUL" criada pela Disposição 04/2007.

Aprovou-se, a SO/DISP. 09/2009 "Prorrogação do prazo para "Comissão

Especial de Diagnóstico e Estado de Situação do MERCOSUL".

F.4) Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda a implementação do idioma guarani como língua oficial e de trabalho do MERCOSUL (AE 75/2008/RE/S0 XI) ***Aprovou-se a SO/REC. 01/2009 "Solicita ao CMC declarar o guarani como idioma oficial do MERCOSUL".***

F.5) Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda ao CMC a criação da Secretaria Permanente da Terceira Idade do MERCOSUL" (AE/152/2008/RE/S0 XV). ***Aprovou-se a SO/REC. 02/2009 "Que recomenda ao CMC a criação da Secretaria Permanente da Terceira Idade do MERCOSUL".***

F.6) Proposta pela qual se recomenda ao CMC, considerar a criação do Centro de Operações de Emergência Regional (116/2008/RE/SO XIII).

Volta à Comissão de Relações Internacionais.

F.7) Anteprojeto de Norma referente ao Estatuto das Cooperativas do MERCOSUL.

Aprovou-se SO/ANT. NORMA 01/2009 "Estatuto das Cooperativas"

F.8) Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda ao CMC instar os governos do Paraguai e Brasil a tomar as medidas pertinentes para acelerar a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná, com caráter bimodal, rodoferroviário, que unirá as cidades de Foz de Iguaçu, Brasil, com Porto Presidente Franco, Paraguai. (AE/128/2008/RE).

Aprovou-se a SO/REC. 03/2009 "Instar os Governos do Paraguai e Brasil a tomar as medidas pertinentes para acelerar a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná, com caráter bimodal, rodoferroviário, que unirá as cidades de Foz de Iguaçu, Brasil, com Porto Presidente Franco, Paraguai".

F.9) Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do MERCOSUL declara seu reconhecimento pelo trabalho realizado pela Unidade de Segurança Viária do Uruguai pela realização da Semana Nacional

de Segurança Viária (AE/133/2008/DE).

Aprovou-se a SO/DECL. 04/2009 "Segurança Viária do MERCOSUL"

F.10) Relatório elaborado pela Comissão Temporária para o estudo das denúncias do Movimiento Campesino Paraguayo (Disp. 13/08).

Aprovou-se SO/INFORME. 01/2009

F.11) Proposta de Disposição que cria a Comissão Especial para o estudo e acompanhamento da legislação vigente nos Estados Membros sobre o tráfico de pessoas (AE 19/2008/DI).

Aprovou-se a SO/DISP. 10/2009 "Criação de uma Comissão Especial para o estudo e acompanhamento da legislação vigente, nos diferentes Estados Membros, referente ao tráfico de pessoas, para a sua harmonização, com o objetivo de planejar uma estratégia comum para a luta contra este flagelo".

F.12) Proposta de Declaração de reconhecimento aos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 10 de dezembro 1948.

Aprovou-se a SO/DECL. 02/2009 "Reconhecimento aos 60 anos da Declaração Universal de Direitos da Organização das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948".

F.13) Proposta de Declaração pela qual se propõe que o Parlamento do MERCOSUL estabeleça um diálogo político amadurecido entre a iniciativa da UNASUL com as instâncias políticas parlamentares já estabelecidas e que contam com o respaldo das estruturas representativas dos países da região para que não se configure prematura a criação de um novo parlamento no continente sul americano, sem o devido debate (37/2008/DE/SO X).

Aprovou-se o arquivamento.

F.14) Proposta pela qual o Parlamento dá seu pleno respaldo ao governo constitucional do Presidente Evo Morales (115/2008/DE/SO XIII).

Aprovou-se o arquivamento.

F.15) Proposta pela qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda ao CMC

a adoção de medidas **para que nenhum dos membros do MERCOSUL** reconheça a criação de um Estado a partir da separação territorial de qualquer país latino americano (134/2008/RE/SO XIV).

Aprovou-se o arquivamento

F.16) Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do MERCOSUL declara sua mais sincera admiração pelo povo venezuelano que se manifestou democraticamente nas recentes eleições regionais (151/2008/DE/SO XV).

Aprovou-se a SO/DECL. 03/2009 "O Parlamento do MERCOSUL expressa sua mais sincera admiração pelo Povo Venezuelano por seu exemplar comportamento nas últimas eleições regionais".

O Sr. Presidente Ignacio Mendoza Unzaín agradeceu a todos os presentes e às 15h encerrou a sessão.

Os Anexos que formam parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I — Lista de Participantes e Convidados Especiais.

Anexo II - Ordem do Dia da XVII Sessão.

Anexo III — Assuntos Apresentados.

Anexo IV — Atos do PM aprovados.

MERCOSUR/PM/SO - ACORDO POLÍTICO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MERCOSUL E PROPOSIÇÕES CORRESPONDENTES e Proposta de Recomendação sobre a Proporcionalidade atenuada, a criação de um Tribunal de Justiça do MERCOSUL e a ampliação das atuais atribuições do Tribunal Permanente de Revisão.

MERCOSUR/PM/SO/DISP.08/2009 - "Integração das Comissões Permanentes".

MERCOSUR/PM/SO/DISP.09/2009 - "Prorrogação de prazo para "Comissão Especial de Diagnóstico e Estado de Situação do MERCOSUL".

MERCOSUR/SO/DISP.10/2009 - "Criação de uma Comissão Especial para o estudo e acompanhamento da legislação vigente, nos diferentes Estados Membros, referente ao tráfico de pessoas, para a sua harmonização com o objeto de planejar uma estratégia comum para a luta contra este flagelo".

MERCOSUR/PM/SO/REC.01/2009 - "Solicita ao CMC declarar o guarani como idioma oficial do MERCOSUL".

MERCOSUR/PM/SO/REC.02/2009 - "Recomenda ao CMC a criação da Secretaria Permanente da Terceira Idade do MERCOSUL".

MERCOSUR/SO/REC.03/2009 - "Instar os Governos do Paraguai e Brasil a tomar as medidas pertinentes para acelerar a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná, com caráter bimodal, rododiferroviário, que unirá as cidades de Foz de Iguaçu, Brasil, com Porto Presidente Franco, Paraguai".

MERCOSUR/SO/ANT.NORMA 01/2009 "Estatuto das Cooperativas"

MERCOSUR/PM/SO DECL.02/2009 - "RECONHECIMENTO AOS 60 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE 10 DE DEZEMBRO DE 1948".

MERCOSUR/PM/SO DECL.03/2009 - "O PARLAMENTO DO MERCOSUL EXPRESSA SUA MAIS SINCERA ADMIRAÇÃO PELO POVO VENEZUELANO POR SEU EXEMPLAR COMPORTAMENTO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES REGIONAIS".

MERCOSUR/PM/SO DECL.04/2009 - "Segurança Viária do MERCOSUL"

MERCOSUR/SO/INFORME. 01/2009 - PARA ESTUDO DE DENÚNCIAS DO MOVIMIENTO CAMPESINO PARAGUAYO.

Anexo V — Discurso do Sr. Presidente da República do Paraguai, Sr. Fernando Lugo Méndez.

Ignacio Mendoza Unzaín
Presidente

Dr. Edgar Lugo

Secretário Parlamentar

MERCOSUR/PM/ATA SO 10/2009/ANEXO I**CONVIDADOS ESPECIAIS E PARTICIPANTES****CONVIDADOS ESPECIAIS**

SR. FERNANDO LUGO MÉNDEZ - Presidente da República do Paraguai

SR. ENRIQUE GONZÁLEZ QUINTANA - Presidente do Senado da Nação —
República do Paraguai.

PARTICIPANTES**Delegação de Parlamentares da Argentina**

1. *OSCAR CASTILLO.*
2. *MÓNICA FEIN.*
3. *SUSANA GENEM*
4. *RUPERTO GODOY.*
5. *GUILLERMO JENEFES*
6. *JOSÉ MAYANS*
7. *MABEL MULLER*
8. *JOSÉ PAMPURO*
9. *JULIÁN OBIGLIO*
10. *CARLOS RAIMUNDI*
11. *ADOLFO RODRÍGUEZ SAA*
12. *BEATRIZ ROJKES*
13. *ARTURO VERA*
14. *ISABEL*
VIUDES
15. *MARIANO*
WEST

Delegação de Parlamentares do Brasil

1. *ALOIZIO MERCADANTE*
2. *GERALDO MESQUITA JUNIOR*
3. *ROMEU TUMA*
4. *INACIO ARRUDA*
5. *MARISA SERRANO*
6. *JOSÉ NERY*
7. *DR. ROSINHA*
8. *IRIS DE ARAUJO*
9. *GEORGE HILTON*
10. *BETO ALBUQUERQUE*
11. *VALDIR COLATTO*
12. *CLAUDIO DÍAZ*
13. *GERMANO BONOW*

**14. JOSÉ PAULO
TÓFFANO
15. CELSO
RUSSOMANNO**

Delegação de Parlamentares do Paraguai

**1. ALFONSO GONZÁLEZ NÚÑEZ
2. CÁNDIDO VERA BEJARANO
3. IGNACIO MENDOZA UNZAIN
4. ERIC SALUM
5. ATILIO MARTÍNEZ CASADO
6. CARLOS VILLALBA
7. CARMELO BENÍTEZ
8. MODESTO GUGGIARI
9. ANGEL
BARCHINI
10. AMANDA NÚÑEZ
11. FRANCISCO OVIEDO
12. RICARDO CANESSE
13. RAMÓN DOMÍNGUEZ
14. HÉCTOR LACOGNATA
15. MERCEDES GONZÁLEZ
VILLALBA
16. ZACARÍAS VERA CÁRDENAS
17. FEDERICO GONZÁLEZ QUINTANA
18. MIRTHA PALACIOS**

Delegação de Parlamentares do Uruguai

**1. JUAN JOSÉ BENTANCOR
2. ROBERTO CONDE
3. SILVANA CHARLONE
4. JUAN JOSÉ
DOMÍNGUEZ
5. CARLOS ENCISO
6. DOREEN JAVIER IBARRA
7. PABLO ITURRALDE
8. DANIEL MAÑANA
9. RUBÉN MARTÍNEZ HUELMO
10. DIEGO CÁNEPA
11. EDUARDO RÍOS
12. ANÍBAL PEREIRA
13-ENRIQUE PINTADO**

MERCOSUR/PM/ATA SO 12/2009**ATA DA XVIII SESSÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, às 15h30 do dia 18 de maio, no Plenário do Edifício Mercosul, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e do Chile para a XVIII Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL.

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Parlamentar Mendoza Unzaín deu abertura à sessão logo após ter registrado eletronicamente a presença dos parlamentares, contando com o quorum suficiente para o início dos trabalhos. A lista de parlamentares participantes figura como Anexo I do presente documento e é considerada parte integrante dele.

Em seguida a sessão continuou de acordo com a Ordem do Dia. **(Anexo II).**

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Dr. Ignacio Mendoza Unzaín, expressou sua satisfação pela presença da Delegação de Parlamentares da República do Chile.

O Presidente destacou, também a presença do Parlamentar da República de Moçambique, Manuel de Araújo, a quem deu as boas vindas.

Continuando com a Ordem do Dia o Presidente do Parlamento convidou os integrantes do Fórum Consultivo Econômico e Social a dirigir-se ao Plenário, dentro do previsto no Art. 4.8 do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

Não se encontrando presente as autoridades correspondentes, adiou-se a apresentação.

Em seguida, a proposta do Parlamentar Rodríguez Saá, o Presidente do Parlamento do MERCOSUL Ignacio Mendoza Unzaín, convidou os presentes a realizarem um minuto de silêncio em homenagem ao insigne Escritor Uruguaio Mario Benedetti, que falecera em 17 de maio do corrente ano.

A. Discussão e votação das Atas de:

a) XVII Sessão Ordinária de 28 de abril de 2009.

b) IV Sessão Especial 27 de abril de 2009; (R.I. Art. 123.a).

O Presidente submete à apreciação do Plenário a discussão e votação das Atas da XVII Sessão Ordinária de 28 de abril de 2009 e da IV Sessão Especial de 27 de abril de 2009 pela ordem, resultando aprovadas.

B. Compromisso de Parlamentares de PM

Em cumprimento do Art. 111 do Regulamento Interno, procedeu-se a tomada de compromisso dos Parlamentares:

Parlamentar Valdir Raupp

Parlamentar Roberto Campos

Em seguida, o Presidente do Parlamento Ignacio Mendoza Unzaín, concedeu a palavra ao Parlamentar da Delegação do Chile Enrique Accorsi, e ao Parlamentar da República de Moçambique, Manuel de Araújo.

C. Assuntos Apresentados (R.I. Art. 123.c)

A Secretaria iniciou a leitura dos **Assuntos Apresentados para a XVIII Sessão**, que se inclui como **Anexo III** da presente ata.

Submeteu-se a votação das solicitações de licença resultando aprovadas.

D. Tema Livre (Hora Prévia R. I. Art. 123.d)

Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares:

Parlamentar Doreen Javier Ibarra: relatório sobre a realização do Seminário sobre Meio Ambiente realizado no Parlamento Uruguaio. Mudança climática, mitigação dos riscos de contaminação.

Parlamentar Elida Vigo: necessidade de concretizar o ingresso pleno da Venezuela no MERCOSUL.

Parlamentar Valdir Raupp: importância de aprofundar a integração e ampliar o ingresso de novos membros ao Bloco.

Parlamentar Adolfo Rodriguez Saá: proposta de solicitar aos ministros da saúde dos Estados Membros que informem sobre as medidas adotadas frente à ameaça da denominada "gripe suína", e recomendar a aplicação de políticas conjuntas no MERCOSUL frente a esta problemática. Preocupação e rejeição às pretensões da Grã Bretanha sobre soberania das Ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul, apresentadas recentemente na ONU.

Parlamentar Iris de Araujo: proposta de recomendação para impulsionar a harmonização de currículos e títulos universitários, reconhecimento de diplomas e o livre exercício das profissões para os cidadãos do MERCOSUL. Satisfação pela criação da Universidade da Integração na cidade de Foz do Iguaçu.

Parlamentar Alfonso González Núñez: saudou a Delegação de Parlamentares do Chile. Reconhecendo a importância da aprovação do Acordo Político na XVII Sessão Plenária para o fortalecimento da integração e as instituições do MERCOSUL. Preocupação e repúdio aos atentados e as reiteradas ameaças sofridas por legisladores no Paraguai.

Parlamentar Beto Albuquerque: preocupação por medidas adotadas pelo governo argentino a respeito do ingresso de produtos do Brasil no mercado argentino.

Parlamentar Paulo Tóffano: preocupação pela contaminação dos parques nas cidades.
Parlamentar Mabel Muller: Acordo Político e proporcionalidade aprovados pelo Parlamento do MERCOSUL. Representação feminina no Parlamento, solicitação para acelerar o prometo de sua autoria.

Parlamentar Isabel Viudes: preocupação com a proliferação do uso de armas, relatório sobre conferência interparlamentar sobre o tema realizado na cidade de Buenos Aires. Proposta para estabelecer medidas concretas tendentes a estabelecer vínculos com as instâncias parlamentares da África Austral, mencionou a visita do Parlamentar da República de Moçambique Manuel de

Araújo. Saudou a Delegação de Parlamentares do Chile.

Parlamentar Claudio Díaz: destaca a apresentação de Nota da Delegação do Brasil à Mesa Diretora onde informa que o Parlamentar Germano Bonow integrará a comissão especial para a implementação do Acordo político aprovado na XVII Sessão Plenária. Saudou a Delegação de Parlamentares do Chile e o Parlamentar da República de Moçambique.

5. Debate Proposto (R. I. Art. 123.e)

O Presidente informou aos Parlamentares que os interessados em apresentar propostas contarão com 5 minutos para apresentá-las, e 15 minutos em caso de aprovação.

Fizeram uso da palavra:

Parlamentar Viudes: Proposta sobre o estabelecimento de medidas tendentes a estabelecer vínculos com as instâncias parlamentares da África Austral.

Parlamentar Adolfo Rodríguez Saá: Proposta de recomendação para que o CMC inste os ministros de Saúde dos Estados Membros a adotar medidas conjuntas para a prevenção e combate da denominada "gripe suína".

Parlamentar Ruperto Godoy: Proposta de declaração expressando a rejeição às pretensões de Grã Bretanha sobre a soberania das Ilhas Malvinas, Georgia e Sandwich do Sul, apresentadas recentemente na ONU.

Considerando as propostas apresentadas, o Parlamentar Modesto Guggiari fez uso da palavra e solicitou à Delegação Argentina que chegue a um consenso para apresentar uma única proposta.

Após algumas deliberações, o Parlamentar Adolfo Rodriguez Saá solicitou a palavra e informou ao Plenário que a Delegação Argentina mantinha a apresentação da proposta sobre as Ilhas Malvinas, retirando as restantes. Solicitou também que a Presidência do Parlamento envie notas ao CMC e à Organização Panamericana da Saúde para que informe sobre as medidas adotadas frente à expansão da denominada "gripe suína", e adotem políticas conjuntas nos países latino americanos para combater esta enfermidade. A respeito da proposta da Parlamentar Viudes solicitou à comissão seu encaminhamento.

O Presidente do Parlamento, Dr. Ignacio Mendoza Unzaín, concedeu a palavra por 15 minutos para a defesa da proposta.

Fizeram uso da palavra os parlamentares Adolfo Rodriguez Saá e Ruperto Godoy.

Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Parlamentar Mariano West, quem informou que o texto da Declaração proposta foi unificada com a proposta apresentada pelo Parlamentar Rodriguez Saá sobre o tema, e com a proposta incorporada no ponto F.17 da Ordem do Dia desta data.

A Secretaria fez a leitura do texto unificado.

O Parlamentar Roberto Conde expressou sua adesão à proposta e solicitou a incorporação de modificações ao texto. No mesmo sentido, o Parlamentar Germano Bonow solicitou versão em português para a consideração da Delegação de Brasil.

Em atenção ao tema, o Presidente do Parlamento Dr. Ignacio Mendoza Unzuain solicitou a tradução do texto e se acordem as modificações indicadas.

6. Discussão e votação da Ordem do Dia (R. I. Art. 123.f)
O Presidente levou à consideração do Plenário a Ordem do Dia com a incorporação da proposta sobre as Ilhas Malvinas, resultado aprovado.

Respeito aos temas da Ordem do Dia, tomaram-se as seguintes resoluções:

F.1) Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda ao CMC consultar o Governo da República do Paraguai sobre o interesse de apresentar um projeto ao FOCEM para a execução de obras viárias para o melhoramento e pavimentação da Rodovia XII da República do Paraguai até General Díaz e desta à Rodovia IX Transchaco que permite contar com outra via bioceânica atlântico-pacífico através dos países do MERCOSUL (AE/132/2008/RE).

Aprovou-se REC. SO 04/2009

F.2) Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda ao CMC instar os governos do Paraguai e Brasil a denominar a Ponte Internacional Rodo- Ferroviária que unirá as cidades de Foz do Iguaçu, com Porto Presidente Franco, com a palavra de acervo nativo guarani "ÑEMOIRU" (AE/127/2008/RE).

Aprovou-se a REC. SO 05/2009

F.3) Proposta de Disposição referente aos planos de eliminação do analfabetismo (AE/97/2008/DI/SO XIII).

Aprovou-se a DISP. SO 11/2009

F.4) Proposta de Recomendação referente à criação do Instituto Estatístico do MERCOSUL (AE/93/2008/RE/SO XIII).

Aprovou-se a REC. SO 06/2009

F.5) Proposta de Recomendação referente ao ensino da história da integração (AE/79/2008/RE/SO XII).

Aprovou-se a REC. SO 07/2009

F.6) Proposta de Disposição referente à criação de uma Comissão Especializada de alto nível para a criação de uma Escola de Governo no âmbito do Parlamento do MERCOSUL. (AE/6/2008/DI).

Aprovou-se a volta à Comissão

F.7) Proposta de Disposição referente à bandeira do MERCOSUL (48/2008/DI/SO X).

Foi aprovada a volta à Comissão

F.8) Proposta de Recomendação referente ao livre exercício profissional entre os Estados membros do MERCOSUL (39/2008/RE/SO X).

Foi aprovada a REC.SO 08/2009

F.9) Proposta de Recomendação referente à inclusão da matéria Integração Regional no currículo de nível médio do Sistema Educativo em todos os Estados membros do MERCOSUL (AE/123/2008/RE).

Foi aprovada a volta à Comissão

F.10) Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do MERCOSUL expressa sua satisfação e reconhecimento ao governo e ao povo da República Bolivariana da Venezuela pelo lançamento do satélite Simon Bolívar (147/2008/RE)

Foi aprovada DECL.SO 05/2009

F.11) Proposta de Disposição pela qual o Parlamento do MERCOSUL dispõe realizar no marco da Comissão de Infra estrutura o "Segundo Encontro de Segurança Viária do MERCOSUL " durante o primeiro semestre de 2009 (144/2008/DI).

Foi aprovada a DISP.SO 12/2009

F.12) Proposta de Declaração que declara apoio do Parlamento do MERCOSUL ao Plano de Paz iniciado pela União Européia e apoiado pela ONU, mediante o qual a Federação Russa e a Geórgia chegaram a um acordo sobre o plano de seis pontos fixado pela União para solucionar o conflito de Ossétia do Sul. (94/2008/DE SO XIII).

Foi aprovado o arquivamento

F.13) Proposta de Declaração onde o Parlamento do MERCOSUL declara seu apoio ao regime institucional da República do Paraguai, repudiando toda tentativa de afetar a estabilidade das autoridades eleitas pelo povo paraguaio. (100/2008/DE/ SO XIII).

Foi aprovado o arquivamento

F.14) Proposta pela qual o Parlamento do MERCOSUL declara sua extrema preocupação pela tensão política que se verifica atualmente na República da Bolívia (112/2008/DE/ SO XIII)

Foi aprovado o arquivamento

F.15) Proposta pela qual o Parlamento do MERCOSUL declara que nos postos de fronteiras seja efetuado o controle de alcoolemia dos condutores de veículos (113/2008/DE/SO XIII)

Atento às considerações expostas pelos diferentes parlamentares, foi modificada a proposta ficando como Proposta de Recomendação.

Foi aprovada a REC.SO 09/2009

F.16) Proposta pela qual se apresenta a transcrição da conversa telefônica na qual se evidencia a conspiração organizacional de golpe de estado e atentado contra o Presidente Constitucional da República Bolivariana da Venezuela, Comandante Hugo Chavez Frias (Nota 75/ SO XIV)

Foi aprovado o arquivamento

F.17) Propostas de atos contidos nos expedientes 140/2008/DE/SO XV e 143/2008/DE/SO XV ambas referentes às Ilhas Malvinas.

Atento a sua unificação com a proposta apresentada no Debate Proposto sobre as Ilhas Malvinas.

Foi aprovado seu arquivamento

F.18) Proposta de Recomendação, recomenda ao CMC instar os Estados Membros do MERCOSUL a tomar todas as medidas internas necessárias para agilizar a livre circulação de pessoas no âmbito do bloco, inclusive as referentes à aprovação e ratificação do Acordo sobre Residência para cidadãos dos Estados Membros do MERCOSUL. (64/2008/RE/SO XI)

Foi aprovada a REC.SO 10/2009

F.19) Proposta para solicitar à Secretaria do MERCOSUL que remeta a este Parlamento, os relatórios referidos ao acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do Processo de Integração a nível semestral que tenham produzido desde maio de 2003. (52/2008/SO X).

Foi aprovada a REC.SQ. 11/2009

F.20) Proposta de Disposição, pela qual o Parlamento do MERCOSUL determina realizar Audiências Públicas, em Plenário com Ministros de Estado dos países do MERCOSUL. (95/2008/DI/SO XIII)

Foi aprovada a DISP.SQ. 13/2009

F.21) Proposta de Declaração, cujo objetivo é declarar de interesse do Parlamento do MERCOSUL o avanço gradual da construção de instâncias supra nacionais. (101/2008/DE/ SO XIII)

Foi aprovado o arquivamento

F.22) Proposta de Declaração na qual o Parlamento do MERCOSUL manifesta seu repúdio à ilegítima pretensão do governo britânico de incluir as Ilhas Malvinas, Geogia do SuL e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes na sua apresentação ante a Comissão de Limites da Plataforma Continental estabelecida pela Convenção das Nações Unidas.

Foi Aprovada a DECL.SQ 06/2009

Os parlamentares Dr. Rosinha e Renato Molling solicitaram a palavra e manifestaram sua intenção de submeter à consideração do Plenário as propostas de sua autoria. Não havendo parlamentares suficientes para a votação das moções requeridas, ambos parlamentares retiraram suas propostas. O parlamentar Dr. Rosinha solicitou que a Comissão correspondente seja expedida à brevidade possível e seja analisada pelo Plenário.

Às 20h15, não havendo mais pontos a tratar, encerrou-se a Sessão.

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I — Lista de Participantes e convidados Especiais

Anexo II - Ordem do Dia da XVIII Sessão

Anexo III — Assuntos apresentados

Anexo IV — Atos do PM aprovados:

**MERCOSUR/PM/SO/DECL. 06/2009 — "ILHAS
MALVINAS"**

**MERCOSUR/PM/SO/DECL. 05/2009 –
"LANÇAMENTO DO SATÉLITE SIMON BOLIVAR"**

**MERCOSUR/PM/SO/DISP. 11/2009 –
"ANALFABETISMO DE ADULTOS"**

**MERCOSUR/PM/SO/DISP. 12/2009 –
"SEGUNDO ENCONTRO DE SEGURANÇA VIÁRIA DO MERCOSUL"**

**MERCOSUR/PM/SO/DISP. 13/2009 —
"REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM PLENÁRIO COM MINISTROS DE
ESTADO "**

MERCOSUR/PM/SO/REC. 04/2009 –

**"RECOMENDAÇÃO PARA REALIZAR GESTÕES ANTE O GOVERNO
DO PARAGUAI PARA EXECUTAR OBRAS DE INFRA ESTRUTURA
VIÁRIA CONECTANDO COM A ROTA NACIONAL 86 DA REPÚBLICA
ARGENTINA COMO VIA ALTERNATIVA PARA O PACÍFICO
AMPLIANDO OS CORREDORES BIOCEÂNICOS"**

**MERCOSUR/PM/SO/REC. 05/2009 - "INSTAR OS GOVERNOS DO
PARAGUAI E BRASIL A DENOMINAR A PONTE INTERNACIONAL
RODOFERROVIÁRIA QUE UNIRÁ AS CIDADES DE FOZ DE IGUAÇU,
BRASIL COM PORTO PRESIDENTE FRANCO, PARAGUAI, COM A PALAVRA
DO ACERVO NATIVO GUARANI "ÑEMORIÚ"**

**MERCOSUR/PM/SO/REC. 06/2009 —
"INSTITUTO ESTATÍSTICO DO MERCOSUL (IEM)"**

MERCOSUR/PM/SO/REC.07/2009 —

"HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO DA AMERICA LATINA"

**MERCOSUR/PM/SO/REC.08/2009 –
"HARMONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS UNIVERSITÁRIOS"**

**MERCOSUR/PM/SO/REC.09/2009 –
"CONTROLE DE ALCOOLEMIA"**

MERCOSUR/PM/SO/REC.10/2009 –

**"RECOMENDA AO CONSELHO DO MERCADO COMUM que inste todos
os Estados do MERCOSUL A QUE TOMEM TODAS AS MEDIDAS INTERNAS
NECESSÁRIAS PARA AGILIZAR E CONCRETIZAR A LIVRE CIRCULAÇÃO
DE PESSOAS NO ÂMBITO DO BLOCO."**

MERCOSUR/PM/ SO/REC. 11/2009 –

**"RELATÓRIOS REFERENTES AO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
DO ANDAMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO"**

**Ignacio Mendoza Unzain
Presidente**

**Dr. Edgar Lugo
Secretário Parlamentar**

MERCOSUR/PM/ACTA SO 12/2009/ANEXO I

CONVIDADOS ESPECIAIS E PARTICIPANTES

CONVIDADOS ESPECIAIS

Representando a República do Chile : Parlamentar Enrique ACCORSI --

Parlamentar Nicolás MONCKEBERG --

Parlamentar Javier HERNANDEZ --

Parlamentar Manuel DE ARAUJO, Deputado da Assembleia da República de Moçambique

PARTICIPANTES

Delegação de Parlamentares da Argentina

- 1. RUPERTO GODOY**
- 2. JUAN MANUEL IRRAZABAL**
- 3. GUILLERMO JENEFES**
- 4. MABEL MULLER**
- 5. JULIAN OBIGLIO**
- 6. CARLOS RAIMUNDI**
- 7. ADOLFO RODRIGUEZ SAA**
- 8. ARTURO VERA**
- 9. ELIDA VIGO**
- 10. ISABEL VIUDES**
- 11. MARIANO WEST**

Delegação de Parlamentares do Brasil**Beto ALBURQUEQUE****Inácio ARRUDA****Eduardo AZEREDO****Germano BONOW****Valdir COLATTO****Iris de ARAUJO****Claudio DIAZ****Dr. ROSINHA****Geraldo MESQUITA JUNIOR****Marisa SERRANO****Jose Paulo TOFFANO****Valdir RAUPP****Sergio ZAMBIASI****Renato MOLLING****Delegação de Parlamentares do Paraguai****1. ALFONSO GONZALEZ NÚÑEZ****2. CANDIDO VERA BEJARANO****3. IGNACIO MENDOZA UNZAIN****4. ERIC SALUM****5. ATILIO MARTINEZ CASADO****6. CARLOS VILLALBA****7. CARMELO BENITEZ****8. MODESTO GUGGIARI****9. ANGEL BARCHINI****10. AMANDA NUNEZ****11. FRANCISCO OVIEDO****12. RICARDO CANESSE****13. RAMON DOMINGUEZ****14. MERCEDES GONZALEZ VILLALBA****15. ZACARIAS VERA CARDENAS****16. FEDERICO GONZALEZ QUINTANA****17. MIRTHA PALACIOS****19. ROBERTO CAMPOS**

Delegação de Parlamentares do Uruguai

1. JUAN JOSE BENTANCOR
 2. ROBERTO CONDE
 3. JUAN JOSE DOMINGUEZ
 4. DOREEN JAVIER IBARRA
 5. PABLO ITURRALDE
 6. RUBEN MARTINEZ 7.
- ENRIQUE PINTADO

MERCOSUR/PM/ACTA EXT 15/2009**ATA DA VI SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARLAMENTO
DO MERCOSUL**

Na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, em 17 de agosto de 2009, às 15h50, no Plenário do Edifício Mercosul, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para a VI Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL.

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Parlamentar Ignacio Mendoza Unzaín, solicitou ao Secretário Parlamentar passar lista de presença, com a finalidade de verificar o quorum para dar início à sessão. Com a presença de parlamentares abriu-se a sessão.

O Presidente Mendoza Unzaín deu as boas-vindas aos convidados especiais, embaixadores e corpo diplomático.

A lista de convidados e parlamentares participantes é incluída como Anexo 1 da presente.

A seguir começou a sessão de acordo a Ordem do Dia (Anexo II).

4. Ordem do Dia (R. I. Art. 123 f)

O Presidente comunica que a Ordem do Dia está sob apreciação

O Parlamentar Dr. Rosinha pediu a palavra por uma moção de ordem e solicitou um tempo de recesso para concluir com a redação e posterior distribuição da Recomendação e do Projeto de Norma referentes ao Acordo Político aprovado na XVII Sessão Plenária Ordinária, que serão levados para apreciação do Plenário.

O Parlamentar Gonzalez Núñez manifestou-se de acordo com a proposta do Dr. Rosinha.

O Presidente levou para apreciação a moção, que resultou aprovada. Às 16h iniciou-se uma pausa.

Às 17h53 reinicia-se a VI Sessão extraordinária.

Respeito aos temas da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes resoluções:

A) Proposta de Declaração apresentada pelo Parlamentar Mariano West pela qual o Parlamento do MERCOSUL manifesta seu repúdio às ações do grupo de militares hondurenhos que tentam desestabilizar o governo constitucional da República de Honduras. (AE/239/2009/DECL)

Foi aprovada com modificações a Declaração 07/2009: "Repúdio às ações golpistas do grupo de militares hondurenhos que destituiu o governo constitucional da República de Honduras".

B) Proposta de Disposição que "MODIFICA O CALENDÁRIO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DO ANO 2009"

Foi aprovada a Medida 14/2009.

O Parlamentar Bonow solicitou que fique pendente de confirmação o local de realização da Sessão prevista para os dias 30 de novembro e 1º de dezembro.

O Parlamentar Rosinha comunicou que a próxima reunião da Mesa Diretora será realizada em 8 de setembro e recomendou que as Comissões sejam convocadas para a mesma data.

c) Proposta de Medida "QUE FACULTA AO PRESIDENTE DO PARLAMENTO DO MERCOSUL PARA DAR ENTRADA E AGILIZAR DIRETAMENTE OS ASSUNTOS INSERIDOS NAS COMISSÕES" Apresentada pelos Parlamentares Mariano West, Mabel Muller e Juan Manuel Irrazábal (10712008/DI/SO XIII)

Volta à Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais.

D) Proposta apresentada pelo Parlamentar Guillermo Jeneffes pela qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda ao CMC "QUE REMETA A ESTE PARLAMENTO E À COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, OS TRABALHOS DO GRUPO DE ALTO NÍVEL PARA A REFORMA INSTITUCIONAL REALIZADOS ATÉ ESTA DATA E OS QUE ELABORAREM ATÉ 30 DE JUNHO DE 2009, REFERENTES AO APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVERSÍAS DO MERCOSUL E AO FORTALECIMENTO DE SEUS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS" (138/2008/RE/SO XV)

Foi aprovada a Proposta 13/2009.

E) Proposta de Projeto de Norma apresentada pelo Parlamentar Adolfo Rodriguez Saá referente "A PUBLICAÇÃO DO ESTADO DE INCORPORAÇÃO DE NORMAS DO MERCOSUL E DO INÍCIO DA SUA VIGÊNCIA" (142/2008/PN/SO XV).

Foi aprovado o Projeto de Norma 02/2009.

F) TRANSMISSÃO DA PRESIDÊNCIA *PRO TEMPORE*

O Secretário Parlamentar procedeu à leitura do documento "Acordo Político da atual Mesa Diretora para a designação da Mesa Diretora do terceiro e quarto sub períodos". Em cumprimento do mesmo o Presidente em exercício, Parlamentar Ignacio Mendoza Unzaín transmitiu a Presidência ao Parlamentar Juan José Dominguez.

Antes de se retirar o Presidente, Parlamentar Ignacio Mendoza Unzaín fez uso da palavra destacando as principais ações da sua gestão na presidência e cumprimentou a posse do Parlamentar Juan José Dominguez (**Anexo IV**).

O Presidente empossado, Parlamentar Juan José Dominguez, agradeceu as palavras do Dr. Mendoza Unzaín e dirigiu-se ao Plenário apresentando as diretrizes da sua futura gestão (**Anexo V**).

A Sessão continuou sob a Presidência do Parlamentar Juan José Dominguez.

**G) ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO PM PELA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL (PCPM Art. 16.1 e Arts. 44 ao 50 R. I.)**

Devido à ausência do candidato à Vice-presidente, Parlamentar Aloizio Mercadante, foi adiada a eleição para a próxima sessão.

A continuação, o Presidente Juan José Dominguez convidou os funcionários do Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS) para proceder à assinatura do Acordo com o Parlamento do MERCOSUL (**Anexo VI**).

Após a assinatura do Acordo, fizeram uso da palavra o Secretário Executivo do PMSS, Sr. Carlos Zagni, e o Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Juan José Dominguez.

Às 19h45 foi encerrada a Sessão.

São parte integrante da presente os seguintes Anexos:

Anexo I — Lista de Participantes

Anexo II - Ordem do Dia da Sessão

Anexo III — Atos do PM aprovados:

MERCOSUR/PM/SEXT/DECL. 07/2009 - "Enérgica Condenação às ações do Grupo de Militares Hondurenhos que destituiu o governo constitucional de Honduras"

MERCOSUR/PM/SEXT/DISP. 14/2009 - "Modificação do Calendário de Sessões Ordinárias do Parlamento do MERCOSUL aprovado por Disp. 05/2009"

MERCOSUR/PM/SEXT/REC.13/2009 "Solicitar Relatório dos trabalhos do grupo de alto nível para a reforma institucional do MERCOSUL"

MERCOSUR/PM/SEXT/Projeto de Norma Nº 02/2009 - "Publicação do estado de incorporação das normas do MERCOSUL e do início da sua vigência".

Anexo IV - Palavras do Presidente que deixa o cargo Parlamentar Ignacio Mendoza Unzaín.

Anexo V — Palavras do Presidente Juan José Dominguez

Anexo VI - Acordo entre o PM e o Programa Mercosul Social e Solidário

**Parlamentar Ignacio Mendoza Unzaín
Presidente**

Parlamentar Juan Dominguez

Presidente

Edgar Lugo

Secretário Parlamentar

MERCOSUR/PM/ACTA EXT 15/2009 ANEXO I**CONVIDADOS ESPECIAIS E PARTICIPANTES****CONVIDADOS ESPECIAIS**

Sr. Geoffrey Barrett, Embaixador da Delegação da Comissão Europeia-Montevideú Uruguai, o senhor Robert Steinletchner, Setor Cooperação da Delegação da Comissão Europeia; da Embaixada da China: Li Zhongliang, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China na República Oriental do Uruguai, e a senhora Wang Zhaoqin, Conselheira Política; da Embaixada da Rússia: senhor Dimitry Belov, Conselheiro.e o senhor Gregório Korolev, Terceiro Secretário; Senhora Virginia Martinez Curtis, de Assistência Técnica da AECID; Dr. Fernando Dora, Representante Permanente da Organização Panamericana da Saúde, Organização Mundial da Saúde; Licenciado Gustavo Delgado, Especialista em Comunicação e Mídia; senhor Guillermo Daniel Raimondi, Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, Representante da Argentina para o Mercosul e ALADI; Senhor Regis Percy Arslanian, Embaixador junto a ALADI e o MERCOSUL pelo Brasil; senhor Franklin Ramon Gonzalez, Embaixador, Representante Permanente ante ALADI e o MERCOSUL pela Venezuela; e o Dr. Giménez, Embaixador do Paraguai ante ALADI e Representante da Embaixada do Paraguai na República Oriental do Uruguai.

Participantes**Delegação de Parlamentares da Argentina**

Fabio BIANCARLANI

Oscar Castillo

Susana GENEM

Guillermo JENEFES

Mabel MULLER

José PAMPURO

Carlos RAIMUNDI

Adolfo RODRÍGUEZ SAÁ

Arturo VERA

Isabel VIUDES

Delegação de Parlamentares do Brasil

Beto ALBUQUERQUE

Inacio ARRUDA

Germán BONOW

Neuto DE CONTO

George HILTON

Geraldo MESQUITA JUNIOR

Efraín MORAIS

Antonio Carlos PANNUNZIO

Dr. ROSINHA

Celso RUSSOMANNO

Marisa SERRANO

José Paulo TÓFFANO

Romeu TUMA

Sergio ZAMBLASI

Delegação de Parlamentares do Paraguai

Alfonso GONZALEZ NUÑEZ

Cândido VERA BEJARANO

Ignacio MENDOZA UNZAÍN

Eric SALUM

Atilio MARTINEZ CASADO

Carlos VILLALBA Carmelo BENITEZ

Modesto UGGIARI Angel BARCHINI

Amanda NUNEZ Francisco OVIEDO

Ricardo CANESSE Ramón DOMINGUEZ

Roberto CAMPOS

Mercedes GONZALEZ VILLALBA

Zacarias VERA CARDENAS

Federico GONZÁLEZ QUINTANA

Mirtha PALACIOS

Delegação de Parlamentares do Uruguai

Juan José BENTANCOR

Gustavo BORSARI

Roberto CONDE

Juan José DOMINGUEZ

Javier IBARRA

Eduardo LORIER

RUBEN MARTINEZ HUELMO Eduardo RIOS

MERCOSUR/PM/ACTA EXT 16/2009

ATA DA VII SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Na cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, em 17 de agosto de 2009, às 17h30, no Salão do Plenário do Edifício Mercosul, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para a VII Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL.

A presente Sessão Extraordinária foi convocada com a finalidade de considerar propostas diretamente relacionadas com o Acordo Político aprovado na XVII Sessão Plenária Ordinária realizada na cidade de Asunción del Paraguay.

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Parlamentar Ignacio Mendoza, solicitou ao Secretário Parlamentar que seja verificado o quorum para dar início à Sessão.

A respeito dos temas considerados foram tomadas as seguintes resoluções:

- A) Projeto de Norma para a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional entre o CMC e o Parlamento do MERCOSUL para implementar o aprofundamento das dimensões jurídica e parlamentar do MERCOSUL.

Foi aprovado o Projeto de Norma 01/2009.

- B) Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do MERCOSUL recomenda à Presidência Pro Tempore do MERCOSUL que convoque na brevidade possível uma reunião extraordinária do CMC com a finalidade de aprovar os critérios de proporcionalidade do Parlamento do MERCOSUL.

Foi aprovada a Recomendação 12/2009.

O Parlamentar Gustavo Borsari solicitou constar na Ata que o Grupo Político Partido Nacional não esteve no Plenário no momento da votação dos assuntos referidos. Deste modo, destacou que sua bancada não concordou com os critérios de proporcionalidade do Acordo Político, e observou que os documentos considerados na Sessão não foram distribuídos com tempo necessário para seu devido estudo.

Às 17h50 encerra-se a sessão.

São parte integrante da presente os seguintes Anexos:

Anexo I — Lista de Participantes

Anexo II - Ordem do Dia da VII Sessão Ext.

Anexo III — Atos do PM aprovados:

MERCOSUR/PM/SEXT/ Projeto de Norma 01/2009 - "Criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional entre o Conselho do Mercado Comum e o Parlamento do MERCOSUL para implementar o aprofundamento das dimensões jurídica e parlamentar do MERCOSUL".

MERCOSUR/PM/SEXT/REC. 12/2009 - Acordo Político

**Parlamentar Ignacio Mendoza
Presidente**

**Edgar Lugo
Secretário Parlamentar**

MERCOSUR/PM/ACTA EXT 16/2009 ANEXO I**CONVIDADOS ESPECIAIS E PARTICIPANTES****CONVIDADOS ESPECIAIS**

Sr. Geoffrey Barrett, Embaixador da Delegação da Comissão Europeia-Montevideú Uruguai, senhor Robert Steinlechner, Setor Cooperação da Delegação da Comissão Europeia; da Embaixada da China: Li Zhongliang, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China na República Oriental do Uruguai, e a senhora Wang Zhaoqin, Conselheira Política; da Embaixada da Rússia: senhor Dimitry Belov, Conselheiro, e o senhor Gregorio Korolev, Terceiro Secretário; Senhora Virginia Martinez Curtis, de Assistência Técnica da AECID; Dr. Fernando Dora, Representante Permanente da Organização Panamericana da Saúde, Organização Mundial da Saúde; Licenciado Gustavo Delgado, Especialista em Comunicação e Mídia; senhor Guillermo Daniel Raimondi, Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe, Representante da Argentina para Mercosul e ALADI; Senhor Regis Percy Arslanian, Embaixador junto à ALADI e o MERCOSUL pelo Brasil; senhor Franklin Ramón Gonzalez, Embaixador, Representante Permanente ante ALADI e MERCOSUL por Venezuela; e o Dr. Giménez, Embaixador do Paraguai ante ALADI e Representante da Embaixada do Paraguai na República Oriental do Uruguai.

PARTICIPANTES**Delegação de Parlamentares da Argentina**

Fabio BIANCALANI

Oscar CASTILLO

Susana GENEM

Guillermo JENEFES

Mabel MULLER

Jose PAMPURO

Carlos RAIMUNDI

Adolfo RODRIGUEZ SAA

Arturo VERA

Isabel VIUDES

Delegação de Parlamentares do Brasil

BetoALBUQUERQUE

Inacio ARRUDA

German BONOW

Neuto DE CONTO

Valdir COLATTO

George HILTON

Geraldo MESQUITA JUNIOR

Efrain MORAIS

Antonio Carlos PANNUNZIO

Dr. ROSINHA

Celso RUSSOMANNO

Marisa SERRANO
José Paulo TÓFFANO
Sergio ZAMBIASI

Romeu TUMA

Delegação de Parlamentares do Paraguai

Alfonso GONZALEZ NÚÑEZ
Cándido VERA BEJARANO
Ignácio MENDOZA UNZAIN
Eric SALUM
Atílio MARTINEZ CASADO
Carlos VILLALBA
Carmelo BENITEZ
Modesto GUGGIARI
Angel BARCHINI
Amanda NUNEZ
Francisco OVIEDO
Ricardo CANESSE
Ramón DOMINGUEZ
Roberto CAMPOS
Mercedes GONZÁLEZ VILLALBA
Zacarias VERA CÁRDENAS
Federico GONZÁLEZ QUINTANA
Mirtha PALACIOS

Delegação de Parlamentares do Uruguai

Juan José BENTANCOR
Gustavo BORSARI
Roberto CONDE
Juan José DOMINGUEZ
Javier IBARRA
Eduardo LORIER
RUBEN MARTINEZ HUELMO
EDUARDO RIOS

MERCOSUR/PM/ACTA SO 18/2009**ATA DA XIX SESSÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, às 16h do dia 21 de setembro, no Salão do Plenário do Edifício Mercosul, reuniram-se os parlamentares das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela para a XIX Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL.

O Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Parlamentar Juan José Domínguez abriu a sessão, após ter sido feito o registro eletrônico da presença dos parlamentares, contando com quorum suficiente para o início dos trabalhos.

A lista de parlamentares assistentes consta como **Anexo I** da presente.

Em seguida continuou a sessão conforme a Ordem do Dia (**Anexo II**).

A. Discussão e votação das Atas de: a) a XVIII Sessão Ordinária do dia 18 de maio de 2009 e b) Atas da VI e VII Sessões Extraordinárias de 17 de agosto de 2009

O Presidente Juan José Domínguez leva a consideração do Plenário a discussão e votação das Atas: a) a XVIII Sessão Ordinária de 18 de maio de 2009 e b) Atas das VI e VII Sessões Extraordinárias de 17 de agosto de 2009 pela ordem, sendo aprovadas.

B. Compromisso de Parlamentares do PM (R.I. Art. 111)

Cumprindo o Art. 111 do Regimento Interno, procedeu-se à tomada de compromisso do Parlamentar:

• Antonio Carlos Pannunzio

C. Assuntos Apresentados (R.I. Art. 123.c)

A Secretaria deu início à leitura dos **Assuntos Apresentados para a XIX Sessão**, os que constam como **Anexo III** da presente ata.

Com a nomeação do Parlamentar Guggiari como embaixador do seu país no Peru o

Presidente agradeceu sua contribuição e trabalho no Parlamento do MERCOSUL e lhe concedeu a palavra.

O parlamentar Guggiari agradeceu aos presentes o trabalho realizado em conjunto.

D. Tema Livre (Hora Prévia R. I. Art. 123 .d)

Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares:

- **Parlamentar Pablo Iturralde:** Situação atual do MERCOSUL.

- **Parlamentar Beto Albuquerque:** Seminário organizado pela Comissão de Infra-estrutura do Parlamento do MERCOSUL na cidade de Porto Alegre, Brasil.

- **Parlamentar Beatriz Rojkes:** Repúdio à designação de Ahmad Vahidi como Ministro de Defesa do Iran. Condena os atentados à Embaixada de Israel e a AMIA na Argentina

- **Parlamentar Eric Salúm:** Incremento nos gastos militares dos governos da região.

Parlamentar Alfonso González Nuñez: Reclamação pelo descumprimento do Acordo Político.

- **Parlamentar José Paulo Tóffano:** Preocupação pelos danos ao meio ambiente.

- **Parlamentar José Nery:** Repúdio à instalação de bases militares. Apoio ao retorno do presidente constitucional deposto de Honduras, Manuel Zelaya.

- **Parlamentar Pedro Simon:** Avanços do MERCOSUL e a integração desde sua criação.

Parlamentar Nilson Mourão: Assembléia Geral da ONU. Apoio ao presidente constitucional deposto de Honduras Manuel Zelaya.

- **Parlamentar Dr. Rosinha:** Situação atual do MERCOSUL e o Parlamento. Repúdio ao conceito da corrida armamentista.

- **Parlamentar Marelis Perez:** Instalação de bases militares norte americanas na Colômbia.

- **Parlamentar Mariano West:** Acordo Político para a Consolidação do MERCOSUL.

- **Parlamentar Mabel Muller:** Demora no encaminhamento aos parlamentos nacionais do Ante Projeto de Norma sobre o Estatuto das Cooperativas do MERCOSUL.

E. Debate Proposto (R. I. Art. 123. c)

Foram apresentadas as seguintes moções para o Debate Proposto:

Parlamentar González Nuñez: Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do MERCOSUL manifesta sua preocupação pela corrida armamentista na região.

Pablo Iturralde: Proposta para que o Parlamento do MERCOSUL investigue a possível violação às liberdades públicas e o Estado de Direito na Venezuela.

Por interrupções do público presente, o Presidente do Parlamento do MERCOSUL Juan José Domínguez propôs uma pausa. Às 19h foi reiniciada a XIX Sessão Ordinária, continuando com o Debate Proposto.

Parlamentar Carlos Escarrá: Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do MERCOSUL manifesta seu apoio ao Presidente constitucional deposto de Honduras, Manuel Zelaya

Parlamentar José Nery: Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do MERCOSUL manifesta seu apoio ao Presidente constitucional deposto de Honduras, Manuel Zelaya, e ao retorno da democracia nesse país.

Não havendo maioria suficiente para incorporar as moções do Debate Proposto na Ordem do dia da Sessão, foi acordado circular a proposta consensual referente ao tema da crise em Honduras para adicionar assinaturas de apoio dos parlamentares presentes à mesma. A proposta referida assinada pelos senhores parlamentares consta como Anexo IV da presente.

Respeito à moção apresentada pelo Parlamentar Alfonso González Núñez referente à corrida armamentista, não havendo quorum para votar sua incorporação ao Debate Proposto, o Parlamentar Conde manifestou acertar uma redação entre as Delegações para apresentá-la como tema do Debate Proposto para a próxima Sessão

Eleição do Vice-presidente do Parlamento do MERCOSUL pela Delegação do Brasil.-

A Secretaria Parlamentar fez a leitura do Acordo Político da Mesa Diretora do dia 10 de fevereiro de 2009 referente às Vice presidências do Parlamento do MERCOSUL. De acordo com o mesmo e a comunicação feita pela Delegação do Brasil submete-se a votação do Plenário a eleição do Parlamentar Aloizio Mercadante como Vice-presidente do Parlamento do MERCOSUL, o que foi aprovado por unanimidade.

F. Discussão e votação da Ordem do Dia (R. I. Art. 123. f)

O Presidente Juan José Domínguez submeteu a votação do Plenário a Ordem do Dia, sendo aprovada.

A respeito dos temas da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes resoluções:

F.1) Declaração conjunta dos Presidentes do Parlamento do MERCOSUL e do Parlamento ANDINO reunidos em Asunción del Paraguay (MEP 169/2009). *Deu-se ciência ao Plenário em cumprimento ao disposto pela Mesa Diretora no dia 8 de setembro de 2009. (Anexo V)*

F.2) Proposta de Pedido de Relatório - Acordo da Associação MERCOSUL — UNIÃO EUROPÉIA (MEP 185/2009).

Foi aprovado Pedido de Relatório 01/2009

Não havendo maioria suficiente para continuar com a votação dos temas da Ordem do Dia, o Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Juan José Dominguez, encerrou a Sessão às 20h10.

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I — Lista de Participantes.

Anexo II - Ordem do Dia da Sessão

Anexo III — Assuntos Apresentados

Anexo IV — Proposta Consensual - Crise de Honduras

Anexo V - Declaração conjunta dos Presidentes do Parlamento do MERCOSUL e do Parlamento ANDINO

Anexo VI - Atos do PM aprovados:

MERCOSUR/PM/SO/PEDIDO DE INF. 01/2009 - "ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA"

Juan José Dominguez
Presidente

Dr. Edgar Lugo
Secretário Parlamentar

PARTICIPANTES**Delegação de Parlamentares da Argentina****Ruperto GODOY****Juan Manuel IRRAZABAL**

Mabel MULLER

Julian OBIGLIO

Carlos RAIMUNDI

Beatriz ROJKES

Arturo VERA

Mariano WEST**Delegação de Parlamentares do Brasil**

Beto ALBUQUERQUE

Inacio ARRUDA

Aloizio MERCADANTE

Efraim MORALS

Renato MOLLING**Nilson MOURAO****Jose NERY**

Antonio Carlos PANNUNZIO

Dr. ROSINHA

Delegação de Parlamentares do Uruguai

Roberto CONDE

Juan DOMINGUEZ

Doreen Javier IBARRA

Pablo ITURRALDE

Ruben MARTINEZ HUELMO

Adriana PEÑA

Margarita PERCOVICH

Delegação de Parlamentares da Venezuela

Carlos ESCARRÁ

Desiree SANTOS

Marellis PÉREZ

Celso RUSSOMANNO

Marisa Serrano

Pedro SIMON

Geraldo THADEU

José Paulo TÓFFANO

Sérgio ZAMBLASI

Delegação de Parlamentares do Paraguai

Alfonso GONZALEZ NÚÑEZ

Ignacio MENDOZA UNZAIN

Eric Maria SALUMES

Atilio MARTINEZ CASADO

Carlos Antonio VILLALBA

Carmelo BENITEZ CANTERO

Angel Ramón BARCHINI

Francisco OVIEDO BRITZ

Ricardo Nicolas CANESE

Ramón Roberto DOMINGUEZ

Roberto CAMPOS

Mirtha PALACIOS MELGAREJO

Mercedes GONZALEZ VILLALBA

Zacarias VERA CARDENAS

Federico GONZALEZ QUINTANA



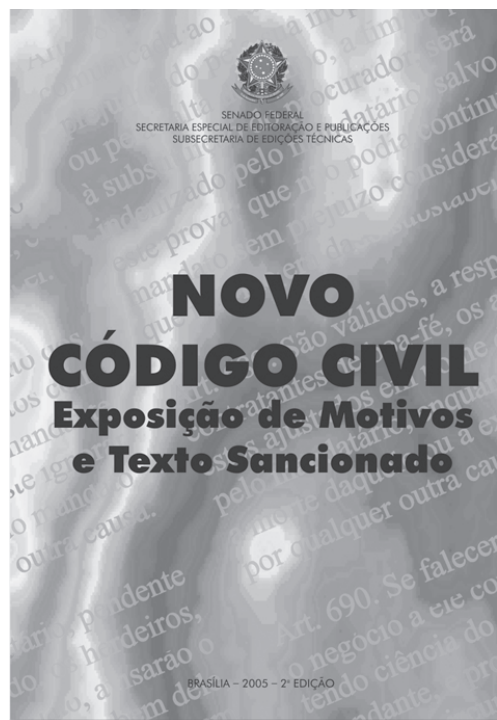
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



Edição de hoje: 346 páginas

OS: 2009/19890